

GRUPOS MINORITÁRIOS: HISTÓRIAS, LUTAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

João Bôsco Hora Góis
Sidimara Cristina de Souza (orgs.)



João Bôsco Hora Góis
Sidimara Cristina de Souza (orgs.)

**GRUPOS MINORITÁRIOS:
HISTÓRIAS, LUTAS E
POLÍTICAS PÚBLICAS**



Universidade Federal Fluminense

REITOR

Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

VICE-REITOR

Fabio Barboza Passos

Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social



MC&G

Diretora da MC&G Editorial

Maria Clara Costa

Secretaria do Conselho Editorial

Helena Pires

Seção de Edição e Revisão de Textos

Carlos Otávio Flexa | Kdu Sena |

Roberto Azul | Joyce Guimarães

Seção de Design

Glaucio Coelho | Max Ramos

Conselho Editorial

Alexandra Santos Pinheiro | UFGD | Brasil

Angélica Ferrarez de Almeida | UERJ | Brasil

Antonio Liberac C. Simões Pires | UFRB | Brasil

Arlindo Nkadibuala | UniRovuma | Moçambique

Juan Miguel González Velasco | UMSA | Bolívia

Luciano Brito | UFRB | Brasil

Maria Alice Resende | UFRB | Brasil

Núria Lorenzo Ramírez | UB-GREC | Barcelona

Rosy de Oliveira | UFRB | Brasil

Sidimara Cristina de Souza | UFF | Brasil

Thayse Figueira Guimaraes | UFGD | Brasil

Preparação de texto

Carlos Otávio Flexa

Projeto gráfico

Thomas

Diagramação e capa

Glaucio Coelho

Revisão de texto

Carlos Otavio Flexa

Thaís Souza

Imagem de capa:

Banco imagens Shutterstock

Esta obra foi composta com a família tipográfica Fira Sans e Alegreya Sans

Copyright © 2023 João Bôsko Hora Góis e Sidimara Cristina de Souza (orgs.)

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da editora.

Equipe de realização

Revisão: MC&G Editorial

Normalização: MC&G Editorial

Projeto gráfico, diagramação e capa: MC&G Editorial

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G892 Grupos minoritários : histórias, lutas e políticas públicas [recurso eletrônico] / orgs. João Bôsko Hora Góis e Sidimara Cristina de Souza . – Niterói : UFF ; Rio de janeiro : MC&G Editorial , 2023.
Dados eletrônicos

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-89369-50-9

1. Minorias - Brasil - Políticas públicas. 2. Minorias - Brasil - Condições Sociais. 3. Programas de ação afirmativa - Brasil. I. Góis, João Bôsko Hora. II. Souza, Sidimara Cristina de. III. Título

CDD23: 320 .60721

Bibliotecária: Priscila Pena Machado – CRB-7 - 6971

Direitos desta edição cedidos à
Universidade Federal Fluminense
Rua Miguel de Frias, 9 - Icaraí - Niterói - RJ
CEP 24220-008 - Brasil
Tel.: +55 21 2629-5287

PREFÁCIO

Valter Martins¹

De forma preliminar, expresso a alegria e a honra de receber este convite dos organizadores desta coletânea e a satisfação de ter em mãos a leitura de textos sobre os grupos minoritários, suas histórias, lutas, dos tensionamentos à agenda pública, foi um mergulho na realidade nacional, expressa pela sua diversidade de classe, raça/etnia, de gênero em suas diversas expressões. Os autores apresentam questões latentes e urgentes de discussão e reparação histórica, como mostram os textos que compõe esta coletânea, sobretudo pela argumentação e relevância das temáticas tratadas: cada texto constata o esforço dos autores com a elucidação de questões singulares da realidade nacional e internacional.

O livro que o leitor tem em mãos, construído no diálogo acadêmico, reúne pesquisadores de diferentes regiões para enfrentar questões e urgentes para compreender as expressões da questão social, da qual a coletânea oferece uma revisão crítica da ação dos sujeitos e dos processos histórico-estruturais que instituíram as sociedades no nosso continente e os sistemas de opressão.

A discussão presente na coletânea *Grupos minoritários: histórias, lutas e políticas públicas* apresenta um panorama dos elementos constitutivos da questão social, ao guardar traços indelévels da história e do tempo presente, que condiciona as lutas sociais, as formas de resistência, o Estado e as políticas públicas.

Os textos reunidos retratam as multivariadas expressões da estrutura social, dos modos de desenvolvimento que formam a socie-

¹ Professor Doutor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Corrêio eletrônico: valtermartins@id.uff.br.

dade nacional e regional marcada pelos traços da violência, do extermínio, do não reconhecimento, pela pobreza, que são transformadas efetivamente em questões abertas, demandas políticas, tensionando a agenda política para uma nova sociabilidade.

Os capítulos deste livro partem de premissas de debates urgentes e inadiáveis, de lutas sociais, de reconhecimentos históricos e da construção de políticas públicas fortes e comprometidas com os direitos sociais. Assim, buscando aprofundar o debate, sobre as Políticas Públicas e sobre as minorias, apresento, em seguida, uma breve sinopse dos capítulos desta coletânea.

O texto de Borba, Foppa e Gomes, denominado *Etnodesenvolvimento: uma alternativa?*, convida-nos à reflexão sobre o etnodesenvolvimento e sobre a sua possível aplicação na realidade brasileira, considerando os contextos e a multiplicidade étnica e a crítica à compreensão tradicional de desenvolvimento. As autoras estabelecem um diálogo com as demandas históricas da diversidade étnica da população e a frágil base de reconhecimento dos interesses e das necessidades próprias das comunidades minoritárias. O farol teórico por meio do qual as autoras sustentam suas análises se baseia no delineamento das discussões sobre o etnodesenvolvimento, sem perder de vistas a crítica, mas também ao passo de situar e de incorporá-las ao debate das necessidades dos grupos étnicos e de suas demandas sociais e culturais.

As autoras Borba, Foppa e Gomes suscitam um debate sobre as demandas contemporâneas para o Estado e para a sociedade, passando pela crítica ao desenvolvimento e apontando para um possível caminho via o etnodesenvolvimento, em meio à multiplicidade étnica que constitui o Brasil, e diálogos interétnicos e na ética discursiva na “comunicação entre mundos distintos”. Levantam a crítica ao modelo de desenvolvimento tradicional e apontam para novas e integradoras formas de se pensar um desenvolvimento inclusivo.

No capítulo seguinte, *Alimentos, saberes e educação para o bem viver: os camponeses um passo adiante*, De Mari, Tavares e Fonseca apresentam o papel dos movimentos sociais do campo no acesso à terra e na produção de alimentos com responsabilidade ambiental em contraposição ao agronegócio e ao empreendimento capitalista de apropriação e de destruição da pequena propriedade camponesa. Os au-

tores debatem o conceito de Bem-Viver e os conceitos que o orbitam como segurança e soberania alimentar, no diálogo com a agroecologia, com destaque ao princípio educativo dos movimentos camponeses na “[...] defesa da vida, de novas aprendizagens, de alimentação saudável e na defesa dos direitos sociais”.

Os autores formulam uma crítica à apropriação capitalista da terra e ao desenvolvimento da produção de alimentos unicamente como mercadoria, sem preocupação com uma alimentação saudável e acessível. Sinalizam a preocupação da produção extensiva das commodities e da transgenia e de seus impactos sobre os recursos naturais e sobre as unidades de produção camponesa-familiar, segundo os autores, responsável por 70% da produção de alimentos consumidos no país, o que, em 2011, representava 10% do PIB. Os autores concluem que a prática educativa desenvolvida pelos movimentos sociais camponeses se associam a uma nova sociabilidade expressa na produção de alimentos saudáveis para o consumo e para o uso adequado dos recursos naturais, além da preservação de saberes e de conhecimentos tradicionais das famílias camponesas que fortaleçam uma boa alimentação e a resistência aos agroquímicos, na construção de um modelo de produção alimentar pautado na democracia e na participação dos camponeses, na construção de políticas públicas que promovam segurança e soberania para uma boa alimentação.

O capítulo de Lusa, denominado *Questão agrária e trabalhadoras/es do campo: terra, poder e trabalho na formação do espaço rural brasileiro*, aborda a questão agrária no Brasil, particularizando as ruralidades e suas expressões nos modos de vida, de trabalho, a construção da identidade do trabalho camponês e situa para a potencialidade da transformação societária inscrita no espaço rural. A autora sinaliza ainda um debate em construção sobre as ruralidades na produção do conhecimento em Serviço Social, tema que busca se consolidar como análise privilegiada das expressões da questão social no campo.

O texto percorre os aspectos culturais conferidos às ruralidades, problematiza a ideia do “atraso” conferido ao mundo rural, demonstrando como a ideologia da modernidade passa a segregar o espaço rural dos espaços urbanos e da industrialização, atribuindo ao processo urbano-industrial uma falsa ideia de progresso, básica-

mente pautado nas técnicas em detrimento dos saberes, das múltiplas formas de organização e da relação com a natureza.

Lusa, ao enfrentar a questão e localizar as particularidades sócio-históricas da formação e as singularidades da realidade brasileira e latino-americana, especialmente ao problematizar a ideia de desenvolvimento, o modo de produção, a dinâmica, a estratificação das classes sociais e a composição do capitalismo periférico e dependente, proporciona uma interpretação da realidade camponesa. O texto apresenta os desafios para a superação dos traços conservadores e da indústria predatória que se instala no campo, com a instituição do agronegócio capitalista. Lusa pontua a pluralidade dos povos e dos grupos que estabelecem as formas de rebeldia e de resistência, na constituição de sujeitos coletivos que se organizam em movimentos, sindicatos do campo e da floresta, das comunidades, dos pequenos produtores familiares e comunais como potência para uma nova sociabilidade.

O debate sobre a agricultura familiar e as características sobre a comercialização dos produtos é realizada no capítulo intitulado *Agricultura familiar e as feiras regionais: análise do perfil dos agricultores*, redigido por Brandão, Souza e Possas. Os autores, ao situar o debate em torno da agricultura familiar e dos marcos legais que regulam e denominam concepções desse modo de produção e de organização, demonstram, nas análises, a participação da agricultura familiar na ocupação e no manejo da terra e na produção de alimentos, destacando a relevância da pequena propriedade rural, de natureza familiar para a segurança alimentar e nutricional, apesar dos precários incentivos e da falta de políticas públicas para a área/setor. O texto apresenta o papel da agricultura familiar na geração de ocupações e de renda para uma fatia expressiva de pessoas, garantindo a sobrevivência e a resistência diante do negócio predatório do agronegócio.

O estudo apresentado oferece uma contribuição substantiva para se analisar as características da agricultura familiar no contexto brasileiro, com recorte no perfil dos agricultores familiares participantes de feiras de agricultura familiar. O texto suscita um conjunto de inquietações que orbitam as pautas de fortalecimento da agricultura familiar, como o acesso às tecnologias do campo, questões ambientais, estrutura fundiária brasileira, o acesso aos insumos, a

produção de alimentos livres de agrotóxicos, dentre outras questões que se apresentam entre o produzir e o comercializar os produtos nas feiras. Nesse sentido, as feiras exercem um importante papel de interação e na interlocução entre produtor e consumidor, proporcionando renda e produtos sustentáveis.

Ao problematizar o perfil dos participantes das feiras regionais, os autores constataam a reprodução de traços históricos ligados às ruralidades, como a hegemonia do gênero masculino, um recorte étnico-racial de pessoas brancas (dada a localização das amostras) e diversidade laboral e das expressões de profissionalidade. O estudo avança ainda ao traçar o perfil de acesso e de consumo de energia elétrica, de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, sinalizando para os limites de atendimento dos serviços públicos a um conjunto de agricultores familiares. O texto segue apresentando a diversidade de produção, de técnicas de comercialização, de plantio e de criação, e que, apesar das dificuldades, a agricultura familiar vem resistindo.

No capítulo seguinte, o debate sobre o envelhecimento apresenta o destaque nas agendas públicas, em vários países que passam por uma transição etária. No Brasil, o processo de transição demográfica tem afetado diretamente a pirâmide etária, com destaque às problemáticas surgidas com a pandemia da Covid-19. É com base nessas preocupações que o texto *Envelhecimento no Brasil em tempos de pandemia: trajetórias de lutas e iniciativas para garantir direitos*, de autoria de Gonçalves, Santos e Silva, desenvolve uma análise sobre a pessoa idosa e sobre o acesso aos direitos sociais.

O estudo situa os aspectos sociais, econômicos e culturais do envelhecimento da população, especialmente na construção de pautas reivindicatórias por melhores condições de vida, bem como iniciativas e experiências para o acesso e a materialização de direitos sociais voltados às pessoas idosas.

A pandemia da Covid-19 afetou a convivência e a sociabilidade da pessoa idosa. Além do medo de contrair o vírus, teve, como consequência, o distanciamento social, que provocou, para muitos, um isolamento das rotinas e atividades, comprometendo a qualidade de vida. Ao problematizar a situação da pessoa idosa no Brasil, as autoras estabelecem um diálogo com a condição da “Lei da Vida” e

as ações e propostas do Poder Judiciário, Legislativo e Executivo no enfrentamento da pandemia e na atenção ao grupo etário de maior risco. As autoras avançam ao apresentar um conjunto de iniciativas e de experiências ligadas a Universidade da Terceira Idade e as estratégias desenvolvidas para seguirem o trabalho com pessoas idosas, ao longo do período pandêmico.

Ainda sobre o tema do processo de envelhecimento da população brasileira e de seus desdobramentos, no texto *Sistema prisional e o envelhecimento: um debate necessário*, as autoras Barros, Paiva, Russo, Silva e Rodrigues Silva abordam o mote do envelhecimento no sistema prisional do estado do Rio de Janeiro. Com base nas estatísticas oficiais, as autoras traçam um panorama em torno das questões do encarceramento, das dificuldades e dos limites para a efetivação de garantias e de proteções, além das lacunas legislativas e institucionais com a questão.

As autoras resgatam o histórico da construção dos direitos à pessoa idosa e suas lacunas e ausências, seguem com a análise sobre o processo de organização do sistema prisional brasileiro em relação aos apenados idosos e a uma inexistência de normativas e de orientações específicas para essa fração da população que demanda atenção diferenciada.

O texto, ao discutir os múltiplos impactos do processo de envelhecimento da população brasileira e a partir da série histórica de acompanhamento do crescimento populacional, delinea uma análise sobre as necessidades advindas dessa fase da vida e as consequências do pouco avanço na atenção ao novo perfil populacional, especialmente com o avanço do debate na agenda pública e o necessário avanço das políticas públicas, com destaque para as demandas surgidas no sistema prisional fluminense.

Ao problematizar o sistema prisional fluminense, outras questões chamam a atenção, como o perfil da população carcerária, em sua maioria do gênero masculino, jovens e com corte étnico raciais de pretos e pardos, baixa escolaridade. Sem perder o farol analítico, mas somando o drama que acomete a população idosa encarcerada, ela sobrevive às péssimas condições dos presídios fluminenses, com superlotação, ausência de profissionais qualificados, de acesso a serviços de saúde entre outros.

As autoras Cruz e Nascimento abrem a discussão sobre o feminismo, com o capítulo *Femismo e gênero em interfaces com o campo acadêmico e as lutas sociais*, no qual fazem uma incursão em torno das diferenças e da construção cultural de gênero. As escritoras revisitam correntes teóricas sobre o feminismo para decifram como a categoria gênero se manifesta nas diversas correntes e estudos e como a dinâmica cultural constrói sociabilidades, influi na divisão sexual e social do trabalho e na conduta familiar. Para as autoras, é negado à mulher o seu autoconhecimento, sendo-as reprimidas pela cultura masculina. Nesse sentido, as manifestações do feminismo atuam nas sensibilidades e “[...]sedimenta[m] a emancipação da mulher na luta por direitos, no combate à exclusão, ao questionamento do determinismo biológico [...] da dominação masculina”, contra o controle e a subalternidade do seu corpo, do seu agir, do seu espaço e da sua humanidade.

Ao construir seus argumentos, as autoras apresentam a diversidade de abordagens teóricas, ideológicas do feminismo, suas interlocuções e constructo das relações sociais determinadas pelas diferenças percebidas entre sexos, nas quais o gênero é expresso como um modo de dar significado às relações de poder. No intuito de compreender esse processo, revisitam tradições teóricas, problematizam estudos feministas no campo acadêmico e as manifestações impressas nas lutas sociais. Situa a Constituição Federal de 1988 como um importante marco na luta do movimento feminista, na construção da igualdade e de instrumento de superação das opressões. Elucidam as fases do feminismo, suas representações e avanços, demarcam a representação das mulheres no campo acadêmico e os diálogos com as áreas das ciências, nos núcleos e nos grupos de pesquisa, assim marcam o papel preponderante da mulher nas pedagogias, nas formas de ensinar e de aprender, nas lutas por visibilidade, na participação e na eliminação das desigualdades.

As autoras Espíndola e Oliveira elegem para o debate da coletânea a discussão sobre os impactos da pandemia da Covid-19 para a produção científica de mulheres docentes, assim, no texto intitulado *Os impactos do trabalho remoto ocasionados pela pandemia da Covid-19 e a produção científica das mulheres docentes: uma perspectiva das pesquisadoras das universidades públicas (UEMG e UFVJM) de diamantina (MG)*,

problematizam a “queda da produtividade” em pesquisa científica, na relação entre mulheres e homens.

As autoras percorrem questões históricas e sociais que atribuem uma sobrecarga à mulher nas sociedades ocidentais, com ênfase no trabalho reprodutivo e dos cuidados, e em como essa herança cultural se expressa no universo acadêmico, durante a pandemia da Covid-19. O texto problematiza a concepção de Estado Democrático de Direito, como garantia formal, do qual, importante destacar, que a garantia da democracia e do reconhecimento dos direitos é condição incontestável para se empreender lutas sociais e avanços civilizatórios. A democracia segue como um “valor universal” para qualquer sociedade que busque a justiça social, da mesma forma que a divisão social e sexual do trabalho é um constructo do processo secular de dominação e das opressões, aprofundado no sistema capitalista, contudo encontra, no Estado Democrático de Direito, condições de reflexão, de contestação do ranço cultural e histórico e embasa lutas sociais para a sua superação. Mesmo assim, sob a ordem do capital, a igualdade material expressa-se pela perversidade das relações de mercado e pelo marcador de gênero.

As autoras trabalham com dados da pesquisa do grupo *Parent in Science*, que desenvolve um estudo substancial sobre a produtividade e a desigualdade de gênero em pesquisas científicas. O estudo sinaliza para um cenário complexo na triangulação em torno do gênero. Na sequência, as autoras apresentam os dados de um estudo de caso com instituições de ensino superior que mostra uma linha tênue entre produção acadêmica científica de homens e de mulheres. Conclui-se, no texto, que há uma necessidade de aprofundamento dos estudos, possibilitando a construção de análises mais amplas e de estudos comparados.

A autora Cruz, como resultado de estudos relacionados à violência doméstica contra mulheres na décima quinta Região Integrada de Segurança Pública de Minas Gerais, apresenta suas análises no capítulo intitulado *A articulação operacional das polícias civil e militar: desafios à implementação das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri*.

O estudo em questão retrata a influência dos distintos formatos de articulação operacional da Polícia Civil e da Polícia Militar na

aplicação das políticas para mulheres em situação de violência, na área de abrangência da Região Integrada de Segurança Pública. O texto apresenta os desafios à implementação da rede de atendimento às mulheres em situação de violência, trabalha com os indicadores de feminicídio na Região, além de problematizar fatores como a pandemia da Covid-19, que gerou dificuldades de acesso das mulheres ao sistema de justiça. O texto expõe a questão da violência contra mulheres, ligando-a ao contexto histórico regional, com o tradicionalismo e as opressões geradas que inibem a reação de mulheres vitimadas. Com base nessas circunstâncias, o texto avança na análise, ao problematizar a violência doméstica e familiar contra mulheres, na problematização das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres e na articulação operacional das polícias.

Como resultado, Cruz aponta que a violência doméstica e familiar é um fenômeno multifacetado e que é nas relações de poder que se estabelecem à violência de gênero. Mesmo com novos dispositivos legislativos e uma maior conscientização da problemática da violência, ainda há desafios na região a serem enfrentados, como a complexa operacionalização dos serviços da rede de atendimento à mulher em situação de violência, com destaque para a necessidade de aperfeiçoar a integração e a oferta de serviços para acolhimento e para proteção para mulheres e seus filhos, bem como a qualificação da rede para oferta de um sistema de acolhimento e de proteção eficiente e seguro.

O capítulo de autoria de Gois e Tavares, denominado *A Marcha das Margaridas 2019: território de resistência e luta contra todas as formas de violência, racismo e sexismo* navega pelas adversidades da vida no campo. As autoras problematizam os traços históricos e culturais sedimentados ao longo do tempo, que erigiram bases patriarcais, hierarquias de gênero, na invisibilidade do trabalho da mulher e nos lapsos de participação na comunidade e na política.

O texto problematiza a esfera da reprodução social, com destaque às atividades ligadas aos cuidados e à invisibilidade imposta às mulheres que majoritariamente assumem os cuidados com a família, com a casa, com as tarefas do quintal, das hortas e de criação de animais. Além de problematizar questões que demarcam as opressões no campo, as autoras avançam na apresentação da constituição

dos movimentos sociais que mobilizam e que organizam mulheres para ocuparem espaços na organização da sociedade que, por muito tempo, estavam “[...] autorizados apenas aos homens”. O texto sinaliza as estratégias de resistência e de luta das mulheres do campo, da floresta e das águas, nas diversas ruralidades e no significativo na construção do protagonismo do gênero feminino na luta política, na construção de estratégias de formação política e no fortalecimento da participação de mulheres, que têm, na Marcha das Margaridas, a síntese das lutas e dos avanços.

No texto *Trajetórias acadêmicas de mulheres negras: construindo existências contra hegemônicas*, as autoras Ferrugem, Machado e Rodrigues problematizam a universidade brasileira, sua composição e tradições na construção das epistemologias, em especial, ao problematizar o lugar da mulher negra na sociedade brasileira e na universidade, no que se refere ao lugar, à construção de conhecimentos e ao processo formativo e de representação.

Sinalizam as autoras a necessidade urgente da luta antirracista, do debate público e pedagógico sobre os horizontes de construção da cidadania ampla, ao reconhecer as particularidades, os condicionantes, os processos hegemônicos na produção da cientificidade do saber. Ao mesmo tempo, cabe recordar que a crise dos paradigmas vem apresentando uma mudança conceitual, de visão de mundo, no questionamento do lugar de construção das verdades, na medida em que considera as várias perspectivas explicativas às experiências humano-genéricas.

O texto oferece uma análise das questões raciais brasileiras, considerando a historicidade, a estratificação de classe e a composição das classes sociais, em que a mulher negra figura na base dessa pirâmide estratificada, sobrevivendo às adversidades da pobreza, do machismo, do sexismo e do racismo dada pela estrutura social conservadora que expressa a desigualdade e as opressões como marca. Ao problematizar a questão de gênero, como um fenômeno multifacetado, permeado por questões étnico-raciais, de classe e gênero, há uma análise das expressões da realidade, nas expressões da educação superior e dos desafios a serem enfrentados, com respostas de união em torno de pautas, da escuta e da organização no quilombamen-

to como expressão de resistências e no tensionamento da hierarquia social.

Na esteira dos movimentos de resistência, Pereira apresenta o texto *O quilombismo em uma nação negra – uma proposta civilizatória afrocentrada* como uma análise em torno da vida e da obra de Abdias do Nascimento, o qual problematiza aspectos como a justiça social, a dignidade e o direito à identidade para a população negra brasileira, bem como as estruturas de poder e do racismo no Brasil e na América Latina. O texto propõe-se ao estímulo de reflexão sobre a condução do processo civilizatório baseado no colonialismo e as formas de resistência por meio do quilombismo.

A reflexão centra-se em apresentar aportes sobre quilombismo e uma crítica aos processos histórico-sociais do sistema de dominação e de exploração impostos pelos europeus aos povos autóctones e transladados. Com a análise dos processos de opressão, o autor defende um novo pacto social, baseado na integração social, a partir de uma organização racial, na construção de um modelo de cidadania que supere a segregação e que compreenda o povo negro como partícipe e protagonista de uma identidade nacional. A crítica estende-se às elites políticas locais e regionais, aos abusos e aos crimes do colonialismo e do capitalismo dependente e periférico e situa a proposta quilombista como uma alternativa à sociedade racista e preconceituosa edificada pelas elites.

Em *O controle social no âmbito da assistência social por meio das comunidades tradicionais*, Dalt, Brandão e Souza percorrem a construção do controle social no Brasil, com a redemocratização, materializada com a Constituição Federal de 1988 e o novo pacto entre Estado e sociedade civil na ampliação da participação cidadã e no controle dos gastos públicos.

Os autores debruçam-se sobre a efetivação do controle social, por meio dos conselhos, com destaque para o de assistência social, em sua dimensão da participação popular como parte estruturante da Lei Orgânica de Assistência Social e do Sistema de Assistência Social na gestão descentralizada para efetivação dos princípios de igualdade e de justiça social, assim, lança-se a análise crítica sobre a participação de comunidades tradicionais nos espaços de controle social, interrogando como se processa a participação e a efetivação

do exercício de participação e de controle social da sociedade sobre o governo.

A pesquisa com os povos e com as comunidades tradicionais problematiza o papel dos setores público na busca pelo reconhecimento de direitos para os grupos cuja identidade étnica, cultural, social e econômica assumem traços particulares e nesse sentido, visibilizando esses sujeitos para a participação social nas instâncias de controle social e de conselhos que compõem o sistema de garantia de direitos. Assim, ao problematizar a política de assistência social no Brasil, estabelecem um panorama sócio-histórico da construção do direito não contributivo e da seguridade social e na organização dos serviços por tipo de proteção, em que a representação e o controle social legitimam a democracia e a vontade popular na multiplicidade de suas manifestações e demandas. A partir das análises, os autores apresentam um conjunto de questões que perpassam o controle social, a participação e os grupos formados por povos e por comunidades tradicionais.

O capítulo *Fontes documentais como instrumento de representação social dos catopês na cidade de Montes Claros*, de autoria de Brito, propõe-se a discutir o “[...] significado das festividades na trajetória de vida dos líderes dos integrantes do grupo catopês”, em Montes Claros, Minas Gerais. O texto é uma viagem ao passado, no resgate da memória e da história de como o povo negro se organizou, representou seus símbolos de fé e de cultura na preservação de costumes, mesmo que entrelaçados pelos símbolos católicos, como forma de se manifestarem e de expressarem suas tradições, compondo o sincretismo e expressões culturais que se eternizaram na vida de brasileiros.

Os catopês, em suas manifestações, autoafirmam-se como grupo social, marco de resistência nas celebrações, no fortalecimento da identidade racial, nos elementos da cultura africana, expressam a Congada, como ritual e como expressão de sociabilidade, nas trocas simbólicas. A autora reconstrói a história por meio de fontes históricas de registros públicos, da transmissão da cultura pela oralidade, contribuindo para se conhecer a história da cidade de Montes Claros e as lutas travadas entre as opressões do sistema escravocrata e suas relações de poder. O texto retrata a herança cultural do catopês

e sua participação sociopolítica em Montes Claros, na cultura religiosa, nas formas de resistir e de existir.

Por fim, Góis e Souza problematizam a temática dos povos indígenas no texto *A questão indígena no debate do Serviço Social*, com o objetivo de “[...] indagar como a profissão de Serviço Social vem se ocupando da reflexão sobre a questão indígena no Brasil”. Os autores demarcam uma visão cronológica para demonstrar como a questão indígena se processa no cenário nacional, ao longo das constituições, legislações, políticas e serviços, ou seja, como os povos indígenas são tratados pela agenda política. É possível perceber o tratamento marginalizado e preconceituoso dispensado, na tentativa de uma constante e ininterrupta colonização e negação de participação da vida nacional e de defesa dos seus interesses e direitos.

Majoritariamente as ações dispensadas aos povos indígenas são marcadas pela constante busca de tornar qualquer pessoa um “trabalhador civilizado”, desconsiderando suas práticas ancestrais, suas relações com a natureza e as formas de organização social e de transmissão de conhecimentos. A visão conservadora e eurocêntrica que orienta nossas instituições acaba por subjugar o indígena e por impedir que eles acessem recursos públicos que, pela constituição, são um direito de todos os nacionais, como o direito à educação, à saúde, à convivência e às terras ancestrais. As ações que buscam o desenvolvimento capitalista com a infraestrutura, historicamente desconsideram os territórios e os costumes dos povos indígenas, em detrimento da construção de barragens, de estradas e da exploração e ocupação ilegal de terras indígenas, provocando um massacre.

A análise dos autores recai sobre a produção do Serviço Social sobre as populações indígenas. Apesar da profissão reconhecer esse grupo étnico como uma minoria, constata-se uma produção incipiente diante das questões indígenas, de suas demandas e necessidades, de autoproteção e de preservação das tradições e costumes, contudo os autores ressaltam que a problemática não se expressa apenas no Serviço Social; constatou-se que, entre as Ciências Sociais Aplicadas, área que abriga o Serviço Social da divisão das ciências, também incorre de pouca produção no que tange os povos originários. Assim como a incipiente produção no campo da pesquisa sobre os indíge-

nas, há um processo em curso de apagamento das identidades, das tradições e da auto-organização dos povos e do genocídio em curso.

Essas indicações, que expressam um arazoado do rico material de pesquisa e produção do conhecimento por um grupo de intelectuais, convidam-nos a refletir, a questionar o tratamento dispensado aos grupos minoritários, a suas histórias e a suas lutas. Nesse sentido, os debates que motivaram a presente coletânea não se esgotam aqui, mas os textos reunidos são uma leitura indispensável e uma fonte de pesquisa para questionar a realidade.

SUMÁRIO

- 21 ETNODESENVOLVIMENTO: UMA ALTERNATIVA?
Carolina dos Anjos de Borba
Carina Catiana Foppa
Glauber Coutinho Gomes
- 39 ALIMENTOS, SABERES E EDUCAÇÃO PARA O “BEM VIVER”: OS CAMPONESES UM PASSO ADIANTE
Cezar Luiz De Mari
Philippe Drumond Villas Boas Tavares
Valter Machado da Fonseca
- 59 QUESTÃO AGRÁRIA E TRABALHADORAS/ES DO CAMPO: TERRA, PODER E TRABALHO NA FORMAÇÃO DO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO
Mailiz Garibotti Lusa
- 92 AGRICULTURA FAMILIAR E AS FEIRAS REGIONAIS: ANÁLISE DO PERFIL DOS AGRICULTORES
André Augusto Pereira Brandão
Sidimara Cristina de Souza
Thiago Soares Risso Possas
- 117 ENVELHECIMENTO NO BRASIL EM TEMPOS DE PANDEMIA: TRAJETÓRIAS DE LUTAS E INICIATIVAS PARA GARANTIR DIREITOS
Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves
Vera Núbia Santos
Noêmia Lima Silva
- 149 SISTEMA PRISIONAL E O ENVELHECIMENTO: UM DEBATE NECESSÁRIO
Simone da cunha Tourino Barros
Fabrícia Vellasquez Paiva
Juliana da Silva Russo
Érika dos Santos Silva
Lara Rodrigues Silva
- 171 FEMINISMO E GÊNERO EM INTERFACES COM O CAMPO ACADÊMICO E AS LUTAS SOCIAIS
Maria Helena Santana Cruz
Ana Paula Leite Nascimento

- 199 OS IMPACTOS DO TRABALHO REMOTO OCACIONADOS PELA PANDEMIA DA COVID-19 E A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DAS MULHERES DOCENTES: UMA PERSPECTIVA DAS PESQUISADORAS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS (UEMG E UFVJM) DE DIAMANTINA (MG)
Daryane Cotrim Espíndola
Ariete Pontes de Oliveira
- 231 A ARTICULAÇÃO OPERACIONAL DAS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR: DESAFIOS À IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
Juliana Lemes da Cruz
- 258 A MARCHA DAS MARGARIDAS 2019: TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA E LUTA CONTRA TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA, RACISMO E SEXISMO
Magaly Nunes de Gois
Márcia Santana Tavares
- 288 TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS DE MULHERES NEGRAS: CONSTRUINDO EXISTÊNCIAS CONTRA HEGEMÔNICAS
Daniela Ferrugem
Loiva Mara de Oliveira Machado
Luciana Rodrigues
- 310 O QUILOMBISMO EM UMA NAÇÃO NEGRA – UMA PROPOSTA CIVILIZATÓRIA AFROCENTRADA
André Luis Pereira
- 335 O CONTROLE SOCIAL NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL POR MEIO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS
Salette Dalt
André Augusto Brandão
Sidimara Cristina de Souza
- 360 FONTES DOCUMENTAIS COMO INSTRUMENTO DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS CATOPES NA CIDADE DE MONTES CLAROS
Angela Ernestina Cardoso de Brito
- 380 A QUESTÃO INDÍGENA NO DEBATE DO SERVIÇO SOCIAL
João Bôsko Hora Góis
Sidimara Cristina de Souza
- 405 ÍNDICE REMISSIVO
- 407 SOBRE OS ORGANIZADORES

ETNODESENVOLVIMENTO: UMA ALTERNATIVA?

Carolina dos Anjos de Borba¹

Carina Catiana Foppa²

Glauber Coutinho Gomes³

INTRODUÇÃO

O presente ensaio tem por objetivo delinear a filosofia social subjacente ao que se passou a denominar etnodesenvolvimento, problematizando seus pressupostos teóricos e suas possíveis aplicabilidades em contextos de multiplicidade étnica, como é percebido o espectro social brasileiro. Tal nomeação foi concebida, primeiramente, durante a “Reunião de Peritos sobre Etnodesenvolvimento e Etnocídio na América Latina” — realizada em San José da Costa Rica em 1981, tendo sido compreendida como uma forma alternativa aos modelos desenvolvimentistas que, historicamente, não levaram em conta a diversidade étnica das populações e tão pouco os interesses das comunidades minoritárias envolvidas.

Contudo, resta saber se de fato tal proposição pode ser considerada efetivamente diferenciada em termos de suas agendas políticas e bases teóricas. Para tanto, este trabalho percorrerá, primeiramente, os caminhos argumentativos de Cardoso de Oliveira (2000), antropólogo que levou mais além o esforço de conferir fundamentos

¹ Doutora em Desenvolvimento Rural e professora do Programa de Pós-Graduação Meio Ambiente e Desenvolvimento- PPGMADE e Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE da Universidade Federal do Paraná. Correio Eletrônico: carolzinhadosanjos@gmail.com.

² Doutora em Educação.e professora do Programa de Pós-Graduação Meio Ambiente e Desenvolvimento- PPGMADE da Universidade Federal do Paraná Correio Eletrônico: ccfoppa@gmail.com.

³ Doutorando do Programa de Pós-Graduação Meio Ambiente e Desenvolvimento- PPGMADE da Universidade Federal do Paraná Correio Eletrônico: glaucoutogs@gmail.com.

filosóficos ao delineamento das discussões sobre o etnodesenvolvimento e o fez se apropriando das teses de Habermas e Apell. Sendo assim, na seguinte seção, buscar-se-á localizar os referidos termos em algumas das hipóteses habermasianas de sua “teoria crítica”. Em seguida, serão apontados alguns limites e possibilidades desses argumentos, frente aos “públicos e contrapúblicos” de Warner (2002). Das teses de Habermas sobre uma ética discursiva, resulta o mais importante conceito para uma análise sociológica das mediações políticas que é o de esfera pública. O esforço do texto é contrapor o conceito de público, subjacente às teses de Habermas, ao de contrapúblico, de Fraser, em seus desdobramentos com Warner quando o que está em jogo é pensar relações interétnicas e desenvolvimento. Por fim, serão apresentadas algumas pistas a fim de responder ao seguinte questionamento: seriam as comunidades étnicas um contrapúblico do desenvolvimento?

O ETNODESENVOLVIMENTO VISTO POR CARDOSO DE OLIVEIRA (2000) E SUA INTERFACE COM A RAZÃO COMUNICATIVA DE HABERMAS

A Ética Discursiva nos Processos de Etnodesenvolvimento

A presente seção tem por objetivo explicar os conceitos trazidos por Cardoso de Oliveira (2000) no texto “Ação indigenista, eticidade e o diálogo interétnico”. O autor posiciona sua apreciação a partir do que denomina como “ética discursiva”, afirmando ser ela uma necessidade nas relações entre Estado e povos originários. Diferenciando *ação indigenista* de *ação indígena*, refere que a primeira seria uma modalidade de ação do Estado, ou seja, uma iniciativa governamental ensejada como política pública. É antes nestas práticas indutoras de desenvolvimento que será enfatizado o valor de uma “ética crítica” como condição para o etnodesenvolvimento, o que significa dizer uma capacidade de auto-reflexão por parte das agências propositoras de políticas. Quanto à ação indígena, têm-se como

as políticas formuladas e propostas pelos próprios indígenas e por suas lideranças.

Sendo assim, o etnodesenvolvimento será entendido como “[...] uma espécie de solução para um processo de desenvolvimento que não colida com os interesses e os direitos de populações ou povos alvos de programas de mudança induzida.” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 214) Para tanto, são apresentados alguns pressupostos destinados a viabilizar esta proposta, sendo constantemente reiterada a premência de um diálogo democrático entre Estado e grupos étnicos e visto como fundamental o compartilhamento de um “jogo de linguagem” que possibilite a comunicação entre os referidos polos. Nesse sentido, a compreensão das comunidades de comunicação e de argumentação concebidas por Apell (1985) serão de grande utilidade para tal argumentação.

As comunidades de comunicação e argumentação têm significados extensos, ambas decorrem de um pacto intersubjetivo em torno de meios de linguagem (APELL, 1985), ou seja, observa-se um “[...] consenso em torno de normas e de regras subjacentes ao diálogo interno a essa comunidade que podem ser, no limite, as da própria lógica formal.” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 215) Elas se diferenciam, contudo, no âmbito de sua utilização e especificidade. A comunidade comunicação é aquela onde um grupo compartilha regras tácitas e símbolos comuns inerentes ao entendimento entre seus membros, a exemplo de um sistema cultural onde tais normas tendem a ser naturalizadas. Já as comunidades de argumentação requerem amplo debate entre seus componentes, visto que a busca por consensos explícitos é seu fim maior: uma classe profissional que adote determinados códigos de atuação seguiria este princípio. O encontro de consensos nesses casos seria afiançado pela relação *ética* interior à comunidade, pela ampla negociação e pelo compromisso entre os pares em obedecer aos preceitos conjuntamente edificados.

É justamente na linguagem que estará assentada a lógica aqui proposta para o etnodesenvolvimento; as relações dialógicas serão o foco de apreciação dessa perspectiva, sobretudo no que se refere ao diálogo entre mundos distintos — como são percebidas as inúmeras identidades étnicas. Os espaços sociais onde ocorrem esses encontros e as relações de poder neles imersos também serão observados.

A teoria da “ética discursiva” de Habermas consiste justamente na análise do caráter democrático ou autoritário de uma interlocução, isto é, no poder que alguns sujeitos podem exercer sobre os demais. Sendo assim, a inteligibilidade e a própria viabilidade de uma comunicação estariam comprometidas com um ambiente ético, no qual a simetria entre os comunicadores seria um requisito.

A partir desses argumentos, Cardoso de Oliveira (2000) propõe uma difícil agenda política: estabelecer fóruns de debates entre sujeitos de diferentes mundos, no qual o diálogo interétnico seja simétrico (sem a dominação por parte de qualquer interlocutor) e, portanto, democrático. Nos espaços onde se dessem as referidas interlocuções, seria imprescindível o ajuste de vontades entre os indivíduos no sentido de obedecer às prescrições por consenso definidas — nessa disposição residiria o que o autor chamou de *eticidade*.

Fica evidente que a proposta do etnodesenvolvimento está bastante comprometida com processos de práticas induzidas pelo Estado, ainda que sua preocupação central seja o ambiente ético das formulações dessas políticas públicas. Pensando nos projetos dirigidos sob a lógica deste modelo, merecem destaque dois aspectos ressaltados pelos articuladores dessa proposição, tida como alternativa: a visão interna dos responsáveis pela elaboração política social e (b) a participação do grupo alvo nas diversas etapas de atuação do Estado (ação indigenista).

Aos responsáveis pelos programas de mudanças sociais induzidas é mister a adesão ao posicionamento ético que visualiza como indispensável o discurso nativo, isto é, as posições e os argumentos daqueles que sofreram a inferência dos projetos de desenvolvimento devem ser levados em conta. Sendo assim, as aspirações e as demandas dos nativos devem compor a “visão interna” dos grupos que venham a elaborar projetos de desenvolvimento. Igualmente relevante, tem-se que a participação daqueles grupos que recebem intervenções externas seja efetiva, devendo estar os nativos presentes nas etapas de “[...] ‘planejamento, execução e avaliação’ dos programas de etnodesenvolvimento” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 215).

Os desafios inerentes a este tipo de atuação política são de delicada articulação; em resposta a essas dificuldades, o modelo participativo é apontado como capaz de asseverar sua implementação.

Ainda para o autor, as *comunidades de comunicação interétnicas*, quando embebidas por acordos intersubjetivos que assegurem o fluxo de idéias entre ambas as partes, podem ser convertidas em *comunidades de argumentação intelectual* — legítimos fóruns de etnodesenvolvimento.

Às trocas de idéias baseadas em princípios de argumentação previamente pactuados (e intersubjetivos a uma comunidade de argumentação), destinados à busca de consensos amplamente negociados e formulados em meio a um ambiente de relações simétricas denomina-se, em termos cognitivos da perspectiva ora estudada, como “fusão de horizontes”. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000):

A concretude do referido conceito requer um alto grau de entendimento por parte dos sujeitos em interlocução e, para tanto, a linguagem adotada em tese deveria possuir um potencial de apropriação quase utópica, em se tratando de indivíduos tão distintos. Além disso, trabalha-se com a hipótese de uma “boa vontade” dos atores em disputa que, em alguns momentos, as afirmações do autor (nesta seção tomado como referência principal) soam quase como um excessivo romantismo: [...] desde logo, em lugar de confronto étnico — algo corrente nos programas desenvolvimentistas — haveria de se esperar um encontro entre interlocutores imbuídos menos de verdades e mais de pontos de vista. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 219).

É bem verdade que são ressalvados os “resíduos de ininteligibilidade”, mas eles não são em princípio vistos como insuperáveis para um comunicador eticamente comprometido. Parece ser mais importante para esta abordagem as condições de legitimidade dos atores — encontrar representantes legítimos — que uma virtual incompatibilidade de entendimentos.

Para a constituição da idealizada comunidade de argumentação intelectual, citada acima, sobreleva-se o papel do Estado também como fomentador da consolidação do “Campo Indígena”, já que são pretendidos mediadores representativos. A interface dos órgãos estatais no fortalecimento do campo político dos grupos étnicos passaria pelo reconhecimento de suas instâncias de organização interna e, em seguida, promovendo a conversação das lideranças indígenas com os responsáveis pela articulação de políticas públicas. Tais fóruns dialógicos teriam por objetivo a construção de regras pelas quais as ações de etnodesenvolvimento seriam idealizadas. Sugere-se, in-

clusive, que o Poder Público contribua com recursos financeiros a fim de subsidiar os deslocamentos das lideranças de uma região a outra, evitando assim que setores privados acabassem por interferir nos rumos das decisões engendradas.

A Razão Comunicativa em Habermas

Cardoso de Oliveira (2000), em sua obra, afirma que as teorias de Apell e de Habermas completam-se mutuamente no que diz respeito à lógica da linguagem. Sendo assim, parece interessante para este estudo aprofundar um pouco mais nos pressupostos habermasianos que alimentam esta nova pauta de debate — o etnodesenvolvimento. Jüregn Habermas, considerado o último representante da Escola de Frankfurt e de sua “teoria crítica”, centrou boa parte de sua obra na crítica ao positivismo, reconstituindo a história da reflexão metodológica sobre as ciências humanas.

Para o autor, concepções de neutralidade do cientista social frente ao seu objeto de estudo devem ceder lugar à compreensão de que é necessária a imersão do interprete na cultura dos nativos para que possa captá-la em profundidade. Na *teoria dos interesses cognitivos*, ele afirma que conhecimento e interesse são unidades indissolúveis tanto para as ciências naturais, quanto para as sociais. Postula que a neutralidade nas ciências histórico-hermenêuticas, tão enfatizada por Weber, não resistiria ao exame crítico das condições de sua construção, revelando a existência de certos interesses que assumiriam a função de *a priori* do conhecimento. (FREITAS & ROUANET, 2001)

No que se refere às ciências naturais, o interesse estaria no domínio técnico da natureza, submetendo-a por meio de regras instrumentais ao controle humano. No que tange às ciências sociais, o que estaria orientando o processo de conhecimento seria a hermenêutica da comunicação. O interesse comunicativo está assentado no que denominou como *ação comunicativa*, segundo a qua:

[...] os homens se relacionam entre si, por meio de normas linguisticamente articuladas, e cujo objetivo é o entendimento mútuo. Ambas as formas de conhecimento, geradas pelos respectivos interesses, servem a um interesse mais fundamental: o da emancipação da espécie. (FREITAS & ROUANET, 2001, p. 13)

Assim, para Habermas, o conhecimento tanto instrumental quanto comunicativo permitiriam ao ser humano libertar-se de todas as formas de repressão social (sobretudo as intrapsíquicas), sendo, portanto, a finalidade maior das ciências a emancipação. A utilização dos potenciais cognitivos à formação racional tornaria a sociedade liberta e emancipada, por meio do *esclarecimento*. (SIEBENEICHLER, 1994)

Como o autor retoma a filosofia prática do esclarecimento, apóia suas teses no mito de que através do esclarecimento e da formação racional dos sujeitos (e das coletividades) se dará a emancipação das sociedades. O esclarecimento habermasiano, em meio ao projeto inacabado da modernidade, fundamenta-se na razão comunicativa, isto é, “[...] um processo de argumentação, que tende reiteradamente à tarefa de mediação entre razão e não-razão, entre a razão e a esfera do poder, da dominação.” (SIEBENEICHLER, 1994, p. 22)

A ênfase no esclarecimento como capaz de romper com a inabilidade do homem em servir-se da razão comunicativa associa-se a idéia de uma ciência crítica e, também, a perspectiva freudiana, na qual o interesse de fundo está na “[...] dissolução das estruturas patológicas que inibem a livre comunicação do sujeito consigo mesmo e com os outros.” (FREITAS & ROUANET, 2001: 14) Habermas traz como uma de suas bases os diálogos socráticos, segundo os quais a humanidade, que aspira à “maioridade”, desenvolve-se historicamente através do diálogo, da comunicação.

O ideal iluminista de maioridade seria, portanto, o objetivo *mor* do conhecimento, o que se configuraria para o autor na comunicação livre de coação: “[...] o que nos eleva acima da natureza é a única coisa que podemos conhecer de acordo com sua própria natureza: a *linguagem*. Através de sua estrutura coloca-se para nós a maioridade.” (HABERMAS, 1969, p. 163, *apud* SIEBENEICHLER, 1994, p. 49) A via que escolhe o esclarecimento como processo de formação racional do sujeito (e da sociedade), tendo a interação como mediador desse processo, reserva à ciência o papel de desobstruir o diálogo, identificando possíveis opressores que venham a distorcer a comunicação.

Por tais motivos, grande ênfase também é dada na criação de centros de pesquisas estatais, assumindo a ciência e a tecnologia papéis de forças produtivas vitais ao progresso, além de serem as únicas

capazes de encontrar a lógica das coisas. Consequentemente, as decisões que afetam uma coletividade são vistas como problemas técnicos a serem resolvidos por uma minoria de *experts* capazes de chegar ao esclarecimento, por meio do diálogo livre da coação do poder.

O Estado e as modernas formas de legitimação tecnocrática são figuras centrais na obra do filósofo, sobretudo no que tange às sociedades de capitalismo tardio. Nestas últimas, a sobrevivência do capitalismo dependeria da crescente intervenção do Estado na estrutura econômica – manutenção e ampliação da infra-estrutura material e social. O estado habemasiano é visto como “[...] promotor do progresso e do bem-estar coletivo.” (FREITAS & ROUANET, 2001, p. 15)

ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICAS...

Parece relevante destacar que o esforço em aprofundar a ênfase trabalhada por Habermas na teoria da “ação comunicativa” não tem por finalidade maximizar as afirmações feitas por Cardoso de Oliveira (2000) numa perspectiva evolucionista da emancipação humana por meio do esclarecimento. Tampouco se almeja abandonar a abordagem do etnodesenvolvimento, concluindo por sua inadequação às necessidades dos grupos étnicos. O que aqui se pretende apontar são algumas possibilidades de sua utilização e, por outro lado, alguns limites de seus argumentos.

Levando em conta o que se pensava acerca do desenvolvimento em meados das décadas de 1950 a 1970, período que coincide com o avanço do modelo capitalista (“anos dourados”), e a respeito da “necessária modernização da agricultura”, objetivando o crescimento econômico; percebe-se fortemente a ideologia desenvolvimentista assentada no mito do progresso tecnológico. Dessa forma, o mundo rural era visto não como “criador” de formas de vida próprias, mas como um mundo “atrasado”, para o qual se teria de levar o desenvolvimento com o propósito de retirá-lo do “ostracismo”. Por esta ideologização, alicerçou-se a chamada revolução verde que:

materializou-se de fato sob um padrão tecnológico o qual, onde foi implantado de forma significativa, rompeu radicalmente com o passado, pois integrou fortemente as famílias rurais a novas formas de

racionalidade produtiva, mercantilizando gradualmente a vida social e, em lento processo histórico, quebrando com a relativa autonomia setorial que em outros tempos a agricultura teria experimentado. (NAVARRO, 2002, p. 02)

Evidente está que a perspectiva do etnodesenvolvimento, quando comparada ao modelo desenvolvimentista, pode ser tomada como forma alternativa, já que a ética em relação aos nativos é um de seus pressupostos mais importantes. Além disso, o engajamento em um diálogo simétrico que tome o outro como igualmente capaz de fazer proposições acerca do desenvolvimento destoa da concepção que vislumbrava o rural como arcaico e obtuso. Contudo, apostar unicamente no diálogo como suficiente para democratizar as relações sociais torna suas teses de difícil sustentação.

Tomando-se a postura pluralista de reconhece a existência de “[...] uma diversidade de mundos não redutíveis uns aos outros [...]” (DODIER, 1993, p. 87), imaginar atores sociais em diálogo voltados para a busca de consensos distancia-se da possibilidade de expressão heterogênea dos referidos universos. O fato de se trazer diferentes sujeitos para debater não significa que suas cosmologias possam ser sintetizadas ou mesmo consensuadas. Portanto, a fusão de horizontes poderia ser tomada apenas como uma das possibilidades resultantes da interação e não como um fim em si mesmo.

Cabe ainda questionar se o estabelecimento de regras discursivas são de fato capazes de simetrizar um diálogo, como que suspendendo a trama das relações sociais e democratizando os fluxos interativos. Esse aspecto será retomado em outro momento; todavia, é importante considerar as múltiplas maneiras com as quais os atores se relacionam com a linguagem, sobretudo em se tratando de grupos historicamente excluídos. De outra feita, a competência linguística não dissolve a intencionalidade de um discurso, afinal compreender o que um polo diz ao outro é apenas parte do problema.

Embora não esteja pressuposto a superioridade de uma cosmologia sobre a outra, supõe-se que a situação dialógica seja ética e cognitivamente superior tanto à cosmologia indígena quanto à indigenista. As bases dessa pressuposição são questionáveis porque enraizadas numa temporalidade evolucionista já comprometida com a modernidade ocidental. “[...] O etnocentrismo passa exatamente por

um julgamento do valor da cultura do 'outro' nos termos da cultura do grupo do 'eu.'" (ROCHA, 1994, p. 13) Portanto, os tão apregoados "consensos dialógicos" estão ainda bastante arraigados no ideário de emancipação humana por meio do esclarecimento racional:

Pelas mesmas razões ora expostas, ciência e tecnologia não poderiam suprimir as interações e decisões políticas, afinal não há uma verdade a ser desvelada, mas uma pluralidade de pontos de vista. Sobre esse aspecto, afirma também Viveiros de Castro: [...] se há algo que cabe de direito à antropologia, não é certamente a tarefa de explicar o mundo de outrem, mas a de multiplicar nosso mundo, "povoando-o" de todos esses exprimidos que não existem fora de suas expressões. (2002, p. 132).

Cardoso de Oliveira (2000), no que pode ser acompanhado pelas teorias de Habermas, adota a figura do Estado como central para o etnodesenvolvimento, pouco mencionando acerca do protagonismo dos grupos envolvidos. Propõe-se que a composição e o fortalecimento do "Campo Indígena" sejam incentivados pelas políticas de Estado, tendo como argumento a necessidade de preservar a articulação dos mediadores sem a interferência de interesses externos às comunidades étnicas. Os arranjos entre as lideranças indígenas podem, de fato, ser vistos como foco de importante incentivo, já que uma interlocução democrática pressupõe legitimidade dos representantes. Entretanto, não se pode supor tamanha neutralidade por parte dos órgãos estatais, haja vista que eles também são "partes interessadas" nas negociações. Levando em conta a proposição de formar comunidades de argumentações voltadas para atingir consensos, é de saber que algumas lideranças podem ser mais propensas a acordos do que outras. Ressalta-se que o potencial auto-reflexivo dos fóruns argumentativos é reforçado pela efetiva participação do maior número possível de argumentos advindos dos nativos.

Por fim, percebeu-se uma tendência fortemente normativa na linha do etnodesenvolvimento e, em certos momentos, carecedora de refletividade: fazer recomendações de como se deve constituir um diálogo ético tem maior ênfase do que explicar como as formas de interação são de fato estabelecidas. Além disso, os debates demonstram uma tendência a interpretar o desenvolvimento como sinônimo de prática, estando o foco voltado para as políticas públicas (mesmo

o aporte teórico utilizado procura dar conta de promover “melhores práticas” de desenvolvimento). A centralidade das discussões em torno do conceito de fusão de horizontes e seus consensos dialógicos induzem à interpretação de que seria possível subsumir distantes perspectivas cosmológicas em torno de um único projeto de desenvolvimento, ou seja, na conformação de um “público” interessado no desenvolvimento. Em contraponto a essa análise, serão apresentadas a seguir algumas reflexões sobre os públicos e contrapúblicos de Warner (2002).

PÚBLICOS E CONTRAPÚBLICOS

A definição e a constituição do que sejam públicos é quase sempre um assunto controvertido, porém de crucial importância no que se refere às relações sociais estabelecidas em razão deste conceito. Inúmeros significados tendem a ser adotados para tal substantivo e, em alguns contextos, a apreensão do mesmo substantivo varia de maneira decisiva. Indo mais a fundo, observa-se que, frequentemente, não são feitas distinções entre as expressões “o público” e “um público”. “O público” vulgarmente é apreendido como uma totalidade social organizada em torno de uma idéia (por exemplo, a nação, a comunidade...), supondo que todos estejam incluídos neste campo de referência. Contudo, afirma Warner (2002), a alusão de público ligado por um ideário não se refere à totalidade, mas a “um” determinado público a quem se elenca como mais importante e a quem se faz um endereçamento.

No texto, *Publics and Counterpublics*, Michael Warner irá concentrar seus esforços em explicar um tipo de público (geralmente é visto como “o público”) que vem a existir somente relacionado a um texto, a um discurso linguístico. Esta forma de endereçamento é firmemente ancorada a um extrato social: o discurso de um público é uma forma linguística da qual as condições sociais e sua própria possibilidade são em grande parte derivadas.

Por outro lado, um público parece ser auto-organizado pelo discurso, por suas formas pré-existentes e canais de circulação. Em alguns momentos, ele dá ares de ser aberto a membros desconhecidos e indefinidos, porém de fato seleciona seus participantes por

critérios de espaços sociais compartilhados, hábitos e preocupações comuns, mas, sobretudo, por formas inteligíveis de comunicação, como linguística e gênero discursivo. (WARNER, 2002)

Estes critérios inevitavelmente possuem conteúdo que habilitam o discurso a circular por um caminho. Por meio desses recursos, o público também é compreendido como algo que possui conteúdo diferenciado de outros grupos, inferindo-se que tal racionalidade seja uma entrada social onde a prática da leitura e o exercício linguístico sejam parte da sociabilidade instituída. Assim, embora um discurso possa ser potencialmente apreendido por uma coletividade indefinida, a escolha da linguagem e forma textual faz com que este público seja setorizado por leitores treinados para absorvê-lo. (WARNER, 2002) Por exemplo, as palavras e expressões utilizadas por um grupo profissional (jargões) são diretamente intencionais, denotam uma particularidade e são capazes de exprimir, sem mediações, um significado. Contudo, é inegável que tal exegese acaba excluindo aqueles que não participam da visão dessa categoria.

Por esses mecanismos e por outros semelhantes, embora a linguagem seja voltada para ser impessoal e auto-organizada com o intuito de circular, ela também elabora uma cultura particular, cujo *ethos* de um grupo ou de uma classe social são incorporados. A identidade positiva de um público permanece sempre parcial — dadas as premissas de endereçamento, bem como a auto-organização discursiva:

Com isto eu digo não apenas que um público é auto-organizado, um tipo de entidade criada por seu próprio discurso ou até que este espaço de circulação é tomado por uma entidade social. Antes, eu digo que todo discurso ou performance dirigido para um público deve caracterizar o mundo no qual tenta circular, projetando para aquele membro um formato concreto e vivaz e tentando realizar tal mundo através do endereçamento. (WARNER, 2002, p. 26. Tradução livre)

A citação do autor faz concluir que as limitações impostas pelos gêneros de linguagem, com sua base social pressuposta, acabaram por conflitar com os demais aforismos. A dinâmica peculiar de axiomas e endereçamentos pelos quais o discurso público projeta o mundo social também pode ser entendida em termos ideológicos:

A unidade do público, entretanto, é também ideológica. Depende da estilização do ato de leitura como transparente e replicável; depende também de um fechamento social arbitrário (através da linguagem, ideologia, gênero, meio e endereçamento) para conter sua extensão potencialmente infinita; depende de formas institucionalizadas de poder para realizar a agência atribuída ao público; e depende da hierarquia de habilidades que permite que algumas atividades contemham como públicas ou gerais, enquanto outras são tidas como meramente pessoais, privadas ou particulares. (WARNER 2002, p. 28. Tradução livre)

Uma ideologia particular de linguagem que habilita somente um dado leitor privado (crítico-racional), marcado por um tipo social, em tese não poderia ser tomada como “universalizante”. Quando “um” público qualquer é concebido como “o” público, aquelas limitações passam a influenciar diretamente o espectro político. Ademais, alguns públicos tendem mais do que outros a serem utilizados como “o” público, impondo seu discurso de urbanidade e reflexão racional aos demais. Públicos dominantes são, por definição, aqueles que podem assumir a pragmática de seu discurso e de seus mundos, reconhecendo erroneamente o alcance indefinido de seu endereçamento como universalidades. (WARNER, 2002) Não obstante, há espaços que se diferem notoriamente das premissas que permitem à cultura dominante ser reconhecida como o público, são os chamados “contra-públicos”:

Contra-públicos também são uma espécie de público, todavia formulados em cenários que rompem com a lógica dos públicos instituídos, mostrando-se transformativos e não meramente replicantes. Em outras palavras, “contra-público: é um cenário no qual um grupo dominado aspira ao recriar-se como um público e, em fazê-lo, encontra-se em conflito não apenas com o grupo social dominante, mas também com as normas que constituem a cultura dominante como um público”. (WARNER 2002, p. 25. Tradução livre)

Dessa forma, tais espaços são “contrários” porque tentam fornecer diferentes modos de imaginar a sociabilidade, habitando outras culturas, com ideologias linguísticas diferentes, bem como imaginários sociais distintos:

Fraser (2005) afirma que, quando o discurso público é entendido apenas como “simples e amplo”, membros de grupos subordinados

constroem outras arenas para deliberação sobre suas necessidades. Para a autora, os membros de grupos sociais subordinados (mulheres, trabalhadores, grupos raciais, homossexuais) vêm repetidamente constituindo públicos alternativos. Ela os chama de “contra-públicos subalternos”, isto é, “[...] arenas discursivas paralelas onde os membros de grupos sociais subordinados inventam e circulam contra-discursos para formular interpretações opositoras de suas identidades, interesses e necessidades.” (FRAZER, 1992 *apud* WARNER, 2002, p. 28. Tradução livre)

Portanto, um contra-público mantém a certo nível uma consciência do seu *status* subordinado: o horizonte cultural do qual ele é excluído não se configura apenas como um público geral e amplo, mas como um público dominante. Os conflitos não se estendem somente às questões políticas, mas ao gênero de discurso e modos de endereçamento que organizam o público. O discurso que constitui os contra-públicos não é meramente uma linguagem “alternativa”, mas o que, em outros contextos, seria considerado com “[...] hostilidade ou mesmo indecorosidade”. (WARNER, 2002, p. 29)

O *status* subordinado das referidas arenas refletem identidades formadas em outros locais. A participação em tais espaços é um dos modos pelos quais as referidas identidades são formadas e transformadas. Nesses ambientes, a ideologia de leitura não tem o mesmo privilégio, tão pouco a reflexão crítico-racional inerente à linguística instituída. Frente às normas do público dominante essas expressões parecem fora de lugar...

SERIAM AS COMUNIDADES ÉTNICAS UM CONTRAPÚBLICO DO DESENVOLVIMENTO?

Retomando os diálogos éticos do etnodesenvolvimento, as comunidades de argumentação, da maneira como são apresentadas, parecem não dar conta da difícil tarefa do compartilhamento de axiomas linguísticos e formas culturais de expressão, sobretudo por ter como finalidade sintetizar diversas falas em um único discurso.

O objetivo de conformar uma comunidade de interessados articuladores do desenvolvimento parece assemelhar-se ao “público” de Warner (2002), quando de fato um público passa a ser tomado como

universalizante, especialmente quando se observa a difícil interação de alguns atores com os grupos étnicos. Para melhor compreender este cenário, será apresentado um caso empírico que dá conta de mostrar as distintas acepções e linguagens em jogo.

O caso aqui trazido foi acompanhado durante pesquisa acadêmica feita no ano de 2007, na comunidade quilombola Rincão dos Martimianos, situada em Restinga Seca.⁴ Nesse período, o grupo de agricultores negros encontrava-se em franco debate a respeito da problemática da água no local. Nas reuniões comunitárias da associação quilombola, essa era a pauta principal e as decisões corriam em torno de quais as estratégias deveriam ser adotadas frente ao poder público. Ocorre que havia sido detectado um excesso na quantidade de flúor presente na água que abastecia as casas do grupo. Em razão disso, os membros da comunidade estavam ingerindo uma quantidade excessiva desse componente químico, ocasionando um distúrbio na formação dentária das crianças. A fluorose, enfermidade gerada por esse quadro, manifesta-se como manchas esbranquiçadas nos dentes e, já naquele momento, praticamente todas as crianças do local haviam sido atingidas pela moléstia.

Contudo, a questão de saúde pública esbarrava na comunicação entre quilombolas e Estado, principalmente pelo anseio daquelas famílias em manter sua autonomia. Por muitos anos a comunidade não possuiu abastecimento de água encanada, sendo que, para melhorar tais condições, promoveu-se uma parceria com a prefeitura de Restinga Seca: a comunidade forneceu a mão de obra na construção das instalações hidráulicas, enquanto a prefeitura proveu os recursos com materiais de construção. Para tanto, os quilombolas mobilizaram esforços não apenas na construção, como na manutenção dada ao motor que tracionava água de uma nascente até as casas. Além disso, a comunidade gerenciava a distribuição da água e arrecadava um pequeno valor por família, a fim de assegurar o desempenho do maquinário.

Constatada a contaminação, as tratativas com a prefeitura tornaram-se difíceis, já que a solução apresentada pelo grupo foi o

⁴ A referida pesquisa teve como objetivo a redação da dissertação de mestrado: "Territorialidade Quilombola: O Direito Étnico Sobre a Terra na Comunidade de Rincão dos Martimianos (RS)" (BORBA, 2008)

tratamento do recurso hídrico. De outro lado, a postura tomada pelo órgão foi a de retirar a tubulação existente e implantar outro sistema, isto é, o sistema público gerido e tributado pelo ente estatal. Depoimentos alegam que a prefeitura sequer forneceu o laudo técnico que descrevia as condições da água, sugerindo unicamente a implantação do sistema estatal.

Os responsáveis pela arrecadação das contribuições destinadas ao sistema de abastecimento local informaram que o valor despendido por cada família girava em torno de R\$ 2,00 (dois reais) mensais. Mesmo assim, alguns núcleos familiares encontravam, periodicamente, dificuldade em dispor desse erário:

A gente nunca cortou a água dos que não podem pagar. Às vezes a pessoa está com problema de doença na família ou alguém ficou desempregado. Aí mesmo que a gente ajuda. Nós fizemos um fundo de reserva para essas situações. A gente faz almoços, jantares e todo mundo participa. Quando alguém está com dificuldade, nós usamos essa reserva. A pessoa que recebeu ajuda fica tão agradecida que faz questão de pagar tudo assim que a coisa melhora (SOUZA, 2008 *apud* BORBA, 2008, p. 66).

O modo de vida desse grupo manifesta uma ética própria nas relações, sedimentada na reciprocidade e intermediada por configurações simbólicas. A mobilização em torno do “fundo de reserva” (utilizado em situações de crise) vincula os membros a um comprometimento tácito: os beneficiados devem ressarcir a coletividade e engajar-se nas atividades comunitárias.

Os quilombolas de Martimianos propuseram inúmeras soluções que viabilizariam a manutenção de seu sistema hidráulico: tratamento da água, instalação de uma torneira na sede da associação apenas para o consumo humano... As configurações propostas afirmam a autonomia de gestão interna, ao mesmo tempo em que territorializam seu espaço de vida:

O espaço físico ocupado pelos membros da comunidade também passa a assumir dimensões territorializantes quando agenciado pelo processo de subjetivação da ética intrínseca ao sistema de irrigação local. As fronteiras que “domesticam” a penetração do Estado corroboram à afirmação da identidade corporada do grupo: “Se a gente tiver que colocar a água da prefeitura, tudo bem. Ninguém está se

negando a pagar. Mas tirar a água que é da gente, não tem a menor necessidade.” (SOUZA, 2007). Aqui, a ingerência sobre os recursos hídricos contribui para definir um espaço de identidade: a nomenclatura “água nossa” e “água da prefeitura” identificam menos a procedência do recurso e mais o produto de lógicas distintas que se tangenciam, porém não se subsumem (BORBA, 2008, p. 67).

No caso relatado, há dois princípios de grandeza em jogo: preservar um modo de vida identitário *versus* política pública de abastecimento da prefeitura de Restinga Seca. A ação comunicativa de Habermas daria conta deste conflito? A ética discursiva da perspectiva do etnodesenvolvimento encontraria um consenso dialógico entre esses polos?

Tomando a intervenção da prefeitura municipal como um projeto inserido em uma lógica que teria por fim “um discurso de desenvolvimento”, haja vista que a argumentação do órgão girava em torno do que seria “bom” para aquele público, não seria difícil pensar na comunidade de martimianos como um contra-público do desenvolvimento. Além disso, tomando a solução apontada pelo etnodesenvolvimento — “debater até consensuar”, vê-se que esta não seria uma solução efetivamente alternativa, já que os princípios de grandeza em confronto não são subsumíveis. Em termos fáticos, a prefeitura de Restinga Seca negou qualquer possibilidade de negociação, assumindo a postura irreduzível de implantar o sistema público de abastecimento ou nada fazer. Como resultado, a comunidade negra é apontada neste município como “obtusa”, permanecendo com os mesmos problemas de saúde que a “tecnologia” poderia ter resolvido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio teórico buscou tratar da filosofia social envolvida na proposta do etnodesenvolvimento, em meio a contextos de multiplicidade étnica, como os do Brasil. Embora a referida proposta traga à tona questões relevantes para a pauta de debates sobre desenvolvimento — como são os diálogos interétnicos e a ética discursiva na comunicação entre mundos distintos — percebe-se que esta ainda apresenta uma série de limites a serem superados.

A tendência à normatividade da linha do etnodesenvolvimento parece também ser realçada pela interpretação que vê o desenvolvimento como mera prática estatal. Sendo assim, as preocupações analíticas estão voltas somente aos ambientes de elaboração das políticas públicas e às interações dialógicas, restando de fora interpretações mais detidas nas relações sociais de fato estabelecidas.

Portanto, ainda que a ênfase na ética discursiva seja de efetiva relevância, são necessários outros elementos para que o etnodesenvolvimento seja considerado uma forma alternativa aos antigos modelos desenvolvimentistas. Afinal, levar em conta a diversidade étnica das populações significa bem mais do que viabilizar interlocuções dialógicas a fim de criar um público de interessados no desenvolvimento, mas sim multiplicar os desenvolvimentos para tantos quantos forem os públicos existentes.

REFERÊNCIAS

- BORBA, C. A. **Territorialidade Quilombola: o direito étnico sobre a terra na comunidade de Rincão dos Martimianos (RS)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). 2008, 105 f. Faculdade de Ciências Economicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Ação indigenista, eticidade e o diálogo interétnico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 213-230, 2000.
- DODIER, N. Agir em diversos mundos. In: CARVALHO, M. C. B. (org.). **Teorias da Ação em Debate**. São Paulo: Cortez/FAPESP/Instituto de Estudos Especiais – PUC, 1993. p. 77-109.
- FRASER, Nancy. 1992. Rethinking the Public Sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, Craig (ed.). **Habermas and the Public Sphere**. Cambridge, MA: MIT, 2005 .p. 109-142. Disponível em: http://www.zephoria.org/alterity/archives/2005/02/nancy_fraser_re.html. Acesso em: 30 jun. 2009.
- FREITAS, B. & ROUANET, S. P. R. **Habermas**. São Paulo: Ática, 2001.
- NAVARRO, Z. Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 44, p. 83-100, 2001.
- ROCHA, E. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SIEBENEICHLER, F. B. **Jürgen Habermas: razão comunicativa e emancipação**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1994.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. O nativo relativo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 113-147, 2002.
- WARNER, M. Publics and Counterpublics. **Public Culture**, Nova York, v. 14, n. 1, p. 49-90, 2002.

ALIMENTOS, SABERES E EDUCAÇÃO PARA O “BEM VIVER”: OS CAMPONESES UM PASSO ADIANTE⁵

Cezar Luiz De Mari⁶

Philippe Drumond Villas Boas Tavares⁷

Valter Machado da Fonseca⁸

INTRODUÇÃO

Este estudo visa a compreensão do lugar de onde falam os movimentos sociais, em especial o Movimento Sem-Terra (MST)⁹ e a Via

⁵ Apoio FAPEMIG (MG). Este capítulo teve sua primeira edição como artigo científico na revista **Remea**, Rio Grande-RS, v. 34, n. 3, p. 37-54, set.-dez. 2017. E-ISSN 1517-1256.

⁶ Docente do Departamento de Educação da UFV. Atua na graduação e pós-graduação nas áreas de fundamentos da educação e políticas educacionais. Doutor em Educação pela UFSC (2006) e Pós-doutor pela Faculdade de Educação da UFMG (2019). Membro da International Gramsci Society – IGS/Brasil, da Cátedra Paulo Freire/DPE/UFV (MG), e da RED Latino-americana para el cambio social. Líder do Grupo de Pesquisa Educação, conhecimento e processos educativos e Coordenador do Grupo de Estudos Gecece. Correio eletrônico: cezar.demari@ufv.br.

⁷ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa. Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Membro fundador da International Gramsci Society, IGS-Brasil. Tem experiência na área de Educação Básica e Superior, com ênfase em Pós-Graduação, Educação do Campo, Movimentos Sociais, trabalhando a temática de Sociedade do Conhecimento, suas relações com o Ensino Superior e com a formação de mestres e doutores. Atuou como professor e coordenador do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Doctum – Rede Doctum – e como membro do Comitê de Ética em Pesquisa. Correio eletrônico: phisamste@gmail.com.

⁸ Pós-doutorado em Educação do Campo e Agroecologia pela Faculdade de Educação da UFU. Atualmente é professor adjunto II da Universidade Federal de Viçosa (UFV), onde ministra as disciplinas metodologia do ensino de história, metodologia do ensino de geografia, estudos culturais e educação: docência e cinema, e didática geral (licenciaturas) no curso de pedagogia (DPE/UFV). Professor pesquisador e orientador efetivo do Programa de Pós-Graduação (mestrado) em Educação da Universidade Federal de Viçosa (PPGE-UFV). É professor, pesquisador e orientador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFV (PPGEO-UFV). Correio eletrônico: valter.fonseca@ufv.br.

⁹ Os movimentos sociais no Brasil há décadas vêm construindo práticas educativas em função de uma relação mais horizontalizada com a natureza e com as demais dimensões sociais. Em relação aos movimentos sociais, lutas nos diversos campos e, especialmente sobre o meio ambiente podem ser encontradas em Scherer-Warren (2008).

Campesina¹⁰ ao trabalharem as questões relativas ao que chamamos Bem-Viver. Percebe-se que se trata de um conceito que pode sofrer diversas variações, dependendo do ponto de vista de quem o examina. Por exemplo, tal conceito assume conotações totalmente adversas quando formulado pelos movimentos sociais do campo e quando defendido pelos agentes e gestores do modo de produção capitalista.

Diante da grande magnitude desta questão, antes de tratarmos do conceito de Bem-Viver, faz-se necessária uma revisita a outros conceitos que ressignifiquem suas bases de sustentação, especialmente “segurança alimentar” e “soberania alimentar” no campo conceitual da Agroecologia. Destacamos ainda que as relações de trabalho propostas por esses movimentos permitem compreender que o princípio educativo se reconfigura numa ampla defesa da vida, de novas aprendizagens, de alimentação saudável e defesa dos direitos sociais.

SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR NO CAMPO DA AGROECOLOGIA

Segurança e soberania alimentar parecem, à primeira vista, apresentar o mesmo significado. Porém, tratam-se de dois conceitos cujas bases alimentam debates que estão ainda distantes de uma unanimidade conceitual. São conceitos em construção nos movimentos sociais e em ampla disputa entre os movimentos sociais e os gestores e mentores da máquina de produção capitalista atuante no espaço agrário, especialmente na América Latina, com ênfase para o Brasil. Diante da impossibilidade da construção de um consenso faz-se necessária uma breve problematização acerca de tais conceitos, bem como de sua localização no terreno da agroecologia.

O conceito de segurança alimentar surgiu a partir da *Food Agriculture Organization* (FAO)¹¹ como um dos principais contrapontos aos

¹⁰ Fundada em 1993, na cidade de Mons, na França, congrega mais de 164 entidades de 73 países da América, África, Ásia e Europa. Interlocutora global da sociedade civil junto aos estados nas questões do campesinato. O Brasil é representado, dentre outros pelo MST, MAB, MPA e CIMI.

¹¹ A FAO foi criada em 1945 como agência da Organização das Nações Unidas (ONU), para tratar da questão da pobreza, alimentação e agricultura. Além de trabalhar no combate à pobreza e à insegurança alimentar, atua como agência de apoio aos países em desenvolvimento na formulação e execução de projetos.

impactos tecnológicos aplicados ao campo brasileiro, especialmente em decorrência do desenvolvimento potencial e acelerada da biotecnologia, principalmente aquela aplicada à agricultura. A partir daí este conceito se constitui o grande mote em torno do qual se trava um combate aos impactos causados pelos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), especialmente a transgenia de alimentos. Na medida em que se acirravam os impactos sobre os recursos naturais, em função dos cultivos das monoculturas de exportação, mais intensidade se acumulou sobre os debates em torno da segurança alimentar, ou seja, o fortalecimento da agricultura tradicional com a produção de alimentos mais saudáveis, garantindo, dessa forma, a segurança alimentar e a saúde das populações humanas.

Para ilustrar este debate nos valem da contribuição de Altieri (2010, p. 24):

No final de 1980 havia na América Latina cerca de 16 milhões de unidades de produção camponesa que ocupavam cerca de 60,5 milhões de hectares, ou 34,5 por cento do total da terra cultivada. A população camponesa inclui 75 milhões de pessoas que representam quase dois terços da população rural de toda a América Latina. O tamanho médio destas unidades produtivas é de aproximadamente 1,8 hectares e mesmo assim a contribuição da agricultura camponesa ao fornecimento geral de alimentos na região é significativa. Estas pequenas unidades de produção foram responsáveis por 41 por cento da produção agrícola para o consumo doméstico e de produzir, a nível regional, 51 por cento do milho, 77 por cento do feijão e 61 por cento da batata. A contribuição à segurança alimentar desde o campesinato é hoje tão crucial como há vinte e cinco anos.

Conforme nos informa Altieri (2010), os números deixam clara a importância da agricultura camponesa e ainda nos indicam que ela está na base da construção do conceito de segurança alimentar. Daí a importância da empiria camponesa e da necessidade de preservação das experiências históricas da diversidade cultural que mantêm, mais ou menos intactas, as bases das mais diversificadas experiências seculares dos pequenos camponeses no trato com a natureza (com a terra).

Agrega hoje 191 países membros e 78 escritórios regionais que servem como base de apoio para as consultorias em agricultura e alimentação.

Segundo Meirelles (2008, p. 1) o conceito de soberania alimentar foi inicialmente postulado pela Via Campesina e pode ser enunciado como “o direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e o direito de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo”. A Via Campesina amplia o conceito de soberania alimentar para as dimensões da energia, hídrica e genética, o que comporia um quadro amplo de defesa da autonomia dos povos juntamente com a produção de alimentos. Como princípios da produção alimentar estão o direito à preservação dos recursos naturais, produção de comida saudável, uso de técnicas e tecnologias da cultura camponesa, sistemas locais de produção, industrialização, circulação e comercialização e o necessário aporte de políticas públicas.

Portanto, quando vemos a proposição, entendemos que se trata de um conjunto de defesas cuja expressão mais refinada foi sintetizada pelo MST (2007) no 5.º Congresso Nacional:

[...] são necessárias plantações de alimentos de qualidade, por meio de práticas agroecológicas e sem agrotóxicos. As sementes e os conhecimentos históricos dos camponeses não podem ser apropriados de forma privada por empresas. Os trabalhadores rurais precisam controlar tanto a produção agrícola quanto o processamento dos alimentos para a comercialização, que deve ser dirigida para o mercado regional, com a venda do excedente para as grandes cidades.

Observe que o conceito de “soberania alimentar” elaborado pela Via Campesina é claro e objetivo. Ele explicita a dimensão política do direito à alimentação saudável e da decisão por parte dos camponeses, sobre os gêneros alimentícios produzidos bem como sua forma de produção para o Bem-Viver.

Novamente recorremos a Altieri (2010, p. 30) para complementar nossa argumentação:

Os movimentos camponeses e indígenas organizados que se baseiam na agricultura, como o movimento camponês internacional Via Campesina e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) do Brasil, há muito tempo sustentam que os agricultores precisam da terra para produzir a comida para suas próprias comunidades e seu país. Por esta razão, têm advogado por verdadeiras reformas agrárias para aceder e controlar a terra, a água e a agrobiodiversidade que

são de vital importância para que as comunidades sejam capazes de satisfazer as crescentes demandas de comida.

Nesta direção interpretativa, o conceito soberania alimentar vai além do que o conceito de “segurança alimentar” propõe, ou seja, ele acrescenta a este último a dimensão política: o direito e o poder de decisão na produção agrícola. Esta dimensão essencialmente política acrescentada pelo conceito de “soberania” traça a linha divisória entre o campo delimitado pela mais-valia decorrente das demandas, muitas vezes fictícias e induzidas pela produção de *commodities* e o campo delimitado pelo coletivo dos movimentos sociais. Dessa forma ele constrói alternativas para a fuga do controle dos mercados reguladores do grande capital inter/multi/transnacional.

A “AGROECOLOGIA” E OS SABERES POPULARES

Existem saberes populares no campo, derivados das experiências empíricas da relação do homem com a terra (da relação homem/natureza) e que passa de geração para geração. Estes saberes populares resultam das relações homem/natureza, na qual a terra possui valor social, que constrói a essência do homem no trato com a natureza, para produzir alimentos e o bem viver. Aqui, os saberes populares se somam na construção de um novo paradigma produtivo no campo, baseado no valor de uso social da terra, em contraponto com a mera lógica do mercado.

Então, sob esta outra lógica é que emerge a agroecologia como importante ferramenta para a edificação de uma agricultura alternativa no campo brasileiro, como uma autêntica pedagogia da terra, que concilie o uso da terra e seus recursos com técnicas de manejo e conservação (embasados em saberes populares milenares extraídos da experiência histórica do homem com a terra) que apontem para um desenvolvimento rural mais saudável.

Segundo Altieri (1987), Gliessman (1989), Sevilla (2000) e Leff (2002), a Agroecologia é um campo do conhecimento de caráter multidisciplinar que apresenta uma série de princípios, que nos permitem estudar, analisar, dirigir e avaliar agroecossistemas. Para Leff (2002, p. 36) “as práticas agroecológicas nos remetem à recuperação

dos saberes tradicionais, a um passado no qual o humano era dono do seu saber, a um tempo em que seu saber marcava um lugar no mundo [...] à época dos saberes próprios”.

A contribuição dos autores acima nos indicam o caminho para um sistema produtivo no campo mais sustentável, que recupere a intimidade do homem com a terra, que respeite os limites dos ecossistemas naturais e dos agroecossistemas, enfim, que restitua aos sujeitos que vivem do campo o valor de uso e a função social da terra. Isto não significa que a agricultura camponesa proponha desconsiderar a tecnologia moderna da agricultura, ao contrário, com elas são abertas novas possibilidades de conciliar técnicas modernas com a empiria camponesa criando, desta forma, um caminho que possa levar a um modelo mais sustentável para o campo.

É importante nos reportarmos novamente aos estudos de Leff (2002, p. 37) para que possamos mensurar a real relevância da agroecologia para um sistema produtivo mais sustentável:

A Agroecologia, como reação aos modelos agrícolas depredadores, se configura através de um novo campo de saberes práticos para uma agricultura mais sustentável, orientada ao bem comum e ao equilíbrio ecológico do planeta, e como uma ferramenta para a autossustentância e a segurança alimentar das comunidades rurais.

Complementando a contribuição de Leff (2002), Ribeiro e Freitas (2012, p. 91-92) dissertam sobre as vantagens da agroecologia:

Como vantagens do sistema agroecológico podem ser citadas: a possibilidade de renovação natural do solo (ciclo dos minerais), a reciclagem de nutrientes (mineralização destes), o uso do resíduo do lixo e a manutenção da biodiversidade. [...] A prática agroecológica é viável por permitir uma produção diversificada, com baixo investimento e grande retorno, sendo, por isso, consoante com a agricultura familiar e com as pequenas propriedades.

Assim, podemos verificar que a Agroecologia surge no cenário da agricultura camponesa como uma ferramenta potencial para a edificação de um novo modelo alternativo para a produção no campo e como instrumento para formação, ancorado no trabalho por intermédio da ciência e dos saberes tradicionais dos que vivem da terra.

O BEM-VIVER E A AUTONOMIA PROPOSTA PELO CAMPESINATO

Os movimentos sociais têm tornado cada vez mais explícito o conceito do “bem viver” como a finalidade da vida social, no sentido de garantir uma nova relação entre os seres humanos e a natureza. É um conceito que ganha destaque nos países latino-americanos a partir da perspectiva dos povos indígenas, conforme Gudynas e Acosta (2011). O Bem-Viver remete às experiências milenares de populações indígenas da Bolívia e Equador cultivando relações mais harmônicas entre as comunidades e a natureza. O sentido do Bem-Viver guarda em si reação aos modos de produção capitalista e a ampliação da consciência coletiva de que é necessário desenvolver outras relações econômicas, sociais e ambientais.

É importante notificar que o modelo de desenvolvimento atual está sustentado no uso dos recursos naturais e na manutenção das taxas de lucro e crescimento, reservando um papel periférico à América Latina (QUIJANO, 2000). Os países periféricos têm sido condicionados a abrir e explorar suas economias, florestas e outras riquezas, atingindo a esfera dos direitos sociais, em função deste modelo.¹²

As questões ambientais, especialmente a partir da segunda metade do século XX, têm emergido como um campo de estudos e de práticas, cujas contribuições têm feito avançar a consciência sobre os problemas causados pelos desequilíbrios sociais e ambientais, apontando caminhos de mudanças para relações socialmente justas em direção ao bem viver. Os movimentos sociais camponeses têm exercido protagonismo tanto teórico quanto prático como é possível observar nas atuações dos movimentos da Via Campesina, dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, Escolas Famílias Agrícolas (EFAS), Sindicatos Rurais, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), dentre outros. Por meio de suas práticas e discursos, emergem estreitas aproximação entre as questões ambientais e o bem viver. Dentre os movimentos acima destacamos a Via Campesina e o Movimen-

¹² Utilizaremos o conceito de países centrais e periféricos tomados de Giovanni Arrighi (1997) para demonstrar que as economias, tanto centrais quanto periféricas, tendem a criar relações que as auto-sustentem nas mesmas posições. As periféricas introduzindo sacrifícios em nome de uma possibilidade de chegarem a ser ricos. As centrais, de sua parte, criando regras para assegurar que as periferias se mantenham submissas.

to dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), que incluem em suas pautas a defesa dos princípios da agroecologia e soberania alimentar, uso sustentável do solo, processos organizativos baseados na solidariedade e na organização coletiva dos grupos sociais e a luta social como mediação educativa. Importante notificar que, as pautas relativas ao meio ambiente, alimentação saudável e segurança alimentar, são introduzidas entre as décadas de 1980 e 1990, nos movimentos camponeses e se somam às pautas históricas da luta pela Reforma Agrária. Desse modo apresentam, renovam e atualizam as pautas ambientais, tornando o campo normativo, práticas educativas e organizativas.

Na Convenção Nacional de 30 de janeiro de 2016 o MST aprovou a Carta de Caruaru, em que estabelece quinze prioridades de ações, dentre elas destacamos a 13.^a:

Lutaremos pela Reforma Agrária Popular, centrada na distribuição da terra às famílias camponesas e em um novo modelo de agricultura brasileira. Uma agricultura que priorize a produção de alimentos saudios, baseada na agroecologia e na cooperação agrícola, associada com a implantação de agroindústrias nas áreas da Reforma agrária. (MST, 2015, Item 13).

O item 13 desta Convenção sintetiza a prática da agroecologia acompanhada de outras práticas necessárias para a produção alimentar saudável em um projeto agrário popular. Indica com isso o que já havia sido anunciado no passado, como projeto atualizado e incorporando, tendo como horizonte o Bem-Viver.

DEMOCRACIA POPULAR E EDUCAÇÃO

O MST possui uma vasta pauta, que resulta de décadas de organização com a qual conduz o seu projeto.¹³ Nela estão inseridas as temáticas mais atuais e necessárias na defesa dos direitos sociais. O que diferencia este movimento social dos demais é sua capacidade de organização nos níveis nacional e internacional, difusão midiática,

¹³ Projeto do MST, pode ser encontrado em diversos momentos discursivos e práticos, seja por documentos, manifestações públicas, ocupações e outros, e está ancorado na garantia e conquista da terra, na defesa de relações da democracia popular, de poderes horizontalizados, apontando para a superação das desigualdades sociais e a concentração dos meios de produção. Nesse sentido o Projeto é nominado de “popular”, porque nasce das organizações de base camponesa e se soma às de outras atividades e áreas.

constituição de símbolos, capacidade de negociação, bem como sua presença junto aos camponeses:

O Movimento Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais. Mesmo depois de assentadas, estas famílias permanecem organizadas no MST, pois a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária (MST, 2015).

O processo organizativo demanda espaços permanentes de diálogos, planejamentos e reflexões, de tal modo que a sua capacidade de permanecer como uma organização viva e atuante esteja diretamente vinculado a sua função “democrática-educativa”:

Com esta dimensão nacional, as famílias assentadas e acampadas organizam-se numa estrutura participativa e democrática para tomar as decisões no MST. Nos assentamentos e acampamentos, as famílias organizam-se em núcleos que discutem as necessidades de cada área. Destes núcleos, saem os coordenadores e coordenadoras do assentamento ou do acampamento. A mesma estrutura se repete em nível regional, estadual e nacional. Um aspecto importante é que as instâncias de decisão são orientadas para garantir a participação das mulheres, sempre com dois coordenadores, um homem e uma mulher. E nas assembleias de acampamentos e assentamentos, todos têm direito a voto: adultos, jovens, homens e mulheres (MST, 2015).

Por meio do Boletim da Educação, n. 09, de dezembro de 2004, o Coletivo Nacional do Setor de Educação do MST traz a público um retrospecto dos vinte anos em que aliou sua demanda por Reforma Agrária ao caráter educacional, conforme excerto abaixo:

No início nossa visão do direito e nossas pernas de luta iam até a educação fundamental para crianças e adolescentes; aos poucos fomos nos encontrando com a alfabetização e logo com a educação de jovens e adultos; depois com a educação infantil e mais recentemente com a educação universitária [...] Em dados estimados podemos dizer que o MST conquistou em 20 anos aproximadamente 1500 escolas públicas nos seus acampamentos e assentamentos, colocando nelas em torno de 160 mil crianças e adolescentes Sem Terra, e ajudando a formar os seus mais de 4 mil educadores; também desencadeou um trabalho de alfabetização de jovens e adultos (MST, 2004, p. 12).

Para a educação de seus membros e para a divulgação de suas ações, o MST possui um conjunto de materiais (in)formativo, como revistas, folhetos, vídeos, cartilhas, dentre outros, contendo referências aos temas contemporâneos, objetos de reivindicações, como por exemplo, a Reforma Agrária.¹⁴ Dentre os materiais encontramos diversas referências sobre as questões ambientais, sobretudo vinculadas a produção sem agrotóxico com relatos práticos de assentamentos que introduziram a produção agroecológica, com finalidade ao Bem-Viver.

PARA UMA BOA ALIMENTAÇÃO

A temática sobre a agroecologia entra na pauta da formação dos membros do MST a partir do ano de 1995. O enfoque ambiental passará por dois grandes momentos que se entrecruzam, a transição para agroecologia e a introdução da temática como eixo da formação dos assentados.

Conforme Borges (2009) o movimento de transição para uma agricultura agroecológica foi inserida por ocasião do 3.º Congresso Nacional, no ano de 1995, em Brasília (DF). A opção neste momento era de assumir a produção sustentável como resposta à crise do sistema cooperativista.¹⁵ A transição foi aprofundada quando no 4.º Congresso Nacional, em 2000, também em Brasília, a agroecologia foi definida como principal estratégia da produção dos assentamentos rurais. Compunha os princípios da ação o enfrentamento do agronegócio, enfoque na produção local com acento no meio ambiente, resgate das culturas campestres e dos conhecimentos tradicionais aliados às tecnologias.

Em 2006, o MST divulga em jornal dos Trabalhadores Sem Terra uma edição defendendo a agroecologia como modelo de produção para o campo:

¹⁴ Disponível em: www.mst.org.br.

¹⁵ A crise da forma de organização produtiva cooperativa ao longo das décadas de 1970 e 1980 fez com que o MST repensasse suas estratégias. O modelo cooperativista teve seu esgotamento porque sofreu a pressão do agronegócio e perdeu sua capacidade de sustentação da produção dos assentados.

Atualmente existem várias iniciativas em todo o país que comprovam a eficiência deste sistema da produção. No Paraná, as 20 famílias do assentamento Santa Maria consolidaram a produção de cana-de-açúcar, onde produzem de 12 a 15 toneladas de açúcar mascavo por mês. A produção atende, além do comércio local, estados como RJ, MS e SP. (JST, 2006a, n. 263).

O jornal também aponta para o crescimento da adesão de agricultores e de entidades vinculadas ao campo, na medida em que os princípios se tornam realidade produtiva:

De 7 a 10 de junho (2006), em Cascavel, no PR, aconteceu a 5.^a Jornada de Agroecologia, com a participação de cerca de 5 mil pessoas. Já de 2 a 6 de junho, em Recife, PE, mais de 1.500 pessoas estiveram presentes no II Encontro Nacional de Agroecologia (ENA). Promover a substituição da matriz de produção convencional em produção agroecológica, para preservar a biodiversidade e garantir a soberania alimentar foi a principal tese reafirmada pelas 18 organizações que compõem a 5.^a Jornada de Agroecologia. (JST, 2006a, 264).

As atividades do MST junto a Via Campesina são reforçadas por mobilizações, protestos, denúncias e por uma profunda articulação entre a teoria e ação, unidade que sustenta a pauta de uma agricultura livre de agrotóxicos, pela soberania alimentar e pela defesa das sementes crioulas, pela diversidade biológica e pelo bem viver:

As mobilizações da Via Campesina durante a COP-8 (8.^a Conferência Internacional das Partes sobre Diversidade Biológica), da Convenção de Diversidade Biológica (CDB), das Nações Unidas, marcaram as atividades dos delegados de 188 países e 120 ministros de Estado da área ambiental, que discutiram o futuro da biodiversidade em Curitiba, no Paraná. (JST, 2006b).

Na pauta, além da diversidade biológica, o MST assumiu a produção livre de agrotóxico, por entender que tanto a produção de alimento deve ser saudável, quanto o controle da produção não pode ficar refém de empresas controladoras de produtos químicos, sementes, ou do tipo de ciência que é aplicada no campo.¹⁶

¹⁶ Syngenta, Monsanto, Bayer, Cargill, Bunge, ADM, Nestlé, Basf, Aracruz, Stora Enso, dentre outras empresas multinacionais têm sido alvo das denúncias do MST, ao longo das últimas duas décadas, por representarem a forma mais avançada do capitalismo no campo e a destruição dos mecanismos de uma agricultura para o Bem-Viver.

As experiências construídas pelas comunidades camponesas, articuladas pela Via Campesina demonstram a potência da organização coletiva e das proposições vindas do campo. A cada iniciativa se somam novas experiências e novos desafios reforçando as práticas ambientais. A experiência do Pontal do Paranapanema (SP)¹⁷ se projeta como um modelo possível na recuperação de áreas degradadas com a implementação da agricultura diversificada, produtora de alimento e adequada às pequenas propriedades familiares assentadas:

Nasce com isso [com o assentamento do Pontal do Paranapanema] as experiências de resgate da agrobiodiversidade através da implantação de doze unidades de áreas demonstrativas em sistemas agroflorestais. O que inclui o maior número de plantas condimentares, medicinais, frutíferas tropicais e nativas, café, árvores exóticas e nativas para utilização da madeira, lenha e principalmente a segurança alimentar. (JST, 2007).

Os depoimentos dos assentados do Pontal demonstram a força da agroecologia frente ao modelo de produção padrão, indicando que os processos das aprendizagens ocorrem na articulação de ações refletidas e vinculadas a um projeto de defesa da produção camponesa. As experiências propõem a ampliação do processo participativo de tal modo que todos, crianças, jovens, mulheres, homens, aprendem com as novas práticas, como observamos no excerto abaixo:

Estamos criando nossos filhos com base no respeito à biodiversidade, à terra. Este trabalho também nos ajuda na organização das mulheres. Além disso, consumimos alimentos saudáveis”, afirma a camponesa Claudete Aparecida de Lima, do assentamento Laudenor de Souza. (JST, 2007).

A escola do campo introduz nos processos formativos dos assentados essas práticas, pois por meio delas se reconstituem as relações culturais que reforçam a identidade camponesa e suas formas de produzir.

Na medida em que transitamos na base de dados do MST vamos observando que o eixo agroecológico se apresenta como mais

¹⁷ Região localizada a sudoeste do Estado de São Paulo, com histórico marcado pela grilagem de terras. Os movimentos de pequenos agricultores se fortalecerão por volta da década de 1990 com a chegada do MST, denominado Movimento Sem Terra do oeste de São Paulo.

um elemento de resistência ao modelo da produção de *commodities* e do *business* agrícola. Dentre as temáticas atuais presentes nos informativos escritos pelos membros do MST ou veiculados em seus informativos, destacamos a questão da abordagem sobre os agrotóxicos, apresentado no próximo item.

PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA AOS AGROQUÍMICOS

No Caderno 2, o MST (2010) trata do uso de agrotóxicos, suas causas e seus efeitos, assim como as alternativas viáveis para a superação desta prática. Em virtude dos recentes estudos demonstrando os males causados pelo uso de agrotóxicos na produção de alimentos em larga escala, o movimento pauta suas ações em torno da reformulação do quadro atual da produção alimentar. Com a aplicação de produtos químicos nas lavouras, o uso de agrotóxicos deixa de ser uma questão relacionada especificamente à produção agrícola e se transforma em um problema de saúde pública e de preservação da natureza.

O uso dos agrotóxicos está diretamente relacionado com a indústria do campo, articulada por empresas multinacionais responsáveis pela manutenção dos agroquímicos desde a década de 1960, com a chamada Revolução Verde. Esta representou a “modernização” com a produção dependente do uso dos pacotes agroquímicos, adubos, sementes melhoradas ou modificadas e venenos, criando um ciclo de interdependência que ainda atualmente é incentivada e se expande, ameaçando até as plantações que não utilizam estes agroquímicos em sua produção.¹⁸

A Agroecologia é assumida na perspectiva dos movimentos sociais como uma prática que busca superar as consequências provocadas pela contaminação por agrotóxico (PALMA, 2011).¹⁹ O Caderno n. 9 do MST (1996), já sugeria como tarefa essencial combater o

¹⁸ Um exemplo característico de contaminação indireta por agroquímicos é a pulverização aérea. Em regiões de vastidão territorial, ao despejar os agrotóxicos nas plantações-alvo da investida, resquícios destes componentes quimicamente sintetizados acabam por percorrer grandes distâncias devido às correntes de vento e atingem plantações orgânicas que optaram por não fazer o uso destes produtos.

¹⁹ Uma consequência do alto consumo de agrotóxico no país foi documentada por Palma em 2011, em uma pesquisa da Universidade Federal do Mato Grosso em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz. O estudo coletou amostras em mulheres do município de Lucas do Rio Verde (MT), um dos maiores produtores de

modelo agrícola de produção por meio da agricultura agroecológica, economia solidária e estratégias de produção e consumo fora do eixo padrão. Desta forma a produção destes materiais centra o foco na preparação de subsídios que demonstrem novas práticas e permita amplo diálogo com a sociedade.

O foco no combate aos agrotóxicos é amplo e busca também demonstrar os prejuízos acometidos à saúde humana. Estima-se que os agrotóxicos são responsáveis por mais de vinte mil mortes por ano, sendo que a maioria ocorre nos países pobres, onde aproximadamente vinte e cinco milhões de trabalhadores agrícolas são intoxicados de forma aguda anualmente (ARAUJO; NOGUEIRA; AUGUSTO, 2000).

O mercado brasileiro de agrotóxicos, de acordo com Weissheimer (2011), é o maior do mundo, com 107 empresas aptas a registrar produtos, e representa 16 % do mercado mundial. Além disso, o Brasil também ocupa a sexta posição no *ranking* mundial de importação de agrotóxicos. A entrada desses produtos em território nacional aumentou 236 %, entre 2000 e 2007. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil é o principal destino de agrotóxicos proibidos no exterior. Dez variedades vendidas livremente aos agricultores não circulam na União Europeia e Estados Unidos porque foram proibidas pelas autoridades sanitárias desses países.

Em virtude deste cenário, não é difícil de entender o posicionamento da Via Campesina e do MST na defesa da agricultura sem agroquímicos. Essas organizações buscam transmitir a mensagem de que os alimentos contaminados além de se destinarem a a alimentação sustentam uma forma de produção, onde a finalidade não é o bem viver, mas as formas de lucros solicitados nas relações de produção. Em reportagem da Folha de São Paulo, de 04 de outubro de 2015, podemos observar uma percentagem de 31 % presentes na alimentação cotidiana e uso de agrotóxicos proibidos na produção de alimentos, somente no Estado de São Paulo:

Análise por amostragem da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) em alimentos típicos da cesta básica que circularam no

soja do país. Em 100 % delas foi encontrado ao menos um tipo de princípio ativo desses produtos. Em algumas delas, até seis tipos.

Estado de São Paulo em 2014 mostrou que 31 % tinham agrotóxicos proibidos ou em quantidade acima da permitida para os produtos. (GERAQUE, 2015, Folha de São Paulo, Cotidiano, p. 1).

Esta mesma reportagem aponta ainda para o problema das Agências de regulação responsáveis pela realização de ações conjuntas entre a ANVISA, Ministério da Saúde e Ministério do Meio Ambiente. Por vezes, as análises dos mesmos produtos nos mesmos períodos trazem resultados diferentes.

A agricultura campesina questiona a monocultura na produção de alimentos como observamos na afirmação de um membro do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) Odair José de Souza, veiculada no sítio virtual do MST:

Temos outro entendimento de campo. O monocultivo não é alimento e não se sustenta. Tem que haver uma diversificação de produção, um cuidar do campo. O monocultivo despreza a água, os recursos naturais, as florestas. Em Rondônia, por exemplo, derrubam babaçu, que dá uma variedade de alimentos, para plantar soja. É uma estupidez! (COUTINHO JUNIOR, 2015).

As práticas introduzidas pela agricultura familiar não podem se resumir a uma cópia em escala menor do agronegócio, uma espécie de “agronegocinho”, ao contrário a defesa do MST se coloca na direção do bem viver, conforme fala Karen Friedrich:²⁰

Na questão da promoção da saúde, seria importante incentivar iniciativas como o incentivo às práticas agroecológicas, para buscar a produção de alimentos sem o uso de venenos e visando também uma lógica de justiça ambiental e social nos sistemas produtivos. (IHU, 2015).

As defesas do agronegócio, normalmente baseadas em estudos limitados às próprias empresas produtoras de agrotóxicos, ou por meio de estratégias discursivas que buscam subverter as análises mais profundas como a veiculada por agrônomo da EMBRAPA, Alfredo José Barreto Luiz (2015) com título: *Agrotóxicos são do mal*. O ar-

²⁰ Formada em biomedicina pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), mestrado e doutorado em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz. Atualmente é servidora pública do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS) da Fundação Oswaldo Cruz e professora assistente da UNIRIO.

tigo sugere que o agrotóxico é bom se for utilizado de modo racional. A tese está baseada na premissa de que a perniciosidade dele estaria relacionada simplesmente ao uso incorreto por quem o manipula, ou seja, por responsabilidade do agricultor que não soube dosá-lo. Em resposta a este artigo o Professor Paschoal,²¹ da ESALQ (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo – SP), alerta para os problemas do/no uso de agrotóxicos na produção alimentícia brasileira:

É inconcebível falar em uso racional de venenos, exceto quando em doses homeopáticas, o que não é o caso dos agrotóxicos. Enquanto acreditarmos que esses produtos são um mal necessário aos agricultores e não um bem necessário às multinacionais do ramo agroquímico, teremos de continuar consumindo alimentos envenenados, aceitando passivamente a contaminação dos recursos naturais indispensáveis à sobrevivência das gerações presentes e futuras. (PASCHOAL, 2015)

Nesse sentido, os movimentos do campo apresentam o conceito da agroecologia como um passo à frente na história da agricultura brasileira em busca do Bem-Viver. Os impactos de uma produção agroecológica são de ordem social, política e econômica, já atestadas e veiculadas pelos defensores dos movimentos sociais e por órgãos oficiais. Estudos do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (2011) demonstram que mais de 70 % da alimentação do Brasil é produzida na propriedade familiar, responsável por 74 % pela ocupação da população campestre e por 10 % do PIB. Portanto, a base da alimentação nacional está ancorada nas famílias camponesas; manter a produção saudável e políticas agroecológicas é uma questão de saúde pública, de equilíbrio no emprego e na capacidade produtiva do país e do Bem-Viver.

PARA NÃO CONCLUIR!

A compreensão do MST e da Via Campesina sobre os alimentos, o Bem-Viver, a educação e o uso dos recursos naturais se aproxima

²¹ Adilson D. Paschoal é professor Sênior do Departamento de Entomologia e Acarologia da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz, USP.

daquilo que Enrique Leff (2015) designa de “racionalidade ambiental”, na medida em que a natureza é mediação produtiva na incorporação das racionalidades, técnica e social, cuja ideia é uma produção humanista e a reapropriação da natureza nas relações sociais, pela democracia, participação, articulados pelas dinâmicas “locais”.²²

Como as novas tendências mundiais têm apresentado à sociedade constantes provocações relativas ao meio ambiente e ao desenvolvimento, muito se discute sobre essas temáticas, sobretudo pelas agressivas forças produtivas atuais que se moldam e se constituem a partir de padrões energéticos que depredam os recursos naturais e humanos. Conforme Pádua (2002), os efeitos do modelo dominante de desenvolvimento têm resultado na concentração de poder e consequências sociais que atingem os direitos básicos das populações, além da perda acelerada das riquezas culturais e naturais que se formaram através dos tempos.

Souza (2008) vai mais além e afirma que a constituição do Setor de Educação no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, juntamente com a crítica ao paradigma de educação rural, tem influenciado sobremaneira o modo como as pesquisas em educação do campo estão se desenvolvendo, o que por sua vez leva, inevitavelmente, à construção e conseqüente remodelação da ótica com que esta realidade social é analisada e novos processos produtivos são implementados no campo, com foco na agroecologia.

O MST e a Via Campesina como movimentos de trabalhadores camponeses indicam também que o Brasil produz muitos sem-terra, ou seja, que há uma injustiça na base agrária do país. Estes, por sua vez, ao buscarem o seu direito à terra não só o fazem, mas acrescentam elementos novos ao uso e sentido aos bens naturais e especialmente a terra. Nesse sentido os compromissos ambientais do MST e da Via Campesina ultrapassam meramente o uso da terra e incorporam a vida real, a cultura introduzindo uma nova forma de relação entre os assentados, sustentada pela perspectiva do Bem-Viver.

²² Colocamos aspas (“”) para sinalizar que compreendemos a existência do “local” mediado pelas dimensões universais, entre elas, política, econômica, e cultura. Hoje, já matizadas em vários estudos pelo MDA e outros órgãos institucionais ou não, tem sido demonstrado que as dinâmicas locais na agricultura apresentam importantes proposições, soluções e reflexões sobre a produção agrícola brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALTIERE, Miguel. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Nera**, Presidente Prudente (SP), ano 13, n. 16, 2010.
- ALTIERE, Miguel. **Agroecology**: the scientific basis of alternative agriculture. Colorado: Westview, Boulder, 1987.
- ARAUJO, A. C. P.; NOGUEIRA, Diogo P.; AUGUSTO, Lia G. S. Impacto dos praguicidas na saúde: estudo da cultura de tomate. **Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 309-313, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0034-89102000000300016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 jun. 2015.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.
- BORGES, L. J. MST: do produtivismo à agroecologia. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DA UFPR, 1., 2009. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/sociologiapolitica/gtsonline/gt7%20online/mst-produtivismo-julianoborges.pdf>. Acesso em: 13 out. 2015.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Agricultura familiar produz 70 % de alimentos do país, mas ainda sofre na comercialização. **Caderno Economia e Emprego**, Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/> Acesso em: 04 fev. 2016.
- COUTINHO JUNIOR, J. “O povo brasileiro não se alimenta, come algo que acha ser alimento”, afirma liderança do MPA. **Brasil de Fato**, 06 nov. 2015.
- FAO. Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial & Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação. **Cúpula Mundial de Alimentação (Word Summit Food)**. 13-17 de novembro de 1996, Roma-It. Disponível em: <https://www.fao.org/3/w3613p/w3613p00.htm>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- GERAQUE, Lucas. Ferraz. Eduardo. Sem controle, alimentos circulam no país com agrotóxico irregular. **Folha de São Paulo**, Caderno Cotidiano, 2015 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/10/1689919-sem-controle-alimentos-circulam-no-pais-com-agrotoxico-irregular.shtml?loggedpaywall>. Acesso em: 17 nov. 2015.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecology**: researching the ecological basis for sustainable agriculture. New York: Springer-Verlag, 1989.
- GUDYNAS, E.; COSTA, E. La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, Maracaico – VE, ano 16, n. 53, p. 71-83, 2011.
- JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (JST). São Paulo, n. 261, ano 24, 2006a. Disponível em: www.mst.org.br. Acesso em: 23 de jan. 2016.
- JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (JST). São Paulo, n. 263, ano 24, 2006b. Disponível em: www.mst.org.br. Acesso em: 23 de jan. 2016.

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (JST). São Paulo, n. 270, ano 25, 2007. Disponível em: www.mst.org.br. Acesso em: 23 de jan. 2016.

LUIZ, Alfredo José Barreto. Agrotóxicos são do mal? **Boletim Informativo do Sistema FAEP**, n. 1.323, 2015. Disponível em: <http://www.sistemafaep.org.br/boletim/bi-1323-outubro>. Acesso em: 12 out. 2015.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, 2002.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

LESBASPIN, I. **A sociedade do “bem-viver”**. 2001. Disponível em: http://www.pucminas.br/documentos/ivo_les_pdf.pdf. Acesso em: 22 jan. 2015.

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

MEIRELLES, L. Soberania alimentar e a construção de mercados locais para produtos da agricultura familiar. **Boletim Informativo**, Edição Especial, v. 1, 2008. Disponível em: www.centroecologico.org.br/boletim_download.php?id_boletim=96&tipo=pdf. Acesso em: 28 jan. 2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Terra não se ganha, se conquista. **Caderno de Formação**, São Paulo, n. 9, 1986.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Quem Somos? 2015. Disponível em: <http://www.mst.org.br/quem-somos/#full-text>. Acesso em: 17 maio 2015.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Agroecologia, soberania alimentar e cooperação. **Caderno**, n. 2, 2010. (Coleção Sempre é Tempo de Aprender).

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Quem Somos? 2015 Disponível em: <http://www.mst.org.br/> Acesso em: 14 de dez. 2015.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Brasil tem o pior cenário do mundo em relação aos agrotóxicos, adverte especialista. 2015. Disponível em: www.mst.org.br Acesso em: 18 fev. 2016.

PALMA, D. C. A. Agrotóxicos em leite humano de mães residentes em Lucas do Rio Verde (MT). 2011, 103 f. **Dissertação** (Mestrado em Saúde Coletiva). Instituto de Saúde Coletiva. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá (MT), 2011.

PASCHOAL, A. Agrotóxicos são do mal, sim! **Carta Maior**. 2015. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Agrotoxicos-sao-do-mal-sim-/3/35047>. Acesso em: 11 fev. 2016.

QUIJANO, A. El Fantasma del Desarrollo en América Latina. In: ACOSTA, A. (Comp.). El desarrollo en la globalización el resto de América Latina. Caracas: **Nueva Sociedad e Ildis**, 2000. p. 11-27.

- RIBEIRO, D. D.; FREITAS, L. F. Agroecologia: realidades e possibilidades produtivas. *In: Agroecologia: práticas e saberes*. Catalão (GO): Gráfica Modelo, 2012.
- SOUZA, M. A. A pesquisa em educação e movimentos sociais do campo. *In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO* (ANPED), 31., Caxambu (MG), 2008. Disponível em: <http://31reuniao.anped.org.br/trabalhos/mariaantoniadesouza.rtf>. Acesso em: 15 ago. 2013.
- VIA CAMPESINA. Soberania alimentar, os agrocombustíveis e a soberania energética. **Cartilha**, 2007.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? **Cadernos CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, 2008.
- SEVILLA, E. Agroecología y desarrollo rural sustentable: una propuesta desde Latinoamérica (mimeo). *In: SARANDON, Santiago (ed.). Agroecología: el camino para una agricultura sustentable*. Rosario (Arg.): s.n., 2000 (Escrito para el primer manual argentino de agroecología).
- SOBREIRO FILHO, J. A luta pela terra no pontal do paranapanema: história e atualidade. **Revista Geografia em Questão**, Marechal Cândido Rondon – PR. v. 5, n. 01, p. 83-114, 2012. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/4981>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- WEISSHEIMER, M. A. *Ranking* da Anvisa aponta alimentos contaminados por agrotóxicos. **Carta Maior**, 2011. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Ranking-da-Anvisa-aponta-alimentos-contaminados-por-Acagrototoxicos%0D%0A/3/18208>. Acesso em: 10 dez. 2013.

QUESTÃO AGRÁRIA E TRABALHADORAS/ES DO CAMPO: TERRA, PODER E TRABALHO NA FORMAÇÃO DO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO

Mailiz Garibotti Lusa²³

INTRODUÇÃO

A questão agrária no Brasil, enquanto particularidade da questão social, o modo de vida e de trabalho camponês, suas lutas e processos coletivos de construção de identidade, bem como as potencialidades de transformação societária de que é prenhe o espaço rural nem sempre aparecem nos debates e na produção do conhecimento em Serviço Social. Isso não é um problema, mas uma característica da abordagem do tema, que, de forma geral, não se diferencia em relação a algumas outras áreas de conhecimento.

Este certo apagamento nos debates profissionais é produto e produtor da sociabilidade capitalista, que para manutenção da exploração baseada na contradição entre capital e trabalho, geradora do binômio desigualdades *versus* privilégios, delibera o que e como conferir visibilidade e invisibilidade na sociedade brasileira de capitalismo dependente.²⁴ Um dos principais determinantes que lega-

²³ Assistente Social formada pela UFSC, mestre e doutora em Serviço Social pela PUC-SP e pós-doutoranda em Serviço Social pela UERJ. Professora Associada I do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Correio eletrônico: mailiz.lusa@ufsc.br.

²⁴ Ao indicar “certo apagamento” se está relativizando a invisibilidade que é conferida ao espaço rural, isto porque nem todo processo agrário sofre tal apagamento. Há uma dialética entre a visibilidade de alguns processos interessantes à sociabilidade capitalista e de invisibilidade de outros que desinteressam ao sistema (LUSA, 2012). Ao longo do estudo serão apresentados alguns elementos que apontam esta dialética da (in)visibilidade. Neste momento, para ilustrar, cita-se a campanha publicitária lançada em 2016 pela Rede Globo de Televisão, voltada à construção de uma imagem moderna e positiva do agronegócio em que se afirma “O agro é *tech*, o agro é *pop*, o agro é tudo” (SANTOS, SILVA, MACIEL, 2019).

ram este “lugar” e “não-lugar” advém da conotação de atraso aferida ao espaço rural e à economia agrária, em contraposição à modernidade atribuída ao espaço urbano e aos processos de industrialização. Foi na transição entre os séculos XIX e XX, com a ânsia pela industrialização, que se imputou ao campo a responsabilidade pelo atraso no desenvolvimento econômico do país:

É preciso lembrar que essa concepção dualista derivava, no fundo, da própria constatação de dois mundos “separados” — o subdesenvolvido e o desenvolvido. E as propostas formuladas para a superação desse pretenso antagonismo derivavam da imitação do caminho percorrido pelos países desenvolvidos, como se os países hoje ditos desenvolvidos tivessem sido um dia subdesenvolvidos. A industrialização era apresentada como a fórmula milagrosa capaz de, por si só, gerar o desenvolvimento; e o setor agrícola, apontado como o responsável pelo atraso desses países, deveria ceder a sua posição dominante na economia (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 17).

Um dos efeitos do dualismo foi a concepção fragmentada entre campo e cidade, esmaecendo as singularidades que são constitutivas destes espaços e retirando uma análise estrutural e de totalidade da própria sociedade. Tal concepção foi e continua funcional para o capitalismo imperialista, que preza pela manutenção dos padrões de dependência em países como o Brasil, pois subjuga, domina e explora política, cultural, social e economicamente.

No âmbito da problematização das (in)visibilidades é que se encontra o tema deste estudo: a questão agrária, a classe trabalhadora camponesa e a potencialidade transformadora de suas lutas, seus modos de vida e de trabalho. Para tratá-lo, é imprescindível situar a questão agrária a partir da particularidade da formação sócio-histórica brasileira, na correlação com o desenvolvimento do modo de produção no continente Latino-Americano. Busca-se refletir sobre os aspectos centrais da dinâmica de vida da classe trabalhadora do campo, a fim de identificar suas estratégias de lutas e de resistências como elementos constitutivos da própria história e da história do país.

A classe trabalhadora do campo é bastante diversa e apenas enquanto perfil de classe é possível expressar esta identidade no singular. Neste sentido, alerta-se que não serão tratados um ou outro grupo específico constitutivo do campesinato — como concepção

generalista. Pelo contrário, ao longo da reflexão, mas, especialmente, nos itens que tratarão sobre a diferenciação camponesa e sobre o modo de vida e de trabalho, serão apresentados apontamentos que possibilitarão identificar as ruralidades distintas. De forma geral, busca-se apontar elementos estruturais da questão, a fim de contribuir para que o próprio leitor possa levantar e analisar aspectos específicos do modo de vida e de trabalho de grupos humanos como as populações remanescentes de quilombos, indígenas, assentadas da reforma agrária e de agricultores familiares. Ainda que existam povos quilombolas e indígenas urbanos, sua maior presença é no campo. Já as populações em luta e assentadas pela reforma agrária, bem como as da agricultura familiar tem no campo, *stricto sensu*, o espaço que alicerçam suas relações sociais e seu modo de vida.

Em termos metodológicos este estudo caracteriza-se como um ensaio teórico, resultante de pesquisa orientada pela perspectiva do materialismo histórico-dialético de Karl Marx (1818-1883), de caráter exploratório, com abordagem qualitativa e metodologias de tipo bibliográfico e documental. As reflexões foram organizadas em cinco seções além desta introdução e das considerações finais.

Na primeira apresentam-se alguns apontamentos sobre o modo de produção e singularidades das formações sociais na América Latina. Na sequência aborda-se a apropriação privada da terra e o trabalho compulsório como fontes de riqueza durante o escravismo colonial no Brasil. Na terceira seção discute-se a construção da hegemonia burguesa, a partir dos ciclos agrários de acumulação, tomando por base os estudos de Ruy Moreira. Na quarta seção reflete-se sobre o gradual processo de formação da classe trabalhadora no campo e, por último, na quinta seção problematiza-se a centralidade do trabalho e a diversificação da agricultura na constituição da identidade camponesa. Conclui-se indicando a potencialidade revolucionária da classe trabalhadora camponesa no que tange a transformação societária.

MODO DE PRODUÇÃO E SINGULARIDADES DAS FORMAÇÕES SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

Tratar sobre a questão agrária no Brasil e a configuração dos modos de vida da classe trabalhadora do campo exige primeiramente identificar os elementos estruturais que vão conformando a economia ao longo do processo histórico de formação social e a sua relação com o espaço rural e as ruralidades. É certo que para identificar os elementos que particularizam a nação é necessário um olhar mais amplo, dirigido a outras formações sociais, por isso neste item serão tratadas as particularidades brasileiras a partir de apontamentos gerais sobre as principais singularidades das formações sociais Latino-Americanas. Esta é a tarefa assumida nesta primeira parte do estudo.

Antes, contudo, será necessário ser mais radical e ir à raiz para tratar sobre o desenvolvimento do modo de produção no Brasil, apontando os elementos que vão conferindo forma e estrutura à atual sociabilidade. Trata-se de um processo que torna o país independente, enquanto nação politicamente soberana, mas o mantém extremamente dependente no plano econômico. Neste sentido, este primeiro item do estudo será dedicado à discussão do modo de produção que vai se constituindo dialética e historicamente, buscando entender como a terra e as formas de exploração que se instalam sobre ela, fundamentalmente ancoradas no trabalho humano — escravo e apenas tardiamente assalariado —, vão se configurando enquanto determinantes estruturais para o tipo de capitalismo aqui instalado.

Não há dúvidas de que se trata de um capitalismo totalmente conectado com a ordem econômica mundial em seu caráter imperialista, que se particulariza em economias periféricas como um capitalismo dependente. Nestes territórios, respeitadas as singularidades de cada formação social, a dominação de classe ainda é exercida pelas antigas elites dominantes, configurando um poder oligárquico, que, no caso do Brasil, é fortemente ruralista e ancorado no setor primário-exportador. Assim, portanto, tratar-se-á neste item sobre o modo de produção que estrutura as relações sociais e conforma a nação, o qual conecta-se com as características gerais da América Latina e com as singularidades brasileiras. Isso porque:

O estudo de uma formação social deve começar pelo estudo do modo de produção que lhe serve de base material. As formações sociais podem conter um único modo de produção, o que lhes atribuirá homogeneidade estrutural. Podem conter, no entanto, vários modos de produção, dos quais o dominante determinará o caráter geral da formação social. Comumente, os próprios modos de produção não são puros, mas encerram categorias insuficientemente desenvolvidas ou decadentes, que representam embriões ou sobrevivências de modos de produção diferentes (GORENDER, 1978, p. 25).

Esta definição é oportuna ao que se deseja apontar como elemento inicial na reflexão: ao longo do processo histórico desenvolve-se no Brasil uma economia conectada com a ordem mundial hegemônica, todavia perpassada por singularidades aqui conformadas pela junção de várias categorias presentes em diversos modos de produção que aqui se fizeram novos, pois se distinguiram dos antecedentes. Esta concepção possibilita o reconhecimento de um modo de produção híbrido, que particularizou a formação social nos primeiros séculos após a invasão lusitana do território. Constituído pela confluência de diversos elementos estruturais, o modo de produção teve na escravidão negra seu traço dominante:

Todas as regiões geográficas importantes tinham uma percentagem significativa de escravos entre a sua população total. Em 1819, conforme estimativa oficial, nenhuma região tinha menos de 27% de escravos em sua população. [...] Como vemos, de um lado, a relevância numérica de escravos no Brasil e, de outro, sua distribuição abrangente, atingindo todo o território nacional, determinaram a especificidade do escravismo brasileiro em relação aos demais países da América do Sul e mesmo em relação aos Estados Unidos (MOURA, 2020, p. 17; 19).

Trata-se do escravismo colonial, que marcou os quatro longos séculos que antecederam a industrialização no Brasil, a qual ocorre dezenas de décadas após ter se consolidado nas economias centrais. Este desenvolvimento singular do escravismo colonial no Brasil encontra-se conectado às formações sociais latino-americanas, resguardadas as especificidades que particularizam cada nação do continente. Neste sentido, é interessante considerar que:

Embora a situação condicionante básica na formação, configuração e desenvolvimento das sociedades latino-americanas tenha sido uma

mesma situação de dependência frente aos centros hegemônicos, é preciso tentar, através de aproximações sucessivas à realidade concreta, realizar o estudo das manifestações históricas específicas e do processo de transformação das estruturas dependentes que se formam no continente. Deste modo, num primeiro momento partimos das características gerais de um todo indiferenciado, definido como um conjunto de sociedades dependentes, para em seguida buscar a diferenciação de seus componentes internos essenciais através da agrupação em tipos (BAMBIRRA, 2019, p. 39).

É a exploração de base escravista, que se desenvolve no caso específico do Brasil, com o desenvolvimento de conexões com a ordem econômica mundial, que permite identificar a conjunção entre os determinantes universais do modo de produção hegemônico e as singularidades de uma economia colonial agrário-exportadora e determinada pelo imperialismo. Nesse processo vai se constituindo um tipo de colonialidade que, tendo a exploração econômica como estruturante, vai interseccionando diretamente as dimensões política, social e cultural da sociedade. Esta colonialidade constituída historicamente transversaliza os modos de vida e de trabalho das classes sociais a partir da classe dominante. É este processo que determina as relações sociais e as formas de dominação das elites, que, intimamente conectadas à ordem imperialista mundial, vão conformando no território Latino-Americano processos particulares:

Na América Latina, pelo menos desde que se consolidou a conquista e os espanhóis destruíram os impérios Inca e Asteca, o curso do desenvolvimento do capitalismo não implicou a **liquidação radical** dos modos de produção que o precederam, mas sim sua **superação descontínua e lenta, desde formas mais primitivas, até formas mais elaboradas**. É assim que o curso do desenvolvimento do capitalismo na América Latina passa de uma formação socioeconômica dependente colonial-exportadora para uma formação socioeconômica dependente capitalista-exportadora, até finalmente chegar a uma **formação socioeconômica dependente capitalista-industrial**. Mas são todas sequências e formas de superação de um mesmo processo que corresponde à evolução do capitalismo mundial e que redefine constantemente as formas adotadas pelo capitalismo dependente (BAMBIRRA, 2019, p. 78. Grifos do autor).

A compreensão dos processos particulares latino-americanos, inseridos na ordem capitalista mundial, com especificidades advin-

das do colonialismo, exige conferir atenção ao modo de produção aqui determinado pela acumulação primitiva do capital intimamente conectada com o desenvolvimento do capitalismo mundial. Eis o processo que singulariza cada formação social nos diferentes períodos:

No processo de constituição histórica da América, todas as formas de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-distribuição de produtos foram articuladas em torno da relação capital-salário (de agora em diante capital) e do mercado mundial. Incluíram-se a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário. [...] Configuraram assim um novo padrão global de controle do trabalho, por sua vez um novo elemento fundamental de um novo padrão de poder, do qual eram conjunta e individualmente dependentes histórico-estruturalmente. Isto é, não apenas por seu lugar e função como partes subordinadas de uma totalidade, mas também porque sem perder suas respectivas características e sem prejuízo das descontinuidades de suas relações com a ordem conjunta e consigo mesmas, seu movimento histórico dependia desse momento em diante de seu pertencimento ao padrão global de poder (QUIJANO, 2005, p. 02).

O reconhecimento dos componentes estruturais — exploração do trabalho; apropriação de riquezas; relações sociais de produção —, a partir das singularidades de cada país, possibilita entender os determinantes atuais de uma sociabilidade fundada na colonialidade. Trata-se de um tipo de dominação que foi se constituindo como processo contínuo e permanente, chamado de colonialismo. Porém, onde há dominação, há também resistência, por isso o colonialismo no território latino-americano foi acompanhado das lutas anticoloniais (LOSURDO, 2020). Contestando e se contrapondo ao processo violento de dominação, os povos originários enfrentaram verdadeiras guerras para permanecerem vivos, ainda que muitos tenham sido dizimados.

Neste processo, em específico no Brasil, conformou-se um sistema cada vez mais integrado à ordem imperialista, de caráter extremamente violento e dominador, que na perspectiva do colonialismo condicionou fatidicamente o desenvolvimento das economias nacionais de tipo periférico e dependente. Dialeticamente, além de ser condicionante, esta inserção dependente na ordem mundial também

foi produto das formas de exploração aqui instaladas, que perfilam o colonialismo que se perpetua até hoje.

TERRA E TRABALHO COMPULSÓRIO COMO FONTES DE RIQUEZA: O ESCRAVISMO COLONIAL NO BRASIL

Apontadas essas questões gerais sobre os modos de produção, os determinantes estruturais e as singularidades do colonialismo latino-americano e brasileiro, é importante tratar o significado do componente “terra” nestas formações. O primeiro dado é que a partir da ocupação colonial a “terra” perde o caráter de uso comunal e de identidade com o território, que particularizava o modo de vida dos povos originários, e se torna bem de uso privado, de tipo exploratório, símbolo de prestígio, poder e dominação sobre todos demais.

No Brasil este traço é ainda mais determinante para a criação e/ou incremento do poder econômico, político, social e cultural. Embora hegemônico, esse simbolismo de poder e dominação que vem da apropriação privada da terra não se generaliza para todos os modos de vida. Os povos originários, que resistem ao processo de genocídio, e os povos negros sequestrados da África mantêm o significado da terra como um bem de uso coletivo e comunitário, ou seja, para suprir necessidades de interesse comum.

Mas, atenção! Ainda que a terra não fosse a única forma de acumular riquezas, ela era a predominante, inclusive porque mesmo nas circunstâncias em que a acumulação de riquezas tinha outra natureza — por exemplo, comercial —, um dos resultados desta acumulação voltava a ser o (re)investimento em terras — isso quando a riqueza não se perdia rapidamente. Assim:

Na verdade, nas diversas colônias ibéricas na América era possível enriquecer pelos seguintes motivos: a) pela atividade básica, geradora de riqueza, que, desde o início, foi o investimento em terras e nas atividades agrícolas, capaz de permitir a acumulação de fortunas; b) pelo êxito militar como a luta contra os indígenas nas guerras de conquista [...]; c) pelo êxito mercantil, com a acumulação de recursos oriundos da mineração, da intermediação comercial, dos empréstimos a juros, do tráfico negreiro, etc., que constituiria a base da formação de grandes fortunas, que seriam em seguida investidas em terras [...] (LINHARES; SILVA, 2021, p. 93).

É interessante que nas três formas de enriquecer citadas, a apropriação privada da “terra” está presente, ou como causa, ou como objetivo, ou mesmo como produto. Na primeira, a apropriação da terra — seja pela doação, ocupação ou compra — é a fonte direta de riquezas, que também significa fonte de poder e de prestígio, portanto, é causa determinante. Na segunda, a apropriação da terra é produto da conquista e do genocídio dos povos indígenas e de outros povos. Finalmente, na terceira forma de enriquecimento, a apropriação de terras era objetivo, o qual se concretizava caso ocorresse o êxito mercantil. Neste caso, a riqueza produzida nessas atividades era reinvestida em terras como forma de conquista de prestígio, pois a atividade comercial não gerava valorização social, portanto, não se constituía como fonte de poder na sociedade colonial.

A terra, no entanto, apesar de ser fonte de riqueza, prestígio e poder, por si só não produzia riquezas. Por mais que ela seja um bem muito singular, visto que não pode ser produzida/reproduzida e sua simples posse ou propriedade gera renda fundiária, isso não era suficiente para alimentar a ânsia de riqueza, poder e dominação desde os tempos coloniais. Por isso, desde aquele período em boa parte do território colonial instala-se sobre a terra formas de exploração econômicas baseadas na grande propriedade, denominadas de plantações, ou sistema de plantagem – *plantation* (GORENDER, 1978):

Plantações ou *plantation*: é a grande propriedade fundiária caracterizada pelo uso intenso de tecnologia (para os padrões da época), com uma ampla produção quase exclusivamente voltada para o mercado externo e com uso intenso de mão de obra. Os engenhos de açúcar são um dos melhores exemplos de plantações coloniais (LINHARES; SILVA, 2021, p. 98).

Por certo, para funcionamento deste tipo de produção agrária era preciso instalar algum tipo de exploração de força de trabalho, sendo este o quesito que mais vai diferenciar as formações sociais na América Latina, segundo as formas compulsórias de trabalho instaladas por espanhóis ou por portugueses. Atente-se ao fato de que mesmo sendo o trabalho compulsório a forma generalizada, ele se singularizaria nos tipos específicos em que ocorria.

Enquanto forma generalizada estava a prestação de trabalho compelido, através do uso de estratégias que forçavam o trabalhador

a se manter em determinado lugar (terra-território), e/ou atividade, e/ou situação, independente da vontade do trabalhador. Logo, o que está na raiz desta compulsão é a supressão da liberdade. Já as formas singulares eram determinadas pelas diferentes estratégias e níveis de supressão da liberdade. Nas colônias espanholas ocorria através da *peonagem* por dívidas, ou pelo sistema de *encomienda*, ou o *inquilinato* — que era um tipo de arrendamento do trabalhador (LINHARES, SILVA, 2021). Já no Brasil o sistema predominante foi a escravidão, primeiramente indígena e, logo em seguida, negra. Aqui havia a supressão total da liberdade do trabalhador, que era objetificado enquanto uma mercadoria com valor calculado pela sua força de trabalho e vida útil.

No Brasil, em especial no período entre 1640 e 1680, foi de expansão da grande propriedade que resultou da violenta dizimação dos povos originários. A terrível sucessão de levantes de extermínio e de escravização indígena leva a um processo de genocídio e fragiliza a resistência destes povos, possibilitando o avanço para interior do território da colônia. Pode-se dizer que:

No Brasil, após uma fase inicial de intensa utilização do trabalho indígena, seja por meio das missões ou colégios das ordens religiosas, seja por meio da escravidão por guerra justa, predominou a escravidão africana [...] originando um lucrativo tráfico de escravos entre as costas da África, a Bahia, Pernambuco e o Rio de Janeiro (LINHARES; SILVA, 2021, p. 98).

Com a introdução do elemento humano, a exploração agrária se torna sistemática, caracterizando-se como um tipo de empresa colonial. A exploração da força de trabalho através do sequestro das populações negras da África, tornadas mercadorias e comercializadas nos mercados de escravos no Brasil Colônia e Império, torna-se o elemento que faltava para que a acumulação primitiva do capital se tornasse efetivamente lucrativa naquele período. “O papel do negro escravo foi decisivo para o começo da história econômica de um país fundado, como era o caso do Brasil, sob o signo do parasitismo imperialista. Sem o escravo a estrutura econômica do país jamais teria existido”. Por quatro séculos o trabalho compulsório das populações

negras africanas em diásporas foi explorado pela escravidão.²⁵ Com a “falsa libertação” dos escravos — que em verdade significava mais um passo em direção ao progresso da indústria — mudou a forma compulsória: da ausência total de liberdade, agora a população negra vivia as mazelas de um sistema extremamente racista e desigual, fazendo com que a fome a miséria compelissem esta população ao trabalho que continuava sendo degradante, extenuante e penoso, ainda que a força de trabalho tivesse se tornado livre. Assim, o negro “plântou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca” (NASCIMENTO, 2016, p. 59) e depois da falsa abolição da escravatura foi colocado totalmente à margem do sistema, continuando a ser explorado economicamente, agora pela compulsão da fome e da sobrevivência.

Por ser um elemento estruturante do modo de produção no Brasil Colônia e o que confere particularidade ao que se desenvolvia hegemonicamente no mundo naquele momento, será o trabalho compulsório pela escravidão negra o elemento identificador do modo de produção aqui instalado nos quatro primeiros séculos da invasão lusitana: o escravismo colonial. A exploração da força de trabalho escrava feita sob as grandes extensões de terra — latifúndios —, já sob os marcos do monopólio fundiário, singularizou o modo de produção colonial no Brasil. “Daí podemos ver que a estratificação dessa sociedade, na qual as duas classes fundamentais – senhores e escravos – se chocavam, era criada pela contradição básica que determinava os níveis de conflito”. Mas, dialeticamente onde há exploração, também há resistência. “Dessa forma, os escravos negros, para resistirem à situação de oprimidos em que se encontravam, criaram várias formas de resistência, a fim de se salvaguardarem social e mesmo biologicamente, do regime que os oprimia” (MOURA, 2020, p. 19).

²⁵ “Por volta de 1530, os africanos, trazidos sob correntes, já aparecem exercendo seu papel de força de trabalho; em 1535 o comércio de escravos para o Brasil estava regularmente constituído e organizado, e rapidamente aumentaria em proporções enormes”. Contudo, alguns registros históricos sinalizam os períodos e os fluxos de ingresso dessa população no Brasil, “é quase impossível estimar o número de escravos encontrados no país. Isto não só por causa da ausência de estatísticas merecedoras de crédito, mas, principalmente, consequência da lamentável Circular n. 29, de 13 de maio de 1891, assinada pelo Ministro das Finanças, Rui Barbosa, a qual ordenou a destruição pelo fogo de todos os documentos históricos e arquivos relacionados com o comércio de escravos e a escravidão em geral (NASCIMENTO, 2016, p. 57-58).

O capital auferido durante os quase quatro séculos de escravismo colonial proporcionou a acumulação primitiva de capital, que sustentará o tardio desenvolvimento do capitalismo industrial já no século XX. Mas, o processo de industrialização tardia não encerra a importância da exploração agrária no Brasil e nem as formas compulsórias de trabalho utilizadas neste espaço. Outrossim, desenvolvimento de uma economia de tipo dependente exigirá a manutenção do sistema agrário-exportador que, mesmo quando modernizado com a inserção da força de trabalho livre, manterá nas margens da grande empresa agrária significativo contingente de trabalhadores sujeitados às formas arcaicas de trabalho em nome da sobrevivência.

Ora, “a mecanização, na medida em que atinge outras atividades que não a colheita, acentua a sazonalidade de ocupação dessa mão-de-obra”, que passa a ser explorada em níveis extenuantes, uma vez que, geralmente, é remunerada por produção. “A solução mais econômica para o proprietário que moderniza para a ser a substituição do trabalhador permanente pelo volante, com o consequente aumento da sazonalidade do emprego dos trabalhadores rurais”. Aqui está a base dos processos de migração temporária de trabalhadores em busca de salários que não encontram em suas regiões, que acentuam os níveis de exploração da classe trabalhadora camponesa. A aparência é progresso técnico, de modernização com a inserção de processos tecnológicos sofisticados, de informatização do sistema produtivo e de inserção definitiva da agricultura no mercado internacional — tanto com produtos *in natura*, quanto pela renda auferida no mercado financeiro — o que contribuiria diretamente para combater o atraso do campo no Brasil. No entanto, com a modernização a estrutura agrária é reafirmada em suas bases, com novas estratégias de exploração, que “acentuaram as disparidades de renda, provocaram a reconcentração das propriedades e aumentaram os índices de desemprego” (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 30). Foi emblemático deste processo a “revolução verde” das décadas de 1960 e 1970; a incorporação tecnológica acentuadas a partir da década de 1990 e atualmente a transformação digital e inovação dos sistemas.

As questões apontadas em linhas gerais explicitam os determinantes da pauperização e do acirramento das desigualdades no cam-

po, agravando as expressões da questão social, o que, infelizmente, configura-se como um quadro bastante atual:

A estrutura agrária brasileira tem se caracterizado, desde a sua formação, por um elevado grau de concentração da propriedade da terra. Enquanto algumas propriedades se apossam da maior (e provavelmente melhor) fração de área territorial, um sem-número de pequenas unidades disputam exíguas áreas que mal permitem ao produtor e sua família extrair daí o seu sustento (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 33).

O monopólio fundiário de grandes extensões contrapõe-se à privação ou disputa de acesso à terra pela classe trabalhadora camponesa; o enriquecimento de poucos ao empobrecimento da maioria; a concessão de benefícios e incentivos pelo Estado às elites agrárias e agroindustriais à ausência ou insipiência de política fundiária para trabalhadoras e trabalhadores do campo.

Estas são as raízes de um espaço agrário onde quem tem, é porque tem muito; enquanto outros nada têm, ou têm tão pouco que forçosamente são impelidos submeter-se às formas de exploração análogas à escravidão ou servidão, ou, então, a deixar o campo (migrações forçadas), contribuindo para a constituição dos grandes bolsões de pobreza nas periferias urbanas. Por isso fala-se que no campo “[...] o agricultor é pobre porque produz. O valor agregado de seu produto, que transforma uma semente de milho em três espigas, acumula-se longe da porteira da propriedade” (GIOVENARDI, 2003, p. 16).

Considerando estes elementos estruturais do modo de produção e sua relação íntima com a questão agrária, passa-se a refletir sobre os ciclos de acumulação de capital no Brasil e a relação com o desenvolvimento do poder oligárquico da burguesia.

A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA BURGUESA A PARTIR DOS CICLOS AGRÁRIOS DE ACUMULAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ESTUDOS DE RUY MOREIRA

Falar do espaço agrário é também falar do exercício secular de poder das elites dominantes. Trata-se de uma história com raízes profundas nos quatro séculos de escravismo colonial, que mantém o

caráter dependente no trânsito pacífico da economia agrária para a economia industrial (MARINI, 2012). Para além da herança histórica no âmbito econômico, há uma hegemonia política das elites agrárias bastante presente na atualidade, que foi construída ao longo dos séculos e não perdeu seu poder com a transição para o capitalismo urbano-industrial:

Em plena fase de preponderância urbano-industrial, fase do capitalismo em seu estado avançado, que coloca [...] as cidades na invejável posição de 86 % da população nacional, a formação social brasileira vê-se diante da presença política quase hegemônica da bancada ruralista no Legislativo, no Executivo e no Judiciário, respondendo por 45 % da Câmara Federal e 33 % do Senado (VIGNA, 2018). É de se perguntar qual o significado de uma presença ainda tão preponderante do campo na vida nacional, qual seu fundo de base, o que a agroindústria por seu perfil e peso histórico pode ter a ver com isso (MOREIRA, 2018, p. 13).

Assim, nesta terceira parte do estudo busca-se compreender a relação entre a fonte do poder das frações da classe burguesa brasileiras e os processos agrários de produção e reprodução social, que pode ser observada nos diferentes ciclos de acumulação de capital. A análise traz elementos da formação sócio-histórica brasileira, trabalhando com o reconhecimento dos ciclos espaciais de acumulação capitalista, os quais se fundem no espaço-tempo (MOREIRA, 2018),²⁶ explicitando a presença determinante do espaço agrário. A ideia de fusão dos ciclos no espaço-tempo é fundamental, pois é ela que possibilita compreender como o poder agrário sempre esteve presente na formação social do país. Significa que um não se finda com e no outro ciclo, mas por vezes coexistem sem se sobrepor. Por isso mesmo, a análise dos ciclos espaciais de acumulação possibilita reconhecer os determinantes agrários que estão presentes na constituição da hegemonia burguesa no Brasil.

²⁶ Neste item serão trabalhadas as contribuições especialmente do geógrafo Rui Moreira, em seu livro "Mudar para manter exatamente igual: os ciclos espaciais de acumulação: o espaço total: formação do espaço agrário". Referência completa ao final. Outros autores comparecem no diálogo com a tese do desenvolvimento dos ciclos espaciais de acumulação capitalista. Pensar na existência dos ciclos espaciais é pensar que a produção capitalista tem território e também produz territorialidade, o que é importante frente a tantas discussões que mesmo sendo críticas parecem destituir do fundamento radical que sustenta a exploração do capital: a materialidade do chão onde os processos de exploração de riquezas e de força de trabalho ocorrem.

Há um movimento dialético e articulado que particulariza os três momentos contínuos e descontínuos dos ciclos de acumulação, possibilitando reconhecer neles certas características comuns no espaço-tempo que indica a temporalidade de cada ciclo e como se fundem na contemporaneidade de uns com outros. São eles, “o agroindustrial canavieiro-açucareiro, de concentração nordestina; o agroindustrial cafeeiros, de concentração sudestina; e o agroindustrial sojicultor, de concentração centro-oestina”. Identificar os três distintamente não significa separá-los, fragmentá-los, mas sim reconhecer a intersecção dialética que os constitui. Isso quer dizer que eles ocupam maior ou menor centralidade na economia nacional em diferentes períodos, que se estendem desde a ocupação colonial portuguesa ao momento atual. “Cada qual exprime em suas combinações os modos de produção distintos e articulados pela forma de capital agroindustrial então dominante” (MOREIRA, 2018, p. 16).

Cada ciclo produtivo agroindustrial não existe isoladamente, mas coexiste num processo de fusão das cadeias produtivas, contribuindo para a construção da hegemonia. Esse é um processo secular não sendo nem recente e nem particular do capitalismo em seu estágio financeiro. O ciclo de pau-brasil-lenha-madeira tradicionalmente delimitado entre os séculos XVI ao XVIII, por exemplo, vai fundir-se com “o ciclo da cadeia madeira-arroz-pasto-gado-soja, neste momento em curso” (MOREIRA, 2018, p. 17).

Outro exemplo é o ciclo da cana de açúcar: embora predominante no correr dos séculos XVII e XVIII, com centro de gravidade na zona da mata nordestina e na experiência bem-sucedida da capitania de São Vicente no Sudeste, ainda hoje é determinante para a economia do país, especialmente para algumas regiões de São Paulo e do nordeste brasileiro. A explicação desta permanência é a sua fusão com outros ciclos, como por exemplo da soja, ou mesmo do gado como suprimento alimentício e das demais lavouras de subsistência. No que tange o ciclo do café — de protagonismo paulista no século XIX — a fusão vai ocorrer com outros arranjos produtivos não necessariamente agrícolas, mas de desenvolvimento comercial e de infraestrutura. Será com a cafeicultura que acontecerá a interpenetração técnica, com a criação e expansão de redes ferroviárias, o que contribuirá, inclusive, com a expansão urbano-industrial. Neste caso

específico, embora não tenha se espalhado pelo território brasileiro e avançado na fronteira agrícola, é indiscutível a sua importância para o desenvolvimento do capitalismo no país, pois foi com ele que marcadamente foi introduzida a força de trabalho livre do migrante europeu, apoiada no trabalho assalariado e campesino, substituindo o trabalho escravo. É importante salientar que foi com este ciclo que a elite fundiária vai transitando definitivamente para o espaço urbano, sem deixar o espaço agrário (MOREIRA, 2018).

Já o ciclo da cadeia agroindustrial da soja-óleos-carnes assume destaque no século XX e mantêm-se até o momento. Ainda que a produção de carnes através da pecuária tenha coexistido em outros ciclos de acumulação desde a formação colonial, será neste momento que adquire características muito singulares: a produção agroindustrial, inclusive, de suínos e aves com comercialização em escala mundial. O avanço deste ciclo ocorre especialmente pela fusão desta produção de carnes com a cadeia produtiva da soja e óleos, cujo um dos principais determinantes é a inserção tecnológica agroindustrial, que permitirá a estes produtos cruzar as fronteiras nacionais e concorrer no mercado internacional. Este ciclo assume também outras particularidades. Por um lado:

Igual aos outros ciclos, o ciclo da soja realiza a movimentação de incorporação e interação ampla das camadas dos ciclos que o antecedem, realizando-a, todavia, na forma territorial e estrutural nacional mais totalizante, porque recobrando como acumulação prévia a própria herança do espaço engendrada pelo ciclo do café, radicalizando-a em interatividade e interpenetração técnica. [...] No plano central, [por exemplo], expulsa o gado para os vales de fundos de chato e ocupa por inteiro o topo plano das chapadas que coabita com o arroz e o trigo, numa linha de sequência, e o milho e a criação de aves e suínos, numa outra, numa alternância do uso do solo que move em novo e radical arranjo a totalidade do espaço dos ciclos [...] (MOREIRA, 2018, p. 22).

Aqui a exposição dos ciclos espaciais de acumulação evidencia a o grau de relevância das bases agrárias para a produção de riquezas. Neste sentido, é fundamental identificar que estes ciclos somente ganham destaque porque é através deles que ocorre a inserção econômica – dependente – do Brasil no circuito internacional. Destarte, pode-se notar que será desta inserção internacional entrecruzada

com o domínio e valorização no mercado nacional que provém a fonte do poder político, econômico, social e cultural de cariz agrário. Ora:

Entrecruzados ou estruturados em paralelo nesse mar de cadeias de produtos de exportação e mercado interno, os grandes grupos de agroindústrias/agrobusiness dissonam e disputam prestígio e domínio no plano do mercado, mas se juntam, em Brasília, [...] no controle do conjunto do Legislativo, Executivo e Judiciário, numa hegemonia que vai diretamente da economia para o âmbito político (MOREIRA, 2018, p. 45).

A análise desta dinâmica explicita que o poder vai transitando no seio das elites dominantes, sem qualquer ruptura de poder entre as elites agrárias e urbanas, entre a antiga aristocracia escravista colonial e a burguesia urbana industrial. Pelo contrário, explicita-se ainda mais que ocorre uma fusão-transição do poder do bloco agrário para o bloco urbano-industrial. Transitam os blocos de poder sem que os sujeitos da classe dominante se alterem, isto é, um sujeito coletivo não precisa desaparecer para que o outro passe a exercer maior poder. O poder se alterna entre os grupos que exercem hegemonia em cada ciclo espacial de acumulação.

Assim, a burguesia agrária está entre as frações da classe dominante que sempre exerceram hegemonia econômica, política, social e cultural, conforme dito anteriormente. Desde o escravismo colonial, para que as mesmas elites pudessem se manter no poder, foram alteradas as estratégias de exploração produtiva e feitas alianças agrário-industriais. Esta estratégia secular continua presente e é a principal fonte do poder agrário, determinando hoje a formação social do Brasil. Eis o fundamento do capitalismo dependente de base urbana-industrial que tão bem se desenvolveu no país.

É certo que a construção e exercício de poder das elites agrárias tem forte ponto de apoio no Estado brasileiro. Não por nada este item do capítulo foi iniciado apontando dados da composição da bancada ruralista no Congresso Nacional. O Estado, em seus poderes executivo, legislativo e judiciário, tem em sua constituição a presença secular e marcante das elites agrárias:

Para manter-se enquanto um dos setores mais dinâmicos da economia brasileira, o agronegócio vem sendo um dos mais apoiados pelo Estado brasileiro, com representantes diretos e indiretos no

Parlamento conhecidos na Câmara dos Deputados como Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) — ou bancada ruralista (SANTOS; SILVA; MACIEL, 2019, p. 50).

Há uma reiteração e permanência secular do eixo que alicerça tanto o cerne estrutural desta sociabilidade — a economia —, quanto as relações de poder e dominação de classe. É um “eixo que se funde como arquitetura terra-território-Estado”, como se fossem “variantes do mesmo eixo, qual seja, o monopólio fundiário que se faz monopólio do território, e que, por lógica, se faz monopólio do Estado: quem monopoliza a terra domina o território e quem domina o território controla e põe a seu serviço o Estado” (MOREIRA, 2011, p. 82). É por isso que se está sempre “diante de um poder ruralista em sua teima de fazer do Brasil sempre o mesmo. Mudando-o, para que nunca mude” (MOREIRA, 2018, p. 49).

Entretanto, como já afirmado anteriormente, a construção e manutenção do poder agrário não ocorre sem que haja processos de resistência contra hegemônica. Ela acontecerá, por vezes, através de levantes organizados em insurreições agrárias que lutavam não apenas, mas, inclusive, pelo acesso à terra, como no Quilombos, ou mesmo em redutos como em Canudos (BA) e Contestado (SC; PR). Noutras, a resistência se dará pela via da organização coletiva de base ético-política, com pautas constituídas com base no direito pré-existente, mas não efetivado, ou ainda com base na reivindicação de novos direitos, a exemplo das Ligas Camponesas que surgem no Nordeste em meados das décadas de 1940 e do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que surge entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul na década de 1980.

No próximo item do estudo serão tratadas essas “gentes camponesas” em seus processos de permanência no campo. É a classe trabalhadora do campo que em seus modos de vida e de trabalho faz com que o rural brasileiro não seja somente da monocultura, do latifúndio, das grandes produções conectadas às cadeias internacionais. Assim, na última parte deste trabalho será abordada a formação da classe trabalhadora do campo, a diversificação da agricultura e a construção da identidade camponesa.

A GRADUAL FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NO CAMPO²⁷

Os apontamentos ao longo deste estudo têm evidenciado o quanto o espaço rural, as relações sociais e os processos que lhe são constitutivos marcam a formação sócio-histórica, implicando no desenvolvimento da economia escravista-colonial e capitalista agroindustrial, bem como na constituição da hegemonia burguesa em sua parcela com cariz agroindustrial. Trata-se de uma dialética constituinte e constitutiva da realidade, que de forma alguma pode ser tratada como linear. É um processo histórico e vivo, no sentido de que envolve correlação de forças e disputas de poder.

Nas reflexões anteriores foi sinalizada primeiramente a presença de classes sociais em disputa no espaço rural e, em seguida, apontadas reflexões sobre a burguesia agrária e a fonte de poder. Eis o momento de trazer para a pauta a reflexão sobre a classe trabalhadora do campo.

A constituição da classe trabalhadora camponesa não é processo recente, pelo contrário:

Foram preciso três séculos de ásperas e contínuas lutas, sangrentas muitas delas, sustentadas pelas populações pobres do campo contra os todo-poderosos senhores da terra, para que, por fim, a despeito de tantos insucessos, despontassem na vida brasileira os embriões da classe camponesa (GUIMARÃES, 1968, p. 105).

Aqui os chamados embriões da classe camponesa localizam-se estão ainda no período do escravismo colonial, antecedendo a formação de uma economia propriamente capitalista de mercado, cujo determinante será a adoção oficial da força de trabalho livre. Ainda que a tese do autor se pautar na afirmação do feudalismo como modo de produção durante o escravismo colonial – interpretação da qual se discorda totalmente —, interessa deste fragmento a sinalização de que foram as populações pauperizadas do campo que sustentaram as lutas abertas contra as elites do poder. Entende-se que a pluralidade

²⁷ Um ensaio preliminar da discussão apresentada nesta e na próxima seção deste estudo foi feita para o livro *Políticas Públicas e Direitos Sociais*, organizado por Janice Gusmão, Cesar Albenes e Ueber Oliveira, em 2020.

do que se identifica por “populações pobres do campo” foi constituída pelos chamados posseiros, meeiros, camponeses brancos pauperizados, mestiços, indígenas catequizados, os quais viviam diversas formas de subordinação aos grandes proprietários de terras, as quais recriavam variedades de servidão, que no solo brasileiro se faziam particulares, por isso híbridas. Para além destes, havia, inclusive, as populações negras africanas escravizadas pelo branco europeu. Todos estes povos têm seu modo de vida marcado pela resistência e é por ela que se tornam “germes” da atual classe trabalhadora camponesa.²⁸

É fundamental também considerar que boa parte dos negros sequestrados do continente Africano e escravizados no Brasil viviam no campo, uma vez que a exploração econômica tinha caráter agrário. Da mesma forma, a parcela da população indígena que resistiu ao genocídio, também teve sua força de trabalho explorada em atividades agrícolas. Neste sentido, reconhece-se que são trabalhadores camponeses, inclusive, aqueles indígenas e negros africanos que foram escravizados predominantemente como trabalhadores dos eitos nas grandes propriedades em atividades agrícolas, como a cana de açúcar. Alguns povos indígenas que viveram processos de catequização pelas companhias jesuíticas também foram tornados camponeses, uma vez que lhes foi ensinado e depois exigido o cultivo de gêneros alimentícios e a pecuária, como estratégia de abastecimento dos núcleos de povoamento. Atenção deve ser feita, contudo, para não identificar necessariamente todos os povos originários indígenas com as práticas agrícolas, pois muitos deles, especialmente aqueles que resistiram à inculturação branca eurocêntrica, possuíam outras formas de relação com a natureza de onde extraíam sua reprodução social.

Ao identificá-los como trabalhadores não se está afirmando que podem ser considerados classe trabalhadora do campo, isso, pois, não há nas relações sociais que vivem, pelo menos, dois elemen-

²⁸ Pelo contrário, há teses que nominam existência de duas classes fundamentais ainda no período do escravismo colonial: escravos e senhores (MOURA, 2020), que se colocavam francamente em disputa. A primeira que nada possuía, inclusive nem sua força de trabalho, uma vez que “para ser lançado nas relações sociais da sociedade escravocrata, o trabalhador era despojado de toda e qualquer propriedade, inclusive a propriedade da sua própria força de trabalho” (MARTINS, 1993, p. 16). A segunda, que fundamentava na propriedade da terra todas as formas de dominação e exercício de poder, conforme foi refletido na terceira seção deste estudo.

tos essenciais para caracterizá-los como classe trabalhadora no capitalismo: a) não havia relação de assalariamento destes trabalhadores; b) não tinha sido construída a identidade coletiva de classe (em si e *per si*). Por isso, dá-se relevância ao fato que ainda no período colonial já havia trabalhadores livres pauperizados ou extremamente pauperizados, que trabalhavam para os mesmos senhores de escravos, geralmente através de sistemas de trocas-escambos, pelos quais o pagamento do trabalho ou parte deste pagamento era feito com produtos, ou mesmo pela autorização que tais trabalhadores tinham para cultivar nas terras do proprietário.

O colonato constituído pelos migrantes europeus — lá empobrecidos — também tinham parte do pagamento pelo seu trabalho nas fazendas de café do oeste paulista feito em produtos. Neste sentido, não houve diretamente a transformação ou criação de um regime de trabalho assalariado nas fazendas de cafeicultura, mas um regime de trabalho singular denominado de regime de colonato:

A crise do escravismo colonial no final do século XIX [...] deu lugar a um regime de trabalho singular, que ficou conhecido como regime de colonato e que abrangeu tanto a cultura de café, quanto a de cana-de-açúcar. Ele não pode ser definido como um regime de trabalho assalariado, já que o salário em dinheiro é, no processo capitalista de produção, a única forma de remuneração da força de trabalho. Isso porque o colonato se caracterizou, como se verá em detalhe mais adiante, pela combinação de três elementos: um pagamento fixo pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador. Além do que o colono não era um trabalhador individual, mas sim um trabalhador familiar (MARTINS, 1993, p. 18-19).

Assim, o empobrecimento bastante agravado e a exploração do trabalho com apropriação da sua produção ou boa parte dela eram os liames que impeliam tais trabalhadores à subserviência aos proprietários de terras. As largas extensões fundiárias também dificultavam o deslocamento destes sujeitos para tentarem a sorte no estabelecimento de relações com outros proprietários — inclusive, porque o tipo de dominação não se diferenciava entre os senhores de terras —, elemento que fará com que seja identificado um tipo de “cativo da terra” (MARTINS, 1993).

Por tais motivos, é possível identificar tipos de trabalhos compulsórios, cuja obrigatoriedade advinha da condição de miséria e pobreza. Este liame era, contudo, muito diferente daquele que ligava a população negra escravizada aos seus senhores. Enquanto os trabalhadores pauperizados detinham a liberdade, o elemento que determinava o trabalho compulsório das populações negras escravizadas era a falta de liberdade:

No regime de trabalho escravo, a jornada de trabalho e o esforço físico do trabalhador eram crua e diretamente regulados pelo lucro do fazendeiro. A condição cativa já definia a modalidade de coerção que o senhor exercia sobre o escravo na extração do seu trabalho. O mesmo não ocorria com o trabalhador livre que, sendo juridicamente igual a seu patrão, dependia de outros mecanismos de coerção para ceder a outrem a sua capacidade de trabalho (MARTINS, 1993, p. 15).

Ainda era comum que estes camponeses pobres e livres desenvolvessem relações de compadrio com o latifundiário, o que não ocorria com os negros escravizados. O compadrio acabava se tornando mais um elemento de dominação ideológico-cultural e subserviência, dificultando qualquer tentativa de contestação ao senhor das terras, já que eram compadres.

Ainda havia as populações de posseiros que ocupavam terras longínquas, e/ou devolutas, e/ou que não interessavam à Coroa para fins de desenvolvimento da economia colonial, nem mesmo aos grandes proprietários. Estes posseiros viveram algumas gerações nestes territórios, até serem expulsos quando a comercialização de terras passou a existir fundamentada na Lei de Terras de 1850. Note-se que há verdadeiras guerras que tiveram como pano de fundo a expulsão destas gerações de posseiros, como a Guerra do Contestado (1912-1916), ainda que oficialmente o motivo do conflito seja a disputa da divisa entre as províncias do Paraná e de Santa Catarina (RADIN, GENTIL CORAZZA, 2018; WOITOWICZ, 2015).

Pode-se dizer, neste sentido, que a segunda metade do século XIX foi de preparação para a “falsa” abolição da escravatura e para a adoção generalizada do trabalho livre que vai acontecer já na transi-

ção para o século XX, através de um conjunto de legislações,²⁹ dentre as quais está a Lei de Terras, de 1850, que regulariza a posse de terra dos latifundiários, a quem anteriormente havia se concedido títulos das sesmarias. Com o registro das terras em cartórios elas tornam-se bens comercializáveis, inclusive tornando-se mercadoria lucrativa para o próprio Estado. Através de mecanismos da Lei de Terras são excluídos da possibilidade de registro de terras nos cartórios as populações negras escravizadas e todos demais pauperizados do campo. Dentre as estratégias estava a exigência de que o proprietário fosse letrado. Todas estas mudanças, inclusive da propriedade fundiária, atingem diretamente as relações de trabalho no campo.

É importante considerar que nesse período houve um incremento da população do campo, que passou a empregar-se nas grandes lavouras. Parte deles tinha autorização para cultivar as terras menos interessantes que ficavam nas franjas dos latifúndios e, assim, tornaram-se produtores mercantis simples ainda, que não detivessem a propriedade da terra. Passam a ter visibilidade os antigos e novos posseiros, os arrendatários, meeiros, boias frias e os pequenos proprietários de terras que começam a surgir, principalmente, com a migração europeia no sul e sudeste. Não que tal sujeito antes fosse inexistente, pelo contrário, exceto o pequeno proprietário, os demais já estavam presentes nas margens da grande propriedade colonial, configurando o contingente de sujeitos que dá base a polêmica tese do “homem cordial” brasileiro (HOLANDA 1995).

Tais sujeitos praticavam a agricultura de gêneros alimentícios de primeira ordem, com os quais supriam as necessidades alimentares dos engenhos e dos poucos e pequenos povoados urbanos (PRADO JÚNIOR, 2006). Há quem reconheça a presença de uma classe trabalhadora camponesa pré-existente à independência, que sempre assegurou a subsistência da sociedade, visto que a grande propriedade agrária, preponderantemente, produzia para a exportação (IAN-

²⁹ Importante identificar este conjunto, o qual é composto pela Lei Eusébio de Queirós (Lei n. 581, de 04 de setembro de 1850), que proibia o tráfico negreiro e logo em seguida a Lei de Terras (Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850), que torna as terras comercializáveis; a Lei do Ventre Livre (Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871), que reconhece a liberdade dos filhos nascidos de escravos; a Lei dos Sexagenários (Lei n. 3.270, de 28 de setembro de 1885), que confere a liberdade aos escravos acima de sessenta anos; e finalmente a Lei Áurea (Lei n. 3.353, de 13 de maio de 1888), que realiza a abolição apenas legal ou dita oficial da escravatura no Brasil.

NI, 1984). Enfim, o que se destaca é a existência de um grupo social com traços mais ou menos comuns, que seguramente contribui para a constituição da classe trabalhadora camponesa a partir do século XX.³⁰ A característica predominante é a falta da propriedade territorial, ou, a partir da segunda metade do século XIX, a propriedade de uma pequena parcela de terra, insuficiente para a exploração econômica de mercado, mas suficiente para a produção e reprodução familiar. Não são cativos a um senhor, nem a uma relação de compadrio, ou mesmo à terra e possuem liberdade para o emprego da própria força de trabalho em outras propriedades, ou ainda nas atividades urbanas. É do emprego da sua força de trabalho e da família, seja em atividades agrícolas — assalariadas ou não — seja em outras atividades que extraem os meios necessários a sua reprodução social e da família.

Na verdade, ainda neste período a maioria não era diretamente explorada como força de trabalho assalariada, o que dificulta o reconhecimento *stricto sensu* como classe trabalhadora do campo. Sua força de trabalho sempre representou uma reserva para o grande ou médio capital agrário, que lhes aciona segundo as suas necessidades. Neste sentido, “se lhes concediam pequenos tratos de terra para a agricultura necessária ao seu sustento, era com a finalidade de mantê-las subjugadas, como mão de obra de reserva, dentro ou às proximidades dos latifúndios” (GUIMARÃES, 1968, p. 106).

Quando empregado nas grandes propriedades, o trabalhador camponês, lavrador, parceiro, meeiro, volante, ou arrendatário, torna-se efetivamente um trabalhador disfarçado para o capital agrário. Sua força de trabalho passa a ser explorada no processo produtivo em troca do salário indireto com o qual proverá seu sustento e de sua família. Frequentemente este salário indireto/disfarçado será somado à produção de gêneros alimentícios cultivados pela família em algum pequeno pedaço de chão próprio, arrendado, emprestado ou ocupado. Dessa forma, o salário que recebe objetivamente quando é proletário formal do capital, ou de forma disfarçada quando sua relação é

³⁰ Não é possível neste trabalho adentrar nas polêmicas teses que discutem o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Indica-se para o leitor que queira aprofundar este debate a leitura das diferentes perspectivas apresentadas por Caio Prado Junior (2006), Alberto Passos Guimarães (1968), Jacob Gorender (1978), Octávio Ianni (1984), Sedi Hirano (2008) e Cardoso de Mello (1982).

contratualizada através de alguma outra relação, é somado ao salário indireto que ganha como fruto do seu trabalho realizado em regime familiar e para a auto-reprodução.

Na dinâmica de incorporação da força de trabalho do camponês ao capital agrário, o processo de politização e organização de classe irá acontecer de forma bastante lenta e gradual, sendo historicamente marcado pela atuação das Ligas Camponesas, que surgem no nordeste e logo se espalham para o sudeste do país no primeiro lustro do século XX. A sindicalização rural foi o último acontecimento no processo de conversão do lavrador em proletário. Entretanto, depois da fase excepcional marcada pela atuação das Ligas, eclode a ditadura e a sindicalização rural adquire o caráter de uma reação moderada. “Com ela se inicia uma fase de burocratização da vida política do proletariado rural, ao vincular o trabalhador rural, o sindicato e o aparelho estatal, com ou sem a mediação de partidos políticos” (IANNI, 1984, p. 129). Após a ditadura, os sindicatos rurais voltam a ter caráter mais politizado e contestador, todavia a constituição de uma identidade de classe entre proletariado rural e pequenos camponeses — também trabalhadores rurais — não se efetiva.

IDENTIDADE CAMPONESA: A CENTRALIDADE DO TRABALHO E A DIVERSIFICAÇÃO DA AGRICULTURA

A partir de elementos da formação sócio-histórica serão trazidos ao debate apontamentos sobre o processo de diversificação da agricultura. Isso possibilitará uma breve leitura sobre os modos de vida e de trabalho e a reflexão sobre as identidades camponesas. Justamente pela diversidade do espaço rural em que vivem e trabalham as famílias da classe trabalhadora camponesa, não será possível aprofundar as particularidades existentes em cada canto do país. A estas particularidades chama-se de ruralidades, sendo importante desde já afirmar a potencialidade revolucionária que, de forma geral, está presente em todas as ruralidades brasileiras.

Com a passagem do trabalho informal — ligado precariamente ao capitalista rural pelo contrato de parceria, arrendamento, meação, como posseiro ou boia-fria etc. —, que opera no circuito da pro-

dução mercantil simples, para o trabalho formalizado com registro em carteira de trabalho, transforma-se a identidade camponesa:

Enquanto o lavrador, o trabalhador rural se encontra prática e ideologicamente vinculado à fazenda, ao fazendeiro, aos meios de produção, aos outros trabalhadores e suas famílias, à capela e à casa-grande. Ele se compreende como membro de um nós fortemente carregado de valores e relações do tipo comunitário. [...] Nesse ambiente predominam as relações face-a-face, características dos grupos primários. Por isto é que o fazendeiro (ou mesmo o seu preposto) pode ser compadre do lavrador. Em nível ideológico, aí está o reino do valor de uso e vive na condição de uma classe-em-si. Enquanto proletário, o trabalhador rural se encontra prática e ideologicamente divorciado dos meios de produção, da fazenda, da casa-grande, da capela, do fazendeiro ou seus prepostos. [...] Em nível ideológico, aí se generaliza o reino do valor de troca. Isto é, as relações de produção passam a ser compreendidas e avaliadas com maior clareza, como relações mercantilizadas ou mercantilizáveis. Nesse contexto, o trabalhador aparece como uma classe política, elaborando uma consciência política mais autônoma, como classe-para-si (IANNI, 1984, p. 130-131).

Note-se que o emprego da sua força de trabalho já existia antes, todavia lhe faltava consciência e identidade política para se constituir, juntamente com outros trabalhadores rurais, enquanto classe trabalhadora. De alguma forma, esse camponês que se transformou em proletário rural continua — durante o restante da sua vida, ou por boa parte dela — ligado ao campo e ao modo de vida rural. Quando ele se retira do campo e se fixa nas periferias urbanas, persistem no seu imaginário as lembranças do campo, do modo de vida e trabalho rural, sendo celebradas diariamente através das músicas, das orações ou da contação de histórias. Quando ele permanece parcialmente no campo — isto ocorre com frequência quando a família do trabalhador permanece residindo no campo e só ele migra, temporária ou permanentemente, para trabalhar —, a reprodução da identidade camponesa é ainda mais efetiva, mesmo quando as tecnologias presentes no espaço urbano adentram o rural. Isso porque:

A transformação do lavrador em operário não ocorre de uma só vez, de modo rápido, igual e generalizado [...]. Esse é um processo às vezes lento, e repleto de contradições. No âmbito das condições econômicas, a gênese do proletariado rural depende da separação entre o

produtor (o lavrador) e a propriedade dos meios de produção (IANNI, 1984, p. 120).

Logo, a gênese do proletariado tem relação direta com a produção política da identidade de classe, que só acontece histórica e gradualmente. O primeiro sinal de sua ocorrência foi a separação entre a propriedade dos meios de produção e o lavrador. O momento em que o trabalhador agrícola se transforma em trabalhador assalariado (tanto em sua prática, como em sua ideologia), então surge o proletário rural.

Simultânea e gradualmente vão se diversificando as relações de trabalho, enquanto diversificam-se as propriedades agrícolas. Com o tempo, essa diversidade notabiliza-se e aprofundam-se as desigualdades geradas pelo antagonismo entre a exploração da força de trabalho e a acumulação do capital:

As transformações, às vezes profundas, não implicam crescente homogeneização das relações de produção e forças produtivas, em termos de subsetores da agricultura, ou regiões da economia rural. Ao contrário, criam-se e recriam-se as desigualdades e os desequilíbrios. Assim é que persistem e repetem-se diferentes formas de organização social e técnica da produção. São diversas as formas de subordinação do trabalho ao capital. E isto envolve distintas modalidades de organização do processo produtivo. As noções de latifúndio, unidade camponesa, unidade familiar produtora de mercadoria e empresa agropecuária expressam formas particularmente importantes de organização da produção (IANNI, 1984, p. 168).

O avanço do capital no campo produz uma diferenciação agrícola que tem mais significado de “desigualdades” do que de “diversificação”. O latifúndio ou *plantagem* (GORENDER, 1978) é a grande propriedade, voltada para a produção comercial direcionada predominantemente ao mercado externo, exploradas com força de trabalho assalariada e não assalariada de forma pura (parcerias e/ou arrendamentos).

As unidades camponesas são constituídas pelas explorações de pequenos proprietários, arrendatários, parceiros ou posseiros, denominados de camponeses, através do trabalho familiar, voltados basicamente para a produção mercantil simples, aplicada para a subsistência familiar e para o consumo local (vizinhança e bairro), que

poucas vezes é comercializada e noutras é trocada como forma de reforço das relações de solidariedade com a vizinhança. Já as unidades familiares produtoras de mercadorias, referem-se às pequenas e médias propriedades familiares, arrendadas ou em regime de parceria agrícola, cuja produção tem caráter comercial e é baseada fundamentalmente na força de trabalho familiar. Essas unidades recorrem ao trabalho assalariado eventual com caráter suplementar.

Por último, a empresa agropecuária capitalista configura-se como aquela e que a atividade de agricultura é totalmente transformada em empreendimento capitalista. Nela, as atividades agropecuárias passam a ser reconhecidas e tratadas como uma área econômica igual a qualquer outra para aplicação do capital. Ela deve produzir, pelo menos, lucratividade média para que se sustente e se reproduza dentro da ordem do capital, pois sem acumulação financeira e sem crescimento, todo empreendimento capitalista se extingue.

A diferenciação das propriedades rurais e a coexistência delas torna-se uma estratégia que confere sustentação para a empresa agropecuária e para o latifúndio. À medida que o grande capital se expande, “os próprios regimes de arrendamento, parceria, meação e outras modalidades de organização da produção subsistem e redefinem-se continuamente” (IANNI, 1984, p. 236). A reprodução do médio e grande capital agrário também é viável, pois conta com maiores incentivos fiscais e de financiamento da produção, praticamente inexistentes para o campesinato desprovido da propriedade da terra, ou com terra insuficiente para produzir em larga escala para o capital. Por isso, a diferenciação agrícola não colaboraria para o desaparecimento do campesinato, visto que sua existência assegura a reprodução do capital.

Não obstante o campesinato seja necessário no circuito global de acumulação do capital, dele é produzida uma imagem caricaturada e enviesada que atribui atraso como forma de retirar-lhe as forças sociais e políticas, impondo-lhe um cativo ideológico e cultural que a ele responsabiliza pelo próprio empobrecimento e, de forma ampla, pelo subdesenvolvimento de uma economia que por sua natureza é dependente das economias centrais.

A produção desta identidade pejorativa também vem de um longo período. Quem não lembra da imagem caricaturada do per-

sonagem Jeca Tatu, criado por Monteiro Lobato (1882-1948) em seu livro *Urupês*, publicado pela primeira vez em 1918, e lançado em filme em 1959? A obra retrata o camponês simples do interior paulista, pauperizado pelo sistema e abandonado pelo Estado, que passa a ser identificado como “caipira” (LOBATO, 2019). Se na obra de Monteiro Lobato o camponês simples e empobrecido torna-se uma caricatura donde se extrai a comédia, por outro lado, na obra clássica de Antônio Cândido, *Os Parceiros do Rio Bonito*, publicado em 1964, o mesmo camponês é retratado com criterioso senso de realidade, o que contribui para identificar o modo de vida e de trabalho camponês, bem como o abandono que sofrem pelo Estado e o empobrecimento característico da classe trabalhadora (CÂNDIDO, 2009).

A partir destes breves apontamentos, percebe-se que o trabalhador rural é o elo mais fraco na cadeia do sistema produtivo, que começa com a sua força de trabalho e termina no mercado internacional. Ele parece ser o vértice de uma pirâmide invertida, pois o produto do seu trabalho se reparte por muitos, sobrando-lhe pouco. Neste sentido:

Podemos concluir, pois, que a produção camponesa no Brasil de hoje está subordinada ao capital que se interpõe como comprador de suas mercadorias e como fornecedor de produção de que necessita. Mas, além disso, a pequena produção subordina-se também ao capital através da venda direta de sua força de trabalho em determinados períodos do ano. [...] De um lado, as precárias condições de existência do camponês [...] de outro lado o tipo de modernização ocorrido no Brasil levou a acentuar a sazonalidade do emprego na agricultura capitalista, de forma a tornar desvantajosa a retenção permanente de mão-de-obra nas propriedades. Em todos os casos citados, o importante é perceber que o campesinato a que nos estamos referindo não é absolutamente independente ou desconectado do circuito global do capital. Ele se apresenta extremamente atrelado a esse circuito, sob formas variadas (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 130).

Assim, manter a forma histórica de produção agrária é manter o desenvolvimento capitalista. “No campo, produzir é produzir para manter o modelo adotado, eminentemente aberto à economia internacional”. Dialeticamente “o modelo econômico adotado implica o desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo” (IANNI, 1984, p. 145). Isso quer dizer que o próprio sócio metabolis-

mo do capital, ao produzir a diversificação da agricultura, também incrementa a produção de desigualdades, geradas pelo próprio desenvolvimento capitalista desigual, combinado (FERNANDES, 2005), dependente e que reza a cartilha imperialista.

CONCLUSÃO ANIMADA SOBRE UMA CLASSE REVOLUCIONÁRIA

Ao produzir desigualdades, exploração e opressões, o próprio sistema gera formas de resistência e rebeldia da classe trabalhadora no campo, que em sua pluralidade histórica e atual constitui-se dos povos originários indígenas, as populações quilombolas, os povos das florestas, os pescadores, maricultores, jangadeiros, os camponeses organizados em torno da reforma agrária, os agricultores familiares tradicionais, entre outros. Eles configuram-se como sujeitos coletivos políticos, que organizados em movimentos sociais, e/ou sindicais do campo e das florestas, e/ou mesmo organizados em suas comunidades contribuem para que seja possível visualizar outras sociabilidades a partir do e no espaço rural.

A partir do quadro geral traçado neste estudo, evidencia-se que sócio metabolismo capitalista produz historicamente no campo profundas desigualdades, níveis extremos — e, por vezes, disfarçados — de exploração, que aguçam a pauperização camponesa, agravando a expulsão do produtor autônomo de mercadorias simples para as cidades, o aumento do preço de produtos alimentícios, o que implica na reprodução social das frações da classe trabalhadora urbana e desencadeiam uma infinidade de outras expressões da questão social. Este cenário se constitui pois há um Estado que se coloca seletivamente presente ou ausente do espaço rural brasileiro, usando como parâmetro os interesses das elites dominantes. Desde os tempos da colônia trata-se de um Estado que repassou a terra de forma concentrada e desigual para esta elite agrária, posteriormente oficializando sua apropriação privada e indevida através da Lei de Terras de 1850. Esse mesmo Estado negou-se por longo período a fazer a reforma agrária e, quando instituiu uma política falsamente denominada de reforma agrária, fê-la de forma residual, mantendo as disparidades.

Assim, ao fechar os olhos para as desigualdades, consolida a exploração de classe e criminaliza as lutas e resistências.

No entanto, dialeticamente, da exploração também brota a resistência. Ora, a própria Lei Geral de Acumulação Capitalista tem seu metabolismo nas lutas e enfrentamentos de classe. São os trabalhadores que em suas lutas e resistências desestabilizam e abalam as estruturas do modo de produção (MARX, 2013). Juntamente com a reprodução das desigualdades, “as relações e os antagonismos de classes generalizam-se, difundem-se ao longo da sociedade”. O “desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo criou novas e surpreendentes possibilidades de reivindicação de luta para operários e camponeses” (IANNI, 1984, p. 172).

Quer dizer que o campo da classe trabalhadora é preñado de possibilidades de transformação da sociabilidade capitalista, pois pode criar e recriar relações de produção, modos de vida e de trabalho distintas das existentes. Acredite, é factível a insurgência camponesa contra o capitalismo, sendo necessária a reforma agrária. A chave da transformação no campo está no reconhecimento da classe trabalhadora em sua diversidade de identidade. Conhecer e fortalecer todas as frações da classe trabalhadora do campo em seus modos de vida e de trabalho é tarefa política coletiva urgente.

REFERÊNCIAS

- BAMBIRRA, Vânia. **Capitalismo dependente latino-americano**. 4. ed. rev. Florianópolis: Insular, 2019.
- CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2009.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. **O capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.
- GIOVENARDI, Eugênio. **Os pobres do campo**. Porto Alegre: Tomo, 2003.
- GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- HIRANO, Sedi. **Formação do Brasil Colonial: pré-capitalismo e capitalismo**. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2008.
- HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LINHARES, Maria Yedda, SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- LOBATO, Monteiro. **Urupês**. Edição Especial com pinturas do autor. São Paulo: Lafonte, 2019.
- LOSURDO, Domenico. **Colonialismo e luta anticolonial**. Desafios da revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2020.
- LUSA, Mailiz Garibotti. **A (in)visibilidade do Brasil rural no Serviço Social: o reconhecimento dos determinantes a partir da análise da mediação entre a formação e o exercício profissional em Alagoas**. 2012. 394 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012.
- MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 6. ed. Florianópolis: Insular, 2017.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro I: o processo de produção do capital.
- MOREIRA, Ruy. **Mudar para manter exatamente igual: os ciclos espaciais de acumulação: o espaço total: formação do espaço agrário**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- MOREIRA, Ruy. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.
- MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.
- PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 23. ed. 8. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires (Argentina): s.n., 2005. (Colección Sur Sur, CLACSO) p. 227-278. Disponível em: <http://>

biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 01. maio 2021.

RADIN, José Carlos; GENTIL CORAZZA, José Carlos. **Dicionário histórico-social do Oeste Catarinense**. Chapecó: EdUFFS, 2018. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788564905658>. Acesso em: 30 set. 2021.

SANTOS, Anderson David Gomes; SILVA, Danielle Víturino da; MACIEL, Kleciane Nunes. A campanha publicitária “Agro é tech; agro é pop; agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil. **Revista Eptic.**, v. 21, n. 1, p. 46-61, jan.-abr. 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/10910>. Acesso em: 11 jan. 2021.

WOITOWICZ, Karina Janz. **Imagem contestada: a guerra do contestado pela escrita do diário da tarde (1912-1916)**. 1. reimp. Ponta Grossa: UEPG, 2015. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788577982127> Acesso em: 30 set. 2021.

AGRICULTURA FAMILIAR E AS FEIRAS REGIONAIS: ANÁLISE DO PERFIL DOS AGRICULTORES

André Augusto Pereira Brandão³¹

Sidimara Cristina de Souza³²

Thiago Soares Risso Possas³³

INTRODUÇÃO

O Brasil é reconhecido mundialmente por sua produção agrícola, que é basicamente destinada à exportação. Quando se faz necessário refletir sobre as características da produção agrícola, deparamo-nos com diversas realidades nas diferentes regiões do país, desde organizações familiares a grandes plantios de monocultura. No que tange à Agricultura Familiar, essa se caracteriza por diversos aspectos culturais, sociais, econômicos, políticos. Em cada contexto, esse modelo cria suas especificidades.

Segundo a Lei Federal n. 11.326, de 24 de julho de 2006, são enquadrados como agricultores familiares os produtores rurais que atendem aos seguintes requisitos:

- (i) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- (ii) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

³¹ Doutor em Ciências Sociais, professor titular da Universidade Federal Fluminense atuando na graduação e no Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social. E-mail: aapbuff@globocom

³² Assistente Social, pesquisadora de estágio pós-doutoral do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social. Correio eletrônico: sidi.mara@hotmail.com.

³³ Mestre em Política Social pela Universidade Federal Fluminense. Correio eletrônico: thiagorrisso@id.uff.br.

- (iii) tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- (iv) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

O último Censo Agropecuário (2017) do IBGE, que abarcou cinco milhões de propriedades agrícolas do país, identificou que cerca de 77 % destas podem ser classificadas como agricultura familiar. Em relação à extensão de terra ocupada por esse modelo agrícola, chega-se a 80,9 milhões de hectares, correspondendo a 23 % da área total das propriedades agrícolas do Brasil.

O Censo também identificou que estas propriedades agrícolas caracterizadas como agricultura familiar empregavam mais de dez milhões de pessoas, representando 67 % do total de empregados em atividades agropecuárias no Brasil naquele momento. A agricultura familiar também foi responsável por 23 % do valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários, além de ser a principal responsável pela produção de alimentos consumidos pelos brasileiros. Por meio desses breves dados, é possível constatar a importância desse modelo agrícola para a geração de renda, emprego e garantia de produção de alimentos, uma vez que, mesmo ocupando pouca área cultivável, ela produz uma porcentagem elevada da quantidade total de alimentos no Brasil.

Para além da normativa legal supracitada, como podemos definir a agricultura familiar? Para Neves (2012, p. 35), “a agricultura familiar corresponde a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas”. Já Altafin (2005) ressalta que o conceito de agricultura familiar possui raízes históricas que se vinculam a produção camponesa, de forma que as diversas transformações vividas pelos sujeitos no campo com o movimento da história não significaram o rompimento dos formatos produtivos, mantendo práticas e costumes que se adequando às novas exigências socioeconômicas para sobreviver em uma sociedade contemporânea dominada pelo mercado capitalista

Para diversos pesquisadores, a agricultura familiar é caracterizada como atividade de subsistência para muitos produtores. Esse modelo agrícola enfrenta problemas históricos, que se arrastam ano

após ano e dificultam ainda mais a consolidação dos princípios da economia solidária no meio rural. Nesse contexto, manifesta-se a falta de assistência técnica, pouco acesso a linhas de créditos para novos plantios ou custeios dos que já existem, ausência de tecnologias sustentáveis, dificuldade de acesso ao mercado, entre outras questões.

Quijada, Cavichioli e Soares (2020) afirmam que, desde o pós-guerra, o país se preocupou em intensificar a produção agrícola pela modernização, por meio de máquinas agrícolas e pelo avanço tecnológico muito rápido, buscando maior produtividade. Isso ocasionou diversas transformações na relação dos trabalhadores com a terra, não modificando a estrutura fundiária. Tal modelo aportou externalidades negativas, como êxodo rural, desemprego, além de diversos problemas ambientais que têm se agravado nas últimas décadas, frente ao aumento da produção. Em outras palavras, o forte incremento do agronegócio tem contribuído para invisibilizar os pequenos agricultores no contexto da dentro da agenda pública e das ações do Estado brasileiro. Apenas os agricultores cuja produção se relaciona com a monocultura destinada à exportação é que são alvo de políticas públicas de apoio à produção.

Ou seja, de fato os, os agricultores familiares nunca foram prioridade nas políticas agrícolas (GRISA E SCHNEIDER, 2014). O Brasil passou a considerar os pequenos agricultores como agricultores familiares por meio de políticas públicas recentes, tais como o Programa de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF), de 1996. No que tange à ossatura do Estado somente em 2001 é criado um órgão especificamente voltado para o setor, a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), que atualmente compõe a estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Ainda nesse contexto, o Decreto n. 9.0646/2017 cria o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), que determina quais sujeitos podem ser considerados agricultores familiares. Para Steffen (2017), o decreto facilita a identificação dos agricultores que podem ter acesso a opções de crédito para incentivo a agricultura familiar. Com o objetivo de contribuir com os estudos que analisam as características da agricultura familiar no Brasil é que estruturamos este trabalho, no qual buscamos analisar o perfil dos agricultores familiares par-

ticipantes das feiras de agricultura familiar em diferentes regiões do país.

Neste artigo realizamos um estudo exploratório, a partir do banco de dados do Projeto Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar, desenvolvido na Universidade Federal Fluminense. Neste projeto gerou-se um banco de dados de informações referentes a 262 (duzentos e sessenta e dois) questionários aplicados aos participantes de feiras de agricultura familiar realizadas em 2019, tais como: Expointer (Esteio – RS), Agrinordeste (Recife – PE) e a Feira da Agricultura Familiar do Mato Grosso do Sul (Caarapó e Iguatemi – MS). A maioria dos entrevistados participaram da Expointer, correspondendo a 86,2 % dos entrevistados, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1. Feiras voltadas para a agricultura familiar

FEIRAS	FREQUÊNCIA	%
EXPOINTER	226	86,26 %
AGRINORDESTE	20	7,63 %
FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR – MS	16	6,11 %
TOTAL GERAL	262	100,00 %

Fonte: os autores, 2021.

Segundo Souto Maior (1978, p. 190):

A história das feiras surge com a formação das cidades na Idade Média, a maior parte da população da Europa ocidental vivia no campo, isso acabou gerando a redução da vida urbana e a diminuição da atividade comercial, e foi a partir das Cruzadas, no século XI, é que essa realidade começou a se transformar, o movimento provocado pelas Cruzadas trouxe o crescimento das rotas comerciais entre o Oriente e o Ocidente, pelo mar Mediterrâneo, assim como o aumento das rotas localizadas no interior da própria Europa, a intensa atividade comercial, por sua vez, favoreceu o desenvolvimento das cidades e do comércio, com isso a formação das novas cidades provocaram profundas mudanças no cenário europeu.

Pode-se afirmar que foi a partir da idade média que se iniciou o processo de troca das sobras de uns e que ocasionalmente correspondiam às carências de outros. A negociação realizada com as mercado-

rias existentes possibilitou a efetivação de intercâmbios de produtos entre diferentes grupos existentes, a partir de eventos realizados em dias considerados santos ou sagrados, como feriados e domingos. O que resultou na denominada feira, ou seja, lugar onde se faz mercado, conforme descrito pelo Dicionário Online de Português (2020).

De acordo com Conterato *et al.* (2011), a feira significa uma interlocução entre produtor e consumidor. Além de ser uma das bases de inserção comercial dos agricultores familiares ao mercado por meio de estratégias autônomas junto ao mercado agroalimentar, conectando realidade e mercado. Ademais, possibilita o surgimento da figura de um consumidor que requer alimentos, mas também se preocupa com a preservação ambiental, a sustentabilidade, a saúde e o desenvolvimento regional — fator que irá dar visibilidade às feiras locais e gerar valorização desse nicho de comercialização.

Para Sabourin (2013), as feiras são espaços de interação entre agricultores e consumidores. São conexões de sociabilidade e vínculo pautadas na confiança e no “capital social”. Segundo Godoy (2005, p. 5-6), as feiras são o “limiar difuso entre o rural e o urbano, fim da fase produtiva e início da fase de consumo”. São pontos de fusão entre produtores e consumidores responsáveis pelo processo de mercantilização e ressignificação das relações sociais e econômicas. Essas são espaços de visibilidade dos excluídos, de geração de emprego e renda, de organização coletiva, de economia solidária e cooperativismo. São fontes de desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Em todas as feiras pesquisadas, encontramos a participação de diferentes organizações coletivas e instituições. Dessas, 67,18 % (176 agricultores) estavam vinculados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG (RS)), e 11,83 % (31 agricultores) estavam vinculados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (FETRAF (RS)). Apenas 5,34 % (14 agricultores) estavam ligados à Emater (RS). Os demais estavam vinculados a cooperativas locais, associações comunitárias, assentamentos, empresas familiares.

É importante destacar que 78,6 % (206) dos entrevistados faziam parte de empreendimentos da agroindústria, conforme podemos observar na Tabela 2. Apenas 7,5 % faziam parte de associações ou cooperativas. Esse fato destaca a necessidade de organização co-

letiva entre o grupo, uma vez que as associações e cooperativas possuem um papel importante na vida social, econômica e política dos agricultores familiares, considerando que são uma estratégia de comercialização, de troca de conhecimentos com outros produtores e de organização política, no âmbito do fortalecimento das lutas por conquistas de direitos e melhores condições de produção, existência e resistência no campo.

Tabela 2. O tipo de organização dos feirantes

TIPO DE ORGANIZAÇÃO	FREQUÊNCIA	%
AGROINDÚSTRIA	206	78,63 %
NÃO SABE	34	12,98 %
COOPERATIVA	18	6,87 %
ASSOCIAÇÃO	2	0,76 %
PRODUTOR NÃO ASSOCIADO	2	0,76 %
TOTAL GERAL	262	100,00 %

Fonte: os autores, 2021.

Devemos destacar a importância de iniciativas coletivas que busquem organizar determinados grupos e conseqüentemente fortalecerem os mesmos em prol de melhorias socioeconômicas e qualidade de vida. Principalmente para a comercialização dos produtos, tais com feiras, associações comunitárias e cooperativas.

A participação em organizações coletivas tende a contribuir com medidas que possibilitem ampliação da comercialização das mercadorias em feiras, comercio local, cooperativas e instituições públicas via programas governamentais. O que conduz a novas expectativas de geração de trabalho e renda. Contudo, essa organização só é possível quando há identificação entre os sujeitos e o coletivo em questão. Nesse sentido, se faz necessário compreendermos o perfil dos pequenos produtores brasileiros participantes das feiras de agricultura familiar no Brasil, com isso conseguiremos descrever quem são esses trabalhadores.

PERFIL DOS AGRICULTORES PARTICIPANTES DAS FEIRAS REGIONAIS

Passamos agora a demonstrar o perfil da população rural que atuou nas feiras de agricultura familiar que foram alvo da pesquisa que deu origem a este artigo.

No que tange ao sexo do responsável pela propriedade rural, foi possível observar que 74,05 % desses eram homens, o que corresponde a 194 pessoas. Um montante expressivo. Em contrapartida, apenas 23,66 % (62) eram do sexo feminino e 2,29 % (6) não responderam. Esses dados já eram esperados, considerando que, de acordo com o IBGE (2002), nas zonas rurais do Brasil, a incidência de domicílios com mulheres responsáveis é de 12,8 %, sendo 14,5 % menor que nas áreas urbanas, onde a taxa é de 27,3 %.

Em relação à cor ou à raça dos pesquisados, foi possível identificar que 89,6 % dos responsáveis pelo domicílio eram brancos (TABELA 3), dado que pode ser justificado porque grande parte dos entrevistados eram do Rio Grande do Sul, onde a população majoritariamente é branca. Essa informação diverge da realidade da agricultura familiar no Brasil, pois, na maioria dos casos, a cor predominante entre os agricultores é parda ou preta, conforme destaca o Censo Agropecuário (2017). De fato, de acordo com o Censo Agropecuário (2017), 45,4 % dos responsáveis pelos domicílios eram brancos e apenas 8,4 % pretos. Os amarelos e indígenas chegaram a 0,6 % e 1,1 % respectivamente. Contudo, 44,5 % dos chefes de domicílios eram pardos. Fato que nos conduz a afirmar que, majoritariamente, a população agrícola responsável pelos domicílios é negra, pois, ao somarmos o número de representantes pretos e pardos, temos que 52,9 % do montante pesquisado.

Tabela 3. Cor ou raça do responsável pelo domicílio

COR OU RAÇA	FREQUÊNCIA	%
BRANCA	235	89,69 %
PARDA	17	6,49 %
PRETA	6	2,29 %
INDÍGENA	2	0,76 %
NS/NR	2	0,76 %
TOTAL GERAL	262	100,00 %

Fonte: os autores, 2021.

Ao analisarmos as variáveis cor e sexo, podemos afirmar que existe uma relação íntima entre elas, uma vez que, historicamente, os homens, principalmente brancos, possuíam os meios de produção do setor agrícola, ou seja, eram os proprietários dos empreendimentos e as mulheres, junto com outros grupos, por exemplo, sempre tiveram menor acesso a políticas, direitos e, até mesmo, ao trabalho na terra.

Dados do censo agropecuário de 2017 corroboram essa informação ao destacar que 81,3 % dos produtores são do sexo masculino e apenas 18,7 % do sexo feminino. Em 2006 o total de mulheres produtoras era de apenas 12,7 %, o que nos permite afirmar que no que tange à agricultura familiar, a representatividade das mulheres no campo vem crescendo, porém a passos lentos.

Sobre a principal atividade realizada pelos feirantes, temos a agricultura familiar representando 67,5 % das respostas, conforme pode ser observado na Tabela 4.

Tabela 4. Principal atividade laboral

PRINCIPAL ATIVIDADE	FREQUÊNCIA	%
AGRICULTURA	177	67,56 %
PECUÁRIA	52	19,85 %
AGRICULTURA/PECUÁRIA	14	5,34 %
AGROINDÚSTRIA	6	2,29 %
APICULTURA	5	1,91 %
FLORICULTURA	3	1,15 %
ARTESANATO	2	0,76 %
PISCICULTURA	2	0,76 %
EXTRATIVISMO	1	0,38 %
TOTAL GERAL	262	100,00 %

Fonte: os autores, 2021.

Em relação à situação profissional dos pesquisados, observamos uma grande diversidade. Como já era esperado, 198 eram agricultores, o que representa 75,5 % do total de feirantes. Contudo, também temos entre os chefes de famílias alguns autônomos, aposentados, artesãos, profissionais liberais, empregados assalariados rurais, pescadores artesanais e outros, conforme pode ser observado na Tabela 5.

Tabela 5. Situação profissional

PRINCIPAL ATIVIDADE	FREQUÊNCIA	%
AGRICULTOR	198	75,57 %
AUTÔNOMO/CONTA PRÓPRIA RURAL	31	11,83 %
APOSENTADO	11	4,20 %
EMPRESÁRIO	4	1,53 %
ARTESÃO	3	1,15 %
PECUARISTA	3	1,15 %
EMPREGADO ASSALARIADO RURAL	2	0,76 %
OUTRO	2	0,76 %
PESCADORA ARTESANAL	2	0,76 %
APICULTOR	1	0,38 %
DIRETORA COMERCIAL	1	0,38 %
DOCEIRA	1	0,38 %
FUNCIONÁRIO PÚBLICO	1	0,38 %
PROFISSIONAL LIBERAL	1	0,38 %
TRABALHADOR RURAL	1	0,38 %
TOTAL GERAL	262	100,00 %

Fonte: os autores, 2021.

Esse montante representa uma diversidade de sujeitos que participam das feiras agrícolas e comercializam seus produtos. Pereira, Brito e Pereira (2017) apontam que é normal a maioria dos feirantes trabalharem no setor agrícola, uma vez que, para esses agricultores, as feiras são um importante meio de comercializar sua produção. Já os demais participantes das feiras são indivíduos que comercializam os produtos de outros vizinhos ou ainda pessoas que compram dos agricultores para revender ou adquirem a matéria-prima e beneficiam o produto.

No total de 262 entrevistados, foi possível identificar que 87,4 % (229 pessoas) dos representantes domiciliares residem na propriedade em que desenvolvem suas atividades agrícolas. Apenas 8,78 % (23 pessoas) não moram na propriedade e 3,82 % (10 pessoas) não responderam ou não sabiam responder.

Em relação ao abastecimento de energia, temos 90,0 % dos domicílios com abastecimento derivado da rede pública, o que corresponde a 236 residências (Os resultados encontram-se na Tabela 6). Essa expressividade significativa pode estar atrelada ao Programa

Luz para Todos, do Ministério de Minas e Energia, criado pelo Decreto n. 7.520, de 2011. A iniciativa teve como objetivo levar energia elétrica às comunidades rurais, com intuito de utilizar a energia como propulsora de desenvolvimento econômico e social, contribuindo para a erradicação da pobreza.

Matosinhos, Ferreira e Campo (2017) salientam a importância do acesso à energia em relação ao desenvolvimento local e sustentável, melhorando as questões de acesso ao estudo pelas populações do campo, maior comunicação, diversificação produtiva, aumento da renda, maior participação das mulheres nas atividades, entre outras contribuições que favorecem o trabalhador do e no campo.

Tabela 6. Energia Elétrica

TIPO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	FREQUÊNCIA	%
REDE PÚBLICA	236	90,08 %
COOPERATIVA	9	3,44 %
ENERGIA SOLAR	9	3,44 %
NS/NR	4	1,53 %
REDE PÚBLICA	2	0,76 %
GERADOR PRÓPRIO	1	0,38 %
INEXISTENTE	1	0,38 %
TOTAL GERAL	262	100,00 %

Fonte: os autores, 2021.

O acesso à energia elétrica é um dado confirmado, mesmo que ainda tenhamos a necessidade de continuidade do Programa Luz para Todos para que toda a população rural brasileira tenha acesso. Contudo, quando estamos analisando os dados sobre o abastecimento de água, a realidade é bem diferente — mesmo sendo este um direito fundamental à vida humana e tratar-se de um recurso muito importante na atividade agrícola. Na Tabela 7, podemos perceber que 58,7 % do total de entrevistados possuíam acesso ao abastecimento de água por meio de poço artesiano. Somente 25,9,7 % tinham acesso à água por meio de rede pública e 7,7 % dos entrevistados só tinham acesso à água por meio de cisternas, poços, cacimba.

Barbosa (2012) comenta que o acesso à água é uma conquista importante para os povos do campo, além de ser fundamental para o

desenvolvimento humano e sustentável da região. Afinal, a partir do momento em que as famílias têm acesso à água, outras práticas podem ser utilizadas para potencializar a qualidade de vida na região, como o reúso da água para outras atividades e/ou sua utilização em períodos de seca.

Tabela 7. Abastecimento de água

TIPO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	FREQUÊNCIA	%
POÇO ARTESIANO	154	58,78 %
REDE PÚBLICA	68	25,95 %
CACIMBA/CISTERNA/POÇO	20	7,63 %
FONTE/RIO/IGARAPÉ/RIACHO/CÓRREGO	10	3,82 %
OUTRO	7	2,67 %
NASCENTE	2	0,76 %
INEXISTENTE	1	0,38 %
TOTAL GERAL	262	100,00 %

Fonte: os autores, 2021.

Em síntese, podemos afirmar que apenas 25,9 % da população feirante por nós entrevistada têm água tratada. De acordo com o Censo de 2017, dos 72,4 milhões de domicílios estimados pela pesquisa em 2019, 97,6 % (70,7 milhões) possuíam água canalizada e 88,2 % (63,8 milhões) tinham acesso à rede geral de abastecimento de água. Em 85,5 % dos lares, a rede geral de distribuição de água era a principal fonte de abastecimento.

A carência de acesso a saneamento básico é um dado reafirmado em diferentes pesquisas. No quesito saneamento, apenas 4,5 % dos entrevistados disseram ter acesso à rede pública de esgoto. Já 85,8 % dos entrevistados alegaram utilizar a fossa séptica.

Os dados da Tabela 8 nos mostram como são poucos os avanços da política de saneamento básico ofertada pelo setor público. Vale ressaltar que, além de ser garantido pela Constituição Federal de 1988 como direito social vinculado à saúde e como um dos elementos condicionantes e determinantes à saúde e ao bem-estar social, o saneamento básico é também regulado pela lei n. 11.445/2007, que prevê, entre outros princípios fundamentais, a universalização do acesso e a integralidade. Porém, esse ainda é um dos grandes problemas públicos que assola as propriedades rurais dos pequenos produtores no

território brasileiro e tem impacto direto sobre o bem-estar dessa população, afetando a saúde de seus indivíduos.

De acordo com o censo de 2017, a quantidade de domicílios ligados à rede geral de esgotamento sanitário ou com fossa ligada à rede cresceu em 2019 quando comparado com o ano anterior, chegando a 49,1 milhões de domicílios (68,3 %). Mesmo assim, quase um terço dos lares brasileiros não tinha saneamento adequado. Vale ressaltar que as regiões com menor índice de serviço tiveram crescimento maior e puxaram o resultado nacional.

Porto, Sales e Rezende (2019) destacam que o saneamento básico contribui muito para que os sujeitos que vivem no campo consigam uma melhor qualidade de vida. Ademais, o esgotamento correto contribui para o desenvolvimento rural, sustentável e solidário e para a saúde dos povos, evitando a disseminação de várias doenças, além de ser um direito estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Tabela 8. Esgotamento Sanitário

TIPO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	FREQUÊNCIA	%
FOSSA SÉPTICA	225	85,88 %
FOSSA RÚSTICA	18	6,87 %
REDE PÚBLICA	12	4,58 %
NS/NR	3	1,15 %
INEXISTENTE	2	0,76 %
OUTRO	2	0,76 %
TOTAL GERAL	262	100,00 %

Fonte: os autores, 2021.

Em relação à localização dos banheiros das casas dos entrevistados, identificamos que na maioria (96,56 % ou 253 residências) o banheiro se encontra do lado de dentro de casa. Todavia, 3,44 % (9 entrevistados) indicaram que os banheiros de suas casas ficam localizados do lado de fora da residência. A pesquisa do IBGE de 2017 mostra que 97,8 % dos domicílios do país (70,8 milhões) tinham banheiro de uso exclusivo e que em 68,3 % (49,1 milhões) o esgoto era ligado à rede geral ou a fossa séptica ligada à rede.

No que tange à moradia dos entrevistados, constatamos que 216 agricultores possuíam casa de alvenaria, totalizando 82,44 % dos pesquisados. Um total de 12,98 % (34) tinham casas de madeira e 4,2 % (11) possuíam casa de alvenaria e madeira, ou seja, parte da casa era de alvenaria e outra parte de madeira. Apenas uma pessoa não respondeu ou não soube informar sobre o tipo de material da qual era feita a casa em que residia.

Silva (2014) chama a atenção para o fato de que programas de habitação rural desenvolvidos nas últimas décadas são os principais responsáveis pela melhoria da qualidade das moradias da população do campo, possibilitando, em grande parte, maior conforto e segurança habitacional.

No próximo item nos detemos sobre a produção dos produtos comercializados nas feiras e o processo de comercialização pelos feirantes, percebendo a diversidade da produção e a importância das feiras para a comercialização e para garantia de renda para as famílias produtoras.

PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Do total de pesquisados neste estudo, apenas 36,26 % trabalham com a produção animal (o que corresponde a 95 entrevistados). Desses, todos mencionaram pelo menos um animal, conforme podemos observar na Tabela 9. Esses afirmaram trabalhar com aves, suínos, bovino de leite, bovino, cabra, abelha, peixe e ovelha. Os bovinos de leite foram os animais com maior percentual (33,6 %) de criação pelos agricultores feirantes.

Tabela 9. Produtores que trabalham com produção animal

ANIMAIS	QTD. ENTREVISTADOS	TOTAL DE PRODUTORES QUE TRABALHAM COM PRODUÇÃO ANIMAL
BOVINO DE LEITE	32	33,68 %
ABELHA	26	27,37 %
BOVINO	25	26,32 %
SUÍNO	25	26,32 %
AVES	22	23,16 %
OVELHA	7	7,37 %
PEIXE	4	4,21 %
CABRA	1	1,05 %

Fonte: os autores, 2021.

Em relação ao método de criação animal, temos 45 produtores que criam de forma extensiva. Esse valor representa 47,37 % do total. Ademais, 22 criam de forma semiextensiva, representando 23,16 % do total. Outros 19 produtores disseram que criam os animais de forma confinada, representando 20 % do total. Seis pessoas não sabem ou não responderam, o que representa 6,32 % do total. Sendo que 2,11 % (2) dos entrevistados disseram trabalhar com colmeia e esse mesmo percentual afirmaram trabalhar com soga.

Ao investigarmos o processamento da produção animal, 69 pessoas disseram que processam a produção, representando 72,63 % do total de pesquisados. Apenas 26,32 % não realizavam nenhum processamento e uma pessoa não sabia ou não respondeu à pergunta (1,05 %).

Mior (2005) elenca que a prática de processar os alimentos por famílias que moram no campo não é configurada como algo novo, uma vez que é tem se reproduzido ao longo da história. Isto porque, as famílias buscam conservar a produção e o processamento se configura como uma técnica e uma lógica da sustentação da agricultura familiar ao longo do tempo. Essa prática vem sendo realizada por parte significativa dos agricultores feirantes, conforme diagnosticamos nessa pesquisa.

No que tange aos produtos gerados a partir do processamento, temos a produção de queijo; mel; salame; linguiça; iogurte; copa; própolis; filé; leite; doce de leite; lã; própolis, entre outros. Sendo o queijo o principal produto, conforme destaca a Tabela 10.

Tabela 10. Produtos gerados com o processamento da produção animal³⁴

PRODUTO (PRODUÇÃO ANIMAL)	QTD. ENTREVISTADOS QUE INDICARAM PRODUZIR	PRODUTORES QUE INDICARAM PRODUZIR /TOTAL DE PRODUTORES QUE PROCESSAM A PRÓPRIA PRODUÇÃO ANIMAL
QUEIJO	23	33,33 %
MEL	15	21,74 %
SALAME	13	18,84 %
LINGUIÇA	8	11,59 %
IOGURTE	8	11,59 %

³⁴ Para compor essa tabela, contabilizamos o montante dos três principais produtos indicados pelos entrevistados. Por isso o percentual acumulado dá mais de 100 %, pois a mesma pessoa podia indicar até 3 produtos. Vale destacar que consideramos apenas o produto que teve um percentual superior a 1%.

PRODUTO (PRODUÇÃO ANIMAL)	QTD. ENTREVISTADOS QUE INDICARAM PRODUZIR	PRODUTORES QUE INDICARAM PRODUZIR /TOTAL DE PRODUTORES QUE PROCESSAM A PRÓPRIA PRODUÇÃO ANIMAL
COPA	6	8,70 %
PRÓPOLIS	5	7,25 %
MANTEIGA	5	7,25 %
LEITE	4	5,80 %
DOCE DE LEITE	4	5,80 %
FILÉ	3	4,35 %
TORRESMO	3	4,35 %
PÓLEN	3	4,35 %
LÃ	2	2,90 %
SORVETE	2	2,90 %
FAVO	2	2,90 %
EXTRATO DE PRÓPOLIS	2	2,90 %
NATA	2	2,90 %

Fonte: os autores, 2021.

Apesar de apenas 2,29 % dos entrevistados ter produtos gerados por meio da agroindústria, Ferreira (2017) afirma que ela pode ser uma importante estratégia para o processamento da produção, uma vez que pode potencializar esse processo e agregar maior valor, aumentando as expectativas dos produtores e a motivação para continuarem produzindo, além de contribuir para que não ocorra o êxodo rural.

Outra estratégia é a diversificação da produção de animais, uma alternativa para potencializar a economia local e para melhorar a renda das famílias por meio da comercialização dos produtos *in natura* ou processados. De acordo com o Ministério da Agricultura (2017), a diversificação é uma característica de modelo agrícola, como uma estratégia para manutenção no campo e enfrentamento das dificuldades de acesso ao mercado. Afinal, se a família produzir uma variedade maior, tem mais possibilidade de aumentar a renda e de atender novos mercados.

Em relação à principal força de trabalho para o desenvolvimento das atividades com animais, temos a predominância da força manual, representando 66,3%. Apenas 26,32 % dos entrevistados faziam uso apenas da força de trabalho mecânica, como pode ser observado na Tabela 11.

Tabela 11. Força de Trabalho

PRINCIPAL FORÇA DE TRABALHO (PRODUÇÃO ANIMAL)	FREQUÊNCIA	%
MANUAL	63	66,32 %
MECÂNICA	25	26,32 %
NS/NR	4	4,21 %
MANUAL E MECÂNICA	2	2,11 %
ANIMAL	1	1,05 %
TOTAL GERAL	95	100,00 %

Fonte: os autores, 2021.

Dos agricultores que trabalham com produtos animais, 84,21 % responderam que recebem assistência técnica e apenas 13,68 % apontaram não ter nenhum suporte deste tipo. Do total, apenas dois entrevistados (2,11 %) não responderam ou não sabiam responder esta questão.

Quando questionados sobre as principais dificuldades para a criação de animais, as respostas mais relatadas foram: a seca (23 entrevistados assinalaram, 24,21 %); o excesso de chuva (17 assinalaram, 17,89 %); a falta de crédito (14 assinalaram, 14,74 %); as doenças dos animais (12 assinalaram, 12,63 %); o solo (10 assinalaram, 10,53 %); a falta de informação (9 assinalaram, 9,47 %); entre outros. A seca foi o problema mais elencado.

Quando questionados sobre as dificuldades enfrentadas para comercializar a produção animal, a maioria destacou o consumo e a concorrência. De acordo com os entrevistados, o consumo de produtos ofertados pelos agricultores é pequeno e a concorrência é desleal, uma vez que competem com grandes produtores. Também foi citado as taxas elevadas de impostos (o que encarece o preço da mercadoria para o consumidor final) e o roubo de animais e o comércio de carne clandestino. Esses fatores impossibilitam o desenvolvimento dos pequenos produtores e alertam para a necessidade de intervenção governamental para elaboração de políticas que beneficiem o crescimento local das comunidades rurais, atendendo a diversidade e os contextos de cada região.

No que concerne ao cultivo de produtos vegetais, 198 feirantes entrevistados a praticam, o que correspondeu a 75,57 % do total. Ou

seja, alguns dos trabalhadores que atuam na criação de animais também realizam atividades voltadas para o plantio ou cultivo (32,63 %, 32 dos entrevistados).

As culturas trabalhadas pelos agricultores apresentam uma grande variedade. Esse elemento pode ser considerado uma vantagem, uma vez que, quanto maior for a variedade, mais possibilidades de comercialização irão existir. Simão (2005) considera que a diversificação de cultivos pode ser uma alternativa para a sobrevivência dos produtores, principalmente para melhorar a renda e as condições de vida.

Os principais produtos elencados foram: uva, com uma produção realizada por 19,19 % (38); milho, com um percentual de 18,69 % (37); cana-de-açúcar, abrangendo um percentual de 14,14 % (28); soja, sendo produzida por 12,12 % (24); trigo, com 11,62 % (23). Além desses produtos, os entrevistados produzem, em menor porcentagem: porongo; morango; laranja; arroz; mandioca; banana; batata doce; café; pêssego; pimenta; abacaxi; abóbora; cactos; cenoura; figo; fumo; goiaba; hortaliças; orquídeas; pepino; rosa do deserto; acerola; alho; amendoim; araçá; bacuri; bambu; batata; bromélias; butiá; cacau; caju; capim elefante; castanha de caju; cogumelo; erva mate; eucalipto; feijão; flores; frutas cítricas; frutas nativas; gergelim; graviola; hibisco; macaxeira; manga; maracujá; marolo; nozes; palmito; plantas ornamentais; quiabo; sementes; suculentas; tomate e umbu; hortaliças; abóbora; laranja; mamão; maracujá; tangerina; amora; bergamota; beterraba; caju; capim elefante; figo; flores comestíveis; graviola; marmelo; moranga; nozes; pepino; pera; pinha e noz peça.

Dos produtores que atuam no plantio e cultivo, 78,79 % (156) afirmaram que processam os produtos. Esses, ao serem questionados quanto aos produtos que são gerados a partir do processamento, informaram produzir: sucos; geleias; cuca e vinho; cachaça e melado; doces; artesanatos e conservas; cuias; biscoitos; polpas de frutas; rapadura; silagem; açúcar mascavo; banana chips; massas; molhos; pães; vinagre; amêndoas de castanha de caju natural; arranjo de suculentas; arranjo de flores; arroz; barra de cereais; bolo; café; café torrado; café torrado em grãos; cajuína; castanha; chips de batata doce; chocolate; cogumelos desidratados; compotas; congelada descascada; creme de milho; destilados; embalados à vácuo; enxertos; erva para

chimarrão; farinha; sementes; frutas cristalizadas; mandioca congelada; marmelada/goiabada; melaço; patês; ração para gado; tempero; vegetais higienizados à vácuo; molhos; bolacha; licores; amêndoa de cacau triturada; amêndoas de castanha de caju fritas e salgadas; banana passa; barra de cereal; café torrado moído; casquinha de laranja; *catchup*; chimia; conservas; espetinho de morango; espumantes; mungunzá; nhoque; passas; substrato e temperos; desidratados; mingau de milho; mix Bahia; muda de cogumelo; sorvete; tomate seco.

Para Simão (2005), o processamento é uma estratégia fundamental para agregar valor aos produtos e uma forma de fugir dos intermediários. Assim, os produtos seriam comercializados exclusivamente pelos produtores, criando meios de comercialização e gerando possibilidades para criar empregos na região.

Os principais compradores dos produtos, de acordo com os entrevistados, são: os moradores das regiões vizinhas, por meio dos mercados locais (frutíferos, hotéis, laticínios, restaurantes e vinícolas) e das feiras; as cooperativas; o governo, por intermédio dos programas sociais; os vizinhos.

Sobre o modo de trabalho utilizado no preparo da terra, 57, 58 % dos produtores disseram que utilizavam algum tipo de força mecânica. Outros 53,03 % faziam uso exclusivo da força de trabalho mecânica e 39,90 % usavam apenas a manual, conforme descrito na Tabela 12. Contudo, quando analisamos a força de trabalho usada no plantio, essa situação se inverte. Temos uma utilização maior da força de trabalho manual, representando 61,11 % dos entrevistados.

Tabela 12. Força de trabalho

PRINCIPAL FORÇA DE TRABALHO	FREQUÊNCIA (PREPARO DA TERRA)	% (PREPARO DA TERRA)	FREQUÊNCIA (PLANTIO)	% (PLANTIO)
ANIMAL	2	1,01 %	1	0,51 %
ANIMAL E MECÂNICA	2	1,01 %	1	0,51 %
MANUAL	79	39,90 %	121	61,11 %
MANUAL E MECÂNICA	9	4,55 %	7	3,54 %
MECÂNICA	105	53,03 %	67	33,84 %
NÃO MENCIONOU	1	0,51 %	1	0,51 %
TOTAL GERAL	198	100,00 %	198	100,00 %

Fonte: os autores, 2021.

Saccol, Neto, Gomes e Pessetti (2019) ponderam que a modernização da agricultura consiste em um processo no qual a agricultura tradicional perde sua força e a agricultura moderna passa ter espaço nas técnicas dos agricultores. Neste caso, o nível de modernização é medido pela quantidade de máquinas, implementos, equipamentos e insumos modernos utilizados na agricultura.

Conforme foi possível identificar nas tabelas acima, a mecanização da força de trabalho é mais usada no que tange ao preparo da terra, enquanto que o plantio ainda é realizado, por boa parte dos agricultores entrevistados, de forma manual. Contudo, a mecanização das atividades é um fenômeno que vem crescendo e possibilitando o aumento da produção entre os pequenos produtores. Isso pode justificar os 64,14 % (127) de agricultores entrevistados que possuem máquinas ou equipamentos industrializados para o auxílio na labuta diária. No entanto, a aquisição desses requer investimentos financeiros elevados, o que inviabiliza um acesso amplo. Esse fato pode explicar por que 28,28 % (56) dos agricultores não possuem nenhum maquinário. Destaca-se, por fim, que 7,58 % (15) dos entrevistados não responderam ou não souberam responder sobre o assunto.

Em relação ao tipo de implementos que os produtores possuem, encontramos uma ampla variedade, da qual destacamos: plantadeira; pulverizadores; colheitadeira; roçadeira; carreta; capinadeira; implementos; motosserra; secador; semeadeira; trator; arado; batedor; ciladeira; engenho; enxada rotativa; grade; liquidificador industrial; moedor; prensa; selador e tabata. A plantadeira e o pulverizador são os instrumentos mais usados pelos agricultores.

Ao questionarmos a procedência das sementes e mudas utilizadas no plantio pelos entrevistados, foi constatado que 54,04 % utilizavam sementes de fontes certificadas (Tabela 13).

Londres (2006) relata que uma das principais características negativas do alto uso das sementes certificadas é quando as variedades de cultivares deixam de existir e nesse processo os agricultores passam a ficar cada vez mais dependentes do mercado para comprar sementes e insumos necessários para cultivá-las.

Tabela 13. Procedências das sementes

PRINCIPAL PROCEDÊNCIA DE SEMENTES OU MUDAS	FREQUÊNCIA	%
CERTIFICADA	107	54,04 %
PRÓPRIA OU VIZINHO	66	33,33 %
NS/NR	8	4,04 %
NÃO CERTIFICADA	8	4,04 %
MUDAS	3	1,52 %
MISTA	1	0,51 %
TROCA	1	0,51 %
SEMENTE CRIOLA	1	0,51 %
CRIOLA	1	0,51 %
COOPERATIVA	1	0,51 %
DOAÇÃO	1	0,51 %
TOTAL GERAL	198	100,00 %

Fonte: os autores, 2021.

Em relação aos defensivos agrícolas utilizados encontramos 94 agricultores familiares que relataram utilizar agroquímicos, representando 47,4 % do total de pesquisados. Ademais, temos 29,8 % dos agricultores que afirmaram usar apenas defensivos orgânicos e 18,6 % que disseram que não fazem uso de nenhum defensivo (Tabela 14).

É importante destacar a necessidade de ampliação do uso de defensivos orgânicos, pois, como mostram Orth, Schwartz e Cadzierski (2019), que a utilização de outros tipos de defensivos tem sido muito prejudicial para a saúde dos agricultores, dos possíveis consumidores e para o meio-ambiente de forma geral. Ademais, uma agricultura sustentável busca produzir alimentos de forma harmônica com a natureza, conservando a saúde humana e trazendo vantagens para quem cultiva e para quem consome os alimentos.

Tabela 14. Defensivos agrícolas

PRINCIPAIS DEFENSIVOS AGRÍCOLAS UTILIZADOS	FREQUÊNCIA	%
AGROQUÍMICO	94	47,47 %
APENAS ORGÂNICO	59	29,80 %
NENHUM	37	18,69 %
ORGÂNICO E AGROQUÍMICO	5	2,53 %
NS/NR	3	1,52 %
TOTAL GERAL	198	100,00 %

Fonte: os autores, 2021.

Somente 85,35 % (169) dos agricultores entrevistados recebem assistência técnica. Contudo, ainda temos 12,12 % (24) dos agricultores que relataram não receber nenhuma assistência. Outros 2,53 % (5) dos entrevistados não responderam a esta questão.

É importante ressaltar que a falta de assistência técnica é um dos fatores limitadores da produção e da comercialização para os agricultores familiares, conforme pontuado pelos entrevistados ao relatarem os principais problemas que dificultam a produção agrícola. Outros fatores destacados foram: a seca ou o excesso de chuva, a geada e o granizo, as pragas, a falta de crédito, a ausência de mão de obra no campo, falta de informação, o solo, a comercialização e os custos/preços, agrotóxicos, declividades do terreno, dificuldade de mudar para a produção orgânica, dificuldade em ter acesso aos equipamentos de irrigação, subsídios do governo e a falta de terra.

Dessa forma, considera-se extremamente necessário a elaboração de políticas mais consistentes e contextualizadas com a realidade local. Ademais, é preciso garantir a implementação e o acesso às políticas que já estão vigentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, conhecemos o perfil de agricultores familiares que participam de feiras em algumas regiões do Brasil e conseguimos pontuar a diversidade de produção dos pesquisados, suas técnicas de comercialização, de plantio e de criação. Essa reflexão nos permite conhecer um pouco da realidade que constitui a vida destes agricultores familiares em diferentes localidades do país.

Foi possível verificar que, mesmo com os diversos problemas enfrentados, a agricultura familiar vem sobrevivendo e permitindo que a população urbana tenha acesso aos seus produtos. Como vimos, e a comercialização da produção ocorre por meio de cooperativas, no comércio local, por venda direta para o Estado — via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)³⁵ e do Programa Nacional

³⁵ O PAA foi criado conforme o artigo 19, da Lei n. 10.696 de 02 de julho de 2003. Ele marca de forma inovadora a presença do Estado no suporte à comercialização dos produtos das pequenas propriedades familiares. De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab (2017) são seis os seus objetivos principais: remuneração da produção, ocupação do espaço rural, distribuição de renda, combate à fome,

de Alimentação Escolar (PNAE) ³⁶ — por meio de atravessadores e para a vizinhança.

Conforme pôde ser observado, os feirantes apontaram algumas dificuldades que os limitam na produção e comercialização dos seus produtos, tais como: ausência de apoio governamental, carência de informação, preço diferenciado, entre outras. Em um universo marcado por homens, em que o principal tipo de organização é a agroindústria e a atividade referência é a agricultura familiar, conseguimos perceber a necessidade de organizações coletivas entre os feirantes, assim como a importância de políticas públicas que possibilitem a participação das mulheres em atividades para além do cuidado e que valorizem e estimulem a produção do pequeno produtor rural.

REFERÊNCIAS

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília, 2005. 18 p.

AMORIM. Joseane, de Jesus, Santos. **Feira Itinerante da Agricultura Familiar: a experiência em Cruz das Almas**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Tecnólogo em Gestão do Cooperativas. Cruz das Almas: s.n., 2018. 51 p.

AVELAR. Fagner Mendonça; STAMM. Cristiano. Agricultura familiar: efeitos do PRONAF na região Oeste do Paraná. **Geosul**, Santa Catarina, v. 34, n. 72, 2019.

BARBOSA. Martha, Schaer. **A percepção de agricultores familiares e formuladores de políticas – o reuso da água no semiárido baiano**. 2012, 285 f. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal da Bahia. 2012.

cultura alimentar regional e preservação ambiental. A Conab é a responsável pela operacionalização do PAA embora seu bom funcionamento seja garantido por um Comitê Gestor com representantes de cinco Ministérios Diferentes. A proposta governamental tem por público-alvo os agricultores familiares que se enquadram no PRONAF; como por exemplo, os assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas. O PAA possibilita o acesso a alimentos aos indivíduos em situação de insegurança alimentar, mas, além disso, está se materializando enquanto instrumento de promoção da inclusão social e econômica, contribuindo para o desenvolvimento de regiões que se caracterizam pela miserabilidade.

³⁶ O (PNAE) tem como objetivo oferecer alimentação escolar e iniciativas de educação alimentar e nutricional para crianças da educação básica pública. No qual a União faz o repasse financeiro para estados, municípios e instituições de ensino federais em caráter suplementar para cobertura de duzentos dias letivos do ano escolar, de acordo com o número de matrículas vigentes em cada rede de ensino com base no Censo Escolar efetivado no ano anterior. Sendo que com a Lei n. 11.947, de 2009, 30 % do valor repassado para essas instituições deve ser destinado para a compra direta de produtos da agricultura familiar com o intuito de motivar o crescimento econômico e sustentável das comunidades rurais (FNDE, 2021).

BRASIL. Senado Federal. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 27 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>. Acesso em: 27 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Brasília: FNDE, 2021. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. Acesso em: 24 maio 2021.

CONTERATO, Marcelo Antônio; NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme; SCHNEIDER, Sérgio. Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. In: SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Márcio (orgs.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/marcelo-conterato/conterato-marcelo-niederle-paulo-andre-radomskyguilherme-f-w-schneider-s-mercantilizacao-e-mercados-a-construcao-da-diversidade-da-agricultura-na-ruralidade-contemporanea-in-sergio-schneider-marcio-gazolla-org-os-atores-do-desenvolvimento-rural>. Acesso em: 20 dez. 2020.

DICIONÁRIO ON-LINE DE PORTUGUÊS. **Feira**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/feira/>. Acesso em: 8 jan. 2021.

FERREIRA, Rafael, Lucas, Alves. Agregação de valor nos produtos da agricultura familiar de Foz do Iguaçu (PR): o caso da agroindústria Delícias do Campo. **RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, Foz do Iguaçu, v. 03, ed. especial, s/p.. dez., 2017.

GODOY, Wilson Itamar. **As feiras-livres de Pelotas, RS**: estudo sobre a dimensão sócio-econômica de um sistema local de comercialização. Orientador: Flavio Sacco dos Anjos. 2005. 268 f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2005. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/GODOY-Feiras-Livres-2005.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; CARDIM, Silvia Elizabeth C. S. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), 2000.

GRISA, Catia. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedad. UFRRJ, 2012.

JUNQUEIRA, Clarissa, Pereira; LIMA, Jandir, Ferreira de. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, jun.-dez. 2008.

LONDRES, Flávia. A Nova Legislação e sementes e mudas no Brasil e seus impactos sobre a Agricultura Familiar. **Grupo de Trabalho sobre Biodiversidade Articulação Nacional de Agroecologia**. ASPTA - Agricultura Familiar e Agroecologia: Belo Horizonte, 2006.

MATOSINHOS, Livia; FERREIRA, Aladim; MARQUES Marco Aurélio; CAMPOS, Ana Paula Teixeira. O acesso e o uso de energia elétrica através do programa Luz Para Todos: uma análise de famílias rurais de Brás Pires (MG). . **Anais do I SEMINÁRIO NACIONAL: Família e Políticas Sociais no Brasil – UFV**: ed. 1., 2017, Viçosa (MG). Disponível em: <https://docplayer.com.br/65202749-O-acesso-e-o-uso-da-energia-eletrica-atraves-do-programa-luz-para-todos-uma-analise-de-familias-rurais-de-bras-pires-mg.html>. Acesso em: 22 maio 2021.

MAIOR, Armando Souto. **História Geral**. São Paulo: São Paulo, 1978, p. 190.

Mior, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

NEVES, Delma. Pessanha. Agricultura familiar. In: CALDART, R. S. *et al.* (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 32-40.

ORTH Arlete Cherobini, SCHWARTZ Adriana Pedrassani, CADZERSKI Dniffer. A Utilização Racional de Defensivos na Produção Primária da Agricultura Familiar. **Revista Saber Científico**, Mato Grosso, 2019.

PEREIRA, Viviane; BRITO, Guimarães; PEREIRA, Tayrine; PEREIRA, Samanta Borges. A feira livre como importante mercado para a agricultura familiar em Conceição do Mato Dentro. **Revista Ciências Humanas – Educação e Desenvolvimento Humano**, Taubaté (SP), v. 10, n. 20, 2017.

PORTO, Bárbara; Batist,.; SALES. MARQUES, Bárbara; REZENDE, Sonaly. Saneamento Básico em Contextos da Agricultura familiar. **Revista DAE**, São Paulo, n. 220, v. 67, 2019.

QUIJADA, Denis, Willian; CAVICHOLI, Fábio, Alexandre. SOARES. Nathalia, Maria. Influência das Políticas Públicas na Agricultura Familiar. **Interface Tecnológica**, v. 17, n. 1, 2020.

SABOURIN, Eric. Comercialização dos produtos agrícolas e reciprocidade no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 5-33, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/259713930_Comercializacao_dos_produtos_agricolas_e_reciprocidade_no_Brasil. Acesso em: 7 dez. 2017.

SACCOL, Paloma Tavares; NETO. Ricardo Stedile; GOMES. Ligian Cristiano; PESSETTI, Mateus. O processo de modernização da Agricultura Familiar. **Revista Científica**, v. 1, 2019.

SILVA, Cecília; MILANEZ, Graziano. **Habitação Rural: uma luta por cidadania**. 152 f. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo. São Paulo, **Habitação Rural: uma luta por cidadania**, 2014.

SIMÃO, Ana Adalgisa. **Diversificação como alternativa para o desenvolvimento da agropecuária familiar sul mineira**. 2005, 160 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Faculdade de Administração. Universidade Federal de Lavras. Lavras., 2005.

STEFFEN, Janaína. **Você sabe quem são os agricultores familiares?** 2017. Disponível em: <https://autossustentavel.com/2017/06/agricultura-familiar.html>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2021.

ENVELHECIMENTO NO BRASIL EM TEMPOS DE PANDEMIA: TRAJETÓRIAS DE LUTAS E INICIATIVAS PARA GARANTIR DIREITOS

Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves³⁷

Vera Núbia Santos³⁸

Noêmia Lima Silva³⁹

INTRODUÇÃO

Este texto tem como finalidade situar a pessoa idosa no contexto dos segmentos considerados minorias, ressaltando, prioritariamente, as iniciativas para o acesso aos direitos sociais. Diante do cenário da pandemia desencadeada pelo novo coronavírus (*Sars-Cov-2*), a partir de 2020, alguns destaques serão dados à pessoa idosa, no âmbito do Brasil, objeto da reflexão deste artigo. Sabe-se que, mundialmente, com a pandemia, a pessoa idosa foi considerada como parte de um dos principais grupos de risco, o que motivou considerá-la na prioridade de ações e medidas específicas de isolamento e distanciamento social, assim como na vacinação quando esta foi iniciada, uma vez caracterizada como grupo vulnerável.

A situação em destaque evidenciou um aspecto pouco aprofundado na atualidade, que sugere adensar a reflexão sobre como as políticas sociais respondem às demandas de segmentos minoritários

³⁷ Doutora em Serviço Social; Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe; E-mail – licagoncalves@gmail.com.

³⁸ Doutora em Serviço Social; Docente da Graduação e da Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe; E-mail – venus_se@uol.com.br.

³⁹ Doutora em Educação; Docente da Graduação e da Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe; E-mail – noemialimasilva@gmail.com.

da sociedade, mesmo amparados numa densa legislação que garante direitos sociais, mas que também deveria evidenciar o seu acesso e a sua sustentabilidade, a partir de serviços, programas e políticas que a tornem concreta. Essas minorias, dentre as quais se situa o segmento idoso no país, aumenta e, no caso específico da pessoa idosa, estudos e indicadores já apontam para um crescimento acelerado na população, que já ultrapassa o número de crianças.

Sinaliza-se que o termo minoria não está vinculado à quantidade numérica, mas sim às relações de poder existentes entre os diferentes segmentos que compõe a estrutura social, independente de classes sociais (CHAVES, 1971; PAULA; SILVA; BITTAR, 2017). Nessa direção, deve-se chamar a atenção para grupos considerados minorias, mas que, numericamente, constituem uma maioria, entre eles, mulheres, negros, indígenas, LGBTs, pessoas idosas e, mesmo, “a pobreza”. O surgimento do Estado na sociedade forneceu as bases para a apropriação do poder por um dos grupos sociais existente, impondo aos demais grupos suas características culturais, ideológicas, políticas, ou seja, submetendo os demais grupos ao seu poder. (CHAVES, 1971). Segundo Chaves (1971, p. 150) “[...] os grupos subordinados formam as minorias. O poder estatal é, pois, o instrumento mais eficiente de que a maioria numa sociedade dispõe para subjugar as minorias integrantes da mesma sociedade.”

A opção de abordar a pessoa idosa enquanto minoria partiu de questionamentos suscitados pelos organizadores da coletânea, entre eles, “quais as trajetórias de lutas desses grupos”? “Como eles tem se constituído enquanto uma identidade coletiva própria ao longo do tempo”? Quais são, no âmbito governamental e não-governamental, as respostas institucionais de atendimento às suas diferentes formas de exclusão e subalternização?”.

As questões formuladas sinalizam para a possibilidade de perscrutar o movimento de ascensão de um processo de luta para garantia de direitos à pessoa idosa no país e o seu descenso decorrente do projeto neoliberal, ao mesmo tempo em que permite observar respostas sociais, especificamente no tocante à implantação de um dispositivo previsto na Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994): o Programa Universidade Aberta à Terceira Idade. Ao trazer essa reflexão, o texto busca refletir sobre as conquistas do segmento idoso no

Brasil, e as iniciativas existentes na atualidade que podem apoiar as lutas históricas da pessoa idosa.

O processo de envelhecimento em países em desenvolvimento, ainda que no caso brasileiro o país represente uma das maiores economias mundiais, sugere considerar as conquistas históricas fruto de lutas da sociedade, e as contradições que fazem com que os direitos sejam garantidos, mas para a sua operacionalização é necessário permanecer em luta, ainda mais imprescindível no contexto de uma pandemia que levou à morte em decorrência da covid-19, 76 % das pessoas adultas com sessenta anos ou mais no primeiro ano (OPAS, 2020). Em um cenário nebuloso, importa apontar dimensões das lutas que suscitam permanecer em defesa dos direitos da pessoa idosa.

Assim sendo, o texto, além da introdução e das considerações finais, é constituído por dois itens. O primeiro tem por objetivo focalizar aspectos gerais do envelhecimento populacional e as principais lutas e conquistas desse segmento. O segundo aborda algumas iniciativas para o acesso a direitos sociais com ênfase em projetos de leis do Legislativo Federal e nas contribuições da Universidade Aberta à Terceira Idade⁴⁰ (UNATI) para manter a pessoa idosa ativa.

PROCESSO DE ENVELHECIMENTO E TRAJETÓRIAS DE LUTAS, CONQUISTAS E ACESSO A DIREITOS

O envelhecimento humano ocorre de forma mundialmente acentuada desde meados do século XX, inicialmente de forma mais moderada e, em seguida, mais acelerada, como diz Alves (2020, s/p):

Nota-se que o crescimento registrado e projetado é impressionante no período de 150 anos, mas o ritmo do envelhecimento na segunda metade do século XX, que ainda se dava de forma lenta, se transformou em crescimento acelerado ao longo do século XXI, conforme dados da Divisão de População da ONU. Observa-se que a população total era de 2,5 bilhões de habitantes em 1950, passou para 7,8 bilhões em 2020 e deve alcançar 10,9 bilhões de habitantes em 2100. O crescimento absoluto foi de 4,3 vezes em 150 anos. Mas se o crescimento

⁴⁰ Será utilizada a sigla UNATI, mas há outras siglas para Universidade Aberta da Terceira Idade, como exemplo, UATI.

da população mundial foi elevado muito maior foi o crescimento da população idosa.

No Brasil, o número de pessoas idosas já extrapolou a previsão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2025. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-Contínua), de 2017, a população brasileira com sessenta anos ou mais de idade já atingia 14,6 %. Em agosto de 2020, os dados publicados pelo IBGE apontam que a população brasileira alcançou 211,8 milhões de habitantes, aumentando 0,77 % em relação a 2019, inclusive com o aumento das pessoas idosas. Essa informação corrobora o que sinaliza Alves (2020), enfatiza:

Mas se o crescimento da população brasileira total foi elevado, o aumento da população idosa do Brasil tem sido muito mais intenso do que no cenário global. O número de brasileiros idosos de sessenta anos e mais era de 2,6 milhões em 1950, passou para 29,9 milhões em 2020 e deve alcançar 72,4 milhões em 2100. O crescimento absoluto foi de 27,6 vezes. Em termos relativos a população idosa de sessenta anos e mais representava 4,9 % do total de habitantes de 1950, passou para 14 % em 2020 e deve atingir o impressionante percentual de 40,1 % em 2100 (um aumento de 8,2 vezes no peso relativo entre 1950 e 2100).

Nos estudos sobre o envelhecimento humano a questão sobre expectativa de vida e crescimento demográfico era pouco evidenciada até a década de 1970, e não se consistia prioritária nas definições das políticas sociais (SANTOS; SILVA, 2013). As autoras reforçam o fato de que a temática do envelhecimento humano passou a ser significativa para várias áreas de conhecimento em decorrência, principalmente, de dois aspectos que se interligam: o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, que faz com que se mude a percepção da relação velhice/decrepitude (por interferir diretamente no aumento da expectativa de vida) e a apropriação desse desenvolvimento na vida social. O envelhecimento humano sugere, então, uma percepção atenta sobre os aspectos demográficos e seus impactos na sociedade, para as respostas adequadas que o crescimento populacional demanda das alternativas, principalmente, estatais. O aumento da população idosa vem exigindo, entre outras ações, intervenções do Estado através de políticas públicas. Segundo Yazbek (2008, p. 76), “[...] as políticas sociais públicas só podem ser pensadas politicamente, sempre referidas a relações sociais concretas e como parte das respostas que o Estado oferece às expressões da “questão social”, situando-se no confronto de interesses de grupos e classes sociais”.

No Brasil, presenciaram-se, diante do envelhecimento crescente da população, articulações de grupos organizados da sociedade civil (entidades como a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia e a Associação Nacional de Gerontologia, por exemplo) e do empresariado (como o Serviço Social do Comércio), de partidos políticos e outros sujeitos sociais (pesquisadores, por exemplo), que objetivam colocar na agenda pública ações, projetos, programas e políticas sociais, para as pessoas idosas como prioridade com vistas ao seu amparo legal. A luta das pessoas idosas para acessar direitos tem sido árdua e contínua, resultando em conquistas significativas, embora nem sempre assegurada a sua plena efetivação (FERREIRA; TEIXEIRA, 2014). Destacam-se entre outras, as lutas que resultaram na Política Nacional do Idoso, a Lei n. 8.842/1994, que responderam ao previsto na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e no Estatuto do Idoso, a Lei n. 10.741, de 1.º de outubro de 2003 (BRASIL, 2003).

Ao incluir os artigos 194 e 195,⁴¹ no Capítulo II, da Seguridade Social, a Constituição Federal respondeu às demandas das lutas sociais, ao mesmo tempo em que desencadeou novos processos de lutas para contemplar a pessoa idosa, em artigos relativos às leis orgânicas da Saúde, da Previdência Social e da Assistência Social. Na Política de Assistência Social destaca-se a inclusão de benefício não contributivo, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), expresso no artigo 203, inciso V da CF/1988, que garante um salário mínimo às pessoas com deficiências e aos idosos, desde que atendam aos critérios estipulados em lei (BRASIL, 1988). Essa conquista representou um avanço na proteção social e no direito de cidadania para a pessoa idosa. Ferreira e Teixeira (2014, p. 167) ressaltam, dentre os fatores que levaram à positivação dos direitos à pessoa idosa no Brasil, o marco do “[...] êxito dos movimentos e organizações nacionais em prol dos idosos [...]” que sensibilizou o governo na efetivação desses direitos.

Em relação à educação merece destaque a inserção na Política Nacional do Idoso (PNI) do “Capítulo IV, Das Ações Governamentais”, que enfoca as competências para os órgãos e entidades públicos em várias políticas públicas: assistência social, saúde, educação, tra-

⁴¹ O artigo 194 aborda a composição (saúde, previdência e assistência social) e objetivos da Seguridade enquanto o artigo 195 trata do financiamento.

balho e previdência social, habitação e urbanismo, justiça e cultura, esporte e lazer (BRASIL, 1988). São indicações precisas que alçam à condição de direitos plenos da pessoa idosa, ações antes inexistentes ou parcamente estruturadas.

Para o que se pretende refletir no presente texto, destaca-se a criação de universidade aberta à terceira idade (UATI ou UNATI) expressa, no inciso III, alínea f, do artigo 10 da PNI (BRASIL, 1994). Trata-se de uma das estratégias para a universidade, inclusive as públicas, cumprir a sua função social numa proposta que vai além de fomentar o conhecimento, a formação de recursos humanos para lidar com o envelhecimento humano, e a inserção de pessoas idosas em diferentes ações de ensino, pesquisa e extensão. São iniciativas relevantes ante as demandas advindas das alterações demográficas e suas consequências na vida social e que, durante a pandemia, contribuíram para que as pessoas idosas continuassem seu processo de comunicação e aprendizagem.

A CF/1988 proporcionou um novo formato às políticas públicas regidas por princípios da descentralização e da participação. Em relação ao último princípio, para cada política específica (saúde, educação, assistência social e outras) foram instituídas estratégias de controle social da sociedade civil em relação ao Estado tais como, conselhos, conferências, fóruns nas três esferas de governo (municipal; estadual/distrital; nacional). Estudos sobre as conferências nacionais⁴² realizados por Pogrebinschi (2012) apontam que as minorias têm sido fortalecidas nas conferências, dado o seu caráter participativo e representativo:

As vinte conferências nacionais que compõem o conjunto temático minorias desdobram-se em nove temas ou áreas de políticas, cada qual correspondente a um grupo social e cultural historicamente excluído do cenário político brasileiro. Os nove temas de conferência nacional são: “direitos da pessoa idosa”, “direitos da pessoa com deficiência”, “gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais”, “povos indígenas”, “políticas públicas para as mulheres”, “direitos da crian-

⁴² A autora fez uma análise das conferências nacionais ocorridas a partir da Constituição de 1988 até 2009. Enfatiza que as conferências das minorias começam a ocorrer principalmente a partir de 2003, com exceção do segmento criança e adolescente que teve a sua primeira conferência, em 1997. (POGREBINSCHI, 2012, p. 12-13).

ça e do adolescente”, “juventude”, “promoção da igualdade racial” e “comunidades brasileiras no exterior” (POGREBINSCHI, 2012, p. 11).

A autora ressalta a importância dos conselhos nacionais aliada às conferências, principalmente no acompanhamento das diretrizes aprovadas, por atuarem nas causas e efeitos desses resultados. Ela observa, e deve-se registrar, que “[...] por fazerem parte da estrutura dos ministérios e secretarias que as convocam, os conselhos frequentemente participam de sua organização e seus membros têm papel ativo em sua realização [...] na formulação, implementação e monitoramento [...]” (POGREBINSCHI, 2012, p. 27) dos resultados que delas decorrem.

O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI), é um desses espaços de controle social que tem exercido a sua função designada no Decreto n. 5.109/2004, de “[...] elaborar as diretrizes para a formulação e implementação da política nacional do idoso [...] bem como acompanhar e avaliar a sua execução” (BRASIL, 2004). Importa ressaltar que essas instâncias não podem desvincular-se da realidade social e das demandas dela impostas.

Saliente-se que já foram realizadas quatro conferências nacionais de direitos da pessoa idosa, sendo a primeira entre 23 e 26 de maio de 2006, a segunda, no período de 18 a 20 de março de 2009, a terceira em 23 a 25 de novembro de 2011, a quarta Conferência entre 24 e 27 de abril de 2016. Em 2021, está sendo convocada a 5.^a Conferência Nacional a ser realizada, na modalidade virtual, em plataforma a ser disponibilizada pelo Ministério da Mulher Família e Direitos Humanos, conforme dispõe as resoluções: n. 56, de 19 de maio de 2021 e n. 58, de 24 de junho de 2021 (BRASIL, 2021a; 2021b). Enfatiza-se a pressão exercida através do CNDI para realização tanto da primeira quanto da quinta conferência a ser realizada, em 2021. Os conselhos e as conferências nacionais têm sido espaços essenciais nos encaminhamentos e acompanhamentos das políticas relativas às pessoas idosas e demais minorias, mesmo diante das críticas quanto a sua representatividade e não periodicidade.

Com as conferências emanam dois tipos de diretrizes classificadas, segundo a forma, em administrativas e legislativas. As primeiras são atendidas pelo Executivo enquanto as segundas exigem uma manifestação do Poder Legislativo. (POGREBINSCHI, 2012). Em ge-

ral, as diretrizes que têm caráter administrativo estão relacionadas às demandas já asseguradas em lei e nas políticas já existentes, precisando ser operacionalizadas. (POGREBINSCHI, 2012). Ao Executivo cabe atender as demandas oriundas das conferências nacionais, por exemplo, através de decretos presidenciais. Pogrebinschi (2012, p. 29) destaca o aumento de “[...] políticas para minorias e direitos humanos a partir de 2003, quando começam a ser realizadas as conferências nacionais voltadas especificamente [...]” para esses grupos.

Outro dado a ser sinalizado é que as demandas das minorias também são atendidas em outras conferências temáticas, a exemplo, da educação e da saúde. Para exemplificar, estão as deliberações da Conferência Nacional de Educação 2010 (CONAE 2010)⁴³ para incluir demandas específicas de minorias, entre elas, ações afirmativas para o acesso de negros, quilombolas, indígenas e pessoas deficientes nas universidades. (POGREBINSCHI, 2012).

Embora significativa, a realização de conferências não garante a implantação imediata de decisões delas emanadas, na maioria das vezes por impedimento “orçamentário”, ou seja, deve-se mirar nas definições das conferências o potencial de financiamento da política pública, para evitar que as definições de conselhos e conferências sejam substituídas por pactuação feita por gestores da política, em nível bipartite (municipal e estadual/distrital) ou tripartite (municipal, estadual/distrital e federal). A constituição de conselhos gestores de políticas públicas no Brasil foi um marco para a participação popular, e as minorias devem ser fundamentais para a sua consolidação, que teve um refluxo em 2014, como sinaliza Lavalle (2020) ao focar a linha do tempo dos conselhos gestores de políticas no país.

As lutas e conquistas desencadeadas pelas minorias têm contribuído, entre outros fatores, para dar visibilidade a esses segmentos e constituir uma identidade própria de cada segmento. Observe-se que a PNI foi um marco na trajetória de lutas do segmento idoso no país. Alcântara, Camarano e Giacomini (2016), ao organizarem um estudo atento ao significado dessa política no país, apresentam, por meio de capítulos com a contribuição de várias pessoas estudiosas do

⁴³ Ver principalmente as deliberações abordadas no Eixo VI da CONAE 2010 intitulado “Justiça social, educação e trabalho: inclusão, diversidade e igualdade”.

processo de envelhecimento humano, aspectos fundamentais dessa trajetória de lutas.

Na conjuntura atual, há um recrudescimento do processo em debate, principalmente em decorrência de mudanças significativas associadas a uma “rotação” na direção política do governo federal, adensada a partir do processo de *impeachment* em agosto de 2016. Toda a “capa” de democracia que sustentava as conquistas e fortalecimento do controle social é posta em evidência, sendo alguns conselhos, inclusive, extintos nos primeiros meses de 2019. A situação de pandemia interfere em processos de luta, em decorrência das medidas de intervenção não farmacológicas (INF), mas não impedem a sua continuidade. No próximo item serão apresentadas iniciativas e reflexões mais direcionadas às pessoas idosas durante a pandemia.

INICIATIVAS PARA PRESERVAR DIREITOS À PESSOA IDOSA DURANTE A PANDEMIA: ALGUMAS APROXIMAÇÕES NO LEGISLATIVO FEDERAL E NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A pandemia agravou e expôs as desigualdades sociais na sociedade brasileira, onde a pobreza tem raízes profundas e o aumento da população idosa pode inserir esse segmento em particular numa situação que demanda políticas públicas para responderem às suas necessidades sociais. Com base em estudos realizados por pesquisadoras⁴⁴ do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo (Made-USP) e publicada em 22 de abril de 2021, Carranço (2021) afirma que o Brasil soma:

[...] 61,1 milhões de pessoas vivendo na pobreza e 19,3 milhões na extrema pobreza. Em 2021, são consideradas pobres as pessoas que vivem com renda mensal per capita (por pessoa) inferior a R\$ 469 por mês, ou US\$ 5,50 por dia, conforme critério adotado pelo Banco Mundial. Já os extremamente pobres são aqueles que vivem com menos de R\$ 162 mensais, ou US\$ 1,90 por dia.

⁴⁴ Luiza Nassif-Pires, Luísa Cardoso e Ana Luíza Matos de Oliveira.

Os dados enumerados revelam a gravidade de pobreza da população em geral, sem especificar diretamente o segmento de pessoas idosas, mas que deve representar número significativo desse total. A pobreza contribui para a complexidade do envelhecimento populacional que segundo alerta Pereira (2007, p. 244) está vinculado além dos “[...] baixos índices de fecundidade, [...]”, mas também tem relação com o avanço científico, especialmente no campo da saúde, assim como as mudanças de valores e comportamentos que rompem cotidianamente com antigos estereótipos”. Nesse contexto, cita-se o desemprego estrutural, que contribui sobremaneira para a desobrigação da família em cuidar da pessoa idosa uma vez que há o aumento das demandas e das necessidades das famílias que passam a ser foco da proteção social. (PEREIRA, 2007).

Os aspectos expostos acima são aprofundados com a pandemia desencadeada a partir março de 2020, como bem ressalta Romero *et al.* (2021, p. 2), ao mencionarem os riscos relativos à ameaça à vida e à ampliação da situação de pobreza, apontam que a “[...] perda do rendimento familiar durante a pandemia poderá agravar as desigualdades sociais e de saúde”. Argumentam, ainda, que “[...] a influência da perda de trabalho sobre os distúrbios psicossociais foi, igualmente, documentada na literatura internacional, podendo afetar a esperança de vida saudável” (ROMERO *et al.*, 2021, p. 2), segundo a Organização das Nações Unidas.

Cabe sinalizar que o segmento da pessoa idosa, assim como outros segmentos que constituem as minorias, segundo Chaves (1971, p. 149), tem como característica “[...] certas feições básicas nas interrelações [*sic*] maioria-minoria, como v. g. a relação de poder, de acordo com a qual se verifica uma superioridade da ‘maioria’ frente a uma minoria inferior ao poder”. Assim sendo, torna-se um desafio a centralidade nas medidas que visem o acesso ao direito. Para Vaz (2020, p. 22), importa considerar que “[...] a heterogeneidade entre os idosos tem aumentado [...] fatores como gênero, saúde, educação, classe social, personalidade, história passada e contexto social se misturam com a idade cronológica, determinando diferenças entre os idosos [...]”. São aspectos que dificultam a construção de uma identidade vinculada ao segmento bem como à formulação e gestão de políticas públicas, cerne do acesso aos direitos constituídos na le-

gislação específica e outras que atendem a esse segmento populacional. O número de mortes associados às complicações da covid-19, predominantemente associado à pessoa idosa, apontou para um dos aspectos que sinalizam que as lutas não podem parar: o aparente abandono do já frágil sistema de proteção social no país.

Embora evidente, o descaso com a pessoa idosa levou, por outro lado, à retomada de ações e iniciativas em várias frentes, que possibilitassem fortalecer os direitos garantidos, expandindo-os ou reforçando aqueles já existentes. Sabe-se que o amparo legal exige atenção em vários aspectos, principalmente no que diz respeito à necessidade de dotação orçamentária para atender a uma demanda crescente, o que desde a Emenda Constitucional 95 (BRASIL, 2016) atingiu de forma acentuada os recursos para atender a essa demanda, ainda que estudos governamentais apontassem os impactos negativos, por exemplo, na Política de Assistência Social (PAIVA *et al.*, 2016). Um dos impactos abordados pelas autoras que atingem diretamente a pessoa idosa é o Benefício da Prestação Continuada (BPC), que, segundo a nota técnica por elas apresentada, adensou a proteção social para essa minoria, uma vez que o segmento idoso “[...] seja pela idade avançada, seja pela limitação imposta por uma deficiência, este público é caracterizado pelo fato de não poder garantir sua sobrevivência por meio do trabalho remunerado; tampouco suas famílias podem assegurá-la.” (PAIVA *et al.*, 2016, p. 18). A proposta de emenda constitucional (PEC) n. 241, da qual derivou a Emenda Constitucional 95, ao ser analisada numa política que não possui limite mínimo para dotação orçamentária (como Saúde e Educação), sinaliza para a fragilização daquela política responsável direta por atendimento à maioria das pessoas idosas no país: A Política de Assistência Social:

Portanto, para estimar o Cenário Base da assistência, o esforço metodológico consistiu em projetar como serão os gastos do MDSA, de 2017 a 2036, partindo da premissa que as quatro principais linhas de ação terão continuidade nos próximos vinte anos: Benefício de Prestação Continuada — BPC, o Programa Bolsa Família — PBF, os serviços socioassistenciais do SUAS21 e as demais ações desenvolvidas pelo MDSA, incluindo a segurança alimentar, a inclusão produtiva e a gestão do órgão. (PAIVA *et al.*, 2016, p. 9).

As autoras reforçam que o benefício que maior ampara essa minoria, com a aprovação PEC proposta, seria seriamente afetado, pois todos os cenários apontam para perdas no tocante às medidas protetivas, incluindo do BPC:

[...] o valor do benefício, que é vinculado constitucionalmente a um salário mínimo, será corrigido apenas pela inflação a partir de 2020, sem obter ganhos reais. [...]: em vinte anos, o Novo Regime Fiscal implicaria em reduções estimadas de R\$ 551 bilhões. No último ano de vigência do NRF, o teto imposto por este regime de contenção de gastos acarretará numa redução de 37,8 % em relação a este novo cenário estimado. Embora assumindo um novo cenário mais conservador para a projeção do BPC, o MDSA continuará sem conseguir fazer frente às despesas com este benefício ao final da vigência do NRF. Na verdade, a partir de 2031, a despesa projetada para o BPC ultrapassará o teto imposto ao MDSA por este regime. (PAIVA *et al.*, 2016, p. 17).

O que expunha o órgão estatal sugeria — assim como Lavalle (2020) — ao reforçar pela linha do tempo dos conselhos gestores, que as lutas das minorias não se encerram com as conquistas próprias do segmento. Faz-se necessário atentar para novos elementos que surgem na circunstância exposta, traçar articulação política para compreender ao que se propõem seus elementos, e a conjuntura em que se expressam. Nesse sentido, os dois pontos a seguir destacam iniciativas do Legislativo Federal e experiências do âmbito da educação superior para a pessoas idosa, que reforçam que as lutas para garantia de direitos são formas contínuas da vida em sociedade, e que às minorias cabe acompanhar e associar ao seu acesso.

Propostas no âmbito do Legislativo Federal para Pessoas Idosas

A declaração de pandemia do novo coronavírus pela Organização Mundial de Saúde, em 11 de março de 2020, exigiu de governantes a instauração de estratégias para mitigar seus impactos na saúde da população, afetada pela covid-19, doença dele derivada. Coube, num primeiro momento e em decorrência da ausência de respostas farmacológicas para barrar o novo coronavírus, a instituição de medidas de intervenção não farmacológicas (INF) atenuadoras da doença.

O governo brasileiro foi um dos que teve tímida reação na contenção da disseminação do vírus potencialmente fatal: no ano de 2020 foram 194.949 vidas ceifadas pela covid-19, no período de março a dezembro, quando a vacina ainda não estava disponível para a população, para, junto às INFs, “barrar” a disseminação do vírus, sendo a maioria das mortes em pessoas idosas. Até 07 de agosto de 2021 foram contabilizadas 563.082 mortes, ou seja, 65 % das mortes pela covid-19 no país. As primeiras medidas de âmbito federal foram a Lei n. 13.979/20 (BRASIL, 2020a) e o Decreto n. 10.282/20 (BRASIL, 2020b), para sinalizar as medidas de emergência a serem adotadas em decorrência do surto do coronavírus em 2019 e resguardar os serviços públicos e atividades essenciais, respectivamente. Se a lei apontou caminhos para mitigar os efeitos do que foi declarado como pandemia no mês de março de 2020, o Decreto criou várias controvérsias em razão da polêmica entre governos federal, estaduais, distrital e municipais acerca de medidas de INFs para mitigar os seus efeitos, e suscitou (em algumas situações) amparo do Judiciário, em face da ausência de articulação que essas medidas requeriam (SCHWIND, 2020).

No que diz respeito ao Legislativo Federal, em se tratando de medidas específicas em relação às pessoas idosas foram encontradas, no período de pandemia, a tramitação de projetos de lei visando a garantir algum direito à pessoa idosa, além das medidas emergenciais, que resultaram no Auxílio Emergencial (AE), no valor de R\$ 600,00 durante alguns meses de 2020 e em três faixas no ano de 2021, nos valores de R\$ 150,00, R\$ 250,00 e R\$ 375,00.⁴⁵ São projetos de autoria de parlamentares de filiação partidária distinta que visam a minimizar a desigualdade social, e minorar a situação socioeconômica desse grupo. Em geral, esses projetos são anexados a outros projetos⁴⁶ que abordam a mesma temática, de forma genérica, aumentando a sua força. Entre eles, quatro são aqui destacados, em razão da relação direta com a PNI: o Projeto de Lei n. 1.476/20, com vistas à isenção de impostos; o Projeto de Lei n. 1.237/20, sobre a isenção na conta de energia; o Projeto de Lei 965/20 tratando do perdão de dívidas e o Projeto de Lei 1026/20, para

⁴⁵ O valor no ano de 2021, limitado inicialmente a quatro parcelas, varia em decorrência da composição familiar, respectivamente: para uma única pessoa, para família com mais de uma pessoa e para família chefiada por mulher sem cônjuge ou companheiro com pelo menos uma pessoa menor de 18 anos.

⁴⁶ Chama-se atenção para a busca no sítio virtual da Câmara do número do PL ao qual foi apensado.

entidades filantrópicas ou casa-lares. Os três primeiros estão voltados diretamente para a pessoa idosa objetivando contribuir para o aumento da renda destas pessoas à medida que propõem a isenção de gastos. O último é direcionado para uma das instituições responsáveis por cuidar da pessoa idosa fazendo referência aos custos das instituições de longa permanência para mantê-los dignamente.

O Projeto de Lei n. 1.476/20 tem como ementa: “Concede isenção de imposto de renda aos idosos com mais de 65 anos e aposentados que recebam até 10 (dez) salários mínimos durante a pandemia do Coronavírus (covid-19) e/ou enquanto durar o estado de calamidade pública”. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020e). O Deputado Federal Celso Maldaner, do MDB (SC), autor do projeto, destaca como argumento na sua justificativa, entre outros fatores, o isolamento social provocando a recessão econômica, os gastos dos idosos com remédios, a possibilidade de, com a isenção, ter um valor a mais para contribuir com seu sustento. Esse Projeto de Lei está anexado ao PL 966/2020, de autoria de Carlos Vera, do P (PE), que “Cria regras tributárias, especialmente de contribuições previdenciárias, específicas para o período de vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n. 6, de 2020”. Em 29 de julho de 2021, o PL estava aguardando o parecer do relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

O Projeto de Lei n. 1.237/20 tem como proposta a “[...] isenção do pagamento da contribuição para o custeio da iluminação pública – CCIP, aos idosos e aposentados com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos de idade.” A condição para receber o benefício é que o consumo elétrico mensal não ultrapasse a 300 kwh, e é de autoria do deputado Alexandre Frota, PSDB/SP, apresentado em 30 de março de 2020. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020d). Foi anexado ao PL 2.338/2015 que trata da tarifa social da energia elétrica, e que há seis anos⁴⁷ está percorrendo instâncias do congresso, aguardando apreciação do plenário. O PL 2.338/2015, na sua trajetória tem recebido a anexação de outros PLs que convergem para a mesma finalidade, mas ressaltando especificidades como a do segmento de pessoas idosas. Supõe-se que a demora na tramitação do referido

⁴⁷ Apresentado em 09 de julho de 2015.

PL tem relação com o grande impacto social, haja vista que, em um contexto de neoliberalismo, os direitos sociais estão cada vez mais sendo negados. É uma proposta que vai atingir parcela significativa da pobreza, considerando os números expressivos desse segmento conforme retratados no item anterior.

O Projeto de Lei n. 965/20, de autoria de Joseildo Ramos, PT (BA), tem como temática o perdão de dívidas e foi apresentado em 24 março de 2020, logo no início da pandemia. “Dispõe sobre a suspensão temporária de contratos de crédito consignado firmados entre aposentados e/ou pensionistas e instituições financeiras, além do perdão da dívida dos referidos contratos quando as parcelas pagas alindam o montante mínimo equivalente ao valor histórico do empréstimo.” Ocorre a suspensão desde que o interessado receba de um até três salários mínimos. O PL está apensado ao PL 1.328/2020 de autoria do Senador Otto Alencar do PSD/BA, apresentado em 04/08/2020, segundo o qual:

Altera-se a Lei n 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, com suspensão temporária de pagamentos das prestações das operações de créditos consignados em benefícios previdenciários, enquanto persistir à emergência de saúde pública de importância nacional em decorrência da Infecção Humana pelo coronavírus (COVID-19) [sic]. (SENADO FEDERAL, 2020).

O artigo 19 do Estatuto do Idoso alerta sobre a violência contra a pessoa idosa (BRASIL, 2003) e a Lei n. 12.461, de 26 de julho de 2011 (BRASIL, 2011), torna compulsória a notificação de qualquer tipo de violência, nos serviços de saúde. Um dos tipos de violência que afeta a pessoa idosa é a financeira ou material,⁴⁸ a qual ocorre, além da apropriação indevida do patrimônio, quando há pressão para a pessoa idosa contrair empréstimo, fato frequente, principalmente antes da pandemia. Convém lembrar que, diante da situação de pobreza de parte da sociedade brasileira, a aposentadoria e/ou pensão da pessoa idosa é o principal sustento de muitas famílias, situação agravada

⁴⁸ Os artigos 102 e 104 do Estatuto do Idoso abordam especificamente os crimes decorrentes da apropriação financeira indevida da pessoa idosa. (BRASIL, 2003).

durante a pandemia com a perda de emprego de alguns dos componentes do grupo familiar.

O Projeto de Lei n. 1.026/20, de autoria de Miguel Lombardi – PL (SP), para entidades filantrópicas ou casa-lares, apresentado em 24 de março de 2020, faz uma proposta de alteração da Lei n. 10.741, de 01 de outubro de 2003, de modo a permitir a estas a utilização da totalidade dos benefícios previdenciários ou de assistência social dos atendidos, durante as ações de combate à epidemia de corona virus disease 2019 (covid-19) e em outras situações de reconhecimento do estado de calamidade pública, a fim de promover os cuidados com a saúde dos próprios idosos. Isto é, passar de 70 % para 100 % do uso dos benefícios recebidos pelas pessoas idosas assistidas por essas instituições alegando o aumento das despesas em tempo de pandemia e calamidade. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020c).

A situação que baseia a apresentação dos projetos de lei descritos ainda permanece, com uma marca forte, a morte de mais de 563.000 pessoas decorrente de complicações da covid-19. Embora a vacinação tenha iniciado em janeiro de 2021, a pandemia continua a exigir medidas de proteção, especialmente da pessoa idosa, tendo em vista as variantes do vírus e a ampliação do círculo de pobreza que atinge esse segmento: os níveis de desemprego têm afetado as relações familiares, de forma que a pessoa idosa vem sendo mais exigida no apoio à família nesse momento, o que implica maior grau de necessidades sociais. O prejuízo nas vidas dessas pessoas é incalculável, pois as perdas vão além dos recursos financeiros: há que se estabelecer medidas outras que venham a contribuir para minimizá-las.

É importante salientar que o Brasil, enquanto participante da II Assembleia Mundial sobre Envelhecimento — promovida pela Organização das Nações Unidas, entre 8 e 12 de abril de 2002, em Madrid, Espanha —, “[...] tem o compromisso de reconhecer a vulnerabilidade dos idosos em situações de emergência humanitária, como é o caso de uma pandemia” (ROMERO *et al.*, 2021, p. 2) compromisso fundamentado no Plano de Ação Internacional de Envelhecimento — 2002. (PLANO..., 2003). É com base nas recomendações previstas em um dos eixos temáticos “Acesso ao conhecimento, à educação e à capacitação”, presente no referido documento e, em outras orientações de organizações nacionais e internacionais, que algumas considera-

ções sobre a UNATI vão ser expostas, bem assim suas contribuições para que a pessoa idosa permaneça ativa durante a pandemia, apesar de reconhecer que numa sociedade marcada por profundas desigualdades como a brasileira, parte expressiva do segmento idoso não tem condições de participar dessas experiências:

O envelhecimento não é apenas um processo marcado por diferenças e aparências, mas também por desigualdades sociais. Essas, em uma sociedade de classes e da competição como mola propulsora, marcam a trajetória dos indivíduos e o modo como envelhecem, que se acentuam ainda mais na velhice, tomados como um problema para as políticas públicas, para as novas gerações e para a sociedade, especialmente a dos mais pobres, que não podem comprar os serviços no mercado. (TEIXEIRA, 2020, p. 144).

Ao compreender que o envelhecimento no Brasil ainda passa ao largo do acesso aos direitos, é importante ressaltar esse espaço como um indicador da possibilidade de uma inserção social qualificada das universidades. As experiências estão presentes em instituições do país, como se poderá observar no próximo item.

Universidade Aberta à Terceira Idade e Estratégias durante a Pandemia: algumas experiências

Há marcos que sinalizam a proteção da pessoa idosa e serão lembrados antes de enfatizar algumas iniciativas das UNATIs durante a pandemia: o fato de que, em 1973, a Assembleia Geral da ONU chamou atenção para a necessidade efetiva da proteção a pessoa idosa; em 1982, foi realizada a I Conferência Internacional sobre Envelhecimento que resultou no Plano de Ação de Viena sobre Envelhecimento com diretrizes sobre políticas públicas para esse segmento; em 1991, foi instituída a Carta de Princípios para Pessoas Idosas pela Organização das Nações Unidas (ONU). São diretrizes, que em conjunto com as legislações nacionais, responsabilizam o poder público na criação e na gestão de políticas públicas de direitos às pessoas idosas, dentre elas, a educação (CUNHA; MAOLI, 2014).

Importante destacar que todas as iniciativas expostas têm relação com lutas desencadeadas por entidades que representam os interesses de pessoas idosas. Nessa direção, associa-se às conqui-

tas já mencionadas anteriormente, no caso brasileiro, e aponta para exemplificar a ação desencadeada por uma dessas entidades, a Federação dos Aposentados, surgida nos anos de 1980, que estimulou em território nacional uma luta em favor de melhores condições para os aposentados de modo a inserir na Constituição de 1988, aspectos essenciais “[...] com a finalidade de garantir melhor assistência aos idosos” (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2015, p. 352).

É com a PNI que aspectos vinculados à educação (em todos os níveis) são considerados centrais para compreender o processo de envelhecimento humano e proteger a pessoa idosa das mais variadas formas. A Universidade Aberta a Terceira Idade (UNATI) é uma das estratégias, no âmbito da política pública da educação, para inclusão da pessoa idosa:

A primeira experiência registrada na área de educação foi criada na França, em 1960, chamada de Universidade de Tempo Livre, as quais são consideradas precursoras das Universidades da Terceira Idade, com o objetivo primeiro de preencher o tempo livre das pessoas idosas e aposentadas, oferecendo diferentes atividades culturais e lúdicas. Também foi na França que em 1973, Pierre Vellas fundou a primeira *Université du Troisième Âge* (UTA) e segundo o próprio criador objetivava uma maior participação do idoso, incentivo à sociabilidade, gosto pela vida e com isto a busca de uma mudança na representação social que a sociedade atribuía à velhice. (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2015, p. 350).

No Brasil, o Serviço Social do Comércio (SESC) é pioneiro com trabalhos voltados para pessoas idosas e capacitação de recursos humanos para essa atividade, inclusive com a criação, em 1977, da primeira Escola Aberta para Idosos, em São Paulo, mas, no âmbito das universidades os primeiros programas surgiram na década de 1980. Inicialmente, em 1982, através do Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI), na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e, em 1984, com o Núcleo Integrado de Estudos e Apoio a Terceira Idade (NIAT), vinculado à Universidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. No Nordeste, a primeira experiência aconteceu na Universidade Estadual do Ceará, em 1988, com a implantação do “[...] projeto ‘Universidade Sem Fronteiras’, cujas ações giravam em torno da formação de recursos humanos em gerontologia e de cursos de preparação para a aposentadoria” (SILVA, 2016, p. 345).

Na década de 1990, há uma expansão de programas, projetos para pessoas idosas nas universidades brasileiras (que é incorporado como proposta na PNI), inclusive, em 1998, na Universidade Federal de Sergipe, local em que as autoras do capítulo são docentes e fazem parte do Núcleo de Pesquisas e Ações da Terceira Idade (NUPATI). Entre as primeiras universidades a acolherem a proposta, na década de 1990, tem-se a Pontifícia Universidade Católica de Campinas, em 1990; a Universidade de Passo Fundo (RS), em 1991; a Universidade Estadual de Ponta Grossa (PR), em 1992; a Universidade Metodista de Piracicaba (SP), em 1992; a Universidade de São Paulo, em 1995. Os modelos e a organização das UNATIs são distintos, mas, ao serem institucionalizadas, sempre a pessoa idosa está na centralidade das ações objetivando valorizá-la, contribuir para a melhoria de sua condição e qualidade de vida bem como para sua cidadania. (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2015, p. 353-354). Há experiências em que os cursos são ofertados em turmas específicas para idosos e existem outras, que oferecem vagas em disciplinas dos cursos de graduação regulares.⁴⁹ A institucionalização das UNATI segundo Vaz (2020, p. 64), traz a possibilidade de “[...] usufruir de um espaço educacional e cultural da universidade para aquisição, ampliação e atualização de conhecimentos, educação continuada e permanente, convivência social e troca de experiências, para um envelhecimento digno e ativo.”

O disposto retro é um passo importante até para estimular a intergeracionalidade, afinal a instituição universitária é historicamente percebida como um espaço da juventude. Ampliar essa percepção com a UNATI é um caminho de volta à compreensão do que nos “dizem” não somente os dados demográficos, mas também os sociais, ou seja, que o processo de envelhecimento humano exige de pesquisadores, gestores de políticas públicas, de profissionais de várias áreas, da sociedade, e do próprio segmento idoso. Nesse sentido, é importante saber que “[...] hoje existem mais de duzentas instituições de ensino superior desenvolvendo programas de universidades

⁴⁹ A UNATI-SE é um exemplo dessa última experiência. A sua origem, em 1998, estava vinculada à Pro-Reitoria de Extensão, e desde 2015 seu vínculo é com o Departamento de Serviço Social da UFS. Outro exemplo é a UNATI da Universidade de São Paulo (USP) que oferta disciplinas regulares dos cursos de graduação bem como atividades esportivas e físicas para pessoas com mais de sessenta anos. É um programa da Pro-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária.

para a terceira idade no Brasil” (CACHIONI, 2012 *apud* ASSIS; DIAS; NECHA, 2016, p. 203).

As autoras ressaltam que o papel das UNATI já se encontra bem delineado, com evidências de ser uma experiência que se efetiva em conformidade com os pilares da Organização Mundial de Saúde, embora ainda seja necessário atentar-se para o fato de “[...] que muito investimento ainda precisa ser realizado, considerando-se a concentração das universidades voltadas para o segmento idoso nos grandes centros e a forma heterogênea de distribuição pelas diferentes regiões brasileiras.” (ASSIS; DIAS; NECHA, 2016, p. 204). Enfatiza-se que a extensão foi o espaço para o desenvolvimento das primeiras experiências para pessoas idosas no âmbito das universidades, entre elas o NUPATI/UFS (SILVA, 2016), a Universidade Aberta para a Terceira Idade (UATI) na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2015), a da Universidade Federal do Piauí, por meio do NUPEUTI, que “[...] articulando pesquisa, ensino e extensão [...] criou, em 1998, o Programa Terceira Idade em Ação (PTIA), um programa de extensão universitária de educação permanente, voltado para a pessoa idosa no formato de universidade.” (FONTENELE; COSTA, 2020, p. 175).

As UNATI são espaços educacionais criados em instituições de ensino superior, constituindo-se em uma política educacional com objetivo de incluir as pessoas idosas na universidade enquanto protagonista de direitos e deveres. Em geral, no caso brasileiro, como dito anteriormente, começam a partir de experiências vinculadas à extensão e posteriormente passam por alterações de modo a consolidar-se com as dimensões de ensino e pesquisa que constituem o tripé das universidades. As UNATIs, segundo informam Oliveira, Scortegagna e Oliveira (2015, p. 353), são criadas “[...] como uma modalidade da educação não-formal e educação permanente ao mesmo tempo que instrumentaliza o idoso com conhecimentos, informações, possibilitando e legitimando o exercício pleno da cidadania. [...]”.

As UNATIs desenvolvem processos educativos centrados muito mais no discente do que mesmo no conteúdo transmitido pelo docente. Com base nos fundamentos de uma perspectiva de educação que problematiza, conscientiza e emancipa, conforme preconizam Paulo Freire (1996), Vygotsky (1988) são desenvolvidas atividades in-

telectuais, culturais, artísticas, políticas, com o intuito de promover a valorização da pessoa idosa na sociedade como cidadão. Uma educação crítica constituída por uma pedagogia libertadora a serviço das transformações sociais, econômicas e políticas, visando à superação das desigualdades.

Faz-se uma ressalva, entretanto, para a dificuldade de operacionalizar a proposta da UNATI, principalmente num país desigual como o Brasil. Se o acesso a educação já é difícil em tempos comuns, tornou-se crítico durante a pandemia ocasião em que estratégias do ensino remoto foram utilizadas da educação infantil ao ensino superior, para minimizar as perdas com a suspensão das aulas presenciais. Ganhou visibilidade o drama vivenciado por muitas famílias brasileiras com filhos na idade escolar para acompanhar as aulas, uma vez que muitas delas não tinham computador, algumas com um único celular para atender a demanda de mais de um componente familiar, além do acréscimo de despesas com a internet, entre outros fatores. A situação descrita atingiu também as pessoas idosas participantes das UNATIs, pois elas tiveram que se reinventar para continuar desenvolvendo ações de extensão, ensino e pesquisa que motivassem as pessoas idosas em tempo de isolamento social. Nessa direção, vale ressaltar que o avanço da tecnologia já vinha exigindo a inclusão digital no âmbito escolar e social de modo que, antes da pandemia, já era comum entre as ações de extensão desenvolvidas por algumas UNATIs, a oferta de cursos de informática para pessoas idosas. (VAZ, 2020, p. 44).

Algumas das universidades, antes da pandemia, vinham capacitando as pessoas idosas para o uso de ferramentas tecnológicas tais como, o WhatsApp, o *e-mail*, aplicativos para acessar o táxi e outros. Em geral, a partir da pandemia, a comunicação via WhatsApp foi uma das primeiras estratégias de contato da coordenação, equipe de apoio desses programas com as pessoas idosas. Após esse primeiro contato, algumas atividades foram planejadas e executadas de forma remota como demonstra o levantamento nas páginas das UNATIs. Assim, sendo, algumas experiências são apresentadas a seguir, a fim de ilustrar as iniciativas que focaram, além da saúde das pessoas idosas, o acesso a direitos sociais.

Notícia veiculada pela Agência de Notícias do Paraná (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ, 2021) relata como seis universidades⁵⁰ estaduais desenvolvem atividades de educação continuada através da UATI, objetivando proporcionar conhecimento e melhoria na qualidade de vida de pessoas idosas com ações culturais e de lazer. Segundo destaca a matéria, desde o início da pandemia esses programas têm dado continuidade às suas ações de forma *on-line*, atendendo cerca de duas mil pessoas, com a oferta de oficinas, palestras, cursos e outras atividades, de modo a proporcionar a troca de experiências e conhecimentos e contribuir com informes para um processo de envelhecimento saudável. Um dos exemplos é da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), que, desde o início de 2020, tem ofertado “[...] aulas remotas para fortalecer a prevenção ao novo coronavírus, além de exercícios teóricos de idiomas, informática e ciclo de palestras com profissionais da área da saúde (medicina, odontologia, psicologia, psicanálise)”. Outro exemplo é da Universidade Estadual de Londrina (UEL), onde há a oferta de oficinas temáticas e outras atividades realizadas por meio de programas de rádio e redes sociais sobre temas vinculados ao envelhecimento (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ, 2021).

A Universidade da Maturidade da Universidade Federal de Tocantins (UMA/UFT) completou em fevereiro de 2021, quinze anos de criação com ampla programação. Trata-se de um programa de extensão que atua, com atividades diversas, em quatro cidades: Araguaína, Dianópolis, Palmas e Porto Nacional. Cada polo atende cerca de cem idosos (PEREIRA, 2021). Dentre as ações em 2021, ressalta-se a programação em comemoração ao dia dos avós, nos diferentes polos, com ações realizadas de forma presencial, seguindo os protocolos de segurança contra a covid-19, e *on-line* com transmissão pelo *YouTube* (Umauft). Destaca-se, entre as atividades no *campus* de Palmas, a aplicação da vacina *pneumo 13* nos idosos da UMA objetivando imunizá-los contra doenças graves tais como pneumonia, otite e meningite. O polo de Araguaína realizou palestra com o tema “Avós e sociedade Araguaína” com uso do *Google meet*. No canal da UMA no *YouTube* foi

⁵⁰ Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), Universidade Estadual do Paraná (Unespar); Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Estadual e Ponta Grossa (UEPG); Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

transmitida a missa celebrada em homenagem aos avós e o seminário “Extensão Tecnológica e Envelhecimento”, visando a aumentar o estudo, a pesquisa e o debate sobre a temática da Extensão Tecnológica aliada à educação de adultos e velhos. (ALMEIDA, 2021).

Uma visita à página da Universidade Federal Fluminense (UFF), entre outras ações, encontra-se a palestra “Direitos da Pessoa na Terceira Idade” com a presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do município de Saquarema promovida pelo projeto de extensão Melhor Idade UFF, realizada no dia 29 de setembro de 2020, através do *Google Meet*. O lançamento da Revista Eletrônica Melhor Idade na Universidade sob a coordenação do Programa de Extensão Universidade da Melhor Idade também sinaliza uma atividade que se volta aos direitos da pessoa idosa (RUADE, 2020).

Ainda no estado do Rio de Janeiro, a Universidade Aberta da Terceira Idade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UnATI UERJ) publicou, em livro, as experiências das atividades desenvolvidas pelo Centro de Convivência⁵¹ no período de pandemia (SANTOS *et al.*, 2020). Na particularidade do Rio de Janeiro, estudos da Fiocruz indicaram que houve um elevado número de mortes de pessoas idosas no primeiro ano da pandemia (ROMERO *et al.*, 2020). A experiência com projetos de ensino da UnATI UERJ, desenvolvida por meio de quinze cursos de várias modalidades com a pessoa idosa no ano de 2020, reforçou a linha de cuidado que esse segmento exigiu (e ainda exige) no que diz respeito à situação de grupo vulnerável às complicações da covid-19, e acenou para a apreensão de que se faz necessário à equipe seguir “[...]monitorando ininterruptamente os seus alunos, seja de forma virtual — pelas redes sociais e/ou através da teleassistência, muitas vezes ajustando e procurando sanar as dificuldades em que muitos se encontram.” (SANCHES; JORDÃO; TEODORO, 2020, p. 16-17).

Os registros dos cursos, que deram “voz” às pessoas idosas, por meio da escrita da sua participação nas atividades, põem em evidência o protagonismo da pessoa idosa na construção do conhecimento na experiência da UNATI. Todas as atividades foram desenvolvidas

⁵¹ A UnATI UERJ estrutura-se de acordo com a própria dinâmica de uma universidade. Como uma esfera particular, dota-se de grupos e atividades específicas voltadas para o ensino, a pesquisa e a extensão. O Centro de Convivência estrutura a Coordenação de Projetos de Ensino.

de forma a conceber o acolhimento como princípio fundamental na relação com a pessoa idosa nesse “programa”. Ao mesmo tempo, a diversidade de atividades por elas e eles acompanhadas estimulou um processo educativo que teve na afetividade a palavra-chave para responder aos desafios que as INF impuseram em 2020.

No Núcleo de Pesquisas e Ações da Terceira Idade da Universidade Federal de Sergipe (NUPATI), o diferencial dá-se pela inclusão da pessoa idosa como “aluno especial” em disciplinas dos cursos da graduação. A suspensão de aulas em meados de março de 2020 impediu esse procedimento e levou à coordenação uma série de desafios, no sentido de acompanhar o grupo de idosos/os em outras atividades, especificamente de extensão. Pode-se enfatizar que a dificuldade na mediação da tecnologia foi o primeiro desafio a ser superado, sendo concebida como alternativa para sua superação a criação de grupo de *WhatsApp*.

A experiência no contato via rede social reaproximou as pessoas idosas, uma vez que, sem as aulas presenciais, o distanciamento físico da instituição afetou negativamente os estudantes da terceira idade. Com base nesses contatos, as atividades do NUPATI passaram a ser em forma de oficinas, cursos e atividades culturais no formato remoto, com encontros semanais que duraram de abril a novembro de 2020. O “sucesso” das atividades foi sinalizado e foi indicada a continuidade para o ano de 2021, mesmo com o retorno das aulas no formato de *Ensino Remoto Emergencial* desde o mês de outubro de 2020. As atividades de extensão passaram a ter dinâmica que deu suporte para “superar” as adversidades que o novo formato imprimiu na sua vida durante a pandemia.

São ações que concebem a aprendizagem ao longo da vida ao mesmo tempo em que proporcionam a troca de experiências e contribuem para a sua divulgação. Experiências, tão diversas, no legislativo e nas UNATI no país, sugerem que as iniciativas para preservar direitos à pessoa idosa durante a pandemia devem ser foco de observação constante, a fim de evidenciar a trajetória de lutas, mesmo com os desafios a superar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de envelhecimento no mundo a partir de meados do século XX vem exigindo novos posicionamentos que variam desde a concepção até intervenção do Estado, através de políticas públicas. Ademais, tem fomentado organismos internacionais a desencadear ações com vistas a proteção social da pessoa idosa, o que quase sempre tem ratificação de vários países, com implantação e implementação de políticas que reforçam essa proteção, como é o caso do Brasil. Ressalte-se, contudo, que a implantação de medidas, mesmo as mais simples, que assegurem direitos passa por processo de luta de segmentos minoritários, como o da pessoa idosa.

Na trajetória de lutas, observa-se historicamente o crescimento numérico e, sobretudo, politicamente das pessoas idosas. As lutas, resistências empreendidas por suas entidades representativas associações, federação, conselhos de direitos, conferências nacionais, entre outras — têm resultado em conquistas materializadas em dispositivos legais tais como, o Estatuto do Idoso, a PNI e políticas públicas que asseguram direitos sociais e contribuem para que as pessoas idosas exerçam com dignidade a cidadania.

Em tempo de recrudescimento do Estado, com alterações significativas na Constituição Federal, e sob o impacto da pandemia do novo coronavírus, as pessoas idosas tornaram-se ainda mais visíveis e demandantes de medidas de proteção social. Ao observar o cenário atual e identificar dois suportes necessários ao debate público, o texto trouxe reflexões para compreender a complexidade do envelhecimento humano e os traços marcantes da desigualdade social na nossa sociedade: as iniciativas no âmbito do legislativo federal; e ações no âmbito da política da educação, especialmente da Universidade Aberta para a Terceira Idade com vistas a assegurar que a pessoa idosa se mantenha ativa e participativa.

Sabe-se que o acesso aos direitos desse segmento diz respeito ainda a uma minoria dentro da minoria, pois as políticas públicas voltadas à pessoa idosa ainda não são universalizadas no país, daí porque a luta pelo acesso aos direitos dos idosos não pode ser abandonada. Jack London publicava, no início do século XX, um dos seus mais famosos contos: *A lei da vida*. Nesse conto, ao indígena idoso não

é dada alternativa a não ser aceitar que a lei da vida impõe-se pela força da natureza, portanto, a condição da pessoa idosa era perecer ante esses desígnios e, por isso, desiste de resistir e entrega a sua aos lobos que o cercam (LONDON, 1901). Mais de um século após, deve-se ter como inaceitável à sociedade o abandono e o desatino da pessoa idosa. As lutas pelos seus direitos fazem parte da conquista que dá às novas gerações as condições para não desistir e nem apagar as chamas, porque os lobos sempre vêm e é preciso enfrentá-los.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina. **Política nacional do idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/161006_livro_politica_nacional_idosos.PDF. Acesso em: 11 jul. 2021.

ALMEIDA, Fábio. **UMA/UFT realizará programação diversificada em homenagem aos avós**. (15 de julho 2021). Universidade Federal do Tocantins. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/29798-uma-uft-realizara-programacao-diversificada-em-homenagem-aos-avos>. Acesso em: 11 ago. 2021.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Envelhecimento populacional continua e não há perigo de um geronticídio. **Laboratório de Demografia e Estudos Populacionais**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: 2020. Disponível em: <https://www.ufjf.br/ladem/2020/06/21/envelhecimento-populacional-continua-e-nao-ha-perigo-de-um-geronticidio-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 23 jul. 2021.

ASSIS, Marcela Guimarães; DIAS, Rosângela Corrêa; NECHA, Ruth Myssior. A universidade para a terceira idade na construção da cidadania de pessoa idosa. In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina. **Política nacional do idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/161006_livro_politica_nacional_idosos.PDF. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Assinada em 05 de outubro de 1988. Brasília (DF): Senado Federal, 1988.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 95, de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília (DF), ano 2016, n. 95, p. 2, col. 2, 16 dez. 2016.

BRASIL. Decreto n. 5.109/2004. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI), e dá

outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília (DF), ano 2004, n. 5.109, p. 2, 18 jun. 2004.

BRASIL. Lei 8.742, de 07 de junho de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social; LOAS. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília (DF), ano 1993, n. 8.742, p. 18.769, 8 dez. 1993.

BRASIL. Lei 8.842, de 04 de janeiro de 1994 – Lei da Política Nacional do Idoso. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília (DF), ano 1994, n. 8.842, p. 77, 5 jan. 1994.

BRASIL. Lei 10.741, de 01 de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília (DF), ano 2003, n. 10.741, p. 1, 3 out. 2003.

BRASIL. Lei n. 12.461, de 26 de julho de 2011. Altera a Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003, para estabelecer a notificação compulsória dos atos de violência praticados contra o idoso atendido em serviço de saúde. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília (DF), ano 2011, n. 12.461, 27 jul. 2011.

BRASIL. Lei n. 13.979, de 06 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília (DF), ano 2020, n. 13.979, p. 1, 7 fev. 2020a.

BRASIL. Decreto n. 10.282, de 20 mar. 2020. Regulamenta a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília (DF), ano 2020, n. 10.282, p. 1, Edição Extra – G – 20 mar. 2020b.

BRASIL. Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos. Resolução n. 56 de 19 de maio de 2021 do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. Dispõe sobre as deliberações aprovadas na Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Edição 97, p. 174, 25 mar. 2021a.

BRASIL. Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos. Resolução n. 58 de 24 de junho de 2021 do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. Dispõe sobre as deliberações aprovadas na Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília (DF), ano 2021, n. 58, p. 158, Edição 124, 05 jul. 2021b.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 965**, de 24 mar. 2020. Autor: Joseildo Ramos (PT/BA). Dispõe sobre a suspensão temporária de contratos de crédito consignado firmados entre aposentados e/ou pensionistas e instituições financeiras, além do perdão da dívida dos referidos contratos quando as parcelas pagas alindam o montante mínimo equivalente ao valor histórico do empréstimo. Situação: Anexa-

do ao PL 1.328/2020. (2020a). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2241907>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 966**, de 24 mar. 2020. Autor: Carlos Veras — PT/PE. Cria regras tributárias, especialmente de contribuições previdenciárias, específicas para o período de vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n. 6, de 2020. Situação: Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF). (2020b) Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2241909>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 1.026**, de 24 mar. 2020. Autor: Miguel Lombardi – (PL/SP) Altera a Lei n. 10.741, de 01 de outubro de 2003, para permitir às entidades filantrópicas de longa permanência ou casas-lares a utilização da totalidade dos benefícios previdenciários ou de assistência social dos atendidos, durante as ações de combate à epidemia de corona virus disease 2019 (covid-19) e em outras situações de reconhecimento do estado de calamidade pública, a fim de promover os cuidados com a saúde dos próprios idosos, e dá outras providências. Situação: Coordenação de Comissões Permanentes. (2020c) Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2242053>. Acesso em: 11 ago. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 1.237**, de 31 de março de 2020. Autor: Alexandre Frota (PMDB/SP). Dispõe sobre isenção do pagamento da contribuição para o custeio da iluminação pública – CCIP, aos idosos e aposentados com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos de idade. Situação: Anexado ao PL-2.338/2015. (2020d). Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=nodeoxjbapmqcffe01gcgovb53us9v11029433.nodeo?codteor=1937381&filename=Avulso+-PL+1237/2020. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 1.476**, de 02 abr. 2020. Autor: Celso Maldaner (MDB-SC). Concede isenção de Imposto de Renda aos idosos com mais de 65 anos e aposentados que recebam até dez salários mínimos durante a pandemia do Coronavírus [covid-19] e/ou enquanto durar o estado de calamidade pública. Situação: Apensado ao PL 966/2020. (2020e). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2242801>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei n. 1.328/2020**. Autor: Senador Otto Alencar (PSD/BA). Altera-se a Lei n. 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, com suspensão temporária de pagamentos das prestações das operações de créditos consignados em benefícios previdenciários, enquanto persistir à emergência de saúde pública de importância nacional em decorrência da Infecção Humana pelo coronavírus (COVID-19). Situação: Aprovado pelo Plenário e encaminhado à Câmara dos

Deputados. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141368>. Acesso em: 11 ago. 2021.

CARRANÇA, Thais. Auxílio emergencial: com benefício reduzido em 2021, Brasil terá 61 milhões na pobreza. **BBC News Brasil**, São Paulo, 22 abr. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56843399>. Acesso em: 28 jul. 2021.

CHAVES, L. G. Mendes. Minorias e seu estudo no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, v. 2, n. 1, p. 149-168, 1971,. Disponível em: http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v2n1/rcs_v2n1a8.pdf. Acesso em: 09 ago. 2021.

CUNHA, Helvécio Damis de Oliveira; MAIOLI, Patrícia Lopes. Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI): política pública de promoção e defesa do direito fundamental à educação do idoso. In: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO (CONPEDI), 23., 2014, João Pessoa, (PB). **Anais eletrônicos...** p. 478-497. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=ebae5f81d1c4563a>. Acesso em: 29 jul. 2021.

FARES, Lygia Sabbag; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de; CARDOSO, Luísa; e NASSI-F-PIRES, Luíza. As políticas econômicas implementadas no Brasil durante a pandemia sob a perspectiva de gênero. Nota de Política Econômica n. 006. 14.01.2021. **Made – Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades – FEA/USP**. 2021. Disponível em: https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2021/01/NPE006_site.pdf. Acesso em: 31 jul. 2021.

FERREIRA, Ana Paula; TEIXEIRA, Solange Maria. Direitos da pessoa idosa: desafios à sua efetivação na sociedade brasileira. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 6, n. 1, p. 160-173, jan.-jun. 2014. Disponível em: <https://sjcdh.rs.gov.br/upload/arquivos/201807/13161839-direitos-da-pessoa-idosa-desafios-a-sua-efetivacao-na-sociedade-brasileira.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2021.

FONTENELE, Iolanda Carvalho; COSTA, Teresa Cristina Moura. Serviço social e programas educacionais para pessoas idosas: desafios aos assistentes sociais no Programa de Extensão Universitária para Pessoas Idosas (PTIA) da Universidade Federal do Piauí. In: TEIXEIRA, Solange Maria (org.). **Serviço Social e envelhecimento**, Teresina: EdUFPI, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LAVALLE, Adrian Gurza. **Linha do tempo**. Conselhos gestores de políticas. Nexo Políticas Públicas. Publicado em 28 nov. 2020 (07 jun. 2021). Disponível em: <https://p.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2020/Conselhos-gestores-de-pol%C3%ADticas>. Acesso em: 30 jul. 2021.

LONDON, Jack. A lei da vida. **Revista McClure**. 1901. Disponível em: <http://www.agr-tc.pt/bibliotecadigital/aetc/index.php?page=13&id=536&db=>. Acesso em: 30 jul. 2021.

OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva; SCORTEGAGNA, Paola Andressa; OLIVEIRA, Flávia da Silva. Universidades Abertas a Terceira Idade: delineando um novo espaço educacional para o idoso. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 64, p. 343-358, set. 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8641945/9443>. Acesso em: 09 ago. 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Pessoas com mais de sessenta anos foram as mais atingidas pela covid-19 nas Américas**. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/30-9-2020-pessoas-com-mais-60-anos-fo-ram-mais-atingidas-pela-covid-19-nas-americas>. Acesso em: 30 jul. 2021.

PAIVA, Andrea Barreto de; MESQUITA, Ana Cleusa Serra; JACCOUD, Luciana; PASSOS, Luana. **Nota Técnica, n. 27**. O novo regime fiscal e suas implicações para a política de assistência social no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, Setembro, 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160920_nt_27_disoc.pdf. Acesso em: 30 jul. 2021.

PAULA, Carlos Eduardo Artiaga; SILVA, Ana Paula; BITTAR, Cléria Maria Lôbo. Vulnerabilidade legislativa de grupos minoritários. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 22, n. 12, p. 3.841-3.848, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/QjTxmhdVTNvtN8YNGvx7d8N/?lang=pt>. Acesso em: 09 ago. 2021.

PEREIRA, Helô. Quinze anos de UMA: projeto atende cerca de 400 idosos no Tocantins. **Universidade Federal de Tocantins**. 2021. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/28920-15-anos-de-uma-projeto-atende-cerca-de-400-idosos-no-tocantins>. Acesso em: 07 ago. 2021

PEREIRA, Potyara A. P. Formação em Serviço Social, política social e envelhecimento populacional. **Ser Social**, Brasília, n. 21, p. 241-257, jul.-dez., 2007.

PLANO de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, 2002. **Organização das Nações Unidas**. Tradução: Arlene Santos. Revisão em português: Alkmín Cunha. Revisão técnica: Jurilza M. B. Mendonça; Vitória Gois. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

POGREBINSCHI, Thamy. **Conferências nacionais e políticas públicas para grupos minoritários**. Texto para Discussão, 1740. Rio de Janeiro: IPEA 2012. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/td_1741.pdf. Acesso em: 09 ago. 2021

ROMERO, Dalia Elena *et al.* Idosos no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil: efeitos nas condições de saúde, renda e trabalho. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 3, 2021. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2021.v37n3/e00216620/pt/>. Acesso em: 09 ago. 2021

ROMERO, Dalia; CASTENHEIRA, Débora; GRACIE, Renata; RODRIGUES, Jéssica Muzy; MARQUES, Aline; ANDRADE, Nathalia. O excesso de óbitos de idosos no município do Rio de Janeiro analisado segundo o local de ocorrência. Nota técnica n.

01 GISE/LIS/ICICT/Fiocruz. **Observatório covid-19**. 2020. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/nota_idoso_equipe_gise_14.09.2020.pdf. Acesso em: 16 jul. 2021.

RUADE, Terezinha. **Direitos da pessoa na terceira idade**. Universidade Federal Fluminense. 2020. Disponível em: <https://www.uff.br/?q=events/direitos-da-pessoa-na-terceira-idade>. Acesso em: 11 ago. 2021.

SANCHES, Celia; JORDÃO, Leila; TEODORO, Marcos. Introdução. In: SANTOS, Débora Martins dos; *et al.* **UNATI UERJ**: páginas de vida em tempos de pandemia. Rio de Janeiro: UnATI UERJ, 2020. Disponível em: <https://www.unatiuerj.com.br/PaginasDeVidaFinal.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2021.

SANTOS, Vera Núbia; SILVA, Noêmia Lima. **Envelhecimento humano**: uma questão em evidência. Texto Complementar. Extensão Gênero e Diversidade na Escola. Centro de Educação Superior a Distância. Programa Universidade Aberta do Brasil, Núcleo de Pesquisas e Ações da Terceira Idade, Universidade Federal de Sergipe. Aracaju, 2013.

SANTOS, Débora Martins dos *et al.* UNATI UERJ: páginas de vida em tempos de pandemia. **UnATI UERJ**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.unatiuerj.com.br/PaginasDeVidaFinal.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2021.

SCHWIND, Rafael Wallbach. Reflexões sobre a lei 13.979/20 e o decreto 10.282/20: descabimento de restrições a serviços essenciais sem prévia articulação com o poder concedente e a agência reguladora. **Migalhas**, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/322804/reflexoes-sobre-a-lei-13-979-20-e-o-decreto-10-282-20--descabimento-de-restricoes-a-servicos-essenciais-sem-previa-articulacao-com-o-poder-concedente-e-a-agencia-reguladora>. Acesso em: 27 jul. 2021.

SILVA, Noêmia Lima. Educação na terceira idade: inclusão social e inovação pedagógica na universidade. **Diário Oficial do Estado de Sergipe – Edise**. Aracaju, 2016.

STURZA, Janaína Machado. Controle Social e Políticas Públicas: um debate fundamental para o amparo aos idosos. **Revista Jurídica**, v. 1, n. 38, 2015. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/1275/834>. Acesso em: 11 ago. 2021.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento, família e políticas públicas: em cena a organização social do cuidado. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 137, p. 135-154, jan.-abr. 2020.

UNIVERSIDADES estaduais desenvolvem ações com os idosos durante a pandemia. 2021. **Agência de Notícias do Paraná**. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=114094&tit=Universidades-estaduais-desenvolvem-aco-es-com-os-idosos-durante-a-pandemia>. Acesso em: 11 ago. 2021.

VAZ, Selene de Sousa. **A inclusão educacional do idoso através da Universidade Aberta da Terceira Idade – Unati, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro –**

Brasil. Universidad Autónoma de Asunción Facultad de Ciencias de La Educación y La Comunicación Maestría en Ciencias de la Educación. Asunción (Paraguay). 2020. Disponível em: <http://revistacientifica.uaa.edu.py/index.php/repositorio/article/view/846>. Acesso em: 09 ago. 2021.

VYGOTSKY, L. S. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone/EdUSP, 1988.

YAZBEK, Maria Carmelita. Estado e políticas sociais. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 72-94, primeiro semestre 2008.

SISTEMA PRISIONAL E O ENVELHECIMENTO: UM DEBATE NECESSÁRIO

Simone da Cunha Tourino Barros⁵²

Fabrcia Vellasquez Paiva⁵³

Juliana da Silva Russo⁵⁴

Érika dos Santos Silva⁵⁵

Lara Rodrigues Silva⁵⁶

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa tornar público dados sobre o envelhecimento no sistema prisional, mais especificamente traçando as condições do sistema prisional no sentido de atender às necessidades da população envelhecida, a partir dos dados estatísticos do INFOPEN, do ano de 2019 e do Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro, do ano de 2020.

A escolha do tema do envelhecimento e o sistema prisional se deve ao seu caráter inovador e pela existência de poucos estudos sistematizados sobre o tema.

O envelhecimento populacional é um dado recente, pois até a década de 1970, a população brasileira era eminentemente jovem.

⁵² Professora Doutora na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e coordenadora do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Envelhecimento e Serviço Social (NEPEESS).

⁵³ Professora Doutora na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e coordenadora do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Envelhecimento e Serviço Social (NEPEESS).

⁵⁴ Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e bolsista CNPQ no Grupo de estudos sobre cultura e educação popular. Correio eletrônico: julianarusso97@gmail.com

⁵⁵ Assistente social e residente em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

⁵⁶ Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

De acordo com Carvalho e Garcia (2003, p. 02), “[...] pode-se afirmar que até os anos 60, a população brasileira apresentou-se como quase-estável, com distribuição etária praticamente constante. Era uma população jovem, em torno de 52 % de pessoas com idade abaixo de 20 anos e menos de 3 % acima dos 65 anos.”

Oliveira, Albuquerque e Lins (2004, p 62) demarcam que “[...] em 2000, eram 1,8 milhão de pessoas com 80 anos ou mais de idade e, em 2050, poderão ser 13,7 milhões de pessoas na mesma faixa etária”.

O contexto brasileiro atual registra um grande contingente de pessoas idosas que “[...] apresenta-se como uma questão social de grande relevância e precisa entrar na pauta das discussões das políticas públicas brasileiras” (OLIVEIRA, 2005, p. 02).

Sendo assim, as discussões referentes ao sistema prisional priorizam o estudo sobre jovens e adultos no cárcere, demonstrando a relevância do estudo sobre o envelhecimento nos estabelecimentos prisionais para comunidade acadêmica.

De modo a contemplar o debate proposto, faremos um breve resgate histórico sobre os direitos dos idosos e o processo de organização do sistema prisional brasileiro, seus limites e possibilidades de atendimento às demandas dos trabalhadores envelhecidos encarcerados, na garantia de seus direitos. Por fim, faremos a análise da realidade da população idosa encarcerada nos estabelecimentos prisionais do Estado do Rio de Janeiro.

Esperamos que o artigo estimule outras produções sobre o tema, dando a visibilidade necessária às demandas da população idosa brasileira.

DIREITOS DOS TRABALHADORES ENVELHECIDOS: EM FOCO O SISTEMA PRISIONAL

No capitalismo monopolista são introduzidas novas formas de proteção social associando a filantropia ao reconhecimento do Estado da necessidade de respostas à luta de classes por meio da introdução de políticas sociais. Entretanto, esta resposta do Estado possui como objetivos principais a expansão do mercado e da produtividade capitalista, logo, priorizou-se a conformação das políticas

sociais voltadas para os cidadãos inseridos no mercado de trabalho (BERINGH; BOSCHETTI, 2006; BERNARDO, 2017).

Teixeira (2003, p. 04) acrescenta que:

[...] são cidadãos aqueles que estão cobertos por um sistema de proteção social ao qual têm direitos, porque contribuem para eles; são pobres aqueles que, por não estarem inseridos no mercado de trabalho, continuam sendo uma questão de responsabilidade privada, de filantropia ou de assistência social pública.

Neste contexto, aos trabalhadores envelhecidos cabia o direito à aposentadoria seja por idade ou invalidez. Aqueles não inseridos no mercado de trabalho ficavam à mercê da filantropia e havia a prioridade da institucionalização para o trabalhador envelhecido inválido ou sem recursos financeiros para se reproduzir materialmente.

Os autores Fernandes e Santos (2007) relatam que “até 1994 não existia no Brasil uma política nacional para os idosos e sim ações pontuais das iniciativas privadas e do Estado consubstanciadas em programas (PAI31; PAPI32; Conviver33; Saúde do Idoso34) destinados a idosos carentes”.

Os autores Carolino, Soares e Cândido (2011) relatam que nas constituições brasileiras anteriores a de 1988 (1934, 1937, 1946 e 1967) houve a menção do envelhecimento, entretanto, os direitos para esse segmento foram inscritos sob a forma de direitos trabalhistas e de Previdência Social “a favor da velhice”.

Podemos dizer que a mudança de perspectiva ocorreu na década de 1980 devido ao contexto social de abertura política, com a efervescência dos movimentos sociais, onde houve o estímulo à garantia dos direitos universais, sendo elaboradas políticas específicas para alguns “segmentos” da sociedade, como para a população envelhecida.

Na Constituição Federal de 1988 foram garantidos, dentre outros, os seguintes direitos à população envelhecida:

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1.º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2.º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos (BRASIL, 1988, p. 119).

Entretanto, no Brasil, o caráter universal das políticas sociais vem sendo colocado em xeque a partir da introdução do modelo neoliberal de Estado e seu processo de reestruturação produtiva, intensificado, a partir da década de noventa, mas alguns ganhos no campo legal para os idosos foram conquistados nessa década, como por exemplo: a Política Nacional do Idoso (PNI) e o Estatuto do idoso.

A PNI, como especifica o seu artigo 1.º, “tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade”. O texto anteriormente apresentado demonstra o entendimento de que é o idoso quem precisa ser “integrado” à sociedade, mas esta não precisa reverter o processo de produção das desigualdades sociais.

A Política Nacional do Idoso tratava da necessidade de adequação das ações na perspectiva do direito dos idosos às realidades brasileiras, conforme demonstra o artigo 3.º, em seu item V, onde ratifica que “as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta lei” (BRASIL, 1994, p. 01).

Já, o Estatuto do Idoso, aprovado em 2003, foi destinado a regular os direitos dos idosos, conforme destaca os artigos abaixo:

Art. 1.º É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Art. 2.º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (BRASIL, 2003, p. 07).

No que tange aos direitos dos detentos, a Lei n. 72.10/84, denominada de “Lei de Execução Penal”, aponta no capítulo IV, seção II os direitos gerais, para todos os detentos, independentemente da idade

e gênero. De forma geral, os direitos abordados são alimentação, vestuário, higiene, atendimento de saúde. Além de assistência jurídica, educacional, social e religiosa. E para os ex detentos há o acompanhamento para reinserção na sociedade e assistência familiar.

Posteriormente, no artigo 40 “Impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios” (BRASIL, 1984). Tratando-se da relação entre detentos e trabalhadores das unidades de detenção.

Ainda analisando a Lei de Execução Penal, em relação aos detentos idosos, não há muita especificidade, somente em relação a ocupações desenvolvidas na unidade prisional, ao alojamento diferenciado e o direito de redução da pena e de transformação em prisão domiciliar. Respectivamente, é instituído o direito de escolha em relação às atividades de trabalho desempenhadas, artigo 32 “Na atribuição do trabalho deverão ser levadas em conta a habilitação, a condição pessoal e as necessidades futuras do preso, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado”. Neste mesmo artigo é especificando o direito de detentos idosos, no inciso 2.º “Os maiores de 60 (sessenta) anos poderão solicitar ocupação adequada à sua idade.” (BRASIL, 1984).

Já relacionado ao direito de recolhimento diferenciado, aborda-se no artigo 82, § 1.º da Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984) em relação às mulheres e idosos:

Art. 82. Os estabelecimentos penais destinam-se ao condenado, ao submetido à medida de segurança, ao preso provisório e ao egresso.

§ 1.º A mulher e o maior de sessenta anos, separadamente, serão recolhidos a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal (Redação dada pela Lei n. 9.460, de 1997).

E por fim há controvérsias na legislação, quando no artigo 117 aborda sobre o direito a prisão domiciliar, tratando-se do idoso apenas detentos com idade acima de setenta anos. Contradiz o que determina o Estatuto do Idoso:

Art. 117. Somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando se tratar de:

I - condenado maior de 70 (setenta) anos

II - condenado acometido de doença grave;

III - condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental;

IV - condenada gestante.” (BRASIL,1984).

A Lei de Execução Penal, que completa 36 anos em 2020, não apresenta direitos específicos relacionados aos detentos idosos. Observa-se que também não há referência aos idosos encarcerados no Estatuto do Idoso e na Política Nacional do Idoso, tratando-se dos idosos de uma forma geral. Os dados nos quais nos debruçamos apontam uma outra direção, a direção do não cumprimento dos direitos gerais e do direito dos idosos. O não cumprimento dessas orientações inicialmente vai de encontro a violação dos direitos humanos fundamentais.

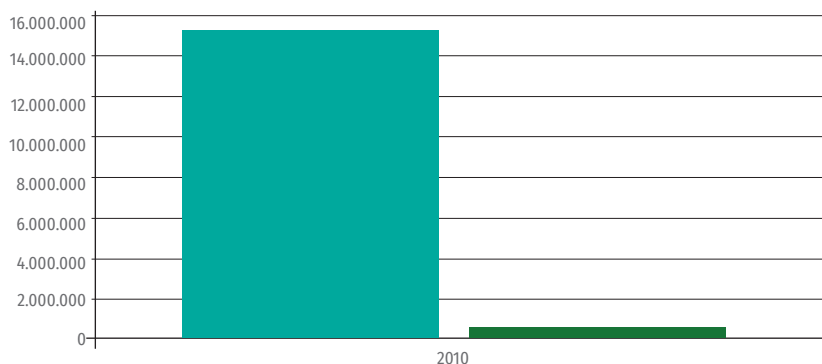
Para pensar em pessoas idosas encarceradas e refletir sobre a não efetivação de seus direitos, devemos cobrar sobre a construção de políticas públicas com esse foco ou a possibilidades futuras de lutar por essas efetivações.

Para elucidar esta reflexão, confrontamos os direitos abordados nas legislações e políticas com a realidade vivenciada pelos trabalhadores encarcerados, a partir dos dados legitimamente levantados.

AS CONDIÇÕES DO SISTEMA PRISIONAL PARA ATENDIMENTO AOS DIREITOS DOS TRABALHADORES ENVELHECIDOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

O Estado do Rio de Janeiro possui 17.264.943 pessoas, sendo habitantes eminentemente da zona urbana, conforme demonstra o gráfico abaixo.

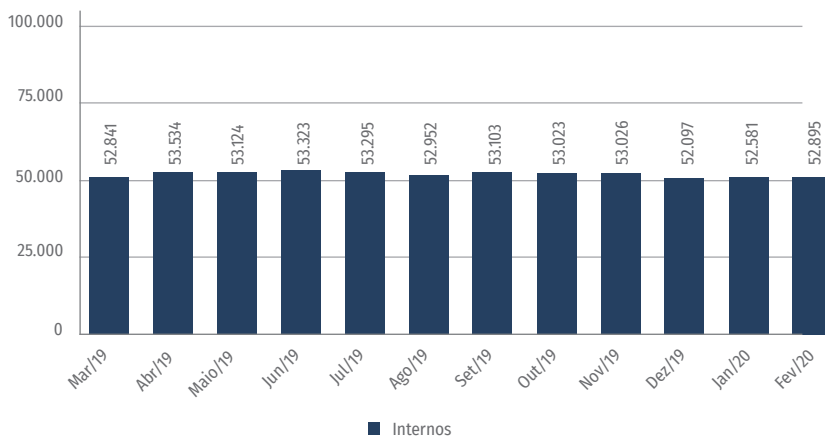
Gráfico 1: Distribuição da população por situação domiciliar (urbana/rural)



Fonte: IBGE/2010.

O Estado do Rio de Janeiro possui cinquenta estabelecimentos prisionais, entre hospitais penais psiquiátricos, institutos penais, cadeias públicas, etc., com o total 52895 detentos, em fevereiro de 2020, aumentando o quantitativo de detentos, em três meses, de dezembro de 2019 a fevereiro de 2020, em 798 pessoas.

Gráfico 2: Quantidade de detentos, nos últimos doze meses, no Estado do Rio de Janeiro.



Fonte: SIPEN/SEAP. Dados organizados pela DGJUR.

Em termos do sistema prisional do Estado do Rio de Janeiro, a gestão do referido sistema se dá exclusivamente por meio da gestão pública, apenas terceirizando a parte da alimentação dos detentos.

Cabe a ressalva que o sucateamento do sistema prisional, por falta de políticas públicas e de posição política dos gestores em garantir os direitos humanos da população carcerária é uma estratégia para privatiza-lo, sob o argumento que a iniciativa privada administra melhor os recursos públicos, reduzindo custos e melhorando a assistência ao detento, mas na verdade:

Os maiores prejudicados com a privatização do sistema prisional e o encarceramento em massa são os indivíduos que vêm da classe baixa e sobrevivem com uma renda mínima no final do mês, bem como os negros das periferias. O encarceramento serve à regulação da miséria (GUEDES, 2010, p. 73).

Guedes (2010) acrescenta, desvelando ainda mais a verdadeira face da parceria público-privado, mencionando o seguinte:

A tentativa de implementação da parceria público-privada no sistema prisional está implicada com o modelo político econômico atual, no qual as empresas privadas buscam por maiores lucros. Já não basta lucrar com guerras e doenças, como ocorre em diversos países com a privatização das indústrias bélicas e da indústria farmacêutica. Agora querem lucrar também com aqueles indivíduos que se encontram cumprindo pena em privação de liberdade. E essa, sem sombra de dúvida, não é a solução que o sistema penitenciário necessita (GUEDES, 2010, p. 75).

O sucateamento, superlotação e insalubridade dos presídios brasileiros não é algo desconhecido pela população brasileira. Pela tabela abaixo, percebemos que a quantidade de ingressos ao sistema é superior ao egresso, contribuindo para lotação desproporcional das celas.

Tabela 1 – População carcerária do Estado do Rio de Janeiro por ingresso, egresso, evasão, falecimento e fuga, no ano de 2019 e 2020

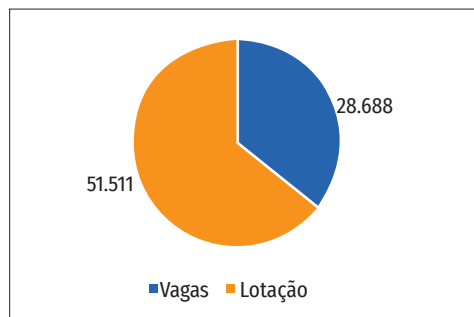
Ano	Mês	Ingressos	Egressos	Easão	Falecimento	Fuga
2019	03	3216	777	353	20	0
2019	04	3321	720	120	15	7
2019	05	3417	1.285	288	12	2
2019	06	3188	1.001	114	14	0
2019	07	3250	1.140	130	16	0
2019	08	3533	1.247	469	16	1
2019	09	3208	1.105	139	10	0
2019	10	3246	1.362	250	20	0
2019	11	3061	534	150	20	0
2019	12	2696	822	562	14	0
2020	01	2870	996	100	13	0
2020	02	3018	390	102	9	0

Fonte: SIPEN/SEAP. Dados organizados pela DGJUR.

As celas quando da implantação do estabelecimento prisional não foram preparadas para este aumento exponencial de detentos, que vem se agudizando por uma política de encarceramento em massa e da criminalização da pobreza.

De acordo com o Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro, em 2018, o ministério público emitiu um relatório sobre a superlotação dos presídios no Estado do Rio de Janeiro, chegando aos números abaixo:

Gráfico 3 – Demonstrativo de vagas e da lotação dos presídios do Estado do Rio de Janeiro, em 2018



Fonte: OLERJ, 2020.

No mesmo relatório acrescenta que:

A Cadeia Pública Tiago Teles, em São Gonçalo, possui um percentual de ocupação de 212 %, abrigando 1.963 pessoas com capacidade de vagas de 630 presos. A Cadeia Pública Patrícia Acioli, também em São Gonçalo, está com 180 % de ocupação; a Cadeia Pública Contrin Neto com 164 %; e a Penitenciária Milton Dias, em Japeri, com 137 % de ocupação (OLERJ, 2020).

Desta forma, a superlotação dos presídios coloca em xeque os direitos humanos dos detentos, por insalubridade, condições de sobrevivência, saúde, etc.

Constatou que, apesar de existir uma Lei de Execuções Penais (LEP) avançada, o sistema prisional era uma realidade bem diferente da prescrição legal. Havia um tratamento prisional deficiente aliado à carência de recursos humanos qualificados. Episódios envolvendo violação de direitos humanos, tratamento privilegiado a certos presos, violência e criminalidade dentro das prisões, dificuldade para efetivação e visitas no cárcere, assistência jurídica precária e pouca ou nenhuma oferta de trabalho para o preso e para o egresso

De acordo com Carvalho (2006):

O sistema prisional é considerado um problema de saúde pública em potencial no mundo todo. Como afirmam Lopes *et al.*, além de as prisões concentrarem indivíduos negros e pobres que não puderam atingir os patamares mínimos para o acesso a bens culturais e/ou de serviços, eles participam do grupo dos “especialmente vulneráveis” às doenças infecto-contagiosas. As condições de confinamento aumentam o risco de algumas infecções relacionadas às práticas sexuais e/ou ao uso de drogas injetáveis (CARVALHO, 2006, p. 462).

Além disso, é inegável a insuficiência de recursos humanos qualificados (assistentes sociais, psicólogos, agentes penitenciários, etc.), dificuldade de acesso às assistências jurídica e religiosa, dificuldade de visitas de familiares, pouco acesso à educação, saúde e trabalho, a pouca utilização de penas alternativas, etc (GUEDES, 2010).

No que tange, ao envelhecimento no cárcere percebemos que há a existência de 840 pessoas com idade entre sessenta a oitenta anos ou mais, no ano de 2020, que tende a crescer tendo em vista o aumento da perspectiva de vida ao nascer para 76,3 anos, conforme demonstra a tabela abaixo.

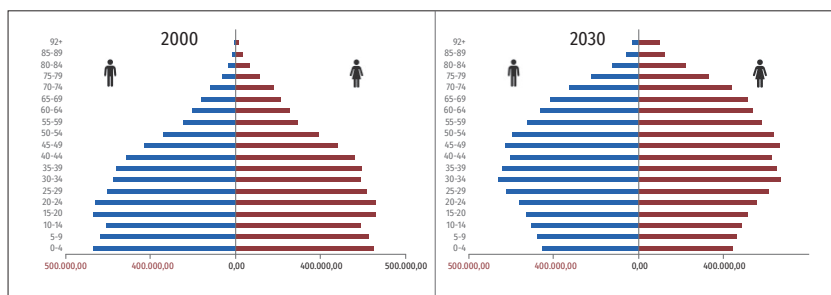
Tabela 2: População encarcerada, em fevereiro de 2020, por idade

Faixa Etária	Total	%
18 a 21	7.442	14,07%
22 a 29	21.973	41,54%
30 a 39	14.324	27,08%
40 a 49	6.050	11,44%
50 a 59	2.101	3,97%
60 a 69	691	1,31%
70 a 79	135	0,26%
80 ou mais	14	0,03%
Não Informada	165	0,31%
Total	52.895	

Fonte: SIPEN/SEAP. Dados organizados pela DGJUR.

Cabe a ressalva que o envelhecimento populacional é uma realidade mundial e neste processo as mulheres tendem a viver mais. No Rio de Janeiro esta realidade se repete, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 4: Distribuição por sexo e idade da população do Estado do Rio de Janeiro: 2000 e 2030



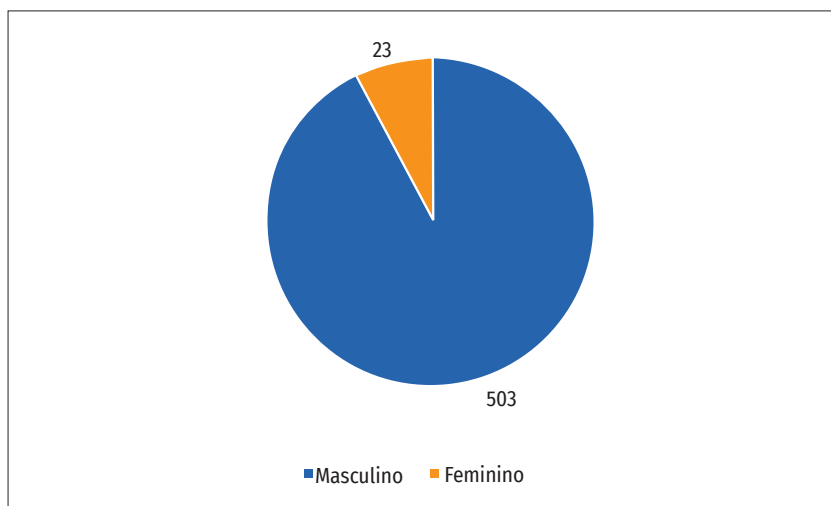
Fonte: Projeções do IBGE, revisão 2013.

Os determinantes para o índice superior do gênero feminino frente ao masculino, que chamamos de feminilização da velhice, pode ser explicado por sua pouca exposição ao risco de acidentes (doméstico, trabalho, trânsito), a taxa de homicídios e suicídios e o consumo de drogas (como álcool e tabaco) serem maiores entre os homens; as mulheres terem uma postura diferente dos homens no uso dos serviços de saúde, as mulheres se preocuparem mais com a saúde

e, conseqüentemente, a detecção precoce e o tratamento de doenças é facilitado e, ainda, devido à redução da mortalidade materna (VERAS, 1994). Entretanto, sabemos que este processo de feminilização da velhice tenderá a ser alterado, pois na contemporaneidade as mulheres vêm sofrendo as mesmas exposições a riscos de acidentes, homicídios, consumo de drogas, etc., do que os homens.

Em termos de dados do encarceramento, percebemos que há a predominância do sexo masculino, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 5 – Distribuição dos idosos encarcerados por sexo



Fonte: INFOPEN, 2019.

Sendo assim, no sistema prisional há a predominância de homens encarcerados, pois conforme sinalizado linhas atrás as mulheres ficam menos expostas a violência urbana, cuidam mais de sua saúde e fazem uso em proporção menor de entorpecentes, álcool e drogas, de uma forma geral.

Outro aspecto que tende a contribuir para o baixo índice de mulheres encarceradas é que historicamente estas mulheres ocuparam importante função na organização da casa e no cuidado dos netos, devido à necessidade de seus filhos suas filhas ou genro e noras precisarem vender a força de trabalho, se inserindo no mercado de trabalho e devido ao fato de que “[...] entre as famílias de baixa renda, os limites orçamentários dificultam a contratação de pessoas

externas à família para o desempenho desta tarefa” (COUTRIN; BROTO; VIEIRA; MAIA, 2007, p. 02).

No que tange à educação, o direito à educação está inscrito em vários marcos legais brasileiros começando pela Constituição Federal de 1988, numa perspectiva universal e como Cury (2002, p. 247) defende que “[...] todo o avanço da educação escolar além do ensino primário foi fruto de lutas conduzidas por uma concepção democrática da sociedade em que se postula a igualdade de oportunidades ou mesmo a igualdade de condições sociais”.

Os trabalhadores envelhecidos, legalmente têm o direito ao acesso ao saber socialmente produzido, entretanto, considerando o pensamento de Marx, na crítica ao Programa de Gotha, em relação ao direito formal em uma sociedade capitalista, no qual -o direito na sociedade burguesa fica a critério do lugar que ocupa o indivíduo no trabalho, pensar que o envelhecimento, os trabalhadores envelhecidos não são produtivos, apesar de contribuírem com a reprodução da força de trabalho de seus “familiares”, por meio de seus proventos, logo, se é possível apreender um dos determinantes para a realização de parcas políticas no âmbito da Educação para os mesmos.

Coadunando com o pensamento de Assis (2011, p. 03) de que:

[...] a existência e configuração do direito, que tem como solo a desigualdade social, aparece, na sociedade capitalista, como algo capaz de proporcionar igualdade entre todos os indivíduos. Porém, o direito numa sociedade de classe é, também, um direito de classe, que não tem o poder de dissolução da desigualdade, mas, ao contrário, tem o poder de ocultá-la.

A Lei de Execução Penal, menciona o direito dos detentos à educação, mas conforme demonstra o infográfico, apenas 8,99 % da população prisional têm acesso à atividade educacional.

Gráfico 6: Inserção de detentos em atividade educacional no Rio de Janeiro, em 2019.



Fonte: INFOPEN, 2019.

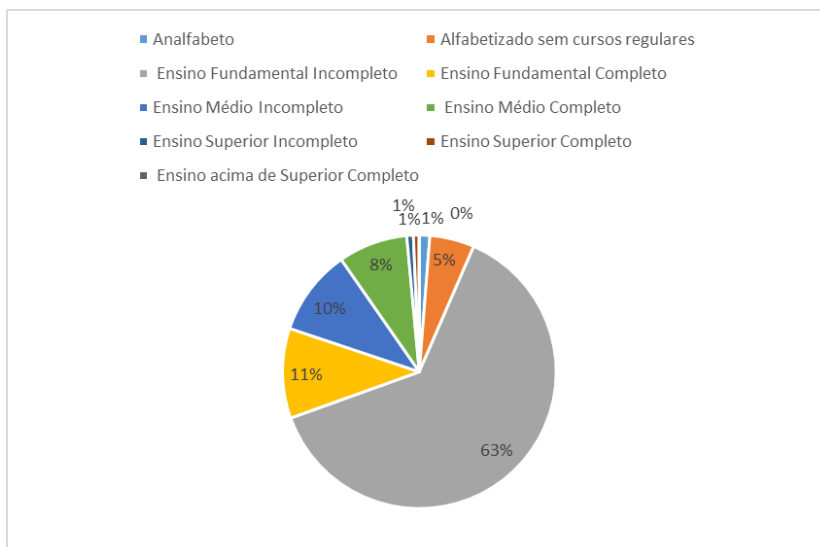
É possível ratificar a distribuição desigual do conhecimento para os trabalhadores envelhecidos, pelos seguintes dados: índice de acesso dos idosos à educação formal, no caso, vinculado à Educação de Jovens e Adultos, que segundo Camarano, Kanso e Fernandes (2016) fica em torno de 0,2 % para ambos os sexos; o não cumprimento da Política Nacional do Idoso que determina a necessidade de adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso e os altos índices de analfabetismo na população envelhecida.

Uma das formas de expressão da desigualdade social de classe é a baixa escolaridade da população trabalhadora, esteja inserida ou não no mercado de trabalho ou mesmo encarcerada, fazendo parte da própria engrenagem do sistema capitalista.

Pelos dados divulgados pelo Departamento Penitenciário Nacional, no período de janeiro a junho de 2019, identificamos que a escolaridade dos presos é baixa predominando com 63 % o ensino fundamental incompleto, conforme dados abaixo, demonstrando que a população carcerária possui classe, sendo eminentemente da classe trabalhadora.

Cabe ressaltar que o gráfico abaixo demonstra a escolaridade da população prisional, não tendo a escolaridade em específico da população idosa, mas como sinalizado linhas atrás, a população idosa, recorrentemente é a que possui menor escolaridade.

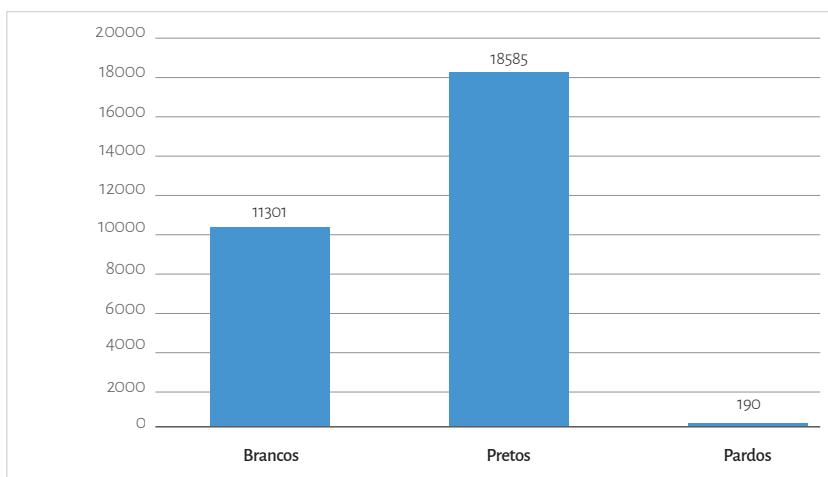
Gráfico 7- Distribuição dos detentos por escolaridade



Fonte: INFOPEN, 2019.

Além de classe, o encarceramento possui cor, em sua maioria os presos são pretos, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 8 – Distribuição dos detentos por cor



Fonte: INFOPEN, 2019.

As desigualdades de escolaridade e raça são frequentes na sociedade brasileira e não seria diferente no Estado do Rio de Janeiro.

As mazelas da população negra se iniciam na escravidão, forçada e cruel, em seguida são aguçadas com o abandono, intitulado abolição.

Almeida (2014, p. 151) afirma que “o projeto capitalista, ao “racializar” a população negra, produz simbolicamente noções de inferioridade nas quais raça e cultura são indissociáveis, criando barreiras para a mobilidade social”. Define-se um “Lugar social do negro”, dificultando seu deslocamento social e atribuindo a esse grupo estigmas e estereótipos que contribuem para manutenção da hierarquização de poder, colocando sempre o negro em lugar de inferioridade e atribuindo a ele um lugar de classe subalterna e periférica, influenciando na forma como a sociedade o percebe. São barreiras racistas, que a partir de seus estereótipos percebidos fortemente na sociedade brasileira, de acordo com Silva (2019), reafirmam a condição de aprisionamento devido a cor, raça e fenótipo, tendo como consequência atos racistas exacerbados e a imposição histórica de condição subalterna à população negra.

A população negra segue, desde a colonização inviabilizada do acesso aos serviços, em uma condição de não cidadania, fato que contribui para a esse grupo ser o maior nos números de encarcerados do país, nos levando ao entendimento que no Brasil o encarceramento vai da senzala às celas penitenciárias, não permitindo a maior parte das pessoas negras uma vivência digna e humanizada.

O racismo contra a população negra abrange diversas apreensões: sociais, políticas e culturais, por isso, o racismo também é perpetuado no sistema judicial e prisional, o que pode ocasionar em práticas discriminatórias e seletivas.

Outro ponto percebido, no que tange ao envelhecimento, é o descumprimento de celas especiais para os trabalhadores envelhecidos.

De acordo com a Lei n. 9460, de 4 de junho de 1997, que altera o artigo 82 da lei n. 7210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal e menciona no “Art. 82., § 1.º A mulher e o maior de sessenta anos, separadamente, serão recolhidos a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal”, mas analisando os dados do INFOPEN, estes demonstram que apenas sete dos cinquenta estabelecimentos penitenciários localizados no Estado do Rio de Ja-

neiro possuem celas e/ou alas destinadas à população idosa, ferindo ao preconizado pela lei supracitada.

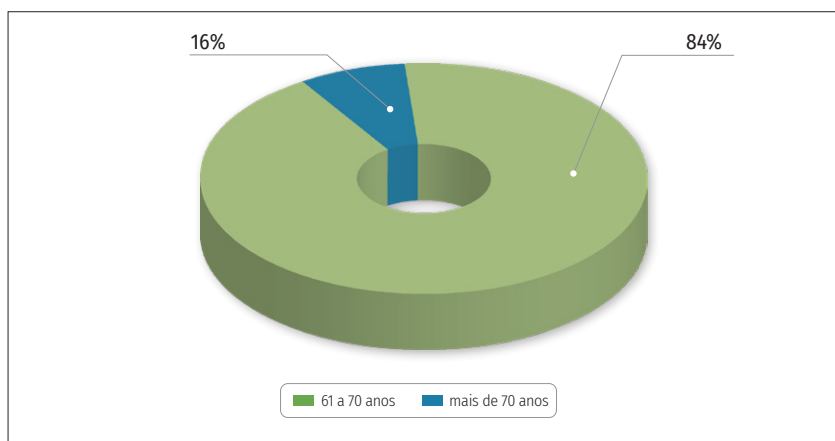
Tabela 3- Distribuição de ala ou cela destinada exclusivamente para idosos no Estado do Rio de Janeiro, em dezembro de 2019.

ALA OU CELA DESTINADA EXCLUSIVAMENTE PARA IDOSOS	QUANTIDADE	%	CAPACIDADE DE PESSOAS
<i>Seções ou módulos autônomos, incorporados ou anexos a estabelecimentos para adultos, ou celas destinadas a abrigar pessoas presas que tenham no mínimo 60 anos de idade ao ingressarem ou os que completem essa idade durante o tempo de privação</i>			
ESTABELECIMENTO COM ALA EXCLUSIVA	2	4 %	55
ESTABELECIMENTO COM CELA(S) EXCLUSIVA	5	10 %	267
ESTABELECIMENTO SEM ALA OU CELA EXCLUSIVA	43	86 %	
SEM INFORMAÇÃO	0	0%	

Fonte: INFOPEN, 2019.

Cabe a ressalva que sua formulação já tem vinte e dois anos e ainda não houve a adequação dos espaços físicos ou mesmo para acolhimento adequado ao idoso sentenciado, em suas especificidades, mesmo que este universo seja de 1 % da população carcerária, mas que perfazem 524 idosos com idade entre sessenta e um a setenta anos e cento e um idosos com idade de setenta anos ou mais, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 9: Distribuição dos idosos em cárcere por idade.



Fonte: INFOPEN, 2019.

Pelos dados apresentados percebemos que os idosos inseridos no sistema prisional não são atendidos em seus direitos, seja no que

preconiza os marcos legais voltados para o envelhecimento (PNI e Estatuto do Idoso) e no próprio código penal.

Descumpre, conforme determina o Estatuto supracitado, em seu artigo 3.º:

[...] é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, a saúde, a alimentação, a educação, a cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, a cidadania, a liberdade, a dignidade, ao respeito e a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2003, p. 01).

Araújo e Mendes (2016) reforçam a responsabilização do Estado:

O Estado tem o dever de punir, mas também cabe a ele criar os meios necessários para garantir a sobrevivência dentro das condições aceitáveis no que diz respeito à dignidade da pessoa humana. É imprescindível ressaltar a importância da criação de políticas públicas que alcancem aos idosos encarcerados, pois embora estejam sendo punidos pela justiça pelos crimes que cometeram, surge para o Estado a responsabilidade de se adaptar às condições básicas para enfrentar essa nova realidade (ARAÚJO; MENDES, 2016, p. 533).

Coadunamos com o pensamento da Ghiaggi (2020, p. 9330) que menciona:

Reconhecer o idoso, apenado ou não, como a si mesmo, em um futuro não distante, pode ser uma das formas de se evitar que suas diferenças e necessidades não passem despercebidas pelas políticas públicas. Por todo exposto, a necessidade de reconhecimento das peculiaridades do envelhecimento é também medida que se impõe em um Estado que se pretende democrático de direito.

No que tange a saúde, a preocupação direcionada às particularidades dos trabalhadores envelhecidos não foram contempladas, considerando o enfoque do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), em 2003, que se limitou a ações focalizadas no controle da morbimortalidade da população mais jovem (COSTA; MEDEIROS; OLIVEIRA, 2013, p. 140). Pelo exposto, há ainda que se caminhar na discussão sobre os direitos da população envelhecida no sistema prisional, na perspectiva da garantia dos seus direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudarmos o envelhecimento no cárcere compreendemos a importância da não dissociação com a lógica capitalista, um vez que o sucateamento das cadeias e a dificuldade da garantia de direitos no geral, mas principalmente pela população mais invisibilizada nesse espaço (os trabalhadores envelhecidos), são expressões da “questão social”.⁵⁷ Sendo assim, o Estado atende aos interesses de classe, assegurando a constante reestruturação do modelo de produção capitalista, em sua ideologia de desmonte do público e desenvolvendo medidas ultra neoliberais,⁵⁸ que passam pela privatização do sistema penitenciário.

No Brasil, existe um perfil da população carcerária, são pessoas que em sua maioria possuem um baixo nível de escolaridade, de poder aquisitivo e dentro do quesito raça/cor são negras.

No Brasil a população negra vivencia uma série de violações de direitos fundamentais e humanos por conta do preconceito racial. A criminalização direcionada a esse grupo, pode ser vista como grande expressão do racismo estruturado nessa sociedade e pela agudização da condição de classe, devido a negação histórica de direitos aos negros. Dentro dessa discussão, podemos então relacionar raça, classe e punição.

Acreditamos então que o sistema carcerário brasileiro, a população negra vivencia as piores mazelas, aprofundando sua desumanização, sem política de proteção social e econômica, a população negra vivencia hoje as mais violentas práticas do encarceramento. Tudo isso acontece com uma naturalização, tanto quanto a criminalização quanto ao seu encarceramento.

⁵⁷ “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1986, p. 77).

⁵⁸ Segundo Santos, (2018, *apud* SANTOS, 2020) “Atualmente, o contexto de crises vivido no Brasil coloca o país na linha das classes dominantes e do imperialismo internacional de promover um novo momento de neoliberalismo acirrado, um ‘ultraliberalismo’, que não só atuará contra gastos sociais e espaços democráticos, mas não aceitará sequer a existência desses, mesmo que fragilizados e extremamente limitados. Há dois objetivos centrais nessa investida ‘ultraliberal’, quais sejam: radicalizar o ideário de ‘Estado mínimo’ e operacionalizar um ataque à espaços de participação democrática e popular.”

Com o estudo podemos chegar a seguinte consideração: a existência da invisibilidade do processo de envelhecimento no cárcere e do trabalhador envelhecido, ou seja suas necessidades, peculiaridades e direitos não são garantidos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro 2. sem., n. 34, v. 12, p. 131-154, 2014.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- ARAÚJO, Hallys Albert Alves; MENDES, Raíssa Pacheco S. A situação do idoso encarcerado no Brasil. In: SIMPÓSIO DE TCC E SIMPÓSIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 1., 2016. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: http://nippromove.hospedagemdesites.ws/anais_simposio/arquivos_up/documentos/artigos/183b4eb9f77df72odd26abf-19458d2a6.pdf. Acesso em: 19 abr. 2020.
- ASSIS, Rivânia Lúcia Moura de. Seguridade Social no Brasil: uma (des)construção inacabada. In: COLÓQUIO MARX E O MARXISMO, 2011, Niterói. In: COLÓQUIO MARX E O MARXISMO 2011: teoria e prática. 2011, Niterói (RJ). **Anais Eletrônicos...** Niterói: UFRJ, 2011. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2011/TrabalhosPDF/AMC444F.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.
- BERINGH, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006. 216 p.
- BERNARDO, Maria de Jesus. A Velhice da Classe Trabalhadora e a naturalização dos cuidados familiares. In: TEIXEIRA, Solange Maria **Envelhecimento na Sociabilidade do Capital**. Campinas: Papel Social, 2017. p. 43-63.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 22 mar. 2020.
- BRASIL. Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- BRASIL. Lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispões sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 04 abr. 2020.
- BRASIL. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispões sobre Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 06 abr. 2020.

CAMARANO, Amélia, KANSO, Solange e FERNANDES, Daniele. Brasil Envelhece antes e pós-PNI. In: **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016, p. 63-103.

CAROLINO, Jacqueline Alves; SOARES, Maria de Lourdes; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. Envelhecimento e cidadania: possibilidades de convivência no mundo contemporâneo. **Qualit@s Revista Eletrônica**, Campina Grande (PB), v. 1, n. 1, p. 1-11, 2011. Disponível em: revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/1182/597. Acesso em: 8 mar. 2018.

CARVALHO, José Alberto Magno de Carvalho; GARCIA, Ricardo Alexandrino. O Envelhecimento da População Brasileira: um enfoque demográfico. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 725-733, maio 2003. DOI: www.dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2003000300005. Acesso em: 22 jan. 2016.

CARVALHO, Márcia Lazaro de *et al.* Perfil dos internos no sistema prisional do Rio de Janeiro: especificidades de gênero no processo de exclusão social. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 461-471, Jun 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000200023&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 jun. 2020.

COSTA, G. M.; MEDEIROS, K. K.; OLIVEIRA, L. V. Aging: meaning for incarcerated elderly. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro v. 16, n. 1, p. 139-148, 2013.

COUTRIM, R. M. E.; BROTO, I. G.; MAIA, I. O.; VIEIRA, L. C. O que os avós ensinam aos netos? A influência da relação intergeracional na educação formal e informal. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. GT 12: Gerações – Entre Solidariedades e Conflitos. **Anais Eletrônicos...** p. 1-15. Disponível em: [//www.sbsociologia.com.br/congresso_v02/hot_papers.asp](http://www.sbsociologia.com.br/congresso_v02/hot_papers.asp). Acesso em: 14 set. 2018.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 245-262, jul. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14405.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.

FERNANDES, Maria das Graças Melo; SANTOS, Sérgio Ribeiro dos. Políticas Públicas e direitos do Idoso: desafios da agenda social do Brasil contemporâneo. **Revista de Ciência Política**, n. 17, p. 49-60, 2007. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/34/idoso_34.pdf. Acesso em: 3 mar. 2018.

GHIGGI, Marina Portella. Envelhecimento e cárcere: Apontamentos sobre o tratamento do idoso preso em documentos do conselho nacional de política criminal e penitenciária. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 9320-9332, fev. 2020. Disponível em: <http://brjd.com.br/index.php/BRJD/article/view/7194/6274>. Acesso em: 23 mar. 2020.

GUEDES, Cristiane Achilles A parceria público-privada no sistema prisional. **Revista do CAAP**, Belo Horizonte, jan.-jun. 2010. Disponível em: <https://revistadoacaap.direito.ufmg.br/index.php/revista/article/view/267/265>. Acesso em: 15 jun. 2020.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 1986. 400 p.

MARX, Karl. Crítica ao Programa de Gotha. In: **Obras Escolhidas de Marx/Engels**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986, v. 2, p. 203-234.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita, 1994.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

OLIVEIRA, Juarez de Castro, ALBUQUERQUE, Fernando Roberto P. C; LINS, Ivan Braga. **Proteção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050**. 2004. 21 p. Disponível em: ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2005/metodologia.pdf. Acesso: 30 dez. 2017.

OLIVEIRA, Juliana Andrade. A terceira idade e a condição humana. **Memorialidades**, Ilhéus, ano 2, n. 3-4, p. 15-24, 2005.

OLIVEIRA, Ozerina Victor de; MIRANDA, Cláudia. Multiculturalismo crítico, relações raciais e política curricular: a questão do hibridismo na Escola Sarã Oliveira. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 67-81, 2004. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a06. Acesso em: 18 mar. 2018.

RIO DE JANEIRO (estado). Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro (OLERJ). **A situação dos presídios no estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao-situacao-dos-presidios-no-estado-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 15 jun. 2020.

SILVA, Érika dos Santos. **O Racismo Institucional e a Saúde Da População Negra: uma discussão a partir de experiência de estágio no campo da Política de Saúde, no município de Seropédica (RJ)**. 2019, 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Serviço Social. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica (RJ), 2019.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e Trabalho no Tempo do Capital: implicações para a proteção social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008. 328 p.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento na Agenda Pública Brasileira. **Revista Políticas Públicas**, São Luís, v. 7, n. 1, p. 113-136, jan.-jun. 2003.

VERAS, Renato. **País jovem com cabelos brancos: a saúde do idoso no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. 224 p.

FEMINISMO E GÊNERO EM INTERFACES COM O CAMPO ACADÊMICO E AS LUTAS SOCIAIS

Maria Helena Santana Cruz⁵⁹

Ana Paula Leite Nascimento⁶⁰

INTRODUÇÃO

Este texto traz ao debate aspectos considerados relevantes sobre “Diferenças e a construção cultural sob a perspectiva transversalizada de Gênero” e as teorias feministas, para indicar como o uso da categoria gênero se insere nestes estudos, mesmo reconhecendo que a abordagem desta temática não constitui uma tarefa que se pretende de certa maneira inovadora, em condições de aceleração da história como as que hoje vivemos. É próprio da vida atual a convivência com a incerteza, o fluído, a escolha provisória e limitada. Se tudo que é sólido se transforma no ar,⁶¹ se nada mais permanece estável, a metamorfose, o espírito de renovação contínua também estão interligados ao feminismo e nos possibilita construir novos olhares sobre nossa realidade.

⁵⁹ Pós-Doutora em Sociologia da Educação pela UFS; Doutora e Mestre em Educação pela UFBA; Professora dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Serviço Social da UFS; Coordenadora do Grupo de Pesquisa certificado pelo CNPq “Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero”. Correio eletrônico: helenacruz@uol.com.br. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0002-7794-278X>.

⁶⁰ Pós-Doutora e Doutora em Educação pela UFS; Mestre em Serviço Social pela UFS; Assistente social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), lotada no Campus Lagarto; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa “Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero”. Correio eletrônico: paulajcbrasil@yahoo.com.br. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0002-2050-1596>.

⁶¹ Tudo que é sólido desmancha no ar é a obra mais conhecida do autor estadunidense Marshall Berman (1989), configurando-se numa história crítica da modernidade e contendo análises críticas de vários autores e suas épocas – desde o Fausto de Goethe, passando pelo ‘Manifesto’ de Marx e Engels, pelos poemas em prosa de Baudelaire e pela ficção de Dostoiévski, até as vanguardas artísticas do século XX. Seu título alude a uma frase do Manifesto Comunista, de Karl Marx e Friedrich Engels.

O modo de pensar apresentado corresponde às trajetórias e aos processos de formação ao qual as autoras deste texto foram expostas e publicizaram. Coerente com a visão de Patrícia Hill Collins (2002), de que a teoria é a prática, uma deve existir para interagir dialeticamente com a outra em vez de se criar dicotomias estereis, a reflexão teórica sobre a realidade tem o objetivo de conhecê-la para transformá-la. Portanto, a perspectiva adotada se caracteriza enquanto práxis, a unidade entre teoria e prática que busca tanto formular novos conhecimentos para a compreensão da história, quanto desencadear a transformação.

A cultura é compreendida é entendida como a soma, dinâmica e dialética, entre os modos através dos quais a mente tenta sobrepor-se às limitações e às contingências da realidade, constitui o instrumento da representação e objetivação de nossa experiência para que possamos lidar com ela, identificando a saturada de preconceitos masculinos, a contaminação de diferentes graus, pela polarização sexual e dualidade cultural.

Nesta direção, os sistemas de papéis sexuais dividem as experiências humanas, os homens e as mulheres formam diferentes metades dessa realidade de exclusão das mulheres de uma metade igualmente importante da cultura: a ciência. A história da cultura reflete a dicotomia sexual na sua própria organização, não apenas a partir da dialética econômica, mas também da dialética sexual mais profunda mediante uma dinâmica horizontal e vertical, fortalecendo o sistema de classificação (FIRESTONE, 1976).

A ciência empírica repercute para a cultura o que o patriarcado foi para a dialética sexual e o que o período burguês é para a dialética marxista. Essa dinâmica cultural constrói modelos de sociabilidade, relacionamentos interpessoais e estruturas de personalidade marcados pela dominação e a violência, que tem sua origem na cultura e nas instituições do *patriarcalismo*.⁶² É essencial não esquecer, porém, tanto do ponto de vista analítico quanto político não somente o en-

⁶² O patriarcado em Weber se refere a um *período anterior* ao advento do Estado, sendo, portanto, adequado falar em patriarcalismo nas sociedades *capitalistas*. Patriarcado — uma forma de organização social na qual as relações são regidas e experimentadas através de dois princípios básicos: (1) o de que todas as mulheres são/estão hierarquicamente subordinadas aos homens (submetidas à autoridade patriarcal) e, (2) o de que os jovens são/estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos (submetidos à autoridade paterna).

raizamento do patriarcalismo na estrutura familiar e na reprodução sociobiológica da espécie contextualizados histórica e culturalmente. Patriarcalismo conforme Castells (1999a) é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as instituições das sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade seja exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura.

Ao adotar esta análise recorreremos ao método analítico de Marx e Engels (1977), mas não às suas opiniões sobre as mulheres — elas não sabiam quase nada sobre a condição das mulheres enquanto classe oprimida, reconhecendo-as somente quando coincidia com a economia. Marx e Engels superaram seus precursores socialistas ao desenvolverem um método de análise ao mesmo tempo dialético e materialista. Ao compreender a História dialeticamente, viram o mundo como um processo, como um fluxo de ação e reação de elementos opostos, porém inseparáveis e interpenetrantes.

Engels (2009) observou que a divisão original do trabalho entre o homem e a mulher estabeleceu-se para fim de reprodução; que dentro da família o homem era o proprietário, a mulher os meios de produção, o filho o trabalhador, e que a reprodução da espécie humana era um sistema econômico importante dentro dos meios de produção.

As mulheres quase nunca têm a chance de ver-se culturalmente, através dos próprios olhos. Os sinais de sua experiência direta, que se encontram em conflito com a cultura (masculina) predominantemente, são negados e reprimidos. Por serem as máximas culturais ditadas pelos homens, mostrando somente o ponto de vista masculino – agora tendo criado uma super barreira – as mulheres são frequentemente impedidas de realizar uma imagem autêntica de sua realidade. O feminismo intensificou nossa sensibilidade em relação às raízes da opressão feminina, ao sexismo que remontam além da história escrita, sedimentou a emancipação da mulher na luta por direitos, no combate à exclusão, ao questionamento do determinismo biológico, do suposto caráter natural das relações sociais entre homens e mulheres, com a denúncia da dominação masculina.

na exercida em uma sociedade fortemente patriarcal tendo entre suas reivindicações o controle das mulheres sobre o próprio corpo, questionando não somente toda a cultura ocidental, como a própria organização da natureza. Seja por meio da igualdade, da diferença ou da separação, o que é negado é a identidade da mulher conforme definida pelos homens e venerada na família patriarcal. A força e a vitalidade do movimento feminista estão na sua diversidade, no seu poder de adaptar-se às culturas e às idades.

O Movimento Feminista e de Mulheres no Brasil é um dos movimentos com melhor performance dentre os movimentos sociais do país, é também um dos mais respeitados do mundo. É referência fundamental em certos temas do interesse das mulheres no plano internacional. As conquistas coletivas do feminismo estão em constante construção, são relacionadas e manifestam-se na prática em discursos, extremamente variados, com diversidade de enfoques, assim como há grupos diversos, com posturas vinculadas à diversidade de abordagens teóricas, posições ideológicas e vertentes, como: o feminismo negro,⁶³ liberal, marxista, radical e interseccional, feminismo do terceiro mundo, feminismo terceiro-mundista ou feminismo pós-colonial.⁶⁴ A preferência atual é, portanto, falar no plural de feminismos tendo em vista a proposta de desconstrução dos papéis sociais e binários entre sexos e gêneros que alimentam o patriarcado.

Nesse sentido, discutir as teorias feministas é algo muito difícil, pois demanda um vasto conhecimento dos percursos teóricos que o campo vem passando há pelo menos quarenta anos empreendidos pelo movimento feminista. Os estudos de gênero nascem no bojo dos estudos feministas e apontam para esse caráter social das diferenças entre mulheres e homens, provocando discussões e avanços *desestabilizadores das tradições de pensamento*, abrindo espaço analítico para se questionar as próprias categorias de homem e de masculino, bem como de mulher e de feminino, que passaram a ser fruto de intenso

⁶³ Movimentos de mulheres negras; Movimentos de mulheres indígenas; Movimentos de mulheres lésbicas, transexuais, travestis e transgêneros; Movimentos de mulheres trabalhadoras urbanas; Movimentos de mulheres rurais, camponesas, de comunidades tradicionais; Movimentos de mulheres jovens, entre outros.

⁶⁴ Feminismo pós-colonial compreende-se como um subconjunto do feminismo que se desenvolveu como uma resposta ao fato de que o feminismo parecia concentrar-se exclusivamente sobre as experiências de mulheres em culturas ocidentais.

processo de desconstrução. Entre as desestabilizações mais relevantes, está a desconstrução de binarismos estéreos que facultam lugares fixos e naturalizados para os gêneros, o questionamento de toda sorte de fundamentações das desigualdades econômicas, políticas, sociais, culturais, biológicas, históricas, demográficas, psicológicas. (PISCITELLI, 2002).

Para Joan Scott (1990, p. 5) o gênero é “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Estas diferenças se fundam em símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas e mitos. Além disso, “os conceitos normativos [...] [evidenciam] as interpretações do sentido dos símbolos, que se esforçam para limitar e conter suas possibilidades metafóricas” (SCOTT, 1990, p. 5), expressos em doutrinas religiosas, educativas, políticas ou jurídicas e que opõem de maneira binária e inequívoca as concepções de masculino e feminino. O gênero também tem um aspecto de identidade subjetiva, ao qual a psicanálise oferece uma teoria interessante de análise, ainda que a autora se diga cética com a sua pretensão universal. O gênero ‘mulher’ está sujeito às relações desiguais de distribuição econômica e política.

Scott propõe um uso do gênero muito mais abrangente, incluindo o homem e a mulher em suas múltiplas conexões, suas hierarquias, precedências e relações de poder. A autora discute três posições teóricas sobre os estudos de gênero. A primeira, uma tentativa feminista de entender as origens do patriarcado; a segunda se situa numa tradição marxista e busca um compromisso com a crítica feminista; e a terceira se divide entre o pós-estruturalismo francês e as teorias de relação do objeto, inspira-se em diversas escolas da psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito. A partir do gênero pode-se perceber a organização concreta e simbólica da vida social e as conexões de poder nas relações entre os sexos; o seu estudo é um meio de decodificar e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana.

ESTUDOS FEMINISTAS, CAMPO ACADÊMICO E LUTAS SOCIAIS

O reconhecimento da equidade entre homens e mulheres impôs um desafio a sua concretização em todas as esferas da sociedade. No Brasil a igualdade entre homens e mulheres foi reconhecida através da Constituição Federal de 1988, e se constitui como um marco histórico na luta das mulheres brasileiras, entre outros feitos, destituiu o pátrio poder. A potência do movimento feminista é observada nos encaminhamentos da Constituição de 1988, que contemplou cerca de 80 % das suas propostas, mudando radicalmente o status jurídico das mulheres no Brasil. De acordo com o artigo 5.º da Constituição Federal:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I – Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988).

A desigualdade de gênero ainda é uma realidade no país, responsável pelos grandes números de feminicídios, estupros, abusos, assédios, violências, que são historicamente justificadas e aceitas com naturalidade por uma parcela da população; tornou-se, assim, um grande desafio e um grave problema social que inviabiliza o cumprimento efetivo dos direitos humanos. Nos últimos anos, a luta pela equidade de gênero tem ganhado destaque no Brasil, através da visibilidade que as feministas, a mídia e o poder público têm dado às opressões de gênero. Desde então, percebe-se grandes esforços de vários setores da sociedade em buscar a equidade, mediante acordos, tratados, conferências, convenções, legislações criadas com essa finalidade. Em reconhecimento à situação perene de opressão e discriminação vivida pelas mulheres em todo o mundo nos últimos quarenta e dois anos, a Organização das Nações Unidas (ONU) convocou Conferências específicas com o intuito de analisar as distin-

tas situações de subalternização, visando, sobretudo, buscar formas mais concretas de enfrentá-las.⁶⁵

Conforme Oliveira (1995) o Século XXI começou em Pequim. Na IV Conferência Mundial das Mulheres em Beijing, foi designado pela primeira vez o “*gender mainstreaming*” — ou a *transversalidade de gênero*, linguagem adotada na documentação produzida desde então e garantia, basicamente, a incorporação da melhoria do *status* das mulheres em todas as dimensões da sociedade — econômica, política, cultural e social, com repercussões nas esferas jurídicas e administrativas, incidindo em aspectos como a remuneração, a segurança social, a educação, a partilha de responsabilidades profissionais e familiares e a paridade nos processos de decisão. Essas questões nos remetem claramente ao entendimento das *chamadas ondas do feminismo*, para mapear a história do movimento, gerações dos projetos feministas, seus “efeitos” societários importantes, resistências políticas igualmente significativas, enfim, a intensidade variável da atividade feminista em diferentes períodos de tempo, com influência marcante no Feminismo acadêmico.

A “Primeira Onda” do feminismo — é *igualitária, luta pelo direito político (o sufrágio feminino), pelo acesso à educação e à saúde*; de uma forma geral, pode-se dizer que o objetivo do feminismo é uma sociedade sem hierarquia de gênero: o gênero não utilizado para conceder privilégios ou legitimar opressão. A segunda onda do feminismo tem como marco a publicação do livro, *O segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, em 1949 que se torna o alicerce para o feminismo constituído na década de 1960. Ela mostra o caminho da liberdade feminina, desnaturaliza o ser mulher, ao dizer que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1967, p. 9). Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade.

A filósofa francesa distingue a construção do “gênero” do “sexo dado”, denuncia que o gênero “mulher” está sujeito às relações desiguais de distribuição econômica e política; mostra que não é possível atribuir às mulheres certos valores e comportamentos sociais como

⁶⁵ I Conferência Mundial Sobre a Mulher, 1975 na Cidade do México (México); II Conferência Mundial Sobre a Mulher, 1980 em Copenhague (Dinamarca); III Conferência Mundial Sobre a Mulher, 1985, em Nairóbi (Quênia), e, finalmente a IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, 1995, em Pequim/Beijing (China).

biologicamente determinados. A divisão sexo/gênero funcionaria como uma espécie de base que funda a política feminista partindo da ideia de que o sexo é natural e o gênero é socialmente construído e imposto, assumindo assim um aspecto de opressão. Também se destaca como aporte para as feministas da época o consagrado livro *A mística feminina*, de Betty Friedan (1971) que foi como um detonador de um novo processo de conscientização feminista, ao discutir a crise de identidade feminina, criar uma identidade coletiva capaz de gerar um movimento social libertador, analisando minuciosamente a construção da imagem da mulher como dona de casa perfeita, mãe e esposa. Tornou-se um dos principais desencadeadores da chamada segunda onda feminista que varreu o Ocidente (GARCIA, 2011, p. 84).

É certo e já estabelecido que gênero, como um conceito, surgiu em meados dos anos 1970, está assegurado por constantes ressignificações que transversalizam sua dinâmica relacional, variável e conflitante. Se disseminou instantaneamente nas ciências a partir dos anos 1980, com o intuito de distinguir e separar o sexo – categoria analítica marcada pela biologia e por uma abordagem essencializante da natureza ancorada no biológico – do gênero, dimensão esta que enfatiza traços de construção histórica, social e sobretudo política que implicaria análise relacional.

Temos, ao menos, três fontes para a origem do conceito de gênero: *fonte 1* — para o feminismo, os primórdios da definição de gênero (ainda sem tal denominação) foi a contribuição inaugural de Simone de Beauvoir que escreve, em 1948, na obra *O Segundo Sexo*: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”; *fonte 2* — não feminista, para o conceito de gênero se situa nos trabalhos a respeito da identidade de gênero, desenvolvidos pelo psiquiatra Robert Stoller (1968) e pela clínica da Universidade de Johns Hopkins através do psicólogo John Money (1952); *fonte 3* — para as Ciências Sociais, de um modo mais ampliado, o conceito de gênero foi demarcado pelo pensamento feminista nos anos 1970/1980 (se refere à construção social do sexo anatômico). Foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, mas que a maneira de ser homem e de ser mulher é instituída pela cultura. Assim, o conceito de gênero contribui para pensarmos as relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres.

A “Segunda Onda”, caracterizada como diferencialista, na ênfase no conceito de gênero, nas diferenças entre as próprias mulheres (lésbicas, negras, pobres, trabalhadoras etc.), luta contra a ditadura militar. Para recuperar a sua diferença, como uma alteridade autônoma, “a mulher” ou as “mulheres” (termo usado ora no singular, ora no plural), o lema “o pessoal é político” foi adotado para que as mulheres se “livrem da própria culpa”, tentem enfrentar as situações da vida por meio de uma “terapia política” que possibilite a todas pensarem por si mesmas. Além de lutar pela valorização do trabalho da mulher, o direito ao prazer, contra a violência sexual, também lutou no momento de crise da democracia contra a ditadura militar. Destaca-se aqui uma fase em que problemas culturais e políticos se mesclam, devendo as mulheres encorajarem-se para combater as estruturas sexistas do poder.

A “Terceira Onda” remonta à década de 1990, caracteriza-se pelo feminismo “difuso”, “especializado”, a onguização, início da institucionalização, e é constituída, de fato, por uma multiplicidade de feminismos que não visam à hegemonia de uma tese sobre a outra. Nesse complexo processo teórico, Judith Butler (2012) oferece importante contribuição com o livro *Problemas de gênero*, no qual pode-se dizer que é um dos grandes marcos teóricos dessa terceira onda, com a crítica radical ao conceito de mulheres como sujeito do feminismo, sua base fundacional dualista, ao modelo binário, empreendendo uma tentativa de desnaturalizar o gênero. Butler, uma das pioneiras da teoria *queer*, abriu caminho para uma participação mais destacada de outras categorias além de mulheres no feminismo, deu origem a novas ramificações do movimento, como o transfeminismo. Ela defende que o gênero é fluido, não estável, não binário, performativo e criado pela repetição de atos, que dão a ilusão de uma identidade natural. O *sexo/sexualidade* como o gênero também é considerado como um produto social construído, em uma correspondência específica a da heteronormatividade, pautada na finalidade reprodutiva da sexualidade. A discussão sobre sexualidade permeia o movimento feminista contemporâneo (o que antes era patriarcado agora é heteropatriarcado), a questão de gênero, de desejo, de sexualidade, papéis atribuídos a homens e mulheres é agora uma questão de identidades sexuais. O corpo é pensado com infinita possibilidade de transfor-

mação social (dispositivos e tecnologias corpóreas, tais como *piercing*, silicone, tatuagem, travestimento, entram em jogo para questionar a ordem binária que exclui os corpos abjetos).

A “Quarta Onda” nasce em 2015, observando-se o reforço na institucionalização estatal (parlamento e executivo, principalmente), na transversalização de gênero, interseccionalidade entre movimentos e marcadores de diferenças, solidariedade movimentalista e moldura transnacional. Nessa direção, vale ressaltar a contribuição teórica importante do feminismo negro com a ênfase na interseccionalidade, conceito concebido por Crenshaw (2002)⁶⁶ como um método para se compreender a maneira como múltiplos eixos de subordinação se articulavam, faz referência às formas como diferentes marcadores sociais – de gênero, raça, classe, sexualidade, entre outros – operam e interagem entre si nos indivíduos, contribuindo para que tenham experiências múltiplas, muitas vezes marcadas pela limitação de acesso a direitos e oportunidades na vida em sociedade.

Com a grande visibilidade das demandas das mulheres na sociedade, cada vez mais se ouve falar em “novo feminismo” ou “quarta onda do feminismo”, propõe a desconstrução das teorias feministas, das representações que pensam a categoria de gênero de modo binário, ou seja, masculino/feminino. Mostram que o discurso universal é excludente, as mulheres são oprimidas de modos diferentes, tornando-se necessário discutir gênero com recorte de classe e raça, entre outros, considerando as especificidades de cada uma. Desde a década de 1980, o movimento feminista tem se aproximado de causas sociais vinculadas a outros grupos e minorias, relacionando-se com movimentos pelos direitos dos gays, dos negros e de outras minorias, isto porque ainda existe uma lacuna na produção do conhecimento em relação a estes assuntos. Neste aspecto, a “quarta onda” é marcada pela *popularização, democratização e massificação do feminismo*, com uma nova leva de feministas conectadas às redes sociais: um novo modelo de organização de nossa sociedade que compõe formas de

⁶⁶ Ainda que o conceito tenha sido mobilizado para pensar principalmente as categorias gênero e raça – outras poderiam ser acrescentadas, uma vez que vivemos em um mundo cujas estruturas sociais são marcadas, por exemplo, pela divisão de classes sociais e pela presença da homofobia e do capacitismo. O conceito de interseccionalidade, que nasceu no final da década de 1980, tem sido popularizado nos últimos anos no Brasil pelas múltiplas vozes do feminismo negro. Kimberlé Crenshaw (2002) foi a primeira intelectual a sistematizar a ideia de interseccionalidade.

interação econômica, política e cultural. Em um sentido dinâmico e processual, as redes, perpassadas pelas tecnologias da informação e comunicação, possibilitam interações espontâneas a partir de necessidades e problemáticas comuns em um sistema de relações sociais, o que oportuniza uma ampla vinculação de pessoas (CASTELLS, 1999b).

A diversidade de manifestações vem ocorrendo em rede, levantando a questão de estarmos diante de um novo feminismo, em que o ciberativismo teria um papel fundamental, alterando as formas de mobilização social de várias maneiras no que diz respeito à “ação coletiva de movimentos alterglobalização” (GOHN, 2014, p. 19). Além de alterar a forma de articulação dos movimentos sociais e de protestos individuais ou mesmo coletivos, a *internet* permite dominar códigos das novas tecnologias e participar das redes sociais passou a fazer parte do perfil dos ativistas organizados, mobilizados e interconectados pelas redes sociais e mídias digitais. Na ação coletiva, novos significados são criados, vai se construindo uma identidade coletiva (estruturada por um processo de trocas, negociações, decisões, conflitos entre os atores), um conceito utilizado para apreender significados, emoções e interações presentes na ação coletiva e na constituição de movimentos sociais.

Uma nova forma de protesto feminista emergiu pelo globo através de práticas de ativismo e organização on-line com nome e lógicas bastante específicas e diferentes entre si, como a Marcha das Vadias,⁶⁷ um movimento que surgiu a partir de um protesto realizado no dia 3 de abril de 2011 em Toronto, no Canadá, e desde então se internacionalizou, sendo realizado em diversas partes do mundo. É organizada contra o machismo, a crença de que as mulheres que são vítimas de estupro teriam provocado a violência por seu comportamento.

A primeira Marcha das Vadias no Brasil aconteceu na cidade de São Paulo, no dia 4 de junho de 2011, com a participação de mais de seis mil pessoas. Durante a marcha, as mulheres usam não só roupas cotidianas, mas também roupas consideradas provocantes, como

⁶⁷ A Marcha das Vadias (*SlutWalk*) originou-se como resposta ao pronunciamento do policial canadense Michael Sanguinetti que, falando para um pequeno grupo de estudantes da Universidade de York em um fórum sobre segurança pessoal, declarou a seguinte frase: “As mulheres devem evitar se vestirem como vadias a fim de que não sejam vitimadas [por estupros]”. (CARR, 2013).

blusinhas transparentes, lingerie, saias, salto alto ou apenas o sutiã (SCHMITT, 2012). Ao invés de ficarem na defensiva sobre expressar sua sexualidade, as *SlutWalkers* trabalham na ofensiva, usando o palco das ruas para desconstruir opressões e ganhando mais atenção da mídia do que marchas tradicionais pelo os direitos das mulheres (CARR, 2013).

Como exemplificação da relação entre as novas expressões dos movimentos feministas e as redes sociais, potencializando a capacidade de mobilização nas redes e nas ruas, registramos aqui as três páginas virtuais da Marcha das Vadias com maiores seguidoras/es, considerando a experiência da particularidade brasileira. A página com maior alcance, *Marcha das Vadias Sampa*,⁶⁸ constatada no Facebook, possui 19.206 pessoas seguindo e 19.093 pessoas curtindo. Na descrição, a Marcha das Vadias de São Paulo, assim como as Marchas das Vadias no mundo, marcha para que a sociedade entenda que as mulheres não são responsáveis pela violência que sofrem: a sobrevivente nunca é culpada, culpado é o agressor.

A página *Marcha das Vadias de Brasília*⁶⁹ tem 14.552 seguidores e 14.559 pessoas curtem no Facebook. Na descrição consta que a Marcha das Vadias do Distrito Federal aconteceu pela primeira vez no dia 18 de junho de 2011 com cerca de dois mil participantes: mulheres, homens e crianças se manifestaram, se empenharam, se indignaram e gritaram por um mundo sem machismo. A segunda edição da Marcha contou com cerca de cinco mil participantes, e na linha de crescimento da adesão, a terceira, em 2013, teve aproximadamente oito mil pessoas marchando mais uma vez pela não violência contra as mulheres.

Também no Facebook a página “Marcha das Vadias Curitiba”⁷⁰ totaliza 10.210 pessoas que estão seguindo e 10.209 pessoas que curtiram. Em sua descrição, a Marcha existe em resposta à culpabilização da mulher em casos de violências. No ano de 2011, foi realizada, em Curitiba, a primeira Marcha das Vadias, buscando refletir sobre a culpabilização da mulher em casos de agressão sexual. Mobilizaram

⁶⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/MarchaDasVadiasSP/>. Acesso em: 9 jun. 2021.

⁶⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/marchadasvadiasdf/>. Acesso em: 9 jun. 2021.

⁷⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/marchadasvadiaswb/>. Acesso em: 9 jun. 2021.

virtualmente quase trinta mil pessoas em torno da discussão sobre a cultura de agressão sexual e levaram mais de mil pessoas às ruas do Centro de Curitiba para reivindicar a autonomia no uso do próprio corpo e debater a violência que assola a vida das mulheres da cidade.

A Marcha das Margaridas é outra forma de mobilização das mulheres nas ruas, inspirada na líder campestre sindical paraibana Margarida Alves, assassinada na porta de casa, em 1983, por um matador de aluguel. Busca melhoria nas condições de vida das mulheres no campo para reduzir os números de êxodo rural, eliminar o subemprego urbano, além do casamento como única alternativa possível à perspectiva das mulheres rurais. É a principal representante da resistência feminina no campo e por isso passou a integrar o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e o movimento feminista brasileiro, manifestação realizada desde 2000.

No mapeamento das redes sociais, conhecemos as três páginas que apresentaram maior alcance. No Facebook, a página Marcha das Margaridas:⁷¹ 18.228 pessoas seguindo e 16.813 pessoas curtindo. Na descrição, a Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta para conquistar visibilidade, reconhecimento social e político e cidadania plena. A sua luta consolida-se contra a fome, a pobreza e a violência sexista. O lema da agenda política reivindica desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade; as mulheres trabalhadoras rurais ocupam as ruas, em movimento, para protestar contra as desigualdades sociais, denunciar todas as formas de violência, exploração e dominação, e avançar na construção da igualdade entre homens e mulheres.

A página Marcha das Margaridas,⁷² no Instagram, possui 6.568 seguidores. Na descrição, identificamos que é a maior ação de mulheres do campo, da floresta e das águas da América Latina e ocorre a cada quatro anos, em Brasília (DF). No Twitter, a página Marcha das Margaridas⁷³ conta com 935 seguidores, mas se encontra desatualizada desde 2012. Em sua descrição, faz o chamado para o apoio à Marcha das Margaridas e à divulgação da luta das trabalhadoras

⁷¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/Marchadasmargaridas>. Acesso em: 9 jun. 2021.

⁷² Disponível em: <https://www.instagram.com/marchamargaridas/?hl=pt-br>. Acesso em: 9 jun. 2021.

⁷³ Disponível em: <https://twitter.com/MarchaMargarida>. Acesso em: 9 jun. 2021.

rurais por sustentabilidade, biodiversidade, justiça, igualdade, autonomia, respeito.

A Marcha das Mulheres Negras – luta pelo Bem-Viver, contra o genocídio do povo preto, dos povos indígenas, de LGBTQIA+ e contra todas as formas de opressão. No dia 18 de novembro de 2015, na sua primeira edição, mais de cinquenta mil mulheres negras das cinco regiões do Brasil marcharam contra o racismo, a violência e pelo bem viver, em Brasília (DF). Na realidade, ela só cumpre verdadeiramente seu papel quando sua construção consegue superar a segmentação por vertentes, entidades e grupos tão comuns no movimento social (negro, de mulheres, etc.).

Navegando pelas redes sociais, acessamos as três páginas da Marcha das Mulheres Negras com maior alcance. No Facebook, a página Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, Violência e pelo Bem-Viver⁷⁴ possui 24.270 seguidores e 23.869 curtidas. Na descrição, consta que se trata de uma iniciativa de articular as mulheres negras brasileiras, organizações de mulheres negras, assim como outras organizações do Movine (Movimento Negro) e de todo o tipo de organização que apoie a equidade sociorracial e de gênero.

A página Marcha das Mulheres Negras de São Paulo⁷⁵ tem 8.434 seguidores e 7.554 curtidas no Facebook, com eventos marcados pela rede social somente do meio de 2019 até os dias atuais. O objetivo dessa página é dar visibilidade às articulações do Estado de São Paulo durante a construção da Marcha das Mulheres Negras. No Instagram, a página *Marcha das Mulheres Negras SP*⁷⁶ contabiliza 4.424 seguidores, com a sua primeira publicação em setembro de 2019. Em sua descrição, conclamava para acompanhar a marcha das mulheres negras de São Paulo 2020.

A interconexão feminista disseminada pela internet, principalmente pela adesão maciça ao recurso das redes sociais como potência para as manifestações e as lutas sociais, resultou na insurgência da Primavera Feminista em 2015, visto que a articulação e a mobilização on-line foram tão surpreendentes e em uma diversidade

⁷⁴ Disponível em: https://www.facebook.com/Marchamnegra/?ref=page_internal. Acesso em: 9 jun. 2021.

⁷⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/mmnegrasSP>. Acesso em: 9 jun. 2021.

⁷⁶ Disponível em: <https://www.instagram.com/marchadasmulheresnegrassp/>. Acesso em: 9 jun. 2021.

de frentes e pautas que a mídia batizou o ano de 2015 como a Primavera das Mulheres, fazendo alusão à Primavera Árabe. Cabe pontuar o alcance da mobilização por meio da *hashtag* #primeiroassedio que atingiu, em 2015, mais de onze milhões de buscas, segundo os dados do Google Trends. Verificou-se crescimento em 40 % (relacionado ao ano de 2014) do número de denúncias de violência contra a mulher por meio do disque-denúncia da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Constatou-se, nesse período, aumento das buscas no Google usando os termos feminismo (86,7 %) e empoderamento feminino (354,5 %) (NATANSOHN; REIS, 2017).

No Brasil, a Primavera Feminista teve origem no Rio de Janeiro, por meio de convocações para organizar ações feministas, por um processo de ameaça às conquistas [das mulheres]. Luta contra muitas proposições em andamento no Congresso, sobretudo aos direitos sexuais reprodutivos das mulheres, ao direito de decidir pela sua própria vida, pelo seu próprio corpo. Em 2015, através de campanhas e de manifestações, dentre elas, os protestos contra o PL 5069-2013 e em rechaço às ações do seu autor, o deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que ocorreram em diversas cidades do país — em muitas mais de uma vez, e chamaram a atenção para os temas da violência contra as mulheres e da legalização do aborto.

As marchas, manifestações, ocupações já realizadas são articuladas via redes sociais, internet e celulares; são compostas por manifestantes que não têm necessariamente uma ideologia política (a adesão é a uma causa, ou mais de uma, e não à ideologia de um grupo) e não pertencem a um grupo específico (político ou não) e por isso não tem ligação política partidária (mesmo que entre seus manifestantes haja pessoas ligadas a algum grupo político); as manifestações ocorrem à margem não apenas de partidos mas também de sindicatos; os protestos têm grande visibilidade na mídia em função do grande número de contingente que consegue agrupar; a Democracia é um dos eixos articuladores das marchas, em seu sentido e exercício pleno; são espaços de aprendizagem que se produzem a partir de uma vivência e experiência, no sentido de uma educação não formal; contribuem para a construção de uma nova cultura política (GOHN, 2014).

As redes sociais que muitas vezes funcionam como local de assédio e discriminação, também são usadas justamente para denunciar estes atos. Fortaleceram-se em 2015 e início de 2016 discussões em torno da campanha #PrimeiroAssédio feita pelo portal *Think Olga*, com muitas mulheres de silêncios guardados há muito tempo, e a popularização de *youtubers* feministas como Jout Jout e o Canal das Bee. Houve também a organização do que pode ser o primeiro partido feminista do Brasil, a PartidA. E o jornalismo independente começa a adotar o recorte de gênero para ver o mundo, com o nascimento (ou fortalecimento) de páginas e portais como Geledés, Revista AzMina, Revista Capitolina, entre outras publicações.

No mundo *off-line*, coletivos de mulheres jovens se organizaram com mais força nas periferias — e usam *a internet para ganhar voz no funk, no hip hop ou em sites e blogs*. Outra *hashtag* de grande impacto foi a #MeuAmigoSecreto, que faz alusão ao tradicional costume de troca de presentes no fim do ano. Criada pela página Não Me Kahlo, a campanha estimulou a divulgação de casos de machismo vivenciados pelas internautas em seu círculo íntimo. O movimento fez surgir denúncias de crimes como estupro, pedofilia e violência contra a mulher. Ainda em novembro, mais uma *hashtag* ocupou as redes sociais com a ação #AgoraÉQueSãoElas, dedicada a discutir a igualdade de gêneros. Durante uma semana, espaços ocupados por homens em diversos veículos de comunicação foram cedidos a mulheres. O revolucionário *MeToo* tenta mudar a política, abraça a ecologia e rejeita o capitalismo em sua versão mais dura.

Se o objetivo do feminismo é a luta por uma sociedade sem hierarquia e opressão de gênero, é preciso considerar outras *opressões como racismo, lesbofobia, transmisoginia*. O transfeminismo,⁷⁷ algumas raras vezes chamado de feminismo transgênero, prolifera pela internet, anunciando-se em blogs e se confraterniza em redes sociais, e pode ser definido como uma linha de pensamento e de prática fe-

⁷⁷ Linha de pensamento e movimento de cunho feminista que reconhece o direito à autodeterminação das identidades de gênero das pessoas transgênero e cisgênero, o poder exclusivo dos indivíduos sobre os seus próprios corpos e a interseção entre as variadas identificações dos sujeitos. Por meio do pensamento transfeminista se entende que o gênero é uma categoria distinta da de sexo, e mais importante do que esta para se compreender os corpos e as relações sociais entre homens e mulheres. A prática do transfeminismo com relação às mulheres, em particular, corresponde à constatação de que a liberação das mulheres trans está intrinsecamente ligada à liberação de todas as mulheres.

minista que rediscute a subordinação morfológica do gênero (como construção psicossocial), pessoas transgênero. As (trans)formações do movimento LGBT e também dos feminismos trazem consigo sua expansão. Ainda parece evidente a necessidade de que mulheres indígenas, negras, trabalhadoras sexuais, trabalhadoras rurais, trabalhadoras domésticas, travestis, trans, enfim, sobretudo, pessoas de lida precária possam agenciar processos nos movimentos sociais.

Fala-se também de um ecofeminismo, uma vertente do movimento feminista com uma grande variedade de pensamentos e práticas militantes que conecta a luta pela igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres com a defesa do meio ambiente por um mundo mais sustentável. Devido a uma combinação de fatores socioeconômicos, culturais e biológicos, as mulheres muitas vezes são mais afetadas pela devastação do meio ambiente do que os homens. (SILLIPRANDI, 2000). Do ponto de vista da ideologia cultural e das estruturas sociais são introduzidas novas formas de pensar, alicerçadas em um 'eco justiça', da opressão das mulheres e a destruição da natureza, duas facetas indissociáveis de um modelo de civilização que deve ser ultrapassado: esta é a perspectiva central do ecofeminismo. No terceiro milênio, a quarta onda do feminismo que estamos vivendo ligada a todas as suas correntes nos convoca a *sororidade* (*união entre mulheres que se reconhecem irmãs formando um grupo político e ético na luta pelo feminismo contemporâneo*). É por meio dessa rede de solidariedade que temos a possibilidade de criar um novo modelo social de vida, harmonia e paz para toda a humanidade, concebendo as outras como iguais e respeitando que somos diversas e diferentes.

Não devemos esquecer que nas redes sociais também florescem os movimentos antifeministas, reveladores de como um retrocesso no processo de modernização da sociedade, e expressão de fisionomia da tradição, ou expressão de preconceito, relacionada à problemática do "lugar" da mulher como parte de grupos socialmente discriminados na sociedade brasileira. Tais movimentos procuram restringir os direitos das mulheres, como é o caso das militantes contra o aborto ou contra a prostituição, são movimentos antifeministas porque não respeitam a vontade das mulheres, procuram cercear seus direitos e sua liberdade de escolher o que é melhor para suas vidas. (FERREIRA; CRUZ, 2021). Embora tratando-se de direito fun-

damental, a liberdade de expressão os movimentos antifeministas, constituem uma ferramenta disseminadora de e agressões sistemáticas e violência contra a mulher, focadas na opressão e supressão do gênero feminino, ultrapassando a tênue divisa do exercício de direito próprio diante da violação de direito de terceiro.

A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NO CAMPO ACADÊMICO

A “temática” de gênero e feminista e a delimitação teórico-conceitual desses estudos vem sendo incorporada na reflexão acadêmica no Brasil como um conceito, ferramenta ou construto analítico, como um campo novo nas Ciências Humanas e Sociais e mesmo como um novo campo epistêmico no desenvolvimento desses estudos. A representação das mulheres no campo acadêmico é uma das mais importantes no que diz respeito à formação com relação à garantia de direitos para as mulheres e é justamente por isso que é necessário rever e questionar quem são esses sujeitos que o feminismo estaria representando. O avanço da produção em torno dos estudos sobre as mulheres conduziu à constatação de que “o problema não estava na mulher”, estabelecendo parâmetros para a percepção da dimensão relacional que produz e reproduz, socialmente, as diferenças e as desigualdades entre os sexos, base para a adoção da categoria analítica de gênero.

Certas temáticas, entre elas gênero, conforme Maués (2007, p. 65) estavam fadadas a “uma espécie de guetização”, reservada a pequeno número de pesquisadores, cuja formação na pós-graduação fora concebida em experiência externa ao território nacional. O aumento gradativo do número de pesquisadores no Brasil adveio da combinação das competências adquiridas e dos investimentos do Estado, o que fez com que a pesquisa então se configurasse como atividade vital da academia e houvesse a emersão de grupos de pesquisa que investigavam novos ramos do saber. Mas, entre a institucionalização da pós-graduação no Brasil e o surgimento dos primeiros grupos de pesquisa em gênero, existiu um intervalo relevante.

Enquanto instrumento de construção teórico-analítica, nos dias atuais, observa-se que o gênero já se encontra, em situação

bastante privilegiada nas discussões acadêmicas (mas não apenas nelas), e suficientemente reconhecida e destacada em todas as Ciências, influenciando de forma profunda e transversal inúmeras outras áreas disciplinares desde as chamadas Ciências Exatas até as Humanas. Costa, Barroso e Sarti (1985) nos dizem que, antes dos anos 1970, as pesquisas sobre mulher e gênero encontravam-se em um limbo, destoantes das óticas das disciplinas então ministradas nas Universidades.

Os estudos de gênero como um campo legitimado de saber científico vem possibilitando que os atrizes/atores sociais inseridos em determinados campos sociais, de posse das grandezas de certos capitais (cultural, social, econômico, político, artístico, esportivo etc.) e do *habitus*, estructurem seu posicionamento, sua marca específica nessa espacialidade e, em última instância, na luta social (BOURDIEU, 2004; 2013). Na perspectiva bourdieusiana é necessário que o ator social possa ocupar espaço e conheça as regras do jogo. O próprio funcionamento do campo científico produz e supõe uma forma específica de interesse (as práticas científicas não aparecendo como “desinteressadas” senão quando referidas a interesses diferentes, produzidos e exigidos por outros campos). Todas as práticas estão orientadas para a aquisição de autoridade científica (prestígio, reconhecimento, celebridade etc.), o que chamamos comumente de “interesse” por uma atividade científica (uma disciplina, um setor dessa disciplina, um método etc.).

Discutir gênero não significa abordar necessariamente todas as dimensões ou eixos de análise. A partir da reivindicação das mulheres o debate se amplia para a questão da sexualidade, no qual se pauta a não existência de algo “natural”. Também se evidencia que a sociedade constrói seu discurso sobre sexo e sexualidade — a forma das pessoas serem e se relacionarem —, a maneira como se expressam os afetos, relações afetivas, a dimensão do amor e do prazer. E, claro, não há só uma maneira de vivenciar-los. Falar de gênero não significa que estamos falando necessariamente de sexualidade. A diferença de papéis entre homens e mulheres pode ser exemplificada na divisão sexual do trabalho, no caráter social das diferenças. A divisão sexual do trabalho é a forma que decorre das relações sociais entre os sexos, é entendida como base das assimetrias e hierarquias

nela contidas, e que se expressam nas carreiras, nas qualificações e nos salários entre os sexos, sendo a base estruturante da exploração e da opressão da mulher. Trata-se de uma relação modulada histórica e socialmente, e tem como característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social agregado (HIRATA; KERGOAT, 2007).

NÚCLEOS DE PESQUISA NA ACADEMIA

As diferenças entre o masculino e feminino são instrumentalizadas para controlar e cercear as possibilidades de quem se enquadra em cada grupo. As Universidades brasileiras estão entre as dez do mundo com mais mulheres na pesquisa. As mulheres são maioria no Ensino Superior (71,3 %), segundo a pesquisa do Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de São Paulo (USP) a partir de dados da Academia Brasileira de Ciências (ABC). Na área de “Engenharia, Ciências Exatas e da Terra”, apenas 20,08 % das bolsistas são mulheres. Nas outras áreas, a diferença é menos significativa. A pesquisa mostra que a desigualdade de gênero afeta o campo educacional, com homens tendo melhor desempenho na área de Ciências e Matemática. As mulheres frequentemente enfrentam dificuldades adicionais no ambiente acadêmico altamente competitivo, no qual a agressividade masculina é interpretada positivamente como assertividade e a assertividade feminina é julgada negativamente como autoritarismo. Pode parecer que os resultados negativos da desigualdade de gênero afetam somente às mulheres, mas eles prejudicam o conjunto da sociedade, cerceiam a liberdade de homens que desejem seguir em caminhos profissionais ou comportamentos que são classificados como femininos e impedem que mulheres ofereçam e desenvolvam seu potencial em diversas áreas do conhecimento e liderança que são classificadas como masculinas.

Não há dúvida de que apesar dos números ainda insatisfatórios, é fato que no Brasil as mulheres se tornaram mais visíveis no campo da Ciência e da Tecnologia, nos quadros docente e discente com o aumento de matrículas em cursos universitários, inclusive no campo das Ciências Exatas e da Natureza. Mas em nível de pós-graduação e

nos escalões mais altos da administração universitária, as proporções continuam a ser altamente desvantajosas para as mulheres. Tudo isso ocorre sem que a comunidade científica admita reconhecer as diferenças de gênero nas práticas de pesquisa. (CRUZ, 2012).

Conforme o IBGE (2018), as mulheres brasileiras ganhavam em média 24 % menos que os homens e eram mais afetadas pelo desemprego (13,4 %) do que os homens (10,5 %). A maternidade é um dos principais motivos de discriminação, demissão das mulheres por motivo da licença-maternidade até dois anos após tirarem a licença. No Brasil 503 mulheres são vítimas de violência a cada hora. De acordo com o Mapa Mulheres na Política 2019, relatório da ONU, o Brasil ocupa a 134.^a posição entre 193 países no *ranking* de representação feminina no Parlamento. Um primeiro conjunto de fatores explicativos envolve a socialização de gênero, que conforma as escolhas profissionais e delimita os horizontes de possibilidade de homens e mulheres, atendendo a diferentes expectativas sociais e familiares. Sabe-se que, desde a retomada do projeto feminista, em meados dos anos 1960, cresce, por toda a parte e com destacado vigor, o interesse em estudos e pesquisas sobre mulheres e relações de gênero, dando margem ao surgimento de um campo de reflexão específico que atravessa diferentes Ciências e tradições disciplinares. Enquanto categoria de análise teria a vantagem de propor uma transformação dos paradigmas do conhecimento tradicional, não apenas acrescentando novos temas, mas também impondo um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente. (MATOS, 2008).

Não devemos esquecer, que durante séculos, as mulheres estiveram excluídas da possibilidade de fazer Ciência e de contribuir para a produção de conhecimento científico e/ou filosófico. As religiões, e depois as próprias organizações científicas, se incumbiram da opressão feminina (SCHOTT, 1996). Após consolidarem arenas consistentes de debate científico, realizado toda sorte de inflexões em vários campos disciplinares, partindo das críticas aos vieses androcêntricos encontrados nesses campos, questionando fortemente a crítica consistente ao “fetichismo da objetividade”, que a partir da década de 1980 no Brasil surgiram vários núcleos de pesquisa sobre a mulher e relações de gênero nas Universidades brasileiras, se constituindo em espaços privilegiados para a necessária permuta de in-

formações e o aprofundamento de questões teórico-metodológicas (COSTA; SARDENBEREG, 1994).

Merece destaque na região Nordeste a contribuição do Núcleo de Estudos Disciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero (NEIM), constituindo-se, desde o início, como grupo que congregou pesquisadoras para a criação de uma rede de estudos, agregando diferentes Núcleos e pesquisadoras/es do Norte e Nordeste. Desse primeiro encontro, em 1991, nasceu a Rede Feminista Norte Nordeste de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR). Em sua trajetória a REDOR já realizou vinte encontros geralmente bianuais, desde sua criação, reunindo pesquisadoras/es que oportunizam a socialização e divulgação de suas pesquisas, inclusive com inúmeras publicações. Os núcleos possibilitaram abrir um campo de reflexão sobre diversidades de temas, a partir de práticas sociais, culturais, populares e de estruturas sociais em diferentes localidades brasileiras, desenvolvendo diversas atividades nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

A inclusão de gênero nas pesquisas e entre pesquisadores traz importantes consequências, oferece sugestões alternativas em termos de análises, opções teóricas, práticas, discursos, metodologias, novos objetos/temas de pesquisa, para trabalharmos como pesquisadores com reflexões críticas contra as estruturas de opressão e condição de desigualdade a que as mulheres estiveram historicamente submetidas.

As feministas têm ampliado a produção científica na área com a publicação de vários livros e capítulos (em formato impresso e on-line) de forma transversal em todas as áreas do conhecimento. De igual modo, destaca-se a criação do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, em 2006, revelando-se como importante iniciativa de consolidação deste campo de estudos no país, contribuindo para a formação de diferentes gerações de pós-graduandos oriundos de um largo espectro do campo feminista, acadêmico e de várias instituições públicas e privadas. Trata-se de uma iniciativa pioneira do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), que, desde 1983, congrega pesquisadoras feministas que atuavam em diferentes Departamentos da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

OS GRUPOS DE PESQUISA CERTIFICADOS PELO CNPQ

Muitos destes pesquisadores também integram os núcleos e criaram Grupos de Pesquisa sobre a temática de gênero, certificados pelo Diretório de grupos de pesquisas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) em suas Universidades. Participar de grupos de pesquisa é sinônimo de ter contato mais próximo com diversos professores e criar uma conexão maior com a Universidade. No Brasil, até uns quinze ou vinte anos atrás, os grupos de pesquisa estavam praticamente restringidos a programas de pós-graduação nas grandes Universidades.

Sem nenhuma dúvida, e sob quaisquer aspectos de consideração, os programas de pós-graduação são concebidos e organizados como o lugar e condição substantiva de produção de conhecimento, razão pela qual precisa atribuir centralidade ao processo de pesquisa. Os grupos de pesquisa fornecem ferramentas importantes para desenvolver habilidades de estudantes dentro do mundo acadêmico, são constituídos por professoras/es, estudantes de pós-graduação, graduação (muitas/os estudantes de graduação são bolsistas de iniciação científica), e têm encontrado vias de divulgação do conhecimento produzido, extrapolando os limites das instituições e núcleos em que se realizam e em que se localizam.

Vários programas de pós-graduação têm periódicos qualificados e específicos com inúmeras temáticas, que circulam e socializam o conhecimento sobre as questões do feminismo e gênero. Portanto, é importante reafirmar a necessidade de espaços — como grupos de estudos, oficinas, palestras e simpósios — para discussões acerca do tema em seus diversos eixos de análise, além de disciplinas voltadas para estes estudos nos diferentes cursos de graduação e pós-graduação.

PARA CONCLUIR

A diversidade de gênero, complexa e poderosamente discutida, traduz a multiplicidade e a variedade de possibilidades de leituras (e escritas) que potencializam o abalo que as estruturas conservadoras tanto temem. Põe-se em questão considerar a multiplicidade das di-

ferenças, a particularidade contrastiva entre os sexos. Muito embora as sociedades ocidentais estejam progressivamente incrementando e operacionalizando o discurso igualitário entre homens e mulheres em áreas como cultura, educação e legislação, mudanças são escassas quando se analisa a divisão sexual do trabalho. Mesmo ganhando espaços de poder, ainda temos um longo caminho para alcançar paridade e igualdade de oportunidades nos ambientes políticos e intelectuais nos próximos anos. Seja na representação política, nos espaços de poder, na educação, no atendimento à saúde. Seja no nível salarial, na autonomia econômica, no acesso ao mercado de trabalho.

As complexas construções performáticas cotidianas nos levam a entender que se constituir como sujeito gendrado é uma ação política múltipla de significados. Este nosso tempo vive mudanças significativas na educação porque mudaram as condições sociais, as relações culturais, as racionalidades. Mudaram os espaços, a política, os movimentos sociais, as desigualdades, as distâncias, as geografias, as diferenças e as identidades. Mudaram as pedagogias e as formas de ensinar e de aprender, as estratégias de colonizar, de educar e de governar. Nesses novos mapas políticos e culturais, mudaram as formas como vemos, ouvimos, sentimos, fazemos e dizemos o mundo. (PARAÍSO, 2012). Tais cenários estão intrinsecamente associados com um desenvolvimento espantoso das tecnologias de ponta, com modalidades de conforto sem precedentes, com possibilidades de consumo cada vez mais amplas e mais aceleradas de bens e serviços, também crescentemente descartáveis e substituíveis por outros muito mais atraentes, úteis e poderosos.

Os movimentos feministas chegam à segunda década do século XXI com crescente visibilidade da diversidade, da luta por reconhecimento/representação da alteridade de grupos vulneráveis, de modo a tornarem possível a eliminação das desigualdades. Enfrentam o ataque de movimentos políticos e sociais reacionários, seguem em constante transformação, também reafirmam suas influências na cultura e na política a partir de avanços significativos.

Após quase quarenta anos de redemocratização do Brasil, continuamos a conviver com: 1. elevados índices de violência doméstica e de gênero aterradores, as mulheres estão sendo vitimizadas e tem até casos de meninas/mulheres que chegaram a se suicidar porque

a sua relação sexual com ex-parceiros, com quem elas contaram, foi exposta; 2. discriminações em várias áreas e setores do mercado de trabalho; 3. meios de comunicação que são incansáveis em “vender” símbolos pejorativos da figura feminina, reforçando e renovando estereótipos; 4. partidos políticos que são espaços masculinos e masculinizados, nos quais é difícil encontrar mulheres (seja em quantidade, seja em qualidade) e a temática de gênero é sempre periférica e inexpressiva; 5. Universidades que já se constituem espaços “feminizados”, mas também muito conservadores, sobretudo no que tange aos valores feministas; 6. governos que quando incorporam a temática de gênero o fazem a partir de uma lógica superficial e também periférica (subestimada no orçamento que recebem para as áreas de governo referidas ao tema).

Ao incorporar essas questões e as abordagens de gênero na esfera pública, também nos espaços privados, por meio de debates, produções acadêmicas e lutas sociais, visa-se contribuir para o alargamento dos sentidos de democracia, igualdade e justiça social, noções sobre as quais gênero, raça e classe, entre outros marcadores, impõem-se como parâmetros inegociáveis para a construção de um novo mundo. Esse processo ampara-se na articulação das contribuições indissociáveis advindas do campo teórico e da prática, isto é, da práxis socioeducativa, sociocultural e sociopolítica gendrada, como cariz fundamental para as transformações societárias necessárias ao novo projeto de sociedade que almejamos construir, e nela se relacionar e viver cotidianamente.

REFERÊNCIAS

- BEHRMANN, Marshall. **E tudo o que é sólido se dissolve no ar**. Lisboa: D. Quixote, 1989.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática. 2013.

- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília (DF): Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- CARR, Joetta L. The SlutWalk Movement: a study in transnational feminist activism. **Journal of Feminist Scholarship**, v. 4, 2013, p. 24-38.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.
- CASTELLS, Manuel. **Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.
- COLLINS, Patrícia Hill. **Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. Routledge, 2002.
- COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Teoria e prática feministas nas ciências e na academia: os núcleos da mulher nas universidades brasileiras. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, Número Especial: Anais do Simpósio Internacional, Formação, Pesquisa e Edição Feministas nas Universidades, p. 387-400, out., 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16171/14722>. Acesso em: 19 mar. 2021.
- COSTA, A. O.; BARROSO, C.; SARTI, C. Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, ago., 54, 1985, p. 5-15. Disponível em: publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1389. Acesso em: 13 fev. 2021.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Tradução: Liane Schneider. **Rev. Estud. Fem.**, v. 10, n. 1, 2002, p. 171-188. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 14 fev. 2021.
- CRUZ, Maria Helena Santana. **Mapeando as Diferenças de Gênero no Ensino Superior da Universidade Federal de Sergipe**. São Cristóvão: UFS, 2012.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**: texto integral. Tradução: Ciro Mioranza. 2. ed. São Paulo: Escala, 2009. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal, v. 2.
- FERREIRA, Alfrancio Dias; CRUZ, Maria Helena Santana. Antifeminismo. In: OLIVEIRA, Luiz Eduardo; FRANCO, José Eduardo. (org.). **Dicionário dos Antis**: a cultura brasileira em negativo. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.
- FIRESTONE, Shulamith. **A dialética do sexo**. Tradução: Vera Regina Rabelo Terra. [s.l.]: Labor do Brasil, 1976.
- FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.
- GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.
- GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014. Questões da nossa época, v. 47.

- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, , p. 595-609, set.-dez., 2007. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>. Acesso em: 26 abr. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2018. **PNAD Contínua 2018**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_ArquivoPDF. Acesso em: 20 jan. 2021.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo, Grijalbo, 1977.
- MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um *campo novo* para as ciências. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 333-357, maio-ago., 2008, Disponível em: www.scielo.br/pdf/ref/v16n2/03.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.
- MAUÉS, Marilene Silva. **A temática gênero nas produções provenientes dos grupos de pesquisa da Universidade Federal do Pará**. 2007. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Centro de Educação. Universidade Federal do Pará. Belém, 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/1638>. Acesso em: 30 jul. 2020.
- MONEY, John. Hermaphroditism, gender and precocity in hyperadrenocorticism: psychologic findings. **Bulletin of the Johns Hopkins Hospital**, São Bernardo do Campo/SP, n. 96, 1952, p. 253-264.
- NATANSOHN, Graciela; REIS, Josemira Silva. Com quantas hashtags se constrói um movimento? O que nos diz a “Primavera Feminista” brasileira. **Triade**: revista de Comunicação, Cultura e Mídia, Sorocaba (SP), v. 5, n. 10, 2017, p. 113-130. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/triade/article/view/3096/2817>. Acesso em: 13 fev. 2021.
- OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. O Século XXI começou em Pequim. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER, 4., Beijing (China). Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.
- PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar E. E.; PARAÍSO, Marlucy Alves (org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em Educação**. v. 1. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, p. 23-46.
- PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila. (org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos Didáticos, n. 48, Campinas: IFCH-Unicamp, 2002.
- SCHMITT, Elaine. Marcha das Vadias: reminiscência contracultural na luta pela igualdade dos gêneros. **NetHistória**, Sessão Ensaio, Brasília, nov., 2012. Disponível em: http://www.nethistoria.com.br/secao/ensaios/1129/marcha_das_vadias_remanescencia_contracultural_na_luta_pela_igualdade_dos_generos/. Acesso em: 5 jul. 2020.

SCHOTT, Robin. **Eros e os processos cognitivos**: uma criticada objetividade em filosofia. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**, Porto Alegre: Vozes, v. 20, n. 2, jul.-dez., 1990, p. 71-99. Revisão: Tomaz Tadeu da Silva, a partir do original inglês. Disponível em: <https://ser.ufrgs.br/educacao-realidade/article/view/717211>. Acesso em: 10 abr. 2021.

SILLIPRANDI, Emma. **Ecofeminismo**: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais, agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. EMTER/RS: Porto Alegre, v. 1, n. 1, jan.-mar., 2000.

STOLLER, R. **Sex and gender**: the development of masculinity and femininity. Londres: Carnac Books, 1968.

OS IMPACTOS DO TRABALHO REMOTO OCACIONADOS PELA PANDEMIA DA COVID-19 E A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DAS MULHERES DOCENTES: UMA PERSPECTIVA DAS PESQUISADORAS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS (UEMG E UFVJM) DE DIAMANTINA (MG)⁷⁸

Daryane Cotrim Espíndola⁷⁹

Ariete Pontes de Oliveira⁸⁰

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa possui como tema a sobrecarga juslaboral das pesquisadoras das universidades públicas de Diamantina (MG) e as consequências na pesquisa científica. Durante a pandemia da covid-19, foi constatada a queda da produtividade em pesquisa científica, especialmente no que diz respeito às mulheres em um comparativo aos homens.

Compreende-se que a sobrecarga da mulher advém da herança cultural devido à colonialidade do ser, à divisão sexual do trabalho e ao trabalho reprodutivo. Na vigente condição de trabalho remoto iniciada em 2020, é identificável a dupla jornada de trabalho da mulher e, neste contexto, violências sobre este gênero foram evidenciadas, dentre elas a queda da produtividade científica em relação aos homens.

⁷⁸ A presente pesquisa é resultado do Trabalho de Conclusão de curso da primeira autora, sob orientação da segunda autora.

⁷⁹ Graduada em Direito pela UEMG, *campus* Diamantina.

⁸⁰ Professora da UEMG, *campus* Diamantina. Doutora e mestra em Direito do Trabalho pela PUC/Minas. Advogada;

Assim sendo, esta pesquisa foi desenvolvida sob a ótica dos impactos na produtividade científica das docentes das Universidades Públicas em Diamantina (MG), a saber Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), em decorrência da pandemia da covid-19. Ela tem, portanto, como objetivo geral, compreender como este grupo, em determinadas condições de vida e produção exigidas pelo contexto pandêmico, foi particularmente afetado pelo emprego do *home office*.

No que diz respeito aos objetivos específicos desta pesquisa, aponta-se: identificar e determinar a visível desigualdade de gênero no meio de trabalho acadêmico, além de comparar e analisar resultados desenvolvidos nacionalmente com resultados coletados localmente e, assim, apresentar o relatório final do estudo de caso.

Este trabalho justifica-se pela imprescindibilidade de apresentar este estudo de caso como instrumento de informação às mulheres pesquisadoras impactadas por este cenário e a percepção das variáveis deste fenômeno contemporâneo, agravadas pela adesão ao *home office*. Deste modo, justifica-se também pela perspectiva social, pois há de se reconhecer e compreender o atual ambiente de trabalho que se mostrou adverso, sobretudo às mulheres pesquisadoras para que se possa pensar políticas públicas para diminuir a incidência dos impactos do trabalho reprodutivo sobre as mulheres no cenário pandêmico.

A metodologia definida para esta pesquisa foi, sequencialmente, a realização da revisão bibliográfica, o emprego de questionário específico visando obtenção de dados locais e a aplicação dos conceitos ao estudo de caso, que pretendeu investigar e compreender detalhes de dados reais e atuais sobre o impacto do trabalho remoto e produtividade acadêmica das mulheres em tempos de pandemia.

Para tanto, foi feito um diagnóstico quali-quantitativo a fim de comparar dados obtidos em uma pesquisa recente intitulada “Produtividade acadêmica durante a pandemia: efeitos de gênero, raça e parentalidade” (2020) realizada em várias universidades do país pelo

movimento *Parent in Science*⁸¹ (PIS), comparando-os, proporcionalmente, com dados colhidos em âmbito local por meio da aplicação de questionário a profissionais acadêmicos da UEMG e UFVJM lotados em Diamantina (MG).

Dessa maneira, essa pesquisa foi organizada em três seções principais. A primeira seção aborda o contexto histórico da desigualdade de gênero nas relações de trabalho em decorrência da colonialidade e também perante o Estado Democrático de Direito, cuja garantia de igualdade mostra-se apenas como garantia formal. Já na segunda seção são apresentadas as razões da desigualdade de gênero nas produções científicas decorrentes do trabalho remoto, também a partir do contexto histórico da hierarquização e exploração da divisão sexual do trabalho e trabalho reprodutivo. Por fim, a terceira seção expõe os dados da pesquisa original que ensejou a pesquisa local, bem como os dados obtidos localmente para compreender os impactos do trabalho remoto na produção científica das pesquisadoras.

Ademais, a respeito dos referenciais teóricos, a análise desenvolveu-se a partir do levantamento feito pelo grupo *Parent in Science*, bem como pesquisas de referências bibliográficas, artigos publicados em periódicos e base de dados sobre os temas abordados ao longo das seções, além de monografias.

Assim, os referenciais teóricos foram apresentados para a compreensão temática da colonialidade de gênero, da herança da divisão sexual do trabalho, do trabalho reprodutivo e os efeitos de gênero e parentalidade na produção científica das mulheres em virtude do trabalho remoto. Desta feita, entre a bibliografia utilizada acerca do tema para esta pesquisa, destaca-se as autoras feministas Danièle Kergoat, María Lugones, Silvia Federici, Flávia Biroli, Júlia Eleutério e Christine Delphy, entre outras. Além disto, fez-se necessário a utilização de manuais de Direito do Trabalho, como em Delgado e Leite, para contrastar a ideia de igualdade de gênero resguardada pela Constituição da República de 1988 e que, de fato, não é o que se vivencia.

⁸¹ Grupo de pesquisadores brasileiros fundado em 2016 por Fernanda Staniscuaski, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Para acesso à referida pesquisa: <https://www.ufrgs.br/ciencia/wp-content/uploads/2020/07/LevantamentoParentinSciencePandemia.pdf>.

A HERANÇA CULTURAL DA COLONIALIDADE E A DESIGUALDADE E HIERARQUIA DE GÊNERO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Esta pesquisa, intitulada “Os impactos do trabalho remoto ocasionados pela pandemia da covid-19 e a produção científica das mulheres docentes: uma perspectiva das pesquisadoras das universidades públicas (Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, e Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM) de Diamantina (MG)”, refere-se à sobrecarga juslaboral das pesquisadoras que teve reflexo diretamente em sua produtividade científica durante a pandemia da covid-19.

De acordo com estudo realizado pela Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), no Brasil, as mulheres encontram-se à frente dos homens quando analisados os aspectos científicos de produção e publicação de artigos, o que equivale a 70 % da produção científica nacional (OEI, 2019). Esse dado mostra o Brasil encabeçando a lista de países da América Latina com maior quantidade de artigos assinados por mulheres.

Entretanto, para chegar às razões da queda da produtividade científica da mulher em decorrência do *home office* deve-se buscar a herança cultural proveniente da colonialidade. Para melhor compreensão das adversidades enfrentadas pelas mulheres na contemporaneidade, exige-se transitar na colonialidade do ser, mais especificamente do gênero, no qual encontra-se esta herança colonial. Nesse sentido, aponta-se:

Diferentemente da colonização, a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial. Pensar sobre a colonialidade do gênero permite-nos pensar em seres históricos compreendidos como oprimidos apenas de forma unilateral. (LUGONES, 2014, p. 939)

Ainda, há que se desenvolver neste capítulo as incoerentes garantias fundamentais forjadas no Estado Democrático de Direito (EDD), no qual subsiste a igualdade formal entre homem e mulher, contudo permanece perceptível a desigualdade material, ou seja, a norma da hierarquia de gênero.

Destarte, pode-se pressupor que é a partir da desigualdade de gênero percebida no EDD que se instaura a divisão sexual do trabalho, pois, conforme afirma Eleutério (2017, p. 122), “[...] embora haja a existência das garantias e direitos em relação às mulheres, no âmbito material, ainda persiste a dominação, a cultura machista e discriminação em relação à mulher”.

Por isso, evidencia-se a importante colocação da socióloga e acadêmica francesa Kergoat (2009), na qual ela assinala que o entendimento da divisão sexual do trabalho manifestou-se no movimento feminista francês nos anos setenta.

Desta feita, esta temática, assim como os demais temas supracitados, será aprofundada na seção seguinte e no decorrer nesta pesquisa.

A herança cultural da colonialidade: análise a partir da desigualdade de gênero e relação de trabalho

Compreender as raízes da colonialidade de gênero resvala em perceber a análise desta dominação de gênero, conforme atesta Lugones, “A colonialidade do gênero permite-me compreender a opressão como uma interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e engendrados, na qual cada pessoa no encontro colonial pode ser vista como um ser vivo, histórico, plenamente caracterizado” (LUGONES, 2014, p. 941).

A referida autora ainda destaca que “[...] assim, a colonialidade do gênero é só um ingrediente ativo na história de quem resiste. Ao focar naquele que resiste situado na diferença colonial, minha intenção é revelar o que se torna eclipsado” (LUGONES, 2014, p. 941). Nesse contexto, pressupõe-se abordar a colonialidade sob a seguinte possibilidade:

Ao usar o termo **colonialidade**, minha intenção é nomear não somente uma classificação de povos em termos de colonialidade de poder e de gênero, mas também o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o colonizado menos que seres humanos. (LUGONES, 2014, p. 939. Grifo da autora)

Dessa maneira, ao examinar as eventuais variáveis da sobrecarga da mulher, principalmente nas relações de trabalho, também é possível identificar outro aspecto referente à colonialidade do gênero: as vulnerabilidades enfrentadas por mulheres nas relações de trabalho:

São expressões plurais de desigualdades porque expressam vulnerabilidades ainda impostas ao gênero no Brasil, de modo a colocar a mulher em situação de desequilíbrio em uma relação jurídica frente ao gênero masculino. As mulheres enfrentam dificuldades em acessar seus direitos, fato que se deve à herança colonialista que impôs o conceito do poder ao homem branco, hétero e proprietário (OLIVEIRA; REIS, 2020, p. 124).

Ainda no que tange às relações de trabalho, Muradas e Pereira (2018, p. 2.138) ressaltam que as “[...] estruturas de desigualdade e vulnerabilidade no trabalho no Brasil, imbricadas por gênero, raça e de classe, foram criadas no mundo colonial, ou seja, não foram produtos de importação”. Por conseguinte, as autoras também reforçam a presença da colonialidade nos textos da doutrina dominante juslaboral brasileira:

Portanto, como parte de um processo urgente de decolonialidade epistêmica, devem ser ativados recursos de desobediência teórica que sejam capazes de extravasar padrões de colonialidade de exclusão e marginalização do sujeito protegido no Direito do Trabalho no Brasil (MURADAS; PEREIRA, 2018, p. 2.138).

Nesse sentido, elas concluem sobre sistemas contemporâneos de vulnerabilidade e desigualdade na relação de trabalho:

Assim, o Direito do Trabalho brasileiro, enquanto ciência social, deve se preocupar com as relações de sujeições coloniais que permanecem após o fim da colonização, pois a decolonialidade do conhecimento científico-social é um componente crucial para a ruptura de padrões históricos de dominação no trabalho (MURADAS; PEREIRA, 2018, p. 2138).

Partindo dessa premissa, é importante, então, discutir a vulnerabilidade juslaboral em razão da divisão sexual do trabalho, já que, segundo Biroli (2016, p. 746-747), “[...] sem que se leve em conta as relações de gênero, é impossível explicar porque a precariedade

e a vulnerabilidade são maiores entre as mulheres do que entre os homens”. Ademais, ainda sobre a vulnerabilidade juslaboral, observa-se, pela percepção de Oliveira e Reis:

[...] reconhecemos que não é possível falar das vulnerabilidades vivenciadas pelas mulheres no mercado de trabalho, sem discutir a herança binarista da modernidade colonial, para, então, pensarmos em práticas que virão das próprias mulheres para questionar o tratamento da vulnerabilidade (OLIVEIRA; REIS, 2020, p. 125).

Logo, em face da desigualdade em razão da hierarquia de gênero, asseveram os autores, que:

Pensar a ciência enquanto prática socializável e humana, capaz de promover a emancipação das pessoas, passa pela discussão do gênero, e dentre suas vulnerabilidades, importa discutir a divisão sexual do trabalho e sua correlação com as desigualdades ainda impostas às mulheres no mercado de trabalho. (OLIVEIRA; REIS, 2020, p. 125)

Todavia, cabe adentrar às diferenças entre decolonialidade e descolonialidade para justificar o significativo uso destas na realização deste trabalho. Inicialmente, sobre decolonialidade:

Ela é a forma de resistência à dominação constituída simultaneamente à modernidade/colonialidade. Ao mesmo tempo, a decolonialidade ou pensamento decolonial é a organização e a produção acadêmica que desvela e se opõe à lógica da matriz de poder colonial-moderna (CARVALHO, 2020, p. 22).

Ainda, consoante Lisbôa:

Essa desconstrução crítica do pensamento universal é essencial e deve ser realizada pela superação da diferença colonial, pela reconstrução desse paradigma de interpretação para a aplicação do Direito e da revisão de seus conceitos ligados à legitimidade do Estado, efetivando-se uma prática realmente decolonial para que seja evitado que esse sistema acabe por criar novos privilégios a partir de novos colonialismos (LISBÔA, 2018, p. 80).

Primordialmente, deve-se trazer a decolonialidade do gênero à percepção do fundamental enfrentamento das vulnerabilidades ponderadas neste capítulo. Assim, de acordo com o que afirmam Oliveira e Reis (2020), faz-se mister considerar a decolonialidade como uma forma de libertação, “O tempo presente da contemporaneidade exige o reconhecimento da diversidade da pessoa humana em todo seu

contexto de pluralidade, o que pressupõe o questionar as heranças coloniais e propor práticas que possam modificar padrões herdados” (OLIVEIRA; REIS, 2020, p. 127).

Esses autores, inclusive, corroboram a defesa da “[...] epistemologia da decolonialidade, reconhecendo os padrões herdados, mas com propositivas de práxis transgressoras e capazes de resistir a esse hábito epistemológico (OLIVEIRA; REIS, 2020, p. 127).

No que diz respeito à descolonialidade de gênero, provoca Lugones:

Descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vívida do social. Como tal, a descolonização do gênero localiza quem teoriza em meio a pessoas, em uma compreensão histórica, subjetiva/intersubjetiva da relação oprimir ↔ resistir na interseção de sistemas complexos de opressão (LUGONES, 2014, p. 940).

Considerando, portanto, essa premissa de Lugones (2014), é imperativo a defesa do feminismo descolonial como instrumento de resistência ao que foi (im)posto ao gênero. Eis o que afirma a autora:

[...] a tarefa da feminista descolonial inicia-se com ela vendo a diferença colonial e enfaticamente resistindo ao seu próprio hábito epistemológico de apagá-lo. Ao vê-la, ela vê o mundo renovado e então exige de si mesma largar seu encantamento como “mulher”, o universal, para começar a aprender sobre as outras que resistem à diferença colonial (LUGONES, 2014, p. 948).

É compreensível, desta forma, que “[...] a luta pelo reconhecimento das diferenças de gênero deve ser construída por mulheres em sua vivência de opressões, aqui, nos ambientes de trabalho que segregam e violentam” (OLIVEIRA; REIS, 2020, p. 127).

Torna-se, portanto, indispensável que esta pesquisa adentre à proteção do trabalho da mulher nas relações de trabalho enquanto norma constitucional que garanta a igualdade, sendo esta uma característica fundamental da dignidade da pessoa humana zelada pelo EDD. Não obstante, Eleutério contrapõe que “Assim, é possível identificar o viés da igualdade que foi reconhecido pela Carta Magna como princípio inerente a todo ser humano, pois com o reconhecimento da

igualdade configura-se, em tese, a proibição de qualquer diferença e desigualdade” (ELEUTÉRIO, 2017, p. 140).

O contrassenso entre a igualdade expressa na CR/88 e a desigualdade material que suscita a hierarquia de gênero será considerado na próxima seção.

O estado democrático de direito e a desigualdade de gênero difundida nas relações de trabalho da mulher: a divisão sexual do trabalho e democracia

A promulgação da Constituição da República de 1988 (CR/88), em conformidade com o apontado por Dias (2012, p. 61), “[...] fez um esforço – ao menos formalmente – para integração das mulheres em condições no mercado de trabalho, [visto que] há pouco tempo dava um tratamento jurídico desigual às mulheres [...]”. Ou seja, previamente à CR/88 e, inclusive, ao Código Civil de 2002, a condição jurídica da mulher consubstancialmente à relação de trabalho da mulher eram, de certa forma, depreciadas, sendo que houve significativa modificação a partir dos direitos fundamentais positivados na CR/88, ainda que apenas formalmente expressos, segundo poderá ser observado adiante.

Conseqüentemente, há que se conceber, neste capítulo, a inconsistência do Estado Democrático de Direito brasileiro em relação às perspectivas de proteções do trabalho da mulher.

A Constituição da República de 1988 (CR/88) registra já em seu artigo 1.º, incisos III e IV,⁸² a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho. Também é determinada no *caput* do artigo 5.º a igualdade perante a lei, isto é, a norma tutela a igualdade sem que haja diferenciações entre quaisquer indivíduos, e, em seu inciso I,⁸³ a igualdade em direitos e obrigações, o que reforça que entre homens

⁸² “Art. 1.º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; [...]”.

⁸³ “Art. 5.º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; [...]”.

e mulheres subsiste apenas a igualdade formal em seus direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana, mas não se manifesta, portanto, em igualdade material:

Uma reflexão sobre o afastamento que esses ditames legislativos ainda possuem no caso concreto é necessária, pois ainda está caracterizada, em determinadas situações, a não efetividade normativa, na medida em que a igualdade formal conquistada, a exemplo da prevista constitucionalmente, não se concretiza na prática, caracterizando a não legitimação material (ELEUTÉRIO, 2017, p. 122).

Também, cita Lima (2011, p. 45 e 49, *apud* THOME, 2013), que o princípio da igualdade, alicerçado na dignidade da pessoa humana, é sustentáculo fundamental do Estado Democrático e instituição crucial da estruturação de um sistema político e jurídico, sendo um de seus desdobramentos o princípio da igualdade de gênero.

Contudo, conforme discorrido no capítulo anterior, a herança da colonialidade impede de fato a igualdade de gênero assegurada pela CR/88. Conforme afirmam Oliveira e Reis (2020, p. 124), “[...] as normas em relação ao gênero caracterizaram-se de forma rígida, centradas na reprodução e domesticidade”, e, assim:

[...] por óbvio, se as mulheres foram historicamente marginalizadas e excluídas na vida política, social e econômica, como cidadãs de segunda categoria, o que se pode afirmar é que apenas em um verdadeiro Estado Democrático de Direito elas podem ter seus direitos fundamentais garantidos, respeitados e efetivados, a começar pelo respeito às suas liberdades individuais, inclusive o direito a própria subsistência, e autodeterminação, ou seja, respeito ao seu direito ao trabalho, que é um meio concreto para sua afirmação como cidadã no âmbito social e econômico (DIAS, 2012, p. 58).

Ao efetivar os direitos humanos, a CR/88 consagrou valores universais como a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho, o que garantiu igualdade de direito às mulheres. Nesse sentido, aponta Leite (2020, p. 64): “De outra parte, não se pode ignorar que o ‘valor social do trabalho’, na acepção mais ampla do termo, constitui postulado básico da dignidade da pessoa humana e corolário da própria cidadania (CR/88, art. 1º, II, III e IV) [...]”. Destarte, destaca-se que:

Garantir a igualdade de tratamento ao trabalho da mulher e conferir proteções ao trabalho da mulher como forma de diminuir as diferenças historicamente existentes são formas, também, de promover a efetividade dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, entre os quais, do direito fundamental ao trabalho [...] (DIAS, 2012, p. 48).

Ademais, sobre a proteção da mulher disposta na CR/88, Delgado (2019, p. 961) afirma: “Enfatizando ainda sua intenção antidiscriminatória no que tange ao sexo (no sentido de gênero), incorporou esse referencial ao conjunto de parâmetros antidiscriminatórios especificados por seu artigo 7.º, XXX”.⁸⁴

Delgado (2019) também observa que a CR/88 permite uma prática diferenciada desde que, de fato, determine a proteção ou ampliação do mercado de trabalho da mulher. Assim, expõe que “[...] ao lado desse firme comando antidiscriminatório, estipulou a Constituição, em seu artigo 7.º, XX,⁸⁵ a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei” (DELGADO, 2019, p. 961).

Inclusive, sobre este mesmo dispositivo, Dias (2012, p. 72) registra pontualmente que “esta norma não deixa de ser uma das formas de exteriorização do princípio da proteção do direito do trabalho, que pode ser entendida como decorrente do princípio da igualdade, que é a pedra angular de todo direito do trabalho”.

Segundo Eleutério (2017), sobre a (des)igualdade de gênero no Estado Democrático de Direito, não se deve afastar a ideia do reconhecimento, que deve ser praticada por instituições e indivíduos que o compõem, ao mesmo tempo em que se deve validar uma nova cultura que desconstrua o machismo enraizado na sociedade. Assim, a autora ainda compreende que é necessária uma nova ordem social democrática:

Particularmente acredita-se que sim, que o Estado Democrático de Direito invoca uma nova configuração. A erradicação da discriminação da mulher e, portanto, da desigualdade de gênero, deve ser

⁸⁴ “Art. 7.º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXX – proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; [...]”

⁸⁵ “Art. 7.º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XX – proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei; [...]”

dezenraizada através do enfrentamento da visão individualista racional que se mantém na atualidade e através da desconstrução da cultura machista (ELEUTÉRIO, 2017, p. 63).

Partindo deste pressuposto, Dias (2012) atesta que o trabalho da mulher é considerado secundário, visto a dificuldade de conciliação com o trabalho doméstico e funções maternas, que sobressaem como trabalho primário. E, embora a mulher sempre tenha estado envolvida no mercado de trabalho, nunca se afastou das principais atividades do lar, o que pode levar ao entendimento de que o problema moderno do trabalho da mulher manifesta-se no século XIX, quando é introduzida a figura da mulher trabalhadora subordinada fora do lar e conciliadora do trabalho doméstico.

Consoante às tarefas domésticas, ainda que tenham ocorrido várias transformações nas últimas décadas, a mulher continua a dedicar mais tempo ao trabalho doméstico, afirma Biroli (2016). Trata-se, portanto, da divisão sexual do trabalho, que, segundo Biroli (2016, p. 721), “[...] é uma base fundamental sobre a qual se assentam hierarquias de gênero nas sociedades contemporâneas, ativando restrições e desvantagens que produzem uma posição desigual para as mulheres”. Agrega Kergoat a respeito desta hierarquização do trabalho:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.) (KERGOAT, 2009, p. 67).

A divisão sexual do trabalho simboliza, também, conforme Oliveira e Reis (2020, p. 126), “[...] a categoria de dominação do poder em subjugar pessoas em razão do gênero em prol do projeto societal da modernidade”:

A divisão sexual do trabalho tem caráter estruturante, como também procurei demonstrar. Ela não é a expressão das escolhas de mulheres e homens, mas constitui estruturas que são ativadas pela responsabilização desigual de umas e outros pelo trabalho doméstico, definindo condições favoráveis à sua reprodução. (BIROLI, 2016, p. 739)

Além disso, Biroli (2016, p. 721) considera a divisão sexual do trabalho doméstico em si, que “[...] implica menor acesso das mulheres a tempo livre e a renda, o que tem impacto nas suas possibilidades de participação política e nos padrões que essa participação assume”. A partir desse argumento, tem-se que:

A posição das mulheres nas relações de trabalho está no cerne das formas de exploração que caracterizam, nelas, a dominação de gênero (ou o patriarcado). Trata-se de um conjunto de abordagens, atravessado pelo problema da correlação entre a divisão do trabalho doméstico não remunerado, a divisão do trabalho remunerado e as relações de poder nas sociedades contemporâneas (BIROLI, 2016, p. 725).

Indispensável, nesse momento, a definição de patriarcado assentido pela socióloga francesa *Delphy* (2009, p. 173), “Nessa nova acepção feminista, o patriarcado designa uma formação social em que homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é assim, quase sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de opressão das mulheres [...]”. Dessa forma, conclui Biroli que:

A distinção entre trabalho remunerado e não remunerado é colocada, assim, no cerne das formas de exploração características do sistema patriarcal no mundo capitalista. O trabalho que as mulheres fornecem gratuitamente, como aquele que está envolvido na criação dos filhos e no cotidiano das atividades domésticas, libera os homens para que se engajem no trabalho remunerado (BIROLI, 2016, p. 726).

Após a constatação da desigualdade de gênero que, neste caso, decorre da divisão sexual do trabalho, ou seja, “a separação e a hierarquização das tarefas entre homens e mulheres, a reposição das responsabilidades domésticas e o cuidado com elas e a soma dessas atividades com as do trabalho remunerado [...]” (CASTRO; CHAGURI, 2020, p. 26), faz-se necessário suscitar a queda na produção científica das mulheres em decorrência da implementação do isolamento social como medida contra a pandemia da covid-19.

Isto posto, conforme afirmam Castro e Chaguri (2020, p. 24), é apropriado sinalizar que “[...] as medidas de isolamento social para o enfrentamento da pandemia da covid-19 incidiram exatamente na ambiguidade da posição social de mulheres: entre a casa e a universidade; entre o trabalho de cuidado e o trabalho intelectual”.

Sendo assim, o capítulo que se segue abordará as razões dessa queda da produtividade científica e acadêmica das mulheres frente às pesquisas realizadas em nível nacional e local.

DESIGUALDADE DE GÊNERO: A CONSEQUÊNCIA DO HOME OFFICE NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DAS MULHERES

Condizente ao debate e apontamentos realizados até então, neste trabalho, a divisão sexual do trabalho doméstico estabelece a hierarquização estrutural de exploração, já que “[...] as condições de vida das mulheres e homens não são produtos de um destino biológico, mas, sim, fruto de construções sociais que têm como base material o trabalho [...]” (MELO; CASTILHO, 2009, p. 135). A partir deste contexto, essas autoras encarregam-se de conceber o trabalho reprodutivo como mais um resultado da divisão sexual do trabalho:

Essa **divisão sexual do trabalho** reflete o fato que a maioria dos homens exerce suas atividades no mercado de trabalho capitalista (o chamado “trabalho produtivo”) e as mulheres dividem seu tempo “naturalmente” entre a produção de mercadorias fora de casa e a realização das tarefas domésticas relativas aos cuidados da família (o dito “trabalho reprodutivo”) (MELO; CASTILHO, 2009, p. 135, grifo do autor).

Ainda, Melo e Castilho (2009) apontam que as atividades reprodutivas são negligenciadas por campos disciplinares, tais como a política, a sociologia e a economia, que privilegiam a produção mercantil de bens e serviços:

O conceito de divisão sexual do trabalho consolidou a subestimação das atividades realizadas pelas mulheres na família. Essa percepção contribui para que seja feita uma associação linear entre a atividade masculina e a produção mercantil e a feminina e a atividade familiar doméstica; estas veladas pela sociedade, conseqüentemente desvalorizadas. Eis a raiz do papel subalterno feminino (MELO; CASTILHO, 2009, p. 154).

Impreterivelmente, faz-se necessário associar ao sentido de trabalho reprodutivo a elucidação de Silvia Federici, em “O ponto

zero da revolução” especificamente no capítulo intitulado “Um trabalho de amor”, cuja autora registra da seguinte forma:

O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado. O capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem uma remuneração. Por sua vez, a condição não remunerada do trabalho doméstico tem sido a arma mais poderosa no fortalecimento do senso comum de que o trabalho doméstico não é trabalho, impedindo assim que as mulheres lutem contra ele [...] (FEDERICI, 2019, p. 42-43).

Federici afiança, então, que mesmo trabalhando para o capital, não necessariamente o fruto deste trabalho doméstico será salarial:

Porque logo que levantamos a cabeça das meias que costumamos e das refeições que preparamos e contemplamos a totalidade de nossa jornada de trabalho vemos que, embora isso não resulte em um salário para nós mesmas, produzimos o produto mais precioso que existe no mercado capitalista: a força de trabalho (FEDERICI, 2019, p. 68).

Em decorrência disto, Silvia Federici aponta o trabalho reprodutivo como pilar da produção capitalista, já que:

Conseguir um segundo emprego nunca nos libertou do primeiro. Ter dois empregos apenas significou para as mulheres possuir ainda menos tempo e energia para lutar contra ambos. Além disso, uma mulher, trabalhando em tempo integral fora ou dentro de casa, casada ou solteira, tem que gastar horas de trabalho na reprodução da sua própria força de trabalho, e as mulheres bem sabem a tirania dessa tarefa, pois um vestido bonito e um cabelo arrumado são condições para arranjar um emprego tanto no mercado conjugal quanto no mercado de trabalho assalariado (FEDERICI, 2019, p. 69).

Outrossim, partindo desta compreensão, é possível alcançar o cerne desta pesquisa, na qual o trabalho reprodutivo decorrente da divisão sexual do trabalho acomete a produção científica das mulheres pesquisadoras, sobretudo em tempos de *home office*. “Na construção das suas carreiras, as mulheres também se defrontam com a necessidade de conciliarem as responsabilidades familiares com as exigências da profissão” (SILVA; RIBEIRO, 2014, p. 459).

Ao ocuparem-se da participação das mulheres enquanto cientistas, Silva e Ribeiro (2014) indicam as adversidades presentes na comunidade científica:

A profissão científica tornou-se, sem dúvida, um tipo muito particular de profissão “moderna”, a qual possui uma cultura específica no processo de aquisição dos requisitos básicos para pertencer à comunidade científica. Tal cultura está centrada em valores masculinos no que se impõem, em certa medida, como obstáculos para a efetiva participação das mulheres na ciência (SILVA; RIBEIRO, 2014, p. 459).

Essas autoras discorrem, ainda, que, “[...] neste contexto, a produtividade científica, mensurada pelo número de publicações em artigos e livros nacionais e internacionais, coloca o pesquisador frente ao desafio de ser produtivo”:

Nessa narrativa fica evidente que muitas mulheres, para serem bem-sucedidas profissionalmente, acabam adaptando-se às regras vigentes na ciência que pressupõem uma valorização da publicação, já que a “moeda científica é trabalho publicado”. A lógica de uma carreira científica bem sucedida sustenta-se na equação: pesquisa + publicação = recursos. Nesse sentido, os membros da comunidade científica necessitam de uma expressiva produção para que possam concorrer de forma “igualitária” por bolsas, projetos, posições, recursos etc. (SILVA; RIBEIRO, 2014, p. 459).

A partir disto, Silva e Ribeiro exprimem a dicotomia em conciliar as atividades desenvolvidas por estas mulheres tanto no ambiente de trabalho quanto no familiar:

Nessa perspectiva, é importante considerar que a entrada das mulheres na ciência, esfera pública, necessariamente, não as tem desobrigado das responsabilidades com o cuidado da casa e filhos, já que persiste a tradicional divisão sexual do trabalho. Desse modo, a mulher-mãe-pesquisadora se depara com uma jornada excessiva, na qual precisa dar conta das exigências da vida acadêmica e das responsabilidades familiares (SILVA; RIBEIRO, 2014, p. 460).

Na soma desses fatores, é imperativo, nesse momento, evidenciar a temática do trabalho das pesquisadoras em tempos de pandemia. Se se entende a sobrecarga juslaboral da mulher devidamente atrelada à colonialidade, à divisão sexual do trabalho e ao trabalho reprodutivo — além da inobservância do direito fundamental de

igualdade nas relações de trabalho da mulher —, durante a implantação do *home office* foi verificada que, conforme evidenciam as pesquisas a serem exibidas em seções subsequentes, a sobrecarga em decorrência da desigualdade de gênero afeta o trabalho intelectual e a própria produção do conhecimento científico:

De modo amplo, sustentamos que mulheres cientistas são cotidianamente — em tempos de pandemia ou não — empurradas para universos de produção do conhecimento academicamente confinados, enfrentando desconfiças ou condescendências quanto ao alcance potencial de suas ideias e inovações. No extraordinário dos tempos de isolamento social, as dificuldades ordinárias se fazem ainda mais presentes e nos tornam incapazes de seguir a penosa negociação entre público e privado sobre a qual organizamos nossas carreiras. O modelo de delegação que permitia a liberação de tempo para o trabalho implodiu com a pandemia. Como efeito, mulheres cientistas estão ainda mais confinadas em suas possibilidades de encontrar tempo e espaço para pesquisar, estudar e analisar um fenômeno cujos impactos em todas as áreas do conhecimento são notáveis (CASTRO; CHAGURI, 2020, p. 29).

No que diz respeito aos tempos de isolamento social, essas autoras ainda destacam a variável que atinge estas mulheres, e, nota-se, todas são impactadas, sejam cientistas com ou sem filhos, solteiras ou casadas:

Uma negociação de tempos e espaços sempre penosa e carregada por um sem número de inseguranças e frustrações, as quais, num momento como este, são também reveladoras das dificuldades para se falar sobre os motores da produção da desigualdade baseada em gênero na ciência. Gostaríamos, portanto, de deslocar o debate da unidade familiar, para a maneira como essas regras de normas de gênero que produzem o cuidado como atividade feminina levam à vivência da carga mental de mulheres cientistas, casadas ou solteiras, com ou sem filhos (CASTRO; CHAGURI, 2020, p. 28).

Assim, em decorrência dos elementos apresentados como razão da sobrecarga juslaboral da mulher cientista, a próxima seção suscitará a pesquisa original do Grupo *Parent in Science* (PIS), a qual serviu de referencial teórico para esta monografia, que versa sobre a produtividade científica das mulheres pesquisadoras e os efeitos do trabalho remoto em tempos de pandemia. Subsequentemente, o

próximo capítulo também examinará a pesquisa local realizada com pesquisadores das Universidades Públicas (UEMG e UFVJM) da cidade de Diamantina (MG).

ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA DO GRUPO *PARENT IN SCIENCE* E DA PESQUISA LOCAL: OS IMPACTOS DO TRABALHO REMOTO E A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DAS MULHERES.

Sob a perspectiva dos impactos da produtividade científica das mulheres em tempos de *home office*, esta seção apresenta a pesquisa original intitulada “Produtividade acadêmica durante a pandemia: efeitos de gênero, raça e parentalidade”, empreendida pelo Movimento *Parent in Science* (PIS), grupo de pesquisadores brasileiros de diversas universidades do país, fundado em 2016 por Fernanda Staniscuaski, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, e cuja atenção é direcionada, fundamentalmente, para a análise da desigualdade de gênero na ciência e os impactos da parentalidade na produção científica.

Dessa maneira, esta pesquisa original do PIS trata-se de um levantamento feito com quase quinze mil cientistas no Brasil, entre os meses de abril e maio de 2020, com o objetivo de criar um panorama sobre o impacto da pandemia na ciência brasileira, especialmente no que tange às diferenças de gênero. Assim sendo, sabe-se que dentre os quinze mil respondentes a esse estudo, 3.629 são docentes, e este é o recorte evidenciado para abordagem desta monografia.

Em virtude do momento pandêmico, os pesquisadores do grupo PIS se viram diante de uma nova dificuldade proporcionada pelo trabalho remoto, tendo a equipe constatado brusca queda na submissão de artigos por mulheres. À vista disso:

[...] a equipe decidiu, então, fazer um levantamento com docentes, pós-doutorandos e estudantes de pós-graduação para entender como a produtividade acadêmica está sendo afetada durante a pandemia e verificar se há diferenças nesse impacto em alguns grupos ou em pessoas com determinadas condições (BARRADAS, 2020).

Isto posto, os gráficos da pesquisa serão demonstrados em seguida, a fim de ilustrar as circunstâncias da produtividade científica dos pesquisadores objetos desse levantamento, em especial das pesquisadoras. O grupo *Parent in Science* (2020, p. 2) justifica: “[...] conseguimos, assim, mapear quem foi mais impactado pela pandemia, o que é crucial para o desenvolvimento de ações e políticas que impeçam o aprofundamento de desigualdade de gênero e raça na ciência”.

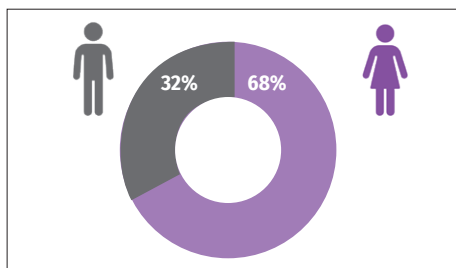
Ademais, ainda que a pesquisa original do grupo PIS tenha produzido um levantamento também com pós-doutorandos e estudantes de pós-graduação, esta pesquisa propôs-se a levantar dados de pesquisadores docentes, fazendo um recorte entre gênero e parentalidade.

Análise de dados da pesquisa nacional do grupo *Parent in Science*

Com base na pesquisa original, com o total de 3.629 docentes, é possível verificar que gênero e parentalidade são fatores contribuintes e determinantes no que diz respeito à sub-representação feminina na ciência, conforme registra o grupo PIS (2020, p. 12).

Na Figura 1, apresenta-se o efeito de gênero entre os docentes participantes da pesquisa. Nela, constata-se que as mulheres são maioria entre os respondentes.

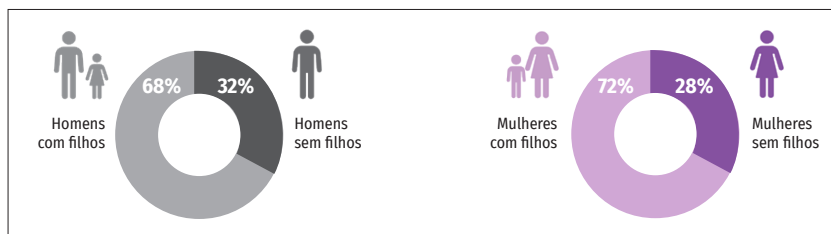
Figura 1 – Efeito de gênero: docentes pesquisadores de Instituições de Ensino Superior do Brasil



Fonte: PARENT IN SCIENCE, 2020, p. 7.

Seguindo com os docentes respondentes, avaliou-se, em seguida, o efeito da parentalidade (Figura 2), sendo evidente a prevalência de docentes com filhos entre os homens e as mulheres.

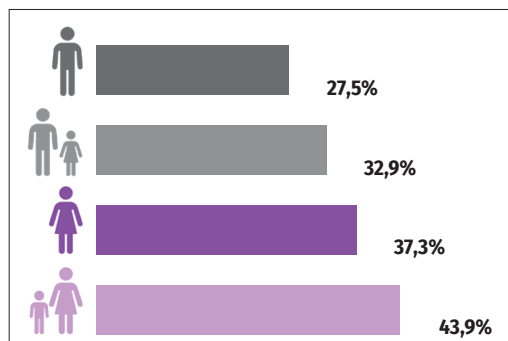
Figura 2 – Efeito de parentalidade: docentes pesquisadores de Instituições de Ensino Superior do Brasil



Fonte: PARENT IN SCIENCE, 2020, p. 7.

Na ilustração que se segue, demonstra-se como os docentes beneficiaram-se com a prorrogação dos prazos de submissão de produção científica (Figura 3). Por meio dela, percebe-se que as mulheres foram mais beneficiadas com a prorrogação de prazos do que os homens. Além disso, considerando os dois gêneros em separado, percebe-se que os que possuem filhos favoreceram-se mais com a prorrogação dos prazos.

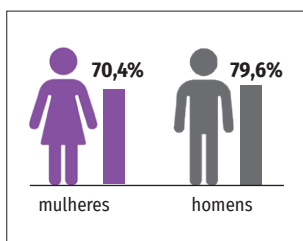
Figura 3 – Docentes que se beneficiaram com a prorrogação dos prazos



Fonte: PARENT IN SCIENCE, 2020, p. 4.

Por sua vez, a Figura 4 indica os docentes sob efeito de gênero que conseguiram cumprir os prazos relacionados a solicitações de fomento/bolsas e/ou submissão de relatórios/prestação de contas. A este respeito, os resultados da pesquisa demonstram que os homens atingiram maior efetividade em relação ao cumprimento dos prazos.

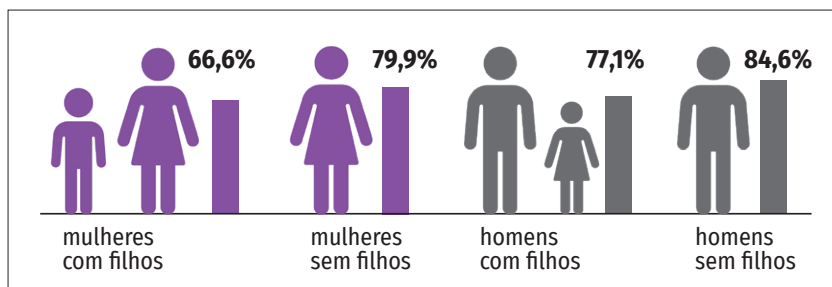
Figura 4 – Docentes que conseguiram cumprir os prazos sob efeito do gênero



Fonte: PARENT IN SCIENCE, 2020, p. 4.

Já a Figura 5 destaca os docentes sob efeito de parentalidade que conseguiram cumprir os prazos relacionados a solicitações de fomento/bolsas e/ou submissão de relatórios/prestação de contas. Nessa ilustração, nota-se a vantagem de homens sem filhos, seguidos de mulheres sem filhos, enquanto mulheres ou homens com filhos tiveram menor benefício quanto ao cumprimento de prazos.

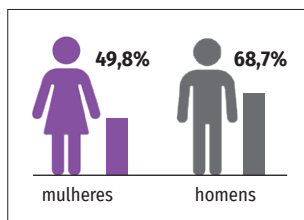
Figura 5 – Docentes que conseguiram cumprir os prazos sob efeito da parentalidade



Fonte: PARENT IN SCIENCE, 2020, p. 4.

Em relação à Figura 6, apresenta-se os docentes sob efeito do gênero que submeteram artigos científicos conforme o planejado, sendo notável a prevalência da porcentagem dos homens em comparação às mulheres.

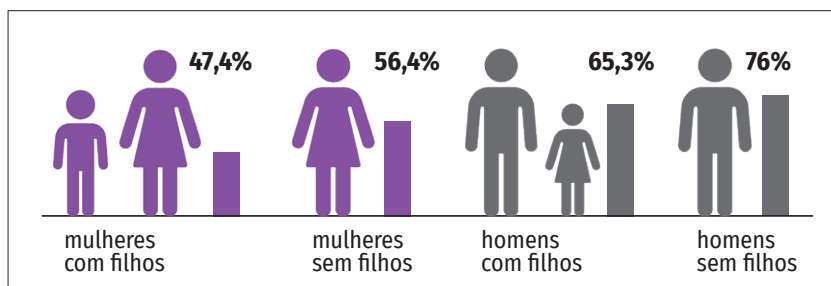
Figura 6 – Docentes que submeteram artigos científicos conforme planejado sob efeito do gênero



Fonte: PARENT IN SCIENCE, 2020, p. 5.

Já a Figura 7 situa os docentes sob efeito da parentalidade que submeteram artigos científicos de acordo com o planejado. Neste quesito, os homens sem filhos despontam como maioria, seguidamente acompanhados por homens com filhos. Dessa forma, a mulher encontra-se em notável prejuízo, ainda que as mulheres sem filhos tenham um breve benefício em relação às mulheres com filhos.

Figura 7 – Docentes que submeteram artigos científicos conforme planejado sob efeito da parentalidade



Fonte: PARENT IN SCIENCE, 2020, p. 5.

Alicerçando-se nestes dados apresentados pelo levantamento do Grupo PIS, é possível constatar a desigualdade de gênero que circunda a Academia no Brasil, uma vez que, no que compete principalmente à submissão de produção científica durante a pandemia, as mulheres com filhos tiveram sua produtividade acadêmica mais atingida, enquanto os homens, particularmente os sem filhos, foram os menos afetados pelo *home office*. Neste sentido, o levantamento do Grupo PIS sugere, portanto, a presença do efeito da parentalidade, do trabalho reprodutivo e da divisão sexual do trabalho que acometem as mulheres acadêmicas pesquisadoras.

Análise de dados da pesquisa local em Diamantina (MG): os impactos do trabalho remoto na produção científica das mulheres

Para a realização desta análise voltada para a cidade de Diamantina (MG) e o impacto causado pelo *home office* na produção científica de docentes da UEMG e UFVJM, utilizou-se a técnica de pesquisa identificada como “observação direta extensiva”, que, consoante determina Lakatos e Marconi (2003, p. 200), “[...] realiza-se através do questionário, do formulário, de medidas de opinião e de atitudes e de técnicas mercadológicas”. No caso do desenvolvimento desta pesquisa, fez-se o uso, em específico, do questionário para a coleta dos dados, sendo ele “[...] um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 200).

Assim sendo, nesta subseção, apresenta-se, especificamente, os dados coletados na pesquisa local com docentes nas universidades públicas de Diamantina (MG) (UEMG e UFVJM). O questionário aplicado baseia-se no questionário elaborado pelo Grupo PIS, entretanto contém algumas particularidades, já que se concentra em pesquisa local, logo não é idêntico ao questionário empregado na pesquisa original.

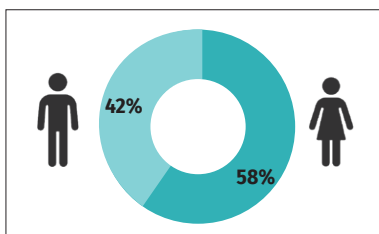
A pesquisa local obteve um total de quarenta e seis respondentes, dos quais três declararam que não são pesquisadores nas respectivas universidades de Diamantina (MG), e, com isso, esses dados não serão aproveitados para este propósito, restando, por conseguinte, dados de quarenta e três respondentes a serem apreciados nesta análise.

Importa, nesse momento, ressaltar que a pesquisa feita com estas quarenta e seis pessoas sucedeu de forma anônima e, isto posto, nenhuma informação pessoal foi colhida ou será utilizada para os fins desta monografia. Desse modo, a relevância dos dados apurados mantém-se apenas nas relações de trabalho, produção científica, gênero e parentalidade dos respondentes.

Em consequente, dos quarenta e três docentes respondentes, vinte e cinco são homens e dezoito são mulheres, correspondendo a

58 % e 42 % do todo, respectivamente, o que pode ser observado na Figura 8, que se segue, que expõe o efeito de gênero entre os docentes entrevistados nesta pesquisa.

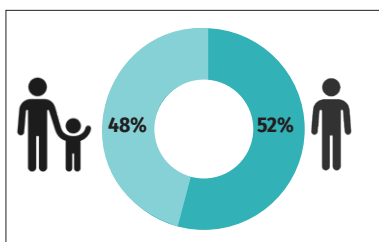
Figura 8 – Efeito de gênero entre os 43 docentes pesquisadores de Instituições de Ensino Superior em Diamantina (MG)



Fonte: os autores

Em relação ao gênero masculino, dos vinte e cinco respondentes, doze possuem filhos, enquanto treze não. Assim, sob o efeito da parentalidade, há a prevalência (ainda que mínima) de homens sem filhos entre os respondentes (Figura 9).

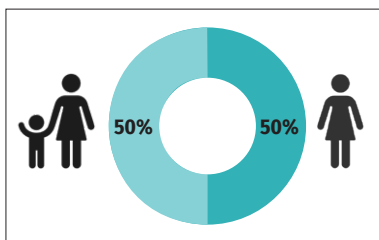
Figura 9 – Efeito da parentalidade entre o gênero masculino



Fonte: os autores

Na Figura 10, por sua vez, demonstra-se o efeito da parentalidade entre as mulheres respondentes, que se encontra igualmente dividido, ou seja, das dezoito respondentes do gênero feminino, nove são mulheres com filhos e nove são mulheres sem filhos, o que difere dos dados colhidos entre os homens, cujos respondentes sem filhos são a maioria.

Figura 10 – Efeito da parentalidade entre o gênero feminino

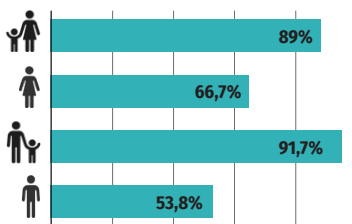


Fonte: os autores

Finalizando *per si* os efeitos de gênero e parentalidade dos respondentes, a partir desse momento estes efeitos serão infiltrados à produção científica dos entrevistados.

A Figura 11 aponta as implicações do trabalho reprodutivo na produção científica sob efeitos de gênero e parentalidade. Nesse aspecto, os homens com filhos indicaram que o trabalho doméstico afetou sua produção científica, ao passo que as mulheres com filhos também indicaram que são atingidas pelo trabalho reprodutivo em detrimento da produção científica. Convém acentuar que, neste caso, sob efeito da parentalidade, a diferença percentual entre os pesquisadores é irrisória. Atinente aos pesquisadores sem filhos, as mulheres são mais atingidas pelo trabalho reprodutivo do que os homens sem filhos. Ressalta-se que toda a pesquisa independe de estado civil dos participantes.

Figura 11 – Produção científica afetada pelo tempo despendido em trabalho reprodutivo: efeito de gênero e parentalidade



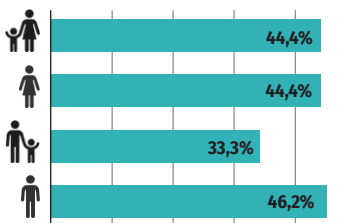
Fonte: os autores, s.d.

Sobre uma possível prorrogação de prazo para submissão de produto científico, a Figura 12 demonstra que as mulheres com e sem filhos foram igualmente beneficiadas pela prorrogação de prazos. É importante ressaltar que sem a prorrogação, possivelmente a quanti-

dade de produto científico submetido seria inferior para as mulheres com filhos, pois estas foram as mais afetadas pelo trabalho remoto durante a pandemia conforme apresentado na Figura 11 e observado na pesquisa original, devido a sobreposição do trabalho reprodutivo frente ao produtivo.

Ademais, em análise aos dados fornecidos pelos pesquisadores homens, a parentalidade foi determinante, ou seja, os homens com filhos se beneficiaram menos com a prorrogação de prazos. Por outro lado, os homens sem filhos obtiveram maior vantagem com a prorrogação de prazos.

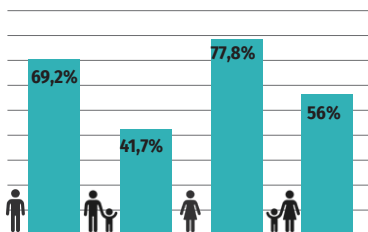
Figura 12 – Docentes que se beneficiaram com prorrogação de prazo: efeitos de gênero e parentalidade.



Fonte: os autores

Para efeitos de gênero e parentalidade, a Figura 13 destaca os respondentes que conseguiram submeter produção científica durante a pandemia segundo planejado. Nesse contexto, os respondentes sem filhos, sejam do gênero feminino ou masculino, submeteram trabalhos em maior quantidade e conforme o planejado do que os respondentes com filhos, sendo os homens com filhos os que menos submeteram produto científico nessas condições.

Figura 13 – Submissão de produto científico conforme planejado: efeito de gênero e parentalidade



Fonte: os autores, s.d.

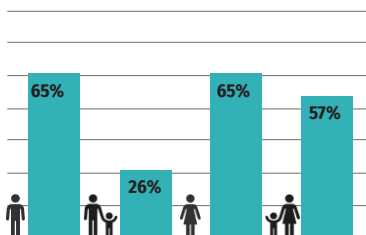
Por fim, ao ocupar-se com a quantidade de produção científica submetida em tempos de isolamento social, constata-se que entre mulheres e homens sem filhos a quantidade de produto submetido foi idêntica, seguido da produtividade científica das mulheres com filhos e, por último, a produção dos homens com filhos (Figura 14).

No entanto, as mulheres com filhos, que historicamente possuem em seu desfavor a naturalização do trabalho reprodutivo, nesta pesquisa, no espaço de trabalho remoto, não tiveram severo impacto nas submissões de produções científicas, uma vez que o trabalho reprodutivo já se apresenta como intrínseco ao gênero feminino e, consequentemente, as mulheres adaptaram-se a esta sobrecarga de jornadas.

Evidencia-se, ainda no que tange à parentalidade, que os homens com filhos, durante o trabalho remoto, também foram impactados pelo trabalho reprodutivo, de acordo com os dados supra destacados na Figura 11. É possível compreender que esse impacto apresentado pelos respondentes da pesquisa ocorreu em virtude de que os homens com filhos não conseguiram se desvencilhar do espaço reprodutivo durante o trabalho remoto, na pandemia.

Em outras palavras, os homens com filhos foram compelidos a contribuir com o trabalho reprodutivo em razão das condições impostas pela pandemia, atividade essa usualmente não vivenciada por eles pré momento pandêmico, uma vez que incumbido do trabalho produtivo e compreendendo isso como seu encargo exclusivo. Portanto, nas condições atuais de pandemia e segundo demonstrado na Figura 14, os homens com filhos viveram de fato este lugar de trabalho reprodutivo que até então era espaço próprio da mulher.

Figura 14 – Quantidade de produto científico submetido: efeito de gênero e parentalidade



Fonte: os autores, s.d.

Interessa destacar que o cálculo feito para alcançar este resultado foi efetuado por meio da somatória das quantidades descritas pelos respondentes, uma vez que se optou por não fazer uma média dos valores já que o desvio padrão encontrado nas amostras foi muito elevado, posto que as respostas variaram de 0 a 25 produtos submetidos, independente de gênero e parentalidade.

Assim, ao analisar os dados do levantamento local feito com os pesquisadores das universidades públicas de Diamantina (MG), compreende-se também presentes os fatores que levam à sobrecarga juslaboral da mulher enquanto pesquisadora, visto que tais fatores são inerentes à condição da mulher não importa a região do país. Logo, a desigualdade de gênero, a divisão sexual do trabalho e o trabalho reprodutivo afetam diretamente estas mulheres pesquisadoras seja qual for seu contexto, algumas com maior e outras em menor alcance, conforme auferido com este questionário.

Excepcionalmente, os resultados do levantamento local demonstraram que, apesar de toda a sobrecarga juslaboral acrescida pelo *home office* em decorrência da pandemia da covid-19, a produção científica das pesquisadoras locais até foi afetada, mas não excessivamente, em comparação ao impacto encontrado a partir da pesquisa nacional realizada pelo Grupo PIS.

Sabendo que vários são os contextos e perspectivas acerca deste exame da sobrecarga feminina em seu dia a dia, tanto em relação ao trabalho reprodutivo quanto ao trabalho produtivo, é possível perceber que, ainda que localmente, as mulheres com ou sem filhos conseguiram produzir e submeter trabalhos científicos conforme o planejado, mas, mesmo produzindo, ainda foram impactadas pela divisão sexual do trabalho.

Resta evidente, com isso, que os homens respondentes, principalmente os sem filhos, foram os menos afetados nestes atributos avaliados, o que reforça, portanto, a desigualdade de gênero na relação de trabalho e na divisão sexual do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objeto de estudo a sobrecarga juslaboral das pesquisadoras das universidades públicas de Diamantina

(MG) na pesquisa científica durante a pandemia da covid-19. Dispôs-se, portanto, como objetivo principal analisar como o trabalho remoto afetou a produção científica destas mulheres e as possíveis razões desse acontecimento. Por sua vez, esta investigação justificou-se pela necessidade de compreensão destas variáveis enfrentadas pelas pesquisadoras na atual conjuntura de ambiente de trabalho compartilhado com o ambiente reprodutivo.

Dessa forma, realizou-se o trabalho a partir de revisão bibliográfica sobre o tema e de estudo de caso, considerando a pesquisa do grupo *Parent in Science* em conjunto com dados locais obtidos por meio de questionário aplicado a docentes pesquisadores.

Observou-se, assim, que, historicamente, a hierarquia de gênero proveniente da colonialidade do ser afeta diretamente as mulheres, vez que a divisão sexual do trabalho e trabalho reprodutivo são vistos como próprio da mulher. Além disso, o Estado Democrático de Direito, sendo inferência da Constituição da República de 1988, supostamente garante a igualdade de gênero, embora se apresente meramente como uma garantia formal, visto que a realidade juslaboral — dentre outras — vivida pelas mulheres não condiz com o texto taxado na Constituição cidadã.

Fez-se necessário também compreender a perspectiva de gênero partindo do contexto histórico na qual a hierarquização e exploração do trabalho reprodutivo e divisão sexual do trabalho afetaram a produção científica das mulheres em tempos de pandemia, o que também é conexo à desigualdade de gênero em relação às jornadas de trabalho vivenciadas pelas mulheres.

Os dados analisados na pesquisa do Movimento *Parent in Science*, realizada em âmbito nacional (adaptada a esta monografia), demonstraram como os efeitos de gênero e parentalidade durante a pandemia impactaram prejudicialmente de forma significativa a produção científica das mulheres que participaram do estudo.

Por sua vez, ainda que na pesquisa nacional as mulheres foram as maiores impactadas pelo trabalho remoto decorrente da pandemia, na pesquisa local as mulheres não foram demasiadamente prejudicadas em sua produção científica em virtude dos efeitos de gênero e parentalidade, o que se justifica pela adaptação ao trabalho reprodutivo independentemente das circunstâncias da pandemia,

vez que a divisão sexual do trabalho é própria a todas elas. Já a produção científica das mulheres sem filhos mostrou-se equivalente à dos homens sem filhos.

Não obstante, os dados coletados localmente indicaram que os homens sem filhos sofreram menor impacto em se tratando de *home office*, enquanto os homens com filhos apresentaram-se mais atingidos, já que tiveram que adentrar o espaço do trabalho reprodutivo.

Assim sendo, as perspectivas concernentes a este trabalho refletem a necessidade de estudos futuros nos quais será fundamental que se retome esse tema, uma vez que essas variáveis identificadas em relação ao trabalho científico da mulher durante a pandemia contribuíram com o entendimento das dimensões desfavoráveis as quais as mulheres pesquisadoras foram submetidas em razão do *home office*. Desse modo, é imprescindível que se investigue com levantamento de dados o desfecho da produção científica das mulheres enquanto durar a pandemia e, conseqüentemente, o trabalho remoto.

Sobre tal contexto, em consonância com os resultados alcançados pelo Grupo *Parent in Science*, já citados neste trabalho, de acordo também com as conclusões finais do Grupo, interessa que as universidades e agências de fomento criem ou atualizem medidas de políticas públicas de ações afirmativas em auxílio às pesquisadoras a fim de nivelar as oportunidades de publicações, seja aumentando ou flexibilizando os prazos de submissão, criando editais específicos a estes grupos atingidos, dentre outras realizações. Com isso, as pesquisadoras enfrentariam a sobrecarga de trabalho com mais tranquilidade enquanto perdurar o período pandêmico e também para além dele.

REFERÊNCIAS

BARRADAS, Mirian Socal. Pesquisa da UFRGS revela impacto das desigualdades de gênero e raça no mundo acadêmico durante a pandemia. **UFRGS CIÊNCIA**, Rio Grande do Sul, jul. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ciencia/pesquisa-da-ufrgs-revela-impacto-das-desigualdades-de-genero-e-raca-no-mundo-academico-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 31 maio 2021.

BIROLI, Flávia. Divisão sexual do trabalho e democracia. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 719-681, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/kw4kSNvYvMYL6fGJ8KkLcQs/?format=pdf&lang=pt.pdf>. Acesso em: 28 maio 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília (DF): Presidência da República [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 jun. 2021.

CARVALHO, Rayann Kettuly Massahud de. **Colonialidade, transmodernidade e diferença colonial**: para um direito situado na periferia. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito, Minas Gerais, 2020.

CASTRO, Bárbara; CHAGURI, Mariana. Gênero, tempos de trabalho e pandemia: por uma política científica feminista. **Revista Linha Mestra**, n. 41, p. 23-31, set. 2020. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/359290/2/103411219809026a2020n41ap2331.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2021.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**: obra revista e atualizada conforme a lei da reforma trabalhista e inovações normativas e jurisprudenciais posteriores. 18. ed. São Paulo: LTr, 2019.

DELPHY, Christine. Patriarcado. In: HIRATA, Helena *et al.* (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009, p. 173-178. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod_resource/content/1/Kergoat%20p.67-75%20in%20Dicionario_critico_do_feminismo%202009.pdf. Acesso em: 25 jun. 2021.

DIAS, Edgard Santos Tavares. **O direito do trabalho e a proteção do trabalho da mulher**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/5804/1/Edgar%20Santos%20Tavares%20Dias.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2021

ELEUTÉRIO, Júlia Melim Borges. **(Des)igualdade de gênero nas relações de trabalho**: por um novo paradigma relacional a partir da desconstrução da cultura machista. Florianópolis: Empório do Direito, 2017.

FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019. Disponível em: http://coletivosycorax.org/wp-content/uploads/2019/09/Opontozerodarevolucao_WEB.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena *et al.* (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 67-75. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod_resource/content/1/Kergoat%20p.67-75%20in%20Dicionario_critico_do_feminismo%202009.pdf. Acesso em: 25 jun. 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito do trabalho**. 12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

LISBÔA, Natália de Souza. Decolonizar é preciso? In: CABRAL, Alex Ian Psarski; CABRAL, Cristiane Helena Lima de Paulo; RIBEIRO, Mayra Thais Andrade (Orgs.).

Direito internacional público e privado em faces contemporâneas. Pará de Minas (MG): Virtual Books, 2018. p. 68-82. Disponível em: https://www.academia.edu/38158795/DIREITO_INTERNACIONAL_P%C3%A9ABLICO_E_PRIVADO_EM_FACES_CONTEMPOR%C3%82NEAS_e-book.pdf. Acesso em: 04 jul. 2021.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 935-952, set.-dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577.pdf>. Acesso em: 27 maio 2021.

MELO, Hildete Pereira de; CASTILHO, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: Quem faz? **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, jan.-abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/n6MkFMkdcWNq4Jfhfz-W7DQh/?lang=pt#>. Acesso em: 08 jun. 2021.

MURADAS, Daniela; PEREIRA, Flávia Souza Máximo. Decolonialidade do saber e direito do trabalho brasileiro: sujeições interseccionais contemporâneas. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 2.117-2.142, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/pg95kcBhyQTgcTPVfBmWcFR/?format=pdf&lang=pt.pdf>. Acesso em: 27 maio 2021.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS (OEI). **Estudo da OEI aponta conquista das mulheres do meio científico no Brasil**, 2019. Disponível em: <https://oei.int/pt/escritorios/brasil/noticia/estudo-da-oei-aponta-conquista-das-mulheres-do-meio-cientifico-no-brasil>. Acesso em: 27 maio 2021.

OLIVEIRA, Ariete Pontes de; REIS, Italo Moreira. As precarizações impostas ao meio ambiente juslaboral da mulher como herança da divisão sexual do trabalho: necessária releitura epistemológica por meio da decolonialidade. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, São Paulo, v. 86, n. 3, p. 115-130, jul.-set. 2020. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/180995/2020_rev_tst_voo86_noo03.pdf?sequence=1&isAllowed=y.pdf. Acesso em: 27 maio 2021.

PARENT IN SCIENCE. **Produtividade acadêmica brasileira durante a pandemia: efeitos de gênero, raça e parentalidade.** UFRGS, Porto Alegre: Parent in Science, 2020. Disponível em: <https://www.parentinscience.com/>; <https://www.ufrgs.br/ciencia/wp-content/uploads/2020/07/LevantamentoParentinSciencePandemia.pdf>. Acesso em: 30 maio 2021.

SILVA, Fabiane Ferreira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. **Revista Ciência e Educação**, Bauru, v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/wNkT5PBqyDG-95V9f4dJH4kN/?lang=pt>. Acesso em: 30 jun. 2021.

THOME, Candy Florencio. O princípio da igualdade de gênero e a participação das mulheres nas organizações sindicais dos trabalhadores. **Revista Eletrônica TRT 4.ª Região**, n. 154, mar. 2013. Disponível em: https://siabi.trt4.jus.br/biblioteca/direito/doutrina/artigos/Revista_Eletronica/2013/Revista%20Eletr%C3%B4nica%20%20n.%20154.pdf. Acesso em: 17 jun. 2021.

A ARTICULAÇÃO OPERACIONAL DAS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR: DESAFIOS À IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Juliana Lemes da Cruz⁸⁶

INTRODUÇÃO

Este texto resultou dos estudos relacionados à violência doméstica contra as mulheres no âmbito da 15.^a Região Integrada de Segurança Pública, com sede em Teófilo Otoni, Minas Gerais. Precisamente, sobre a articulação operacional das polícias militar e civil, que desempenham suas atividades como componentes essenciais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência em sessenta municípios dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, localizados no nordeste de Minas Gerais. Apresentando alguns desafios à implementação das políticas de enfrentamento à esta modalidade violenta, o estudo teve por objetivo provocar a reflexão a respeito da influência dos formatos distintos de articulação operacional da Polícia Civil (PC) e da Polícia Militar (PM) na aplicabilidade das políticas para as mulheres em situação de violência desse território.

Ao ser formulado, o presente artigo teve como ponto de partida inquietações provocadas pelos índices de violência registrados junto aos órgãos de segurança pública entre os anos de 2018 e 2021. As in-

⁸⁶ Doutoranda em Política Social (UFF). Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica do 19.º Batalhão - 15.ª Região de Polícia Militar de Minas Gerais. Correio eletrônico: julianalemes@id.uff.br.

formações dão conta de que, apesar da região não constar como uma das que mais registraram casos de violência contra as mulheres, foi a que mais registrou feminicídios consumados no estado de Minas no primeiro semestre de 2021. Dentre as hipóteses para esta realidade, destacam-se, além do período de crise sanitária, em decorrência da pandemia de covid-19, a dificuldade de acesso das mulheres ao sistema de justiça, porque têm como meio e condicionante, a ação coordenada entre os serviços prestados tanto pela PM, quanto pela PC.

O rearranjo institucional que instaurou a regionalização nas instituições policiais se deu no ano de 2003, com a criação da Secretaria de Defesa Social (SEDS), instituída pela Lei Estadual n. 56, de 29 de janeiro daquele ano (SAPORI e ANDRADE, 2008). A norma previu a integração e planejamento, por meio da articulação interinstitucional discutida conjuntamente entre os órgãos de Defesa Social, por meio das administrações penitenciária, de Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Defensoria Pública.

O estudo mostra-se relevante por permitir reflexões sobre o processo de implementação de políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, a partir do olhar sobre a dinâmica operacional das polícias militar e civil, enquanto componentes da rede de atendimento às mulheres em situação de violência. Infere-se que a 15ª RISP encontra-se em um cenário remoto do Estado de Minas Gerais, distante dos grandes centros urbanos, carente de estrutura física, e recursos logístico e humano para amparo às mulheres em situação de violência. Para a formulação desse texto, consideramos o fenômeno da violência doméstica a partir do marco normativo da Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e o conceito de Rede de Atendimento, conforme definição expressa na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, no âmbito de análise dos serviços não especializados (BRASIL, 2006; SPM, 2011).

Nesses espaços de atuação, onde inclui-se os profissionais da segurança pública, em especial, policiais militares e civis, é possível potencializar intervenções associadas à luta pela emancipação das mulheres, que segundo Cisne (2018), atrela-se à luta pela emancipação humana. De outro modo, se a prestação dos serviços apresenta importantes limitações, dificilmente, as mulheres em situação de violência terão garantidos seus direitos.

O enfrentamento da violência contra meninas e mulheres na região de estudo, encontra-se estreitamente relacionado ao contexto histórico regional, uma vez que as relações constituídas por gerações, condicionam a organização da vida em sociedade, preservando o tradicionalismo, inibindo a reação das mulheres em situação de violência que precisam buscar amparo nas instituições.

Metodologicamente, recorreu-se à análise documental, bem como, à utilização de referenciais que subsidiassem as reflexões sobre os desafios à implementação das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, destacando a influência da articulação operacional das polícias militar e civil enquanto instituições meio para o acesso das mulheres ao sistema de justiça. Para o estudo da temática em questão, a condição de gênero foi tratada como categoria de análise central e a região, como categoria de análise espacial, uma vez que constitui um conceito caro aos estudiosos de vários campos do saber, não exclusivamente da geografia (DINIZ *et al.*, 2007).

Foram analisadas informações contidas em documentos oficiais que dizem respeito aos índices de violência registrados pelas mulheres da região nos órgãos de segurança pública entre os anos de 2018 e 2021. Conforme Cellard (2008, p. 295), o documento escrito constitui “fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais”.

O presente artigo, além dessa introdução e das considerações finais, está estruturado sob o seguinte roteiro: 1) A violência doméstica e familiar contra as mulheres: a urgência do debate; 2) As políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres; e 3) A articulação operacional das polícias civil e militar: desafios à implementação de políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres da 15ª RISP. Resultou do estudo o entendimento de que os desafios impostos em razão do formato da divisão das regiões no âmbito da Segurança Pública complexificam a operacionalização dos serviços da rede de atendimento à mulher em situação de violência, de modo a limitar a aplicabilidade da Lei Maria da Penha.

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES: A URGÊNCIA DO DEBATE

A violência constitui um fenômeno social e multifacetado, uma expressão de determinada relação de força, que se encontra intimamente associada à dimensão do poder. Sob seu aspecto negativo,⁸⁷ Foucault (1979) esclarece que o “poder” serve à ideia de controle, limite e dominação.

Os estudos associados à violência de gênero contra as mulheres envolvem a dimensão relacional e, por vezes, constitui condutas específicas que infringem as leis formais criadas pelo Estado. Deste modo, o reconhecimento público estatal de determinada manifestação violenta como um crime, demanda a inserção do problema na agenda política no âmbito dos governos.

É consenso que o fenômeno da violência contra as mulheres vem sendo debatido no contexto global de forma intensa desde que houve o reconhecimento de que sua superação é “condição necessária para a construção da humanidade (WAISELFISZ, 2015). Assim, com base em tratados e normas internacionais, as quais o Brasil tornou-se signatário, foram elaboradas normativas nacionais para fazer frente ao problema. Nesse sentido, considera-se nova a judicialização da criminalização da violência contra as mulheres, que ocorreu sob o amparo de legislação específica em razão da promulgação da Lei n. 11.340 em 07 de agosto de 2006 (Maria da Penha).

Conforme esta legislação, entende-se como violência doméstica e familiar contra a mulher “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006, art. 5.º). A Lei enumera cinco modalidades de violência: a física, a psicológica, a sexual, a moral e a patrimonial. Por meio desse dispositivo legal, equipamentos públicos dos campos da segurança pública e do sistema de justiça puderam dispor de condições objetivas para efetivar a proteção das vítimas e a punição dos agressores (WAISELFISZ, 2015).

⁸⁷ O autor explica que o “poder” pode ser compreendido sob dois aspectos. De um lado, na forma positiva e produtiva, que diz respeito às novas possibilidades, ideias e relações. E de outro lado, de uma forma negativa, que seria relacionado ao entendimento tradicional, vinculado ao domínio e o controle (FOUCAULT, 1979).

No cenário da violência, a que ocorre, predominantemente, na esfera doméstica contra as mulheres, assumiu lugar de destaque nos últimos trinta anos. Baseada na dimensão relacional, é melhor compreendida a partir da perspectiva de “gênero” como categoria de análise central.

Dentre as formas mencionadas de violência doméstica, o ápice, é a forma letal. Nesse sentido, em que pese os casos de homicídios de homens serem mais acentuados do que os homicídios de mulheres, estudos sinalizam que, enquanto homens são assassinados, majoritariamente, em espaços públicos, as mulheres são mortas, principalmente, dentro de suas casas, e/ou por pessoas das suas relações de intimidade (FBSP, 2019). Segundo Portella (2014), o problema dos homicídios de mulheres, no âmbito da teoria social, parte de dois pontos:

O primeiro está nos estudos sobre a violência letal no campo da sociologia do crime e da violência, a partir dos quais se chega às situações em que as vítimas são mulheres. Dada a sua pequena magnitude, porém, os homicídios de mulheres seriam a parte “menos importante” nessas abordagens, cujo foco está sobre as condições associadas ao perfil de agressores e vítimas e aos contextos sociais que propiciam a violência letal. O segundo está nos estudos sobre violência contra as mulheres, nos quais a violência letal ocupa um lugar importante, especialmente quando se trata dos crimes cometidos por parceiros íntimos. E aqui, contrariamente, os homicídios seriam a parte “mais importante” da violência contra as mulheres, sendo usualmente interpretados como o ápice do processo de dominação masculina (PORTELLA, 2014, p. 41).

Conforme esclarece a autora, a importância conferida à questão da violência contra as mulheres, especialmente diante dos crimes de homicídio cometidos pelos parceiros íntimos alerta sobre o lugar de destaque do problema. Mas, mesmo diante dessa constatação, encontra-se negligenciado, tanto no campo social, quanto no jurídico.

Segundo Portella *et al.* (2011), os homicídios de mulheres em razão de violência doméstica e/ou familiar têm em comum a motivação as relações de poder e as características relacionadas às desigualdades de gênero. No caso brasileiro, a legislação discriminou duas formas qualificadoras dos homicídios ocorridos em razão da condição de sexo/gênero. Por um lado, o assassinato da mulher em con-

texto de violência doméstica e/ou familiar. Por outro, o assassinato da mulher por menosprezo ou discriminação à sua condição de sexo feminino. O conceito jurídico do Femicídio foi descrito na Lei n. 13.104 de 09 de março de 2015, após intenso percurso, caracterizado pela luta das mulheres.

Apesar da violência doméstica ser amplamente discutida pela comunidade científica e estar presente no cotidiano das brasileiras — seja porque encontram-se nessa condição ou por conhecerem outras mulheres que sofrem com o problema —, “[...] não existem estatísticas sistemáticas e oficiais que apontem para a magnitude deste fenômeno” (SPM, 2011c, p. 16). Tal constatação foi reforçada por Pasinato (2021), que reconhece os avanços na produção dos dados, mas, não a qualificação deles.

AS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Segundo Lourdes Bandeira (2015), a primeira política destinada às mulheres teria sido o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, o PAISM, criado em 1983 pelo Ministério da Saúde. A autora ressalta ainda que protagonizaram aquele momento histórico a criação dos Conselhos Estaduais da Mulher (São Paulo e Minas Gerais, criados em 1983, respectivamente), assim como a emergência mais efetiva da presença das Organizações Não Governamentais (ONGs) que desempenhavam o trabalho de apoio às mulheres em situação de violência. Logo após, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (Lei. n. 7.353 de 1985), conquista do movimento feminista.

O alcance do movimento organizado feminista e de mulheres durante as décadas de 1970 e 1980 foi tão expressivo que, no ano de 1985 foi criada a primeira Delegacia de Defesa da Mulher em São Paulo (DDM). E depois dela, outras iniciativas similares aconteceram em outros estados da federação. Aquele foi o primeiro reconhecimento estatal de que a violência contra as mulheres constitui uma questão com legitimidade a ser tratada no âmbito da política pública.

Em decorrência deste movimento, outro importante marco das conquistas feministas foi a inserção, no texto da Constituição Federal de 1988, das reivindicações propostas pelas brasileiras por meio

da Carta das Mulheres entregue pela socióloga Jacqueline Pitanguy, em março de 1987, ao Deputado Ulysses Guimarães, então presidente do Congresso Nacional. “A Constituição de 1988 foi a primeira a estabelecer plena igualdade jurídica entre homens e mulheres no Brasil” (MODELLI, 2021).

Nesse sentido, Sílvia Pimentel (2018) alerta que faz-se importante que tenhamos ciência de que os últimos trinta anos não foram o bastante para que o texto da Carta Magna fosse implementado como deveria. “Vale dizer, estão em risco de retrocessos os direitos e garantias já conquistadas na nossa Constituição” (PIMENTEL, 2018, p. 64).

Embora não tenha provocado mudanças tão significativas em curto prazo, a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), em janeiro de 2003, representou outra importante inflexão nesse cenário. Constituiu, inicialmente, a resposta do governo recém-eleito aos anseios das mulheres que lutavam há décadas por espaço no campo político do país.

Logo na sequência, no ano de 2004, foram chamadas as conferências de políticas para mulheres que resultaram na elaboração do 1.º Plano Nacional. Em 2006 foi promulgada a Lei n. 11.340 pelo Congresso Nacional. A conhecida Lei “Maria da Penha” foi um passo importante para o cumprimento das determinações da Convenção de Belém do Pará e da CEDAW, e do artigo 226, inciso 8.º da CF/88. A lei altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal. O protagonismo do movimento feminista e de mulheres foi o diferencial no processo de construção da Lei Maria da Penha, propondo tratamento aplicado à demanda e uma legislação que apontasse a violência doméstica como questão complexa e carente de abordagem integral (BRASIL, 2006).

Segundo Leila Linhares Barsted (2012), advogada, também protagonista no processo de luta pelos direitos das mulheres e membro do Comitê de Especialistas do Mecanismo de Monitoramento da convenção de Belém do Pará da Organização dos Estados Americanos, OEA, o enfrentamento da violência de gênero, que tem como uma de suas principais expressões, a violência contra as mulheres, foi pauta continuada do movimento feminista. E este:

[...] cedo compreendeu a articulação entre violência e discriminação contra as mulheres. Incluiu, assim, em sua agenda política a luta pela

conquista da plena igualdade entre homens e mulheres, nos espaços públicos e privados; apontou a necessidade de leis e políticas públicas que concretizassem a cidadania das mulheres, com o reconhecimento e o acesso aos direitos até então negados, dentre eles o direito a uma vida sem violência (BARSTED, 2011, p. 351).

O termo “gênero”, que usualmente segue composto ao termo “violência”, para assinalar que diz respeito à condição de mulher, refere-se à uma construção social, política e cultural das masculinidades e feminilidades, bem como, das relações sociais que os envolvem (SPM, 2011). Segundo Louro (2008), no âmbito da cultura é que se constituem os processos do ser homem e ser mulher:

Ainda que teóricas e intelectuais disputem quanto aos modos de compreender e atribuir sentido a esses processos, elas e eles costumam concordar que não é o momento do nascimento e da nomeação de um corpo como macho ou como fêmea que faz deste um sujeito masculino ou feminino. A construção do gênero e da sexualidade dá-se ao longo de toda a vida, continuamente, infundavelmente (LOURO, 2008, p. 18).

A autora acrescenta que esse processo, sempre inacabado, tem na “família, escola, igreja, instituições legais e médicas”, importantes componentes constitutivos. Nessa direção, Scott (1995), que compreende gênero como um elemento associado às relações sociais, sinaliza que o define a partir duas partes integradas:

O termo “gênero”, além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. [...] torna-se uma forma de indicar “construções culturais” — a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres (SCOTT, 1995, p. 75).

Nesse sentido, alinha-se à noção de violência de gênero, a compreensão de que esta representa uma expressão das relações de poder, dos papéis socialmente construídos e associados ao masculino e feminino, e que além do termo responder às violências cometidas contra as mulheres pelo simples fato de serem mulheres, encontram-se nas raízes dos crimes de feminicídio íntimo.

No âmbito da Política Nacional, foi criado em 2007 e reinscrito em 2011, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as

mulheres instituído entre governo federal, estados e municípios. O documento prevê as ações e metas a serem implementadas e acompanha os quatro eixos estruturantes da Política Nacional. São eles: 1) enfrentamento e combate; 2) prevenção; 3) assistência; e 4) acesso e garantia de direitos das mulheres. A partir de tais bases, o referido Pacto inscreve-se sob as seguintes áreas estruturantes seguidas por planos de ação articulados: I) garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha; II) ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência; III) garantia da segurança cidadã e acesso à justiça; IV) garantia dos direitos sexuais, enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres; V) garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação de seus direitos (SPM, 2011a, p. 38).

Para fazer frente à fragmentação dos serviços locais de atendimento disponíveis às mulheres em situação de violência, que limitam-se aos equipamentos públicos associados aos setores da saúde (unidades básicas); segurança pública (Polícia Militar); e assistência social (Centro de Referência e/ou Especializado de Assistência Social – CRAS/CREAS), aliada às dificuldades de diálogo entre estes mesmos setores, instituições governamentais, não governamentais e sociedade civil é que a ideia de trabalho em rede ganhou força, buscando dar conta da complexidade do fenômeno da violência contra as mulheres:

O conceito de rede de enfrentamento à violência contra as mulheres que a SPM define, diz respeito à atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento das mulheres e seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência (SPM, 2011b, p. 7).

Portanto, o enfrentamento à violência demandou um conjunto de ações e serviços que fossem capazes de desconstruir desigualdades a partir do compartilhamento das responsabilidades entre os distintos setores, em especial, os diretamente envolvidos: saúde, segurança pública, justiça e assistência social. Esta configuração descrita constitui o conceito de rede de atendimento, que se restringe ao eixo “assistência” e é composta por duas categorias de serviços:

1) os não especializados, que em geral, representam a porta de entrada da mulher na rede, dentre eles os serviços básicos de saúde, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e a Polícia Militar. 2) os serviços especializados, aqueles que atendem exclusivamente mulheres, a exemplo dos Centros Especializados de Atendimento à Mulher, Casas Abrigo, Promotorias especializadas e Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs). (SPM, 2011b). “Vale salientar que as diversas demandas da mulher extrapolam o poder de resolutividade de um único setor, o que requer um conjunto articulado de ações intersetoriais” (MENEZES *et al.*, 2014, p. 779).

Profissionais dos campos da assistência social, saúde e segurança pública, componentes da rede de atendimento não especializada são os sujeitos comumente acionados pelas mulheres em situação de violência, pois se encontram à frente das portas de entrada dos serviços e compartilham da responsabilidade pela implementação da PNEVM:

A importância do desenvolvimento de políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres é efetivamente consolidada quando do lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em agosto de 2007. O Pacto Nacional foi parte da Agenda Social do Governo Federal e consiste numa estratégia de integração entre governo federal, estadual e municipal no tocante às ações de enfrentamento à violência contra as mulheres e de descentralização das políticas públicas referentes à temática, por meio de um acordo federativo, que tem por base a transversalidade de gênero, a intersetorialidade e a capilaridade das ações referentes à temática (SPM, 2011, p. 17).

O Pacto oficializa essas três premissas, incorporando-as à realidade do enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil. A primeira, tem por objetivo a garantia de inserção da temática da violência contra a mulher e a questão de gênero como pauta das várias políticas públicas setoriais, demarcando a transversalidade de gênero. A segunda, sedimenta as ações sob duas dimensões. De um lado, pelo estabelecimento de parcerias junto a organismos e atores de esferas distintas de governo, e do outro, pelo fomento à articulação entre políticas nacionais e locais dentre os diversos setores públicos,

alcançando as áreas da saúde, justiça, segurança pública e educação, por exemplo. Trata-se da premissa da intersetorialidade.

Como a terceira das premissas, a capilaridade do conjunto das iniciativas decorre e complementa os esforços anteriores, alcançando até os níveis locais como instância de execução da política nacional.

Assim, nesse estudo, dentre o conjunto de instituições e setores envolvidos, destaca-se, o campo da segurança pública. Precisamente, o formato da articulação operacional das polícias civil e militar do estado de Minas Gerais.

A ARTICULAÇÃO OPERACIONAL DAS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR: DESAFIOS À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES DA 15.^a RISP

Segundo Sapori e Andrade (2013) em Minas, desde 2003, há a integração entre as Polícias Civil e Militar por meio da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) e a implantação do Sistema Integrado de Defesa Social (SIDS), que, dentre outras finalidades, padronizou os registros policiais. Se, por um lado, esta padronização colaborou para o mais rápido acesso às informações sobre violências pelos distintos órgãos, por outro, expôs o quanto fatores associados à ocupação de servidores nas localidades, para prestação dos serviços, requer profunda atenção. Nessa direção:

[...] a política de integração das organizações policiais em Minas Gerais teve como estratégias principais a integração das informações, das áreas geográficas de atuação e do planejamento operacional. Isso porque o não compartilhamento de informações entre as organizações policiais, especialmente de seus sistemas informatizados, a incompatibilidade de áreas territoriais de atuação e a inexistência de planejamento conjunto de ações foram considerados os principais focos de disjunção do trabalho policial (SAPORI; ANDRADE, 2008, p. 433).

Segundo os autores, foram três os projetos na tentativa de responder a estas questões. No setor de informações, a anteriormente mencionada integração por meio do Sistema Integrado de Defesa Social (Sids), que, tem hospedado o Registro de Eventos de Defesa

Social (REDS), que substituiu Boletim de Ocorrência confeccionado manualmente pelos policiais. Quanto à integração geográfica, foram instituídas as Áreas Integradas de Segurança Pública (Aisp), que delimitam a abrangência de atuação das instituições. Na área de planejamento operacional, instituiu-se a Integração da Gestão em Segurança Pública (Igesp), mecanismo que permite o diálogo entre as distintas instituições sobre as questões que envolvem a segurança pública nos territórios comuns.

A chamada regionalização, que dividiu as regiões do estado em Regiões Integradas de Segurança Pública (RISPs), descentralizando planejamento e ações dos órgãos, trouxe à luz as disparidades regionais que congregam dimensões de ordem social, demográfica, espacial e criminal como variáveis (SANTOS, 2007). Atualmente, Minas Gerais possui dezenove RISPs, que congregam cada qual, quantitativo significativo dos 853 municípios do estado. Nas sedes dessas unidades estão instaladas, respectivamente, um departamento de Polícia Civil e uma Região de Polícia Militar. A saber: 1.^a RISP – Belo Horizonte; 2.^a RISP – Contagem; 3.^a RISP – Vespasiano; 4.^a RISP – Juiz de Fora; 5.^a RISP – Uberaba; 6.^a RISP – Lavras; 7.^a RISP – Divinópolis; 8.^a RISP – Governador Valadares; 9.^a RISP – Uberlândia; 10.^a RISP – Patos de Minas; 11.^a RISP – Montes Claros; 12.^a RISP – Ipatinga; 13.^a RISP – Barbacena; 14.^a RISP – Curvelo; 15.^a RISP – Teófilo Otoni; 16.^a RISP – Unaí; 17.^a RISP – Pouso Alegre; 18.^a RISP – Poços de Caldas; e 19.^a RISP – Sete Lagoas.

Mapa 1 – Minas Gerais – Divisão por RISPs



Fonte: CINDS PCMG, 2019.

As RISPs foram subdivididas em Áreas de Coordenação Integrada de Segurança Pública (Acisps), que correspondem às áreas de Batalhão (BPM) ou Companhia Independente (C.ia Ind.) no âmbito da Polícia Militar e a uma Delegacia Regional no âmbito da Polícia Civil. De similar modo, as Áreas Integradas de Segurança Pública (Aisps), representam uma Companhia, Pelotão ou Destacamento PM, e uma Delegacia PC (SAPORI e ANDRADE, 2013).

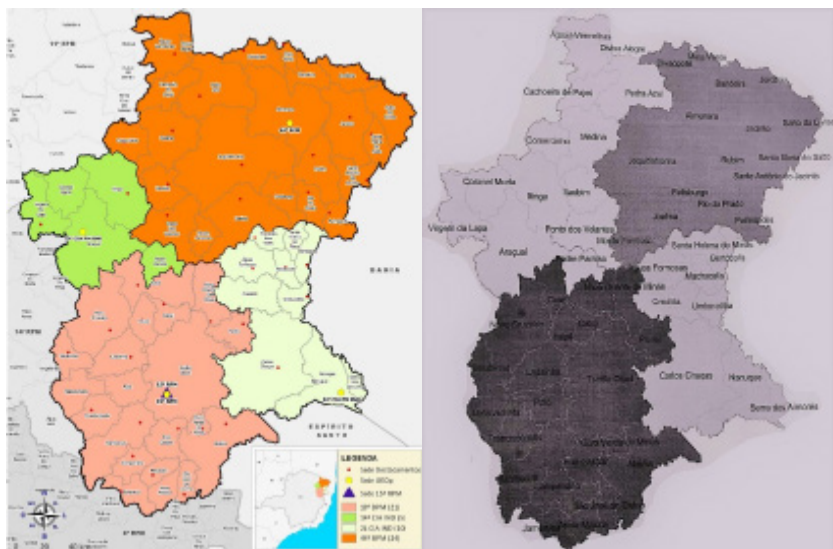
A 15.^a Região Integrada de Polícia Militar, sediada em Teófilo Otoni, abrange sessenta municípios localizados nos Vales do Mucuri, baixo e médio Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, com estimativa de 891.858 habitantes (IBGE, 2021). Possui extensa área territorial, que encontra limítrofes ao sul do estado da Bahia e ao leste do estado do Espírito Santo. O território conta com treze comarcas, sendo suas sedes nos seguintes municípios: Teófilo Otoni; Itambacuri; Novo Cruzeiro; Malacacheta; Almenara; Jacinto; Jequitinhonha; Medina; Pedra Azul; Araçuaí; Nanuque; Águas Formosas e Carlos Chagas.

No que tange ao histórico sociocultural, as relações sociais foram constituídas sob trocas e reciprocidade, em regra, pela figura masculina, reproduzidas por gerações e naturalizadas no âmbito do território (RIBEIRO, 2013; PINHEIRO; CORREA, 2010). Esse histórico de formação e ocupação reforçou a hegemonia de patriarcas que eram temidos pela influência social que detinham e pelo poder de mando. Representavam aqueles que dominavam o âmbito doméstico e gozavam de prestígio em âmbito público, especialmente das chefias das instituições locais de poder. Apesar de que, nesta região, também se tem notícias de mulheres que assumiram esta postura, sendo nominadas como matriarcas. Em proporções similares, exerceram poder e utilizaram de mecanismos violentos para fazer valer suas vontades (ASSUMPÇÃO; PINHEIRO, 2010).

Isso nos faz perceber que, não se trata apenas de uma relação de exploração/dominação unilateral atribuível ao gênero masculino, mas sim, uma questão de âmbito estrutural, arraigada à cultura do território e mais profunda do que se imagina. Construções sociais baseadas em valores e princípios chanceladas e reproduzidas, inclusive, por uma das mais importantes instituições daquele período histórico: a Igreja Católica. A desconstrução dessas relações socialmente construídas possibilita a reorientação das percepções sociais quanto à ruptura das determinações dos papéis de gênero e dos direitos de cidadania atribuíveis a homens e mulheres equitativamente.

No que se refere à articulação operacional no campo da segurança pública, no âmbito da Polícia Militar, a região possui uma unidade sede, denominada 15.^a Região de Polícia Militar, sediada em Teófilo Otoni, e mais quatro Unidades de Execução Operacional (UEOp), a saber: 19.^o Batalhão, com sede em Teófilo Otoni; 44.^o Batalhão, com sede em Almenara; 24.^a Companhia Independente, com sede em Nanuque; e 14.^a Companhia Independente, com sede em Araçuaí. No âmbito da Polícia Civil, possui uma unidade sede, denominada 15.^o Departamento de Polícia Civil, e mais quatro Delegacias Regionais: 1.^o DRPC – Teófilo Otoni; 2.^o DRPC – Pedra Azul; 3.^o DRPC – Almenara; e 4.^o DRPC – Nanuque. Há ainda, duas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAM, localizadas nos municípios de Teófilo Otoni e Nanuque.

Mapas 2 e 3 – 15.ª RISP conforme a divisão por Unidade da PMMG (esquerda) e PCMG (direita)⁸⁸



Fonte: Seção de Planejamento e Emprego Operacional da 15.ª RPM; PMMG, 2018; PCMG, 2018.

Essa forma de organização espacial das instituições pode ser determinante na prestação de serviços à comunidade, especialmente em um território caracterizado por ampla extensão territorial, permeado pelo singular contexto histórico, social, cultural e econômico. Conforme Corrêa (2003) as regiões diferenciam-se entre si. Deste modo, considerar as especificidades de cada região constitui aspecto fundamental para o sucesso do desenvolvimento de ações relacionadas às políticas públicas.

Uma vez que a aplicabilidade das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres exige o esforço intersetorial, interinstitucional e transversal no âmbito do Estado, conforme preceitua o Pacto Nacional (2011), a política de regionalização adotada no âmbito da Segurança Pública em Minas Gerais afetou diretamente a implementação coordenada das ações conjuntas, ao passo que exige

⁸⁸ No mapa 3, a região mais escura a sudoeste, corresponde à 1.ª DRPC, com sede em Teófilo Otoni; a região menos escura a noroeste, corresponde à 2.ª DRPC, com sede em Pedra Azul; a região escura ao nordeste corresponde à 3.ª DRPC, com sede em Almenara; e a região mais clara ao sudeste, corresponde à 4.ª DRPC, com sede em Nanuque.

dos demais setores que atuam na ponta da linha, como saúde e assistência social, a adaptação ao modo de trabalho das Polícias Militar e Civil. Nessa direção, limita o acesso das demandantes ao sistema de justiça, uma vez que a segurança pública é um meio para este encontro. Há mais de uma década, estudos anunciavam os desafios percebidos no tempo presente:

[...] As inconsistências associadas às propostas de regionalização me-so-regional de Minas Gerais (RPM, DRPC e RISP) têm potencial de comprometer o planejamento e a gestão da segurança pública no Estado, exercendo, portanto, influência decisiva no desenvolvimento deste trabalho. Afinal, as RPM e as RISP padecem de expressivas desproporcionalidades em relação à extensão territorial e número de habitantes de suas regiões, ao passo que as DRPCs, além dessas características, são compostas por um número excessivo de regiões (DINIZ *et al.*, 2007).

Entende-se, porém, que a articulação operacional entre as polícias é um meio para que o anseio da demanda espontânea — mulher em situação de violência — que busca atendimento na ponta do serviço de segurança pública, chegue aos níveis de apreciação, análise e determinação de medidas protetivas e/ou punitivas pelas autoridades competentes no âmbito do sistema de justiça. Para tanto, ambas instituições dispõem de organizações, que, nem sempre admitem correspondência.

Tabela 1 – Correspondência entre articulação operacional PM/PC na 15.^a RISP.

RISP 15	
Polícia Civil	Polícia Militar
Departamento	Região
15 ^o DPC	15 ^a RPM
Teófilo Otoni	
ACISP	
Regional	UEOp - Batalhão / Cia Ind.
1 ^a DRPC Teófilo Otoni	19 ^o BPM Teófilo Otoni
2 ^a DRPC Pedra Azul	14 ^a Cia Ind Araçaí
3 ^a DRPC Almenara	44 ^o BPM DRPC Almenara
4 ^a DRPC Nanuque	24 ^a Cia Ind Nanuque

Fonte: a autora.

Conforme demonstrado na tabela 1, ao menos em uma das quatro unidades PC e PM, as referências são distintas. Na região da 2.^a DRPC não funciona uma UEOP PM. E onde há a 14.^a C.ia Ind (UEOP

PM), não há uma DRPC. Essa realidade tende a produzir impactos e conseqüentemente desafios em cadeia: alargamento da distância percorrida para apresentação do agressor à autoridade judiciária; o município do fato fica sem policiamento em razão da carência de efetivo policial; há a desmotivação da mulher que precisa realizar a representação pessoalmente no momento do flagrante; o acionamento de outros órgãos que, nem sempre têm estrutura para amparo.

Para exemplificar como se dá o fluxo de atendimento de uma mulher em situação de violência que busca o serviço da Polícia Militar no momento de emergência, ou seja, quando está ocorrendo violência, especialmente aquela que resulta lesão corporal, delimitou-se a tabela abaixo. Foram elencados quatro municípios, cada qual localizado em uma das áreas abrangidas pelas unidades PC/PM.

Tabela 2 – Fluxo de atendimento dos casos de violência doméstica que demandem apresentação do autor na PC por guarnição da PM – distâncias percorridas

ACISP PC/PM	MUNICÍPIO	DELEGACIA CIVIL (DURANTE O DIA)	KM	DELEGACIA REGIONAL PC (PLANTÃO NOTURNO)	KM/TEMPO
2.ª DRPC/14.ª CIA IND	VIRGEM DA LAPA	ARAÇUAÍ	36	PEDRA AZUL	204 5HS
1.ª DRPC/19.ª BPM	JAMPRUCA	ITAMBACURI	55	TEÓFILO OTONI	85 1H30
3.ª DRPC/44.ª BPM	MONTE FORMOSO	JEQUITINHONHA	83	ALMENARA	132 2H30
4.ª DRPC/24.ª CIA IND	FRONTEIRA DOS VALES	ÁGUAS FORMOSAS	15	NANUQUE	175 4HS

Fonte: a autora.

A tabela 2 revela a importância da consideração do espaço geográfico na elaboração e implementação das políticas. Decorre dessa alargada diferença entre a articulação operacional das instituições policiais uma série de fatores que limita o acesso das mulheres em situação de violência ao sistema de justiça. Acrescido às distâncias que precisam ser percorridas para o devido cumprimento da Lei Maria da Penha, outras providências necessárias no momento da prisão do autor. Dentre os quais: encaminhamento da vítima para atendimento médico, se for caso de lesão corporal; o acionamento do Conselho Tutelar para acompanhar as crianças até local apropriado, que

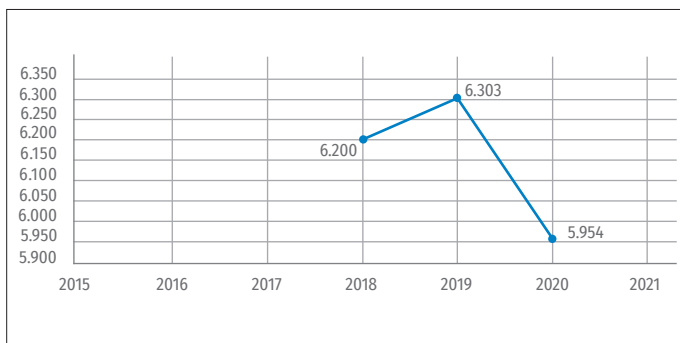
geralmente não há nos referidos municípios, ou de um familiar que possa cuidá-lo enquanto a mãe desloca-se na viatura policial até a Delegacia de Polícia Civil para efetivar o flagrante do seu agressor. Em determinados casos, como lesão corporal, independe de representação da mulher, mas, em outros, há a necessidade de manifestação de sua vontade. Além disso, no percurso das distâncias, à noite, a guarnição pode se deparar com interpéries climáticas, necessidade de supressão de necessidades fisiológicas, como se alimentar, hidratar e descansar/dormir.

O enfrentamento da violência contra meninas e mulheres na região de estudo, encontra-se estreitamente relacionado ao contexto histórico regional, onde estão localizados municípios que estão elencados entre os dez piores Índices de Desenvolvimento Humano do estado de Minas, composto por 853 municípios (IBGE, 2021). Nesse cenário, as relações constituídas por gerações, condicionam a organização da vida em sociedade, preservando o tradicionalismo, inibindo a reação das mulheres em situação de violência que precisam buscar amparo nas instituições.

Segundo informações do Relatório estatístico produzido pela Polícia Civil de Minas Gerais sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher nas Regiões Integradas de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, no primeiro semestre de 2021 a região em que estão localizados municípios do baixo e médio Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri já se igualou ao número de feminicídios ocorridos durante todo o ano de 2020.

Este dado é inquietante porque o mesmo Relatório indica que este território, que se refere à 15ª Região Integrada de Segurança Pública (RISP), não se encontra entre as regiões que apresentaram os mais elevados índices de registros de violência doméstica e familiar contra a mulher. Se comparado aos dois últimos anos (2019 e 2020), houve redução no quantitativo de vítimas em quase todos os tipos de violência considerados.

Gráfico 1 – Incidência de violência doméstica contra as mulheres ⁸⁹ na 15.ª RISP (2018-2020)



Fonte: Armazém de dados do Sistema Integrado de Defesa Social, SEJUSP, 2021.

O gráfico 1 sinaliza expressiva redução de registros no ano de 2020, período em que se instaurava uma crise sanitária de dimensão global. A divulgação ao mundo, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), do surgimento de um novo vírus, desconhecido e que causava preocupação à comunidade científica por seu alto poder de contágio e letalidade, ocorreu formalmente, em janeiro de 2020 (BRASIL, 2020). A OMS nomeou de covid-19 a doença que se refere ao vírus SARS-CoV-2 (LOPES *et al.*, 2020) responsável pela crise sanitária que o planeta enfrenta desde então.

A Organização das Nações Unidas (ONU) recomendou aos países medidas para combater e prevenir a violência doméstica que tem se intensificado durante a pandemia. O Chefe da ONU, Antônio Guterres, chegou a solicitar dos países prioridade ao tratar a temática que afeta todo o mundo (NAÇÕES UNIDAS, 2020). Pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria do DECODE, responsável pelo levantamento das percepções manifestadas nas redes sociais, apontou que houve aumento de 431 % dos relatos de brigas de casal por vizinhos entre fevereiro e abril de 2020. Ressaltou ainda que mesmo esta elevação não sendo captada pelos registros oficiais, o período de quarentena em razão da pandemia de covid-19, tem intensificado a violência doméstica:

⁸⁹ Engloba registros de violências física, moral, patrimonial, sexual, psicológica e outras não especificadas.

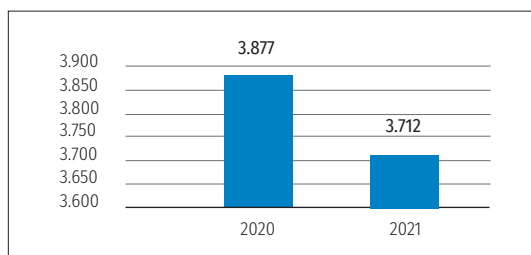
[...] os impactos da pandemia variam a depender das condições sócio estruturais de uma determinada região e/ou território. Porém, um fenômeno comum tem se manifestado em diferentes pontos do globo afetados pela covid-19: o aumento na incidência de casos de violência doméstica (FBSP; DECODE, 2020, p. 11).

No Brasil, as Secretarias de Segurança Pública dos Estados de São Paulo, Espírito Santos, Rio de Janeiro e Minas Gerais permitiram que os boletins de ocorrência pudessem ser feitos eletronicamente pela mulher vítima, para que não seja preciso seu deslocamento até uma delegacia de polícia. No período de isolamento, a subnotificação dos casos tem causado preocupação:

[...] a conselheira nacional de saúde Vanja Reis dos Santos, que compõe a mesa diretora e coordena a Comissão Intersectorial de Saúde das Mulheres (Cismu) do CNS, destaca que a subnotificação em relação a violência contra as mulheres ainda é um grave problema a ser enfrentado. Tivemos avanços, mas ainda insatisfatórios. Nesse período em que enfrentamos o Coronavírus, enfrentamos também a intensificação dessa subnotificação, uma vez que as mulheres têm de ficar por mais tempo ao lado de seu agressor (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2020).

Na região de estudo, por exemplo, no primeiro semestre de 2021 foram identificadas 1.066 vítimas de violência física, enquanto que no mesmo período de 2019 e 2020, foram identificadas 1.287 e 1.215, respectivamente (SEJUSP, 2021). Houve redução, também, no quantitativo de vítimas de violência psicológica, patrimonial e sexual. O único aumento considerado foi a respeito da violência moral, que envolve os crimes de injúria (afetar a honra pessoal da mulher, seu íntimo), difamação (difundir informações que afetam sua imagem), e calúnia (noticiar que a mulher efetivou conduta criminosa sem que ela a tenha feito). Majoritariamente, as violências foram cometidas por companheiros ou ex companheiros das mulheres, que têm, principalmente, entre 25 e 44 anos de idade.

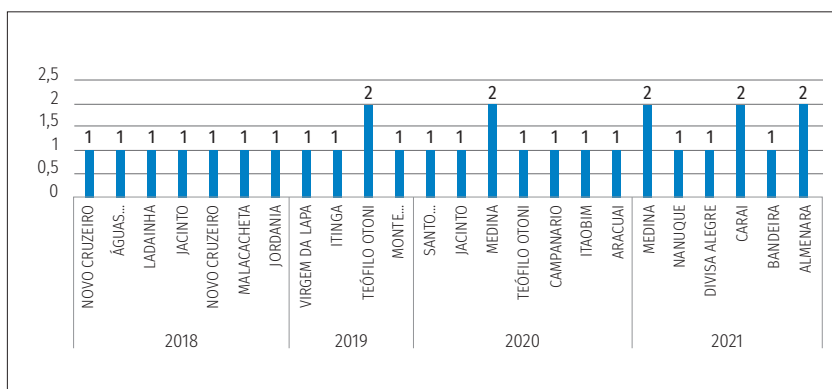
Gráfico 2 – Incidência de violência doméstica contra as mulheres na 15.ª RISP (2020-2021)



Fonte: Armazém de dados do Sistema Integrado de Defesa Social, SEJUSP, 2021.

Quanto aos números totais de violências registradas, verifica-se no gráfico 2 que os casos continuaram diminuindo até o final do primeiro semestre de 2021. Em Minas Gerais, com números acima da média estadual, estão as regiões de Vespasiano, Uberaba, Patos de Minas e Sete Lagoas. Com números abaixo da média, estão as regiões de Uberlândia, Montes Claros, Ipatinga, e Pouso Alegre. As demais regiões encontram-se na média estadual. Isso inclui a 15.ª RISP, com sede em Teófilo Otoni. Apesar disso, esta Região está no topo do ranking de feminicídios no primeiro semestre de 2021. Foram nove assassinatos registrados contra mulheres em decorrência de violência doméstica e familiar. Em 2018, sete feminicídios; em 2019, cinco registros e em 2020, oito registros, conforme exposto no gráfico 3.

Gráfico 3 – Incidência de feminicídios na 15.ª RISP – por município (2018-2020)

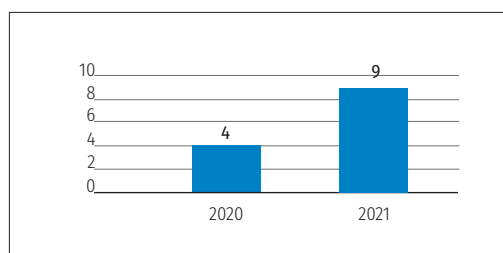


Fonte: Armazém de dados do Sistema Integrado de Defesa Social, SEJUSP, 2021.

Esta RISP, composta por sessenta municípios, neste quesito, segue à frente de regiões como Montes Claros e Belo Horizonte, que

registraram oito feminicídios cada uma; Ipatinga, com sete; e Contagem, na região metropolitana de BH, onde foram registrados seis feminicídios. Nos assassinatos foram utilizadas, principalmente, arma branca (instrumento perfurante, ex. faca/facção) e arma de fogo. No âmbito da 15.^a RISP, como demonstrado no gráfico 4, os registros de feminicídio até o mês de agosto de 2021, alcançaram mais do que o dobro dos feminicídios registrados no mesmo período do ano anterior (SEJUSP, 2021).

Gráfico 4 – Incidência de feminicídios na 15.^a RISP | jan.-ago. (2020-2021)



Fonte: Armazém de dados do Sistema Integrado de Defesa Social, SEJUSP, 2021.

O relatório produzido pela Polícia Civil (2021) revelou ainda, que em quase 90 % dos feminicídios as mulheres não possuíam Medidas Protetivas de Urgência, um importante instrumento inibidor da escalada da violência e de auxílio à quebra do ciclo violento pela mulher. Este dado revela que, provavelmente, as mulheres estão deixando de buscar ajuda nas instituições durante os episódios violentos que antecederam os assassinatos. Isso porque, a violência doméstica e familiar não se inicia pela agressão física letal. Antes disso, a violência acessa degraus, a começar por violências mais sutis, que envolvem controle da mulher, chantagens e ameaças, por exemplo.

“Vale salientar que as diversas demandas da mulher extrapolam o poder de resolutividade de um único setor, o que requer um conjunto articulado de ações intersetoriais”. (MENEZES *et al.*, 2014, p. 779). Além disso, este movimento envolve a dinâmica das políticas sociais, bem como, o alcance de sua representação.

O desafio ao enfrentamento dessa modalidade violenta abrange a ampla rede de instituições públicas, privadas, organizações não governamentais e da sociedade civil. Sem a articulação coordenada

desses atores, dificilmente, alcança-se a realidade vivenciada pelas mulheres em situação de violência, porque elas não se perceberão encorajadas a efetivar denúncias se não estabelecerem uma relação de confiança com os agentes acolhedores das instituições disponíveis em suas localidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das especificidades regionais, inequívoco destacar que o formato da articulação operacional adotado pelas Polícias Militar e Civil a partir da regionalização que referenciou a criação da SEDS, que dividiu o estado por Regiões, tem sido desafiante aos implementadores das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Dentre os quais, policiais militares, profissionais de assistência social, psicologia e saúde. Uma vez que nas regiões mais remotas do estado não se encontram disponíveis à população equipamentos públicos que deem conta de amparar a demanda de mulheres em situação de violência que noticia as violações, de outro modo, tampouco faz-se acessível às mulheres que têm maior resistência em realizar a denúncia das violências pelo receio de não terem a devida resposta estatal.

Nesse aspecto, mesmo com o esforço à integração das polícias em nível operacional, as diferenças entre elas, limitam a prestação de serviços a todo o corpo da sociedade, e em particular, oferece importante prejuízo ao desenvolvimento de ações articuladas no enfrentamento à violência contra as mulheres, inviabilizando a previsão das normativas nacionais, em especial da Lei Maria da Penha, que além de seu aspecto punitivo, também prevê as dimensões da prevenção, assistência e contenção da violência como forma de proteção integral (CAMPOS, 2015).

Com as principais instituições descombinadas, os desafios apresentam-se ainda mais aprofundado, uma vez que os municípios não dispõem de abrigo de emergência para as mulheres e seus filhos. Além disso, a falta de treinamento específico dos profissionais, a ausência de equipamentos públicos para acolhimento qualificado das mulheres em situação de violência, com devida orientação, acompanhamento e encaminhamento, destacam-se como um dos fatores

condicionantes para a manutenção da mulher no ciclo violento, o que denota, antes de mais nada, a falta de confiança nas instituições.

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, Antônio B.; PINHEIRO, Leonel O. **Atualização do plano de desenvolvimento territorial rural sustentável território da cidadania Vale do Mucuri (MG)**. GEPAF, UFVJM, Teófilo Otoni, 2010, 120 p.

BANDEIRA, Lourdes M. ALMEIDA, Tânia M. C. Vinte anos da Convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 501-517, maio-ago. 2015.

BARSTED, Leila L. O avanço legislativo contra a violência de gênero: a lei Maria da Penha. **Revista EMERJ**, v. 15 n. 57, ed. esp., p. 90-110, 2012. Disponível em: http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista57/revista57_90.pdf Acesso em: 02 jan. 2021.

BARSTED, Leila L. O progresso das mulheres no enfrentamento da violência. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (orgs.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 346-381.

BRASIL. **O que é coronavírus?** Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/resposta-brasileira-a-emergencia>. Acesso em: 09 maio 2020.

BRASIL. Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006. Brasília, 2006.

BRASIL. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres**. Brasília. Secretaria de Política para as Mulheres, 2011a.

BRASIL. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília. Secretaria de Política para as Mulheres, 2011b.

BRASIL. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília. Secretaria de Política para as Mulheres, 2011c.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres**. Brasília. 2011d.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011e. Disponível em: <http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/rede-de-enfrentamento>. Acesso em: 31 jan. 2021.

CAMPOS, Carmen Hein de. A CPMI da violência contra a mulher e a implementação da Lei Maria da Penha. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 519-531, maio-ago., 2015.

CELLARD, A. Análise documental. In: POUPART, J *et al.* (orgs.). **A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, p. 295-316, 2008.

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS. Extrema pobreza atinge 13,5 milhões: a pesquisa do IBGE e o papel do Estado na garantia de direitos. **Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz**. 2020. Disponível em: <http://cee.fiocruz.br/?q=node/1076>. Acesso em: 22 maio 2020.

CENTRO INTEGRADO DE INFORMAÇÕES EM DEFESA SOCIAL (CINDS). **Mapa de Minas Gerais – Divisão por RISPs**. S.l.: PCMG, 2019.

CISNE, M. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 132, p. 211-230, maio-ago. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Assessoria de comunicação. Violência contra as mulheres: CNS recomenda urgência para aprovação de projetos de lei com medidas de proteção. CNS, 2020. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1172-violencia-contra-as-mulheres-cns-recomenda-urgencia-para-aprovacao-de-projetos-de-lei-com-medidas-de-protecao>. Acesso em: 15 jul. 2020.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003. 93p.

DINIZ, A. M. A.; BATELLA, W. B.; RIBEIRO, J. G. P.; TEIXEIRA, A. P. **Regionalização para fins de planejamento da Segurança Pública em Minas Gerais**. Revista de Biologia e Ciências da Terra. Volume 7, Número 1 – 1º Semestre 2007.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). DECODE. **Violência doméstica durante a pandemia de covid-19**. FBSP, 2020. Disponível em: <https://forum-seguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2020.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). IBGE — cidades@. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 31. jan. 2021.

LOPES, F. G.; PALOTTI, P. L. M.; BARBOSA, S. C. T.; KOGA, N. M. Mapeamento dos Profissionais de Saúde no Brasil: alguns apontamentos em vista da crise sanitária da covid-19. **Nota Técnica**, n. 30, S.l., 2020.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **ProPosições**, Campinas, v. 19, n. 2, s/p. 2008.

MODELLI, Laís. Constituição de 1988 foi avanço nos direitos das mulheres. **Carta Capital**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/constituicao-de-1988-foi-avanco-nos-direitos-das-mulheres/>. Acesso em: 07 mar. 2021.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP). **Dados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e vítimas de feminicídios**. Armazém de Dados. Sistema Integrado de Defesa Social. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <http://www.seguranca.mg.gov.br/component/gmg/page/3118-violencia-contra-a-mulher> Acesso em: 10. maio 2021.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP). **Diagnóstico de violência doméstica e familiar nas Regiões Integradas de Segurança Pública de Minas Gerais**. 2021. Disponível em: <http://www.seguranca.mg.gov.br>. Acesso em: 31. jan. 2021.

NAÇÕES UNIDAS. Chefe da ONU alerta para aumento da violência em meio à pandemia do coronavírus. ONU, 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/chefe-da-onu-alerta-para-aumento-da-violencia-domestica-em-meio-a-pandemia-do-coronavirus/>. Acesso em: 10 abr. 2020.

PASINATO, Wânia. **Relatório 2019/2020 sobre políticas de enfrentamento da violência contra mulheres**. Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher do Senado Federal; Observatório da Mulher contra a Violência; DataSenado/Secretaria de Transparência. Tv Senado. Live no canal do youtube (1 h 18 min), 14 maio 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uHbEm-sn3lg>. Acesso em: 21. abr. 2021.

PIMENTEL, Sílvia. Trinta Anos da Carta das Mulheres aos Constituintes. A trajetória dos Direitos das Mulheres na Constituinte: um depoimento feminista, entusiasmado e “cúmplice”. In: SEMINÁRIO TRINTA ANOS DA CARTA DAS MULHERES AOS CONSTITUINTEs. 2018, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), 2018. v. 1. p. 56-64.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (PCMG). **Mapa dos municípios abrangidos pela Articulação Operacional do 15.º Departamento de Polícia Civil**. 2018.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS (PMMG). Seção de Planejamento e Emprego Operacional. **Mapa dos municípios abrangidos pela Articulação Operacional da 15.ª Região de Polícia Militar**. PMMG, 2018.

PORTELLA, Ana P.; GALVÃO, Clarissa; ABATH, Manuela; RATTON JR., José L. A. Análise configuracional de homicídios: velhas e novas situações de violência letal contra as mulheres em Recife. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Recife: v. 4, n. 3, jul.-set., p.403-439, 2011.

RIBEIRO, Eduardo M. **Estradas da vida: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 2013. 348 p.

SANTOS, Mário José Correia. **A geografia do crime e o estado de Minas Gerais: a Superintendência Geral e Polícia Civil e a distribuição de policiais civis nas unidades de sua subordinação, no interior do estado**. 2007. 92 f. Monografia (Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública) – Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2007.

SAPORI, L.F.; ANDRADE, S. C. P. Desafios da governança do sistema policial no Brasil: o caso da política de integração das polícias em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 7, n. 1, 102-130, fev.-mar. 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71-99, jul-dez. 1995.

WAISELFISZ, Júlio J. **Mapa da Violência 2015**. Atualização: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: FLACSO, 2015.

A MARCHA DAS MARGARIDAS 2019: TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA E LUTA CONTRA TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA, RACISMO E SEXISMO

Magaly Nunes de Gois⁹⁰

Márcia Santana Tavares⁹¹

“Olha Brasília está florida
Estão chegando as decididas
Olha Brasília está florida
É o querer, é o querer das Margaridas [...]”⁹²

PRIMEIRAS PALAVRAS

Para as mulheres, a vida no campo permanece regida por bases patriarcais, homens e mulheres desempenham papéis distintos e submetidos a uma hierarquia de gênero, em que cabe às mulheres, na esfera da produção, os trabalhos ainda considerados de menor importância e, por isso mesmo, classificados como ajuda. Na esfera da reprodução, as atividades relativas aos cuidados com a casa, a família, a horta, o quintal e os pequenos animais não são consideradas como trabalho e, por conseguinte, invisibilizadas e sem re-

⁹⁰ Assistente Social, Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); membro dos grupos de estudos e pesquisas Educação e Movimentos Sociais; Trabalho, Questão Social e Movimentos Sociais (GETEQ/UFS) e do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação (NETE); atua na Empresa de Desenvolvimento Sustentável de Sergipe (PRONESE). Correio eletrônico: magalyngois@gmail.com.

⁹¹ Assistente Social; Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) professora dos cursos de Graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFBA. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres Gênero e Feminismo da UFBA. Correio eletrônico: marciatavares1@gmail.com.

⁹² Música da Marcha das Margaridas, 2003. Composição: Loucas de Pedra Lilás, grupo teatral de mulheres de Recife (PE).

conhecimento. Além disso, as mulheres vivenciam condições de pobreza, fome e, muitas vezes, de violência sexista, realidade que as tem impelido à mobilização e organização de processos de resistência e luta — a exemplo do *Movimento das Mulheres Camponesas* (MMC), o *Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste* (MMTR-NE) -, à inserção no movimento sindical e à participação em cargos de gestão, além de engajamento em marchas representativas de vários movimentos sociais e sindicais que culminam no surgimento e organização das marchas das Margaridas.

Neste capítulo pretendemos refletir sobre a *Marcha das Margaridas* como uma estratégia de resistência e luta das mulheres do campo, da floresta e das águas; problematizar acerca das possibilidades encontradas na construção e realização da *Marcha das Margaridas 2019*, no contexto do desgoverno Bolsonaro; conhecer os limites e desafios enfrentados na construção e realização da *Marcha 2019* em tempos de crescimento do conservadorismo, da misoginia, de violência contra as mulheres e de criminalização dos movimentos sindicais e sociais; e revelar as estratégias adotadas pela *Comissão Nacional Organizadora da Marcha* e *Comissão Ampliada de Sergipe* para a realização da *Marcha 2019*.

As protagonistas/contadoras de histórias das Marchas são seis mulheres envolvidas no movimento sindical e em movimentos sociais do campo, que participam da construção e realização das marchas das Margaridas; mulheres que compuseram a *Comissão Ampliada da Marcha das Margaridas 2019* do estado de Sergipe e que estiveram presentes em Brasília durante a realização da *Marcha*. Dentre as seis mulheres, quatro são do movimento sindical do campo – a atual Secretária de *Mulheres Trabalhadoras Rurais e Agricultoras Familiares da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe* (FETASE), a ex-secretária de *Mulheres Trabalhadoras Rurais e Agricultoras Familiares da FETASE* e coordenadora da *Comissão Ampliada da Marcha das Margaridas 2019*, a assessora da Secretaria de *Mulheres Trabalhadoras Rurais e Agricultoras Familiares da FETASE* e a Diretora do STTR de Cristinápolis e membro histórica da construção e realização da *Marcha das Margaridas*; as duas restantes são militantes de movimentos sociais — do MMTR-Ne, da *Articulação Popular São Francisco Vivo* (APSCV) e do MMC.⁹³

⁹³ Para preservar o anonimato e permitir que as protagonistas/contadoras se sentissem mais à vontade ao relatarem sua trajetória no movimento social e sindical, acordamos omitir seus nomes.

Adotamos como procedimentos metodológicos, inicialmente, a revisão de literatura, buscando trabalhos focados nos movimentos rurais e sociais do campo, no movimento de mulheres e na *Marcha das Margaridas*, as relações de gênero e a realidade dos povos do campo. No segundo momento, empreendemos a pesquisa empírica que, diante do agravamento da situação pandêmica da covid-19, exigiu a utilização de meios virtuais. Assim sendo, a coleta de dados foi realizada presencialmente e *on-line* – uma entrevista feita por *WhatsApp*, três questionários respondidos por e-mail e duas entrevistas presenciais na sede da FETASE.

Para a coleta de dados, formulamos um roteiro de questões centradas em três eixos: a) identidade e pertencimento — quem são e de onde são as protagonistas/contadoras; b) memórias de sua participação nas marchas das Margaridas; e c) suas percepções sobre a construção e realização da Marcha no contexto do desgoverno Bolsonaro.

Distribuímos o último capítulo em três tópicos: no primeiro tópico, intitulado Preparativos da Marcha das Margaridas, analisamos a opressão das mulheres, a necessidade de enfrentamento da pobreza e da violência sexista no campo; discutimos o lema – mulheres contra a fome, a pobreza e a violência sexista, trazendo uma breve reconstituição sobre o significado da *Marcha*, como surgiu, seus objetivos, quantas edições, ao mesmo tempo em que destacamos os desafios e limites, mas também as conquistas alcançadas a partir da *Marcha*; o segundo tópico, Coletando Histórias da Marcha das Margaridas, traz relatos das protagonistas/contadoras sobre suas participações nas edições anteriores das marchas, suas aventuras e desventuras, com ênfase na *Marcha* realizada em 2019, em um contexto marcado pela de exacerbação da violência de gênero contra as mulheres, de empobrecimento e forte repressão aos movimentos sociais e sindicais; e finalizamos trazendo a resposta das mulheres que participaram da organização e estiveram presentes durante a realização da *Marcha de 2019* à seguinte provocação — a *Marcha das Margaridas* reafirma: “Seguiremos em Marcha até que todas sejamos livres”.

PREPARATIVOS PARA A MARCHA DAS MARGARIDAS

A luta dos movimentos sociais e sindicais do campo visa transformar a realidade experienciada pelos povos do campo, da floresta e das águas cuja existência continua sujeita a condições extremamente precárias, empobrecidas tanto no que concerne à produção como reprodução da vida (BRASIL; GEORGES *et al.*, 2017; LAWSON *et al.*, 2019; CONTAG, 2019a), sem acesso à terra, à água, ao crédito, à assistência técnica e extensão rural, à formação/capacitação, às alternativas de comercialização da produção, bem como às políticas básicas de proteção social que os torna reféns das várias formas de violência praticadas pelo Estado e pelo Capital (GOIS, 2012). Por isso, uma das suas bandeiras de luta é a construção e implementação de políticas públicas socialmente referenciadas nas experiências de quem produz e se reproduz no campo.

Os povos do campo, da floresta e das águas estão, atualmente, aglutinados nos seguintes movimentos sociais e sindicais: Sociais — *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST), *Movimento dos Atingidos por Barragem* (MAB), *Movimento dos Pequenos Agricultores* (MPA), *Comissão Pastoral da Terra* (CPT), *Articulação Nacional de Agroecologia* (ANA), *Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas* (Conaq), *Articulação dos Povos Indígenas do Brasil* (APIB), MMC, MMTR-NE; Sindicais: sindicatos, federações de trabalhadores e trabalhadoras rurais (FTTR) e a *Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares* (CONTAG) vinculados à *Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil* (CTB) e os sindicatos e federações dos trabalhadores e trabalhadoras na agricultura familiar (FETRAF), articulados por meio da *Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar* (CONTRAF) e da *Central Única dos Trabalhadores* (CUT).

As mulheres do campo, da floresta e das águas compõem os movimentos listados, e, cada vez mais, desempenham funções na gestão, desde secretaria, coletivos, comissões, coordenações e diretorias, adentrando espaços até há bem pouco tempo ocupados exclusivamente por homens. Sua inserção pode ser atribuída à necessidade de reconhecimento, visibilidade e ocupação de espaços de poder. De acordo com Lusa (2012, p. 103):

[...] os movimentos feministas e organizações não governamentais apontam, a partir do seu cotidiano de mobilizações, que mesmo em tempos de retração dos direitos, os processos mobilizatórios, de militância e religioso produzem sujeitos políticos que acima de tudo são mulheres, mas também são batalhadoras por uma vida com maior índice de autonomia.

A luta dessas mulheres é para se libertarem das amarras patriarcais que condicionam sua existência à reprodução social, aos cuidados com a casa, à família e ao roçado que, diferentemente das atividades desenvolvidas pelos homens, não são consideradas trabalho, e sim ajuda, o que imprime naturalidade à divisão sexual do trabalho, marcada por uma profunda desigualdade e invisibilidade das inúmeras atividades desenvolvidas pelas mulheres na casa, no quintal e na roça.

Estudos desenvolvidos por Araújo, Costa e Lemos (2020) com cafeicultoras do sul mineiro ratificam a permanência da divisão sexual do trabalho no campo e pontuam que, mesmo entre as mulheres que reconhecem a opressão de gênero e a desvalorização do seu trabalho, elas não conseguem romper a hierarquia patriarcal nas suas relações, em função da valorização do trabalho masculino pelo capital, visto como produtivo, gerador de lucros e produtos absorvidos pelo mercado, ou seja, trabalho dotado de valor de uso e de troca, ao contrário do trabalho da mulher. O não reconhecimento das atividades realizadas pelas mulheres como trabalho repercute nas relações familiares, contribuindo para tolher qualquer iniciativa delas no tocante a demonstrar seu valor como trabalhadoras. “É como se sentissem proibidas de ser a ‘chefe da família’, de ter a palavra final, de mostrar que tem mais conhecimento de algum assunto específico, de controlar o dinheiro da família e sua destinação.” (ARAÚJO; COSTA; LEMOS, 2020, p. 104). Continuando, as autoras reforçam que:

São diversos os relatos das mulheres que não conseguem identificar todo o trabalho doméstico e familiar como trabalho, até mesmo as atividades do roçado, do cuidado com a horta e animais são vistos como ajuda. Não podia ser diferente em uma sociedade que desvaloriza o trabalho da mulher, especialmente aquela do campo. Questionadas se o trabalho doméstico é dividido entre os membros da família, a maioria delas, se declarou responsável praticamente por todo o serviço domiciliar. É um trabalho totalmente feminino, não valoriza-

do e com a desigualdade naturalizada até pelas próprias mulheres, que estão inseridas, mas historicamente forçadas a se conformarem com a situação, pela lógica capitalista que não as valoriza e necessita de quem cozinhe, lave, passe, cuide e gere crianças (ARAÚJO; COSTA; LEMOS, 2020, p. 105).

O papel das mulheres no contexto familiar do campo tem sofrido alterações, entretanto, suas atribuições ainda são concebidas como secundárias e, porque associadas ao espaço doméstico — o cuidado com filhos, idosos, cultivo de hortas e criação de animais de pequeno porte —, são consideradas tarefas “mais leves”, enquanto seu trabalho no cultivo da terra é tido como “ajuda”, o que o torna invisível, como se as atividades do roçado fossem executadas apenas pelos homens:

Essa invisibilidade se expressa pela relação patriarcal, na qual as atividades realizadas pelos homens possuem um valor mais agregado ao capital, que mesmo desvalorizando monetariamente o trabalho das mulheres, o mesmo não diminui para elas, que continuam trabalhando na esfera doméstica, no roçado, nas atividades fora de casa, e acabam contribuindo para o capital, seja produzindo mercadorias ou possibilitando os bastidores da vida produtora de seu marido (ARAÚJO; COSTA; LEMOS, 2020, p. 90).

A atuação das mulheres em atividades agrícolas como trabalhadoras rurais assalariadas tem se intensificado, sua remuneração passando a compor a renda familiar, o que pode sugerir uma conquista, mas, quando observada pelas lentes de gênero, revela-se uma exploração da força de trabalho feminina, uma vez que agrega novas funções àquelas tradicionalmente desempenhadas por elas no espaço doméstico, o que se configura numa tripla jornada de trabalho. Outro fator que denuncia essa exploração é o valor da sua força de trabalho, pois, embora desempenhem as mesmas atividades e cumprem a mesma carga horária dos homens, recebem um valor inferior ao que eles recebem:

As mulheres do campo realizam, então, uma múltipla jornada, que em maior parte não é remunerada e quando ocorre remuneração na maior parte das vezes a mesma entrega o dinheiro para o marido que é considerado o “chefe da família”. Dessa forma, as atividades realizadas pelas mulheres possuem pouco valor econômico e quando são remuneradas, seu dinheiro é apenas considerado apenas como auxiliar da renda, ou seja, apenas complementar. O capitalismo uti-

liza da força de trabalho feminina de forma exploratória nos espaços produtivos e nos trabalhos de desvalorização são os que ela exerce as atividades domésticas (ARAÚJO; COSTA; LEMOS, 2020, p. 95-96).

Ainda que se identifique uma crescente participação de mulheres nos movimentos sociais e sindicais, persiste a desvalorização, pouca visibilidade e exploração. Por essa razão, Vasconcelos e Mota (2016, p. 127-128) ponderam que:

Os movimentos sociais do campo e da cidade, especialmente de mulheres, vêm tentando construir e reconstruir uma história que pouco foi contada. Os movimentos de mulheres em suas lutas pautam espaços e direitos negados pela sociedade, que, historicamente, afirma que os grandes feitos foram protagonizados por figuras masculinas. Essa condição silencia a participação e a resistência feminina.

A referida invisibilidade não acontece por acaso, ela decorre de um conjunto de fatores que são produzidos e reproduzidos na vida social e legitimados pelo Estado: a histórica exclusão das mulheres do espaço público e seu confinamento no espaço privado; a posição que continuam a ocupar na família, subordinadas à lógica patriarcal; a divisão sexual do trabalho desigual; pouco ou nenhum acesso às esferas de poder nos distintos espaços da sociedade e às políticas públicas, dentre outros (GOIS, 2012; FEDERICI, 2019, 2021; HOOKS, 2020). Com efeito, em outro momento já enfatizávamos que:

O engajamento das trabalhadoras rurais no movimento sindical não ocorreu por acaso, é parte de um processo de luta pela terra e por reconhecimento do seu trabalho, visto que em unidades agrícolas familiares, sua lida no campo tinha um caráter complementar, ou seja, não se configurava como trabalho, mas sim, “ajuda” ao chefe da família — pai, marido —, ou como coloca uma ex-presidente da FE-TASE, nos sindicatos se fazia referência à mulher pelo “nome meio chato que era ‘companheira que ajudava o marido’”, o que instituiu sua invisibilidade no âmbito da organização do processo produtivo (TAVARES; GÓIS, 2020, p. 1.425-1.426).

A submissão, a invisibilidade, o silenciamento de suas vozes e vidas cruelmente ceifadas (BASTER, 2018) não têm impedido que as mulheres do campo, da floresta e das águas questionem a realidade que ainda enfrentam nos espaços privado e público e venham construindo trilhas e alternativas para enfrentamento da violência, invisí-

bilidade e ausência de direitos e, para conquista de liberdade e autonomia, materializadas pela organização e realização de atos públicos e de marchas que se configuram em grandes manifestações públicas e espaços de demarcação e afirmação de resistência e luta (CAMPOS; BRASIL, 2017; SALVARO, 2018; CAVALCANTI; LIMA, 2016).

A *Marcha das Margaridas*, que discutiremos nas próximas linhas, configura-se como uma ação coletiva sociopolítica, “[...] uma ampla ação estratégica das mulheres do campo, da floresta e das águas, para conquistar visibilidade, reconhecimento social e político e cidadania plena” (CONTAG, 2014, p. 2) e uma atividade respaldada na *Marcha Mundial de Mulheres*, dotada de caráter formativo, de denúncia e pressão, sem perder de vista o componente propositivo, dialógico e de negociação política com o Estado.

A Marcha, organizada pelas mulheres do *Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais* (MSTR), desde os anos 2000, traz como lema Mulheres Contra a Fome, Pobreza e Violência Sexista. Coordenada pela Contag, 27 federações e mais de quatro mil sindicatos filiados, sua construção se dá de forma articulada com os movimentos feministas e de mulheres trabalhadoras, centrais sindicais e organizações internacionais. Nas palavras da representante do MMC:

A marcha significa a maior mobilização de mulheres de toda a América Latina, com sua capacidade de articular diversos movimentos em torno da luta por visibilização, participação política e equidade de gênero. Significa força, unidade das mulheres do campo e da cidade, ousadia, solidariedade e sororidade.

O nome da *Marcha* é alusivo à dirigente sindical Margarida Alves, presidenta do STTR de Alagoa Grande, na Paraíba, que simboliza a luta das mulheres por terra, trabalho, igualdade, justiça, dignidade, fim da violência e ruptura dos padrões tradicionais de gênero, conforme ressalta a diretora do STTR de Cristinápolis (SE):

Ela trabalhava em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, principalmente naquela região da cana, onde o trabalho escravo predominava e ela lutava por melhores condições de vida digna do trabalhador do campo. E por trabalhar em defesa da classe ela foi assassinada em agosto de 1983 [...] Ela foi morta com um tiro de escopeta na presença dos filhos. A gente vê a história que aconteceu, mas ela nunca desistiu da luta e terminou morrendo com essa barbaridade

com usineiros, a mando de fazendeiros. Por isso a Marcha das Margaridas tem que acontecer, ela acontece de quatro em quatro anos. Não devemos parar, essa semente tem que continuar.

Desde sua primeira edição, no ano 2000, a *Marcha* é realizada em Brasília, no Distrito Federal, em agosto, com a finalidade de denunciar, reivindicar, propor e negociar ações e políticas públicas, “[...] que contribuam na construção de um Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade” (CONTAG, 2014, p. 1). Desde sua primeira edição, traz reivindicações no tocante à “[...] reforma agrária, defesa das terras indígenas, quilombolas e das comunidades tradicionais, luta por soberania alimentar, pelo fim da violência contra as mulheres e por autonomia econômica” (MARCHA..., 2015, p. 1), conseguindo aglutinar, a cada ano, um maior contingente de mulheres do campo, da floresta e das águas, além de mulheres das cidades que se somam à luta por acesso à água, à saúde, ao salário digno e contra os impactos negativos das barragens e hidroelétricas, além de direitos previdenciários e educação do campo não sexista, direitos reprodutivos e representatividade política, conforme afirma a coordenadora da Comissão Ampliada de Sergipe da Marcha das Margaridas 2019:

O processo de mobilização é sempre muito envolvente, porque ele mexe em nós, ele nos provoca a falar umas com as outras de nós mesmas, dos nossos problemas, das dificuldades e desafios comuns, obviamente que cada uma em sua realidade, mas, tem algo que nos une: vivemos sob o jugo do sistema machista e patriarcal. E a marcha tem esse poder de levar o nosso grito da garganta às ruas, e o mais impressionante e extraordinário é o sentimento da representatividade e da empatia.

Em 2015, em meio ao processo de construção do golpe jurídico, político e midiático que culminou no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, ocorreu mais uma *Marcha*, dessa feita com o lema Margaridas seguem em Marcha por Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade, em que as mulheres reforçaram a luta para alcançar seus objetivos políticos: fortalecer e ampliar a organização, mobilização e formação sindical e feminista das mulheres trabalhadoras rurais; reafirmar o protagonismo e dar visibilidade à contribuição econômica, política e social das mulheres do campo, da floresta e das águas na construção

de um novo processo de desenvolvimento rural voltado para a sustentabilidade da vida humana e do meio ambiente; contribuir para a democratização das relações sociais no MSTTR e nos demais espaços políticos, com a perspectiva de superação das desigualdades de gênero e étnico-raciais; denunciar e protestar contra todas as formas de violência, exploração e discriminação, e avançar na construção da igualdade para as mulheres entre outras reivindicações (CONTAG, 2014). Ao fazer um balanço das ações organizadas até então, a coordenadora da Comissão Ampliada de Sergipe referente à Marcha 2019 sintetiza que:

[...] até 2019, eu falava da importância da Marcha pela transformação política e social que ela causou na vida das mulheres, porque esse movimento das mulheres rurais tem um papel importante para dentro e para fora do movimento sindical, na medida que denunciávamos a fome, a pobreza e a miséria e a violência sexista, que assolava a vida das mulheres, lema da primeira edição. Em 2003, nós reivindicávamos às instâncias do Movimento Sindical melhores condições de trabalho no campo sindical, o cumprimento das deliberações congressuais, que na sua grande maioria ainda era descumprindo, e foi assim que avançamos nas conquistas coletivas internas, chegando à paridade de gênero, na composição das instâncias da CONTAG/FETAG/STTR, porém, ainda precisamos avançar mais para implementar instrumentos que fortaleçam a Paridade, porque só os números ainda não são suficientes, no âmbito social conquistamos muitos direitos as Mulheres trabalhadoras rurais como titulação de terras em próprio nome, ser reconhecida na categoria profissional, declaração de aptidão e tantos outros direitos que foram importantes para emancipação feminina, não em sua totalidade como queremos, mas, como passos relevantes.

No ano de 2019, as mulheres do campo, da floresta e das águas realizaram mais uma marcha, ameaçada pela conjuntura extremamente conservadora, ultra neoliberal, obscurantista e fascista que prima pelo aprofundamento da concentração da riqueza e a ampliação da pobreza, da desigualdade econômica e social, que tem como consequências uma crescente perda de direitos e exacerbação da violência urbana e rural praticada pelo capital e pelo Estado contra os povos do campo, da floresta e das águas, em particular contra meninas e mulheres. Os relatos da coordenadora da Comissão Ampliada de Sergipe referente à Marcha 2019 e da representante do MMC, res-

pectivamente, reafirmam a conjuntura adversa aos movimentos de resistência e luta da classe trabalhadora:

O contexto social e econômico que em a Marcha de 2019 aconteceu foi um retrô da construção e realização da primeira edição em vivendo em 2003. Foi desafiador diante da conjuntura difícil que os movimentos sociais e entidades sindicais, e a população brasileira estava enfrentando. A Marcha de 2019 foi um reencontro com nossa essência e trajetória. Ter a capacidade de mobilizar mais de cem mil trabalhadoras do Brasil e do Mundo, em um momento onde o cenário econômico era de cortes no orçamento, de esvaziamentos de políticas públicas, da presença assumida de um Presidente da República machista, homofóbico, fascista e racista, de perseguição as instituições e entidades sindicais, desestruturação da política de educação, de violência, sem sombra de dúvida foi a maior demonstração de força, unidade, resiliência e empatia das camponesas.

A marcha 2019 significou a denúncia ao conservadorismo, autoritarismo e desmonte dos direitos do povo. Significou que não temos medo desse governo e que estamos dispostas a seguir enfrentando a onda neofacista representada pelo governo genocida de Jair Bolsonaro.

A edição de 2019 trouxe como lema Desenvolvimento Sustentável na perspectiva das mulheres do campo, da floresta e das águas, problematizado na discussão de dez eixos políticos: Eixo 1: Por terra, água e agroecologia; Eixo 2: Pela autodeterminação dos povos, com soberania alimentar e energética; Eixo 3: Pela proteção e conservação da sociodiversidade e acesso aos bens comuns; Eixo 4: Por autonomia econômica, trabalho e renda; Eixo 5: Por previdência e assistência social, pública, universal e solidária; Eixo 6: Por saúde pública e em defesa do SUS; Eixo 7: Por uma educação não sexista e antirracista e pelo direito à educação do campo; Eixo 8: Pela autonomia e liberdade das mulheres sobre o seu corpo e a sua sexualidade; Eixo 9: Por uma vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sem sexismo; e Eixo 10: Por democracia com igualdade e fortalecimento da participação política das mulheres (CONTAG, 2019a), reforçados pelo relato da diretora do STTR de Cristinápolis (SE):

A sexta Marcha das Margaridas foi em 2019 foi fruto do processo de discussões e debates realizados no âmbito dos municípios, dos estados. Foi uma construção que envolveu as trabalhadoras rurais do campo e da floresta, dentro de suas comunidades locais... trabalha-

doras urbanas, também tivemos as ativistas, lideranças. E os movimentos sociais, que estiveram sempre presentes na construção da Marcha, que teve uma plataforma orientada pelo lema das Margaridas. Os fundamentos expressos foram, se não me engano, dez eixos, onde se discutia a questão da terra, o que nós queremos sobre a terra, sobre a água, sobre a agroecologia. Tivemos também a questão da autodeterminação dos povos, a soberania e a segurança alimentar. Tivemos pautando também a questão pela proteção e a conservação dos bens comuns das famílias, dos agricultores familiares, dos camponeses indígenas [...]

A realização das marchas das Margaridas proporcionou uma série de conquistas às mulheres do campo, da floresta e das águas, no que concerne à maior visibilidade e participação das mulheres no movimento organizado, principalmente seu reconhecimento como principal mobilização de mulheres do campo no Brasil e na América Latina e, um potente espaço de mobilização, articulação e organização de movimentos sociais e sindicais, conforme depoimentos de nossas protagonistas/contadoras de histórias das *Marchas*, que exploraremos no próximo tópico.

COLETANDO HISTÓRIAS DAS MARCHAS DAS MARGARIDAS

Quem são as mulheres que participam da Marcha das Margaridas? O que elas pensam? Para responder à primeira indagação, tomamos como referência a Revista da Marcha (CONTAG, 2019b) que nos apresenta o seguinte perfil dessas mulheres:⁹⁴ a faixa etária predominante (78,6 %) está concentrada entre trinta a acima de sessenta anos, embora não se possa menosprezar a presença da juventude⁹⁵ (18,6 %), com idade até 29 anos; 70 % delas se autodeclararam negras (pretas e pardas). Quanto à moradia, 55,2 % residem na área rural, 36,9 % na área urbana e 7,9 % alternam o local de residência entre

⁹⁴ Cf. estudo realizado durante a Marcha das Margaridas 2019 pelo Grupo de Pesquisa "Alimento para a Justiça: poder, política e desigualdades alimentares na bioeconomia", sediado no Instituto Latino-americano da Universidade Livre de Berlim, na Alemanha, em parceria com a Contag, tendo por objetivo mapear percepções das participantes da Marcha sobre os temas: segurança alimentar e nutricional e organização política das mulheres, com participação de 458 margaridas (CONTAG, 2019b).

⁹⁵ A Contag (2007), atenta ao contexto do campo, estabelece como recorte da juventude rural a faixa etária de 16 a 32 anos.

as áreas rural e urbana. Ainda de acordo com a Revista (CONTAG, 2019b, p. 22), “[...] essa informação mostra que a adesão de mulheres urbanas na Marcha das Margaridas 2019 foi alta, o que pode ser consequência do contexto político nacional [...]”, isto é, o aumento da pobreza, da fome, da violência entre outras questões que têm se agravado ultimamente.

Ainda sobre o seu perfil, 40,2 % se identificam como trabalhadoras rurais, 33,8 % como agricultoras familiares e 18,6 % como trabalhadoras urbanas, além de assentadas, indígenas, acampadas, camponesas, pescadoras, quebradeiras de coco, extrativistas e ribeirinhas. Com relação às atividades desenvolvidas para composição da renda familiar, 36,7 % são assalariadas, 29,7 % confeccionam artesanatos, doces, geleias para complementar a renda doméstica, 42,8 % realizam trabalhos eventuais, estando inseridas na informalidade, 17,5 % recebem aposentadoria e 27,5 % são usuárias do Programa Bolsa Família.

Outra característica diz respeito ao número de mulheres que estudam, 25,1 % e de mulheres comprometidas com trabalhos políticos e sociais — 74,5 % estão envolvidas em sindicatos, partidos ou movimentos sociais, 52,4 % realizam trabalhos voluntários em igrejas, e 55,7 % desenvolvem trabalhos não remunerados em entidades assistenciais e sociais.

Com relação aos afazeres domésticos, 81,9 % das mulheres são as únicas responsáveis por sua execução e, entre aquelas que afirmaram morar com o cônjuge, apenas 15,6 % dos homens participam do trabalho doméstico, o que configura seu caráter não obrigatório, ou seja, essas atividades continuam a ser percebidas como próprias da “natureza feminina”, cujos companheiros eventualmente ajudam. Nas palavras de Siqueira e Sardenberg (2014, p. 3773), a cultura, as tradições e a divisão sexual do trabalho “impõem desde muito cedo sobre quem tem o sexo “fêmea” o desempenho de determinadas tarefas ditas femininas [...]”. Assim sendo, 55,9 % estão inseridas na produção agrícola familiar, o que comprova a tripla jornada e pluriatividades (SILVA; SCHNEIDER, 2010) exercidas pelas mulheres do campo.

As seis protagonistas/contadoras de histórias que compartilharam conosco suas impressões sobre as marchas das Margaridas

das quais participaram, especialmente a *Marcha* de 2019, trazem em sua própria trajetória no movimento um perfil⁹⁶ similar ao apresentado pela CONTAG, explorado acima.

A primeira contadora de histórias tem 37 anos, é filha de agricultores, nascida no município de Pacatuba, território do Baixo São Francisco,⁹⁷ Sergipe. A segunda, autodeclarada negra, também é filha de trabalhadores rurais, oriunda do povoado Jiboia, situado no município de Cristinápolis, território Sul Sergipano. Tem 65 anos, é casada, possui quatro filhos já adultos, três homens e uma mulher, que lhe deram 11 netos e quatro bisnetos. Já a terceira contadora tem 39 anos, se autodeclara negra, nasceu no lugarejo Vila São José, no município de Poço Verde (SE), território Centro Sul Sergipano, terceira filha de um casal de camponeses, é agricultora familiar, casada e mãe de três crianças, com dez, seis e quatro anos, respectivamente.

A próxima contadora tem trinta e dois anos, define-se como mulher negra cis, oriunda de família camponesa do território Baixo São Francisco, no município de Pacatuba (SE). Trabalha como analista de projetos no Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), desenvolvendo atividades educativas que promovam o fortalecimento sociopolítico das marisqueiras do litoral de Sergipe. Atualmente cursa mestrado em Geografia na Universidade Estadual Paulista (UNESP), onde pesquisa a especialização do Movimento das Marisqueiras de Sergipe diante dos grandes projetos de desenvolvimento.

A última contadora nasceu em Japoatã, município sergipano, localizado no território do Baixo São Francisco, é filha de trabalhadores rurais, tem trinta e cinco anos, casada e tem um filho de sete meses, licenciada em Educação do Campo, área de conhecimento Ciências da Natureza e Matemática. Quanto à raça/etnia, mostra-se indecisa e explica:

E quanto a raça eu tenho uma dúvida muito grande se é branca, se é parda. A minha mãe puxa um pouco para o indígena, meu pai já

⁹⁶ Uma das contadoras não apresentou dados identitários e de pertencimento, o que impediu a composição do seu perfil.

⁹⁷ O estado de Sergipe possui oito territórios de planejamento instituídos pelo Decreto n. 24.338 de 20 de abril de 2007 – Alto Sertão, Agreste Central, Baixo São Francisco, Centro Sul, Grande Aracaju, Leste Sergipano, Médio Sertão e Sul Sergipano (SERGIPE, 2007).

nem tanto. Eu tenho uma crise de identidade, eu reconheço como parda porque é algo meio-termo. Já dizem que pardo é uma origem japonesa, né? Então já não sei mais, eu estou ainda me encontrando nessa questão da etnia.

A cor da pele, utilizada para classificação étnico-racial, é apenas uma das características que compõem uma raça, pois ela não reconhece a ancestralidade nem tampouco traços culturais de determinado grupo entre outros, particularmente no Brasil, em que a miscigenação da população contribui para compor uma suposta democracia racial que, envolta em um componente político-ideológico e social, naturaliza a supremacia de uma raça sobre outra, isto é, do branco sobre o negro e, ao fazê-lo, engendra uma desqualificação deste último. Isso certamente contribui para que algumas pessoas sintam dificuldade de identificar sua própria raça. Assim, como alerta Munanga (200[?]): “A questão é saber se todos têm consciência do conteúdo político dessas expressões e evitam cair no biologismo [...]”.

INGRESSO E TRAJETÓRIA NO MOVIMENTO SINDICAL

O ingresso das contadoras de história no movimento sindical ocorreu ainda jovens, impelidas por curiosidade, para romperem com a inexpressiva presença feminina em postos decisórios e para terem acesso a direitos sociais:

Eu cheguei no sindicato através de uma irmã que era filiada. Ela me convidou a fazer parte e eu aceitei, é um sindicato que há décadas era dominado por homens. Então eu participei de uma junta com ela e mais duas senhoras; fomos eleitas e eu entrei como presidenta [sic] no sindicato em 26 de fevereiro de 2005, eu estava com 21 ou 22 anos.⁹⁸ Entrei jovem com uma responsabilidade muito grande. E assim, o machismo não aceitou que nós entrássemos no sindicato. A gente sabe, duas jovens e duas senhoras. Recebemos muito desacato, muito desrespeito, preconceito porque a gente era “jovem e não sabia de nada” (Secretária de Mulheres da FETASE).

Iniciei minha militância no STTR de Pacatuba aos 16 anos, quando me filiei e comecei a contribuir com a organização da base. Aos 18

⁹⁸ Somando a idade revelada no início da entrevista com as informações constantes no sítio virtual da FETASE, a entrevistada tinha 21 anos à época mencionada. Disponível em: <https://fetase.org.br/aniversariantes-mes/>. Acesso em:

anos fui eleita secretária geral da entidade e reeleita para o mesmo cargo 4 anos depois. No segundo ano do meu segundo mandato no STTR, fui eleita para assumir o cargo de Secretária de Jovens da FETASE, onde atuei por quatro anos. Nesse interim, descobri o feminismo e a educação popular, duas grandes escolas para minha formação política (Representante do MMC).

Iniciei minha trajetória em 1999, quando pela primeira vez conheci o Sindicato dos Trabalhadores Rurais ao acompanhar minha mãe no requerimento do benefício previdenciário, pensão por morte do meu pai. Daí então comecei a participar de vários cursos de qualificação que eram ofertados às filhas e filhos dos associados, foi quando me filiei e na eleição seguinte fui convidada a compor chapa para cumprir a cota mínima de participação de mulheres. Na eleição de 2002 assumi a Presidência do Sindicato, em face do Presidente ter sido eleito para a FETASE, e em 2004, fui eleita a primeira mulher a presidir a entidade, sendo reeleita onde exerci o cargo até 2011. Quando aceitei o desafio de representar a categoria dos Trabalhadores Rurais na FETASE, assumindo o cargo de Secretaria Geral (2011-2014), sendo reconduzida na mesma entidade sindical para mais quatro anos, só que no cargo representando as mulheres rurais, onde minha vida se transformou, eu não estava mais em um cargo, eu carregava a responsabilidade do cargo, mas, muito mais era o desafio de falar e pautar as questões de mulheres em um universo que foi feito para os homens. Foi então que me dei conta do meu papel [...] (Coordenadora da Comissão Ampliada de Sergipe da Marcha das Margaridas 2019).

[...] em 2005 entrei no movimento sindical no município de Japoatã, que eu morava lá na época. Fui conhecendo o movimento sindical pela discussão da Juventude [...] Eu entrei para o movimento como trabalhadora rural, porém, em 2014 eu recebi o convite para assessorar a Federação [...] assessorar a Secretaria de Juventude e das Mulheres [...] (Assessora da Secretaria de Mulheres da FETASE).

Sou sócia-fundadora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cristinápolis desde 24 de outubro de 1977. Primeira mulher sócia-fundadora do sindicato, com a minha matrícula 321 [...] Toda a minha vida, a partir de que fui sócia do sindicato, passei a ser diretora, [...] Já passei na presidência, na tesouraria, na secretaria geral, suplente na diretoria [...] coordenadora da Comissão de Mulheres no estado [...] (Diretora do STTR de Cristinápolis – SE).

A inserção das mulheres se dá inicialmente acompanhando familiares em busca de direitos previdenciários, as filiações ocorreram entre dezesseis a vinte e dois anos, quando passaram por cursos de formação política e qualificação profissional, o que as direcio-

nou para a Coordenação de Juventude e de Mulheres dos sindicatos, com o amadurecimento político chegam à diretoria, tesouraria e presidência dos sindicatos, espécie de preparação para assumirem posições na Diretoria da Federação, predominantemente as secretarias de juventude e de mulheres. Conforme já apontávamos em outro momento:

A participação das mulheres nos sindicatos aconteceu paulatinamente, em Pernambuco, Rio Grande do Norte, estendendo-se para outros estados à medida que as mulheres se organizavam e inspiravam outras para seguirem seus passos. Inicialmente, assumem funções mais burocráticas e sem poder decisório, fazendo uso dos supostos atributos naturais femininos, até “conquistarem espaços” e galgarem postos nas diretorias, desde tesoureiras até presidentas [...] (TAVARES; GÓIS, 2020, p. 1428).

Como estratégia para adentrarem e permanecerem na gestão dos sindicatos e federação, espaços à época predominantemente masculinos, as mulheres recorreram aos pretensos atributos femininos, a paciência, organização e a “letra mais bonitinha”, que lhes conferiam mais aptidão para lidar com questões burocráticas (atas, relatórios etc.), além de sua capacidade de escuta e de diálogo, o que as transformou em uma espécie de “faz-tudo do sindicato”. Ocorre que, ao se perceberem tão capazes quanto os homens, fizeram uso do carisma, da política de cotas e foram conquistando cargos na direção dos sindicatos, da federação e da CONTAG (TAVARES; GÓIS, 2020).

Seus relatos revelam o preconceito sofrido pelo fato de serem mulheres e, além disso, jovens, o que as colocava sob suspeição, já que invadiam um espaço para o qual não haviam sido educadas e, ademais, tido como eminentemente masculino, ou seja, as mulheres saíam do espaço para o qual estavam destinadas — a casa/o privado — e ousavam penetrar num espaço reservado apenas para os homens — as entidades sindicais/o público. Para trilhar esse caminho, elas buscaram formação política e qualificação profissional, de modo a se conscientizarem da importância de lutarem, permanecerem no e serem reconhecidas pelo movimento sindical. Principalmente, adquiriram consciência sobre a importância de construir espaços próprios às lutas das mulheres, de modo a enfrentarem o machismo, a violência sexista, a pobreza e demonstrarem sua capacidade de re-

sistência, resiliência. Em suma, a tessitura do seu empoderamento, aqui pensado como processo de conquista de autonomia, de auto-determinação, caminho para libertação das mulheres do campo, da floresta e das águas das amarras das opressões de gênero e patriarcal (SIQUEIRA; SARDENBERG, 2014), cujo símbolo principal é a Marcha das Margaridas, objeto de discussão do próximo tópico.

RELATOS DAS MARCHAS

As protagonistas/contadoras das histórias aqui relatadas têm uma trajetória de participação na construção e realização de mais uma edição da *Marcha das Margaridas*, o que lhes confere propriedade para refletirem sobre limites enfrentados, desafios a serem superados e conquistas alcançadas no âmbito pessoal e coletivo:

Eu participei de duas marchas: a última e a anterior, a de 2015. Foi uma emoção muito grande; eu só ouvia falar da marcha, mas até então eu não tinha tido a oportunidade. Em 2015 eu ainda estava no sindicato de Pacatuba, não tinha ido ainda para FETASE. E aí tivemos mais um desafio para articular as mulheres para participarem da Marcha das Margaridas. Naquele ano o sindicato de Pacatuba mobilizou... fizemos rifa, pedimos doações... e a gente conseguiu levar 20 mulheres do município. Entre essas mulheres, jovens também participou [sic] tanto jovens homens quanto mulheres. É um desafio muito grande, mas muito emocionante e a gente passa a se empossar de uma força, de uma resistência. A gente diz assim: “é isso que a gente quer para nossa vida”. A gente dá mais aquele gás de continuar fazendo a luta do movimento sindical, foi muito emocionante (Secretária de Mulheres da FETASE).

Minha caminhada junto à *Marcha* está intimamente ligada à minha trajetória no MSTTR, ou seja, desde 2005 [...] A maior conquista foi poder tecer alianças com várias mulheres, estabelecendo vínculos socioafetivos. Poder perceber o quanto a marcha contribuiu para a tomada de consciência de classe e feminista tem sido a maior conquista pessoal, na minha percepção. Na dimensão coletiva, penso que a maior conquista foi o reconhecimento que a marcha alcançou, na medida que ela foi sendo consolidada como a maior mobilização de mulheres na contemporaneidade (Representante do MMC).

Durante o período em que eu estava no sindicato, em 2011, participei da minha primeira *Marcha das Margaridas* e para mim foi incrível porque foi o segundo evento grandioso que eu fui em Brasília. [...]

Quando falaram para eu participar da *Marcha das Margaridas* meus olhos encheram, brilharam, [...] e esse brilho nos olhos que me acendeu quando eu cheguei e vi lá aquelas mulheres, as falas políticas... é muito libertador. O sentimento que eu tenho mesmo é arrepiante de dizer assim: “a *Marcha* é emocionante, ela está tocando nossas almas”. [...] A grandiosidade da *Marcha* é a cada discussão, quando a gente chega em casa que a gente não se percebe mais a mesma. A gente diz “mãe, não é assim, não. Vamos tentar reverter essa situação” com relação ao pai, com relação aos irmãos, com relação a todo mundo. Quando a gente chega e fala com a vizinha, quando a gente aconselha uma amiga então a dimensão da *Marcha* [...] A *Marcha* nos ensina a olhar para nós mesmas, para depois a gente ir transformando as pessoas. É aquilo que Paulo Freire bate tanto na tecla; a gente transforma o homem para o mundo ir se transformando. Quando a gente se transforma, a gente transforma o outro e onde vivemos. Então é essa a amplitude (Assessora da Secretaria de Mulheres da FETASE)

Falando um pouco sobre a *Marcha das Margaridas*, eu comecei a participar também e vivenciei a história de luta começando no estado de Sergipe a *Marcha* de 2000... teve a de 2003 e a de 2007... 2011, 2015... (Diretora do STTR de Cristinápolis – SE)

Foi então que me dei conta do meu papel, neste percurso participei de três edições da *Marcha das Margaridas* (2011/2014/2019) Esta última a mais marcante para mim [...] O processo de mobilização é sempre muito envolvente, porque ele mexe em nós, ele nos provoca a falar umas com as outras de nós mesmas, dos nossos problemas, das dificuldades e desafio comuns (obviamente que cada uma em sua realidade, mas, tem algo que nos une: vivemos sob o jugo do sistema machista e patriarcal. E a marcha tem esse poder de levar o nosso grito da garganta às ruas, e o mais impressionante e extraordinário é o sentimento da representatividade e da empatia [...]) (Coordenadora da Comissão Ampliada de Sergipe da *Marcha das Margaridas* 2019).

A realização das marchas não é algo fácil, enfrenta uma série de desafios no tocante a recursos, acesso a financiamentos e apoio do Estado, exigindo da comissão ampliada a adoção de estratégias, a exemplo de rifas, bingos, festas, leilões e doações. Outra dificuldade reside na mobilização das mulheres, seja porque terão que se ausentar da casa e descumprir as tarefas que são de sua responsabilidade na esfera doméstica, seja porque essa ausência implica estarem libertas, ainda que física e temporariamente, do controle e domínio masculino, o que gera conflitos familiares. Por outro lado, a participação nas marchas produz mudanças de ordem subjetiva, “na

alma”, na medida em que essas mulheres descobrem uma força até então desconhecida e sua capacidade de transformar a si mesmas e ao mundo, mas também mudanças de ordem objetiva, como reforça a Assessora da Secretaria de Mulheres da FETASE: “Quando a gente vê as políticas acontecerem a partir daqueles pedidos, daquelas solicitações, dá uma satisfação assim: ‘Ah, eu contribuí com aquilo! A gente estava ali batendo na porta’”. Assim sendo, a capacidade de enfrentamento dos desafios e as conquistas alcançadas são elementos fundantes do significado da *Marcha* que a cada edição realizada se renova para essas mulheres:

A marcha significa a maior mobilização de mulheres de toda a América Latina, com sua capacidade de articular diversos movimentos em torno da luta por visibilização, participação política e equidade de gênero. Significa força, unidade das mulheres do campo e da cidade, ousadia, solidariedade e sororidade [...] pois nós mulheres organizadas ousamos e ousaremos protagonizar essa construção, e como muita criatividade e trabalho coletivo, nós mostramos que somos capazes fazer nossas vozes ecoar (Representante do MMC).

Algo que marcou muito toda essa vivência minha foi a descoberta de mim mesma e do que me oprimia, pasme só fui perceber o que é ser mulher quando passei a representar as mulheres. Porque pude me ver em várias mulheres, pude enxergar minhas dores em outras mulheres, minhas fraquezas, minhas potencialidades e minha capacidade de enfrentar os problemas como todas as outras enfrentavam, foi o que me marcou, foi o que me descobriu e o que me ajudou a enxergar o quanto ainda precisamos da união e da unidade das mulheres numa aliança para romper o machismo (Coordenadora da Comissão ampliada de Sergipe da Marcha das Margaridas 2019).

Vejo como espaço de construção e buscas por direito das mulheres com foco nas mulheres do campo, floresta e águas mais acaba contemplando as mulheres no geral (Militante do MMTR/NE e da Articulação Popular São Francisco Vivo).

[...] a *Marcha das Margaridas* é tão importante: para a gente não aceitar os tapas, [...] e se distanciar e desenvolver um amor-próprio, que é um desafio muito grande. Desenvolver autonomia, [...] então a gente precisa ir tirando cada vez mais essas mulheres da invisibilidade, desse anonimato. E ela vai se vestindo de força a partir do conhecimento porque é a única coisa que se pode fazer, o conhecimento é libertador. E às vezes elas têm o conhecimento, mas não tem a coragem suficiente e diversos fatores também contribuem para que ela

não saia desse ciclo de violência, esse ciclo de problemas que estão dentro do lar (Assessora da Secretaria de Mulheres da FETASE).

Para mim, participar e junto construir a *Marcha das Margaridas* é um momento importante para todas as mulheres trabalhadoras rurais do campo e da floresta de todo o Brasil, seja ela trabalhadora rural, trabalhadora urbana. É onde a gente se soma para termos um Brasil justo e igualitário para todos [...] Para mim a *Marcha das Margaridas* é tudo: é a força do homem e da mulher do campo, dos movimentos sociais, das parcerias (Diretora do STTR de Cristinópolis – SE).

A *Marcha* é o nosso guarda-chuva, encorajou muitas mulheres [...] A *Marcha* nos encoraja a levar as ações até a ponta para incentivar e dar força para as nossas companheiras (Secretária de Mulheres da FETASE).

Seus relatos reafirmam a importância da *Marcha* como espaço de luta, aprendizado, construção coletiva e articulação de mulheres do campo, da floresta, das águas e das cidades em prol de um Brasil mais justo e igualitário para mulheres e homens. Para elas, a *Marcha* é um espaço de encorajamento e sororidade, em que se apoiam mutuamente para libertação da violência sexista, adquirem consciência crítica e conseguem desvelar a opressão e exploração a que se encontram submetidas, reivindicam maior participação política, equidade de gênero, construção e implementação de políticas públicas para as mulheres e para o campo. Em suma, a *Marcha* é essencialmente um espaço de autoconhecimento, lugar em que se permitem ousar e falar sobre si e sobre o mundo.

A preparação e a realização da *Marcha* constituem momentos privilegiados de discussão sobre a conjuntura sociopolítica e econômica, em que as mulheres adquirem uma maior compreensão das engrenagens que movem as relações na sociedade capitalista, classista, racista e patriarcal. A *Marcha* de 2019 permitiu às participantes decifram os enigmas do capitalismo em sua fase ultra neoliberal e o caráter conservador e obscurantista vivenciado no Brasil a partir de 2019, com a chegada ao poder de um governo que defende um projeto de campo centrado no agronegócio e na agricultura capitalista, portanto, um projeto radicalmente antagônico àquele defendido pela *Marcha das Margaridas*:

A *Marcha* 2019 significou a denúncia ao conservadorismo, autoritarismo e desmonte dos direitos do povo. Significou que não temos medo

desse governo e que estamos dispostas a seguir enfrentando a onda neofacista representada pelo governo genocida de Jair Bolsonaro (Representante do MMC).

O contexto social e econômico que a *Marcha* de 2019 aconteceu foi um retrocesso da construção e realização da primeira edição em vivendo em 2003. Foi desafiador diante da conjuntura difícil que os movimentos sociais e entidades sindicais, e a população brasileira estava enfrentando. A *Marcha* de 2019 foi um reencontro com nossa essência e trajetória. Ter a capacidade de mobilizar mais de 100 mil trabalhadoras do Brasil e do Mundo, em um momento onde o cenário econômico era de cortes no orçamento, de esvaziamentos de políticas públicas, da presença assumida de um Presidente da República machista, homofóbico, fascista e racista, de perseguição às instituições e entidades sindicais, desestruturação da política de educação, de violência, sem sombra de dúvida foi a maior demonstração de força, unidade, resiliência e empatia das camponesas (COORDENADORA DA COMISSÃO AMPLIADA DE SERGIPE DA MARCHA DAS MARGARIDAS, 2019).

Organizar e realizar uma *Marcha* num contexto de ampliação da repressão à luta da classe trabalhadora, criminalização dos movimentos sociais e sindicais, intimidação e assassinato de suas lideranças, ameaças e cerceamento às liberdades individuais, diferentes expressões de violência contra as minorias — mulheres, negros, comunidades quilombolas, indígenas, LGBTQIA+ — impôs uma série de desafios e tensionamentos. Se, por um lado, esse contexto gerou muito medo, por outro lado incitou a ousadia para que as mulheres estabelecessem estratégias de enfrentamento desse medo e conseguissem realizar a *Marcha*. Esse medo as acompanhou ao longo da viagem para Brasília e esteve também presente em Brasília, quando da realização da *Marcha*:

Foi muito desafiador com esse governo que está aí. Claro, ficamos com medo; naquele cenário foi muito complicado para todas nós. Foi uma *Marcha* diferente porque a gente conseguiu atingir o propósito que a gente tinha de ter essas mulheres em Brasília, a gente conseguiu e foi muito gratificante para todos nós. A gente saiu daqui de Sergipe com aquele medo, toda aquela insegurança, mas a gente conseguiu juntar forças e seguir em frente e deu tudo certo. A gente sabe: o governo que está aí não apoia a classe trabalhadora. A gente se sentiu insegura... chegar lá esse e ser recebida com policiais, tomar carreira de policiais, spray de pimenta... já passamos por isso, temos companheiras que já passaram por isso. E quantas mulheres ficarem

inseguras de ir... teve algumas que não foram mesmo, com medo... e as que foram é porque encontraram coragem umas nas outras para chegar até Brasília (Secretária de Mulheres da FETASE).

[...] a construção da *Marcha* de 2019 foi desafiadora demais porque a gente já estava com um governo que não era a nosso favor, não apoia as mulheres de forma nenhuma e as trabalhadoras muito menos... quem são elas para eles, né? [...] sem falar do medo, nós encaramos muito medo, [...] porque muitos estavam com medo do que Bolsonaro poderia fazer nas ruas. Imagine a situação [...] A gente tinha que ir sem bandeiras expostas, sem camisas da *Marcha* para não chamar muita atenção. A gente iria meio sorrateira daqui para Brasília para não ser barrada porque correria o risco disso. A gente teve que superar medo e teve que superar as dificuldades financeiras e políticas mesmo porque a *marcha* sempre foi algo disputado para ir. As mulheres dizem “eu quero ir, mas não tenho coragem ou condições” (Assessora da Secretaria de Mulheres da FETASE)

O desafio e limites coletivos foi da impossibilidade de apresentar uma pauta a um governo antipovo, então essa foi a primeira edição que não teve um tom propositivo para o governo federal, pois tínhamos a clareza que não existia possibilidade alguma de sentar numa mesa para negociar uma pauta com o presidente machista, misógino e genocida (Representante do MMC).

A falta de apoio logístico, de patrocínios que contribuíssem com o financiamento da *Marcha* dificultou sua organização e realização, sendo necessário para vencerem as adversidades e o medo da repressão do Estado, representado pelo governo Bolsonaro, tanto para chegarem como para permanecerem em Brasília, a articulação de parcerias e criação de estratégias internas à *Marcha*⁹⁹, como estratégias externas que lhe dessem visibilidade e obtivessem a adesão da população às pautas defendidas, conforme avaliam as nossas protagonistas:

Eu avalio [*a participação das mulheres de Sergipe na Marcha das Margaridas*] como muito positiva porque foi uma construção realizada com todas as parceiras, todas as companheiras buscando estratégias de

⁹⁹ A Coordenação Geral da *Marcha* emitiu orientações para garantir a segurança das mulheres no trajeto a Brasília, durante e após a sua realização. Os ônibus viajarão em comboio; evitar paradas na estrada e, caso necessário, rápidas; não utilização de nada alusivo à *Marcha* (bonés, camisetas, faixas, bandeiras); durante a *Marcha* seguirem o trajeto planejado; evitarem dispersão e após a *Marcha*, se dirigirem a seus respectivos transportes e/ou locais de hospedagem em grupo e, em qualquer ocasião, não aceitarem qualquer provocação.

como seria a marcha, como seria lá, como seria no caminho [...] A gente leva além da Marcha: nossas ações de base; a gente faz várias atividades com as mulheres orientando o que as mulheres devem fazer, elas conseguem contar seus depoimentos as suas dificuldades; como ela conseguiu se livrar daquele parceiro, como ela conseguiu ajudar aquela companheira a fazer denúncia também. A Marcha nos encoraja a levar as ações até a ponta para incentivar e dar força para as nossas companheiras (Secretária de Mulheres da FETA-SE; acrescentamos)

Eu estava fora do MSTT na *Marcha* 2019, nesse sentido minha contribuição foi menor em relação as edições anteriores, como estava trabalhando na Universidade, não podia acompanhar todas as atividades da comissão ampliada de Sergipe. Ao mesmo tempo, propus uma atividade para debater a *Marcha* em parceria com a ADUFS¹⁰⁰ e o PEAC¹⁰¹, a atividade foi um marco na construção da marcha, pois até então a Universidade nunca se envolveu com a construção da marcha [...] Com certeza o envolvimento de mais de 80 organizações do campo e da cidade na construção (Representante do MMC).

Aqui em Sergipe só foi possível, dada a ampliação de entidades parceiras para fortalecer a nossa caminhada e chegarmos na nossa meta. Todos os movimentos têm seu papel *sine qua non*, indispensável, essencial, mas, quero dar destaque a três espaços que tivemos a oportunidade de apresentar nossa trajetória de luta e resistência e de conquistas também: nossa ida à Alese¹⁰² foi algo que marcou. A abertura do diálogo com os pares do Legislativo Estadual foi um peso a mais na pressão junto ao governo estado para apoio a nossa jornada. A nossa ida à UFS¹⁰³ foi surreal, de tudo que o momento pode promover, desde a mobilização e do apoio e financiamento por parte SINTUFS¹⁰⁴ aproximou ainda mais nossa experiência ao campo do estudo e da pesquisa, levamos nossa experiência à grupos de trabalhos dentro da OAB, GT de Gênero (Coordenadora da Comissão Ampliada de Sergipe da *Marcha das Margaridas* 2019).

Marcha das Margaridas já é grande por natureza, a sociedade já conhece para diversos lugares e a gente se apegou muito a diversos outros setores. A educação entrou, o SINTESE¹⁰⁵ fez parte da comissão. As assistentes sociais de diversos lugares entraram, tudo nesse apoio à

¹⁰⁰ A contadora menciona a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe.

¹⁰¹ A contadora menciona o Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras.

¹⁰² A contadora se refere à Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe.

¹⁰³ A contadora alude à Universidade Federal de Sergipe.

¹⁰⁴ A contadora faz referência ao Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos da UFS.

¹⁰⁵ A contadora faz menção ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado de Sergipe.

Marcha das Margaridas, que não é só das trabalhadoras do campo; é das mulheres em geral. Essa parceria foi muito forte, foi o que ajudou nessa construção (Assessora da Secretaria de Mulheres da FETASE).

As histórias revelam a importância que as comissões nacionais e ampliadas de cada estado, os movimentos, os sindicatos locais, as entidades parceiras e as próprias mulheres atribuem à *Marcha*, bem como os esforços empreendidos para sua organização e realização. Em Sergipe, ela se fortalece ao adentrar na UFS e na ALESE, quando a Comissão ampliada apresenta a essas instituições um histórico das *Marchas*, seus objetivos, eixos temáticos, sua importância para as mulheres do campo, da floresta e das águas, as dificuldades enfrentadas no contexto de 2019 e, propõem a formação de parcerias e apoio logístico. A *Marcha* também se constitui um espaço educativo e formativo, característica fundamental para a articulação de parcerias com entidades sindicais de professoras e professores (ADUFS e SINTESE), e o Programa de Educação Ambiental, denominado PEAC,¹⁰⁶ executado pelo Departamento de Geografia da UFS.

Percebe-se que a *Marcha* é um espaço em que se identificam, explicitamente, a correlação de forças entre o capital do agronegócio, o Estado e as mulheres e, seus antagônicos modelos de desenvolvimento rural que têm por referência os paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário¹⁰⁷ (GÓIS, 2019). Ela possui também um caráter político-reivindicativo e propositivo que possibilita o

¹⁰⁶ De acordo Oliveira, Messias e Araújo (2013, p. 3-4), "O PEAC se configura enquanto uma medida de regulação estatal no âmbito das licenças de atividades de exploração de recursos naturais [...] A criação do PEAC vem atender a esse processo de licenciamento ambiental, cuja função de controle cria condicionantes para as atividades econômicas poluentes ou potencialmente poluidoras, como é o caso da indústria do petróleo, exigindo a realização de ações mitigadoras e compensatórias materializadas em programas e projetos ambientais no intuito de amenizar e compensar a região e a população que sofre os impactos ambientais ocasionados pelos empreendimentos".

¹⁰⁷ Segundo Fernandes, Welch e Gonçalves (2014 *apud* GÓIS, 2019, p. 160), existem diferentes modelos de desenvolvimento rural no Brasil que tem por referência dois paradigmas: o da questão agrária e do capitalismo agrário. "[...] O paradigma da questão agrária tem por ponto de partida as lutas de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses. Argumentam que os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo, de modo que a luta contra o capitalismo é a construção de outra sociedade, onde os problemas podem ser superados. Para o paradigma do capitalismo agrário, as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural e podem ser eliminadas por meio de políticas que possibilitem a 'integração' do campesinato ou 'agricultor de base familiar' ao mercado capitalista. Nessa lógica, campesinato e capital compõem o mesmo modelo de desenvolvimento, fazendo parte de uma totalidade (sociedade capitalista) que não os diferencia, porque a luta de classes não é elemento desse paradigma. Para o paradigma da questão agrária, o problema está no capitalismo e para o paradigma do capitalismo agrário, o problema está no campesinato".

alcance de algumas conquistas, conforme apontam as protagonistas/contadoras:

São muitas coisas. Uma delas é a mulher ser titular nos assentamentos, antes era o homem... a mulher ter seu próprio documento de identificação, a DAP [*Declaração de Aptidão ao Pronaf*]. A gente sabe que no campo há muita violência contra a mulher e hoje, através de rede social, a gente sabe que as mulheres vêm denunciando agressões físicas. [...] A gente sabe que avançou um pouco nessa questão da denúncia, mas que há muito ainda a conquistar e sabemos que depois que este governo entrou houve um retrocesso muito grande principalmente para nós mulheres. Ele não reconhece a nossa luta, a nossa resistência, mas, contudo, nós já avançamos e precisamos avançar ainda mais (Secretária de Mulheres da FETASE; acrescentamos).

Acredito que diante do cenário a maior conquista foi conseguirmos realizar e participar, pois o cenário era desfavorável em todos os sentidos tanto no governo estadual porque temos um governo que, as políticas para mulheres não existem, e um governo federal totalmente contra as políticas para mulheres [...] Acredito eu a maior conquista foi mostrar ao Governo Federal mesmo sem dialogar com ele que ele não representa a nós mulheres, mais agente mesmo assim conseguimos com toda as dificuldades colocamos em média mais 120 mil mulheres nas ruas de Brasília (Militante do MMTR/NE e da Articulação Popular São Francisco Vivo).

Mesmo a *Marcha* estando consolidada como a maior mobilização de mulheres trabalhadoras rurais do Brasil e da América Latina foi preciso ampliar as parcerias que alcançar o êxito, porque era preciso garantir o autofinanciamento das mulheres para chegar a Brasília, foi assim que aconteceu em cada processo formativo, de capacitação que foi realizado ficou sentimento de que precisávamos nos multiplicar, precisávamos ocupar as ruas e levar o grito das que não podia ir, mesmo diante das dificuldades Brasília recebeu mais de 100 mil trabalhadoras, porém, em cada canto deste território e fronteira estavam lá as Margaridas que não aceitavam a política adotada por este governo (Coordenadora da Comissão Ampliada de Sergipe da *Marcha das Margaridas* 2019).

Uma das conquistas muito grandes de 2019 foi a Aires conseguir falar na Câmara dos Deputados sobre a *Marcha das Margaridas* [...] a apresentação da *Marcha* na Câmara foi histórica para o Estado de Sergipe para mostrar a força da mulher [...] o número de homens é bem insignificante, se deu um ônibus de homens é muito. A maioria não vai, é só mulheres. Deu em torno de 800 mulheres, foi algo grandioso demais [...] A gente tinha uma meta de dez ônibus, pulamos para 15;

a gente superou a meta [...] O grande dia, o dia 13 [de agosto], dia de abertura, de chegadas, de troca de saberes foi uma festa linda. O dia todo chegava gente, até a noite do dia 13 estava chegando gente ainda. Então a gente encheu aquele pavilhão com muita graça, muitas mulheres. Sem falar nas ruas de Brasília, foi de arrepiar: uma superação muito grande da participação em 2019 (Assessora da Secretaria de Mulheres da FETASE).

A primeira conquista, de acordo com as protagonistas/contadoras, foi a realização da *Marcha* em uma conjuntura adversa às lutas da classe trabalhadora e à liberdade de expressão. Não menos importante foi a criação de um espaço de denúncia, discussão e conhecimento sobre as modalidades de violência de gênero contra as mulheres, da negação de direitos duramente conquistados e reivindicação de políticas públicas para as mulheres e para o campo. A maior conquista da *Marcha* 2019 foi levar 100 mil mulheres para Brasília, de todos os cantos e recantos do Brasil que demarcaram um posicionamento radicalmente contrário ao Governo Federal e reafirmaram a sua não representatividade frente às trabalhadoras e trabalhadores do campo.

“SEGUIREMOS EM MARCHA ATÉ QUE TODAS SEJAMOS LIVRES”

A luta continua, a *Marcha* não pode parar porque, segundo enfatizaram as mulheres que compuseram a Comissão Ampliada de Sergipe durante a reunião de avaliação,¹⁰⁸ a *Marcha* de 2019 reafirma:

A *Marcha* é a luta e o fortalecimento das mulheres e reafirma que esse governo não nos representa.

Em meio às lutas e dificuldades, nunca e jamais vamos deixar de lutar pelos nossos objetivos.

O fortalecimento das nossas identidades.

Faremos a revolução.

A força das mulheres quando unidas.

A necessidade de estarmos cada vez mais unidas para a luta – cidade e campo – em defesa da democracia como caminho para fortalecer a organização das mulheres para um novo futuro fora desse sistema

¹⁰⁸ Na metodologia da *Marcha* 2019 estava prevista a realização de reunião de avaliação pelas Comissões da *Marcha* (Nacional e Ampliadas) com participação de todos os movimentos e entidades parceiras.

social. Reaver direitos e obtermos novas conquistas, não apenas para as mulheres, mas para o conjunto da sociedade, numa conjuntura tão adversa pela qual estamos passando de ataque às trabalhadoras e trabalhadores e o desmonte do estado brasileiro.

Que as comunidades precisam participar da *Marcha*.

A nossa luta e resistência na sociedade.

O poder que cada organização femini(sta)na tem na luta pela soberania popular.

Necessidade de fortalecer a organização social.

A urgência da revolução.

A nossa luta pela transformação da sociedade pautada nas relações igualitárias de gênero, geração, sem opressão de classe e discriminação racial, livre de violência e com respeito às nossas diferenças.

Nossa luta deve continuar.

Por fim, compreendemos que a *Marcha das Margaridas 2019* é resultado da resistência, luta coletiva e formação política das mulheres do campo, da floresta, das águas e das cidades, frente a um contexto de profundos retrocessos para a classe trabalhadora e para as meninas e mulheres, que as instrumentalizam para fortalecer a construção de um Brasil com soberania popular, democracia, justiça e livre de violência sexista, racista, classista e LGBTfóbica.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. A.; COSTA, T. M. M. da; LEMOS, T. C. L. Mulheres no campo: divisão sexual do trabalho em propriedades da cafeicultura convencional no sul de Minas Gerais. **Campo-Território: revista de geografia agrária, edição espacial**, p. 88-111, jul., 2020.

BASTER, R. O silenciamento das mulheres camponesas em situação de conflitos no campo e as sementes que anunciam suas resistências. In: **CPT. Conflitos no campo Brasil 2018**. Brasília: CPT, 2019. p. 83-88.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul. MDA/NEAD: Brasília, 2006, In: *Curadoria Enap*. Disponível em: <https://exposicao.enap.gov.br/items/show/249>. Acesso em: 28 jul. 2021.

CAMPOS, M. L.; BRASIL, F. P. D. Mulheres do campo e políticas voltadas para o enfrentamento da violência: um estudo com foco nas ações desenvolvidas em Minas Gerais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13.th **Anais Eletrônicos...** Florianópolis, 2017, p. 1-12. Disponí-

- vel em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498963188_ARQUIVO_MarianaCampos_FlaviaBrasil-MM_FG.pdf. Acesso em: 23 de jul. De 2022.
- CAVALCANTI, M. P. H.; LIMA, E. E. H. T. Marcha das Margaridas: participação política, empoderamento e movimento social em rede das mulheres do campo e da floresta. **Aceno**, v. 3, n. 5, p. 94-107, jan.-jul. 2016.
- CONTAG. **Revista da Juventude Rural**: transformando o presente e construindo o futuro. Brasília: Contag/Comissão de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. 2007.
- CONTAG. **Marcha das Margaridas** – Projeto para Captação de Recursos. Brasília: Contag/Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras familiares. 2014.
- CONTAG. **Plataforma política – Marcha das Margaridas 2019**: por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça e livre de violência. Brasília: Contag, 2019a.
- CONTAG. Cem mil Margaridas em Marcha. **Revista da Marcha das Margaridas 2019**. Brasília: Contag/Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares, 2019b.
- FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.
- FEDERICI, S. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, Gênero e Feminismo. São Paulo: Boitempo, 2021. v. 1.
- GEORGES, R. *et al.* A distância que nos une. Relatório sob a coordenação de Kátia Maia. In: **OXFAM BRASIL**. (25/09/2017). Disponível em: https://d2v21prk53tg5m.cloudfront.net/wp-content/uploads/2019/08/relatorio_a_distancia_que_nos_une-1.pdf. Acesso em: 28 jul. 2021.
- GOIS, M. N. Marcha das Margaridas: mulheres trabalhadoras rurais construindo igualdade de direitos, políticas públicas e cidadania. In: SEMINÁRIO LATINO AMERICANO DE ESCUELA DE TRABAJO SOCIAL, 20., 2012, Córdoba (Argentina) **Anais...** Córdoba (Argentina): Alaeits, 2012, p. 1-12.
- GOIS, M. N. **Solo, sementes, frutos**: reflexões sobre a participação e o controle social da Educação do Campo. Curitiba: Appris, 2019.
- HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 12. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.
- LAWSON, M. *et al.* Bem público ou riqueza privada. Oxfam GB, Oxfam House, John Smith Drive, Cowley, Oxford, OX4 2JY, UK, 2019. DOI: 10.21201/2019.3651. Acesso em: 28 jul. 2021.
- LUSA, M. G. Relações de gênero no campo: a superação dos papéis tradicionais como desafio à proteção social básica e o papel dos assistentes sociais. **Revista Gênero**, Niterói, v. 13, n. 1, p. 93-107, 2. sem. 2012.

- MARCHA das Margaridas se encerra com novas conquistas e mostra a força das mulheres organizadas. 2015. In: **Sempreviva Organização Feminista – SOF**. Disponível em: www.sof.org.br/2015/08/15. Acesso em: 24 maio 2019.
- MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **Inclusão Social: um debate necessário? 200[?]** Disponível em: <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>. Acesso em: 17 jun. 2021.
- OLIVEIRA, A. R. S.; MESSIAS, J. R.; ARAÚJO, N. M. S. Políticas públicas do meio ambiente e licenciamento ambiental: os desafios da educação ambiental crítica. JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, VI **Anais...**, 20 a 23 de agosto de 2013, São Luís, Maranhão: UFMA, 2013. p. 1-9.
- SALVARO, G. I. J. Camponesas em lutas pelo fim da violência contra as mulheres e pela produção de outras formas de existência. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 52, 2018, p. 1-23.
- SERGIPE. **Decreto n. 24.338**, de 20 de abril de 2007. Dispõe sobre a instituição dos Territórios de Planejamento do Estado de Sergipe. 2007. Disponível em: <https://www.sead.se.gov.br/plano-de-desenvolvimento-regional-de-sergipe-pdr-sergipe/>. Acesso em: 22 jun. 2021.
- SILVA, C. B. C.; SCHNEIDER, S. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M (orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Santa Catarina: Mulheres, 2010. p. 185-209.
- SIQUEIRA, A. E. S. S.; SARDENBERG, C. M. B. Empoderamento de mulheres agricultoras: possibilidades e limites de um projeto de desenvolvimento rural no Semiárido Baiano. In: REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES GÊNERO (REDOR), 18., Recife. **Anais...** Recife: UFRPE, 2014, p. 3.773-3.783.
- TAVARES. M. S; GOIS, M. N. Ativismo feminino no movimento sindical rural de Sergipe: (in)confidências de gênero. In: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 6., 2020, Londrina (Paraná). **Anais...**, Londrina, Paraná: UEL, 2020. p. 1.420-1.441.
- VASCONCELOS, E. B. ; MOTA, R. M. da. Espaços de resistência feminina no Alto Sertão Sergipano: a experiência de mulheres camponesas da comunidade Garrote do Emiliano em Poço Redondo. In: TAVARES, J.; COSTA, J.; FAGUNDES, M (orgs.). **Diversidade produtiva das mulheres do MPA**. São Paulo: Expressão Popular. 2016, p. 127-136.

TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS DE MULHERES NEGRAS: CONSTRUINDO EXISTÊNCIAS CONTRA HEGEMÔNICAS

Daniela Ferrugem¹⁰⁹

Loiva Mara de Oliveira Machado¹¹⁰

Luciana Rodrigues¹¹¹

NOTAS INTRODUTÓRIAS

A escrita desse capítulo parte do lugar de fala de três mulheres negras, mães, feministas, cuidadoras da vida, trabalhadoras em universidade pública, construtoras de conhecimentos, vinculadas a coletivos de luta antirracista. Essa escrita brota do cotidiano, de nossos lugares de vinculação e participação, espaços de luta contra hegemônica à colonialidade persistente que impera na realidade e na universidade brasileira. O passado vem coincidir com o presente, conforme refere Grada Kilomba (2019). Esse passado também se presentifica no ambiente acadêmico, pois, ainda hoje a academia parece manter seu eixo gravitacional na Europa.

É preciso reposicionar o lugar da Europa no mundo, retirando a centralidade e a marca de universalidade que não corresponde à

¹⁰⁹ Assistente Social do Instituto de Psicologia UFRGS, mãe, Doutoranda em Serviço Social (PUCRS) vinculada ao GEPEDH Grupo de Pesquisa e Estudos em Ética e Direitos Humanos. Bolsista PROEXT/CAPES. Integrante do AYA – Estudo, Extensão e Pesquisa da UFRGS e do Coletivo AYA. Correio eletrônico: danielaferugem@yahoo.com.br

¹¹⁰ Assistente Social. Doutora em Serviço Social, mãe, professora do Departamento de Serviço Social da UFRGS. Integrante do AYA – Grupo de Estudo, Extensão e Pesquisa da UFRGS e do Coletivo AYA. Correio eletrônico: loivadeoliveira@yahoo.com.br

¹¹¹ Psicóloga. Doutora em Psicologia Social e Institucional (UFRGS), mãe, Professora Adjunta do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UFRGS e docente colaboradora do PPGPSI/UFRGS. Coordenadora do Coletivo Bell Hooks: psicologia e políticas do cuidado. Integra o Coletivo AYA. Correio eletrônico: lurodrigues.psyco@gmail.com

realidade — às nossas realidades — do ponto de vista do pensamento crítico, posto que a produção de saber ocorreu e ocorre em cada canto mundo, a partir dos territórios, dos saberes e experiências ancestrais de nossos povos. Ao reconhecer essa perspectiva talvez possamos desaperceber a fixação em alguns autores eurocêntricos que atravessa séculos, uma vez que, para além das suas contribuições, por óbvio, também estão ancoradas no racismo epistemológico de uma academia colonial. As questões aqui elucidadas nos mobilizam a refletir, neste capítulo, sobre as estratégias utilizadas pela academia colonial para destituir aquelas e aqueles considerados inferiores e descartáveis, observando as especificidades de seu modo de existir — povos, saberes, culturas, religiosidades e territórios — quanto a garantia ou não do acesso ao ensino superior como direito.

Trilhamos assim, no percurso dessa escrita, algumas reflexões sobre a lógica da colonialidade na realidade brasileira, e suas particularidades no espaço da universidade. Destacamos alguns indicadores sociais que contribuem para elucidar o quanto a produção de desigualdades em nosso país não está relacionada à falta de esforço individual e de luta dos segmentos que a vivem em seu cotidiano. Estas se constituem como processo estrutural de opressão, exploração e dominação que se expressa no racismo, sexismo e pertencimento de classe, traduzindo um projeto de invisibilidade do “outro”, do não sujeito, considerado incapaz e descartável diante dos preceitos de um projeto dominante.

No âmbito da universidade isso não é diferente, apenas ganha novas roupagens contemporâneas, uma vez que o racismo institucional adquire estratégias sofisticadas que incidem diretamente nas condições de ingresso e permanência de estudantes e trabalhadoras/es negras/os. Daí a importância de (re)existências de mulheres negras, a partir de uma pedagogia de cuidado, de afeto e de aquilombamento de saberes, lutas e resistências contra hegemônicas.

A COLONIALIDADE E SUAS POLÍTICAS DE DOMINAÇÃO

O Brasil vivia um período de avanços significativos nos marcos regulatórios das políticas sociais até o ano 2016, período anterior ao golpe, com expansão de vagas nas universidades, acesso de um gran-

de contingente da população a direitos básicos como água tratada e energia elétrica e maior poder de consumo para trabalhadoras e trabalhadores assalariados. No entanto, mesmo com avanços significativos, ou melhor a despeito deles, a desigualdade racial não foi alterada, ao contrário, o encarceramento e extermínio da juventude negra seguiu em uma curva ascendente. Talvez, para alguém menos atento a realidade seja difícil dimensionar como o racismo antinegro opera no país, e como são profundas suas raízes na estruturação das relações sociais brasileiras, e na vida de negras e negros. Ou, como “[...] a dor da cor que o racismo produz [...]” (CARNEIRO, 2019, p. 135), no cotidiano de uma sociedade racista, se constitui como desafio no sentido de refletir sobre as evidências que aqui serão apresentadas em relação às questões raciais brasileiras.

No Brasil, no que se refere a trabalho e renda, 63 % das casas chefiadas por mulheres negras e com filhos com faixa etária até quatorze anos estão abaixo da linha da pobreza (IBGE/PNAD, 2012-2018); o percentual de pessoas que sobrevivem com valor inferior a dois dólares/dia é de 3,6 % para pessoas brancas e de 8,8 % para pessoas negras (IBGE, 2018); quanto a violência, 75 % das vítimas de homicídios são pessoas negras (IPEA, 2020). Esses dados contribuem para revelar que a sociedade brasileira é marcada por uma violência estrutural e estruturante, ou seja, “[...] a estruturação violenta de uma sociedade hierárquica, vertical, oligárquica, conservadora, que defende os privilégios contra qualquer forma de direitos [...]” (CHAUÍ, 2016).

No início da pandemia da covid-19, dados da pesquisa realizada pelo Fórum de Segurança Pública (2021), no período de março-maio de 2020 revelam, quanto às condições sanitárias dos domicílios no Brasil que: (1) sem coleta direta ou indireta de lixo corresponde a 6 % para pessoas brancas e 12,5 % para as negras (pardas ou pretas); (2) sem abastecimento de água potável pela rede pública são 11,5 % pessoas brancas e 17,9 % para as negras (pardas ou pretas); (3) sem esgotamento sanitário, por rede coletora ou pluvial, são 26,5 % pessoas brancas e 42,8 % para negras (pardas ou pretas) e sem ao menos um serviço de saneamento, corresponde a 27,9 % para pessoas brancas e 44,5 % para pessoas negras (pardas ou pretas).

Nesse período já se verificava a intensidade com que o desemprego atingiu os trabalhadoras/es “até o mês de maio [2020] a popu-

lação ocupada já havia diminuído em torno de sete milhões de pessoas comparada ao mesmo período do ano anterior, e, no acumulado do ano até esse período, já se registrava um saldo negativo de mais de 1,1 milhão de empregos formais” (SILVA; SILVA, 2020, p. 08). A taxa de desocupação cresceu para todos os grupos de cor ou raça durante a pandemia, ainda em curso enquanto escrevemos este capítulo. Mas considerando-se somente a população negra — homens e mulheres — essa elevação foi ainda superior: passou de 10,7 % (homens) e 13,8 % (mulheres) em maio de 2020 para, respectivamente, 12,7 % e 17,6 % em julho de 2020 (SILVA; SILVA, 2020, p. 11). As mulheres negras foram, dentre os trabalhadoras/es, as que mais perderam o emprego durante esse período pandêmico.

Em uma sociedade estruturada pelo racismo e sexismo, as mulheres brasileiras não só recebem menores remunerações do que os homens, como acumulam ao trabalho a sobrecarga de trabalho doméstico não remunerado. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE (BRASIL, 2021) as mulheres, no período anterior à pandemia, já precisavam dedicar o dobro de horas semanais para trabalho doméstico e cuidado com a casa, filhos e familiares em relação aos homens nessas mesmas atividades.

Esse nível de exigência que é imposto às mulheres está inscrito na lógica patriarcal racializada de nossa sociedade. São estas mulheres que vivem sob a ameaça mais intensiva contra a sua própria vida, já que “as mulheres negras representaram 66,0 % do total de mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 4,1, em comparação a taxa de 2,5 para mulheres não negras” (CERQUEIRA, *et al.*, 2021, p. 49). Há outro dado assustador que se encontra no Atlas da Violência de 2020, no qual vemos que se homicídio de mulheres não-negras caiu 11,7 % entre 2008 e 2018, esse mesmo índice cresceu 12,4 % em relação às mulheres negras de nosso país (CERQUEIRA *et al.*, 2020). Dados alarmantes que nos falam como, em pleno 2021, em que comemoramos a conquista dos quinze anos da Lei Maria da Penha a violência contra as mulheres ainda persiste e que “[...] a questão de gênero, remete a um fenômeno multifacetado, com raízes histórico-culturais, é permeado por questões étnico-raciais, de classe e de geração” (BRASIL, 2011, p. 21).

As desigualdades raciais, que afetam especialmente as mulheres negras, se acentuaram ainda mais, em tempos de pandemia da covid-19. Em meio às lógicas coloniais de um projeto de Brasil que, como nos fala Luiz Simas e Luiz Rufino (2020), tem dado certo, a pandemia pela covid-19 tem escancarado ainda mais o funcionamento das políticas de dominação:

Embora o vírus SARS-COV-2 não apresente seletividade contagiosa, os impactos da infecção serão sentidos de maneiras diferentes a depender da raça, classe e gênero. Tais marcadores, em razão das desigualdades produzidas socialmente, afetam as pessoas em diversas áreas das suas vidas para além da saúde (ESTRELA *et al.*, 2020).

Os dados apresentados corroboram a atualização das lógicas de um projeto moderno-colonial no qual a inter-relação entre raça e gênero foi e segue sendo um propósito fundamental ao seu funcionamento. A relação entre colonização e gênero é detalhadamente apontada pela intelectual e pesquisadora nigeriana Oyèrónké Oyèwùmí (2021) em seu livro *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*.

A autora destaca como a colonização e a história do colonizador e do colonizado foram processos ancorados no masculino, assim como, a produção de um Estado-nação europeu, do espaço da política no ocidente — o que era bem diferente da organização que assumia o Estado Iorubá, na atual Nigéria, antes da chegada dos colonizadores. Oyèrónké Oyèwùmí (2021) nos mostra como, nesse contexto Iorubá, as posições de poder não estavam atreladas a diferenças biológicas (se eram homens ou mulheres) e que a própria categoria de “mulher” não fazia sentido nessa cultura, pois a categoria mulher foi uma invenção trazida da europa e inculcada nos processos de colonização dos corpos e mentes dos africanos. Assim, “[...] para as fêmeas, a colonização era um duplo processo de inferiorização racial e subordinação de gênero” (OYÈWÙMÍ, p. 189), já que raça e gênero se constituíram como produções colonizadoras assentadas na preocupação européia sobre uma “biológica da cultura ocidental” (OYÈWÙMÍ, p. 186).

A invenção das mulheres no contexto colonial produziu-as como sujeitos coloniais de segunda classe (OYÈWÙMÍ, 2021). Embora essa produção fale do contexto Iorubá, em função de uma herança colonizadora, nossa sociedade também se pauta em uma noção he-

gemônica de ser mulher e homem que tem suas origens nos valores civilizatórios europeus impostos pelo processo da colonização, que como a autora mostra em seu trabalho, se pauta em uma dupla hierarquização: racial e de gênero.

Lélia Gonzalez (2020), grande intérprete de nosso país, ao analisar o desenvolvimento do Brasil, se refere a esse processo como uma modernização conservadora excludente, que posicionou de um lado uma superpopulação colocada como força de trabalho excedente, dispensável para o modo de produção hegemônico (o que a autora denominou de massa marginal) e, de outro, a dependência neocolonial articulada a permanência de formas produtivas anteriores. É neste sentido que o racismo, enquanto categoria analítica, denota sua eficácia estrutural na medida em que remete a uma divisão racial do trabalho extremamente útil e compartilhada pelas formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas (GONZALEZ, 2020, p. 96).

Este sistema articulado ao sexismo é um dos pilares de sustentação do sistema de estratificação social. Essas relações nos ajudam a compreender as condições contemporâneas de trabalho, renda e acesso a um conjunto de direitos pela população negra brasileira, a partir de um cenário sócio histórico onde nem mesmo os avanços tecnológicos, científicos e culturais foram capazes de reduzir, ou ainda alterar de maneira mais significativa e enfática a estratificação social causada pela divisão racial e sexual do trabalho.

O racismo estrutural brasileiro tem determinado as condições de acesso a postos de trabalho mais protegidos e bem remunerados. Portanto, raça como uma categoria social de análise, não pode ser utilizado como um mero marcador social o qual escolheríamos ou não incorporar as nossas compreensões da realidade brasileira, conforme nossa preferência pessoal. A raça precisa estar inscrita como uma categoria analítica central em nossas produções, leituras e compreensões do mundo. Isso porque o reconhecimento da “[...] existência de uma perspectiva negra decolonial brasileira significa romper com o eurocentrismo no campo do conhecimento e admitir que ele passa a interpretar a raça no contexto das relações de poder” (GOMES, 2020, p. 242).

Sabemos que o racismo estrutural incide no conjunto das relações sociais e na dinâmica de organização e funcionamento das instituições, que estabelecem normas e hierarquias de poder. Assim, temos o desafio constante de reconhecer que o racismo estrutural existe e dar visibilidade às formas como ele se materializa no campo das políticas públicas e no conjunto das instituições sejam elas públicas ou privadas, pois “[...] a manutenção de níveis extremos de desigualdade social está mediada pela funcionalidade do racismo e, no caso das relações institucionais, sejam elas públicas e privadas” (EURICO, 2018, p. 523).

O foco dessa produção está voltado à discussão do racismo institucional e de algumas estratégias contra hegemônicas construídas no espaço da universidade. Sabemos que o ingresso e a permanência de estudantes negros nesse espaço é desafiador, uma vez que incide para além de questões de natureza material ou financeira. Isso porque “[...] as estruturas de validação do conhecimento, que definem o que é erudição “de verdade” e “válida”, são controladas por acadêmicas/os brancas/os” (KILOMBA, 2020, p. 53). Daí o desafio de apreender essa pauta de forma coletiva, uma perspectiva de totalidade social, de modo a desmistificar o mito da democracia racial e a lógica da meritocracia.

ALIANÇANDO CORPOS E TECENDO RESISTÊNCIAS

No campo da educação superior, a universidade se constitui como lócus do exercício do saber-poder do colonizador. É um lugar privilegiado do culto à meritocracia, que mantém o status inatingível dos detentores de privilégios. Nessa lógica são firmados os pactos da branquitude, que incidem nos espaços de decisão, nas relações sociais e na forma como se estabelecem hierarquias e condições de privilégios institucionais:

O privilégio racial é uma característica marcante da sociedade brasileira, uma vez que o grupo branco é o grande beneficiário da exploração, especialmente da população negra [...]. Quando se trata de competir no preenchimento de posições que implicam recompensas materiais ou simbólicas, mesmo que os negros possuam a mesma

capacitação, os resultados são sempre favoráveis aos competidores brancos (GONZALES, 2020, p. 46).

Em continuidade a pauta, Hooks (2019) nos alerta sobre o significado da supremacia branca nas instituições. Isso por que para além do ingresso de negros/os em espaços hegemonicamente brancos, é necessário resistir a assimilação da hegemonia dominante do ser branco nesses espaços. A incidência da supremacia branca como lugar de poder e de saber, no âmbito da universidade, vai demandar que pessoas negras adquiram “[...] habilidades necessárias para efetivamente competir em trabalhos previamente ocupados somente por brancos [...] que pessoas negras se assimilassem para ter sucesso” (HOOKS, 2019, p. 238).

Assim é fundamental o esforço contínuo de acabar com a supremacia branca, como modelo padrão de verdade, de experiências exitosas e de reconhecimento. Nosso esforço precisa ser coletivo no sentido de “[...] transformar as estruturas que reforçam e perpetuam a supremacia branca (HOOKS, p. 244). Assim, a escrita de mulheres negras na universidade se constitui como estratégia de resistência e libertação, uma possibilidade de rompermos com o silenciamento das palavras sufocadas dentro de nós, que não tiveram espaço e escuta para serem ouvidas: “[...] escrever na academia é um ato de resistência coletiva. A academia é hostil a produção desses conhecimentos, mas a escrita é nosso direito e reivindicamos as palavras – as nossas palavras. (MACHADO; FERRUGEM, 2021, p. 125).

O acesso do povo negro na universidade brasileira é uma luta histórica dos movimentos negros que resultou na política de ações afirmativas, uma política imprescindível para ampliação do acesso às universidades públicas. Mas essa luta não se encerra com ingresso de estudantes na universidade, tencionando políticas de condições para permanência e efetivação das políticas afirmativas. “O movimento negro teve (e continua a ter) um papel extremamente relevante na luta antirracista em nosso país, inclusive sensibilizando setores não negros [...]” (GONZALES, 2020, 161), contribuindo com a mobilização para o debate sobre o racismo e suas manifestações no cotidiano.

Contemporaneamente, a universidade a partir da política de ações afirmativas, na década de 2000, sofreu profundas mudanças em relação aos corpos que têm habitado seus espaços, assim como,

o modo como esses corpos têm tensionado sua organização e estrutura. Hoje, seus estudantes, com maior diversidade étnico-racial, de gênero, geracional, de classe, com deficiência e os filhos da periferia, tem contribuído para pluralizar, em parte, esta estrutura colonial e hegemonicamente branca. Ramón Grosfoguel (2012) aponta como o cânone do pensamento acadêmico hegemônico tem sido produzido e referendado, ao longo da história exclusivamente por homens ocidentais, demonstrando como essa lógica de produção de conhecimento se tornou globalizada: “[...] sem a globalização da Universidade ocidentalizada, seria muito difícil para o sistema-mundo reproduzir suas múltiplas hierarquias de dominação e exploração global” (GROSFOGUEL, 2012, p. 339).

Ainda que as ações afirmativas sejam uma importante conquista para mudança do perfil do público que acessa o direito à universidade, elas também sinalizam uma estratégia de ruptura frente à hegemonia vigente. Este processo aponta o horizonte de um projeto societário, que agrega a diversidade humana como potencialidade e não como justificativa de silenciamento e eliminação. Na perspectiva do combate ao racismo, as políticas de ações afirmativas buscam a reparação de danos históricos perpetuados por meio da discriminação racial, corrigindo as assimetrias que se constituem em nosso país, no âmbito das relações raciais e que se reproduzem, “[...] no momento do acesso da população negra às políticas públicas e nas reiteradas práticas violadoras que esse grupo populacional vivencia no processo de permanência nos espaços sociais [...]”. (ALMEIDA; EURICO, 2020, p. 218).

As ações afirmativas, como política de reparação, precisam ser implementadas para que mudanças contundentes ocorram em relação ao ingresso, mas também a permanência de estudantes no âmbito da graduação e da pós-graduação. Sabemos que o ingresso de estudantes que têm como perfil serem — negros, indígenas, com deficiência, de periferia — no espaço da universidade traduz a conquista histórica de muitas famílias destituídas desse direito. Não são raros os casos em que em pleno século XXI estudantes com esse perfil sejam os primeiros membros da família a acessarem o ensino superior no âmbito da graduação e da pós-graduação.

O mesmo ocorre em relação ao corpo docente das universidades brasileiras que ainda segue, em sua imensa maioria, branca, masculina e heteronormativa, sustentando relações de ensino-aprendizagem e uma produção de conhecimento assentada nos pressupostos dos valores civilizatórios europeus e estadunidenses. Compreendemos, assim, que a análise da colonialidade em nosso presente é um exercício fundamental para compormos uma leitura da condição das pessoas negras no território brasileiro, pois a “colonialidade é resultado de uma imposição do poder e da dominação colonial que consegue atingir as estruturas subjetivas de um povo, penetrando na sua concepção de sujeito” (GOMES, 2020, p. 227).

Essa lógica colonial que demarca o perfil hegemônico da produção do conhecimento, na universidade, é marcado por políticas de dominação que sustentam a supremacia branca, patriarcal e capitalista (HOOKS, 2019), postas em curso por um projeto moderno-colonial que hierarquiza vidas e modos de existência como mais ou menos legítimas. Ou seja, um corpo docente que performa uma academia distanciada da realidade sócio-demográfica do país. Por isso, compreendemos “que a matriz colonial é uma das chaves para pensarmos a guerra de dominação que se instaura entre mundos diferentes” (SIMAS; RUFINO, 2020, p. 7).

Em uma sociedade hierarquizada e extremamente desigual racialmente, o sistema econômico e social determina os espaços na hierarquia de classes, onde o critério racial e de gênero constitui os mecanismos de seleção que posicionam desigualmente os sujeitos na sociedade (NASCIMENTO, 2021). Assim, o racismo, o sexismo e a classe social, como sistemas interligados de dominação (HOOKS, 2019) atuam como mecanismos que “empurraram” pessoas negras a ocuparem majoritariamente os lugares mais inferiores da hierarquia social. Constituem condições de vida precárias a essa população que tem como efeito mantê-la, historicamente, nos piores índices relacionados às situações de desigualdade, vulnerabilidade e acesso à garantia de direitos sociais, como, por exemplo, políticas públicas para educação.

O racismo brasileiro, como afirma o antropólogo Kabengele Munanga (2017), é “um crime perfeito”. E, como bem nos mostrou a intelectual e ativista Lélia Gonzales (2020), um sintoma da neurose brasileira em meio ao qual as mulheres negras teriam as piores con-

dições de vida, pois neste projeto moderno-colonial, seus corpos são situados em uma encruzilhada de violências que se relacionam ao sexismo, ao racismo e à opressão de classe.

Essa herança de processos que hierarquizam vidas, considerando dados ilustrados anteriormente, revelam um processo sistêmico, contínuo e concentrado em um grupo racial denotando um genocídio negro, como refere Abdias Nascimento (2016). A expressão máxima da descartabilidade das vidas, da gestão do racismo no Brasil — que também opera de maneiras que parecem mais sutis, como as barreiras no acesso universidade, o apagamento de suas contribuições teóricas no ambiente universitário entre outros, mas que desenham este ideário filosófico, social, político e estético do necropoder colonial.

Este ideário racista, classista e sexista ajudaria a explicar por exemplo o número de mulheres doutoras e docentes, os cursos de graduação e nos programas de pós-graduação pelo Brasil. A realidade brasileira, de acordo com último censo de Educação Superior de 2016, indica que temos atualmente 219 doutoras pretas como professoras. Já as mulheres pretas com doutorado são 0,4 % do corpo docente na pós-graduação em todo o país. Quando somadas, as mulheres pretas e pardas com doutorado, que formam o grupo das negras, não chegam a 3 % do total de docentes” (FERREIRA, 2018). Ao pensar sobre enfrentamentos o racismo e o sexismo na academia, Luciana Rodrigues e Aline Silva (2021), discutem como todas nós, mulheres, somos silenciadas em uma sociedade assentada sob o domínio patriarcal, no entanto, por sermos “mulheres negras, independente dos lugares pelos quais transitamos, a encruzilhada das opressões aumenta pesando sobre nossos corpos (RODRIGUES; SILVA, 2021, p. 121).

É uma proporção extremamente baixa que indica um isolamento e falta de representatividade no ambiente acadêmico, sendo comum cursos e unidades com apenas uma professora negra, outros ainda sem nenhuma. Na lógica da supremacia branca esse é um dado natural, afinal, o ingresso a esse espaço é justificado pela lógica da meritocracia. Segundo Luciana Alves (2010), “[...] a branquitude assim como as demais identidades raciais, é considerada um produto da dominação colonial europeia e, portanto, estaria intimamente ligada a supremacia branca global [...]” (ALVES, 2010, p. 27).

Lélia Gonzales (2020) sabiamente nos mostrou como se encaram as mulheres negras nesse país. Da mucama a ama de leite, de um período marcado pelos horrores da escravização de pessoas negras, reservando-nos no contexto contemporâneo, os lugares da mulata, daquela festejada no carnaval (tipo exportação) e o da empregada doméstica, cuja finalidade é de servir aos mandos dos patrões, a partir da lógica da casa grande. Seja como for, o espaço determinado para as mulheres negras parece sempre passar pela subserviência. Construir outras possibilidades de existência contra hegemônicas é uma luta que se constrói coletivamente.

Frente a essas heranças constantemente atualizadas em um sistema baseado nos valores supremacistas branco, como construir estratégias que garantam nossa ocupação e posicionalidade — enquanto mulheres negras — em outros espaços? Espaços reconhecidos como a universidade do ser branco? Como construir uma trajetória acadêmica escapando do lugar de apagamento e silenciamento que o racismo e o sexismo criam para as mulheres negras na sociedade brasileira?

Essas são questões que se estabelecem desde a graduação, onde a ausência de espelhos entre os docentes, entre os estudantes e entre as referências bibliográficas se impõe como uma dificuldade a mais no processo acadêmico. Não se enxergar pode criar uma sensação de desvalia. Se não me enxergo, não pertencço? Esse é o sentimento de um contingente de estudantes, vinculados às ações afirmativas, que ao chegar na universidade se deparam com a realidade de seus pares, vinculados a lugares de trabalho marcados pela lógica unicamente do “servir”, de uma execução sem pensar, sem autonomia, de saberes e experiências negadas em seu cotidiano. Essa lógica afeta diretamente as condições de permanência na universidade, pois se não me enxergo, não pertencço e, se não pertencço, não há condições de permanência.

Grada Kilomba (2019) conta em seu livro *Memórias da Plantação*: episódios de racismo cotidiano, sobre o exercício que realiza no início de cada semestre em que coloca perguntas para seus estudantes buscando saber o quanto conhecem sobre a colonização feita pela Alemanha ou, ainda, sobre o conhecimento de autores negros. Se considerarmos essas perguntas para pensarmos sobre o contexto

universitário brasileiro, na maioria dos cursos das nossas universidades, os estudantes saberiam responder sobre o processo de colonização no Brasil? E os docentes saberiam? Quais autoras e autores que compõem o ementário das disciplinas nos cursos de graduação e da pós-graduação? Qual a cor do referencial teórico?

Não precisamos pensar muito para responder sobre a cor daqueles que compõe os referenciais curriculares das universidades de nosso país, inscritas no modelo eurocentrado de conhecimento. Isso não é um mero acaso e precisa ser compreendido a partir dos processos de colonização que impuseram políticas de dominação pelas quais o epistemicídio foi um de seus efeitos, perpetuando a invisibilização das produções de intelectuais que estão estejam situadas no escopo das produções de quatro ou cinco países do chamado Norte Global. Como discute Ramón Grosfoguel (2016), o cânone da academia ocidentalizada nas disciplinas de ciências sociais e humanas está fundamentado “no conhecimento produzido por uns poucos homens de cinco países da Europa Ocidental (Itália, França, Inglaterra, Alemanha e os Estados Unidos)” (GROSFOGUEL, 2016, p. 26). Esse processo de produção do conhecimento acadêmico, considerado como o único modo válido e legítimo nos fala de estruturas epistemológicas fundacionais que são, ao mesmo tempo, tanto racistas como sexistas (GROSFOGUEL, 2016). Como efeito vemos o apagamento de intelectuais negros e indígenas, e o “silenciamento da pauta étnico-racial no âmbito da formação de graduação e pós-graduação seja nos currículos formativos, em atividades de extensão e pesquisa, bem como, quanto à participação em espaços de gestão institucional” (MACHADO; FERRUGEM, 2021, p. 125).

Observamos tanto nos anos de 1950, no Brasil, de Beatriz Nascimento, quanto nos anos de 1960-1970, de Bell Hooks, nos Estados Unidos, quanto na década de 2020, de Grada Kilomba, que o silenciamento de intelectuais negras, imposto pelo racismo pode ser verificado, pois ele recaiu sobre as experiências coletivas de toda a diáspora negra. Como Bell Hooks (2019, p. 88) aponta, “[...] cada vez mais, somente um tipo de teoria é visto como valioso — aquele que é eurocêntrico, linguisticamente empolado e embasado em abordagens filosóficas ocidental-masculino-branco-machistas e racialmente tendenciosas”.

Kilomba (2019) ressalta que o espaço acadêmico não se constitui como local neutro. Ou seja, trata-se de um espaço de disputa de interesses e de manutenção de privilégios (de fala, de poder, de produção de conhecimentos) em que a cor é fator determinante frente ao acesso e as restrições à vida acadêmica. “Este exercício nos permite visualizar e compreender como conceitos de conhecimento, erudição e ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial” (KILOMBA, 2019, p. 50). A autora também refere ao silêncio prescrito, imputado pela desumanização reiterada do racismo. Isso significa considerar que nós sempre tivemos nossas vozes, que não somos silenciosas, mas silenciadas por um sistema racista que sistematicamente nos desqualifica, onde nossas vozes são constantemente “consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente tornam-se “especialistas” em nossa cultura e, mesmo em nós (KILOMBA, 2019, p. 51).

Reconhecemos que a intelectualidade e a produção de conhecimentos ocorrem nos diversos espaços da sociedade, nas favelas e periferias, nos terreiros e escolas de samba, nos coletivos, nos movimentos negros, nos grupos de mulheres e nas famílias — lugares onde se forja o conhecimento ancestral que, inclusive, são travessia para academia não sendo, esta última, exclusividade do saber. Todavia, não podemos negar que as universidades são espaços privilegiados de produção de conhecimento, de detenção do poder da ciência, enquanto conhecimento validado como legítimo. A produção científica de negros na universidade “[...] tem se caracterizado pelo avanço, autonomia, inovação, diversificação e credibilidade nacional e internacional; o que nos remete a um espírito de profunda determinação, dados os obstáculos impostos pelo racismo dominante” (GONZALES, 2020, 132).

Mas desafios estão inscritos, quanto a contribuição da universidade para a produção da colonialidade, erguida para manutenção de poder pelas elites. Não por acaso a naturalização do termo “sabe com quem está falando”, no que se refere a lugares superiores (de quem fala) e inferiores (de quem ouve ou sobre o qual se fala). Embora se tenha avançado nos últimos anos quanto as políticas de ações afirmativas, ainda assim, assusta a inexpressiva diversidade racial ocupando este espaço de saber/poder no país mais negro do mundo fora do Continente Africano.

RE(EXISTÊNCIAS) DE MULHERES NEGRAS — POR UMA PEDAGOGIA AFETO

Ocupar um espaço nesta universidade elitizada, branca, masculina e heteronormativa para quem, como nós, é mulher negra de origem na classe trabalhadora requer, além das exigências previstas para ocupação de docente ou técnica administrativa, um conjunto de estratégias que permitam uma existência e permanência neste espaço no qual, o pacto narcísico da branquitude nos demonstra não ser o nosso lugar. Estratégias que são, antes de tudo, coletivas. É a partir do reconhecimento, do respeito e do espelhamento em outras mulheres negras que se constrói uma identidade intelectual da mulher negra:

Se buscamos o exercício de uma produção acadêmica sustentada em uma ética e política feminista negra, nossa presença no universo acadêmico não pode estar pactuada com a manutenção de um Projeto Colonial e todas as violências que se colocam em jogo a partir dele. Nesse sentido, nosso trabalho está implicado com a mudança, com a transformação social que exige que possamos repensar e modificar o modo como as relações se estruturam em uma sociedade como a brasileira [...] (RODRIGUES; MACHADO, 2021, p. 57).

Para além da construção de outras inteligibilidades na universidade que reconheçam e considerem a diversidade humana, é preciso escapar da armadilha colonial que joga com o imperativo do “ver a realidade”. Enxergar não é suficiente, até porque sob a lente da colonialidade essa visão é parcial e apresenta sob a ótica do sistema dominante. É preciso tomar a realidade a partir de um conhecimento que se faz pelo sentir/ser/escutar e ver, o conhecimento que entendemos contribuir efetivamente para uma interpretação da realidade que passa pelos afetos que mobilizamos. Uma luta com afeto requer compartilhamentos de sonhos, construções, desafios e conquistas. Colocar-se no lugar do outro, articular empatia com resistência é ir muito além do que se define como sororidade, pois esse conceito não abrange a diversidade que constitui os coletivos de mulheres, no que tange à raça, classe, religiosidade, território de pertencimento. É preciso resgatar o profundo sentido de doridade para que possamos criticamente analisar as configurações do racismo estrutural, suas

particularidades na universidade, a fim de avançar em processos de resistências. Ao reconhecer os lugares de fala de cada pessoa implicada, Vilma Piedade (2017) nos alerta para a doridade, vivida especialmente entre mulheres negras que, em decorrência do racismo, experienciam processos comuns de dor, de perdas, de opressões em seu cotidiano:

[...] quando se trata de Nós, Mulheres Pretas, tem um agravo nessa Dor, agravo provocado pelo Racismo. Racismo que vem da criação Branca para a manutenção do Poder....E o Machismo é Racista. Aí entra a Raça. E entra Gênero. Entra Classe. Sai sororidade e entra Doridade (PIEADADE, 2017, p, 46).

Colocar-se no lugar do outro exige abertura ao diferente, acolhida e compromisso. Daí a importância da dimensão político pedagógica das lutas coletivas, do fazer e do fazer-junto com todas e todos. Nesse processo é imprescindível, a transição do silêncio à fala, conforme refere (HOOKS, 2019), na direção de rupturas com a lógica colonial inscrita na realidade brasileira. “Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão da nossa transição de objeto para sujeito — a voz liberta (HOOKS, 2019, p. 38). É nessa direção que precisamos avançar!

São estes afetos que nos amparam, nos impulsionam e nos sustentam na luta cotidiana para escapar do lugar que a colonialidade reservou para as mulheres negras. Fugimos deste lugar subalterno, deste lugar de desgraça, de não sujeito, do Outro do outro (KILOMBA, 2019). Traçamos rotas de fugas, seguindo mapas ancestrais de resistência, desenhando outros mapas possíveis e mutáveis, permeáveis aos encontros e aprendizados cotidianos no ensinar/ser/aprender. E tudo isso sustenta nossa produção teórica. Ao tratarmos da universidade brasileira, situando o lugar que estamos no mundo, nos colocando em processo de teorização e narrativa, como sujeito de nossa escrita, trazemos a intencionalidade de ruptura com a colonialidade que fragmenta o ser. Apostamos, inspiradas por Bell Hooks (2020), que nossas teorias feministas sejam lidas “para além das fronteiras de raça, gênero, classe social e nível educacional [...] (KILOMBA, 2020, p. 91).

Sabemos que esse percurso é árduo, mas, que se se torna dinâmico e se fortalece por meio de processos coletivos de planejamento,

organização, mobilização e participação em espaços de formação, luta e resistências, no âmbito da universidade a exemplo de coletivos de luta antirracista. Essa participação também demanda articulação com os movimentos negros, com entidades e organizações que tem a luta antirracista como uma pauta de trabalho.

Reconhecemos nosso lugar como mulheres negras, que repetem e insistem na luta travada pelas que vieram antes de nós, e assumimos o compromisso de seguir em frente, para contribuir no traçar de outros caminhos possíveis para quem está conosco, quem está chegando e quem virá. Só é possível nos aliançarmos, sermos parceiras dos estudantes para a construção de uma formação não colonial se nos reconhecermos, se nos entendermos como mulheres cujo corpo negro também sofre as investidas desta estrutura colonial, poderemos potencializar cada vez mais nossas lutas coletivas. Para tanto, precisamos criar estratégias de cuidado mútuo, de solidariedade e de respeito que nos possibilitem seguir no enfrentamento cotidiano contra o sexismo e o racismo, em um processo de elaboração coletiva. É este processo que nos permitirá repertório para construir novas possibilidades e apostar na nossa inventividade a despeito das limitações impostas pelo racismo e sexismo.

Optar por estar na universidade no Brasil, entendendo o abismo racial, de gênero e de classe em que vivemos, atentas as atualizações coloniais na contemporaneidade e no espaço de trabalho, nos faz ter a dimensão das dificuldades e limitações que nos espreitam, nos faz sensíveis e compreensíveis com as dificuldades enfrentadas pelos estudantes oriundos da classe trabalhadora, negros, trans, indígenas, quilombolas, ciganos e todos os corpos colocados como outros aos brancos (KILOMBA, 2020).

Mas não apenas isso, pois esse processo nos exige articulações e construções coletivas com outras mulheres negras em aquilombamentos que nos sustentem e nos permitam colocar força e potência em nossos sonhos, pois “[...] nossas vivências e inquietações não se constituem como fato isolado e, por isso, temos sensibilidade e acolhida às realidades de exploração/opressão/dominação vivenciadas” (MACHADO; FERRUGEM, 2021, p. 124) em relação a todas e a todos em suas diferentes possibilidades ocupadas no âmbito do ensino superior. Fortalecemos entre nós, com estudantes e para estudantes a

ousada insistência em escrever e construir uma outra universidade, que ajude cada vez mais a refundar uma sociedade menos desigual. A ousadia de nos sonhar e em nos cuidar em meio a uma sociedade que nos ensina o auto ódio, que tenta nos reduzir e intimidar com a imposição da violação de nossos corpos, a circulação midiática em demasia de corpos negros em imagens de violência, de desgraça e morte.

Pensar e construir esses espaços de cuidado e fortalecimento mútuo, é apostar e trabalhar por processos de ensino-aprendizagem que estejam pautados em uma educação como prática de liberdade, como nos convida Bell Hooks (2017), pois é pensar a aprendizagem considerando a integralidade de nosso ser, nossos corpos e experiências. Reforçamos que uma educação e produção de conhecimento para a transformação social não se faz possível sem passar pelos afetos mobilizados, sem levar em conta a experiência de nossas vidas cotidianas. É esta inteligibilidade que apostamos para uma academia contra colonial.

Por todo o exposto a universidade como espaço de trabalho pode ser um ambiente hostil. As barreiras impostas quanto ao acesso e permanência de negros, indígenas, pessoas com deficiência e de comunidades periféricas podem ser invisíveis aos olhos da branquitude, mas, concretamente impõe limitações ao trânsito de saberes não hegemônicos.

No entanto a ousadia de enunciar outras realidades, de propor novas perguntas e de insistir em modificar a realidade já cristalizada, são estratégias de lutas, muitas vezes de uma luta compulsória, posto que é preciso fazer frente ao que destitui a nossa essência. E, nessa luta precisamos resgatar de nossos ancestrais a força e ousadia da organização e fortalecimento dos quilombos, como lugares de “[...] reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial” (NASCIMENTO, p. 289-290), que se articulam de forma coletiva.

Fundamental o fortalecimento e construção de novos lugares de aquilombamento na universidade, que possam se consolidar como espaços de trocas, vivências e compartilhamentos coletivos, objetivando estratégias de enfrentamento as dores coletivas que afetam mulheres e homens que ouçam romper com os padrões da colonialidade. As experiências que temos trilhado, enquanto mulheres

negras, no âmbito do ensino, da extensão e da pesquisa, na perspectiva de aquilombamento, a exemplo do Coletivo Aya, têm possibilitado (re)encontros com todas e todos que assumem o compromisso de construção de uma práxis antirracista.

NOSSOS PASSOS CONTINUAM

Se, como nos mostra Bell Hooks (2019), vivemos em um mundo “governado por políticas de dominação” (HOOKS, 2019, p. 56), cujas forças nos fragmentam, a linguagem pode ser e é, nosso lugar de luta. E os espaços de educação, como o espaço da universidade não podem se ausentar desse enfrentamento. É preciso que nossa formação tenha como um de seus pilares a ética antirracista. As pautas de luta voltadas a garantia de direitos sociais, lutas feministas e antirracistas vem sim, tencionando essa academia ainda tão colonial para que situações na qual um colega negro não precise ver questionado sobre o seu lugar na universidade. Como nos fala Vilma Piedade (2017, p. 47):

A branquitude poderia ser um pouco mais criativa e se dar ao luxo de pensar que a história é mais dinâmica que as palavras. Demora. Mas a fila anda. E a nossa andou, apesar da faxina ainda ter cor por aqui. Enquanto a faxina for preta, exclusiva das Mulheres Pretas, vamos ter que enfrentar esse desafio pós-moderno, colonizado — reafirmar a todo momento Quem Somos. E nem sempre basta. Pro racismo não basta.

Precisamos seguir sustentando e criando estratégias efetivamente antirracistas que honrem as lutas daquelas mulheres que vieram antes de nós (garantindo nosso presente) e, para que possamos garantir que aquelas que virão depois de nós, possam ocupar os espaços que hoje ocupamos (e tantos outros além destes). Estratégias que passam pelo oferecimento de ferramentas de desconstrução da branquitude como ideal a ser seguido (CARNEIRO, 2011), produto da branquitude como sistema de opressão e privilégios (PIEIDADE, 2017). Uma desconstrução necessária para que não sigam se perpetuando violências contra o corpo negro de mulheres que, historicamente, veem seus corpos e almas dobrarem-se para se sentirem aceitas, respeitadas, acolhidas e vistas como humanas. Precisamos efe-

tivamente apostar em estratégias que passam por oferecer espaços e possibilidades de autorrecuperação às mulheres negras, como nos convida Bell Hooks (2019), ou seja, espaços que se constituem pela possibilidade de narrarmos nossas histórias, de sermos escutadas.

A universidade como uma resposta contra colonial, só será uma construção possível se, além das lutas e insurgências de quem sofre com o racismo e o sexismo, haja comprometimento de quem, historicamente, é beneficiado pela hegemonia branca e masculina. No cotidiano da universidade e em nossos coletivos de aquilombamento é fundamental questionar privilégios e reivindicar uma universidade mais acolhedora, que não se constitua como um espaço hostil à diversidade de experiências, de modos de vida, de aprender e de ensinar. Esse é um compromisso que deve ser assumido principalmente por quem detém privilégios, mas, ao se colocar como antirracista e antixista mobiliza e articula seus espaços de poder e privilegio para alterar as estruturas que tem mantido hierarquias e desigualdades. Esse é a nossa luta!

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Magali da Silva; EURICO, Marcia Campos. Ação afirmativa para negras/os na pós-graduação brasileira: contributos do Serviço Social ao debate sobre acesso e permanência. In: MARTINS, Tereza Cristina; SILVA, Nelmires Ferreira da (orgs.). **Racismo estrutural, institucional e Serviço Social**. Sergipe: UFS, 2020.
- ALVES, Luciana. **Significados de ser branco – a branquura no corpo e para além dele**. Dissertação (Mestrado em Educação. Faculdade de Educação. USP, São Paulo, 2010. 194 p.
- CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CERQUEIRA, Daniel *et al.* (coord.). **Atlas da violência**. Brasília (DF): Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.
- CERQUEIRA, Daniel *et al.* (coord.). **Atlas da violência**. Brasília (DF): Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.
- CHAUÍ, Marilena. **Violência e autoritarismo por todos os lados**. Entrevistadores: Juvenal Savian; Laís Modelli, . **Cult**, 5 fev. 2016. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/marilena-chaui-violencia-e-autoritarismo>. Acesso em: 08 out. 2021.

- ESTRELA *et al.* Pandemia da covid 19: refletindo as vulnerabilidades à luz do gênero, raça e classe. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v. 25, n. 9, 28 ago.-set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.14052020>. Acesso em: 21 set. 2021.
- EURICO, Márcia Campos. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 515-529, 2018.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.
- GOMES; Nilma Lino. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando currículos. In: COSTA, Joaze Bernardino; TORRES, Nelson Madonado; GROSFOGUEL, Ramón (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (Coleção Cultura Negra e Identidade).
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, p. 25-49, 2016.
- GROSFOGUEL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos (SP), v. 2, n. 2, p. 337-337, 2012.
- HOOKS, Bell. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática**. São Paulo: Elefante, 2020.
- HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade**. São Paulo: WWF, Martins Fontes, 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2. ed. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 08 mar. 2021.
- MACHADO, Loiva Mara de Oliveira; FERRUGEM, Daniela. Erguer a Voz: a construção de resistências frente ao racismo estrutural no ensino superior. In: QUADRADO, Jaqueline Carvalho. **(Des)fazendo os saberes na fronteira: lutas e re-existências**. Porto Alegre: Evangraf, 2021.
- NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africana**. 3. ed. rev. São Paulo: Perspectivas; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

OYÈRÓNKÉ, Oyěwùmí. **A invenção das mulheres:** construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

RODRIGUES, Luciana; SILVA, Aline Kelly. Por uma política de escrita do cotidiano: enfrentamentos ao racismo e sexismo na academia. *In:* ALVES, Míriam Cristiane; ALVES, Alcione Corrêa (orgs.). **Redes Intelectuais:** epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas. Porto Alegre: Rede Unida, 2021.

RODRIGUES, Luciana; MACHADO, Loiva Mara de Oliveira. Por uma academia feminista e antirracista: cartas de duas docentes negras. *In:* ROCHA, Neli Gomes da (org.). CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES NEGROS (COPENE): caminhos da escrita em tempos de interseccionalidade, 11., 2021, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1AqeP161czwGdZFxBP-idlGDlzX-DSBCU/view>. Acesso em: 08 out. 2021.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Encantamento:** sobre política de vida. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

PIEDADE, Vilma. **Dororidade.** São Paulo: Noz, 2017.

O QUILOMBISMO EM UMA NAÇÃO NEGRA – UMA PROPOSTA CIVILIZATÓRIA AFROCENTRADA¹¹²

André Luis Pereira¹¹³

INTRODUÇÃO

O texto ora apresentado tem por objetivo duas intenções: a primeira é reverenciar Abdias do Nascimento naquilo que foi seu objetivo de vida e trajetória intelectual, militante e política, a saber, projetar e defender uma sociedade na qual se reconhece a justiça social, a dignidade e o direito à identidade para a população negra brasileira. Sua obra representa um aporte central para a análise da natureza orgânica e estrutural do racismo latino-americano, especialmente a partir da perspectiva da política regional. Neste sentido, seus escritos foram decisivos para avançar a premissa teórica de que na América Latina se formou um sistema de dominação étnico-racial e socioeconômico específico, baseado precisamente na “mestiçagem programada” entre raças e etnias situadas em posições fixas de inferioridade e de superioridade. Dono de um estilo próprio de escrita, Nascimento foi um crítico contumaz da estrutura social brasileira, alicerçada no processo escravagista.

¹¹² Este texto teve origem na pesquisa intitulada **O Pensamento Social e Político na Obra de Abdias do Nascimento** – Dissertação de mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, entre os anos 2009-2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/29577>.

¹¹³ Doutor em Sociologia (PPGS/UFRGS) Professor de Sociologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSUL/Campus Pelotas). Correio eletrônico: andreperreira1972@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7431153988101575>.

A segunda intenção a que se propõe esse ensaio é, de fato, estimular a reflexão sobre a necessidade de que o Brasil enquanto país precisa refundar a sua condição de sociedade e tal circunstância só será possível quando a matriz civilizatória que se consolidou através do colonialismo europeu seja revista em todas as suas premissas. Para tanto o texto pretende explorar a proposição apresentada por Abdias do Nascimento calcada no Quilombismo.

O Quilombismo é uma proposta de organização social apresentada e defendida por Abdias do Nascimento em muitas de suas reflexões teóricas e políticas. Abdias propõe a reorganização social dos negros e negras na diáspora, a partir dos modelos sociais africanos que foram trazidos ao país e a todo continente americano com o tráfico de escravos. Tal indicação pondera acerca da importância de se perceber a população negra, tanto a sequestrada em África, quanto sua descendência, como um elemento fundamental à constituição e manutenção da sociedade brasileira.

O QUILOMBISMO COMO CRÍTICA AO MODELO CIVILIZATÓRIO EUROCÊNTRICO

A proposição Quilombista é uma crítica aos modelos eurocêntricos de organização seja no plano político ou em relação à produção de conhecimento. Dado o aspecto utópico identificado no Quilombismo, seu principal mérito é questionar o *status quo* vigente, buscando oferecer alternativas a um sistema social marcado pela dominação e exploração irrestrita do homem pelo homem.

Defendendo a integração social a partir de um princípio de organização racial, na qual a matriz identitária que origina a conformação da nação deve ser observada, para que se conceba uma perspectiva de cidadania, a proposta alicerçada no Quilombismo não postula a segregação, mas o reconhecimento do negro enquanto ator relevante para a constituição de uma identidade nacional. Logo, “a história do Brasil é uma versão concebida por brancos, para os brancos e pelos brancos, exatamente como sua estrutura econômica, sociocultural, política e militar tem sido usurpada da maioria da população para o benefício exclusivo de uma elite branca/brancóide, supostamente de origem ário-européia” (NASCIMENTO, 1980, p. 15).

A resistência da população negra a esse quadro de racismo, preconceito, exclusão e desigualdade é discutida e perpassa toda a obra de Abdias do Nascimento. Dentro de sua perspectiva:

[...] a tenaz persistência da cultura africana no Brasil e em outras partes da América do Sul não pode razoavelmente ser atribuída a uma suposta benevolência dos ário-latinos, nem ao caráter e cultura dos mesmos. Em qualquer caso, a falsa imagem de uma escravidão humanizada, benemérita, com certa “liberdade” tem sido atribuída ao Brasil como também à América Latina, de modo geral. Porém, não foram menos racistas nem menos cruéis do que sua contraparte ário-anglo-saxônica. Da mesma forma que nos Estados Unidos, também na América Latina ou do Sul, e no Brasil, não permitiam aos africanos a prática livre de seus costumes e tradições (NASCIMENTO, 1980 p. 16).

A imagem internacional que o Estado brasileiro buscou construir durante longo tempo visou sempre suprimir a perspectiva racial como fator determinante em sua dinâmica social. Contudo, esta imagem está na contramão da realidade cotidiana no país. A situação desfavorável a que foi submetida a população negra não é apresentada ao cenário internacional. A elite política afirma, com veemência, a importância de o país se constituir a partir de um conjunto de relações raciais harmônicas, buscando colocar a sociedade brasileira como exemplo de inexistência de conflitos raciais.

Percebe-se que a temática da qual se ocupa Nascimento refere-se à importância da contribuição cultural negro-africana à construção da identidade nacional. Mesmo que diversos recursos intelectuais tenham sido usados para desconsiderar esta participação, Nascimento é um defensor deste fenômeno ancorado na resistência dos povos africanos vindos à América, bem como, em sua efetiva manutenção do status cultural de matriz africana.

O modelo de formação e organização social do Brasil foi desenvolvido sob a perspectiva do ocidente, europeizado, calcado na ideia de algum tipo de pureza, seja ela racial ou mesmo moral. Segundo indicação de Abdias do Nascimento, “na América Latina se pratica a discriminação racial de maneira mascarada, sutil, aberta e encoberta”. Esta discriminação baseia-se no uso de diferentes tonalidades de cor epidérmica do negro como mecanismo que busca o desaparecimento do elemento de matriz africana, através da ideologia do

branqueamento. Também a busca por melhores condições de vida e acesso a posições mais elevadas na pirâmide social, “destrói qualquer tipo de solidariedade política, econômica, religiosa e familiar dos grupos negros”.

Logo, percebe-se a crítica ao debate intelectual que identifica na luta de classes a única forma de embate social no modelo de organização social capitalista. Sob uma leitura Quilombista, “a atitude adotada por alguns intelectuais de orientações políticas particulares que negam a existência da questão racial como um elemento que participa na existência dos problemas sociais, sustentando que a situação é de ricos e pobres, oprimidos e opressores” é uma forma de discriminação racial.

Para Nascimento (1980), o elemento africano constitui o ser invadido, estuprado e explorado — “a terra africana ocupada, seus filhos e filhas raptados e avaliados por sua capacidade para o trabalho” — os recursos naturais apropriados de forma ilegítima pelo ocidente, pois:

Aquilo que significava espírito na África foi transformado em capital na Europa/América do Norte. O que era ser humano foi reificado nas terras do capitalismo ou nativizado em sua própria pátria de origem, pelos interesses e abusos do racismo colonial, primo gêmeo do imperialismo europeu (NASCIMENTO, 1980 p. 42).

Aqui é possível perceber que a crítica do autor se direciona a todo um modelo de organização social que tem na acumulação irrestrita seu principal foco de atuação. Segundo demonstra Nascimento (1980), o modo de produção baseado na acumulação ilimitada de capital levou ao continente africano as piores consequências da exploração capitalista. Daí a necessidade de uma crítica ao modelo social vigente, considerando a superação de um quadro de estruturação do racismo de todos os seus desdobramentos na vida das pessoas negras brasileiras:

A restituição aos africanos daquilo que era antes unicamente seu, neste momento histórico de crise aguda do capitalismo, apresenta necessariamente implicações de relevante função ecumênica. Pois uma vez mais a redenção do oprimido em sua plena consciência histórica, torna-se em instrumento de libertação do opressor encurra-

lado nas prisões a que foi conduzido pela ilusão da conquista (NASCIMENTO, 1980, p. 42).

Dado o contexto político mundial em que este texto é produzido, o que pode se depreender da assertiva acima é a importância que o processo de descolonização traz ao âmbito global. Pois, ao superar um sistema que, durante grande parte do século XX, impediu o desenvolvimento da maioria das nações africanas, estes povos dão, na perspectiva de Nascimento, um exemplo de valorização da identidade e da cultura africana, tanto aos próprios africanos como aos seus descendentes em diáspora.

As culturas africanas, concebidas como unidades criativas, podem oferecer ao mundo novas formas de percepção e organização das sociedades. Essas culturas estão fundamentadas, principalmente, na organização social coletiva e na capacidade de cooperação, criatividade e redistribuição da riqueza e propriedade de forma equitativa.

As culturas africanas são aquilo que as massas criam e produzem: por isso elas são flexíveis e criativas, assim como bastante seguras de si mesmas, a ponto de interagir espontaneamente com outras culturas, aceitando e incorporando valores científicos e/ou progressistas que por ventura possam funcionar de modo significativo para o homem, a mulher e a sociedade africana (NASCIMENTO, 1980, p. 46).

A crítica tecida às culturas africanas tem em seu escopo o argumento contra o respeito à tradição e à ancestralidade, elementos básicos das sociedades africanas. Conforme afirma Nascimento “deve-se rejeitar tais julgamentos que em geral se revestem ou de uma perspectiva crítica equivocada, de um apriorismo dogmático, de um primarismo ingênuo ou de uma distorção ideológica maliciosa”. De fato, a dinâmica das culturas tradicionais africanas é permeada por uma plasticidade e por uma capacidade criativa que as coloca como potenciais alternativas aos modelos hegemônicos vigentes.

A ciência ocidental sempre buscou desqualificar as culturas africanas, sendo usada, geralmente, como instrumento de distorção, opressão e alienação dos africanos e afrodescendentes. Segundo Nascimento (1980), as culturas africanas além de conterem sua intrínseca e valiosa ciência, também oferecem uma variedade de sabe-

doria necessária pertinente à existência orgânica e histórica de seus integrantes. Logo:

Tornar contemporâneas as culturas africanas e negras na dinâmica de uma cultura Pan-africana mundial, progressista e anticapitalista, me parece ser o objetivo primário, a tarefa básica que a história espera de nós todos. Como integral instrumento de uma contínua luta contra o imperialismo e o neocolonialismo, forjada junto com as efetivas estratégias econômico-políticas, essa cultura progressista Pan-africana será um elemento primordial da nossa libertação (NASCIMENTO, 1980, p. 45).

Não se pode desperdiçar os fundamentos da ancestralidade africana como mecanismos de construção social para as massas africanas do continente e da diáspora. A ideia apresentada aqui é de que as culturas africanas podem contribuir de forma positiva para o desenvolvimento das sociedades contemporâneas, superando até mesmo as consequências de fenômenos como o imperialismo e o colonialismo europeu e norte americano.

A partir desta perspectiva o autor indica que no Brasil são os quilombos, as principais organizações sociais, que fazem dos referenciais africanos, parte de seu arranjo estrutural enquanto sociedade. Conforme afirma Nascimento (1980), “os quilombos, que variavam segundo o tamanho das terras ocupadas e o número de seus habitantes, via de regra mantinham bem-organizada e eficiente produção agrícola, formas de vida social instituídas segundo modelos tradicionais africanos adaptados à nova realidade da América”.¹¹⁴

Os quilombos contribuíram de forma significativa para que fossem empreendidas diversas insurreições e guerrilhas que tinham como propósito a ruptura com a dominação colonial vigente até então. Daí decorre o argumento sustentado quanto à importância da participação política dos negros em momentos históricos fundamentais que objetivavam a consolidação do Brasil como nação.

No entanto, mesmo tendo papel preponderante na formação da sociedade brasileira o negro jamais foi considerado, pela intelec-

¹¹⁴ “O mesmo tipo de organização ocorreu em outras regiões do continente americano mudando apenas o nome de quilombos para cimarrons, maroons ou palenques, os quais existiram na chamada América espanhola e naqueles países em que houve escravidão, dominados por ingleses, holandeses e franceses” (NASCIMENTO, 1980 p. 51).

tualidade dominante, como grupo social relevante a esta estrutura social. O pensamento social que analisa a formação nacional no Brasil sempre concebeu o elemento negro em uma posição subalterna e o processo escravocrata como um mecanismo de dominação muito menos lesivo do que realmente foi. Nas palavras de Abdias:

[...] é pertinente chamar a atenção para o fato de certos *scholars* e escritores, geralmente brancos — os únicos que possuem os meios, a voz e a oportunidade de veicular opiniões fora do país — terem construído uma história fictícia da escravidão, da abolição e das relações entre pretos e brancos. Esta ficção se transformou numa mercadoria mascateada no balcão internacional das ideias, dos conceitos e das definições. Estes “intelectuais” das classes dominantes, articulados a outros recursos utilizados pela elite no poder, conseguiram que o Brasil, paradoxalmente, adquirisse e mantivesse no exterior uma imagem de inocência, bondade e humanitarismo em seu regime escravo; até mesmo uma reputação de originalidade na utópica perfeição tropical do seu esplendor lusitano, qualidades estas que o Brasil dividiria com as também lusitanas “províncias do além-mar” (NASCIMENTO, 1980, p. 58).

Ainda que o elemento negro tenha contribuído à formação de um senso de nacionalidade ou de identidade nacional, fato é que há uma rejeição pela intelectualidade em reconhecê-lo como componente fundamental à sociedade brasileira. A forma como o pensamento social é arquitetado no debate internacional impede que os negros, primeiramente, sejam ouvidos enquanto produtores de conhecimento, e, posteriormente, é obliterado qualquer reconhecimento à população negra como elemento formador de alguma estrutura social.

Desta forma, o Quilombismo também se coloca como um aspecto ideológico na trajetória sociopolítica dos negros no Brasil. Dado que o colonialismo impôs um processo de separação das populações negras na diáspora, os esforços que estas têm feito a fim de manter uma condição de autossuficiência cultural levam a uma grande luta por mobilização e conscientização de negras e negros por todo país.

O desenvolvimento da cultura africana passa pela edificação de mecanismos transculturais entre a comunidade Pan-africana, juntamente com um projeto progressista econômico, político e social. A noção de autossuficiência está implícita no desdobramento

deste processo. Autossuficiência e emancipação são categorias fundamentais no processo de autonomização dos africanos no continente e de sua descendência na diáspora. Contudo a autonomia e a capacidade de suficiência não podem ser tomadas como sinônimos de isolamento. “Sob esta unificação o movimento Pan-africano poderá lançar mão de todo seu potencial, obtendo por essa via as condições indispensáveis à realização do seu destino histórico na cena internacional” (NASCIMENTO, 1980).

Para que todo esse processo de construção de uma organização Pan-africana ocorra, as formas de produção do conhecimento local e tradicional devem ser respeitadas frente a outros modelos de construção do mesmo processo. O apelo inicial destina-se ao encorajamento da investigação, “a consagração do conhecimento autóctone, no sentido de edificar o ser nacional, antielitista e não classista, material e espiritualmente”.

Os princípios pedagógicos de uma epistemologia de base africana permitem crer numa projeção libertária, na qual a tecnologia deve servir à emancipação humana, sustentando formas alternativas de produção do conhecimento:

Autossuficiência na criação e adoção de tecnologia, assim como no desenvolvimento científico, precisa ocorrer simultaneamente ao desenvolvimento das nações, obedecendo seu ajustamento funcional ao respectivo ambiente e realidade humana. Isto é porque na estrutura da presente fase da “ajuda técnica” as formas avançadas de tecnologia do capitalismo industrial, além de não cooperar na construção, em verdade instigam e promovem a penetração do capital monopolístico internacional e a alienação do autoconhecimento nacional. Esta “ajuda” tecnológica e científica estará apta a tomar os rumos da libertação somente quando os valores capitalistas que regem e regulam seus mecanismos não forem utilizados para deter o desenvolvimento da consciência dos povos e da independência nacional (NASCIMENTO, 1980, p. 73).

Para que os grupos sociais africanos no continente e na diáspora possam construir uma condição de autonomia em relação à produção de conhecimento e tecnologia há que se superar a dominação imposta pelos “centros” responsáveis pela inovação e criação tecnológicas. É necessário que os conhecimentos locais não sejam tomados apenas como saberes populares ou conhecimento superfi-

cial. É importante conectar estes saberes ao conhecimento científico já existente, para que as sociedades — onde os modelos de produção e desenvolvimento de conhecimento possuem características diversas do padrão de desenvolvimento ocidental — tenham condições de inserir-se no concerto das nações, no que tange ao desenvolvimento científico.

Logo, a transmissão de tecnologia não constitui apenas um meio de acentuar o vazio entre produtor e consumidor, mas algo que respeita as estruturas e necessidades individuais, assim como, os costumes das diferentes regiões e suas respectivas entidades ou unidades de desenvolvimento.

Promover essa capacidade de produzir conhecimento significa dar ao movimento Pan-africano um “sentido de libertação da dependência neocolonialista. Pois a dependência científica e tecnológica equivale ao estrangulamento e a criação de sistemas de opressão”, baseada tão somente na ambição pela acumulação do lucro. Pois desta forma, “a revolução cultural baseada na autonomia científica e tecnológica não significa só a fundação da justiça social e da dignidade humana, mas também um pré-requisito ao progresso econômico internacional da humanidade e da soberania dos povos”.

A partir desta concepção o Quilombismo incorpora os princípios do “comunismo tradicional africano” que se contrapõe ao processo de exploração capitalista. Isto porque, a modernidade que chegou à África e ao chamado “Novo mundo” trouxe consigo todo um sistema de opressão e desigualdade que impediu as populações locais de um pleno desenvolvimento baseado em suas capacidades.

Grande parte do conjunto cultural que permite uma alternativa civilizatória à sociedade brasileira está ligado à matriz religiosa oriunda das sociedades africanas. Desde as manifestações artísticas, até a organização política, as religiões de matriz africana no Brasil exercem o papel de elementos aglutinadores dos valores sociais e culturais africanos. Quem se dedica a observar a presença da religião africana no país, logo percebe a importância de sua influência sobre a arte e a produção de conhecimento de um modo geral.

No entanto, essa busca de manutenção dos referenciais culturais africanos precisa superar todas as tentativas de negação da lembrança e da memória africanas. “A classe dirigente e seus porta-vo-

zes teóricos — historiadores, cientistas sociais, literatos educadores, etc.” — têm buscado suprimir qualquer possibilidade de manutenção da cultura africana como referencial para formação da estrutura social, principalmente nos países da diáspora. Apesar da constituição de um arcabouço legal, principalmente em relação à educação, que se fundamenta, em especial, na Lei n. 10.639/03, na prática os exercícios de apagamento e negação histórica do papel da população negra como parte fundamental da formação social do Brasil são recorrentes e estimulados pelas estruturas institucionais, que se organizam em torno de padrões racializados, concebendo também as dinâmicas sociais a partir destes parâmetros.

Nestas condições, a negritude brasileira está em situação bem pior do que os africanos do continente. Isto porque, mesmo com todos os atributos físicos e psicológicos que remetem a origem africana, as estratégias de aniquilamento propostas pelo grupo social dominante não permitem a consolidação da cultura africana com valores positivos e de caráter referencial.

A antiga luta da persistência cultural fica evidente quando negros e negras encontram em suas religiões ancestrais um espaço onde se apoiar e defender o que lhes resta de identidade humana. Acusados do exercício de cultos macabros, sofrem a condenação das denominações religiosas dominantes, em geral o cristianismo, tanto de base protestante, quanto católica. Contudo:

[...] a despeito da manipulação de tantas estratégias e recursos para degradar, distorcer e esmagar a herança africana, a cultura convencionalmente tida como a dominante careceu de aptidão para concretizar os objetivos que perseguia. Não conseguiu suprimir completamente os valores africanos de cultura (NASCIMENTO, 1980, p. 89).

Mesmo lançando mão dos mais diversos mecanismos físicos e ideológicos, os grupos dominantes não conseguiram impedir a manutenção e expansão das culturas africanas no processo de formação da sociedade brasileira. Algumas dessas culturas deixaram suas marcas na face cultural brasileira, outras conservam intacto todo um sistema de pensamento simbólico, de teologia e cosmologia. Nenhuma destas expressões culturais rendeu-se à tentativa, sutil ou violenta, da destruição colonizadora.

A persistência cultural africana torna-se, assim, um ato defensivo contra as ameaças e as ações agressivas, que tem por objetivo a violação por parte da cultura dominante dos referenciais africanos, em suas diversas modalidades. Neste caso, a religião de matriz africana tem funcionado como centro de luta e resistência cultural dos sistemas africanos no Brasil e nos demais países da diáspora.

Outra forma de supressão cultural com a qual a população negra se depara, diz respeito à destruição das línguas africanas. A língua como principal instrumento de comunicação humana, social e cultural — e, no caso africano, fundamento de uma sociedade baseada na cultura oral — não resistiu ao esmagamento imposto pela dominação colonial. “A sua destruição representa mais um ato na tragédia genocida que a sociedade brasileira desencadeou contra os africanos e seus descendentes”. Este é um ponto crucial na experiência negra brasileira, quando se leva em conta que a tradição e o conhecimento são uma realidade viva e dinâmica na África, não em termos de arquivo ou escritura fossilizada. Cabe referir que:

A transmissão pela escrita fria e inerte era o oposto à essência do conhecimento verdadeiro, adquirido pelos africanos através de uma relação direta, afetiva, num encontro interpessoal. É neste ponto crucial que podemos perceber claramente a dicotomia que separa e diferencia as culturas negro-africanas das culturas branco-europeias: a oralidade como base da comunicação e da transmissão cultural. Não se concebia a palavra inerte e apenas descritiva, pois em si mesma era movimento e ação (NASCIMENTO, 1980, p. 102).

Ao coibir a cultura oral africana por meio da imposição das línguas dominantes os colonizadores impediram qualquer forma de reordenamento social dos africanos a partir de suas matrizes linguísticas. Logo, a memória mantida pela oralidade das diversas culturas africanas tendeu a um esquecimento e posterior desaparecimento como referência cultural. No caso brasileiro, “com o esmagamento das línguas africanas e com a imposição simultânea da língua portuguesa se tentou consumir o seccionamento entre o africano e o tecido espiritual e histórico que constituía seu mundo simbólico”.

A função civilizatória das religiões de matriz africana resume-se como um discurso cultural, complexo e global, entranhado e originado em uma estrutura de pensamento simbólico, de organização

social e familiar. Esse discurso trazido da África com os sequestrados e escravizados, constitui-se numa presença vital que tem sido capaz de impregnar e impor uma capacidade criativa à população negra brasileira, em que pesem as barreiras, perseguições de toda ordem que este grupo tem suportado por longo tempo.

Não obstante, a população negra além de explorada economicamente, sofre o sistemático genocídio físico e a degradação moral gerada, principalmente, pelo desprezo à sua religião e sua organização familiar, com a sanção dos “intelectuais brasileiros de todas as tendências e colorações políticas e ideológicas que colaboram com tal quadro, utilizando o subterfugio ideológico denominado ‘ciência’”.

O QUILOMBISMO COMO PROJETO DE NAÇÃO

A proposta quilombista é vista como uma alternativa à sociedade racista e preconceituosa criada pela elite brasileira. A ideia que orienta a proposição do Quilombismo como solução teórica e prática, situa-se na perspectiva da retomada de uma memória africana do negro brasileiro que é parte e partícipe de um esforço de reconstrução em que todos os negros e negras brasileiros estão ligados.

Diante de uma realidade histórica e social que desqualifica a população negra de sua condição de cidadania, surge a necessidade de o negro defender sua sobrevivência e assegurar sua existência enquanto ser. Nesse sentido, os quilombos resultaram da demanda vital dos africanos escravizados, no esforço de resgatar sua liberdade e dignidade através da fuga dos cativeiros e da organização de uma sociedade livre.

A continuidade de uma consciência de luta político-social de base racial se estende à atualidade. O modelo quilombista atua como ideia-força que inspira grupos e organizações sociais à busca de alternativas aos padrões de arranjos sociais hegemônicos. O Quilombismo encontra-se em constante atualização, atendendo as exigências do tempo histórico e do meio geográfico onde está inserido. Desta forma:

Percebe-se o ideal quilombista difuso, porém consistente, permeando todos os níveis da vida negra e os mais recônditos meandros e refolhos da personalidade afro-brasileira. Um ideal forte e denso

que via de regra permanece reprimido pelas estruturas dominantes, outras vezes é sublimado através dos vários mecanismos de defesa fornecidos pelo inconsciente individual ou coletivo (NASCIMENTO, 1980 p. 257).

É possível considerar que o Quilombismo, enquanto movimento, está latente na memória coletiva da negritude brasileira. E que mesmo impedida de empreender sua dinâmica na vida cotidiana, a população negra pode buscar seu referencial a fim de estabelecer novas formas de organização que lhe sejam úteis. A imposição de padrões de vida subalternizado e que encontra suas origens no modo de produção escravagista, tem submetido grande parte da população negra brasileira à miséria, à incapacidade de construir e decidir por alternativas não hegemônicas de organização social. Os exemplos dessa condição são abundantes, dada a forma como o capitalismo se apropriou da vida social, cultural, política e econômica de negros e negras, ao longo da história do país.

O Quilombismo é um projeto de organização social e política que visa à valorização da população negra frente aos demais grupos que compõem a identidade nacional. É o recurso teórico e prático que fundamenta a luta coletiva em busca do reconhecimento de um grupo social, a saber, a negritude brasileira. Este modelo se origina na organização dos quilombos que serviam a uma exigência vital dos africanos escravizados, com o propósito de resgatar sua liberdade e dignidade através da evasão do cativeiro e da organização de uma sociedade livre. Assim sendo, “a multiplicação dos quilombos fez deles um autêntico movimento amplo e permanente” (NASCIMENTO, 1980):

O Quilombismo se estruturava em formas associativas que tanto podiam estar localizadas no seio de florestas de difícil acesso que facilitava sua defesa e sua organização econômico-social própria, como também assumiram modelos de organizações permitidas ou toleradas, frequentemente com ostensivas finalidades religiosas (católicas), recreativas, beneficentes, esportivas, culturais ou de auxílio mútuo. Não importam as aparências e os objetivos declarados: fundamentalmente todas elas preencheram uma importante função social para a comunidade negra, desempenhando um papel relevante na sustentação da continuidade africana. Genuínos focos de resistência física e cultural. Objetivamente, essa rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas,

afochés, escolas de samba, gafeiras foram e são os quilombos legalizados pela sociedade dominante; do outro lado da lei se erguem os quilombos revelados que conhecemos. Porém tanto os permitidos quanto os “ilegais” foram uma unidade, uma única afirmação humana, étnica e cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história. A este complexo de significações, a esta práxis afro-brasileira, eu denomino de Quilombismo (NASCIMENTO, 1980, p. 255).

O Quilombismo é uma proposta concreta para a reorganização da estrutura social brasileira, baseado na diversidade e multiplicidade organizacional das sociedades africanas. Possui um caráter nacionalista, no entanto, esse nacionalismo renega qualquer ideia xenofóbica, traduzindo-se em uma luta anti-imperialista, articulada ao Pan-africanismo, objetivando a sustentação de uma solidariedade radical com todos os povos que lutam contra a exploração, a opressão, o racismo e as desigualdades motivadas por raça, cor, religião ou ideologia (NASCIMENTO, 1980).

O modelo de organização social proposto pelo Quilombismo tem como objetivo superar as consequências contemporâneas do período escravocrata em toda a América Latina. Para além de uma sociedade baseada em um sistema social oriundo dos referenciais culturais africanos, o Quilombismo apresenta-se como um projeto coletivo de sociedade, no qual:

[...] os afro-brasileiros possam erigir uma sociedade fundada na justiça, na igualdade e no respeito a todos os seres humanos, na liberdade; uma sociedade cuja natureza intrínseca torne impossível a exploração econômica e o racismo. Uma democracia autêntica, fundada pelos destituídos e os deserdados deste país, aos quais não interessa a simples restauração de tipos e formas caducas de instituições políticas, sociais e econômicas as quais serviriam, unicamente, para procrastinar o advento de nossa emancipação total e definitiva que somente pode vir com a transformação radical das estruturas vigentes (NASCIMENTO, 1980, p. 262).

Não interessa mais à população negra uma adaptação aos moldes da sociedade capitalista hierarquizada em classes. o negro brasileiro deve reconstruir e recontar sua história a partir de um novo paradigma de organização social ancorado na perspectiva de uma sociedade justa e igualitária.

Nesta perspectiva o Quilombismo configura-se também como um conceito científico histórico-social, que tem por objetivo oferecer instrumentos próprios à construção de um modelo civilizatório, brasileiro, autóctone e endógeno. É a forma como o sujeito se percebe na complexidade das relações sociais cotidianas. É a superação dos modelos científicos que sempre buscaram menosprezar a importância do elemento negro à formação das sociedades latino-americanas. Assim concebe-se essa lógica científica:

Como poderiam as ciências humanas, históricas — etnologia, economia, história, antropologia, sociologia, etc. — nascidas, cultivadas e definidas para povos e contextos socioeconômicos diferentes, prestar útil e eficaz colaboração ao conhecimento negro — sua realidade existencial, seus problemas e aspirações e projetos? Seria a ciência social elaborada na Europa ou nos Estados Unidos tão universal em sua aplicação? A raça negra conhece na própria carne a falaciosidade do universalismo e da isenção dessa “ciência”. Aliás, a idéia de uma ciência histórica pura e universal está ultrapassada. O conhecimento científico que os negros necessitam é aquele que os ajude a formular teoricamente — de forma sistemática e consistente — sua experiência de quase quinhentos anos de opressão (NASCIMENTO 1980, p. 261-262).

É importante que se desenvolva um “instrumento conceitual operativo” destinado à observação dos fenômenos sociais vivenciados e partilhados pela população negra brasileira. E tal instrumento não deve surgir de uma “maquinação cerebral arbitrária, falsa e abstrata”. Nem mesmo os conceitos analíticos utilizados podem ser elaborados e importados a partir de outros contextos e realidades diferentes que não dão conta da especificidade das relações sociais de base racial vividas no país. “Deve-se assim compreender a subordinação do Quilombismo ao conceito que define o ser humano como o seu objeto e sujeito científico, dentro de uma concepção de mundo e de existência na qual a ciência constitui uma entre outras vias de conhecimento” (NASCIMENTO, 1980).

A assunção de um modelo quilombista de organização social implica na transformação da realidade, na qual a liberdade, a justiça, a igualdade e a soberania são os elementos que fundamentam a dinâmica política e social. A noção de igualdade é muito cara ao projeto civilizatório quilombista pois ela subjaz a todos os demais

fundamentos do Quilombismo. A recusa a qualquer sectarismo demonstra a importância dos princípios igualitários na proposta política quilombista.

A defesa do Quilombismo pressupõe um conjunto de princípios e propósitos elencados por Abdias do Nascimento, os quais indicamos a seguir:

Alguns princípios e propósitos do Quilombismo

O QUILOMBISMO É UM MOVIMENTO POLÍTICO DOS NEGROS BRASILEIROS, OBJETIVANDO A IMPLANTAÇÃO DE UM ESTADO NACIONAL QUILOMBISTA, INSPIRADO NO MODELO DA REPÚBLICA DOS PALMARES, NO SÉCULO XVI, E EM OUTROS QUILOMBOS QUE EXISTIRAM E EXISTEM NO PAÍS.

O ESTADO NACIONAL QUILOMBISTA TEM SUA BASE NUMA SOCIEDADE LIVRE, JUSTA, IGUALITÁRIA E SOBERANA. O IGUALITARISMO DEMOCRÁTICO QUILOMBISTA É COMPREENDIDO NO TOCANTE À RAÇA, ECONOMIA, SEXO, SOCIEDADE, RELIGIÃO, POLÍTICA, JUSTIÇA, EDUCAÇÃO, CULTURA, ENFIM, EM TODAS AS EXPRESSÕES DA VIDA EM SOCIEDADE. O MESMO IGUALITARISMO SE APLICA A TODOS OS NÍVEIS DE PODER E DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS.

A FINALIDADE BÁSICA DO ESTADO NACIONAL QUILOMBISTA É A DE PROMOVER A FELICIDADE DO SER HUMANO. PARA ATINGIR SUA FINALIDADE, O QUILOMBISMO ACREDITA NUMA ECONOMIA DE BASE COMUNITÁRIO-COOPERATIVISTA NO SETOR DA PRODUÇÃO, DA DISTRIBUIÇÃO E DA DIVISÃO DOS RESULTADOS DO TRABALHO COLETIVO.

O QUILOMBISMO CONSIDERA A TERRA UMA PROPRIEDADE NACIONAL DE USO COLETIVO. AS FÁBRICAS E OUTRAS INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS, ASSIM COMO TODOS OS BENS E INSTRUMENTOS DE PRODUÇÃO, DA MESMA FORMA QUE A TERRA, SÃO DE PROPRIEDADE E USO COLETIVO DA SOCIEDADE. OS TRABALHADORES RURAIS OU CAMPONESES TRABALHAM A TERRA E SÃO OS PRÓPRIOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES AGROPECUÁRIAS. OS OPERÁRIOS DA INDÚSTRIA E OS TRABALHADORES DE MODO GERAL SÃO OS PRODUTORES DOS OBJETOS INDUSTRIAIS E OS ÚNICOS RESPONSÁVEIS PELA ORIENTAÇÃO E GERÊNCIA DE SUAS RESPECTIVAS UNIDADES DE PRODUÇÃO.

NO QUILOMBISMO O TRABALHO É UM DIREITO E UMA OBRIGAÇÃO SOCIAL, E OS TRABALHADORES QUE CRIAM A RIQUEZA AGRÍCOLA E INDUSTRIAL DA SOCIEDADE QUILOMBISTA, SÃO OS ÚNICOS DONOS DO PRODUTO DO SEU TRABALHO.

A CRIANÇA NEGRA TEM SIDO A VÍTIMA PREDILETA E INDEFESA DA MISÉRIA MATERIAL E MORAL IMPOSTA À SOCIEDADE AFRO-BRASILEIRA. POR ISSO ELA CONSTITUI A PREOCUPAÇÃO URGENTE E PRIORITÁRIA DO QUILOMBISMO. CUIDADO PRÉ-NATAL, AMPARO À MATERNIDADE, CRECHES, ALIMENTAÇÃO ADEQUADA, MORADIA HIGIÊNICA E HUMANA, SÃO ALGUNS DOS ITENS RELACIONADOS À CRIANÇA QUE FIGURAM NO PROGRAMA DE AÇÃO DO MOVIMENTO QUILOMBISTA.

A EDUCAÇÃO E O ENSINO EM TODOS OS GRAUS – ELEMENTAR, MÉDIO E SUPERIOR – SERÃO COMPLETAMENTE GRATUITOS E ABERTOS SEM DISTINÇÃO A TODOS OS MEMBROS DA SOCIEDADE QUILOMBISTA. A HISTÓRIA DA ÁFRICA, DAS CULTURAS, DAS CIVILIZAÇÕES E DAS ARTES AFRICANAS TERÃO UM LUGAR EMINENTE NOS CURRÍCULOS ESCOLARES. CRIAR UMA UNIVERSIDADE AFRO-BRASILEIRA É UMA NECESSIDADE DENTRO DO PROGRAMA QUILOMBISTA.

VISANDO O QUILOMBISMO A FUNDAÇÃO DE UMA SOCIEDADE CRIATIVA, ELE PROCURARÁ ESTIMULAR TODAS AS POTENCIALIDADES DO SER HUMANO À SUA PLENA REALIZAÇÃO. COMBATER O EMBRUTECIMENTO CAUSADO PELO HÁBITO, PELA MISÉRIA, PELA MECANIZAÇÃO DA EXISTÊNCIA E PELA BUROCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES HUMANAS E SOCIAIS, É UM PONTO FUNDAMENTAL. AS ARTES EM GERAL OCUPARÃO UM ESPAÇO BÁSICO NO SISTEMA EDUCATIVO E NO CONTEXTO DAS ATIVIDADES SOCIAIS DA COLETIVIDADE QUILOMBISTA.

NO QUILOMBISMO NÃO HAVERÁ RELIGIÕES E RELIGIÕES POPULARES, ISTO É, RELIGIÃO DA ELITE E RELIGIÕES DO POVO. TODAS AS RELIGIÕES MERECEM IGUAL TRATAMENTO DE RESPEITO E DE GARANTIAS DE CULTO.

O ESTADO QUILOMBISTA PROÍBE A EXISTÊNCIA DE UM APARATO BUROCRÁTICO ESTATAL QUE PERTURBE OU INTERFIRA COM A MOBILIDADE VERTICAL DAS MASSAS EM SUA RELAÇÃO DIRETA COM OS DIRIGENTES. NA RELAÇÃO DIALÉTICA DOS MEMBROS DA SOCIEDADE COM AS SUAS INSTITUIÇÕES, REPOUSA O SENTIDO PROGRESSISTA E DINÂMICO DO QUILOMBISMO.

A REVOLUÇÃO QUILOMBISTA É FUNDAMENTALMENTE ANTI-RACISTA, ANTICAPITALISTA, ANTILATIFUNDIÁRIA, ANTIIMPERIALISTA E ANTINEOCOLONIALISTA.

EM TODOS OS ÓRGÃOS DE PODER DO ESTADO QUILOMBISTA – LEGISLATIVO, EXECUTIVO E JUDICIÁRIO – A METADE DOS CARGOS DE CONFIANÇA ELETIVOS, OU DOS CARGOS POR NOMEAÇÃO, DEVERÃO, POR IMPERATIVO CONSTITUCIONAL, SER OCUPADOS POR MULHERES. O MESMO SE APLICA A TODO E QUALQUER SETOR OU INSTITUIÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO.

O QUILOMBISMO CONSIDERA A TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO, E DA SOCIEDADE DE MODO GERAL, POR MEIOS NÃO-VIOLENTOS E DEMOCRÁTICOS, UMA VIA POSSÍVEL.

É MATÉRIA URGENTE PARA O QUILOMBISMO A ORGANIZAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA EM MOLDES COOPERATIVOS, CAPAZ DE ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E A EXPANSÃO DA LUTA QUILOMBISTA A SALVO DAS INTERFERÊNCIAS CONTROLADORAS DO PATERNALISMO OU DAS PRESSÕES DO PODER ECONÔMICO.

O QUILOMBISMO ESSENCIALMENTE É UM DEFENSOR DA EXISTÊNCIA HUMANA E, COMO TAL, ELE SE COLOCA CONTRA A POLUIÇÃO ECOLÓGICA E FAVORECE TODAS AS FORMAS DE MELHORAMENTO AMBIENTAL QUE POSSAM ASSEGURAR UMA VIDA SAUDÁVEL PARA AS CRIANÇAS, AS MULHERES E OS HOMENS.

O BRASIL É UM SIGNATÁRIO DA “CONVENÇÃO INTERNACIONAL PARA A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL” ADOTADA PELA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS EM 1965. NO SENTIDO DE COOPERAR PARA A CONCRETIZAÇÃO DE OBJETIVOS TÃO ELEVADOS E GENEROSOS, E TENDO EM VISTA O ARTIGO 9, NÚMEROS 1 E 2 DA REFERIDA CONVENÇÃO, O QUILOMBISMO CONTRIBUIRÁ PARA A PESQUISA E A ELABORAÇÃO DE UM RELATÓRIO-DOSSIÊ BIANUAL, ABRANGENDO TODOS OS FATOS RELATIVOS À DISCRIMINAÇÃO RACIAL OCORRIDOS NO PAÍS, A FIM DE AUXILIAR OS TRABALHOS DO COMITÊ PARA A ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL DAS NAÇÕES UNIDAS.

Fonte: NASCIMENTO, 1980, p. 275-277.

É evidente que a compreensão e o reconhecimento da experiência histórica dos africanos na diáspora tem sido um processo de “conteúdo essencialmente racista, que transcende certas simplificações, segundo as quais, a escravidão e as subseqüentes formas de opressão racista dos povos negros são apenas subprodutos do capitalismo”.

Desta forma, o fenômeno da escravidão dos africanos e todo o processo de sistemática desumanização dos seus descendentes nas Américas ocorreu (e ainda ocorre) como consequência da imposição de um sistema econômico que engendrou a escravidão como suporte necessário ao desenvolvimento capitalista no “Novo Mundo”.

Quando grande parte da intelectualidade fala em um sistema econômico e a importância de sua manutenção e desenvolvimento, não se menciona que tal racionalização só tem existência porque está incorporada em seres humanos com as suas motivações, aspirações e interesses. E mais, que no caso dos africanos e afrodescendentes não há nenhum motivo que os leve a dar qualquer importância a este processo, visto que a estes foi relegado o papel do servilismo, do menosprezo e do descarte.

Aquilombar-se não é apenas uma alternativa ideológica, mas sim uma proposição política consistente. Confrontar o modelo social vigente no Brasil, no qual a população negra não consegue perceber possibilidades reais de mobilidade ascendente requer a produção de condições materiais objetivas: acesso à terra, reconhecimento identitário, condições de permanência e êxito nas instituições educacionais, revisão das matrizes curriculares em todos os níveis educacionais, projeção de um mundo do trabalho voltado à solidariedade em contraposição à ideologia da meritocracia. Valorização dos saberes populares e ancestrais de tradição africana. A produção de relações políticas institucionais de forma horizontal.

Opondo-se a lógicas totalizantes que se impuseram pelo sistema colonial e pós-colonial, a construção de resistências negras tem se mobilizado em torno do reconhecimento identitário, do respeito ao território, à memória e à ancestralidade negro-africana. Não há como conceber uma mudança social significativa no Brasil, sem refletir novas formas de organização melhor, formas e modelos civilizatórios alternativos.

A organização quilombista projeta outro modelo em relação à dinâmica desenfreada de mobilização demográfica em direção aos grandes centros. Não é apenas pensar o Quilombo em sua dimensão “folclórica cultura”, mas entender que esse arranjo social visa a coletividade, tendo como princípio a vida em comunidade.

A própria relação com a terra, com o saber, o respeito às dinâmicas da natureza, a agricultura como produto de interesse comum, o trabalho como modelo de solidariedade, estas são propostas originais e transformadoras, oriundas de uma organização quilombista.

Recentemente têm se percebido que mais e mais organizações se intitulam quilombos, demonstrando que o Quilombismo significa, como princípio moral, um recurso estratégico e de progresso nas táticas de sobrevivência das comunidades de origem e/ou matriz africana¹¹⁵. A consciência dessa luta político-social atingiu uma capilaridade por todos os Estados da federação, mesmo naqueles nos quais a população negra é de fato uma minoria demográfica. Essa mobilização indica a ideia-força do movimento quilombista, qual seja, a consecução de uma sociedade igualitária, na qual não haja acumulação além daquela necessária à vida digna. Respeitando a autonomia de cada sujeito social e priorizando a solidariedade como parâmetro central dessa proposta civilizatória.

O sentido de aquilombar-se é o reflexo de estratégias e mobilizações das muitas comunidades quilombolas, revelando uma multiplicidade de expressões, consoantes à história do país. A lógica quilombista produz antagonismos e contrapontos às formas hegemônicas, baseadas na materialização do capital, que tem orientado a dinâmica de funcionamento da sociedade brasileira.

Partindo de uma perspectiva histórica, Lima (2007) argumenta que o processo de formação da identidade nacional contou, desde o final do século XIX, até as duas primeiras décadas do século XX, com o discurso nas ciências e nos campos artísticos de que uma mistura prejudicial entre os povos tornava o Brasil mais afastado do parâmetro de evolução das culturas definido a partir do ocidente. Nesse período as teorias racialistas — em grande medida importadas das metrópoles — indicavam que os elementos negros e indígenas eram a causa de um suposto “atraso brasileiro”.

¹¹⁵ É importante salientar a disjunção entre comunidades de origem africana que, em geral, se materializam nos quilombos rurais e no interior do país. E que, em regra, possuem, de fato ascendência direta de pessoas africanas que por diversos meios possíveis auferiram a condição de acesso à terra. Em posição contrária ao que atualmente tem se concebido como quilombo urbano, espaço de referências às matrizes africanas seja por pertencimento religioso, racial e étnico, seja pela mobilização política em torno das pautas da negritude. Em geral, as duas condições estão associadas, mas há evidentes diferenças nos dois modelos de organização social.

Forjou-se, desde então, um discurso sobre a brasilidade que buscou sua valorização pela oposição em relação à Europa branca e, para tanto, procurou “substituir os discursos racistas e autodepreciativos que definiam a negritude e a miscigenação como razão de atraso e vergonha, por mestiçagem e convívio harmônico enquanto ideais de conduta”.

Vale ressaltar que essa noção de brasilidade foi construída sempre por uma elite intelectual que buscava na valorização dos aspectos nacionais a constituição de uma identidade nacional mestiça. Essa identidade tinha como principal interesse suprimir de seus referenciais de formação os indivíduos não-brancos e que para tanto elenca o mestiço como o padrão a ser atingido por todos os grupos sociais. Lima (2007) enfatiza essa condição a partir da seguinte assertiva:

Os povos que foram significados como marcas de brasilidade funcionaram sempre como aspectos referenciais dos discursos de elite, tanto no momento em que sua presença significava o principal atraso, quanto no discurso da elite modernista que pretendeu revalorizá-los enquanto elementos constituintes e, finalmente, motivo de orgulho nacional. Esse projeto de revalorização discursiva surge a partir da perspectiva de uma elite intelectualizada e branca, em detrimento dos grupos que, em termos de aquisição de poder constituíram-se como minorias silenciadas sob essa espécie de favor inclusivo por parte dos agentes legitimados a produzir tais narrativas de nacionalidade (LIMA, 2007, p. 7).

Esse fenômeno demarca a linha divisória que separa a elite intelectual — a qual busca definir o significado de brasilidade — dos demais grupos sociais que efetivamente participam na formação da identidade nacional.

Em função desse processo de construção de uma identidade nacional, a população negra passou a reivindicar sua alteridade histórica frente ao modelo social instaurado no país. E essa identificação passa a ferir o projeto hegemônico constituído no período pós-abolição e implementado pelas políticas racistas de embranquecimento que foram desenvolvidas desde o início do século XX. Abdias do Nascimento (1978) demonstra em sua crítica a apologia do mulato como modelo de brasilidade, que a busca por reconhecimento da identidade negra tem sido alvo de intenso debate e crítica por parte

da intelectualidade brasileira que não admite a valorização da alteridade e da diferença como fatores de reconhecimento identitário.

Percebe-se que em uma sociedade de formação multirracial e multicultural, como a brasileira, onde a hegemonia de um grupo social condiciona toda a dinâmica da sociedade, há uma grande dificuldade em se reconhecer a diferença e a existência de outros elementos com características identitárias próprias. Por isso o negro se vê compelido à auto-rejeição, justamente, por sua identidade possuir um caráter de desvalorização e pelo não reconhecimento dessa identidade pela estrutura social vigente.

Diante desse quadro, a proposta quilombista para o Brasil, em termos étnico-raciais, sempre esteve atrelada ao reconhecimento de uma nação negra e de valorização do negro brasileiro a partir de mudanças provocadas nas estruturas de organização do poder em termos políticos e econômicos. Para que esta proposta tenha força, é necessário mobilizar e conscientizar tanto o sujeito negro, quanto o mestiço, da importância de reconhecer na sua identidade os laços de solidariedade para a categorização de um Brasil negro. Por isso, a mestiçagem, sob o ponto de vista do duplo sentido, por um lado, exaltada para encobrir o racismo e a discriminação racial e, por outro, usada como referência à suposta herança negativa dos africanos na sociedade brasileira, é passível de crítica, tornando-se um dos principais aspectos de questionamento do seu projeto de nação.

Considerando o Quilombismo na esteira de uma mudança de paradigma civilizatório, que insere a população negra como referencial fundante à formação social do país, há que se pensar na importância de problematizar, questionar e criticar a ideologia da “Democracia Racial”.

O conceito de democracia racial constituiu-se no Brasil a partir de especulações e com o apoio das chamadas ciências históricas e reflete uma determinada relação concreta na dinâmica da sociedade brasileira: que negros e brancos têm uma convivência harmônica, desfrutando de oportunidades iguais de existência, sem interferência de origens raciais ou étnicas.

Desenvolvido desde a perspectiva do luso-tropicalismo concebido por Gilberto Freyre, a ideologia ou o conceito de democracia racial fundamenta-se no princípio de que as relações e os laços de-

envolvidos entre os proprietários de escravos e suas “propriedades” teria se dado dentro de uma ética de respeito, dada a benevolência dos primeiros.

A ideia de que a escravidão foi um processo mais humanitário no Brasil também foi tema de que se ocuparam diversos intelectuais. Geralmente com o objetivo de justificar alguma “inferioridade” africana, muitos autores produziram análises nas quais o negro é descrito como ser dócil, no entanto, ingênuo e passível de obediência e domesticação. Este teria sido o motivo que levou a um “convívio harmônico” entre os escravos e seus senhores. A “aceitação” da religiosidade africana, a concepção do sincretismo como forma de integração desta matriz religiosa, são fenômenos que demonstrariam a sobrevivência cultural africana no seio da sociedade brasileira.

O mito do africano livre também é um elemento central na construção da análise sobre a democracia racial e seus desdobramentos à proposição quilombista. Depois de alguns anos de trabalho os velhos, os doentes, os aleijados e mutilados — aqueles que conseguiram superar ou sobreviver aos horrores da escravidão e não possuíam mais condições produtivas — “foram atirados à rua, à própria sorte, qual lixo humano indesejável; estes chamados de ‘africanos livres’”.

Ao colocar os africanos e seus descendentes em condição de marginalidade perante a sociedade, a abolição exonerou de responsabilidades os senhores, o Estado e a igreja. Tornou-se desnecessário, nesta perspectiva, qualquer tipo de humanismo para com esta população. “Tudo cessou, extinguiu-se qualquer gesto de solidariedade ou de justiça social: o africano e seus descendentes que sobrevivessem como pudessem”.

Outra forma de sustentação do mito do africano livre refere-se ao aliciamento feito pelo serviço militar que prometia aos negros a libertação, após sua atuação nas muitas guerras ocorridas durante todo período escravagista.

Para se tornarem precariamente livres, muitos escravos se inscreviam buscando a liberdade de morrer nas guerras dos colonizadores escravocratas. Neste sentido, os defensores das relações raciais harmônicas “interpretam a forçada participação do escravo africano nas guerras coloniais de Portugal e do Brasil como outra das

provas de integração do negro e de sua completa inclusão na sociedade brasileira”.

A crítica a todo processo de expurgo dos negros da sociedade brasileira, frequentemente, se vê impedida pelos tabus produzidos pela proibição da discussão sobre raça até mesmo entre a população negra. A camada intelectual dominante, bem como, os setores políticos consideram qualquer movimento de conscientização negra como ameaça ou agressão retaliativa. As mobilizações antirracistas têm sido fonte de toda sorte de violências físicas, simbólicas e discursivas.

Em determinadas ocasiões os negros são condenados, pois pretendem “impor ao país uma suposta superioridade racial negra”:

Qualquer esforço por parte do afro-brasileiro esbarra neste obstáculo. A ele não se permite esclarecer-se e compreender a própria situação no contexto do país; isso significa, para as forças no poder, ameaça à segurança nacional, tentativa de desintegração da sociedade brasileira e unidade nacional (NASCIMENTO, 1978).

O objetivo não expresso deste *processo de um racismo mascarado* é negar ao negro a possibilidade de autodefinição, subtraindo-lhe os meios de identificação racial. E é justamente na negação do autorreconhecimento identitário que se encontra a chave da dominação e exploração da população negra no país, imobilizando e desmotivando qualquer tipo de organização que vise questionar a real condição deste segmento social.

É possível afirmar, de forma definitiva, que o Quilombismo como projeto civilizador é a saída para essa negação à população negra de seu protagonismo enquanto ator social relevante à formação deste país. Pois, na esteira das muitas formas de produção de mecanismos de estratificação racial, o que é possível observar é a consolidação de um regime de racismo estrutural e institucional que dá guarida a desigualdade social e racial e mantém grande parte da população negra sob o jugo da dominação ideológica e material que garante à sociedade brasileira a possibilidade de subalternizar mais de 50 % de sua população sem nenhum óbice significativo.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As populações negras historicamente têm desenvolvido estratégias de manutenção da vida e sobrevivência desde a chegada das primeiras pessoas africanas escravizadas ao continente americano. A maior lição civilizatória que se pode indicar desses processos é a capacidade de resiliência, consignada às formas de organização coletiva e de solidariedade que se materializam na formação de Quilombos.

A expressão dessa coletividade se fez presente no cenário de surgimento e agravamento da Pandemia de covid-19 (SARS-CoV2),¹¹⁶ nas periferias das grandes cidades, com grandes concentrações de população negra, também nas comunidades rurais com a presença de povos originários quilombolas, percebeu-se uma dinâmica de suporte aos mais fragilizados que tem como base as concepções de apoio pautadas pelo Quilombismo. A ideia de tornar horizontais as relações, para além da caridade, demonstram, cotidianamente, que as populações negras possuem de forma atávica a disposição para a vida comunitária, respeitando a necessidade alheia e amparando em grande espectro, aqueles e aquelas que mais precisam.

E é nesse sentido que esse texto e essa reflexão se tornaram urgentes, pois enquanto a sociedade brasileira não construir outra expressão civilizatória que, de fato, considere a contribuição da população negra em toda a sua plenitude não será possível vislumbrar condições de vida digna e respeito à alteridade e identidade do maior contingente populacional que conforma a demografia do país.

REFERÊNCIAS

LIMA, Mariana. **Pela Persistência da diferença**: desvendando o discurso daqueles que querem nos transformar em uma nação monocromática. 2007. 86 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social: Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

¹¹⁶ É uma doença causada pelo novo tipo de coronavírus identificado neste ano, que leva o nome de SARS-CoV-2. Ele pertence à família de vírus de mesmo nome que causa infecções respiratórias. O vírus tem esse nome porque seu formato, quando observado em microscópio, se assemelha a uma coroa. Disponível em: <https://coronavirus.rs.gov.br/o-que-e>. Acesso em: dez. 2021.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

PEREIRA, André Luis. **O pensamento social e político na obra de Abdias do Nascimento**. 2011. 105f. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O CONTROLE SOCIAL NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL POR MEIO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

Saete Dalt ¹¹⁷

André Augusto Brandão ¹¹⁸

Sidimara Cristina de Souza ¹¹⁹

INTRODUÇÃO

Se olharmos para a história, é possível identificar que a introdução do controle social no Brasil se deu no contexto de redemocratização, após mais de vinte anos de ditadura militar. Foi a partir de 1988, com a reabertura democrática e início de discussão sobre a ampliação do escopo das políticas públicas, que surgiu também a demanda de repensar a gestão da administração pública através de mecanismos que envolvessem a sociedade civil e o governo em um processo de interação para ampliação da participação cidadã e controle dos gastos do Estado.

Segundo Ferlie *et al.* (1996), a temática do controle social, no campo teórico, pode ser entendida de acordo com a perspectiva da chamada Nova Administração Pública e, especificamente no Brasil, podemos tomar como parâmetro o documento que apresentou as bases para a reformulação da administração pública do país, conhecido como “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado” (BRASIL,

¹¹⁷ Pós-Doutoranda em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social. Correio eletrônico: sdalt@uol.com.br.

¹¹⁸ Doutor em Ciências Sociais, professor titular da Universidade Federal Fluminense atuando na graduação e no Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social. Correio eletrônico: aapbuff@globocom.com.

¹¹⁹ Assistente Social, doutora e pesquisadora de estágio pós-doutoral do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social. Correio eletrônico: sidi.mara@hotmail.com.

1995). É fato que existem muitas outras contribuições, porém, as duas referências citadas são de extrema importância para o entendimento do valor da participação cívica para o direcionamento das ações do Estado, assim como para a fiscalização das ações dos gestores.

Nesse sentido, o debate relacionado a efetivação do controle social por meio dos conselhos, em especial os de assistência social, se mostra necessário, principalmente no que concerne aos resultados adquiridos por meio dos dispositivos de participação popular, estruturada no Sistema Único de Saúde (SUS) e reproduzida no Sistema de Assistência Social (SUAS).

É relevante ressaltar que o SUAS tem como base um exemplo de gestão descentralizado e participativo, com o objetivo de regular e organizar as ações pautadas na assistência social no território brasileiro, tendo como base estruturantes: matricialidade sociofamiliar; descentralização político-administrativa e territorialização; controle social; participação popular; monitoramento e a avaliação, entre outros. O sistema terá como principal elemento no processo de implementação a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), outorgada em 2004.

Contudo, é importante ter em mente que ao nos remetermos sobre o SUAS temos que considerar a proposta que está sendo operacionalizada, assim como os elementos pautados sobre criação e mobilização de instrumentos que conduzem a participação da sociedade e explicitam os diferentes contextos que estão em torno da elaboração de determinada política social no Brasil.

A partir da promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) se consolida um grande marco no campo da assistência social brasileira e se insere alguns pressupostos para o exercício da democracia e a proposta de garantia da igualdade e justiça social. Um dos elementos fundamentais da LOAS foi a criação dos conselhos da assistência social como um dos pré-requisitos para que estados e municípios tenham acesso a repasses financeiros do governo federal. Assim, coloca-se em prática também a chamada das comunidades a participar na esfera pública.

No desenho proposto da LOAS, a constituição da política de assistência seria inerente ao princípio de participação da comunidade trazendo reivindicações, contextos e possíveis contribuições dos diferentes agentes e grupos sociais como forma de expressão de seus

movimentos constituintes. Esta participação garantiria ainda uma atualização das formas institucionalizadas e o aprimoramento dos processos de inclusão social. Contudo, devemos questionar: A participação popular acontece? Os conselhos garantem o exercício da participação da sociedade? O controle social é efetivo?

Na tentativa de responder tais inquietações, este artigo busca realizar uma análise crítica sobre a participação de comunidades tradicionais nas instâncias de controle social. Para isso, teve como base metodológica estudo de casos por meio de entrevistas semiestruturadas e grupos focais no intuito de compreender como se materializa o controle social no âmbito da assistência social.

Para cada entidade de controle social analisou-se: as características gerais de constituição e funcionamento; o grau de conhecimento dos atores a respeito do PBF; a relação com os gestores estaduais e municipais; uma avaliação de desempenho por parte dos gestores, conselheiros e beneficiários; a relação com a rede de fiscalização do PBF; as condições trabalhistas; e os efeitos da implementação para o incremento do capital social.

Definiu-se, portanto, dimensões prioritárias, relacionadas entre si, que devem ser investigadas e que correspondem a um conjunto de agentes-chave, tais como: gestores, técnicos, servidores, membros da sociedade civil e dos conselhos de assistência; e que dizem respeito a monitoramento, fluxos informacionais, organização, gestão e implementação dos serviços ofertados, participação e controle social.

O recurso das entrevistas qualitativas a partir de roteiros pré-definidos constitui um meio eficaz para coleta de informações, particularmente sobre as estruturas e funcionamento de um grupo, instituições ou formação social determinada. Este método contribui de modo eficaz na apreensão do “ponto de vista dos atores”, segundo Poupart (2012).

Compreende-se que, do ponto de vista epistemológico, o entendimento expresso pelos atores é parte do universo de significados sociais, das representações sociais, das subjetividades, dos sentidos. Considera-se que tal entendimento é parte do meio social, como afirmam Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2007), da estrutura da qual fazem parte, sendo este social de grande relevância para com-

preensão do segmento (comunidades tradicionais) que será alvo da análise dos dados coletados.

Há de ser ressaltado que, conforme descreve Minayo (2005), a homogeneidade nunca é total e a diversidade deve ser representada e valorizada, ampliando o espectro de informações alcançadas como, por exemplo, os referentes às relações familiares; percepções de mundo; relações com a comunidade; concepção sobre mobilidade e participação social. Tais temas servem como referência para compreender a dimensão dos conselhos na vinculação produzida com os conselheiros, dentre outros vieses analíticos que contribuirão na construção da avaliação.

Para o estudo, foi realizado um levantamento em âmbito nacional com o objetivo de avaliar as esferas de controle social que atuavam junto ao Programa Bolsa Família (PBF). Esta pesquisa foi contratada ao Núcleo de Pesquisas Sociais Aplicadas, Informação e Políticas Públicas (DataUFF). As entrevistas foram aplicadas em sujeitos envolvidos, direta ou indiretamente, em algum órgão de controle social e buscou-se dialogar com gestores, conselheiros, beneficiários da política social, atuantes em algum instrumento de controle social, institucionalizado ou não (como lideranças comunitárias representantes de alguma instituição social, mesmo que não tivesse participação junto ao conselho local) e exercia a função de controlador social do PBF no município. Os grupos focais foram realizados com beneficiários do programa e com integrantes das instâncias de controle social.

Foram investigadas as regiões onde havia maior presença de beneficiários do PBF (Norte, Nordeste e Sudeste) e nessas selecionados doze municípios. Foram usados como critérios de seleção: 1 – Definição de quatro municípios por região demográfica; 2 – Metade dos municípios deveria ser de grande porte (acima de 200.000 habitantes)¹²⁰ e outra metade de municípios de pequeno porte (abaixo de vinte mil habitantes);¹²¹ 3 – Os municípios deveriam possuir variados tipos de instâncias de controle social: conselho de programas remanescentes, conselho setorial associados a diferentes políticas

¹²⁰ De acordo com a definição apresentada no corpo do texto da Política Nacional de Assistência Social de 2004.

¹²¹ *Idem*.

públicas, conselhos específicos de atuação junto ao PBF ou conselhos derivados da relação formada de forma intermunicipal; 4 – Ter alguma população tradicional (ribeirinhos, remanescentes de quilombo, indígenas, etc.) no território do município.

A partir destes parâmetros foram definidos, por sorteio simples, os seguintes municípios: Norte – Santarém e Santa Luzia do Pará (PA), Porto Velho e Costa Marques (RO); Nordeste – Petrolina e Inajá (PE), Caucaia e Monsenhor Tabosa (CE); Sudeste – Conceição do Mato Dentro e Uberlândia (MG) e Santos (SP). Foram realizadas entrevistas em profundidade com os gestores do Programa Bolsa Família e com os gestores municipais e estaduais das políticas sociais da área de saúde, assistência social e educação dos municípios sorteados.

A importância da participação de povos e comunidades tradicionais como os indígenas e quilombolas foram priorizadas no desenho do estudo devido à necessidade do respeito às identidades coletivas e diversidade social brasileira, previstas na Constituição brasileira de 1988. Este reconhecimento trouxe a garantia de inclusão e participação destes povos nestes espaços como marco dentro do campo de direitos sociais.

É necessário sinalizar que a garantia desses direitos na Carta Magna se deu a partir das demandas e lutas de movimentos sociais que vinham discutindo a importância do reconhecimento de direitos sociais para grupos minoritários, mas que são parte quantitativamente majoritária em nossa sociedade, diversos em relação aos costumes e cultura e minoria no que tange ao reconhecimento como sujeitos de direitos. A adesão do Brasil à Convenção n. 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) é um dos resultados destes movimentos e foi fundamental para a garantia constitucional supramencionada.

É importante apontar também a interferência de organismos internacionais, que elaboraram documentos visando garantir mudanças já implementadas em diversos países e a participação dos grupos sociais que eram reconhecidos por sua diversidade, sobretudo, cultural e étnica. Neste sentido, agências como Organização das Nações Unidas (ONU), OIT e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foram fundamentais nes-

te processo à medida que o respeito à diversidade cultural passou a integrar o conjunto de direitos humanos a serem garantidos dentro do sistema de proteção social, influenciando assim seus instrumentos normativos (SHIRAISHI NETO, 2007, p. 123).

A busca pelo reconhecimento de direitos sociais para grupos cuja identidade étnica, cultural, social e econômica diverge do conjunto geral da população brasileira tornou possível não só a perspectiva de dar visibilidade a estes povos como também a participação social através das instâncias de controle social, conselhos e espaços públicos essenciais para o funcionamento do sistema de garantia de direitos essenciais.

O estudo apresentado revela que a introdução do controle social foi, e pode-se dizer que ainda é, marcada por uma cultura que colocava em campos opostos o Estado e a sociedade civil, refletindo a oposição dos anos ditatoriais. Dessa forma, muito da dimensão colaborativa nunca se constitui de fato, pelo contrário, houve reforço de uma lógica de enfrentamento e antagonismo que coloca o executivo e os representantes da sociedade civil em campos opostos. Nos municípios e estados aqui estudados, esta parece ser uma das razões centrais para a ausência de comunicação e interação entre o poder Executivo e sociedade no processo de efetivação do controle social.

Nesse sentido, este capítulo foi estruturado considerando três eixos centrais: a política de assistência social; o controle social e a participação popular.

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Não é novidade que a assistência social no Brasil é marcada por um histórico de pouca representatividade política, sendo socialmente vista como benemerência. Por conta disso, sempre foi uma pauta secundária na agenda governamental. Apenas em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, a assistência social passou a constituir-se como um direito constitucional e, então, a ser entendida como direito do cidadão e dever do Estado.

Há nesse momento um deslocamento do modelo meritocrático (moralização e responsabilização dos indivíduos que não fazem por merecer um trabalho) para a seguridade social, contribuindo para

uma ampliação de direitos e a universalização do acesso. Essa visão deixa evidente o entendimento da seguridade como “[...] um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”, no qual compete ao poder público organizá-lo tendo como um dos objetivos a “universalidade da cobertura e do atendimento” (BRASIL, 1988).

No que tange à previdência temos uma política contributiva, enquanto que, na saúde, regida pelo princípio da universalidade, é possível a todos o acesso independentemente de contribuição. A assistência social, além de não ser contributiva, também se materializa como direito universal. Ela se destina “a quem dela necessitar”, sendo considerada uma política intersetorial para acesso aos direitos sociais. Trata-se de um avanço na base teórico-normativa da área da assistência social no Brasil, mas não significa a erradicação de práticas conceituais conservadoras (ALCHORNE, 2013). Tais práticas silenciaram as discussões que são a gênese da pobreza e da desigualdade social advindas não só da luta de classes — acirrada com a contradição capital/trabalho — como também enraizadas historicamente por manifestações preconceituosas como o racismo, o machismo, a homofobia, entre outras.

Podemos afirmar que a Constituição brasileira inaugura um grande marco em relação ao sistema de proteção social, responsabilizando o Estado pela garantia de direitos humanos e sociais dos indivíduos (SPOSATI, 2009). Entretanto, é necessário entender que a assistência social no Brasil tem sua gênese ligada às ações filantrópicas e clientelistas situadas no campo do favoritismo. Essas iniciativas, ademais, estão vinculadas principalmente às ações da Igreja Católica. É nítido que, no processo de reconhecimento da Política de Assistência Social por meio da Constituição Federal, houve um rompimento significativo com as concepções conservadoras que intitulavam a assistência como ações assistencialistas atreladas à caridade e ações benevolentes.

De acordo com Pereira (2013), os resquícios do conservadorismo da Política de Assistência Social brasileira vêm desde o século XVI com a Lei dos Pobres, instituída na Inglaterra. Segundo a autora, os critérios contrários à proteção social pública são pautados nessa legislação, que a respalda. Esse normativo resguarda medidas como:

- a) A distinção conceitual entre pobreza e indigência, para focalizar a assistência pública nos mais pobres entre os pobres.
- b) A ativação compulsória dos pobres capazes de trabalhar para atividades produtivas, remuneradas, geralmente providenciadas pelo próprio Estado.
- c) A instituição dos testes de meios ou as famigeradas comprovações de pobreza para selecionar os merecedores da ajuda pública dos não merecedores.
- d) A adoção de condicionalidades e do princípio da menor elegibilidade de acordo com o qual o valor monetário dos benefícios sociais terá de ser menor do que o pior salário (PEREIRA, 2013, p. 15).

Tais ações são fortes elementos que estigmatizam e, conseqüentemente, punem os usuários que necessitam da política. Esses preconceitos são reproduzidos na contemporaneidade, pois, conforme enfatiza Paugam (2003), a pobreza é um *status* social que marca significativamente a identidade daqueles que vivem essa situação. Segundo a autora, a pobreza, além de ser um estado de desposuir, também traz sentimentos de inferioridade e desvalorização.

Nesse sentido, a assistência social voltou-se para os grupos de estratos ocupacionais e para aqueles “esquecidos pela própria sorte”, caracterizados como “destituídos”. Para essa última categoria, restavam apenas as ajudas emergenciais compensatórias, acessadas mediante atestado de pobreza. A assistência social era instituída em ações meramente assistencialistas. É por isso que Simmel (1998) critica a política de assistência, conceituando-a como uma ação meramente mitigadora, que tem como foco o bem comum a partir de um posicionamento centralista e teleológico e não leva em consideração o interesse de quem seriam seus assistidos, pois:

O fim da assistência é precisamente mitigar certas manifestações extremas de diferenciação social, a fim de que a estrutura possa continuar a se fundar sobre essa diferenciação. Se a assistência se fundasse sobre os interesses do pobre, em princípio, não haveria nenhum limite possível quanto à transmissão, o que conduziria à igualdade de todos. Mas, uma vez que o objetivo é o todo social — os círculos políticos, familiares ou sociologicamente determinados —, não há qualquer razão para ajudar ao pobre senão a manutenção do *status quo* social (SIMMEL, 1998, p. 49).

Por muitos anos, os usuários da assistência social foram vistos como beneficiados e não como cidadãos de direitos e grande parte dos grupos minoritários ainda parece ser enxergada desta forma. Para muitos, a assistência social só se efetiva por meio dos benefícios eventuais, destinados a situações emergenciais extremas, como o caso do auxílio emergencial criado devido à pandemia de covid-19. A rede de proteção mais eficaz ainda é composta por família, amigos e vizinhos. Todavia, estes também podem ser perpetradores da violência e, além disso, é sempre bom lembrar que entre a população mais pobre se reproduz a lógica da escassez e não da abundância.

De acordo com Mendosa (2012, p. 49), a assistência social brasileira se constituiu, dentro da relação capital-trabalho, como um “espaço paralelo” entre os indivíduos que estão inseridos no mundo do trabalho (em uma lógica de “cidadania regulada”) e aqueles tidos como os “necessitados”. Ambas as categorias são conduzidas pelo assistencialismo, uma proteção calcada no favor, na qual “o grau de reconhecimento da necessidade social é atravessado pela personalidade do mandante” (SPOSATI, 2006, p. 21). Cria-se, assim, uma caracterização da assistência como benevolência do Estado para grupos e pessoas incapazes, gerando um estigma nos usuários dos serviços. Todavia:

O modelo de proteção social não contributivo é uma direção (ou um norte histórico) de um caminho em construção na sociedade brasileira. Supõe conhecer e enfrentar obstáculos no percurso e também não desistir da chegada, pelo fato de ter que realizar mudanças durante o processo (SPOSATI, 2009, p. 17).

No intuito de romper com o conservadorismo em que a assistência social se constituiu, e na tentativa de efetivar e regulamentar os artigos 203 e 204 da Constituição, institui-se, em 1993, a LOAS. Ela determina que é objetivo da assistência social atuar no “enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais” (BRASIL, 1993). A LOAS institui definitivamente a assistência social como um dever do Estado e um direito social não contributivo. Ela ganha respaldo com a PNAS e com as Normas Operacionais Básicas, editadas, respectivamente, em 1997 e 1998.

Em 2003, a LOAS ganha mais amplitude e amparo após a reformulação da PNAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a partir das deliberações da IV Conferência Nacional da Assistência Social, realizada em dezembro do referido ano. O evento envolveu muitos debates organizados em diversas regiões do país. É importante destacar que nessa mesma conferência também foi deliberada a implantação do SUAS. Contudo, as Normas Operacionais Básicas que delineiam as bases do SUAS e o seu modo de operacionalização, por meio da Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social, n. 130, só foram aprovados em 2005.

A Política de Assistência Social tenta romper com a concepção de caridade aos mais necessitados e atuar no campo da garantia de direitos, trazendo a proteção social como um direito de cidadania. Ela amplia a responsabilidade da proteção social na tarefa de viabilizar as seguranças sociais de sobrevivência, no que tange autonomia e rendimento, o convívio e a acolhida familiar (SPOSATI, 2011).

A normativa também tem como norte as diretrizes ancoradas na LOAS. Ela estabelece o SUAS como o novo modelo de gestão da assistência social. O sistema, assim, configura-se no:

redesenho da Política de Assistência Social e na materialização das diretrizes da LOAS, trazendo de novidade a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com responsabilidades compartilhadas e articulação intersetorial, além da organização dos serviços por tipo de proteção (básica e especial) e por níveis de complexidade. A família é o foco de atenção e o território a base de organização (ALCHORNE, 2013, p. 37).

Nesse redesenho a participação popular e o controle social se tornam primordiais para o processo de implementação e avaliação da política de assistência.

CONTROLE SOCIAL E PARTICIPAÇÃO

A década de 1980 no Brasil é marcada pela redemocratização política e a convocação de uma nova assembleia constituinte. Nesse contexto de mudança, a nova Constituição brasileira, promulgada em 05 de outubro de 1988, trouxe na própria legislação a possibilida-

de de combinar formas de democracia representativa com a democracia direta, conforme previsto em seu texto:

Art. 1.º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

[...]

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Nesta passagem, podemos compreender que o legislador está prevendo a participação direta do cidadão por intermédio de três mecanismos institucionais, ainda pouco utilizados no Brasil e que constam no texto constitucional: o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular.

Contudo, merece ser destacado que, embora estes mecanismos ainda sejam pouco utilizados, abre-se para a sociedade civil a perspectiva de se envolver e participar de forma mais efetiva do processo de tomada de decisão, não se restringindo exclusivamente ao voto no processo de eleição de representantes. No bojo desse ideal de participação popular, outras formas de envolvimento da sociedade no processo de tomada de decisões foram surgindo como o *Orçamento participativo* e a formação de *Conselhos Públicos* com composição paritária por representantes governamentais e não governamentais.

Segundo Maria Victoria de Mesquita Benevides (1998, p. 3), “[...] a representação política — legítima e indispensável nas democracias modernas — é uma instituição deficiente para exprimir, com fidelidade, a vontade popular e a realização dos interesses do povo, na multiplicidade de suas manifestações”.

Assim, depois de anos de ditadura com o conseqüente cerceamento das liberdades individuais e do direito a articulação, movimentação e participação das pessoas nos processos de apoderações de decisões, gerou-se uma grande expectativa pela amplificação dos espaços de participação popular, sobretudo, na gestão das políticas públicas.

Essa ampliação pressupõe, por sua vez, uma maior “descentralização político-administrativa” e a possibilidade da efetivação do “controle social das ações governamentais”, como descrevem Campos, Maciel e Pereira (2015).

Partindo desses pressupostos, especificamente do ponto de vista de planejamento, financiamento, gestão e execução dos serviços de Assistência Social, já em 1997, o então Ministério da Previdência e Assistência Social publica, em dezembro, a “Norma Operacional Básica – NOB e Sistemática de Financiamento da Assistência Social” que prevê no texto de apresentação:

Fortalecimento e participação da sociedade, através dos Conselhos, na construção, avaliação e aplicação dos recursos públicos voltados para a área social;

[...]

Neste contexto, cumpre lembrar o papel fundamental desempenhado pelos órgãos representativos dos gestores estaduais e municipais da assistência social, pelos diversos conselhos de assistência social, principalmente pelo Conselho Nacional de Assistência Social, pelos dirigentes de organizações sociais que prestam serviços ou atuam na defesa e garantia de direitos dos beneficiários da assistência social, pelos trabalhadores sociais das diversas esferas de governo, enfim, por tantos e incansáveis profissionais que lutam para tornar a assistência social uma política pública, direito do cidadão e dever do Estado, como preconiza a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (BRASIL, 1997).

Como fica explícito no texto, a NOB/SUAS, já em sua primeira versão, pressupõe o envolvimento do povo na construção da política pública de Assistência Social, seja na esfera federal, estadual ou municipal, dentro do que compete a cada ente da federação. Essa participação, no entanto, atua como conexão entre sociedade e Estado, sendo os conselhos uma representação paritária deste elo.

Nesse sentido, a versão mais atualizada da NOB/SUAS, aprovada em dezembro de 2012 pelo CNAS e publicada e divulgada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, prevê como diretriz estruturante do SUAS o controle social e a participação popular, conforme apresentamos anteriormente, na qual determina que:

Art. 114. A participação social deve constituir-se em estratégia presente na gestão do SUAS, por meio da adoção de práticas e mecanismos que favoreçam o processo de planejamento e a execução da política de assistência social de modo democrático e participativo.

[...]

Art. 116. As conferências de assistência social são instâncias que têm por atribuições a avaliação da política de assistência social e a definição de diretrizes para o aprimoramento do SUAS, ocorrendo no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2012).

A NOB/SUAS prevê, ainda, que a convocação das conferências de assistência social é atribuição precípua do Conselho de Assistência Social, tanto na esfera federal, como estadual e municipal.

Dessa forma, pode-se afirmar que os “conselhos públicos”, como o Conselho de Assistência Social, trazem em si a lógica da valorização e o reconhecimento da importância da participação da sociedade civil nos espaços de diálogo com o poder público. Diálogo esse que se consolida no seio de um ordenamento democrático que se estrutura com base numa lógica popular e coletivista.

Na medida em que a sociedade civil por meio de sua representatividade nos conselhos públicos contribui na definição de diretrizes, na formulação de políticas e na avaliação da gestão, ela exerce de forma efetiva algum controle social sobre as ações governamentais. Concretiza-se como uma das possibilidades de “realização dos interesses do povo, na multiplicidade de suas manifestações” conforme apontado por Benevides (1998, p. 3).

Contudo, surgem desafios nesse contexto, pois, para que os interesses gerais da população prevaleçam, é de fundamental importância que os representantes da sociedade civil não se deixem cooptar por grupos que possam representar o domínio oligárquico já estabelecido e institucionalizado. Como membros integrantes das comunidades onde estão inseridos, esses representantes devem conhecer as reais demandas da população e é preciso que possuam autonomia em relação aos políticos tradicionais e às demandas de grupos de interesses que não correspondam à expectativa geral da sociedade. Daí a importância de terem consciência de seus direitos e de suas obrigações. Além disso, conforme previsto na NOB/SUAS a responsabilidade por garantir a infraestrutura e a logística necessária para que os Conselhos Públicos possam exercer efetivamente suas atribuições é do Município, do Estado e da União, conforme a esfera de atuação de cada Conselho. Nem sempre o investimento, a

disponibilização de espaço físico e a disponibilidade de servidores são adequados ao seu eficiente funcionamento.

Outro aspecto importante que precisa ser abordado é que em espaços de participação como os Conselhos Públicos, além da composição paritária com igual número de membros governamentais e não-governamentais, todos os seus integrantes possuem o mesmo direito a voz e voto. Trata-se de um espaço onde seus membros possuem igual *status* e poder, sem o estabelecimento de uma relação de hierarquia e dependência. O que em termos mais amplos, junto com outros mecanismos, pode propiciar a constituição de uma sociedade. Uma sociedade que Putnam (1993, p. 47) chamou de “sociedade baseada no associativismo horizontal”, e que possui “um grau elevado de engajamento cívico e auto-organização superior às sociedades verticalizadas”.

De acordo com Abu-El-Haj (1999, p. 69), a partir dos ensinamentos de Putnam, o associativismo horizontal é:

fruto de confiança, normas e redes de solidariedade, produziria relações cívicas virtuosas, ao passo que a verticalidade — associativismo dominado por desconfiança, ausência de normas transparentes, faccionismo, isolamento etc. — causa a obstrução da ação coletiva. Ações coletivas horizontais promovem engajamento cívico intenso, produzindo prosperidade econômica e estabilidade política, resultados ausentes das regiões dominadas por associativismo vertical [...].

Para Putnam (1993) as nações onde a sociedade civil é mais organizada e onde seus membros participam de maneira mais ativa e efetiva da vida pública, possuem um melhor desempenho na política e na economia, fator que acarreta uma relação entre sociedade, economia e estado, visto que “sociedade forte, economia forte, sociedade forte, Estado forte”.

Ao estabelecer uma diferença na constituição das sociedades entre aquelas baseadas no “associativismo horizontal” e outras no “associativismo vertical”, Putnam (1993) argumenta que a existência desta diferença está relacionada às especificidades culturais de cada sociedade. Para isso, o autor cita como exemplo a diferença política, social e econômica observada entre os Estados Unidos e as nações da América Latina como um todo. Enquanto os norte-americanos herdaram o ideal de organização social inglês, mais descentraliza-

do e parlamentar, os latino-americanos herdaram o clientelismo, o familismo e o autoritarismo centralizado, tão presentes no ideal de organização social ibérico, conforme apresentado por Putnam (1993) e reafirmado por Abu-El-Haj (1999).

Já James Coleman (1990) destaca que todo contexto social é derivado de uma complementação pautada na relação entre capital físico econômico (dinheiro, patrimônio material, insumo), capital humano (uma relação íntima como o capital cultural, derivado da educação, conhecimento intelectual, preparo técnico) e capital social (derivado das relações de confiança entre os indivíduos). A otimização de um possibilita o desenvolvimento próspero do outro, ou seja, a potencialização do capital físico-econômico e do capital humano pode ser adquirida a partir do aumento de reciprocidade e confiança na comunidade.

Assim, num processo dialético e dinâmico, a multiplicidade de vínculos estabelecidos por meio da confiança na sociedade civil acarreta um processo contraditório, pois ao mesmo tempo que possibilita a fortificação dos seus intervenientes horizontais também enfraquece o estabelecimento de relações verticalizadas.

Segundo Putnam (1993), essa multiplicidade de relações de confiança na sociedade pode se dar de duas maneiras: pela primazia do contexto sociocultural dos povos, fruto de um acúmulo histórico; e pela indução, por parte do poder público, a esse associativismo horizontal. De qualquer modo, para o autor, à medida que o poder público fomenta as iniciativas coletivas e cria os espaços de sua atuação, isso provocaria um maior engajamento cívico por parte da sociedade, valorizando o bem-estar geral.

Putnam (1993), ao tomar por referência uma abordagem conceitual utilizada pelo sociólogo Peter Evans, argumenta que a atuação do Estado deixaria de ser apenas “reguladora da interação social” e possuiria um aspecto “político mobilizador do capital social”. Para o autor, o Estado seria uma única estrutura com grande poder de mobilização – e também de desmobilização – da sociedade civil organizada, sendo que seu sucesso estaria condicionado as condições derivadas de sua autonomia *versus* suas ações diárias em prol dos interesses societários.

Um grande desafio que se coloca para os povos latino-americanos é exatamente o papel e a contribuição do Estado no desenvolvi-

mento desse ideal de sociedade baseada no associativismo horizontal. Todavia, Fox (1992), em seus estudos sobre a organização social, política e econômica do México, observa que no país ocorre exatamente o contrário. Não se trata exatamente do fato de que alguns povos não possuem, do ponto de vista histórico e cultural, uma tradição associativista horizontal. Pior do que isso, trata-se da existência de Estados que reprimem de forma coercitiva e corrupta esse tipo de iniciativa autônoma, impedindo a mobilização coletiva local. Dessa forma, em alguma medida, qualquer sociedade pode desenvolver algum tipo de solidariedade e confiança mútua entre seus membros contribuindo para um associativismo horizontal. O que ocorre é que, em algumas nações, o poder público obstrui essa mobilização coletiva, esvaziando, assim, a possível acumulação de seu capital social.

Ao encontro das observações realizadas por Fox (1992), Evans (1996) apontou três tipos de intervenção por parte do poder público: a predatória, a desenvolvimentista e a intermediária. No modelo de Estado predatório, as intervenções são arbitrárias e coercitivas, de maneira que suas ações são na maioria das vezes para atender as demandas da burguesia e seus adeptos na burocracia estatal.

No Estado desenvolvimentista, a mobilização dos recursos sociais disponíveis é mais eficiente e sintetiza a conexão da autonomia do Estado com os interesses gerais da sociedade organizada. No modelo intermediário há uma combinação de elementos desenvolvimentistas e predatórios (talvez o caso do México e demais países da América Latina). Nele predominam a descontinuidade de ações e uma imensa variedade de resultados para as intervenções do Estado, tornando praticamente impossível sua generalização.

É esse o paradigma que se coloca como o grande desafio para a sociedade brasileira: a construção de uma sociedade mobilizada, consciente, propositiva, participativa, engajada, horizontalmente organizada e comprometida com o interesse público. Em poucas palavras, uma *sociedade forte* para a concretização de um *Estado forte*, como sugerido por Putnam (1993).

Para Evans (1996), a construção de um Estado desenvolvimentista requer uma sociedade que ocupa os espaços de participação existentes, mas, mais do que isso, que cria novos espaços e mecanis-

mos de participação popular, superando definitivamente essa forma de governança verticalizada, centralizada, conservadora e elitista.

Neste sentido, buscou-se trabalhar o controle social enquanto “participação da população na gestão pública, possibilitando aos cidadãos meios e canais de fiscalização e controle das instituições e organizações governamentais, de modo a verificar o bom andamento das decisões tomadas em seu nome” (BRASIL, 2013, p. 9). Compreendendo que houve significativo avanço da participação cívica no Brasil, o que contribuiu de forma decisiva para a expansão do campo das arenas decisórias, cabe mencionar que o controle social atua em dimensões de grande relevância em uma sociedade, no entanto temos ainda muitas limitações a serem vencidas, sobretudo no que se refere à continuidade das ações e participação efetiva das comunidades tradicionais.

Diante de tal conceito, como se materializa o controle social na prática cotidiana?

O CONTROLE SOCIAL NA PRÁTICA COTIDIANA

Em relação aos dados coletados, identificou-se que a maioria das situações que foram pesquisadas no exercício do controle social foram realizadas pelos próprios conselheiros de assistência social de forma espontânea, sem nenhum planejamento tanto em âmbito municipal como estadual. Houve exceção em três casos em que os conselhos de assistência social dos municípios decidiram implantar, sob seu desígnio, uma comissão, mesmo que interna, com o objetivo de monitoramento do Programa Bolsa Família (o que ocorreu nos municípios de Itariri, Santa Luzia do Pará e Porto Velho).

É importante destacar que, desses três exemplos, a pesquisa realizada identificou que a instância de controle social tinha uma autonomia independente do conselho municipal. Em apenas um dos casos, na cidade de Petrolina, o controle social estava relacionado as práticas desenvolvidas por dois conselhos diferentes.

A partir da pesquisa não foi possível perceber um comprometimento entre os gestores em relação ao controle social. Os gestores do Bolsa Família se preocupavam em cumprir as exigências mínimas para operacionalização e continuidade do programa e, neste sentido, a instituição de entidades de controle social só foi um cumprimento nor-

mativo exigido. De forma contrária, essas instituições jamais teriam sido criadas. No entanto, os processos de constituições dos órgãos de controle social não dispunham de investimento algum, ou seja, nenhum incentivo de manutenção ou continuidade e eram submetidos ao interesse político de quem estava na gestão da administração pública. Assim, se o município estivesse sob o controle de representantes partidários autoritários, as ferramentas de controle social seriam praticamente nulas, existindo apenas para obedecerem a protocolos.

É importante salientar que os problemas encontrados para a efetivação do controle social junto a implementação do Programa Bolsa Família não é exclusividade atrelada a essa ação governamental, mas uma tendência que afeta diferentes entidades que atuam no controle social brasileiro, tais como, o Conselho de Criança e Adolescente, o Conselho da Saúde, entre outros de diferentes políticas públicas.

De acordo com Andrade (2001), os problemas e perspectivas do controle social no Brasil perpassam alguns desafios, dos quais destaca: o tradicionalismo centralizador e autoritário dos representantes governamentais; a falta de acesso e disseminação a informação dos conselheiros e beneficiários; além da difusão de princípios políticos que pautam na hierarquia e no individualismo.

Conforme mencionado na introdução deste capítulo, o período de ditadura militar deixou marcas tão profundas que, em um período tão recente de abertura democrática, não seria possível implementar políticas públicas ou programas sem a forte interferência de governos que agregam os elementos de centralização, hierarquia e autoritarismo.

Como efeito de tal processo, o poder Executivo é identificado como uma esfera com mais competência, uma vez que é identificado como mais “preparado”, mais “capacitado” para conduzir a operacionalização e fiscalização/avaliação do Programa Bolsa Família quando comparado com os conselhos municipais de participação. Neste aspecto, o visível despreparo de grande parte dos integrantes das instâncias de controle social reforça tal leitura por parte dos gestores.

Contudo, na perspectiva dos gestores que participaram da pesquisa, mesmo o Executivo tendo maior capacidade implementadora, as entidades de controle social se fazem necessárias. Os gestores afirmaram também que gostariam de vê-las fortalecidas, a fim de

garantir o envolvimento e a mobilização da população na implementação, acompanhamento e fiscalização dos projetos, programas e políticas públicas, assim como outros esforços que visam à melhoria dos serviços. Por outro lado, nas avaliações, os gestores tenderam a desacreditar das instâncias de controle social afirmando que os integrantes destas são despreparados para o desenvolvimento da função.

Com algumas exceções, os dados mostram uma forte tendência de isolamento desses dois atores. Em geral, os Conselhos Municipais de Assistência Social e outros conselhos ligados ao PBF não buscam os gestores do executivo para dialogar, colher informações e muito menos fazer cobranças. Isso se deve a pelo menos dois fatores: 1) uma história de diálogo de pouco ou nenhum sucesso nesse domínio; 2) desconhecimento das funções da instância e mesmo desinteresse. Ao mesmo tempo, de modo geral, os gestores não buscam fortalecer as relações com as instâncias, às vezes alegando que não conseguem se desincumbir das tarefas que lhes são apresentadas. Como isso vem se dando há muitos anos e somente em poucos lugares e em alguns momentos, tem sido objeto de contestação. Verifica-se, assim, uma tendência à naturalização da situação (como o conselho nunca solicita informações ou age, o executivo nada remete para ele) que tende a se reproduzir. Tal cenário requer intervenções fortes, pois é nele que se encontra a raiz de uma série de outros problemas.

Outro problema identificado por Andrade (2001) e que pode ser verificado também nos estudos de caso aqui analisados é que conselheiros e beneficiários têm pouco acesso às informações essenciais ao controle social. Ao longo desta pesquisa confirmou-se o pouco ou quase nulo conhecimento dos representantes dos conselhos sobre os critérios de seleção e permanência dos usuários no Programa Bolsa Família, ou mesmo a respeito da gestão dos recursos recebidos pelas prefeituras e governos estaduais provenientes do governo federal, entre outras questões. Esta situação também é identificada junto aos beneficiários, porém em proporção ainda maior, e se agravando significativamente quando se analisa o segmento de remanescentes de quilombos e indígenas.

Conselheiros afirmaram que a falta de acesso e conhecimento das ações das secretarias de assistência não é algo que os atinge, o que os atinge muitas vezes — e isto ficou muito claro na fala de uma

importante liderança quilombola — é que suas reivindicações, sugestões ou pautas não são levadas em consideração. Assim, tal liderança se sentia desestimulada a participar do Conselho Municipal de Assistência Social.

É possível afirmar que muitas barreiras foram superadas, pelo menos neste estado. Foi possível verificar que os Conselhos se encontram instalados de fato e que, embora enfrentem o desafio de ter pessoas disponíveis para a composição dos conselhos, estão consolidados e procuram cumprir as exigências, sobretudo a de incorporação dos vários segmentos da sociedade na formação dos mesmos, incluindo os povos específicos e tradicionais.

Contudo, observou-se ainda o lastro de valores hierárquicos e patronais que se tornam obstáculos para as relações pautadas em normas que não são pessoais. Esta tradição se faz ainda mais presente nos pequenos municípios, onde todos se conhecem e que grande parte das ações fundamentadas na impessoalidade são caracterizadas como conduta sem nenhuma ou com pouca polidez, acarretando desavenças e até mesmo confrangimentos sociais. Neste contexto, um funcionário da prefeitura que goze de algum poder costuma ser visto pelos moradores da cidade como uma autoridade com quem ninguém quer se indispor.

Desta maneira, o executivo municipal não precisa se esforçar para se impor à sociedade; “naturalmente” os campos de poder — dominante e dominado — já estão estabelecidos. Como causa e consequência deste quadro, há a pequena participação e organização política da população.

Em síntese, as atitudes e valores políticos identificados anteriormente servem para dificultar o avanço no desempenho das instâncias de controle social. Isto reafirma o desafio de democratização dos órgãos públicos e a limitação para o fortalecimento dos conselhos como instrumentos de comunicação e mediação entre a sociedade e os representantes da administração pública dos municípios.

Pode-se afirmar que o desempenho institucional das instâncias de controle social está diretamente relacionado ao tamanho de sua esfera, escopo de representação e atuação. Como causas e consequências de tal componente sociocultural, identifica-se a pouca participação da sociedade, além da pequena porcentagem de repre-

sentantes de grupos e instituições sociais que estão com disponibilidade e espírito favorável a participação comunitária para executarem a função de controladores sociais.

Verificou-se ao longo do estudo a inconclusão ou inoperância dos conselhos, fato que vem se agravando nos últimos anos com o desmonte da política de assistência social e os mecanismos de controle e participação social. Além disso, outro fator que precisa ser considerado é a predisposição do poder Executivo de interferir sobre essa instância.

A ingerência neste caso pode acontecer através da negociação — aberta ou velada — nas esferas de decisões e deliberações dos órgãos. Pode-se afirmar que houve avanço, de acordo com o acesso e inclusão de povos específicos e tradicionais, no entanto, os fatores políticos e socioculturais ainda não permitem participação efetiva deste segmento da sociedade. É urgente a necessidade de diversidade, autonomia e representatividade juntos aos conselhos.

O processo de conscientização coletiva da opressão compartilhada acarreta o fortalecimento dos sujeitos e da comunidade, que se organiza para reivindicar seus direitos e para pensar soluções para melhores condições de vida (YAGIU *et al.*, 2021).

Isto pode ser observado, de forma mais evidente, no fortalecimento das lideranças comunitárias em tempos de pandemia e de gestão ditatorial e neofacista em que foi necessário constituir novas “redes de solidariedade, de iniciativas e respostas comunitárias que, como em outros desafios sanitários já vividos, são elos fundamentais na construção de respostas que têm nos exigido reflexões ininterruptas”, sobre questões como o desmonte da seguridade social e de direitos trabalhistas.

Ainda segundo Yagiu *et al.* (2021), a combinação de participação social e trabalho coletivo possibilitou que lideranças se impusessem como sujeitos da história, cobrando dos governantes e frequentemente assumindo o papel que o Estado tem deixado de cumprir nas demandas de sempre, como a diminuição de desigualdades sociais, e também evitando o extermínio de pessoas.

É fundamental pensar as estratégias político-econômicas de utilizadas nestes quase dois anos de pandemia a fim de “garantir a sobrevivência da população”. Com a suspensão e a facilidade de encerrar contratos de trabalho o governo federal se viu obrigado a orga-

nizar programas assistenciais de “transferência de renda” para evitar danos na rotação do capital assegurando um fluxo de consumo.

Segundo Boschetti e Behring (2021, p. 80), o impacto desta transferência de renda na Assistência Social pode ser observado no aumento significativo de recursos do Fundo Nacional, que foi de R\$ 95,2 bilhões, em 2019, para R\$ 298,7 bilhões, em 2020 (referente aos valores pagos até agosto de 2020). As autoras analisam ainda que os já escassos recursos da pasta que iriam efetivamente para os serviços socioassistenciais “tiveram agressiva redução de 38,6 % entre 2012 e 2018, com a participação no FNAS caindo de 5,6 %, em 2012, para 2,8 %, em 2019, o que se agravará em 2020” considerando os recursos drenados pelo auxílio emergencial.

CONCLUSÃO

A partir da pesquisa identificou-se a importância do avanço para pelo menos um grau intermediário de institucionalização das instâncias de controle social, garantindo a sua existência e efetividade. Foi verificado que há instâncias fechadas por motivos políticos eleitorais e instâncias que só existem nos documentos, mas que não se reúnem efetivamente e não trazem qualquer contribuição para o controle social. Neste aspecto, as instâncias dos pequenos municípios demandam mais atenção. A falta de treinamento dos conselheiros apresentou-se como um desafio até mesmo para as instâncias mais bem estabelecidas. Fazia-se necessário um forte empenho de treinamento continuado para gestores e conselheiros, de modo a imbuí-los a aderir os pressupostos do que tange o controle social e, conseqüentemente, poder disseminar informações consistentes e embasadas dos programas analisados, em especial do Programa Bolsa Família, assim como transmitir conhecimento sobre os direitos e deveres relacionados ao controle social.

A falta de treinamento ainda é um problema, mas há uma maior compreensão dos papéis por parte dos membros. Persiste o caráter autoritário da política que dá acesso, mas não dá voz aos participantes. Neste sentido, o que se deseja afirmar é que houve avanço com a garantia da participação das comunidades tradicionais e

específicas existentes nos municípios investigados, no entanto, suas propostas não são acatadas.

Também se faz necessário aprimorar as condições de trabalho das instâncias de controle social, de forma a contribuir para que os conselheiros tenham acesso à informação e condições para atuarem. Para tanto, é preciso o provimento de uma infraestrutura básica, como: sala específica para o conselho, computador, internet, secretaria, carro e diárias para deslocamentos. Há ainda a reivindicação por ajuda de custo para os conselheiros, que teria como finalidade cobrir os custos de deslocamento (transporte, alimentação) para o exercício da função.

Por fim, merecem destaque algumas iniciativas mencionadas na apresentação dos estudos de caso como a iniciativa da instância de controle social do Estado de São Paulo, que conta com representantes do Ministério Público em seu quadro, em um esforço de aproximar as duas entidades, e o empenho do Conselho Estadual de Minas Gerais em promover cursos sobre controle social para os conselheiros novatos e ainda a organização de encontros entre conselhos municipais para a troca de experiência e busca de soluções conjuntas, ativando a cooperação entre as entidades.

É pertinente lembrar mais uma vez que os desafios a serem vencidos pelo controle social do Programa Bolsa Família também são compartilhados por conselheiros de outras políticas sociais, tal como é possível verificar no texto de Andrade (2001), entre outros.

REFERÊNCIAS

- ABU-EL-HAJ, Jawdat. O debate em tomo do capital social: uma revisão crítica. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 47, p. 65-79, 1999.
- ALCHORNE, Sindely C. A. Vinte anos de LOAS: análise das normativas nacionais. **O Social em Questão**, v. 27, n. 30, p. 25-46, 2013. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_30_Sindely_2.pdf. Acesso em: 4 jul. 2018.
- ANDRADE, Ilza Araújo Leão de. Gestão social e democracia: problemas e perspectivas. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 4., 2001, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: s.n., 2001.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A cidadania ativa**: referendo, plebiscito e iniciativa popular. São Paulo: Ática, 1998.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine. R. Assistência social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Serv. Soc. Soc.**, n. 140, p. 66-83, jan.-abr. 2021.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 22 jan. 2019.

BRASIL. **Lei n. 8.742**, de 07 de dezembro de 1993 [Lei orgânica de assistência social]. Dispõe sobre a Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm. Acesso em: 9 jul. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Plano diretor da reforma do aparelho do estado**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>. Acesso em: 14 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Norma operacional básica e sistemática de financiamento da assistência social**. Brasília, 1997. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs>. Acesso em: 21 jan. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política nacional da assistência social**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.sesc.com.br/mesabrazil/doc/Pol%C3%ADtica-Nacional.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma operacional básica NOB – SUAS**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs>. Acesso em: 21 jan. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Manual de perguntas e respostas sobre a estrutura e funcionamento dos conselhos**. Brasília: CNAS, 2013.

CAMPOS, Edval Bernardino; MACIEL, Carlos Alberto Batista; PEREIRA, Fabiano da Silva. O controle social e a gestão de políticas públicas: a perspectiva dos usuários. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 3. ; ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 10., 2015, Vitória. **Anais** Encontro Internacional de Política Social, 3. ; Encontro Nacional De Política Social. Vitória: s.p., 2015.

COLEMAN, James. **The foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University, 1990.

EVANS, Peter. Government action, social capital and development: reviewing the evidence on synergy. **World Development**, v. 24, n. 6, p. 1.119-1132, 1996.

- FERLIE, Ewan *et al.* **The new public management in action**. Oxford: Oxford University, 1996.
- FOX, Jonathan. Democratic rural development: leadership accountability in regional peasant organizations. **Cultured Change**, v. 23, n. 2, p. 1-36, 1992.
- MENDOSA, Douglas. **Gênese da política de assistência social no governo Lula**. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- PAUGAM, Serge. **Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. São Paulo: Educ; Cortez, 2003.
- PEREIRA, Potyara A. Proteção social contemporânea: cui prodest? **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 116, p. 636-651, out.-dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n116/04.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2019.
- POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução: Ana Cristina Nasser. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- PUTNAM, Robert. **Making democracy work: civic traditions in modern Italy**. Princeton: Princeton University, 1993.
- SIMMEL, Georg. **Les pauvres**. Paris: Universitaires de France, 1998.
- SHIRAISHI NETO, Joaquim. **Direito dos povos e comunidades tradicionais: declarações, convenções internacionais e dispositivos definidores de uma política nacional**. Manaus: UEA, 2007.
- SPOSATI, Aldaiza. O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 27, n. 87, 2006, p. 96-131.
- SPOSATI, Aldaiza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: MDS; UNESCO, 2009, p. 13-55.
- SPOSATI, Aldaiza. **A menina Loas: um processo de construção da assistência social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- YAGIU, Hailton *et al.* Participação social de lideranças comunitárias em um contexto de desigualdade social e no enfrentamento da pandemia da covid-19: um enfoque psicossocial. **Saúde e Sociedade**, v. 30, n. 2, 2021.

FONTES DOCUMENTAIS COMO INSTRUMENTO DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS CATOPÊS NA CIDADE DE MONTES CLAROS

Angela Ernestina Cardoso de Brito¹²²

Este artigo discute o significado das festividades na trajetória de vidas dos líderes dos integrantes do grupo catopês. Para tanto fez-se uso de fontes documentais no sentido de apreender o lugar que a festividade ocupa na trajetória de vida de seus integrantes, e do imaginário da sociedade que os representavam por meio da mídia e documentos locais.

Estudar os Catopês como forma de manifestação das Congadas, na cidade de Montes Claros,¹²³ é, antes de qualquer coisa, um grande desafio. As pesquisas são escassas, os poucos trabalhos existentes versam apenas sobre a musicalidade; enfim, os diversos elementos que integram esse grupo ainda não foram estudados em suas especificidades. A despeito disso, os Catopês, enquanto grupo, expressa a busca dos negros por reconhecimento social; o grupo, em si, constitui um espaço de sociabilidade que ajuda os seus integrantes a lidarem com as dificuldades cotidianas (SANTOS, 2007).

Reis (1996) relata que no interior das irmandades dedicadas a diversos santos católicos, os africanos de diversas nações, além de crioulos e pardos desenvolveram práticas de sociabilidade¹²⁴ e enfrentaram situações semelhantes seja de preconceito e dificulda-

¹²² Docente da Graduação e do Mestrado de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia - UFBA. Estágio pós-doutoral-Centro de Estudos Sociais na Universidade de Coimbra (CES/UC). Correio eletrônico: angela.ernestina@ufba.br.

¹²³ Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unimontes, n. 142/2014.

¹²⁴ Na sociabilidade se reafirma, incessantemente, o reconhecimento, pressupondo investimento de tempo, esforços e mesmo do capital econômico (BOURDIEU, 1998).

des que envolvem o cotidiano. O autor aborda questões relativas à identidade e à diversidade étnica ressaltando que as alianças interétnicas foram constantes na vida dos negros. Assim as celebrações, divisões e conflitos que aconteciam sugerem um conjunto de estratégias sociais que circulavam através do mundo negro desde o tempo da escravidão.

A palavra irmandade pode ser esporadicamente usada pelos dançadores de congada para falar dos filhos da Sra. Rosário, dos tocadores de folia de reis e até mesmo dos integrantes do grupo de alcoólicos Anônimos da cidade, do qual alguns congadeiros também fazem parte (COSTA, 2006). Paralelamente para Reis (1996) a palavra, Ternos e irmandades podem ser vistos como instrumentos de resistência que, guardadas as suas diferenças de estrutura e propósitos, não buscam (ou buscavam) revolucionar ou subverter a ordem social e religiosa estabelecida, mas possibilitar a convivência na diferença sem prejuízo da capacidade de existir.

A Congada pode ser entendida como um ritual que agrega, de um lado, a coroação de reis negros e, de outro, o culto aos santos católicos. Trata-se, pois, de um ritual que promove o entrelaçamento de religiões, bem como a identidade e a memória coletiva de um grupo social. No caso específico de Montes Claros, os santos envolvidos são Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Efigênia e Nossa Senhora Aparecida. O louvor ao santo católico e a coroação do rei negro é o que constrói a especificidade da Festa, diferenciando-a das demais práticas do catolicismo popular.

Outros estudos indicam que o surgimento da Congada no Brasil está associado à chegada de povos africanos — negros escravizados¹²⁵ de origem Banto, oriundos das regiões do Congo, de Moçambique e de Angola.

Souza (2002) pontua que as Congadas auxiliavam na construção das identidades daqueles sujeitos. Assim, os africanos, forçados

¹²⁵ Um dos muitos resultados da diáspora africana é a presença de reis negros nas Américas, representantes de grupos étnicos específicos presentes no interior de quilombos e de irmandades católicas. O estudo das situações em que existiram esses reis ilumina a compreensão de como africanos e europeus interagiram no contexto da colonização americana sob um regime escravista (Cf.: SOUZA, M. de M. e. (2002) "Catolicismo Negro no Brasil: santos e Minkisi, uma reflexão sobre miscigenação cultural". Afro - Ásia, n. 28, p. 125-146).

a se “integrar” à nova realidade, se juntavam em grupos nos quais poderiam recriar suas origens. Diferentes práticas, saberes e memórias religiosas trazidas aqui eram revividas e modificadas de acordo com as especificidades de cada cativeiro. Redes de solidariedade e de alianças eram criadas e novas identidades eram construídas sobre alicerces diversos: identificações étnicas, religiosas, de trabalho, de moradia etc.

Ambas as organizações almejam o reconhecimento social dos seus integrantes, porém as irmandades o faziam num ambiente especificamente urbano, no seio focalizando elementos específicos de pertencimento, organizavam conforme a origem étnica e a condição social dos seus integrantes.

As Congadas do estado de Minas Gerais deram origem às Congadas de pelo menos outros três estados brasileiros: Pernambuco, Espírito Santo e Distrito Federal, neste último durante as décadas de sessenta e 70 do século XX.

Uma das manifestações das Congadas em Minas Gerais são, justamente, os Catopês, na cidade de Montes Claros. Nessa cidade, a Congada (ou os Congados) também recebe o nome de *Ternos*. Em outras regiões mineiras podem ser chamados de *guardas* ou *cortes*. Os Catopês procuram a valorização e a aceitação da sua forma específica de louvor. Não se organizam em termos formais mediante pagamento de anuidades, como nas Irmandades. Também não há registro que oficialize o pertencimento dos congadeiros aos grupos específicos, tal como acontece nas Irmandades. A prioridade das suas ações é a de auxiliar a realização da festa e a manutenção dos Ternos, um compromisso fixado sem documentação ou registro específico tampouco formal.

O ano de 1839 tem sido apontado pela mídia local como o ano do surgimento do grupo dos Catopês na cidade, o que demonstra a sua longevidade. Pela sua relevância, o Terno de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito será enfatizado a seguir. Ele apresenta um conjunto de características particulares que merecem ser destacadas a fim de se compreender na plenitude essa manifestação.

A primeira característica diz respeito ao local de sua origem. Trata-se de uma manifestação originária de negros escravizados e ex-negros escravizados, do próprio estado de Minas Gerais.

Tal como a atuação da Irmandade, que emergiu como uma organização formal estritamente vinculada à Igreja e centralizada na capela construída nas vilas e cidades, os Ternos de Montes Claros estavam associados à Igreja do Rosário, onde se davam os seus rituais.

A Igreja do Rosário na cidade de Montes Claros era frequentada tanto por negros como por brancos, sobretudo nos dias da Festa.¹²⁶ Nessas ocasiões a Congada era vista como *dança de rua*, mas aos congadeiros não era permitido homenagear os santos em outro espaço religioso.

A Congada, em Montes Claros, diferentemente da Congada de outros municípios mineiros, desenvolveu-se no âmbito do catolicismo popular. Assim, enquanto em Serra do Salitre, por exemplo, os membros da Congada eram ligados à Igreja por vínculos formais e pagamentos de taxas, em Montes Claros, os Catopês também estavam ligados à Igreja, mas por vínculos informais, não pagando taxas e não sendo oficialmente registrados na instituição.

Nesse cenário emergiram algumas questões orientadoras dessa pesquisa: de que forma os catopês eram representados pela mídia local e como os documentos os representavam? De que maneira a luta pela construção, pela reconstrução e pela preservação da Igreja à qual estão ligados contribuíram para a manutenção do grupo até a atualidade? Que tipo de acordo e quais atores estiveram envolvidos nas negociações do período compreendido entre 1884 e 1999?

Na tentativa de responder a esses questionamentos o trabalho realiza uma pesquisa documental em torno da construção, demolição e reconstrução da Igreja do Rosário, representada como importante local onde se firmavam alianças, celebrações e trocas comerciais, econômicas e culturais, momentos de tensões em que as identidades foram construídas e reconstruídas.

Como forma de comentar informações referentes à postura da prefeitura sobre a construção e demolição da Igreja do Rosário, assim como para conhecermos o posicionamento do poder local sobre os Catopês, analisamos as Atas da sessão da Câmara Municipal de Montes Claros no período compreendido entre 1961 e 1967. Os docu-

¹²⁶ Embora a Festa tenha iniciada pelos Catopês, com seus desfiles pelas cidades e mesmo a partir de 1978 ter sido intitulada como Festa de Agosto, ainda hoje todos a reconhecem como Festa dos Catopês.

mentos estavam arquivados no Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes/Câmara Municipal de Montes Claros (MG). O período pesquisado, conforme corroboram os relatos orais, situa-se justamente na década em que ocorreu a demolição da Igreja.

Os jornais impressos representam, neste trabalho, fontes para o conhecimento do passado. Foram realizadas visitas no Acervo Especializado da Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes com a finalidade de entender as representações que a sociedade tinha dos Catopês entre os períodos de 1918 a 2001. O trabalho com a imprensa pode constituir numa das possibilidades de resgatar a participação de grupos sociais em contextos específicos. Os jornais, por meio dos discursos, “produzem estratégias e práticas tendentes a impor autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas” (CARVALHO, 2005, p. 149), considerando que “é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 2010, p. 536).

Os impressos têm a função de “despertar as consciências’ e ‘modelá-las’ conforme seus valores e interesses, procurando indicar uma direção ao comportamento político do público leitor” (CAPELATO, 1980, p. 23).

Procuramos resgatar dos jornais os sujeitos agentes da história e captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos impressos, conforme Capelato (1988). O objetivo foi apreender, no campo das representações, aspectos relacionados às formas de pensar, de sentir e de agir (CHARTIER, 2002), servindo como “matrizes geradoras de condutas e práticas sociais” (PESAVENTO, 2005, p. 40), uma vez que as representações não são discursos neutros. Assim, torna-se fundamental, através dos jornais, “identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16).

O texto foi escrito, tendo por base os conceitos de Boudieu, tais como capital social, cultural e econômico, considerados imprescindíveis para revelar as expectativas, práticas de organização e formação do grupo pesquisado. Foram analisadas as Atas da Câmara Municipal da cidade de Montes Claros (MG) e documentos retirados de jornais elementos nos quais as redes de relações que envolviam os Catopês

interligavam não somente as relações objetivas de proximidade no espaço geográfico, mas também o espaço econômico, cultural e social. Elementos inseparáveis que conforme BOURDIEU (1998) são fundadas em torças materiais e simbólicas. Nos documentos encontram-se elementos de situações concretas dessas práticas coletadas em arquivos desde 1923.

REGISTROS DOCUMENTAIS E RELAÇÕES DE PODER

O capital econômico refere-se às condições financeiras, patrimoniais e de renda de cada sujeito e de sua família, sendo um tipo de capital que pode interferir diretamente na opinião e expectativa de cada sujeito, uma vez que as esperanças subjetivas são perpassadas e circunscritas por determinadas condições objetivas. O capital econômico pode ser compreendido como instrumento auxiliar na formação, reprodução e obtenção do capital cultural. (BOURDIEU, 1998).

O capital social (BOURDIEU, 1998; 1998b) envolve um conjunto de trocas simbólicas e de relações que resultam em estratégias de investimento social, orientadas consciente ou inconscientemente. Tais estratégias podem levar a mudanças de relações contingentes em relações necessárias e afetivas, as quais podem proporcionar lucros materiais ou simbólicos ou, por outro lado, reproduzir a ordem social preexistente.

Já o capital cultural é o elemento de herança familiar, constituído por valores, costumes, crenças e ideologias, por elementos que o objetivam e que possuem um valor nas relações de troca. O conceito permite relacionar a construção da identidade às expectativas da trajetória de organização, formação e constituição dos Catopês (BOURDIEU: 1998; 1998b).

Dessa forma, para dar conta de aproximar toda estrutura, funcionamento e classificação desse mundo social, complexo, dos quais fazem parte os sujeitos principais desse trabalho: os Catopês utilizaram-se o conceito de capital social que para BOURDIEU (1998) e definido como:

[...] o conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento mútuos,

ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 1998, p. 67).

Considera-se a intensa movimentação e concentração em torno não somente da organização da festa, mas de tudo que a precedia, envolvendo os integrantes do grupo, os políticos locais, os Clérigos da igreja católica, as pessoas ilustres da cidade, uma rede de extensão e de relações mobilizadas pelo grupo como parte desse capital.

Na Ata municipal datada de 23 de abril de 1833 encontra-se importante informação sobre a Igreja do Rosário. Inicialmente lê-se que na sessão daquela data da Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas, o padre Feliciano Fernandes de Aguiar entra com “comum requerimento” pedindo “concessão de um terreno para edificar nesta Vila, ao pé da Capela principiada de Nossa Senhora do Rosário”. Conforme o referido documento já havia uma “Capela principiada” que localizava no largo de Santo Antônio, hoje conhecida como “praça João Cattoni, no bairro do Rosário Velho”. A Ata diz que embora se encontrasse naquele local nunca teria sido construída inteiramente.

A Ata registrou que em 1839 “José Joaquim Marques pedia licença à Câmara para erigir a Capela do Rosário”, e que o pedido foi para que a igreja fosse construída em outro local não, não mais “onde se encontravam os esteios da projetada ermida”. Assim o pedido foi para que a Igreja do Rosário fosse construída na hoje conhecida Avenida Coronel Prates, “local onde se manteve por mais de um século”. A Ata também registra que:

Embora José Joaquim Marques, naquele tempo Juiz de Paz e agente dos Correios, tivesse a iniciativa da sua edificação, parece que está mais se realizou com o auxílio e o trabalho dos pretos, escravos ou não, pelo que se deduz da leitura dos velhos arquivos. Segundo lenda, no dia 16 de agosto de 1886, falecia no largo da Soledade (praça Dr. Carlos), aos 104 anos de idade, o escravo africano conhecido por Bernardo Coletor, assim apelidado recebia esmolas de outros escravos para a construção da Igrejinha do Rosário. Tinha prestígio entre os companheiros e foi Capitão do Terno Dançante de São Benedito. Condenada na década de 1950, a Igreja do Rosário foi demolida pela Prefeitura de Montes Claros, caindo as suas últimas paredes, pela

ação do trator, a 10 de dezembro de 1960. Quando ainda se achava intacta, trazia indevidamente na sua fachada a data de 1834 (ATA MUNICIPAL de 23 de abril de 1833).

Impossível não notar o registro de negros libertos e escravos participando ativamente na construção da Igreja do Rosário. Bernardo Coletor, escravo, prestigiado, dentre seus companheiros, foi um dos participantes, que recolhia esmolas de outros escravos para construção da referida Igreja.

A Ata de 17 de maio 1839 refere-se novamente a José Joaquim Marques, que na ocasião já havia adquirido a licença da Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas para edificar a Capela do Rosário, “no começo da rua do jatobá, hoje Avenida Coronel Prates”. A Ata documentou mais uma vez que houve uma transferência do antigo, do largo de Santo Antônio, hoje conhecida hoje praça João Cattoni”.

Na Ata de 22 de maio 1839 percebe-se que toda a movimentação era resposta a reivindicações aos devotos da Senhora do Rosário, requerendo lugar para edificação do Templo, o Fiscal da Câmara de Montes Claros de Formigas recomenda que se faça o pedido por escrito:

[...] ficando a rua com 45 palmos de largura, devendo a ova via ter em sua entrada, nesta praça, uma direção reta. A Igreja que se pretendia construir, era a do Rosário, que permaneceu por mais de um século, no início da atual Avenida Coronel Prates, naquele tempo, rua do Jatobá. Trazia indevidamente na fachada a data 1834, sobre a porta principal. Foi condenada pela Prefeitura Municipal de Montes Claros, e por ela demolida em 1960 (ATA MUNICIPAL de 22 de maio 1839).

Na Ata de 20 de abril 1841 registrou-se que em sessão ordinária uma petição da Senhora Rosa Maria de São Pedro, obteve permissão para construir uma capela pública “com a invocação de Santo Antônio”. O registro documentou que depois da permissão da autoridade competente, a Igreja do Rosário já havia sido mudada “há pouco pelos pretos”, e, que foi concedida a assistência de um funcionário da prefeitura para “alinhar”, medir o local, e, que a igreja nunca foi erguida. Observa-se a sempre presença dos negros em todo o processo. Embora as Atas não registrem sempre essa participação, ora ou outra a referência a participação dos negros é registrada, nesses “lapsos” dos

registros, ou de quem registrou as passagens que podemos reescrever essa história.

Vinte e oito de agosto de 1919, a Ata não fala diretamente da Igreja do Rosário, que fica num segundo plano, mas registra-se que na véspera da missa de inauguração da Capela das Almas¹²⁷, houve “à bênção do sino, na Igreja do Rosário”, além da benção, organizou-se uma procissão, com a finalidade de transportar o sino para Capela recém- construída, na antiga rua do jatobá.

Os documentos encontrados que indicam a existência da Igreja em outro local, demonstram não somente a tentativa de retirada dos catopês de vários locais, mas prova sobretudo que os catopês marcaram presença na cidade antes de ser elevada a condição de vila de Montes Claros das formigas em 1831.

O CRUZEIRO E SUA HISTÓRIA

O cruzeiro, que hoje se encontra na frente da atual Igreja do Rosário, é um elemento emblemático, descritos não apenas pelas fontes documentais, mas também nos relatos orais. Para ambos, a presença do cruzeiro na frente da Igreja, tem um valor simbólico; embora a Igreja tenha sido destruída e há certo ressentimento de ambas as partes, o cruzeiro que fez parte da Igreja antiga permanece no mesmo lugar. É como se um pedaço da Igreja ainda estivesse no local.

Nos registros orais colhidos de parentes: filha e sobrinha e de registros informais colhidos de outras pessoas, há sempre a afirmativa de que o cruzeiro que hoje se encontra na atual e “moderna” Igreja do Rosário é o mesmo cruzeiro que fora cravado na primeira e antiga Igreja. “... o cruzeiro antigo esta lá o cruzeiro antigo está ali ele não foi derrubado está no local” (Virgínia de Paula, filha de Hermes de Paula. Entrevista. 24 jan. 2014).

Na Ata de 1 de novembro de 1950 há outra importante informação, indica que o cruzeiro é transferido para a praçinha do Rosário, ao lado da Igreja. O registro mostra que o cruzeiro foi construído em

¹²⁷ Posteriormente o nome de Santuário do Bom Jesus.

1907, por Camilo Luiz de Carvalho e fincado no mesmo ano, na praça antigamente denominada São Sebastião, hoje a Coronel Ribeiro.

Chegaram a Montes Claros, no dia 10 de julho de 1907, os padres redentoristas que aqui vinham fazer pregações, a convite do cônego Carlos A. Vincart. “Enorme quantidade de cristãos, não só da população local como dos povoados vizinhos, correu para assistir às Santas Missões”. No final das missões, que duraram quinze dias, partiram em grupos de três, para pregações nas novas Capelas da grande Paróquia. Nessas pregações e por iniciativa dos próprios Missionários, “projetou-se levantar um Templo a São Sebastião”, após a escolha do local, “fez-se a encomenda de um cruzeiro a Camilo Luiz de Carvalho, que também ficou encarregado de angariar donativos para a realização de obra”. Dessa maneira, foi levantado o cruzeiro, que deveria ficar em frente à Igreja idealizada.

A praça onde foi erguida. O cruzeiro tomou o nome de São Sebastião, e a Igreja devia ser erguida precisamente onde se encontra hoje o Cine Coronel Ribeiro. Em outubro de 1950, “um caminhão desgovernado derrubou e espatifou o velho cruzeiro que havia muitos anos, se achava ao lado da Igrejinha do Rosário, na praça do mesmo nome”. Para substituí-lo, Camilo de Carvalho encomendou o novo cruzeiro que foi transportado para “a pracinha do Rosário e cravado no local onde se achava o destruído”. Assim, Praça São Sebastião, desde o dia 16 de julho de 1919, passara a denominar-se Praça Coronel Ribeiro. O cruzeiro que hoje se encontra na nova Igreja do Rosário não é o mesmo que havia no início.

Somente após dez anos esse registro, tem-se a Ata de 10 de dezembro de 1960, outro registro sobre a Igreja do Rosário, dessa vez registrando a demolição total da Igrejinha do Rosário:

Finalmente concluída pela Prefeitura Municipal de Montes Claros a demolição total da Igrejinha do Rosário, situada no começo da avenida Cel. Prates. Deveu-se a sua construção, em grande parte, aos serviços e auxílios prestados pelos escravos. Estava destinada a ser edificada no Largo do Santo Antônio, hoje praça João Cattoni, que já teve o nome de Rosário Velho, pois ali a Igrejinha, ainda em início de construção, chegou a ter vários esteios assentados (Ata de 10 dez. 1960).

Verifica-se que em 1960 há a destruição da Igreja, e há também indícios de um movimento tentando transferir a Igreja da Praça Coronel Ribeiro e levá-la novamente para o antigo local, no largo do Santo Antônio. Registra-se na Ata de 17 de agosto de 1962, que às vinte horas, na praçinha do Rosário, no início da Avenida Coronel Prates, ocorre “o lançamento da pedra fundamental¹²⁸ do templo que ali será erguido em louvor de Nossa Senhora do Rosário”. O documento marcou que o novo templo teria de estilo moderno, no formato de um barco:

então saiu essa ideia que ela tivesse um formato de uma barca da marujada... ela tem um formato da barca da marujada e dentro teria escrito no altar em neon (deste sarvo casa santa) que é a música dos Catopês... tá chegou chegaram a colocar mas depois quando quebrou era vidro por que quebra mesmo não puseram de nova mas não sei o por que mas tinha lá escrito (deste sarvo casa santa) atrás no lado de fora ficara um moral que seria feito um concurso na cidade para quem apresentasse o melhor mural representando a festa ... que seria feito com azulejo estilo da festa daquela de São Francisco lá de... Belo Horizonte aquela de São Francisco de Belo Horizonte que tem que tem um São Francisco todo no azulejo com os pontos... daquele estilo seria feito baseado naquela e ficaria lindo mas não deram continuidade a igreja nunca terminou (Virgínia de Paula, filha de Hermes de Paula. Entrevista. 24 jan. 2014).

Realizam-se com bastante brilhantismo, este anno, as tradicionais festas de agosto, annualmente aqui celebradas. Na quarta feira houve a de N. Senhora, na catedral, tendo a tarde percorrido as ruas da cidade concorrida procissão. Quinta feira teve lugar na igreja do Rosário a festa de sua padroeira, saindo a rua o reinado, com o costumado acompanhamento (GAZETA DO NORTE, 18 ago. 1923).

Logo, o “capital social”, que não pode ser analisado independente do capital econômico ou do capital cultural, se materializa nas trocas geradoras do inter-reconhecimento implica o reconhecimento de um mínimo de realidade “objetiva” BOURDIEU (1998). Isto significa que, para o reconhecimento das diferentes manifestações do capital deve considerar a capacidade de transformação de cada uma delas,

¹²⁸ “O ato do lançamento da pedra fundamental contou com a presença de autoridades e grande multidão, falando, na ocasião, o cônego Hermano José Ferreira e o historiador Hermes de Paula, incentivador do movimento pró-construção da Igreja” (Ata de 17 de agosto de 1962).

a reciprocidade entre elas, além da inclusão do capital econômico. A materialização dessas trocas geradoras de inter-conhecimento pode ser observada em reportagens das décadas de 1924, 1925, 1930, 1940 e 1950. Em 1941, por exemplo, foi designada uma comissão para organizar a Festa, que aparece também no ano de 1943. A comissão era formada exclusivamente por mulheres “pessoas ilustres” e de importantes famílias da cidade, “[...] para execução da qual foram *designadas varias comissões* organizadoras dos festeiros, nos que tomarão parte senhoras, senhoras de nossa melhor sociedade dos Srs. Jair Oliveira e Rvdm. Padre Osmar Novaes (GAZETA DO NORTE, 16 ago. 1941).

A participação de “pessoas ilustres” continuou durante todas as décadas posteriores. Além da barganha relacionada à vida material e ao trabalho, os Catopês, clérigos e autoridades disputavam entre si para definir os limites da autonomia das organizações culturais negras. A Festa, além de ser polo de atração para pessoas de toda a região, produzia grande lucro para o comércio local. Observa-se no periódico o volume de capital econômico envolvido:

Alem destas religiosas que atraíram a enorme multidão aos templos católicos, as festas profanas regalaram a população que se fartou de aplausos os catopês. As duas marujadas., os caboclinhos em sua passagem pelas ruas, além de lotar os cinemas e encher o vasto largo... lavadas a efeito com o generoso fim de angariar donativos para o acabamento de nossa catedral, altruística e bela ideia, recebida com entusiasmo por toda população montesclarensense que concorreu com a melhor boa vontade. Foram inúmeras as ofertas de gado para ver arrematado nos leilões efetuados em festivais durante os quaes realizaram-se coctails, churrascos, ceias e outras diversões. Inúmeras barraquinhas foram armadas para esse fim, ao lado do parque de diversões, sendo extraordinário o movimento de pessoas que ali se conservaram nesses dias até altas horas da noite (GAZETA DO NORTE, 20 ago. 1944).

No dia 17 de agosto de 1884, o então procurador da Festa de Nossa Senhora do Rosário teve de prestar esclarecimento público sobre os motivos pelos quais não estaria realizando a tão celebrada Festa de Nossa Senhora de Rosário. Ele explicou que o dinheiro que seria destinado a Festa de Nossa Senhora do Rosário seria empregado nas obras de reparo a Igreja Matriz, motivo pelo qual faltou dinheiro para organizar a esperada Festa de Nossa senhora. Esclareceu ainda que a decisão da doação do dinheiro estava em conformidade com os

festeiros, “Ato que merecia louvor”. As explicações se estenderam no mesmo jornal nos dias 24 de agosto, quando a Festa é celebrada:

Tiveram lugar, nos dias 16, 17 e 18, a festa de N. Senhora em sua Capella — e, as de S. Benedito e do Divino Espirito santo — na matriz — com as solenidades do estylo, que terminaram pela procissão costumada; fazendo-se, porem , sentir a falta de musica em alguns actos religiosos (CORREIO DO NORTE, 24 ago. 1884).

No mês seguinte, em 7 de setembro de 1884, o procurador retornou ao jornal e mais vez citou os motivos da Festa de Nossa Senhora do Rosário ter sido realizada sem o brilhantismo dos anos anteriores; “os festeiros concordaram em aplicar o dinheiro na reforma da Igreja matriz”, um ato que, segundo o procurador era “digno de ser imitado, demonstrando fervor religioso”. Percebe-se que a Festa somente aconteceu devido à pressão de outras pessoas que exigiam esclarecimento sobre os motivos da não realização da mesma. Assim o procurador se sentiu provocado a dar explicações públicas.

Essa rede de relações não é um dado natural ou dada para sempre, envolve trabalho permanente de estabelecimento e manutenção, que produz e reproduz relações duráveis capazes de assegurar ganhos materiais ou simbólicos. Assim popularidade e abrangência da Festa foi destaque, desde 1924 e durante os anos posteriores 1946 e década de 1950, “As populares festividades de Agosto, que são assistidas sempre por numerosas pessoas que, não só deste município como dos municípios vizinhos acorrem à nossa, terão certamente o brilhantismo e entusiasmo de que sempre se revestem...” (GAZETA DO NORTE, 11 ago. 1946).

O episódio sugere uma importante conquista de espaço de negociação sob uma sociedade corporativista que refletiam diferenças sociais, raciais e nacionais. Constatase que naquele período o fato de ser integrante do grupo dos Catopés proporcionava aos indivíduos certa ‘circularidade’ entre um local e outro. Essas reportagens remetem a diversos tipos de atitudes em relação à Festa. Revelam grande capacidade de mobilização e organização para um evento em que não deve ter sido poucos os recursos materiais e simbólicos mobilizados, além da energia pessoal e coletiva.

Posteriormente a festa, que passou a ser vista como passatempo inocente, como atração para os brancos no sentido inverso, pode

ser interpretada como capacidade de mobilização dos Catopês, movimentando o poder de concentração de barganha e negociação. A própria arrecadação de dinheiro pode ser entendida como um instrumento de troca: a autorização dos desfiles em troca arrecadação do dinheiro, “Ella não é profana, e dá à igreja alguma renda” (GAZETA DO NORTE, 21 ago.1937).

Pode-se constatar o grande poder lucrativo que a Festa dos Catopês exercia, além de ser centro polarizador e aglutinador de pessoas de todas as regiões, seu poder em captar recursos não somente para o comércio local, mas para igreja, inclusive para a construção da catedral, auxiliando financeiramente a igreja católica, “O movimento da cidade tem sido intenso nestes dias de festas, tendo chegado para assisti-las numerosas pessoas das cidades vizinhas e de todos os recantos do município” (GAZETA DO NORTE, 18 ago. 1934).

A possibilidade de barganhar para organização da Festa, mesmo que, posteriormente fosse inserida “comissões formadas por brancos”, como forma de controle, a mobilização de diversos elementos para auxiliar na arrecadação de dinheiro, como barracas, leilões etc., a possibilidade de reunir um grande número de pessoas de lugares diferentes, indicando o poder de negociação entre negros e autoridades. São dois movimentos contraditórios que se projetam, com inúmeros desdobramentos, sobre a história dos Catopês na cidade de Montes Claros. Uma Festa vista inicialmente como algo que precisava ser controlado. Um evento que causava uma repulsa que se explicava não só pela ininteligibilidade dos significados de tais festejos para uma elite religiosa branca,¹²⁹ mas também pela inegável relação com um universo simbólico ligado à presença do negro. (MONTES, 1998). De outro lado, uma fonte necessária de renda e reafirmação de poder das elites brancas.

Simultaneamente à programação religiosa, era comum que se desenrolasse toda uma série de atrações alternativas anunciadas em programações (às vezes impressas e divulgadas) como danças, coretos, jogos, fogos de artifício, leilões, barracas de jogos, de atrações, de

¹²⁹ As festas dos Catopês pareciam estar numa tênue zona de limite entre o sagrado e o profano, o cristão e o pagão, o institucional e o leigo, o público e o privado, de modo que contrariavam profundamente um catolicismo que, desde a segunda metade do século XIX, procurava se reconstruir a partir dos modelos baseados na fé intimista, professada em um âmbito privado e familiar.

comidas e de bebidas, posteriormente concursos, além da também frequente presença das músicas, danças e batuques (LEONEL, 2009), “Esses festejos constarão de barracas, leilões e outros divertimentos, sendo o produto destinado às obras da nossa Catedral” (GAZETA DO NORTE, 16 ago. 1941).

Mestre Zanza, um dos líderes integrantes dos Catopês, em um dos depoimentos, relata que nos eventos onde envolviam o desfile, o dinheiro arrecadado era destinado ao padre da cidade:

[...] lá antigamente tinha chamada, era sim eu saía daqui pegava meus meninos minha princesa e levava tudo pro reinado. Chegava lá na igreja, ia pro almoço, depois do almoço tinha chamada cada princesa tinha um envelope desse tamanho com uns tustões dentro duzentos reis era pra ajuda. A gente pegava aqueles envelope e entregava pró-padre. Ele chamava padre Amaro... (ZANZA,. Entrevista. 22 abr. 2013).

É possível perceber, a importância da Festa em vários aspectos não somente no cultural, mas também no social e no econômico. Tal debate pode se inserir no que Silvia Hunold Lara chamou de “significados cruzados das festas” (LARA, 2002). Ou seja, não se pode ignorar quem preside em cada conjuntura a organização e a realização dos festejos, o que no caso da angariação de recursos, como discutido neste trabalho, é fundamental para a determinação de quem lucrava com as esmolas e recursos captados pelas práticas das festas. É possível que, no que se refere à realização da Festa dos Catopês em Montes Claros, como sugere as reportagens e os relatos, o dinheiro arrecadado, ou pelo menos parte dele, fosse destinado a Igreja Católica e até mesmo à construção da Catedral.

Nesse campo de poder, repletos de significações operavam autoridades militares, civis e eclesiásticas, damas da sociedade e obviamente os próprios Catopês. Se as autoridades lucravam com o aglomerado de pessoas, os Catopês, por sua vez, aproveitavam as celebrações para praticarem suas tradições culturais, entre as quais a tradição frequentemente reinventada, de se (re)organizarem segundo seus costumes. Assim quando vistos pelo ângulo do que acontecia dentro desse movimento, sugere-se a existência de um conjunto de estratégias sociais que circulavam através do mundo dos negros e a sociedade montesclarenses.

As reportagens colhidas revelam que a Festa de Agosto servia desde a década de 1920 para diversos fins. Havia o que REIS (1996) chamou de “combinação de forças” ou “zona de espaço de negociação” (REI; SILVA, 1989. MACHADO 1989),¹³⁰ algo que os negros aprenderam, como forma de sobrevivência, desde a escravidão. Os estudos mostram que no caso específico das Festas de Montes Claros havia grande poder aglutinador de pessoas, poder lucrativo, sobretudo poder de barganha, negociação e resistência, sem os quais a Festa não teria resistido.

Constata-se que as negociações possuíam também dimensão política capaz ao menos de contrabalancear o equilíbrio de forças contrárias que poderiam lhes ser impostas através das tentativas de intervenção das autoridades locais. Mesmo assim, ainda temos poucos estudos que tenham explorado as dimensões políticas dos conflitos entre esses sujeitos.

A Festa dos Catopês, inserida na Festa de Agosto, organizada em torno da Igreja do Rosário, representou um espaço de relativa autonomia negra, no qual seus membros em meio a Festa, missas e ajuda mútua construíram identidades sociais significativas, no interior de um mundo muitas vezes sufocante e sempre incerto. A Igreja, local de encontro da Festa, reunia os Catopês numa espécie de família ritual, em que os negros discriminados em seu cotidiano podiam se agrupar e representar sua cultura por meio do desfile.

Antes de discorrer para o cenário recente de ocorrência dos festejos dos Catopês, atualmente conhecida como Festa de Agosto, antes mesmo de avançar na discussão de como vivem os representantes da Festa, ou do lugar que ela representa na vida destes sujeitos, ou a importância da participação no grupo como elemento de re-significação sociorracial, serão destacadas as condições objetivas que revelam tentativa de desalojamento dos Catopês do centro da cidade, e das inúmeras tentativas de ‘alojamento’ ou transferência para outros locais periféricos da cidade.

Como se percebe, muitas vezes os festejos e as religiosidades populares foram recorrentemente desqualificados ao longo da história de Montes Claros, quando a promessa da modernidade pare-

¹³⁰ Cf.: CHALHOUB, 1990. LARA, 1987; GOMES, 1995.

ceu reduzir tais manifestações populares a resquícios arcaicos ultrapassados. As práticas religiosas dos africanos e seus descendentes no Brasil foram objetos de nova desqualificação: sob signo do evolucionismo, as religiões afro-brasileiras figuravam como práticas “animistas” e “fetichistas” habituais entre os povos “inferiores”, como eram então considerados negros e índios no Brasil (MONTES,1998).

Nos combates às festas e aos cultos negros assim como a limpeza de elementos identitários e culturais inconvenientes à ideia de ordem, o que estava em debate era o próprio ‘ser brasileiro’ puro e limpo. Estava em jogo a construção de uma nova nação.

Sob a ótica da modernidade, da intelectualização e do evolucionismo, tal concepção instaurada no seio da Igreja Católica tendeu a ver o catolicismo tradicional de cunho popular como “uma etapa ou sobrevivência do passado que, mesmo resistindo à ação racionalizadora inexorável do processo histórico, deverá desaparecer” (STEIL, 2001: p.30). Para isso, promoveu a substituição dos agentes leigos e os destituíram do controle e direção dos santuários, contribuindo também para a desarticulação de muitas irmandades: é o que aconteceu na cidade de Montes Claros onde desde meados da década de 1960, ocasião em que foi iniciado o processo de destruição da Igreja do Rosário, desalojando, temporariamente, os integrantes dos Catopês e os festejos da cidade. E o que SOUZA (2002) chama de ‘passagem do arcaico ao moderno’ e a dialética inerente a esta dinâmica. Segundo a pesquisadora, a própria política oligárquica tradicional e dominante contribuiu enormemente para o desencadeamento de um processo que implicaria posteriormente em sua própria superação.

COMENTÁRIO FINAL

Ao analisar a documentação que retratou, historicamente, a herança imaterial dos Catopês em Montes Claros, foi possível refletir sobre a forma como os Catopês eram representados pela sociedade local por meio de fontes documentais, além de entender a participação sociopolítica naquela cidade. Nos documentos considerados em jornais, encontramos diferentes elementos que nos ajudam a identificar e analisar os mecanismos de organização, mobilização, luta e

resistência dos Catopês relacionadas à sua capacidade de organização, mobilização e sobrevivência.

Os textos e documentos apresentados na pesquisa mostraram este discurso dominado, representados nos jornais, nas atas municipais e nos relatos colhidos. Foram elaboradas teorias das mais diversas para “explicar” os Catopês, sua cultura, seus costumes e modo de viver. Esta ideia está nítida no seguinte argumento de Said (1990): O oriente foi uma das mais profundas e recorrentes imagens do “Outro” para o ocidente. Então, quando os jornais criam um discurso sobre os Catopês, estabelecem uma cadeia de negações: eles incivilizados, antipáticos, brutos, desagradáveis, sujo etc. A afirmação só faz sentido através da diferenciação. É necessário deslegitimar o outro para se legitimar.

A visão de um Oriente misterioso e prodigioso, inventada pelo Ocidente colonizador é desmistificada por Edward Said (1990), quando ele demonstra como a representação dos povos orientais foi importante para própria definição da identidade ocidental na legitimação de seus interesses colonialistas. Quero dizer que, conforme as definições sobre os Catopês foram produzidas e reproduzidas na mídia local, formas de autoridades foram legitimadas sobre os Catopês, ao mesmo tempo em que criaram formas de resistência cotidiana.

Os Catopês participaram para a reorganização das matrizes culturais e religiosas do espaço coletivo montesclareense, ao erigirem a Igreja do Rosário, que passou a ser o principal local de encontro do grupo. Lutar pela sua edificação movimentou a vida de inúmeros negros na cidade. O templo era considerado um espaço sagrado, tornando-se não apenas uma referência religiosa, mas também social e cultural.

Ao elegerem e redefinirem a Igreja do Rosário como local religioso e ponto de encontro, os Catopês se expressaram ao mesmo tempo em que organizaram uma consciência de si mesmos, diferenciando-se dos demais grupos. Isso possibilitou a afirmação dos seus integrantes entre si à medida que se distinguiam dos demais, constituindo um dos elementos importantes para consolidação de um “nós” diante dos “outros”; ou seja, de uma identidade coletiva. Assim foram construindo sua identidade a partir de elementos emprestados da história, da geografia, das estruturas de produção, da me-

mória coletiva, dos fantasmas pessoais, dos aparelhos de poder, das revelações religiosas e das categorias culturais. Mas os indivíduos, os grupos sociais e as sociedades transformam todos esses materiais e redefinem seu sentido em função de determinações sociais e de projetos culturais que enraízam na sua estrutura social e no seu quadro do espaço-tempo (CUNHA, 1999, p. 18).

As investidas contra a Igreja do Rosário significaram diferentes formas de tentativa de retirar dos catopês algo que está simbolicamente atrelado à sua identidade. Estar na Igreja, participar de todas as fases que antecedia a Festa, o ato envolvido em enfeitá-la, as reuniões envolvendo as pessoas, o encontro de negros e brancos, tudo girava em torno da Igreja; as barracas de vendas dos quitutes, as prendas, o desfile, a missa, a rede de solidariedade, enfim, representava toda possibilidade de uma união envolvendo diferentes raças, diferentes classes sociais. Uma rede de solidariedade que somente acontecia na realização nos dias dos desfiles com o desfecho da Festa.

Os Catopês em Montes Claros fomentam um tipo de vivência religiosa pautada na participação e envolvimento do negro com o catolicismo e elementos africanos. Eles atuam como um amálgama de diversas tradições, que utilizando uma lacuna da religião dominante, introduziu elementos da cultura africana consolidando-se como sujeitos. Como tentamos demonstrar neste trabalho, isso aconteceu em decorrência das formas de participação dos integrantes no grupo Catopês. A Herança dos Catopês tornou-se imaterial. Eles fazem parte da identidade de Montes Claros. Foram eles quem propiciou envolvimento diversos e de maneiras diferenciadas, formas de barganha e luta que auxiliaram na sobrevivência do grupo e realização de seus rituais. Por fim, a atividade do grupo tem se projetado para muito além dos próprios Catopês. Ela tem envolvido toda a cidade de Montes Claros que, ao longo de mais de um século e meio, tem participado e sido influenciada pela cultura, formas de agir e de pensar dos Catopês.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel; Brasil: Bertrand, 1989.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 1998.

- CAPELATO, M. H. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EdUSP, 1988.
- CARVALHO, F. L. de. O conceito de Representações Coletivas segundo Roger. In: CHARTIEUR, Roger (org.). **A história cultural: entre práticas e representações**. S.l.: Bertrand Brasil/Difel, 1990.
- CARVALHO, F. L. de. Diálogos. **DHI/PPH/UEM**, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de Quilombolas**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- HALL, S. **A Identidade cultural na pós modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- HALL, S. Da diáspora – identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.
- LARA, Silva. **Campo da Violência**. São Paulo: Paz e Terra, 1987
- LARA, S. H. Significados Cruzados: um Reinado de Congos na Bahia setecentista. In: Carnavais e outra f(r)estas. Campinas, São Paulo: da Unicamp, Cecult, 2002.
- LE GOF, J. O historiador e o homem do Cotidiano. In: **O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval**. Tradução: José Antonio Pinto Ribeiro. Lisboa: 70, 1992 .
- LEONEL, G. G. **Entre a cruz e os tambores: conflitos e tensões nas Festas do Reinado** (Divinópolis – MG). Belo Horizonte: *s.n.*, 2009.
- MACHADO Maria Helena P. T. Em torno da autonomia escrava: uma direção para história social da escravidão. **Revista Brasileira de História**, v. 8, n. 16, p. 143-160, 1989.
- MONTES, M. L. As figuras do Sagrado: entre o público e o privado. In: **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. NOVAIS, Fernando A. (org.); SCHWARCZ, Lilia Moritz (org. do v.). São Paulo: Companhia as Letras, 1998. (História da Vida Privada, v. 4).
- PESAVENTO, S. J. História & História Cultural. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- REI, João dos; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 123.
- REIS, J. J. Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades negras no tempo da escravidão. **Tempo**, Rio de janeiro, v. 2, n. 3, p. 1-33, 1997.
- SAID. E. W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SOUZA. M. M. **Reis negros no Brasil escravista, História da Festa de coroação de rei Congo**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

A QUESTÃO INDÍGENA NO DEBATE DO SERVIÇO SOCIAL

João Bôsco Hora Góis¹³¹

Sidimara Cristina de Souza¹³²

INTRODUÇÃO

Do ponto de vista cronológico, a questão indígena entra na agenda política nacional muito antes do que outras questões identitárias, a exemplo da questão quilombola. Desde o século XVII, segundo Cunha (1994), com as Cartas Régias de 1609 e de 1611, o direito dos indígenas sobre as terras ocupadas é objeto de discussão, ainda que tal direito nunca tenha sido plenamente respeitado.

Será somente em 1910 que assistiremos à primeira protoforma de uma proposta de proteção e reconhecimento dos indígenas como sujeitos de direitos no Brasil, o que se deu por meio do Decreto n. 8.072 que criou o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN). Em 1918, por iniciativa do Marechal Rondon, esse Serviço teve suas funções mais especificadas, passando a ser denominado apenas de Serviço de Proteção Indígena (SPI), tendo como objetivo dar assistência aos indígenas (OLIVEIRA, 1947). O SPI oferecia uma assistência leiga para se contrapor à catequese indígena realizada pela Igreja Católica, tendo como diretriz a separação entre Estado e Igreja e buscando transformar o indígena em um trabalhador “civilizado” (OLIVEIRA, 1985).

¹³¹ Professor Titular da Universidade Federal Fluminense no curso de Serviço Social e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social. Pesquisador 1C do CNPq. Correio eletrônico: jbhg@uol.com.br.

¹³² Assistente Social. Pesquisadora de estágio pós-doutoral do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social. Correio eletrônico: sisi.mara@hotmail.com.

A Constituinte de 1934 determinou que seria competência privativa da União legislar em prol dos “silvícolas”, incluindo-os na vida nacional, além de assegurar-lhes a posse das terras em que estivessem localizados, o que inibia a alienação das mesmas. Esse direito foi também resguardado nos textos constitucionais de 1937 e 1946 (BRASIL, 1996).

Outra medida protetiva foi estabelecida pelo Código Penal de 1940 (alterado pela Lei n. 9.777, de 1998), que aumentava a pena do indivíduo que frustrasse, mediante fraude ou violência, o direito resguardado pela legislação trabalhista aos indígenas, idosos, gestantes, deficientes físicos ou mentais, crianças ou adolescentes, assim como aliciasse trabalhadores, com o objetivo de conduzi-los de um lugar para outro fora da localidade do território nacional. Na década de 1960 tivemos a promulgação da Lei n. 5.371 de 1967 que criou a Fundação Nacional do Índio (Funai), ao mesmo tempo em que extinguiu o SPI (BRASIL, 1996).

Outra conquista digna de nota foi a determinação, em 1969, de que as terras ocupadas pelos indígenas seriam consideradas como patrimônio da União e o assegurado do usufruto exclusivo pelos indígenas dos recursos naturais e de tudo que fosse útil nas terras habitadas por eles. Tal conquista representou um reconhecimento dos indígenas como grupo vulnerável e que precisava de proteção, principalmente no que diz respeito à terra. Além disso, essa medida buscava mitigar a grilagem e ocupação indevida do território deste grupo social.

De acordo com os dados apresentados no documento *Sociedades Indígenas e a Ação do Governo* (1996, p. 27):

A Emenda Constitucional de 1969 aditaria a esse corpo de normas um novo preceito estatuinto a “nulidade e extinção dos efeitos jurídicos dos atos de qualquer natureza que tivessem por objeto o domínio, a posse ou a ocupação por terceiros de terras habitadas pelos indígenas, estabelecendo também que os terceiros ocupantes não teriam direito a qualquer ação ou indenização contra a União e a Funai.

Em 1973 temos a promulgação do Estatuto do Índio (Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973), que foi criado para regular a situação jurídica dos indígenas no que tange à preservação cultural. É importante destacar que o Estatuto ainda foi delineado pela ideia

conservadora de que era necessário socializar o indígena, considerado um selvagem, e conduzi-lo à plena inserção na “civilização” nacional. No que pese esse fato, a aprovação do Estatuto foi uma conquista importante no que diz respeito ao reconhecimento do indígena como sujeito de direito que precisava ser respeitado, Aos índios e às comunidades indígenas se estende a proteção das leis do País, nos mesmos termos em que se aplicam aos demais brasileiros, resguardados os usos, costumes e tradições indígenas, bem como as condições peculiares reconhecidas nesta Lei (ESTATUTO DO ÍNDIO, 1973, art. 1.º, parágrafo único).

O Estatuto também estabeleceu outras definições que merecem ser assinaladas. De acordo com ele e com o Decreto n. 1775, de 1996, as terras indígenas podem ser classificadas em quatro modalidades: terras indígenas tradicionais ocupadas, ou seja, terras que historicamente foram ocupadas por eles em caráter permanente; reservas indígenas, consideradas como terras doadas, adquiridas ou desapropriadas pela União, podendo também ser terras pertencentes ao governo; terras dominiais, que são terras adquiridas legalmente pela própria comunidade indígena; terras interditadas, que são aquelas confiscadas pela Funai para proteção das comunidades indígenas isoladas, no qual fica determinado a restrição de acesso e trânsito de terceiros no espaço assentado.

O Estatuto do Índio definiu como índio ou silvícola “todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional.” Já comunidade indígena ou grupo tribal é definida como “um conjunto de famílias ou comunidades índias, quer vivendo em estado de completo isolamento em relação aos outros setores da comunhão nacional, quer em contatos intermitentes ou permanentes, sem contudo estarem nelles integrados”(art. 3.º, incisos I e II) A concepção de grupo étnico no Estatuto pode ser caracterizada como um elemento que conduz a discussão a um processo de ressemantização. Ele tanto busca dar significado a um conceito, adaptando-o ao momento, muitas vezes enquadrando-o a uma única situação, como também pode ser reformulado a partir das inquietações e divergências apontadas por determinados grupos intelectuais, ativistas e jurídicos. Tais divergên-

cias interpretativas possibilitam a reformulação de novas vertentes de definições, podendo ampliar ou restringir o termo em questão.

Baniwa (2006) afirma que os indígenas são contrários a uma tentativa externa de retratá-los, fator que ressalta a importância da autodefinição como um princípio fundamental do direito identitário. De acordo com Almeida (2010, p. 31), “em toda a América havia inúmeros povos distintos que foram chamados de índios pelos europeus que aqui chegaram”. Esses foram categorizados pelos portugueses com o objetivo de viabilizar os propósitos da colonização, lembrando que no processo de colonização, o ponto de referência nas investidas etnocêntricas era o próprio colonizador.

Em função disso, a identificação do “outro” diferente da referência existente até então se deu de maneira extremamente pejorativa e conservadora, constituindo um fenômeno que se manifesta na contemporaneidade. Isso, por sua vez, reproduziu e ainda reproduz uma “violência simbólica” e preconceituosa que estigmatiza identidades, principalmente aquelas atreladas aos grupos étnicos brasileiros. Segundo Baniwa (2006), o próprio termo “índio” não é uma unidade concreta, não tem significado, o que faz com que seja uma expressão historicamente contraditória do processo de colonização. Até mesmo porque a diversidade que abarca os povos étnico-linguísticos da América Latina não se restringe a um termo tão indeterminado, ou seja, genérico. Contudo, com o tempo, o mesmo termo ganhou tanta relevância que foi incorporado como uma definição tática pelos próprios colonizados/índios no processo de reivindicação política. No Brasil, essa articulação coletiva em prol da causa indígena ganha força nas décadas de 1970 e 1980, em plena efervescência da Ditadura Militar.

As décadas em questão marcaram um longo período de retrocesso no que tange a maneira de entendimento sobre o modo de vida da população indígena e conseqüentemente nas condições de trabalho dos órgãos que deviam protegê-la. No contexto de ditadura, essas instituições foram reconfiguradas, o que acarretou um enfraquecimento delas e redução das suas frentes de atuação (GOMES, 2012). Todavia, neste mesmo momento histórico há uma efervescência dos movimentos sociais, o que contribuiu para um embate, por meio de denúncias e críticas, com o Estado e sua forma de gestão das expres-

sões da questão social. Nos termos de Gramsci (1999), podemos dizer que nas décadas de 1970 e 1980, temos uma “catarse” que deu início ao processo de redemocratização do Brasil, o que incluiu a retomada do debate sobre a questão indígena por meio da articulação e mobilização das organizações que a defendiam, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e as organizações políticas e coletivas dos próprios índios.

Aquela efervescência foi um dos fatores que contribuiu para a instalação da Assembleia Nacional Constituinte e, posteriormente, da promulgação da Constituição Federal de 1988. Essa última reafirmou a competência da União em legislar sobre populações indígenas e determinou ser de exclusiva responsabilidade do Congresso Nacional “autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais”. A Carta Magna estabeleceu também que é função institucional do Ministério Público defender os direitos e interesses dos povos indígenas em âmbito judicial. Um avanço significativo aqui foi o reconhecimento das especificidades culturais e linguísticas indígenas, o que fez determinar que:

Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 2.º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem (BRASIL, 1988).¹³³

Além de assegurar aos indígenas a utilização da sua própria língua no processo educacional formal, o Estado, de acordo com a Constituição de 1988, assumiu como dever garantir o pleno exercício dos direitos culturais, devendo assim proteger as suas manifestações. Apesar de todo respaldo legal protetivo, a questão indígena ainda requer um volume muito maior de atenção, tendo em vista os constantes desrespeitos aos seus direitos, muitos dos quais os mais elementares. Tal desrespeito tem levado alguns analistas da questão

¹³³ De acordo com o IBGE (2010), 37,4 % indígenas com cinco anos ou mais de idade falavam dentro de casa uma língua própria e 17,5 % não falavam o português. Segundo o Censo, temos 274 línguas indígenas faladas por indivíduos de 305 etnias diferente.

(ASCENSO; ARAÚJO, 2020; COHEN, 2019) a falar em genocídio da população indígena brasileira.

Assim como em outras conjunturas já mencionadas, os desafios postos à sobrevivência dos povos indígenas têm sido enfrentados com forte — ainda que desigual — resistência. Ela tem se expressado por meio da articulação e da mobilização dos próprios indígenas via movimentos sociais, intelectuais, ativistas e políticos, assim como pela intervenção internacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A pressão externa de agentes internacionais, que, a partir da década de 1980, passaram a exigir a garantia de direitos para as Comunidades Tradicionais — via Convenção 169 da OIT de 1989¹³⁴ — foi fundamental para o debate sobre a questão indígena no cenário político brasileiro.

Com o objetivo de garantir uma atenção maior aos indígenas e aos povos tribais, alguns países logo se posicionaram favoravelmente à Convenção 169. No Brasil, ela só foi sancionada em 2002, via Decreto Legislativo n. 143, que passou a vigorar em 2003, caminhando a passos lentos para assegurar a garantia de direitos de povos que historicamente foram explorados e marginalizados. Sendo considerada uma conquista para as comunidades tradicionais, em especial para os indígenas, principalmente ao considerar a auto-identificação como critério primordial para a definição dos grupos étnicos, ampliou o número de comunidades indígenas.

Tendo como pano de fundo essas questões — notadamente as contradições entre uma legislação protetiva e práticas violadoras — é que realizamos este estudo, que teve como objetivo principal indagar como a profissão de Serviço Social vem se ocupando da reflexão sobre a questão indígena no Brasil. Para tanto, realizamos um levantamento e uma análise nos periódicos diretamente ligados a essa área de conhecimento e que estavam disponíveis online. Isso nos permitiu identificar uma “cronologia de interesse” sobre a questão e examinar

¹³⁴ Tal convenção teve como princípio defender a preservação da diversidade cultural e o direito ao território de indígenas e de povos tribais.

as tendências temáticas e teórico-metodológicas sobre o tema presentes nos seus periódicos.

Foram incluídos em nosso levantamento as seguintes revistas: *Gênero*; *Temporalis*; *Praia Vermelha*; *Em Pauta*; *Argumentum*; *Emancipação*; *Ser Social*; *Katálysis*; *Sociedade em Debate*; *O Social em Questão*; *Revista de Políticas Públicas*; *Liberta*; *Serviço Social e Sociedade* (somente às versões online); e *Serviço Social em Revista*.

O levantamento foi feito através dos mecanismos de busca dos periódicos, utilizando-se a palavra-chave “indígena”. O período de investigação compreendeu todos os números publicados por cada periódico desde o seu início até o mês de março de 2021. Após o levantamento, os artigos identificados foram submetidos à análise temática (ver Apêndice 1).

É importante destacar que sabemos que ao escolhermos trabalhar com os artigos publicados em periódicos, excluímos estudos publicados em outros canais, tais como os anais de congressos. Mesmo considerando a importância desses, sabemos que os artigos são referências de grande penetração e grande relevância entre os pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento científico.

ANÁLISE QUANTITATIVA

No que pese o genocídio a que vem sendo submetida ao longo do tempo, a história das populações indígenas é marcada pelo signo das lutas em defesa dos seus interesses materiais e imateriais e pela garantia de diferentes direitos. Assim, dadas as características da produção intelectual do Serviço Social nas últimas décadas — ênfase no protagonismo das classes trabalhadoras, valorização da análise da situação de segmentos mais vulneráveis da nossa sociedade, esforço de recuperação da história de grupos oprimidos etc. — a expectativa inicial desse estudo era de que o tema “população indígena” fosse objeto de um grande número de artigos. Essa expectativa não se confirmou, como evidenciado no levantamento que fizemos nas diferentes revistas da área de Serviço Social.

Foram encontrados 41 artigos que, de alguma forma, tratam da questão indígena, o que representa uma média de 2,9 artigos por periódico no intervalo de tempo estudado. O periódico no qual se en-

contra o maior número de artigos é a *Revista de Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão*. Foi nela também que foi publicado o primeiro artigo sobre o tema, em 2001, em periódicos da área de Serviço Social. Essa mesma revista continuou a publicar, anualmente, até 2006, um artigo por ano sobre a temática em questão. A esta seguiu-se a revista *Gênero*, com um artigo publicado em 2002, e a revista *Sociedade em Debate* com um artigo publicado em 2003.

Após esse período inaugural, observa-se um aumento ponderável no interesse sobre as populações indígenas, expresso na publicação de trinta e dois trabalhos, concentrados a partir de 2010. Não se pode dizer que se trata de um número elevado de artigos, mas, ao mesmo tempo, revela um crescimento do interesse por esse tópico de pesquisa dentro das revistas da área de Serviço Social.

Há de se ressaltar que a tímida presença da temática indígena na agenda de pesquisa do Serviço Social não é um fenômeno que se restringe a essa área de conhecimento. Ao realizarmos uma busca no SCIELO, observamos que a área de Ciências Sociais Aplicadas, a mesma na qual está inserido o Serviço Social, apresenta uma pequena produção nos seus diferentes campos disciplinares sobre a população indígena. A busca nesse sítio virtual foi feita utilizando a palavra-chave “indígena” e gerou tão somente setenta artigos.

O pequeno número de artigos sobre a questão indígena no Serviço Social pode ser associado, hipoteticamente, à longa história de invisibilidade dessa população. Não que, como ocorreu com os quilombos, não se abordasse o tema. Mas tratava-se de uma invisibilidade social, aquela que reconhece a existência fática de um grupo e seus problemas, mas não o vê como suficientemente importante para receber tratamento investigativo. Estudos posteriores podem examinar com mais clareza essa hipótese através das seguintes perguntas: o quanto os assistentes sociais sabem sobre a questão indígena? Como tem se dado a inserção dessa temática no processo formativo? O quão marginal é esse assunto nos eventos científicos da área? Também não parece impróprio destacar que a invisibilidade dos povos originários se insere em uma questão de maior amplitude em nossa sociedade: o etnocídio, físico e social, gerado pela recorrente valorização da branquitude que relega outros grupos étnico-raciais ao abandono e esquecimento. Soma-se a isso:

[...] o nefasto mito da democracia racial no Brasil e a constante reafirmação de que os brasileiros não são racistas; ao contrário, constituiriam um povo essencialmente inclusivo e que valoriza a diversidade. Esse modo de pensar transfere as práticas racistas para o terreno da excepcionalidade e, no máximo, do chiste.” (GÓIS; SOUZA, 2020, p. 174).

A tudo isso junta-se outra questão ideo-política de monta que atravessa inúmeros debates. Trata-se, como afirmamos em outro trabalho (GÓIS E SANTOS, 2020), da antinomia entre “classe” e “grupos minoritários” e entre “reconhecimento” e “redistribuição” (DUARTE, 2019), presente em grandes setores do Serviço Social. Assim, com inusitada frequência, mesmo quando se reconhece a presença do racismo, da invisibilidade de certos grupos e do etnocídio entre nós, esses fenômenos são subsumidos na questão da superação das desigualdades entre as classes sociais.

OS TEMAS RECORRENTES E AS ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS MAIS UTILIZADAS

Vistas as limitações quantitativas de estudos sobre população indígena e as hipotéticas explicações para tanto, vejamos agora a apreciação do conjunto dos trabalhos localizados. Nesse momento, buscamos identificar os temas prevalentes e as abordagens teórico-metodológicas mais utilizadas.

Os temas recorrentes

Os problemas enfrentados pelos povos indígenas é um dos temas mais abordados nos artigos compulsados, como pode ser visto, por exemplo, no trabalho de Busarello e Hinkel (2016). Nele são destacadas as dificuldades de desenvolvimento das suas atividades econômicas decorrentes da construção de uma barragem em terras próximas, a qual gerou os seguintes problemas: inundações das áreas de plantio; mudanças para áreas impróprias para a atividade agrícola; inviabilização dos principais meios de subsistência; êxodo para outras terras etc. Ainda no que diz respeito à posse e usufruto digno da terra, temos o problema do avanço das frentes de expansão examinado

no artigo de Prestes e Laroque (2018). Nele, assevera-se que tais frentes retiraram dos Kaingang seus territórios em favor dos imigrantes. Na linha de argumentação que desenvolvem, destacam que:

uma frente de expansão proporciona o contato entre diferentes realidades. Nesse sentido, o contato entre diferentes (indígenas e não-indígenas) é dotado de uma complexa repercussão, que resulta em perdas, mas também em continuidades que foram ressignificadas. Numa frente de expansão, indígenas ou qualquer comunidade tradicional tem o território (que costuma ser repleto de valor sentimental) ameaçado, o que acarreta não só a perda de elementos culturais, mas também, em meios às disputas, vidas são ceifadas (PRESTES; LAROQUE, 2018, p. 316).

Outras grandes obras públicas também impactam negativamente a vida de populações indígenas, a exemplo da construção de rodovias próximas aos seus territórios. (PRESTES; LAROQUE, 2018). Isso, com efeito, altera a dinâmica produtiva das comunidades indígenas, roubando-lhes insumos importantes das suas atividades econômicas tradicionais.

O artigo de Barcellos (2009) também se ocupa dos dilemas vividos pelos indígenas em relação aos seus territórios. Discutindo o contexto capixaba, ele lembra que:

A compreensão da trajetória territorial contemporânea dos tupiniquim — nos últimos quarenta e dois anos, desde a chegada da multinacional Aracruz Celulose S.A (ARCEL) ao seu território — no Espírito Santo exige que se retome a colonização do Brasil, que de fato determinou um lugar de subalternidade aos povos indígenas no processo de construção da sociedade brasileira. Os movimentos de desterritorialização e re-territorialização vivenciados a partir da chegada desse empreendimento aprofundam essa subalternidade, produzindo a erosão do seu modo de vida e comprometendo substancialmente os seus códigos culturais (BARCELLOS, 2009, p. 140).

Outro problema destacado na literatura é o do acesso à água potável, sendo esse problema parcialmente superado, às vezes, por caminhões pipa.

Se a reprodução física dos povos indígenas constitui um tema recorrente, não se pode deixar de salientar que a reprodução simbólica desses também é objeto de apreciação. Assim, é relatada a persistência

de discursos estereotipados sobre os indígenas os quais retiram-lhes suas características próprias e os inscrevem em um mar de suposições sobre suas crenças e modos de vida. Ademais, os indígenas são vistos muitas vezes como “improdutivos”, um “fenômeno do passado”, “obstáculos ao desenvolvimento”, ao contrário do homem branco que é visto como representação do presente e do futuro (BUSARELLO; HINKEL, 2016; SILVA, 2017; BARCELLOS, 2009). Enquanto o primeiro é a representação modelar do arcaico, o segundo o é do progresso e da tecnologia. Essas representações dão margem a ataques aos direitos indígenas e às suas identidades, como bem identificou Silva (2017, p. 449) em seu estudo sobre as ações da bancada ruralista:

O que o deputado chama de “política errada” subte-se que se refere à exigência dos princípios constitucionais que definem a política indigenista em vigência de orientação constitucional: essa deve respeitar a diversidade e pluralidade dos modos de vida indígenas, sem impor o enquadramento, a integração aos padrões de produção e “desenvolvimento econômico” tipicamente capitalista de acumulação.

Trata-se de uma visão integracionista, a qual preconiza a destruição dos modos tradicionais de vida da população indígena e a sua inserção na lógica capitalista de produção. Novamente, está aí em questão a antinomia entre a preservação e destruição das identidades das populações originárias.

Sobreviver nesse contexto discursivo muitas vezes requer adaptação a novos hábitos. Um reescrever-se o qual implica muitas vezes em abandonar suas práticas e “vestir-se” com uma nova roupa-gem. Esse, geralmente, é um processo marcado pela violência e exclusão. Abordando esse tema, Busarello e Hinkel (2016, p. 337) afirmam:

Apesar de ter ocorrido conquistas e terem aberto espaço para esses sujeitos, em Blumenau a mentalidade coletiva apela por uma história inventada para justificar uma postura germânica sobre os povos originários, portanto preconceituosa e discriminatória. Neste contexto, quando o sujeito indígena migra da Terra indígena para Blumenau, ele se depara com uma realidade excludente que, por conseguinte, fricciona sua identidade enquanto indígena Xokleng/Laklãnõ causando-lhe um deslocamento da mesma para que esta se adéque ao discurso branco/europeu.

Isso, ao seu turno, insere-se, como lembra Silva (2017, p. 451), em uma “política de viés integracionista [que] atuou de forma muito contraditória, destruindo identidades, culturas e modos de vida peculiares dos povos indígenas com vista a promover a “integração” pela “homogeneização”. Mesmo quando esse quadro mudou, ainda segundo Silva (2017), com a criação da FUNAI, em 1967, a intervenção estatal junto à questão indígena se deu de forma ambígua, fazendo conviver tendências conservadoras e posturas mais progressistas, ambas associadas ao falso discurso da homogeneização nacional.

A educação poderia constituir um contraponto a esses discursos mais conservadores. Todavia, como destacam alguns artigos, esse é um outro problema significativo enfrentado pelos indígenas. Na cidade de Tabai foi negado acesso a matrícula nas escolas da região sob a alegação de que os indígenas pleiteantes não moravam na cidade. No âmbito dessa discussão, é salientado por alguns analistas a existência de garantias constitucionais de respeito à identidade cultural dos povos indígenas e a necessidade de proteção específica às suas demandas por cultura, saúde, posse da terra e, principalmente, educação. A educação indígena deveria ser modelada para responder às “especificidades deste povo, que, mesmo inserido na sociedade nacional apresenta características próprias, costumes específicos e o direito de tê-los preservados. Assim, a questão da educação é tema de muitas lutas e reivindicações por parte dos Kaingang, já que consideram o acesso à educação pressuposto para o bom relacionamento com a sociedade não índia em geral, para o reconhecimento social e a possibilidade de exercício da cidadania. Por outro lado, sabe-se que a educação escolar foi imposta e representa uma forma colonialista de dominação desses povos.” (PRESTES e LAROQUE, 2018, p. 315).

No que pesem os comandos constitucionais e a legislação infraconstitucional, as populações indígenas ainda têm dificuldades de serem escolarizadas de forma compatível com as suas necessidades e características, notadamente o interculturalismo e bilinguismo. Soma-se a isso a questão de gênero no meio indígena, com clara desvantagem para as mulheres das populações originárias de acessar níveis de escolaridade mais altos. Isso decorre, como sublinham Faustino, Novak e Lança (2010), do fato de que as meninas indígenas, à medida que chegam na adolescência, casam ou são requeridas a

realizarem tarefas domésticas, como o cuidado dos irmãos mais novos, gerando uma alta taxa de evasão escolar.

Tudo isso, por sua vez, remete a dificuldades mais amplas de atenção a crianças e jovens indígenas, como se vê no artigo de Orzechowski et cols (2020). No seu trabalho eles salientam a necessidade de se refletir sobre a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente ao contexto cultural dos povos originários, respeitando as suas particularidades. Sobre isso, asseveram que:

A discussão a respeito da aplicação do ECA nas áreas indígenas não suprime o reconhecimento do fato de que há séculos as populações indígenas cuidam das suas crianças, independentemente de qualquer Estado. Ou seja, é preciso reconhecer que esses povos possuem conhecimentos e formas próprias de ensinar, aprender e proteger suas crianças e adolescentes. Isso acontece porque as culturas indígenas possuem valores, práticas culturais, costumes particulares em relação à sociedade não índia. Em alguns casos, é notável o choque cultural quando analisados alguns costumes indígenas à luz dos direitos da criança e do adolescente e, por conseguinte, dos direitos humanos. (ORZECZOWSKI *et al.*, 2020, p. 4).

Outro problema de monta que é considerado é o do acesso à saúde. Por exemplo, também em Tabai, foi negado atendimento médico aos indígenas sob a alegação de não residirem na cidade. A esses aspectos legais somam-se outros de natureza subjetiva relacionados às representações negativas sobre a população indígena. Zucco e Ril (2018), referindo-se às mulheres, consideram que no trânsito dentro das instituições de saúde, esta população vai sofrer um apagamento das suas especificidades levando, portanto, ao esquecimento das suas particularidades enquanto povo. Ademais, nesse contexto, as mulheres indígenas não são reconhecidas como sujeitos, o que vem acompanhado de comentários derogatórios e o possível esquecimento da sua condição de sujeito portador de concepções de saúde/doença que distoam do paradigma ocidental. Um exemplo disso é a “proibição” de mulheres indígenas parirem de cócoras, o que é compatível com seus valores e cultura (ZUCCO; RIL, 2018):

[...] isso significa que o próprio contato cultural com as tecnologias de saúde ocidentais pode representar uma forma de opressão, na medida em que, no exemplo trazido aqui, medicalizar e tentar engendrar os corpos das mulheres inseridas em outros contextos socio-

culturais nos padrões de assistência ocidentais podem invisibilizar suas experiências de vida e normatizar suas concepções e vivências de saúde. (ZUCCO; RIL, 2018, p. 132)¹³⁵

Ainda sobre os problemas apresentados, não se pode deixar de lembrar que alguns artigos destacam a violência, a qual, muitas vezes, descamba para a morte e encarceramento ilegal de indígenas, além da pobreza extrema, do analfabetismo, fluxos migratórios intensos etc. Trata-se de um processo de longa duração histórica associado ao modelo colonialista implementado ao longo da América Latina. Tal processo, lembram Lima e Gambetta (2020, p. 93) fundou uma “nova cosmovisão e práticas sociais que classificam e tutelam os povos indígenas e as populações africanas escravizadas, considerando-os seres inferiores e inaugurando uma forma de violência sem precedente na história.” Ademais, lembram elas, “que essas práticas se mantiveram ao longo do tempo e estão vigentes na nossa atualidade.” (2020, p. 93).

Além dos problemas de vontade política e preconceito, a ausência de implementação de políticas mais adequadas para a população indígena pode ser decorrente da falta de conhecimento sobre ela. Muitas vezes existe o real desejo de incorporá-las, mas isso é feito de modo inadequado. Um exemplo disso foi dado por Souza (2011, p. 271), ao falar do Sistema Único de Assistência Social (SUAS):

[...] a assistência social alargou seu campo de atuação, incluindo público dantes não alcançável por ela, como a população indígena. Contudo, isso se deu sem uma reflexão maior das especificidades dessas demandas, ficando os municípios, antes responsáveis pela execução direta dessas ações, com o papel de responder a essa nova missão. Os limites que já eram pertinentes à gestão municipal, se ampliaram no que tange às ações aos indígenas: estrutura, pessoal, financeiro, e, sobretudo, capacitação dos trabalhadores da assistência social.

¹³⁵ Com efeito, como destacam Faustino, Novak e Lança (2010), há uma grande invisibilidade da mulher indígena nos estudos acadêmicos. Além disso, lembram Lima e Gambetta (2020, p. 99), “As mulheres indígenas e negras fazem parte de uma grande engrenagem de fantasia colonial que opera, por um lado, pela hiperssexualização, mas, por outro, empurra-as para zonas de não ser”. Essa invisibilidade, contudo, não obscurece o fato de que as mulheres indígenas quase não detêm parcelas significativas de poder político em suas comunidades e que inexistem espaços comunitários onde elas possam discutir seus problemas. Ao mesmo tempo, como ressaltam Lima e Gambetta (2020, p. 91), violência e invisibilidade têm sido enfrentadas com “processos de resistência viscerais protagonizados por mulheres negras e indígenas, sua força e a capacidade de reorganização dos campos de luta na América.”

Por fim, lembra-se quem são os agentes da violência: grileiros, grandes proprietários rurais e membros do Congresso Nacional.

Se os problemas enfrentados pelas populações indígenas são recorrentes nos artigos, o mesmo não se pode dizer em relação às formas de resistência que elas apresentam aos desafios estruturais e conjunturais de sobrevivência cotidiana. Isso, contudo, não significa que esse tema não seja abordado. Talvez a principal forma de resistência seja relativa à defesa do território, como feito pelos Kaingang ao intensificarem suas lutas para a retomada de seus territórios tradicionais e obterem melhores condições de vida. Nesse fazer, contam, às vezes, com apoio de membros da alta burocracia do poder executivo federal e do Ministério Público. Os resultados das suas ações contribuem significativamente para mitigar os problemas que se lhes apresentam:

Suas solicitações foram atendidas. A Prefeitura de Lajeado cedeu-lhes um espaço no Bairro Jardim do Cedro, um lugar mais tranquilo, que conta com uma pequena mata, onde é possível coletar alguns frutos e materiais para a confecção do artesanato. Ademais, os Kaingang receberam do Poder Público, algumas casas onde, inicialmente, foram instaladas seis famílias. Atualmente, lá vivem mais de vinte famílias: por isso mais casas foram construídas pelos próprios indígenas[...]. Sabe que o espaço não é adequado, pois, para a realização de algumas práticas culturais, seria necessário um espaço maior (PRESTES e LAROQUE, 2018, p. 318).¹³⁶

Outra conquista digna de nota é a implantação de escolas dentro das próprias comunidades indígenas, o que pode estar expressando reconhecimento das comunidades em questão, respeito aos seus valores e desejo de estabelecer relações entre indígenas e não indígenas baseadas na horizontalidade do poder. Esse diagnóstico, todavia, ainda está por ser melhor examinado, pois as escolas implantadas nas comunidades apresentam, para além dos problemas gerais do sistema educacional, outros entraves à oferta de uma educação de qualidade.

¹³⁶ Registre-se também, sob a resistência em relação a ocupação dos seus territórios o trabalho de Barcellos (2009).

As formas de resistência são, com alguma frequência, remetidas ao enfrentamento da sempre presente violência contra os povos originários. É que faz Silva (2017, p. 451), ao afirmar que:

Em termos históricos, a relação entre instâncias de poder e povos indígenas no Brasil sempre foi marcada pela violência e destruição física e cultural dos povos originários. Depois de séculos de genocídio e denúncias internacionais da atuação da política indigenista do Regime Militar, despontam entre os anos 1970 e 1980 a organização e formação política dos povos indígenas e a atuação de instituições não estatais com visões mais progressistas. Importante momento que possibilitou questionar e recusar a ação indigenista positivista, assimilacionista e integracionista vigente até o fim da Ditadura Militar.

Dois comentários finais. O primeiro é a ausência, nos artigos analisados, de um discurso mais propositivo em relação aos problemas identificados, associado a uma escassez de discussões sobre políticas públicas contemporâneas hoje dirigidas a eles. Isso somente vai acontecer de forma mais sólida no trabalho de Orzechowski *et al.* (2020).

Uma segunda questão a ser destacada diz respeito à escassez de análises teóricas de maior fôlego sobre a questão indígena associando-a a conceitos e teoria diferentes sobre direitos humanos, como se vê no trabalho de Muñoz (2006) e de Lima e Gambetta (2020) no qual a questão indígena é associada com raça e gênero dando continuidade a uma discussão inaugurada por Lisboa (2013).

Abordagens metodológicas

Quanto às abordagens teórico-metodológicas que fundamentam as pesquisas que geraram os artigos recuperados, cabe aqui observar o lugar ocupado pela etnografia. Ela representa um importante suporte flexível e transdisciplinar para o estudo das sociedades indígenas, visto que contribui para a compreensão de elementos que perpassam a formação social brasileira e, conseqüentemente, do panorama de concretização de direitos dessas sociedades. Vale destacar que o exame da história indígena permite o desenvolvimento de estudos com fontes bem diversificadas, além de dialogar intimamente com a Antropologia e a Sociologia, o que faz com que as bases teóri-

co-metodológicas dos estudos analisados sejam respaldadas nessas principais áreas do conhecimento.

No que diz respeito às fontes utilizadas, cabe destacar a forte presença de pesquisas com material inédito, compostos com base em fontes etnográficas, como observação direta ou participante, entrevistas e poesia indígena (FAUSTINO; NOVAK; LANÇA, 2010; RESINA DE LA FUENTE, 2011; OLIVEIRA; ROSA, 2014; PEREIRA, 2015; BUSARELLO; HINKEL, 2016; PEDRO; SANTOS, 2018; PRESTES; LARROQUE, 2018; ANDRADE, 2019; ANDRADE, 2020; OLIVEIRA *et al.*, 2020), documentos históricos do período imperial (COELHO, 2002) e documentos que concretizam políticas públicas indigenistas no Brasil, como a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e as Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Indígena (COELHO, 2001; 2003; 2004; 2009; LEITE; BERTOLANI, 2009; APARICIO, 2012; ORZECOWSKI *et al.*, 2020).

Há também — em geral, sob a forma de ensaio — trabalhos desenvolvidos a partir da revisão de literatura ligados, direta ou indiretamente, às questões de garantia de direitos constitucionais das populações indígenas (COELHO, 2006; PRATA; ANDRADE, 2020).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ligia Karina Martins de. Narrativa do Teko Porã na poesia de Brígido Bogado. **Revista Emancipação**, Universidade Estadual De Ponta Grossa (Uepg) – Paraná, v. 19, n. esp., p. 83-92, 2019.

APARICIO, Adriana Biller. Cosmovisão indígena e “novos” direitos: aportes da demarcação da Terra Guarani Morros dos Cavalos. **Revista de Políticas Públicas**, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, São Luís, v. 16, n. esp., p. 403-408, 2012.

ASCENSO, J. G. S.; ARAÚJO, R. B. Genocídio indígena e ecocídio no Brasil. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, ed. 372, 17 dez. 2020. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/artigo/genocidio-indigena-e-ecocidio-no-brasil/>. Acesso em: 22 maio 2021.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/Unesco, 2006.

BUSARELLO, Flávia Roberta; HINKEL, Jaison. A cor canela e a cidade loira: um estudo de caso sobre a identidade dos povos originários no contexto urbanizado de

Blumenau. **Revista Emancipação**, Universidade Estadual De Ponta Grossa (Uepg) – Paraná, v. 16, n. 2, p. 330-343, 2016.

BRASIL. Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 18 nov. 2021.

BRASIL. **Convenção n. 169**. Sobre Povos Indígenas e Tribais e Resolução Referente à Ação da OIT/Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011. v. 1. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3764>. Acesso em: 13 jan. 2015.

BRASIL. Lei n. 9.777, de 29 de dezembro de 1998. Altera os arts. 132, 203 e 207 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9777.htm. Acesso em: 24 nov. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: s.n., 1988.

BRASIL. Decreto Legislativo n. 143, de 2002. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2002/decretolegislativo-143-20-junho-2002-458771-convencao-1-pl.html>. Acesso em: 11 out. 2021.

BRASIL. Decreto n. 1.775, de 8 de janeiro de 1996. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1775.htm. Acesso em: 15 jun. 2021.

BRASIL. **Sociedades indígenas e a ação do governo/Fernando Henrique Cardoso**. Brasília: Presidência da República, Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Justiça; Fundação Nacional do Índio, 1996.

COELHO, Elizabeth Maria Beserra. As novas políticas indigenistas de educação. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 5, n. 1-2, p. 22-37, 2001.

COELHO, Elizabeth Maria Beserra. Políticas indigenistas: o papel da igreja no processo “civilizatório” no Maranhão provincial. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 6, n. 2, p. 9-22, 2002.

COELHO, Elizabeth Maria Beserra. Políticas públicas indigenistas em questão: o dilema do diálogo (im)possível. **Revista de Políticas Públicas**, v. 6, n. 2, p. 201-220, 2003.

COELHO, Elizabeth Maria Beserra. O novo cenário do campo indigenista: tensões e conflitos. **Revista de Políticas Públicas**, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, São Luís, v. 8, n. 1, p. 27-42, 2004.

COELHO, Elizabeth Maria Beserra. Ações afirmativas e povos indígenas: o princípio da diversidade em questão. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 10, n. 2, p. 83-94, 2006.

COELHO, Elizabeth Maria Beserra. Novas formas de gestão das políticas indigenistas **Revista de Políticas Públicas**, v. 13, n. 1, p. 89-97, 2009.

- COHEN, Mary. O Genocídio dos Povos Indígenas – Uma Tragédia Anunciada. **Amazônia Real**. 2019. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/o-genocidio-dos-povos-indigenas-uma-tragedia-anunciada/>. Acesso em: 13 maio 2021.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. O futuro da questão indígena. **Estudos Avançados**, São Paulo-SP, v. 8, n. 20, 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/PTkcvwct-sL79NTcmSF3BT7C/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 18 nov. 2021.
- DUARTE, Francisco José Mendes. Política Social e a Antinomia entre Reconhecimento e Redistribuição. In: GÓIS, João Bôsko Hora; SOUZA, Sidimara Cristina de (orgs.). **Temas de política social: análises e discussões**. Curitiba: CRV, 2019. (Coleção temas de política social: análises e discussões – v. 1).
- FAUSTINO, Rosangela Celia; NOVAK, Maria Simone Jacomini; LANÇA, Vanessa de Souza. Educação, trabalho e gênero na sociedade indígena: estudo sobre os Kaingang de Faxinal no Paraná. **Revista Emancipação**, Universidade Estadual De Ponta Grossa (Uepg) – Paraná, v. 10, n. 1, p. 341-350, 2010.
- GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Contexto, 2012.
- GOÍS, João Bôsko Hora; SOUZA, Sidimara Cristina de Souza. A produção de conhecimento sobre grupos vulneráveis no Serviço Social: o caso dos quilombolas. In: GOÍS, João Bôsko Hora; SOUZA, Sidimara Cristina de Souza. **Serviço Social e Pesquisa**. Curitiba: CRV, 2021.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **O Brasil Indígena**. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/o-brasil-indigena-ibge-1>. Acesso em: 24 nov. 2021.
- LEITE, Izildo Corrêa; BERTOLANI, Marlon Neves. O respeito à diferença: contribuições da teoria das representações sociais para as políticas de saúde voltadas a populações indígenas. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 13, n. 2, p. 291-301, 2009.
- OLIVEIRA, Adalberto Luiz Rizzo *et al.* Políticas indigenistas, desenvolvimento e territorialidades indígenas no Brasil atual. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 24, n. esp., p. 577-597, 2020.
- OLIVEIRA, Raimunda Nonato da Cruz; ROSA, Lucia Cristina dos Santos. Saúde indígena em tempos de barbárie: política pública, cenários e perspectivas. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 18, n. 2, p. 481-496, 2014.
- OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **Indigenismo e Territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998, 310 p.
- Oliveira, Humberto de. **Coletânea de leis, atos e memoriais referentes ao indígena brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

ORZECZOWSKI, Suzete Terezinha *et al.* O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e as crianças e adolescentes indígenas: notas de estudo. **Revista Emancipação**, Paraná, v. 20, n. esp., p. 1-14, 2020.

PEDRO, Viviane Vazzi; SANTOS, Rosimeire de Jesus Diniz. Povos tradicionais e indígenas no Maranhão: violência, fronteiras territoriais e margens da normatização. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 22, n. esp., p. 1387-1406, 2018.

PEREIRA, Diego Rodrigo. Os desafios para a participação canela na saúde indígena. **Revista de Políticas Públicas**, v. 19, n. 2, p. 489-496, 2015.

PRATA, Daniele Gruska Benevides; ANDRADE, João Tadeu de Andrade. Políticas públicas de atenção à saúde indígena no Brasil: contribuição a um debate permanente. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 24, n. 2, p. 878-897, 2020.

PRESTES, Fabiane da Silva; LAROQUE, Luís Fernando da Silva. O direito à educação escolar indígena intercultural e bilíngue do povo Kaingang do Vale do Taquari (RS). **Revista Emancipação**, Paraná, v. 18, n. 2, p. 313-324, 2018.

RESINA DE LA FUENTE, Jorge. Más allá de la ciudadanía étnica. La plurinacionalidad como propuesta de democratización de los pueblos indígenas: el caso de Ecuador. **Revista Emancipação**, Paraná, v. 11, n. 2, p. 237-251, 2011.

APÊNDICE 1. ARTIGOS QUE DISCUTEM A QUESTÃO INDÍGENA

REVISTA	TÍTULO DO ARTIGO	VOL. E Nº	AUTOR/A	BIOGRAFIA DO AUTOR
	MULHERES MIGRANTES DE ORIGEM CABOCLA E SEU PROCESSO DE "EMPODERAMENTO".	VOL. 2, N.2, 2002	TERESA KLEBA LISBOA	ASSISTENTE SOCIAL. PROFESSORA DA UFSC.
GÊNERO	MULHERES INDÍGENAS E SAÚDE: UMA ANÁLISE DO DISCURSO CIENTÍFICO À LUZ DA CRÍTICA FEMINISTA E DOS ESTUDOS DE GÊNERO.	VOL. 18, N.2, 2018.	LUCIANA PATRÍCIA ZUCCO, STEPHANY YOLANDA RIL	DOCTORA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE (UFJF), PROFESSORA DA UFSC, ASSISTENTE SOCIAL.
	"PAREM DE NOS MATAR": A BIONECROPOLÍTICA GENDERIZADA E A PERSISTÊNCIA DE MULHERES INDÍGENAS E NEGRAS NA AMÉRICA LADINA	VOL.20, N.2, 2020.	FÁTIMA LIMA	PROFESSORA ASSOCIADA NA UFJRJ
TEMPORALIS	CONSERVADORISMO, BANCADA RURALISTA E INDÍGENAS	VOL. 17, N.34, 2017	JULIA GAMBETTA ARAÚJO SILVA	PROFESSORA ADJUNTA NAS FACULDADES INTEGRADAS MARIA THEREZA, INDÍGENA DO POVO PANKARARI, DOUTORANDA EM SERVIÇO SOCIAL NA UFPE
PRAIA VERMELHA	LUTAS POR DIREITOS EM CAMPOS DE PODER: EM FOCO, O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS-RJ	VOL.30, N.1, 2020	LUDMILA MARIA MOREIRA LIMA	PROFESSORA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIRIO. DOUTORA EM ANTROPOLOGIA (UNB)
EM PRAUTA	A QUESTÃO INDÍGENA NO SERVIÇO SOCIAL: UM DEBATE NECESSÁRIO NA PROFISSÃO	N.46, 2020	WAGNER ROBERTO DO AMARAL JENIFER ARAUJO BARROSO BILLAR	GRADUADO EM SERVIÇO SOCIAL. MESTRE E DOUTOR EM EDUCAÇÃO, PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL UEL GRADUADA EM SERVIÇO SOCIAL PELA UEL MESTRANDA PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL DA UEL
ARGUMENTUM	TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES TUPINIQUEM	N.24, 2009	GILSA HELENA BARCELLOS	ASSISTENTE SOCIAL. MESTRE EM PSICOLOGIA SOCIAL PELA UFES. DOUTORA EM GEOGRAFIA PELA UFMG PROFESSORA DA EMESCAM.
	MARX: LA CRÍTICA A LA ENSEÑANZA UNIVERSITARIA DE LA ECONOMÍA POLÍTICA/ MARX: CRITICISM OF THE UNIVERSITY TEACHING OF POLITICAL ECONOMICS	V.8, N.2, 2016	JULIO C. GAMBINA	PROFESOR TITULAR DE ECONOMÍA POLÍTICA DESDE 1985 EN LA FACULTAD DE DERECHO DE LA UNIVERSIDADE NACIONAL DE ROSARIO
EMANCIPAÇÃO	A COR CAMELA E A CIDADE LOIRA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A IDENTIDADE DOS POVOS ORIGINÁRIOS NO CONTEXTO URBANIZADO DE BLUMENAU	V.16, N.2, 2016	FLÁVIA ROBERTA BUSARELLO JAISON HINKEL	MESTRANDA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL (PUC/SP). GRADUADA EM HISTÓRIA E PSICOLOGIA (FURB) DOUTORADO EM PSICOLOGIA UFSC. MESTRE EM PSICOLOGIA (PPGP-UFSC). GRADUADO EM PSICOLOGIA (FURB). PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
	EDUCAÇÃO, TRABALHO E GÊNERO NA SOCIEDADE INDÍGENA: ESTUDO SOBRE OS KAINGANG DE FAXINAL NO PARANÁ	V.10, N.1, 2010	ROSÂNGELA CÉLIA FAUSTINO SIMONE JACOMINI NOVAK VANESSA DE SOUZA LANÇA	DOCTORA EM EDUCAÇÃO (UFSC), PROFESSORA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UEM. MESTRE EM EDUCAÇÃO (UEM), PROFESSORA DA UEM. GRADUADA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (UEM)

O DIREITO À EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA INTERCULTURAL E BILINGUE DO POVO KANGANG DO VALE DO TAQUARI/RS	FABIANE DA SILVA PRESTES	V:18, N.2, 2018	DOUTORANDA NO PPG EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE DE DO VALE DO TAQUARI – UNIVATES MESTRADO E GRADUAÇÃO EM DIREITO
ENVELHECIMENTO BEM-SUCEDIDO: DESAFIOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS EM IMAVAUS	LUÍS FERNANDO DA SILVA LAROQUE	V:18, N.2, 2018	DOUTORADO EM HISTÓRIA, MESTRADO E GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, PROFESSOR E PESQUISADOR DO PPG EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI – UNIVATES.
EMANCIPAÇÃO	ALICE ALVES MENEZES PONCE DE LEÃO NONATO	V:18, N.2, 2018	ASSISTENTE SOCIAL. DOUTORA EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM), PROFESSORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
	SUZETE TEREZINHA ORZECZOWSKI		DOUTORA EM EDUCAÇÃO PELA PONTIFÍCE UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ. DOCENTE DO DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA DA UNICENTRO
	MEG MONIQUE MARIA DIAS BOGO		MESTRE EM HISTÓRIA PELA UNICENTRO LICENCIADA EM HISTÓRIA PELA UNICENTRO
	LETICIA LALESKA GABRIEL		MESTRE EM HISTÓRIA PELA UFRGS – RS. LICENCIADA EM PEDAGOGIA PELA UNICENTRO-CHOPINZINHO. EDUCADORA INDÍGENA.
O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) E AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES INDÍGENAS: NOTAS DE ESTUDO	RODRIGO KAVAG DE SOUZA	V.20, 2020	MESTRE EM ANTROPOLOGIA PELA UFRGS. LICENCIADO EM PEDAGOGIA PELA UNICENTRO-CHOPINZINHO. EDUCADOR INDÍGENA E PROFESSOR EM ESCOLAS INDÍGENAS.
	OSEIAS POTY MIRI FLORENTINO		ESPECIALISTA EM GESTÃO ESCOLAR. LICENCIADO EM PEDAGOGIA EDUCADOR INDÍGENA E PROFESSOR DE ESCOLAS INDÍGENAS.
	JOARS ALVES		GRADUANDO EM ADMINISTRAÇÃO NA UNICENTRO. PRIMEIRO INDÍGENA ELEITO CONSELHEIRO TUTELAR NO PARANÁ, ATUA NO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA-PR.
MÁS ALLA DE LA CIUDADANÍA ÉTNICA. LA PLURINACIONALIDAD COMO PROPUUESTA DE DEMOCRATIZACIÓN DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS: EL CASO DE ECUADOR	JORGE RESINA DE LA FUENTE	VII, N.2, 2011	INVESTIGADOR FPU MINISTERIO DE EDUCACIÓN, GOBIERNO DE ESPAÑA. UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID. FACULTAD DE CIENCIAS POLÍTICAS Y SOCIOLOGÍA.
NARRATIVA DO TEKÓ PORÃ NA POESIA DE BRÍGIDO BOGADO	LIGIA KARINA MARTINS DE ANDRADE	VOL.19, N. ESPECIAL, 2019	DOUTORA EM LETRAS (USP); PROFESSORA DE LÍNGUA ESPANHOLA ADICIONAL NA UNILA.
A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À POPULAÇÃO INDÍGENA: O QUE SERÁ QUE SE DESTINA?	ALCINEIA MOREIRA DE SOUZA	V.13, N.28, 2011	MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL PELA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
SÉRIES POSSÍVEIS ESTABELECIDAS POR UM SISTEMA DE JUSTIÇA INDÍGENA EM NICARAGUA? UMA MIRADA FILOSÓFICA E CONSTITUCIONAL DESDE LOS DERECHOS LIBERALES	PAULINA ANDREA AGUILERA MUÑOZ	N.9, 2006	LICENCIADA EM COMUNICACIÓN SOCIAL PERIODISTA. CHILENA. ACTUALMENTE EN NICARAGUA. COOPERANTE, ESPECIALISTA EN INCIDENCIA Y DESARROLLO LOCAL PARA PROGRESO
JUSTIÇA RACIAL E DIREITOS HUMANOS DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	DAIANE DE OLIVEIRA GOMES	VOL.23 N.2, MAY./AUG. 2020	MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
ELITE INTELLECTUAL E POLÍTICA INDÍGENA NO EQUADOR: NOTAS SOBRE SUA FORMAÇÃO NA MODERNIDADE OCIDENTAL	WAINESS NHAYARA MARIA PEREIRA BRANDÃO	VOL.21, N.º.1, 2018	MESTRANDA EM SERVIÇO SOCIAL E BACHARELA EM SERVIÇO SOCIAL PELA FACULDADE METROPOLITANA DA GRANDE FORTALEZA - FAMETRO
REVISTA KATALYSIS	MARIA ZELMA DE ARAUJO MADEIRA		GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, MESTRADO EM SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ E DOUTORADO EM SOCIOLOGIA PELA UFC
	LETICIA CRISTINA BIZARRO BARBOSA		GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS PELA UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA, MESTRADO EM ECONOMIA SOCIAL PELA UNIVERSIDADE NACIONAL DE GENERAL SARMIENTO E DOUTORADO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA PELO CENTRO DE FILOSOFIA E HUMANAS - UFSC

SOCIEDADE EM DEBATE	MAPA DA FOME ENTRE OS POVOS INDÍGENAS: UMA CONTRIBUIÇÃO À FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL	V. 9 N. 1, 2003	RICARDO VERDUM	DOUTOR EM ANTROPOLOGIA SOCIAL DA AMÉRICA LATINA E CARIBE PELO CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS (CEPPAC/UNB); MESTRE EM ANTROPOLOGIA SOCIAL (PPGAS, UNB, 1996) E GRADUADO BACHAREL EM CIÊNCIAS SOCIAIS NA MESMA INSTITUIÇÃO.
	COLONIALIDAD Y RACISMO ANTINDÍGENA EN LAS FRONTERAS DEL ESTADO. CONFIGURACIONES SOCIALES DE RESISTENCIA INDÍGENAS EN EL SUR	V. 25 N. 2, 2019	OSCAR SOTO	LICENCIADO EN CIENCIA POLÍTICA Y ADMINISTRACIÓN PÚBLICA. DOCENTE EN LA FACULTAD DE CIENCIAS POLÍTICAS Y SOCIALES, UNIVERSIDAD NACIONAL DE CUYO (FCPYS-UNCUYO). ESPECIALISTA EN EPISTEMOLOGÍAS DEL SUR (CIACSO). ACTUALMENTE CURSA EL DOCTORADO EN CIENCIAS SOCIALES Y REALIZA TESIS DE MAESTRÍA EN ESTUDIOS LATINOAMERICANOS EN FCPYS-UNCUYO.
O SOCIAL EM QUESTÃO	ENTRE A SOBREVIVÊNCIA E A PERMANÊNCIA: A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA REALIDADE PARA OS POVOS INDÍGENAS QUE VIVEM NA CIDADE DE MANAUS	ANO 10, N. 18 - 2/2007	MELISSA CARVALHO GOMES	ASSISTENTE SOCIAL CHEFE DO PROJETO SOCIAIS DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - ABRIGO DO MARINHEIRO - MB. DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO E GRADUAÇÃO EM PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.
	INFÂNCIAS EM POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: IDADE, GÊNERO E CONSTRUÇÃO DA PESSOA	ANO 12, N. 21 - 1/2009	ANGELA NUNES MARIA ROSÁRIO DE CARVALHO	DOUTORA EM ANTROPOLOGIA, INVESTIGADORA ASSOCIADA, INSTITUTO DE ESTUDOS DA CRIANÇA, UNIVERSIDADE DO MINHO, PORTUGAL. DOUTORA EM ANTROPOLOGIA, PROFESSORA PERMANENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA DA UFBA.
O SOCIAL EM QUESTÃO	SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO INDÍGENA: AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E OS DESAFIOS DA PROFISSÃO	ANO 18, N. 33 - JAN.-JUN./2015	RAIMUNDA NONATO DA CRUZ OLIVEIRA LUCIA CRISTINA DOS SANTOS ROSA	ASSISTENTE SOCIAL FORMADA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ; ESPECIALISTA EM PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS (INSTITUTO CAMILLO FILHO - TERESINA/PIAUÍ); ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA (FACULDADE SÃO CAMILLO - SÃO PAULO); MESTRE EM SERVIÇO SOCIAL PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO; DOUTORANDA EM POLÍTICAS PÚBLICAS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ; DOCENTE DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DO INSTITUTO CAMILLO FILHO (TERESINA-PIAUÍ).
	ENCONTROS E DESENCANTOS DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: AS RESISTÊNCIAS DOS ESTUDANTES INDÍGENAS	ANO 20, N. 37 - JAN.-ABR./2017	JOSÉ RAIMAR ARAÚJO PAMPEU ROSA MARIA CASTILHOS VALESCA AMES ANGÉLICA DOMINGOS	ASSISTENTE SOCIAL FORMADA PELA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PIRACICABA; ESPECIALISTA EM SAÚDE MENTAL PELA UFPI; MESTRE EM SERVIÇO SOCIAL PELA UFPE; DOUTORA EM SERVIÇO SOCIAL PELA UFPI; DOCENTE DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. ASSISTENTE SOCIAL FORMADO PELA FACULDADE UNIDERP/ANHANGUERA. ÍNDIO DA ETNIA GUAJAJARA NO MARANHÃO. ATUA PROFISSIONALMENTE NO DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA - DSEI - -MARANHÃO, POLO DISTRITAL DE BARRA DO CORDA - MA. PROFESSORA ADJUNTA DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL E DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL /UFRGS. IDENTISTA SOCIAL, MESTRA EM SOCIOLOGIA, DOUTORANDA EM SOCIOLOGIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (PPGS/UFRGS). ASSISTENTE SOCIAL FORMADA NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL /UFRGS

AS NOVAS POLÍTICAS INDIGENISTAS DE EDUCAÇÃO	V. 5, N. 12 (2001)	ELIZABETH MARIA BESERRA COELHO	DRA. EM SOCIOLOGIA. PROFESSORA NO DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO.
POLÍTICAS INDIGENISTAS: O PAPEL DA IGREJA NO PROCESSO "CIVILIZATÓRIO" NO MARANHÃO PROVINCIAL	V. 6, N. 2 (2002)	ELIZABETH MARIA BESERRA COELHO	DRA. EM SOCIOLOGIA. PROFESSORA NO DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO.
POLÍTICAS PÚBLICAS INDIGENISTAS EM QUESTÃO: O DILEMA DO DIÁLOGO (IM) POSSÍVEL	V. 7, N. 2 (2003)	ELIZABETH MARIA BESERRA COELHO	DRA. EM SOCIOLOGIA. PROFESSORA NO DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO.
O NOVO CENÁRIO DO CAMPO INDIGENISTA: TENSÕES E CONFLITOS	V. 8, N. 1 (2004)	ELIZABETH MARIA BESERRA COELHO	DRA. EM SOCIOLOGIA. PROFESSORA NO DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO.
AÇÕES AFIRMATIVAS E POVOS INDIGENAS: O PRINCÍPIO DA DIVERSIDADE EM QUESTÃO	V. 10, N. 2 (2006)	ELIZABETH MARIA BESERRA COELHO	DRA. EM SOCIOLOGIA. PROFESSORA NO DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO.
NOVAS FORMAS DE GESTÃO DAS POLÍTICAS INDIGENISTAS	V. 13, N. 1 (2009)	ELIZABETH MARIA BESERRA COELHO	DRA. EM SOCIOLOGIA. PROFESSORA NO DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO.
O RESPEITO À DIFERENÇA: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PARA AS POLÍTICAS DE SAÚDE VOLTADAS A POPULAÇÕES INDÍGENAS	V. 13, N. 2 (2009)	MARLON NEVES BERTOLANI IZILDO CORRÊA LEITE	POSSUI GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO E MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. BACHAREL E LICENCIADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS PELA UNESP (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO), MESTRE EM SOCIOLOGIA PELA UNICAMP (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS) E DOUTOR EM SOCIOLOGIA PELA UNESP. É PROFESSOR ASSOCIADO APOSENTADO (MAS EM ATIVIDADE) DA UFES (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO).
COSMOVISÃO INDÍGENA E "NOVOS" DIREITOS: APORTES DA DEMARCAÇÃO DA TERRA GUARANI MORROS DOS CAVALOS	V. 16 (2012)	ADRIANA BILLER APARÍCIO	GRADUADA EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. MESTRE EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. MESTRE EM DIREITOS HUMANOS, INTERCULTURALIDADE E DESENVOLVIMENTO PELA UNIVERSIDADE PABLO DE OLAVIDE DE SEVILHA - ESPANHA. DOUTORA PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.
SAÚDE INDÍGENA EM TEMPOS DE BARBÁRIE: POLÍTICA PÚBLICA, CENÁRIOS E PERSPECTIVAS	V. 18, N. 2 (2014)	RAIMUNDA NONATO DA CRUZ OLIVEIRA LUCIA CRISTINA DOS SANTOS ROSA	POSSUI GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ E MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL PUC/SP PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. GRADUADA PELA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PIRACICABA (1985). ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO - ÁREA DE CONCENTRAÇÃO ENSINO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. ESPECIALISTA EM SAÚDE MENTAL PELA UFPI. MESTRE EM SERVIÇO SOCIAL PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. DOUTORADO EM SOCIOLOGIA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.
OS DESAFIOS PARA A PARTICIPAÇÃO CAMELA NA SAÚDE INDIGENISTA	VOL. 19, NUM. 2, JULIO-DI-CIEMBRE, 2015	DIEGO RODRIGO PEREIRA	CIENTISTA SOCIAL E PEDAGOGO; ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS; ESPECIALISTA EM GESTÃO EDUCACIONAL E ESCOLAR; MESTRE EM EDUCAÇÃO; DOUTORANDO EM EDUCAÇÃO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA).

	POSSUI ATUAÇÃO NA ÁREA AMBIENTAL COMO ADVOGADA E EDUCADORA AMBIENTAL E POPULAR. PÓS-DOUTORANDA E DOUTORA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO). MESTRE, PELO NAEA/UFGA, EM PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS TROPICOS ÚMIDOS.		VIVIANE VAZZI PEDRO	V. 22 (2018)	POVOS TRADICIONAIS E INDÍGENAS NO MARANHÃO: VIOLÊNCIA, FRONTEIRAS TERRITORIAIS E MARGENS DA NORMALIZAÇÃO	////////////////////				
	BACHAREL EM CIÊNCIAS SOCIAIS, INTEGRANTE DO CIMI - REGIONAL MARANHÃO E ARTICULADORA DA TEIA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MARANHÃO.		ROSIMEIRE DE JESUS DINIZ SANTOS							
	PÓS-DOUTOR EM ANTROPOLOGIA (UNB). PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA (UFMA).		ADALBERTO LUIZ RIZZO DE OLIVEIRA							
	DOUTORA EM ANTROPOLOGIA (USP). PROFESSORA DO CURSO DE LICENCIATURA EM C. HUMANAS / SOCIOLOGIA (UFMA). PROFESSORA COLABORADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE (UFMA).	V. 24 (2020)	ANA CAROLINE AMORIM OLIVEIRA		POLÍTICAS INDÍGENAS, DESENVOLVIMENTO E TERRITORIALIDADES INDÍGENAS NO BRASIL ATUAL	////////////////////				
	DOUTOR EM CIÊNCIAS SOCIAIS (UFMA). PESQUISADOR INDEPENDENTE.		RODRIGO THEOPHILO FOLHES							
	DOUTORANDO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS (UFMA).		ROGÉRIO TAVARES PINTO							
	PSICÓLOGA E ENFERMEIRA. MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO PELA UNIVERSIDADE DE FORTALEZA E DOUTORANDA EM POLÍTICAS PÚBLICAS PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. ENFERMEIRA ASSISTENCIAL NA CLÍNICA CIRÚRGICA DO COMPLEXO HOSPITALAR DA UFC - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO WALTER CANTÍDIO.	V. 24, N. 2 (2020)	DANIELE GRUSKA BENEVIDES PRATA		POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE INDÍGENA NO BRASIL: CONTRIBUIÇÃO A UM DEBATE PERMANENTE	////////////////////	////	////	////////////////////	////////////////////
	BACHAREL EM CIÊNCIAS SOCIAIS. DOUTOR EM ANTROPOLOGIA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. PROFESSOR ASSOCIADO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ.		JOÃO TADEU DE ANDRADE			////////////////////	////	////////////////////	////////////////////	////////////////////
LIBERTIA						////////////////////	////	////////////////////	////////////////////	////////////////////
SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA					SEM ACESSO AO SISTEMA	////////////////////	////	////////////////////	////////////////////	////////////////////
	EDUCADOR POPULAR, FILÓSOFO E CIENTISTA POLÍTICO. DOUTOR EM POLÍTICA SOCIAL PELA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASIL. PROFESSOR DOS CURSOS DE FILOSOFIA E SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA (UCB).	Nº116 OUT./DEZ. 2013	PAULO AFONSO DE ARAÚJO QUERMES		OS IMPACTOS DOS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS PARA OS POVOS INDÍGENAS: ESTUDO DE CASO EM ALDEIAS GUARANIS	////////////////////				
SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE (SOMENTE AS VERSÕES ONLINE)	GRADUADA EM SERVIÇO SOCIAL PELA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA (UCB).		JUCELINA ALVES DE CARVALHO							
	INDÍGENA DA ETNIA PANKARARU (PE). DOUTORA EM SERVIÇO SOCIAL NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. UPEPE RECIFE. PÉ. MESTRE EM SERVIÇO SOCIAL PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, UFRN, NATAL/RN.	Nº133 SET./DEZ. 2018	ELIZÂNGELA CARDOSO DE ARAÚJO SILVA		POVOS INDÍGENAS E O DIREITO À TERRA NA REALIDADE BRASILEIRA	////////////////////				
	PESQUISADORA AUTÔNOMA, BELÉM-PA, BRASIL. POSSUI GRADUAÇÃO EM PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ E MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO NAEA (UFGA). PROFESSORA APOSENTADA DA UFGA.	Nº133 SET./DEZ. 2018	JOAQUINA BARATA		ETNIAS AMAZÔNICAS: CONFRONTOS CULTURAIS E INTERCORRÊNCIAS NO CAMPO JURÍDICO	////////////////////				

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agrária 46, 47, 48, 115.

Agricultores 53, 115, 261.

Agricultura familiar 8, 9, 44, 53, 57,
61, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 104,
105, 113, 114, 115, 261, 285.

E

Educação 21, 39, 47, 55, 114, 115,
116, 117, 124, 125, 127, 147,
149, 161, 162, 170, 171, 197,
198, 202, 229, 230, 257, 258,
271, 281, 282, 286, 298, 307,
310, 339, 385, 396, 398.

Envelhecimento 9, 119, 132, 133,
139, 142, 146, 147, 149, 168,
169, 170.

Espaço rural 7, 59, 60, 62, 77, 83, 88,
113.

Etnodesenvolvimento 6, 21, 22.

F

Feiras 8, 9, 95, 96, 97, 98, 100, 104,
109, 112, 115.

Feminismo 174, 177, 192, 196, 255,
258, 286.

G

Gênero 147, 171, 192, 196, 198, 202,
212, 229, 255, 257, 258, 281,
285, 286, 287, 303, 308, 386,
387.

J

Jequitinhonha 12, 200, 202, 231, 243,
247, 248, 256.

L

Lutas sociais 5, 6, 11, 12, 121, 176
184, 195.

M

Marcha das Margaridas 13, 14, 183,
184, 258, 259, 260, 261, 265,
266, 268, 269, 270, 273, 275,
276, 277, 278, 280, 281, 282,
283, 285, 286.

Mucuri 12, 200, 202, 231, 243, 248,
254, 256.

Mulheres 174, 177, 184, 185, 188,
191, 192, 218, 232, 237, 240,
250, 254, 256, 258, 259, 265,
267, 272, 273, 274, 275, 276,
277, 278, 280, 281, 282, 283,
284, 285, 286, 287, 303, 306.

Mulheres negras 14, 174, 184, 288,
289, 290, 291, 292, 295, 297,
298, 299, 302, 303, 304, 305,
307, 393.

P

Pandemia 9, 10, 11, 12, 13, 117, 119,
122, 125, 126, 128, 129, 130,
131, 132, 133, 137, 138, 139,
140, 141, 144, 145, 146, 147,
199, 200, 202, 211, 214, 215,
216, 217, 220, 224, 225, 226,
227, 228, 229, 230, 232, 249,
250, 255, 256, 290, 291, 292,
343, 355, 358, 359.

Pandemia 125, 133, 308, 333.

Polícia Civil 12, 231, 232, 242, 243,
244, 246, 248, 252, 256.

Polícia Militar 12, 231, 232, 239, 240,
242, 243, 244, 246, 247, 256.

Q

Questão agrária 5, 7, 17, 19, 59, 60,
62, 71, 90, 282.

Quilombismo 311, 316, 318, 321,
322, 323, 324, 325, 326, 328,
330, 332, 333.

R

Racismo 170, 184, 303, 307.

S

Sistema prisional 10, 149, 150, 154,
155, 156, 158, 160, 165, 166,
169, 170.

Sexismo 13, 14, 173, 268, 289, 291,
293, 297, 298, 299, 304, 307,
308, 309.

T

Trabalho 107, 114, 115, 170, 171,
199, 201, 204, 230, 258, 339,
385, 397, 405.

U

Universidades Públicas 14, 122, 135,
136, 139, 142, 147, 211, 288, 289,
294, 295, 296, 297, 298, 299, 301,
302, 303, 304, 305, 307

V

Violência 184, 231, 232, 238, 240,
254, 255, 256, 257, 265, 291,
307, 379.

JOÃO BOSCO HORA GÓIS

Professor Titular da Universidade Federal Fluminense e Pesquisador 1B do CNPq. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (1989), mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993) e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Boston College (1999). Em 2003, realizou o seu pós-doutoramento na Universidade Federal do Rio de Janeiro na área de Sociologia. É avaliador de diversos periódicos e agências de fomento. Foi coordenador por dez anos dos cursos de mestrado e doutorado em política social da UFF. Atualmente coordena o curso de pós-graduação lato sensu em Análise de Políticas para a População Negra. Os resultados dos seus estudos sobre as relações raciais e de gênero, política social, responsabilidade social empresarial, trabalho escravo e AIDS têm sido publicados em revistas especializadas, nacionais e internacionais, e sob a forma de capítulos de livros.

SIDIMARA CRISTINA DE SOUZA

Mestre e Doutora em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense - UFF. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM. Professora do curso de pós-graduação lato sensu em Análise de Políticas para a População Negra da UFF. Desenvolve pesquisa nas seguintes áreas: Questão Social e Política Social; Política Social e Comunidades Quilombolas; Avaliação e análise de política social. Organizadora dos livros: Serviço Social e Pesquisa, Juventude e Periferia no Século XXI, Temas de Política Social vol. 1 e vol. 2, entre outros.

